

Coletânea de Artigos Conhecimento em Pauta

Volume 9

Artigos Científicos
GRADUAÇÃO 2019/1
Unoesc Chapecó

Organizadores:
Diego Beal
Celso Paulo Costa
Daiane Pavan
Inocencia Boita Dalbosco
Gilberto Pinzetta

editora
unoesc

© 2019 Editora Unoesc

Direitos desta edição reservados à Editora Unoesc

É proibida a reprodução desta obra, de toda ou em parte, sob quaisquer formas ou por quaisquer meios, sem a permissão expressa da Editora.

Rua Getúlio Vargas, 2125, Bairro Flor da Serra, 89600-000 – Joaçaba – Santa Catarina, Brasil

Fone: (55) (49) 3551-2065 – Fax: (55) (49) 3551-2004 – editora@unoesc.edu.br

Editora Unoesc

Coordenação

Tiago de Matia

Agente administrativa: Caren Scalabrin

Revisão linguística e metodológica: Bianca Regina Paganini, Gilvana Toniélo, Giovana Patrícia Bizinela

Projeto gráfico e diagramação: Simone Dal Moro

Capa: Gilmar Paloschi

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

F981c	<p>Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina. Campus de Chapecó Conhecimento em pauta: artigos científicos graduação 2019/1 / organizadores: Diego Beal ... [et al.]. – Chapecó: Editora Unoesc, 2019. 512 p. – (Série Coletânea de artigos, v. 9)</p> <p>ISBN 978-85-8422-209-4</p> <p>1. Ensino Superior - Pesquisa. I. Beal, Diego, (org.). II. Título. III. Série</p> <p style="text-align: right;">CDD 378</p>
-------	--

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universitária – Campus Joaçaba

Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc

Reitor

Aristides Cimadon

Vice-reitores de Campi

Campus de Chapecó

Ricardo Antonio De Marco

Campus de São Miguel do Oeste

Vitor Carlos D'Agostini

Campus de Videira

Ildo Fabris

Campus de Xanxerê

Genesio Téio

Pró-reitora de Graduação

Lindamir Secchi Gadler

Pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão

Fábio Lazzarotti

Diretora Executiva da Reitoria

Cleunice Frozza

Comissão Científica (Avaliadora)

Camília Susana Faler

Carla de Almeida Martins Basso

Celso Paulo Costa

Crisleine Zottis dos Reis

Daiane Pavan

Diego Beal

Gilberto Pinzetta

Inocencia Boita Dalbosco

Leonardo Dlugokenski

Manuela Gazzoni dos Passos

Comissão Organizadora

Diego Beal

Celso Paulo Costa

Daiane Pavan

Inocencia Boita Dalbosco

Gilberto Pinzetta

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
--------------------	---

ÁREA DAS CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS

SOFTWARE PARA GESTÃO DAS CATEGORIAS DE BASE DA CHAPECOENSE UTILIZANDO MATERIAL DESIGN.....	11
Adriano Carlos Moretto, Rafaeli Pinheiro	
AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM <i>MOODLE</i> : UM ESTUDO DE CASO NA UNOESC	25
Leandro Girardelo, Jacson Luis Matte	
UM ESTUDO DAS VANTAGENS TÉCNICAS DE UM SISTEMA AUTÔNOMO CONECTAR-SE A UM <i>INTERNET EXCHANGE POINT (IXP)</i>	43
Enauara Badin, Jean Carlos Hennrichs	
SOFTWARE PARA AVALIAÇÃO FÍSICA NA ACADEMIA DA UNOESC CHAPECÓ	61
Guilherme Henrique Schmitt Colpani, Jean Carlos Hennrichs	
DESENVOLVIMENTO DE NOVO <i>DASHBOARD</i> PARA O ZABBIX	77
Leonardo Domeneghini Laueremann, Jean Carlos Hennrichs	

ÁREA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS EM UMA EMPRESA DE TRANSPORTE DO EXTREMO-OESTE CATARINENSE.....	97
Soriane Gass Zanchett, Daniela Antonieta Gallina, Rejane Vogt	
REFLEXOS DOS PROGRAMAS DE GESTÃO DE QUALIDADE EM ESCRITÓRIOS DE ARQUITETURA.....	117
Thaís Fernanda Basso, Márcia Regina Sartori Damo	

ÁREA DAS CIÊNCIAS DA VIDA E SAÚDE

O IMPACTO DA MATERNIDADE NA VIDA PROFISSIONAL DAS MULHERES	139
Marivete Leonor Secco, Michele Gaboardi Lucas	
AMIZADES NA ADOLESCÊNCIA: CAMINHOS PARA A FORMAÇÃO DO SUJEITO... 157	
Milena Detofano Agazzi, Ingridy Thais Della Betta Bernardi, Patrick Zawadzki, Michele Gaboardi Lucas, Sayonara Fátima Teston	
O FACEBOOK E AS HABILIDADES SOCIAIS: QUAL A RELAÇÃO? UM ESTUDO COM ACADÊMICOS DA ÁREA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	173
Tauana Mohr, Ana Paola Grando, Fábio Augusto Lise, Cleocimar Aigner Paludo	
O SENTIMENTO DE INEFETIVIDADE DO TRABALHO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL: CONSIDERAÇÕES ACERCA DE UMA EXPERIÊNCIA DE CREAS.....	193
João Paulo Orço, Fábio Augusto Lise, Ana Paola Grando, Cleocimar Aigner Paludo	
A ADOÇÃO DE CRIANÇAS COM HIV/AIDS NA PERSPECTIVA DE PAIS ADOTIVOS	215
Bruna Ligoski, Rafaela Pederiva	
PSICODIAGNÓSTICO NA INFÂNCIA: CASOS DE SUSPEITA DE TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA.....	235
Vanessa Bodigheimer, Francine Cristine Garghetti	
DUPLA EXCEPCIONALIDADE: UM ESTUDO NO PERÍODO DA INFÂNCIA.....	257
Barbara Maria Silveira, Francine Cristine Garghetti	
TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE E DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM: UMA PRÁTICA DE INTERVENÇÃO.....	281
Rosa Maria de Moura Benelli, Francine Cristine Garghetti, Morgana Orso Santos	
A INFLUÊNCIA DO SISTEMA FAMILIAR NO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DA CRIANÇA	307
Emanuele Bispo Ribeiro, Francine Cristine Garghetti	
EFEITOS DO TREINAMENTO RESISTIDO UNILATERAL E BILATERAL NA FORÇA MUSCULAR MÁXIMA DE INDIVÍDUOS MASCULINOS	333
André Cesar Vial, Mariluce Poerschke Vieira	
USO TECNOLÓGICO E O IMC EM ADOLESCENTES NA IDADE ESCOLAR.....	347
Felipe do Nascimento, Fernando dos Santos, Mariluce P. Vieira	

PERFIL MOTOR DE ESCOLARES PRATICANTES DE FUTSAL NO MUNICÍPIO DE QUILOMBO, SC.....	365
Eduan Siega, Matheus Comunello, Mariluce P. Vieira	
ANÁLISE DA APTIDÃO FÍSICA RELACIONADA AO DESEMPENHO ESPORTIVO DE ATLETAS DE FUTSAL FEMININO.....	379
Ana Karoline Cunha, Júlia de Gois Quevedo, Indianara Somensi, Daniela Zanini	
A CONTRIBUIÇÃO DA ARTETERAPIA COMO FERRAMENTA DO PSICÓLOGO CLÍNICO	393
Fernanda Spolti, Ajauna Piccoli Brizolla Ferreira, Edson Pilger Dias Sbeghen	

ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA

NICOLAU MAQUIAVEL ENTRE A <i>VIRTÚ</i> E A FORTUNA: CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS, FILOSÓFICAS E POLÍTICAS.....	409
Leonardo Dlugokenski	
IMPEACHMENT: A LEI N. 1.079/50 E A RECEPÇÃO PELA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988	419
Rafaela Rebelatto	
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: ENTRE O MERCADO DE TRABALHO E O BENEFÍCIO ASSISTENCIAL.....	437
Darléa Carine Palma Mattiello, Kellen Machado Becker	
A AUTONOMIA DE DECIDIR PELA VIDA OU MORTE DE FILHOS PORTADORES DE DOENÇAS DEGENERATIVAS	455
Janaína Reckziegel, Ana Paula Damin, Cláudia Cinara Locateli	
COMPARTILHAMENTO DE MÍDIAS COM CONTEÚDO SEXUAL SEM O CONSENTIMENTO DA VÍTIMA	473
Shélly Vila Nova Bastezini, Julivan Negrini	
PROIBIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO NO ESPAÇO CIBERNÉTICO: MEDIDA CABÍVEL ANTE A COLISÃO ENTRE O DIREITO FUNDAMENTAL À LIBERDADE DE EXPRESSÃO E A INVIOLABILIDADE DA HONRA E IMAGEM?	487
Jeferson Osvaldo Vieira	

APRESENTAÇÃO

A Coletânea de Artigos Conhecimento em Pauta da Unoesc Chapecó chega a sua VI Edição em um momento de consolidação após o seu lançamento em 2014. Com **27 artigos** publicados por discentes e docentes da graduação nas áreas das Ciências Exatas e Tecnológicas, Ciências Sociais, Ciências da Vida e Saúde e Ciência Jurídica, apresenta o resultado de um trabalho de relevância na Unoesc Chapecó.

Os artigos que podem ser apreciados nesta Edição são o resultado de um trabalho alinhado com o compromisso da Universidade na transformação da sociedade por meio do conhecimento que o estudo e a pesquisa proporcionam.

Os desafios e a inquietação são elementos-chave para que as pesquisas sejam conduzidas. Destaca-se aqui o empenho dos docentes, a quem cabe incentivar e despertar o interesse pelo aprofundamento nos temas de estudo das diferentes formações propostas na nossa Universidade. Cabe frisar que os resultados aqui descritos são o fruto do esforço coletivo da Direção, Coordenações, Discentes e Docentes que trabalham em conjunto em um cenário de muitos desafios para manter a pesquisa como uma prática integrada nos cursos de graduação.

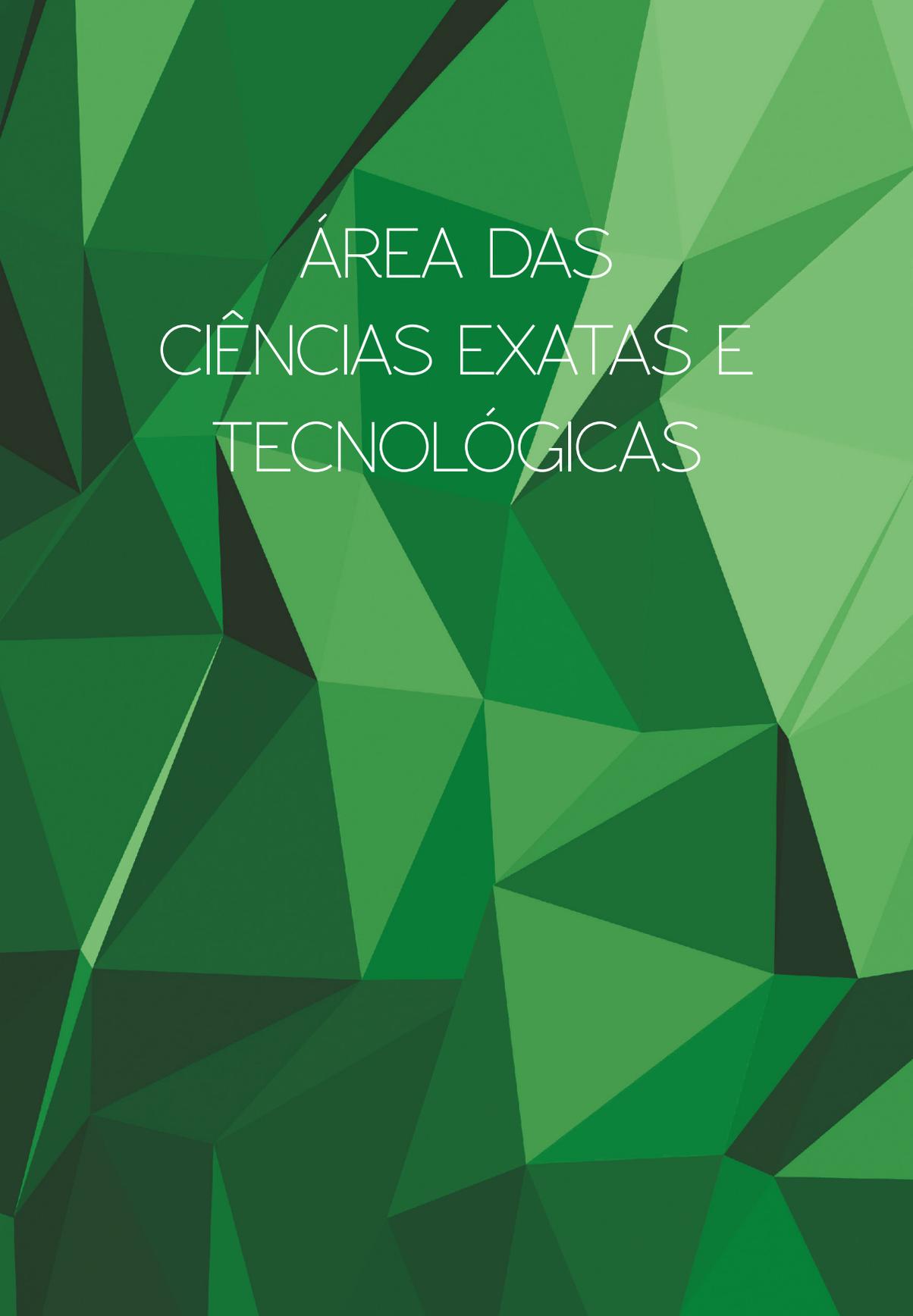
A vocês leitores, desejamos que aproveitem os textos e discussões propostos nesta Edição. Para nós, é um prazer compartilhar.

Boa leitura a todos!

Ana Márcia Debiasi Duarte

Gerente administrativa

Unoesc Chapecó



ÁREA DAS
CIÊNCIAS EXATAS E
TECNOLÓGICAS



SOFTWARE PARA GESTÃO DAS CATEGORIAS DE BASE DA CHAPECOENSE UTILIZANDO MATERIAL DESIGN

Adriano Carlos Moretto¹
Rafaeli Pinheiro²

RESUMO

O rápido avanço das tecnologias traz mudanças em vários setores, inclusive no ambiente de trabalho, visando facilitar e agilizar todo o processo interno de uma organização, por exemplo. O presente projeto visa solucionar um problema de gestão das informações de atletas das categorias de base de um clube de futebol por meio de um sistema web. O sistema proposto objetiva armazenar e manter os dados cadastrados, disponibilizar informações relevantes para o dia a dia dos gestores e profissionais que atuam nas categorias de base desse clube, facilitando seu trabalho rotineiro. Também, a fim de apresentar uma interface intuitiva, foi utilizado o Material Design, uma ferramenta para criação de layouts. A metodologia utilizada constitui-se por pesquisa aplicada, e a forma de abordagem é pesquisa qualitativa; quanto às formas de atingir os objetivos, realizou-se pesquisa exploratória. Os procedimentos técnicos utilizados foram: pesquisa bibliográfica e estudo de caso. Foi possível realizar o levantamento de requisitos por intermédio de uma entrevista com colaboradores das categorias de base a fim de compreender suas dificuldades diárias e iniciar o processo de modelagem do sistema. Com isso ocorreu o desenvolvimento e a apresentação do projeto, por sua vez avaliado por meio de um questionário. De acordo com este, a proposta atendeu suas expectativas com base nos critérios e métricas estabelecidos.

Palavras-chave: Gestão de atletas. Material Design. Software intuitivo.

1 INTRODUÇÃO

Com o crescimento de um time de futebol, consequentemente, aumenta-se o número de jogos, competições e responsabilidades. No caso da Associação Chapecoense de Futebol (ACF), em quatro anos ela teve um avanço no Campeonato

¹ Bacharel em Sistemas de Informação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; adriano-moretto@hotmail.com

² Especialista pela Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; rafaelicco@gmail.com



Brasileiro, no qual começou na série D e alcançou a série A, uma situação inusitada no cenário nacional. Assim como o time principal, crescem também suas categorias de base; ali estão os atletas que sonham em se tornar jogadores profissionais. Esses atletas possuem cadastro, contrato, muitas vezes, recebem salário, tratamento médico, e, sem o devido cuidado, esses registros vão se tornando inacessíveis quando solicitados. Um sistema capaz de fornecer todas essas informações e que as disponibilize quando for preciso, facilitaria significativamente esse processo de busca, evitando até mesmo perdas e extravios.

Até o ano de 2016 os profissionais das categorias de base da ACF não possuíam um controle regular de informações dos atletas, tendo em vista que não havia muita movimentação deles, bem como jogos e campeonatos. A partir de 2016, todas as informações referentes aos atletas passaram a ser manipuladas pelo coordenador da base, por meio de registros em Excel. Mesmo assim, essas informações correm alguns riscos, como arquivos podem ser corrompidos, deletados acidentalmente, perdidos, o computador mostrar alguma falha e faltar cópias de segurança dos documentos.

Pensando nisso, o objetivo geral deste projeto é desenvolver uma aplicação web utilizando Material Design, para gerenciamento de atletas das categorias de base de um clube de futebol. O sistema proposto deve, além de armazenar e manter os dados cadastrados, oferecer informações importantes para o dia a dia dos gestores e profissionais que atuam nas categorias de base, facilitando e centralizando o trabalho dos colaboradores do Clube.

Sabendo que uma interface moderna e intuitiva tem o mesmo nível de importância, o Material Design poderá contribuir para essa proposta uma vez que ele traz conceitos de design voltado ao usuário; isso faz com que este não tenha dificuldades em realizar suas tarefas e suprir suas necessidades.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A gestão de documentos é uma prática voltada à administração destes durante toda sua vida útil. Na informática, essa ação pode ser definida como a centralização dos documentos. Nos dias atuais é muito importante dar a devida



atenção, pois vale destacar que aplicando a gestão se obtém a organização dos documentos e o armazenamento em formato digital (COSTA, 2018).

Conforme artigo 3º da Lei n. 8.159/91, “Considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.”

Contudo, a gestão de documentos traz consigo uma série de vantagens, Freiburger (2012) destaca o espaço físico, onde é recuperado aquele espaço até então reservado para grandes volumes de documentos. Organização, estes são armazenados de acordo com a preferência de cada empresa/instituição, criando um padrão para futuras buscas. Otimização para gerenciamento, seguindo o padrão desejado na organização, fica fácil e rápida a localização do documento desejado. Segurança das informações, todos os arquivos devem ser protegidos, e a gestão possibilita isso. Relatórios, se os documentos estiverem bem organizados, a emissão de relatórios e planilhas se torna muito prática, uma vez que os dados estarão disponíveis a qualquer instante. Redução de custos, não são mais necessários funcionários e equipamentos específicos para armazenamento físico dos documentos.

2.1 MATERIAL DESIGN

Visando suprir as expectativas dos usuários, no momento da definição do design da aplicação vários pontos são pensados, como: design atraente, fácil, responsivo, linha de aprendizado, recursos, navegadores suportados, possível cópia de algum outro site, contratar um freelance, preço, etc. Nos dias atuais, podemos usar frameworks que trazem algumas características prontas, como: botões, menus, formulários, listas, templates completos, daí por diante (SAMPAIO, 2018). O autor complementa que é aí onde entra o Google Material Design, até então utilizado para definir boas práticas de design para aplicativos móveis. Entre vários frameworks este promete inovar no mundo web, um forte motivo se dá por ser um padrão aderido pela empresa Google. O sucesso do uso no Android fez com que a Google o projetasse novamente para se adequar a todo dispositivo existente: smartphones, TVs, relógios, web, etc.



Serpa (2016) destaca que seu lançamento foi em 2014 no Google I/O apresentado por uma equipe da empresa, a qual fez um keynote diferente para explicar cada um dos princípios e sua evolução. Basicamente, o Material Design veio com objetivos de simular objetos reais no mundo digital, estudo de tinta e papel e a experiência do usuário. Cordeiro (2015) complementa apontando que a Google visa desenvolver uma forma padrão de design que permite ao usuário ter a mesma experiência em qualquer plataforma e tamanho dos dispositivos utilizados. A seguir são destacadas as suas principais características:

2.1.1 Material é a Metáfora

Fundamenta-se no estudo de papel e tinta, em ambos é feita uma série de avaliações de resultados das ações com base no mundo real. No primeiro é avaliado, por exemplo: movimento do papel, como fica a camada em uma pilha de papéis, a sombra em diversificados ângulos, como fica quando é dobrado, analisadas bordas e superfícies. A partir daí abre-se um leque de possibilidades que vão além do mundo real, mas respeitando as regras da física. Usando atributos táteis conhecidos, como os dois citados anteriormente, ajuda os usuários a entenderem mais rápido suas possibilidades (GETMDL, 2018).

Os fundamentos de luz, superfície e movimento são primordiais para mostrar como é a movimentação dos objetos, sua interação e existência no espaço, bem como sua adequação junto com outros. A luz realista mostra costuras, divisões do espaço e partes que são móveis.

2.1.2 Ousado, Gráfico, Intencional

O Google (2018) aponta que os principais elementos do design baseado em impressão são: tipografias (fontes), grades, espaço, escala, cor e uso de imagens, pois além de dar uma boa aparência cria hierarquia, significado e foco. A paleta de cores sugere a cor secundária, imagens de ponta a ponta (não são permitidos borda ou espaçamento), tipografia em grande escala e espaços em branco aplicados intencionalmente resultam em uma interface rica e surge o usuário nessa



experiência. Pensando nas ações do usuário, as funcionalidades principais ficam imediatamente aparentes.

2.1.3 As Superfícies são Intuitivas e Naturais

Hopkins (2016) diz que as superfícies e bordas são importantes no MD, pois a aplicação de atributos táteis conhecidos (papel e tinta) faz com que nosso cérebro entenda mais rapidamente a proposta do que está sendo feito e o que pode acontecer, facilitando a experiência da realidade.

2.1.4 Dimensão Permite Interação

Getmdl (2018) aborda que luz, movimento e superfície são essenciais para o entendimento da interação dos objetos. No mundo real os objetos podem ser empilhados, refletem luz e fazem sombras. No MD, cada folha fica empilhada sobre a outra, para apresentar com mais clareza a distância entre as superfícies e a sombra. As sombras indicam a profundidade e o lado que o objeto se movimentará, quanto mais sombra, maior é a distância entre a superfície que está embaixo.

O movimento é pensado baseando-se nos movimentos reais, ficando agradável para o usuário. Se torna responsivo e rápido, se move de forma natural assim como acontece com a gravidade. Animações, elevações e sombras mudam de acordo com o dispositivo utilizado (HOPKINS, 2016).

2.1.5 Um Design Adaptativo

Um único design vai se organizar e adaptar aos espaços e às interações de acordo com o tamanho do dispositivo.

2.1.6 O Conteúdo é Ousado, Gráfico e Intencional

O Google (2018) afirma que o MD cria uma hierarquia (cada objeto tem um pai, cada um pode ter quantos filhos forem necessários, os filhos herdam as



propriedades do pai, como posição, rotação, elevação, e os irmãos estão no mesmo nível de hierarquia), escolha de cores para primária e sugestão da secundária, imagens de ponta a ponta (sem bordas ou espaçamentos), grande quantidade de tipografia, espaços em branco, tudo visando facilitar e dar clareza à experiência do usuário.

2.1.7 Cor, Superfície e Iconografia enfatizam Ações

O Material Design tem uma paleta de cores própria, que podem ser utilizadas para criar hierarquia visual e apontar que elemento chamará mais atenção. Os ícones são feitos a partir de formas geométricas, cada um é feito para parecer tátil e real. As ações que o usuário transmite para o sistema são a essência da experiência. Visando isso, uma função principal estará mais visível e intuitiva para o usuário (GETMDL, 2018).

2.1.8 Usuários Iniciam a Mudança

Alterações de interface surgem das ações feitas pelos usuários; é sempre o usuário que é o mecanismo principal do sistema.

2.1.9 Animação é Coreografada em um Palco Compartilhado

Independentemente da transformação ou reorganização do Design, toda a ação ocorre em um único ambiente.

2.1.10 Movimento Gera Significado

Movimento mostra como é a organização de um aplicativo e o que ele pode fazer. O movimento oferece foco na visualização, dicas de resultado na conclusão de algo que o usuário fez, relações hierárquicas e do espaço disponível entre os elementos, distração do que está acontecendo realmente quando o usuário espera o resultado de uma solicitação de busca ou carregamento, por exemplo (GOOGLE, 2018).



3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A área de estudo deste projeto foi um clube de futebol, localizado em Chapecó, SC, chamado Associação Chapecoense de Futebol. Algumas dificuldades encontradas pelos colaboradores das categorias de base do Clube foram levantadas por meio de uma entrevista junto com o autor deste artigo. Então foi proposto um software para o gerenciamento das informações dos atletas atendidos pelos colaboradores, visando suprir todos os empecilhos abordados, como, por exemplo, a centralização dos seus documentos e sua disposição de uma forma rápida e intuitiva.

A natureza deste trabalho é pesquisa aplicada, pois visou compreender e gerar conhecimentos para solucionar problemas específicos. Quanto à forma de abordagem é a pesquisa qualitativa, pois mediante conversas e entrevistas foi feito um aprofundamento e entendimento sobre os problemas encontrados em uma organização. Por sua vez, com relação a forma de atingir objetivos, realizou-se uma pesquisa exploratória, para promover mais informações sobre o assunto estudado, possibilitando sua definição e seu delineamento. No tocante aos procedimentos técnicos utilizados foram pesquisa bibliográfica, uma vez que buscar-se-á informações já publicadas, seleção de documentos que se relacionam com o problema de pesquisa (livros, sites, artigos de revistas), e estudo de caso já que houve um estudo a fundo de uma organização para melhor compreensão.

Esta pesquisa teve início em julho de 2017, com a entrevista aos colaboradores do Clube, e perdurou por um ano e meio até a finalização do software proposto. Com a entrevista, foram levantados alguns requisitos funcionais e não funcionais, abordados no Quadro 1:



Quadro 1 – Requisitos do sistema

Requisitos funcionais:

Ter controle de acesso ao sistema;
Armazenar e manter informações do atleta;
Manter histórico de saúde do atleta;
Manter histórico de despesas do atleta;
Manter histórico de jogos e campeonatos;
Manter histórico dos testes das categorias de base;
Emitir relatórios dos atletas.

Requisitos não funcionais:

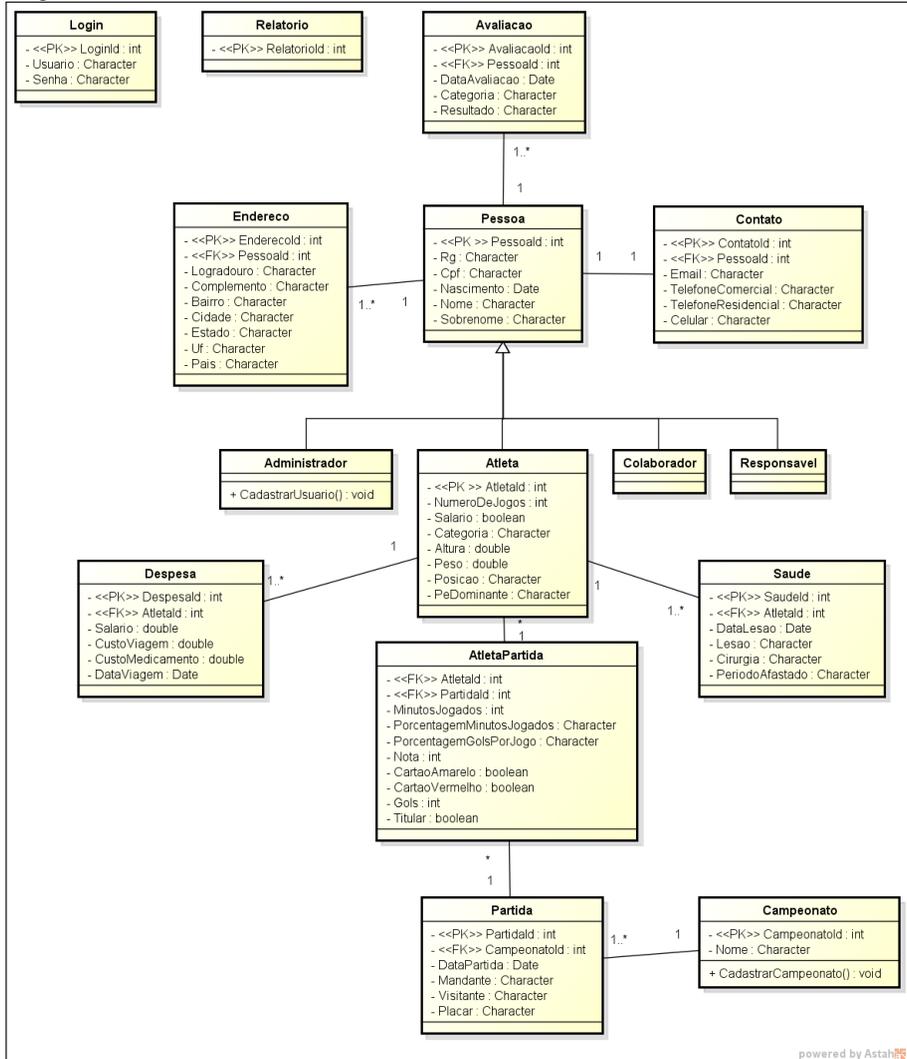
A interface do sistema deverá se adequar de acordo com o tamanho da tela utilizado;
A interface deve ser intuitiva para que novos usuários consigam usar o software com pouca ou nenhuma orientação;
Somente usuários com privilégios de acesso de Coordenador poderão gerar relatórios;
Tempo de resposta do sistema não deve ultrapassar 30 segundos.

Fonte: os autores.

A modelagem do software foi realizada por meio da Linguagem de Modelagem Unificada (UML). Com classes, atributos, métodos e seus relacionamentos o diagrama de classes previsto na UML mostra uma descrição mais parecida com a estrutura do sistema orientado a objetos, de acordo com o Diagrama 1:



Diagrama 1 – Classes do sistema



Fonte: os autores.

Para a validação do sistema, foi elaborado um questionário com base na escala Likert visando que os participantes do estudo respondessem. A fórmula para verificação do sistema é abordada a Figura 1:



Figura 1 – Fórmula para validação do sistema

$$M = v1 * p1 + v2 * p2 + vn * pn / T$$

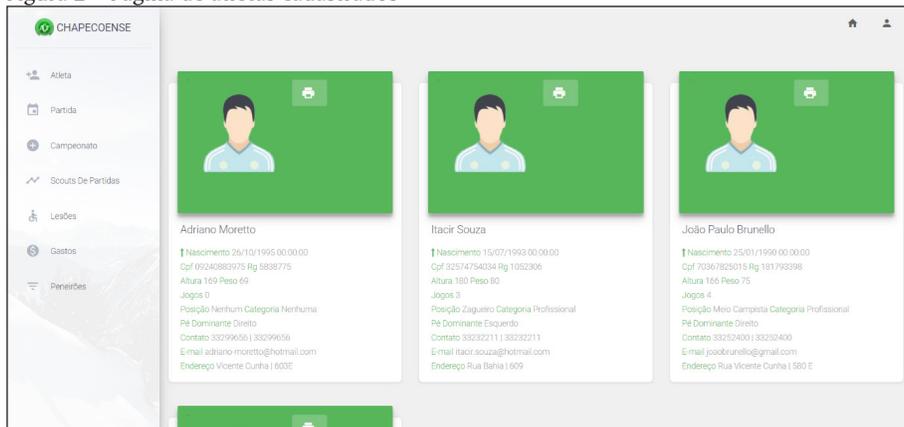
Fonte: os autores.

Em que M: Média, p1, p2, pn: pesos, v1, v2, vn: valor do questionário, T: total de respostas.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Após a coleta dos requisitos funcionais, não funcionais e a modelagem da aplicação desenvolveu-se o sistema proposto. Usuários já cadastrados poderão efetuar o login no sistema para ter acesso a suas funcionalidades, o login é feito por meio do usuário e senha previamente cadastrados. Se o usuário e a senha forem validados o sistema carrega a página contendo todos os atletas já cadastrados, caso contrário informa que os dados estão incorretos e volta a solicitar usuário e senha.

Figura 2 – Página de atletas cadastrados



Fonte: os autores.

A página apresentada na Figura 2 mostra a lista de atletas cadastrados até o momento junto com algumas informações que podem agilizar o processo interno do colaborador. No lado esquerdo consta o menu da aplicação, cada menu tem a



opção de criar, editar, exibir detalhes e excluir os dados cadastrados. Essas opções seguem o mesmo padrão para todas as páginas, visando uma maior comodidade para o usuário. Também, no decorrer das páginas buscou-se aplicar alguns dos princípios do Material Design abordados na seção 2, podendo-se destacar o design que se adapta em diferentes tamanhos de telas, superfícies camadas, sombras, fontes, ícones, ações e efeitos dos botões.

A análise dos dados para se chegar a conclusões do presente estudo foram realizadas mediante um questionário. Primeiramente o pesquisador deste se reuniu com três participantes do estudo e apresentou brevemente o projeto, depois ele disponibilizou o software para cada um efetuar as alterações desejadas por um período de tempo (aproximadamente 15 minutos cada). Após isso, foi disponibilizado o questionário para estes; o resultado consta na Tabela 1:

Tabela 1 – Respostas ao questionário aplicado

Questão	Respostas				
	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Indiferente	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
1	-	-	-	1	2
2	-	-	-	1	2
3	-	-	-	1	2
4	-	-	-	1	2
5	-	-	-	2	1
6	-	-	-	1	2
7	-	-	-	1	2
8	-	-	-	1	2
9	-	-	-	-	3
Total	0	0	0	9	18

Fonte: os autores.

Observa-se que o questionário teve um total de 27 respostas, sendo 18 marcadas com a opção Concordo Totalmente e 8 marcadas como Concordo Parcialmente. A avaliação foi feita a partir da escala Likert, cada alternativa possui um determinado peso, e com as respostas foi possível fazer a média ponderada e verificar o resultado.



Tabela 2 – Pesos das alternativas

Alternativa	Peso
Discordo totalmente	1
Discordo parcialmente	2
Indiferente	3
Concordo parcialmente	4
Concordo totalmente	5

Fonte: os autores.

Na Tabela 2 nota-se o peso de cada alternativa; com esses dados aplicou-se o cálculo:

Figura 3 – Cálculo para validar o software

$$(9*4 + 18*5) / 27 = 4.66$$

Fonte: os autores.

Neste, ocorreu a multiplicação do total de cada alternativa pelo seu respectivo peso e a divisão pela quantidade de respostas. Alcançou-se a média final igual a 4.66, para considerar a aplicação válida foi estipulado que a aplicação deveria ter a média igual ou maior a 3.5.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o desenvolvimento do trabalho proposto atingiu-se o objetivo principal, que foi a elaboração de uma aplicação web utilizando Material Design para gerenciamento de atletas das categorias de base de um clube de futebol. Os objetivos específicos também foram alcançados, realizou-se o levantamento de requisitos com profissionais das categorias de base da ACF, a partir disso foi possível elaborar os diagramas de casos de uso, diagrama de classes e começar a desenvolver o software. Foram abordados dois entre os sistemas já existentes que propõem a gestão de atletas, visando à comparação do que esses sistemas oferecem



e ter uma base para o que este poderá oferecer. Também, foi estudado o Material Design framework para desenvolvimento de interfaces adotado pela Google.

A elaboração do questionário foi realizada para verificar se o sistema estava fácil de usar conforme sua proposta e se responde às questões de pesquisa do projeto. Com isso pode-se perceber a grande aceitação do sistema pelos participantes do estudo, uma vez que a média estimada para validação do projeto foi atingida. A aplicação do Material Design deu-se objetivando que o usuário consiga se familiarizar o mais rápido possível com o sistema, uma vez que todos os softwares da empresa Google estão utilizando ou utilizarão o Material Design a fim de padronizar seus aplicativos, e a maioria dos usuários utiliza pelo menos um dos softwares disponibilizados por essa empresa que é muito popular no mundo todo.

O presente projeto conseguiu resolver as dificuldades enfrentadas até então pelos responsáveis das categorias de base citadas, trazendo um ambiente mais organizado, possibilitando a centralização das informações e a sua disposição de uma forma rápida e clara. Apesar disso, no período de desenvolvimento deste as categorias de base da ACF fizeram a aquisição de um software de terceiros para realizar a gestão dos atletas, resultando na não utilização do sistema proposto.

Contudo, os resultados alcançados são voltados para a população e amostra de participantes desta pesquisa. Assim, para uma validação mais precisa dos resultados do experimento é necessário realizar novas pesquisas com uma quantidade maior de participantes e por um período mais longo de utilização do sistema. Também, como possível proposta de trabalhos futuros, o questionário pode ser aplicado para recolher o feedback da utilização do atual software e efetuar a comparação com os resultados do presente projeto.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 8.159**, de 8 de janeiro de 1991. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm. Acesso em: 16 mar. 2018.

CORDEIRO, F. **Introdução ao material design**. 2015. Disponível em: http://www.androidpro.com.br/android-material-design-introducao/#O_Material_e_a_Metafora. Acesso em: 21 out. 2017.



COSTA, F. **Gestão de documentos**. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/gestao-de-documentos/91812/>. Acesso em: 16 mar. 2018.

FREIBERGER, Z. **Gestão de Documentos e Arquivística**. Curitiba: IFPR, 2012. 103 p.

GETMDL. **Material Design Lite**. Disponível em: <https://getmdl.io/>. Acesso em: 22 mar. 2018.

GOOGLE. **Material Design**. Disponível em: <https://www.designprinciplesftw.com/collections/material-design>. Acesso em: 29 mar. 2018.

HOPKINS, A. **Google's 9 Principles of Material Design**. 2016. Disponível em: <https://blog.prototypr.io/googles-9-principles-of-material-design-fb3fef64dcf>. Acesso em: 04 abr. 2018.

SAMPAIO, J. **Introdução ao Google Material Design Lite**. Disponível em: <https://www.devmedia.com.br/introducao-ao-google-material-design-lite/34063>. Acesso em 30 mar. 2018.

SERPA, T. **Dissecando o Material Design**. 2016. Disponível em: <https://imasters.com.br/design-ux/dissecando-o-material-design/?trace=1519021197&source=single>. Acesso em: 12 abr. 2018.



AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM MOODLE: UM ESTUDO DE CASO NA UNOESC

Leandro Girardelo¹
Jacson Luis Matte²

RESUMO

Muitas ferramentas e métodos de ensino são utilizados por universidades a fim de auxiliar alunos e professores, facilitando a troca de materiais e informações por meio da comunicação virtual, por consequência, amplamente utilizada no ambiente de ensino a distância. Dessa forma, o presente trabalho objetiva a realização de um estudo de caso na Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó. O estudo visa a análise e uma nova proposta para o ambiente virtual de aprendizagem *Moodle*, personalizando-o de acordo com o perfil da Instituição. Tendo em vista que a Universidade possui uma ferramenta chamada *MoodleRooms* baseada no *Moodle*, o estudo destina-se a analisar as dificuldades dos usuários nessa ferramenta, e com base nas dificuldades elencadas, criar uma proposta de novas funcionalidades, adaptações e um padrão de ensino. Por fim, realizar testes comparando a nova proposta que ainda não possui padrões definidos para o ensino em geral, com a ferramenta atual. O objetivo deste trabalho é customizar e apresentar uma ferramenta que possa facilitar e melhorar o ensino. A metodologia aplicada constitui-se por pesquisa de natureza aplicada, exploratória e qualitativa; a partir de pesquisas com alunos e professores, foi possível realizar um levantamento de requisitos e customizar a ferramenta *Moodle* para melhor atender e facilitar o ensino na Instituição.

Palavras-chave: Ensino a distância. Ambiente Virtual de Aprendizagem. *Moodle*.

1 INTRODUÇÃO

No ambiente acadêmico professores necessitam gradativamente de novas tecnologias para o gerenciamento de aulas ministradas, para que a transmissão e

¹ Graduando no Curso de Sistemas de Informação da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; leandrogirardelo@gmail.com

² Bacharel em Ciência da Computação pela Universidade Federal da Fronteira Sul de Chapecó; jacson.matte@unoesc.edu.br



disponibilidade das informações entre professores e alunos ocorram de forma ágil e fácil. Segundo Maia (2003), uma das estratégias adotadas pelos educadores é o uso de ferramentas digitais no dia-a-dia de trabalho, ferramentas chamadas de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs), fornecendo aos professores, dessa forma, a possibilidade de conduzir cursos a distância, viabilizando o desenvolvimento de atividades de forma flexível.

Tendo como base os AVAs, a problemática do presente trabalho corresponde a inexistência de uma ferramenta específica e atualizada para apoio ao ensino presencial e a distância na Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc). De acordo com uma pesquisa realizada com 42 alunos e 12 professores na Unoesc Chapecó, foi possível constatar que a ferramenta atual utilizada, *MoodleRooms*, possui recursos limitados e não é muito interativa.

Desse modo, o objetivo do trabalho foi melhorar e facilitar o ensino na Unoesc, realizando uma análise na ferramenta atual a fim de elencar possíveis melhorias que possam ser implementadas no *Moodle*, buscando apresentar uma nova proposta baseada em um estudo de caso realizado com alunos e professores, possibilitando um ambiente personalizado e apropriado para apoio ao ensino. Para que esse objetivo seja alcançado, realizou-se a aplicação de questionários para alunos e professores, visando encontrar melhorias no ambiente atual.

Assim, a caracterização da metodologia ocorre por pesquisa exploratória, é de natureza aplicada e possui uma abordagem qualitativa. Os procedimentos técnicos aplicados são: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, levantamento, pesquisa-ação e estudo de caso. Para a elaboração do trabalho, utilizaram-se livros e artigos disponíveis na biblioteca da Unoesc e em acervos on-line, além de questionários e entrevistas com professores e alunos. A pesquisa mais ampla ocorre com relação ao *Moodle*, que é o ambiente virtual de aprendizagem escolhido para ser customizado, no qual uma grande quantidade de informação é extraída da própria documentação do *Moodle* disponível on-line.

Na segunda seção abordam-se as temáticas que versam sobre ensino-aprendizagem, ensino a distância, ambiente virtual de aprendizagem, *Moodle* e suas tecnologias de desenvolvimento. Em seguida, descrevem-se a metodologia adotada



por esta pesquisa e a análise dos resultados obtidos. Finalmente, apresentam-se as considerações finais e sugestões para estudos futuros.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Nesta seção apresentam-se alguns tópicos importantes, conceitos sobre ensino- aprendizagem, ensino-aprendizagem a distância e ambiente virtual de aprendizagem; também, podem-se observar características, vantagens e desvantagens do ambiente virtual de aprendizagem *Moodle*.

De acordo com Kubo e Botomé (2001), o processo de ensinar e aprender é decorrente da transmissão de informações pelo instrutor; tal afirmação se origina da exposição das informações que devem ocorrer de forma compreensível pelo aluno, sua intenção de criar conhecimento, é ideal para a interação com outras pessoas com as quais haja discussões sobre o assunto abordado. Ainda nesse contexto, Arantes, Valente e Moran (2011) ressaltam que para adquirir conhecimento é necessário compreender o material disponibilizado pelo professor e discutir o assunto com outras pessoas. Desse modo, os autores explanam algumas formas de ensino utilizadas em diversas universidades e escolas, em especial o ensino a distância.

2.1 ENSINO-APRENDIZAGEM A DISTÂNCIA

O ensino a distância (EaD) consiste em uma forma de ensino diferente da educação tradicional; atividades são desenvolvidas a distância, de forma que alunos e professores não precisam estar presentes no campus da universidade. Assim, o EaD possibilita a troca de materiais e informações por meio da comunicação virtual (ARANTES; VALENTE; MORAN, 2011).

De acordo com Carvalho Júnior (2012) e Censo EAD.BR e Associação Brasileira de Educação a Distância (2015), diversas universidades e escolas utilizam a prática de EaD como ensino; dados do censo revelam que o número de alunos matriculados em cursos a distância cresce gradativamente, esse fato ocorre pelas vantagens que a EaD propõe aos alunos, possibilitando-os estudar e realizar os trabalhos no período em que estão disponíveis. Existem diversos métodos de



ensino que ainda são utilizados além do EaD; a seguir, podem-se observar as diversas formas de interação entre alunos e professores.

O ensino por correspondência é um modelo de EaD que está em desuso, ele foi muito utilizado na antiguidade, quando a comunicação entre os sábios era realizada por meio de cartas ou correspondências. Pouco tempo depois surgiu o modelo multimeios; ainda nesse modelo, os materiais didáticos, como livros e apostilas, eram enviados pelo correio ou transportadora até a residência do aluno, além desse tipo de comunicação, utilizavam-se computadores e comunicação audiovisuais; os dois modelos citados nesse parágrafo surgiram nos anos 1960. A terceira geração ou modelo de EaD surgiu em 1990 com o progresso das ferramentas web, a tecnologia promove um novo meio que modifica os processos de aprendizagem, as correspondências dão lugar ao meio digital, em que não são mais utilizados materiais impressos, facilitando o processo de aprendizado a distância (CARVALHO JÚNIOR, 2012).

Por meio do modelo web, diversas ferramentas foram desenvolvidas e aprimoradas para auxiliar o ensino a distância, mesmo em cursos presenciais ou semipresenciais, muitas atividades devem ser realizadas fora da sala de aula e com isso se faz necessário o uso de práticas e ferramentas aplicadas no EaD, a seguir; aborda-se um pouco mais dessas ferramentas denominadas Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

2.2 AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM

De acordo com Rostas e Rostas (2009), sistema virtual de aprendizagem a distância é um conjunto de funcionalidades e interfaces que tendem a representar uma sala de aula, porém, não uma sala de aula física, mas digital. Possibilita aos alunos e professores desenvolver atividades, compartilhar materiais com outros usuários, realizar avaliações, responder fóruns e diversas atividades independentemente da localização física ou horário disponível. Maia (2003) complementa citando que ferramentas virtuais podem proporcionar animações, e, por ser um contexto interativo, normalmente promove motivação nos alunos ao utilizar o ambiente, fazendo com que fiquem habituados e produzam conhecimento de forma mais fácil.



Existem diversos softwares de EaD disponíveis na internet, alguns se destacam pela quantidade de funcionalidades disponíveis, outros pela facilidade de instalação e gerenciamento; pode-se observar, no Quadro 1, uma breve comparação entre os principais AVAs existentes:

Quadro 1 – Ambientes Virtuais de Aprendizagem

Característica/Funcionalidade	Ambientes Virtuais de Aprendizagem				
	<i>Moodle</i>	TelEduc	AulaNet	WebCT	<i>Classroom</i>
Acessibilidade	X	X			X
<i>Open Source</i>	X	X	X		
Videoconferência	X				X
Fórum	X	X	X	X	X
Wiki	X	X		X	
Mural	X	X		X	X
Versão <i>mobile</i>	X				X
Agenda	X		X	X	X

Fonte: os autores.

Conforme o Quadro 1, pode-se observar que o *Moodle* possui vantagens sobre seus concorrentes. De acordo com Coelho *et al.* (2011, p. 337), “o *Moodle* atende aos requisitos de acessibilidade previstos pelas normas da W3C em todas as versões, e não requer nenhum desenvolvimento de novos componentes para que isto seja possível.” Verifica-se que os AVAs *Moodle*, TelEduc e AulaNet são *open source*, ou seja, softwares de código livre; outros aspectos apresentam as ferramentas que possuem uma comunidade de desenvolvedores ativa, sendo *Moodle* e TelEduc. A *Classroom* é uma ferramenta desenvolvida pela Google, seu código fonte não é liberado, porém a ferramenta é gratuita para uso, além de possuir uma versão *mobile* (GOOGLE, 2017).

De acordo com Gabardo, Quevedo e Ulbricht (2010), a ferramenta AulaNet foi desenvolvida pelo Departamento de Informática da Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1997, sendo que não oferece sistema multimídia. Sobre o WebCT, é uma ferramenta desenvolvida por um grupo de estudantes da University of British Columbia, a qual fornece um conjunto de funcionalidades para apoio às aulas, não



é um software *open source*. A seguir será apresentado o AVA *Moodle*, utilizado para a execução do presente trabalho.

2.3 MOODLE

O *Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment (Moodle)* ou Ambiente de Aprendizagem Dinâmico Orientado a Objetos Modulares, em Português, é um software livre que pode ser alterado ou modificado por qualquer desenvolvedor. Foi criado inicialmente em 1999 por Martin Dougiamas, é uma das ferramentas de EaD mais utilizadas no mundo, ganhando espaço no meio acadêmico por ser um software livre e possuir uma grande comunidade de desenvolvedores, proporcionando, assim, novas funcionalidades e crescimento (COLE; FOSTER, 2008).

Desse modo, conforme Moodle (2017a), tornou-se uma ferramenta de EaD totalmente customizada, qualquer desenvolvedor web que conhece a linguagem de programação PHP pode modificar o código fonte e personalizar a ferramenta. O AVA *Moodle* é totalmente web, é acessado por um navegador que realiza requisição ao servidor onde o *Moodle* está hospedado, esse modelo chama-se *client-server*, é muito utilizado no meio web. Os pontos de desvantagens, de acordo com o fórum de discussão do *Moodle*, são destacados da seguinte maneira: alguns professores possuem dificuldades para utilizar a ferramenta e é necessário haver conexão com a internet para ter acesso ao AVA. Já Santana *et al.* (2014) citam que o *Moodle* possui algumas vantagens quando comparado com outros AVAs, é considerado gratuito e seguro, de fácil instalação em razão da documentação e fóruns disponíveis on-line, pode ser realizado o upload de qualquer tipo de arquivo, até mesmo de aplicações desenvolvidas pelos alunos ou professores.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O meio de estudo deste trabalho foi uma pesquisa a fim de coletar informações relevantes para customizar o ambiente de ensino-aprendizagem on-line *Moodle* para os cursos da Unoesc Chapecó, com o intuito de melhorar o processo de ensino e facilitar a interação entre professores e alunos.



A pesquisa é de natureza aplicada, pois ao concluir o trabalho, obteve-se um produto customizado. O presente estudo caracteriza-se como forma de abordagem qualitativa, a pesquisa foi realizada de forma a coletar a opinião dos participantes, assim, caracterizando e classificando o ambiente de ensino-aprendizagem *Moodle*. A forma de atingir os objetivos ocorre por pesquisa exploratória, pois para chegar aos objetivos, realizou-se um estudo de caso na Unoesc, levantamento bibliográfico e pesquisa com professores e alunos da universidade. A presente pesquisa utiliza-se de diversos procedimentos técnicos, que serão abordados a seguir.

Pesquisa bibliográfica, por utilizar-se de materiais já elaborados e publicados por outros autores, utilização de livros, artigos e material disponível na internet; pesquisa documental, com consultas em materiais não oficiais. De acordo com Silva *et al.* (2009), considera-se pesquisa documental aquela que o conteúdo da pesquisa pode ser coletado de pessoas por meio oral, documentos não públicos, entre outros; no presente estudo utilizaram-se sites não oficiais para coletar dados. Utiliza-se a metodologia do levantamento na etapa de questionários e entrevistas com os professores e alunos. Pesquisa ação, pois a implantação do ambiente *Moodle* poderá afetar diretamente o andamento das aulas dos professores e alunos; de acordo com Gray (2012), a pesquisa afeta as pessoas envolvidas no estudo, proporcionando intervenção da realidade atual. Estudo de caso, no qual se realizaram-se entrevistas aos professores e alunos da Unoesc a fim de coletar informações sobre o atual sistema acadêmico da Universidade, realizando uma análise das informações e expondo situações de melhorias que poderão ser geradas com a implantação do *Moodle*.

Para a construção do trabalho, realizou-se um estudo em livros e artigos com o intuito de adquirir conhecimento sobre as técnicas e ferramentas disponíveis de ensino-aprendizagem, a partir disso, destinou-se a conhecer as principais funcionalidades da ferramenta *Moodle* efetuando a sua instalação em um servidor disponível na Unoesc. A etapa seguinte almejou a aplicação de questionários para professores a fim de elencar sugestões de melhorias a serem implementadas na ferramenta *Moodle*; após serem coletadas as respostas, realizaram-se a análise e a escolha das melhorias viáveis para a implantação. Depois da implantação foi possível realizar a validação e a análise dos resultados.



Com o propósito de avaliar os resultados obtidos com a implantação do *Moodle*, elaborou-se um questionário que objetiva obter respostas sobre os benefícios que o *Moodle* propôs aos professores e alunos, ou seja, um questionário de avaliação. Há duas formas de validação do *Moodle*: uma utilizada para avaliar a funcionalidade e outra para avaliar a eficácia.

O questionário de funcionalidade possui três opções de respostas (não, em parte e sim). A média de funcionalidade será calculada de acordo com a fórmula matemática a seguir, estabelecida por Campagnaro (2017), em que deverá atingir a média 7 para ser considerada funcional.

$$Média = \left(\frac{\sum QtdS + \sum QtdEP * 0,5}{N} \right) * 10 \quad (1)$$

Em que:

$\Sigma QtdS$: Somatório de alternativas marcadas como sim.

$\Sigma QtdEP$: Somatório de alternativas marcadas como em parte.

$\Sigma QtdEP * 0,5$: Divide-se por 2 o $\Sigma QtdEP$ em decorrência do fato de que o atendimento em parte possui a metade do peso das marcadas com sim.

N: É a quantidade de questões de funcionalidades avaliadas.

* 10: Para se obter já a média na escala de 0 a 10.

Já para avaliação da eficácia do *Moodle*, utilizou-se a escala *Likert*; conforme Cunha (2007), foram estabelecidas as seguintes opções de resposta para as questões: Concordo totalmente, Concordo, Indeciso, Discordo e Discordo totalmente. Cada opção possui peso diferente, por esse motivo, para o sistema ser considerado eficaz, deverá atingir uma média maior ou igual a 3,5. Assim, os pesos das opções podem ser observados na Tabela 1:

Tabela 1 – Escala *Likert*

Opções	Concordo totalmente	Concordo	Indeciso	Discordo	Discordo totalmente
Pesos	5	4	3	2	1

Fonte: os autores.

Desse modo, será utilizada a fórmula a seguir para calcular a média do critério de eficácia:



$$MédiaEfi = \sum CT * 5 + \frac{\sum C*4 + \sum I*3 + \sum D*2 + \sum DT*1}{N} \quad (2)$$

Em que:

ΣCT : Somatório da escala concordo totalmente.

ΣC : Somatório da escala concordo.

ΣI : Somatório da escala indeciso.

ΣD : Somatório da escala discordo.

ΣDT : Somatório da escala discordo totalmente.

N: É a quantidade de critérios de eficácia avaliados.

4 ANÁLISE DOS DADOS

De acordo com dados coletados após a aplicação do questionário durante o trabalho, foi possível elencar alguns requisitos funcionais e não funcionais para a aplicação *Moodle*. A seguir, podem-se observar os requisitos funcionais.

Quadro 2 – Requisitos Funcionais (*Moodle*)

Requisitos funcionais
Consultar a quantidade de acessos que cada aluno realizou ao ambiente (indicador de participação);
Consultar os alunos que realizaram download do material disponibilizado (indicador de participação);
Permitir a comunicação em tempo real entre participantes, professores e alunos;
Possibilitar a entrega de trabalhos pelo ambiente;
Possibilitar a criação de avaliações on-line (múltipla escolha ou descritiva);
Possibilitar organizar materiais de aula em pastas, adicionando arquivos e links;
Realizar a criação de <i>webpages</i> com conteúdo personalizado em HTML;
Realizar criação de <i>Wiki</i> para compartilhar conhecimento entre todos os participantes da disciplina;
Possibilitar a criação de pesquisa on-line com respostas anônimas, que pode ser usada para avaliação da disciplina;
Possibilidade de criar a própria base de dados e conhecimento dos professores e alunos;
Disponer de um calendário que exibe todas as atividades, feriados e entregas de trabalhos nas disciplinas em que está ministrando;
Trocar mensagens com qualquer usuário do sistema, tanto de forma privada quanto pública, podendo organizar uma lista com seus usuários favoritos;



Aviso automático por e-mail sobre proximidade de entrega de trabalhos, mensagens no fórum, mensagens particulares;
Possibilidade de criar fóruns de discussão;
Gerar relatórios e gráficos personalizados sobre a participação do aluno e da turma em geral nas disciplinas;
Possibilidade de fixar e personalizar avisos e notícias importantes na página inicial de cada disciplina;
Acompanhar data e hora das publicações de trabalhos e avaliar com comentários e notas individuais;
Possibilidade de alterar a linguagem do ambiente <i>Moodle</i> , como Inglês e Português;
Possibilidade de acompanhar os usuários on-line no sistema.

Fonte: os autores.

Além dos requisitos funcionais destacados, no Quadro 3 podem-se observar os requisitos não funcionais elencados para o funcionamento do *Moodle*:

Quadro 3 – Novos requisitos não funcionais (*Moodle*)

Requisitos não funcionais
O <i>Moodle</i> Unoesc deverá estar disponível 24 horas por dia;
O software deverá ser instalado em uma distribuição Linux;
O <i>Moodle</i> poderá ser acessado através do aplicativo <i>mobile</i> ;
O <i>Moodle</i> poderá ser acessado pelos navegadores Internet Explorer 10/11, versão recente do Firefox e versão recente do Chrome, <i>javascript</i> habilitado.

Fonte: os autores.

Entretanto, um acontecido ocasionou a inclusão de novos requisitos funcionais para este trabalho. Em dezembro de 2017 a Unoesc optou por adquirir uma nova plataforma virtual chamada *MoodleRooms*, com essa aquisição, aplicaram-se dois novos questionários, sendo um deles destinado para alunos e outro para professores, a fim de avaliar a nova ferramenta adquirida pela Universidade, podendo-se, assim, identificar melhorias e funcionalidades que ainda não são atendidas. A partir da análise das respostas desses questionários, os requisitos funcionais foram elencados no Quadro 4:

Quadro 4 – Novos requisitos funcionais (*Moodle*)

Novos requisitos funcionais
Acessar cursos por meio de uma organização com agrupamento por semestre;
Enviar e-mail para os alunos quando o professor publicar materiais;
Possibilitar a inicialização de um guia rápido, no qual deverá iniciar um tutorial para facilitar o entendimento dos módulos;
Possibilitar que o professor possa escrever um comentário para o aluno ao lançar uma nota em uma avaliação ou questionário;
Alunos e professores poderão adicionar arquivos privados, os quais somente serão acessados por eles.

Fonte: os autores.

De acordo com os requisitos, algumas implementações na ferramenta *Moodle* foram necessárias. Primeiramente, realizou-se a instalação do ambiente *Moodle* no servidor da Unoesc, ocorreu a instalação de um tema chamado *essential*, a fim de melhorar o layout padrão das *interfaces*, esse tema possibilita realizar a alteração de cores de cabeçalho, rodapé, botões, links, entre outros elementos padrão das *interfaces*, essa funcionalidade está disponível somente para administradores.

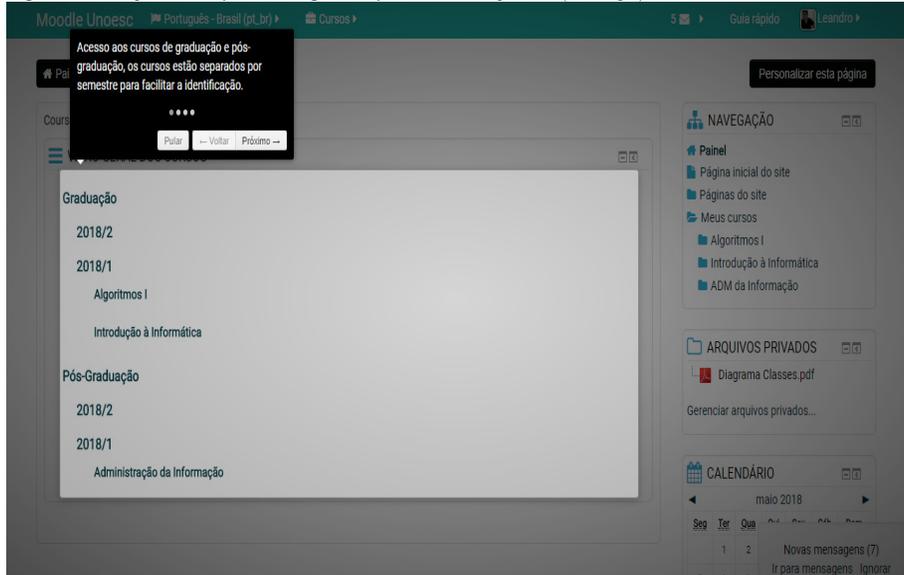
A seguir, podem-se observar as principais implementações realizadas no ambiente *Moodle*, bem como os experimentos e resultados obtidos.

4.1 IMPLEMENTAÇÕES E CUSTOMIZAÇÃO DO *MOODLE*

Com finalidade de proporcionar melhor compreensão sobre os módulos da ferramenta, realizou-se a inclusão de um guia passo a passo, conforme pode ser observado na Figura 1. Para essa funcionalidade, utilizou-se uma biblioteca *javascript* chamada Intro.JS. Além do guia, realizou-se uma implementação com a finalidade de organizar o painel inicial do usuário, no qual se pode visualizar uma organização por semestre e categoria de curso, sendo graduação e pós-graduação; somente serão listadas as disciplinas em que o aluno está matriculado, no ambiente utilizado anteriormente as disciplinas não possuíam uma organização clara.



Figura 1 – Representação da organização das disciplinas (Intro.JS)



Fonte: os autores.

De acordo com a pesquisa realizada, um requisito levantado é o processo de notificações, dessa forma, realizou-se o desenvolvimento de um método para o envio de e-mail quando um material é postado pelo professor, um fórum respondido ou uma nota lançada. Assim, os alunos e professores ficam cientes dos acontecimentos realizados no ambiente virtual. Os usuários do ambiente possuem um espaço disponível para anexar arquivos privados e guardar esses arquivos no ambiente. Na Figura 1 podem-se observar diversas funcionalidades disponíveis na lateral direita, a qual dispõe de um bloco de navegação, arquivos privados e também um calendário em que o aluno pode observar os próximos eventos e entregas. A seguir podem-se observar os experimentos realizados e a validação da ferramenta *Moodle*.

4.2 EXPERIMENTOS E RESULTADOS OBTIDOS

Nesta seção serão descritos os experimentos realizados para avaliar as funcionalidades do *Moodle*. Participaram dos experimentos o aluno Leandro Girardelo, do Curso de Sistemas de Informação, e o Professor dos Cursos de Sistemas de Informação e Engenharia da Computação, Jacson Luis Matte. Os participantes



dos experimentos deveriam executar diversos casos de uso no *Moodle*, o Professor deveria efetuar as funções descritas no Quadro 5:

Quadro 5 – Experimentos Professor

Experimentos Professor
Incluir material didático pedagógico em uma de suas disciplinas;
Organizar materiais em pastas dentro do tópico “Material didático-pedagógico”;
Criar uma base de conhecimento;
Criar um fórum de discussão;
Realizar a alteração do idioma padrão do sistema para Inglês;
Visualizar os logs de acesso dos alunos;
Enviar uma mensagem particular para o aluno por meio do sistema;
Realizar a criação de um chat;
Realizar a criação de uma avaliação on-line;
Criar uma tarefa e realizar a avaliação (incluindo nota e feedback);
Acessar diversas disciplinas;
Adicionar arquivos provados no <i>Moodle</i> ;
Dar nota para o aluno após o recebimento das respostas da avaliação on-line.

Fonte: os autores.

Já o aluno realizou as tarefas descritas no Quadro 6, tanto o aluno quanto o Professor poderão utilizar o guia rápido para auxiliar na execução das atividades. Após a realização das tarefas, efetuou-se a aplicação dos questionários de avaliação aos participantes.

Quadro 6 – Experimentos aluno

Experimentos aluno
Realizar o download dos materiais disponibilizados;
Realizar uma postagem em um fórum criado pelo Professor;
Realizar uma avaliação on-line;
Enviar uma mensagem ao Professor pelo sistema <i>Moodle</i> ;
Acessar os materiais disponibilizados na disciplina pelo aplicativo <i>mobile</i> do <i>Moodle</i> ;
Postagem de tarefa aplicada e conferência da avaliação do Professor;
Acessar diversas disciplinas;
Adicionar arquivos privados no <i>Moodle</i> ;
Realizar a alteração do idioma padrão para Inglês.

Fonte: os autores.



Os experimentos foram realizados com duas pessoas da área de Tecnologia, após a realização das tarefas descritas, os dois participantes responderam aos questionários de funcionalidade e eficácia utilizado para avaliação do ambiente Moodle. Aplicando a fórmula matemática para avaliação de acordo com a terceira seção, obteve-se média 9.41 para o critério funcionalidade. Já para a avaliação do critério eficácia a partir da escala *Likert*, obteve-se média 4.75. Na Tabela 2 podem-se observar o total e o percentual das respostas dos participantes nos questionários de funcionalidade:

Tabela 2 – Avaliação da funcionalidade do ambiente Moodle

Formato	Total de respostas		
	Não	Em parte	Sim
Total	2	-	32
Percentual	5,88%	0%	94,11%

Fonte: os autores.

De acordo com a avaliação do Professor para o questionário de funcionalidade, todas as questões foram respondidas com “Sim”, dessa forma, aplicando a fórmula matemática a nota é 10; já na avaliação do aluno, houve 15 questões respondidas com “Sim” e duas questões respondidas com “Não”. Para as questões respondidas pelos alunos com “Não”, a seguir podem-se observar os cálculos realizados.

$$MédiaFuncProfessor = \left(\frac{17+0*0.5}{17} \right) * 10 = 10 \quad (3)$$

$$MédiaFuncAluno = \left(\frac{15 + 0 * 0.5}{17} \right) * 10 = 8.82$$

Conforme os cálculos descritos, a média final é 9.41, pois é realizada sobre a nota do Professor e do aluno; na terceira seção foi estabelecido que a avaliação deveria atingir uma média 7 para que a aplicação fosse considerada funcional. Na avaliação de eficácia obteve-se uma média de 4.62 na avaliação do



Professor e de 4.87 na avaliação do aluno, assim, na Tabela 3 podem-se observar de forma detalhada o somatório das respostas e a média de acordo com a escala *Likert*.

Tabela 3 – Somatório da avaliação da eficácia do ambiente *Moodle*

Participante	Somatório das respostas					Média de acordo com a escala <i>Likert</i>
	Σ CT	Σ C	Σ I	Σ D	Σ DT	
Professor	5	3	0	0	0	4.62
Aluno	7	1	0	0	0	4.87

Fonte: os autores.

Obteve-se uma média final igual a 4.75 para a avaliação de eficácia, sendo que a média estipulada na terceira seção para que a aplicação possa ser considerada eficaz deve ser maior ou igual a 3,5.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o desenvolvimento deste trabalho, identificam-se diversas funcionalidades que podem ser aplicadas e aperfeiçoadas no ambiente *Moodle* para atender a necessidades encontradas no meio acadêmico. Assim, o objetivo geral deste trabalho foi alcançado, em que se realizou a customização e a implantação do ambiente de ensino-aprendizagem *Moodle* no servidor da Unoesc Chapecó, para ser utilizado nos Cursos de Sistemas de Informação e Engenharia da Computação.

Tratando dos objetivos específicos do trabalho, a configuração do servidor e a instalação do ambiente de aprendizado a distância *Moodle* foram realizadas; também se realizou a aplicação dos questionários com alunos e professores visando encontrar melhorias no ambiente de aprendizado atual. Por meio dos questionários foi possível identificar e analisar diversas melhorias viáveis que concederiam benefícios aos usuários, dessa forma, implementaram-se tais melhorias. Houve poucas dificuldades durante a implementação, pois foram aplicados conceitos de desenvolvimento vistos pelo acadêmico durante o curso.

Realizou-se a customização do ambiente *Moodle* de acordo com as melhorias viáveis e a validação do ambiente a partir dos experimentos realizados com dois participantes. Foi possível observar uma grande aceitação na utilização do



ambiente customizado, de acordo com as médias das avaliações de funcionalidade e eficácia, em que as médias estimadas para que o ambiente seja considerado funcional e eficaz foram atingidas. Entretanto, os resultados alcançados são voltados para a população e amostra de participantes desta pesquisa, assim, para esses resultados serem mais bem validados, novas pesquisas com amostras maiores teriam que ser realizadas, além de um período de utilização maior para que seja possível solidificar o estudo.

Dessa forma, aplicar o experimento com uma quantidade maior de participantes e viabilizar a integração do ambiente *Moodle* com o sistema acadêmico da Unoesc são possíveis propostas para trabalhos futuros. Portanto, outras questões podem ser respondidas após um período maior de utilização do ambiente.

REFERÊNCIAS

ARANTES, V. A.; VALENTE, J. A.; MORAN, J. M. **Educação a Distância**. São Paulo: Summus, 2011. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=kh5T2i831NOC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 5 jun. 2017.

CARVALHO JÚNIOR, A. F. P. de. Educação a distância: uma análise dos modelos de ensino. **EaD em Foco: Revista Científica em Educação a Distância**, São Carlos, v. 1, n. 12, p. 1-12, set. 2012. Disponível em: <http://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/download/152/40>. Acesso em: 5 jun. 2017.

CENSO EAD.BR; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. **Relatório Analítico da Aprendizagem a Distância no Brasil 2015**. São Paulo, 2015. Disponível em: http://abed.org.br/arquivos/Censo_EAD_2015_POR.pdf. Acesso em: 21 jun. 2017.

COELHO, C. M. M. et al. Acessibilidade para pessoas com deficiência visual no Moodle. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 33, n. 17, p. 337-347, jul. 2011. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/14027/1/ARTIGO_AcessibilidadePessoasDeficiencia.pdf. Acesso em: 14 ago. 2017.



COLE, J.; FOSTER, H. **Using Moodle: Teaching with the Popular Open Source Course Management System**. 2nd ed. United States: O'reilly Community Press, 2008. 284 p. Disponível em: https://learn.yorku.ca/moodle/file.php/1/GettingStarted/using_moodle_2e.pdf. Acesso em: 22 jun. 2017.

CUNHA, L. M. A. da. **Modelos Rasch e Escalas de Likert e Thurstone na medição de atitudes**. 2007. 66 f. Dissertação (Mestrado em Probabilidades e Estatística) – Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2007. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/1229/1/18914_ULFC072532_TM.pdf. Acesso em: 19 out. 2017.

GABARDO, P.; QUEVEDO, S. R. P. de; ULBRICHT, V. R. **Estudo Comparativo das Plataformas de Ensino Aprendizagem**. 2010. 83 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento) – Secretaria do Departamento de Engenharia do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Cap. 2.

GOOGLE. **Transform your classroom with Google Classroom**. 2017. Disponível em: https://edu.google.com/k-12-solutions/classroom/?modal_active=none. Acesso em: 30 out. 2017.

GRAY, D. E. **Pesquisa no Mundo Real**. 2. ed. São Paulo: Artmed, 2012. 486 p. Disponível em: <http://bit.ly/2rXzOgq>. Acesso em: 14 maio 2017.

KUBO, O. M.; BOTOMÉ, S. P. **Ensino-aprendizagem: uma interação entre dois processos comportamentais**. 2001. 19 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/3321/2665>. Acesso em: 17 maio 2017.

MAIA, M. de C. **O uso da tecnologia de informação para a educação a distância no ensino superior**. 2003. 294 f. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2003. Disponível em: <http://bit.ly/2sHc50R>. Acesso em: 11 abr. 2017.

MOODLE. **Features**. 2017a. Disponível em: <https://docs.moodle.org/33/en/Features>. Acesso em: 14 maio 2017.



MOODLE. Moodle.net. **Moodle Statistics**. 2017b. Disponível em: <https://moodle.net/stats/>. Acesso em: 23 jun. 2017.

ROSTAS, M. H. S. G.; ROSTAS, G. R. **O ambiente virtual de aprendizagem (Moodle) como ferramenta auxiliar no processo ensino-aprendizagem: uma questão de comunicação**. São Paulo: Unesp, 2009. 18 p. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/px29p/pdf/soto-9788579830174-08.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2017.

SANTANA, M. A. *et al.* Avaliando o Uso das Ferramentas Educacionais no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle. *In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO, 25.*, 2014, Maceió. **Anais [...]**. Dourados: Sbie, 2014. p. 1-10. Disponível em: <http://br-ie.org/pub/index.php/sbie/article/view/3157/2688>. Acesso em: 22 jun. 2017.

SILVA, L. R. C. da *et al.* Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente. *In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 9.*, 2009, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: Educare, 2009. v. 1, p. 4555-4566. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3124_1712.pdf. Acesso em: 14 maio 2017.



UM ESTUDO DAS VANTAGENS TÉCNICAS DE UM SISTEMA AUTÔNOMO CONECTAR-SE A UM *INTERNET EXCHANGE POINT (IXP)*

Enauara Badin¹
Jean Carlos Hennrichs²

RESUMO

Em razão do aumento do uso da internet e exigências das atuais aplicações, as redes devem estar preparadas e estáveis para suportar tal demanda. A internet é formada por redes independentes e interligadas, chamadas de Sistemas Autônomos, que podem ser de diferentes tipos, como provedor de internet, instituição acadêmica, empresas, órgãos públicos, entre outros. Os sistemas autônomos, que são ligados somente a operadores de trânsito, podem estar longe de alguns destinos, com possibilidade de gerar problemas de alta latência, maior chance de falhas, com muitos intermediários no caminho. Com o propósito de aproximar os Sistemas Autônomos e proporcionar uma melhor qualidade de conexão aos usuários, surgiu o conceito de *Internet Exchange Point (IXP ou IX)* ou Ponto de Troca de Tráfego (PTT), como era chamado no Brasil há um tempo atrás. A ideia do *IX* é interligar os Sistemas Autônomos que tenham interesse comum de trocar tráfego diretamente entre si e com todos os que participam do *IX*, realizando conexão *BGP* em um ponto central chamado de *Route Server*. As métricas para avaliação foram definidas de forma empírica e coletadas de testes realizados em um Sistema Autônomo de um ambiente real, disparando pacotes de uma mesma origem para destinos diferentes. Os resultados apontaram diferença de latência e número de saltos, a destinos em que o pacote passou pelo *IX*, com um desempenho melhor do que os dos pacotes que não passaram por nenhum *IX*. Foi possível perceber vantagens em conectar um Sistema Autônomo a um *IX*.

Palavras-chave: Sistemas Autônomos. Internet Exchange Point (IXP). Internet. BGP.

¹ Bacharel em Sistemas de Informação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; enauara@gmail.com

² Mestre em Administração pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; Especialista em Ciência da Computação pela Universidade Federal de Santa Catarina; MBA em Gerenciamento de Projetos pela Fundação Getúlio Vargas; Professor na Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; jean.hennrichs@unoesc.edu.br



1 INTRODUÇÃO

Segundo Tanenbaum e Wetherall (2011), a internet é um vasto conjunto de redes que utilizam protocolos e determinados serviços em comum. Comer (2016) complementa que a internet é dividida em um conjunto de Sistemas Autônomos. O *Border Gateway Protocol (BGP)* é conhecido como protocolo de roteamento de borda, fornecendo a base para que o roteamento funcione de forma integrada na internet (COMER, 2016).

Um Sistema Autônomo – *Autonomous System (AS)* é um conjunto roteadores e de redes sob um único controle administrativo, em que cada *AS* tem seu código *Autonomous System Number (ASN)* único de 16 ou 32 bits (MENDES, 2015). Conforme Ascenço Reis (2010, p. 21), o *Internet Exchange Point (IXP)* é uma solução de rede que otimiza a conexão entre *ASs*, pois possibilita menor latência (evita intermediários externos), menor custo e maior organização da estrutura regional.

Os Sistemas Autônomos conectados apenas a operadoras de trânsito podem estar distante de alguns destinos, situação que pode gerar problemas como alta latência, alta probabilidade de falhas e problemas de rotas, afetando a qualidade da internet e do *AS* em questão.

A justificativa deste projeto é a busca de uma melhor qualidade da internet em um Sistema Autônomo, por meio de um estudo de vantagens técnicas de conectar um *AS* a um *IXP*. Nesse sentido, é objetivo desta pesquisa verificar as vantagens técnicas de conexão de um Sistema Autônomo a um (*IXP* ou *IX*) ou Ponto de Troca de Tráfego (PTT). O artigo delimita-se a analisar essas vantagens técnicas mediante métricas de desempenho de redes de computadores, de conectar um *AS* a um *IXP*. Esta pesquisa caracteriza-se de natureza aplicada, abordagem quantitativa e forma exploratória de atingir os objetivos, utilizando os procedimentos técnicos de pesquisa bibliográfica e experimental.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Para Mota Filho (2013), uma rede de computadores tem como característica o conjunto de dois ou mais computadores, interligados por algum meio (fibra óptica, cabo, ondas de rádio), capazes de trocar informações entre si ou



compartilhar recursos de hardware. Em redes de computadores há muitas maneiras de se medir o desempenho, como latência, Jitter, *Round Trip-Time (RTT)* e contagem de saltos, os quais serão vistos a seguir:

- a) Jitter: segundo Comer (2016), o Jitter avalia a variação no atraso, duas redes podem ter o mesmo atraso médio, mas diferentes valores de Jitter. Essa medida é muito importante em transmissões de tempo real, como voz e vídeo;
- b) Latência ou atraso: pode ser definida como latência ou atraso, a latência específica quanto tempo leva para os dados irem por meio de uma rede da origem ao destino, é medida em frações de segundo (COMER, 2016, p. 412);
- c) *Round Trip Time (RTT)*: é o tempo total de ida e volta de um pacote na rede, da origem até o destino (KUROSE; ROSS, 2013);
- d) Contagem de salto (*Hop Count*): a contagem de salto é uma medida entre dois pontos na internet. A contagem de salto n significa que n redes separa a origem e o destino (COMER, 2015). Essa contagem pode ser feita por meio de uma ferramenta muito utilizada pelos administradores de redes, o *traceroute*.

2.1 ROTEAMENTO

Segundo Tanenbaum e Wetherall (2011), a internet é um vasto conjunto de redes que utilizam protocolos e determinados serviços em comum, como o roteamento de pacotes. Comer (2016, p. 393) complementa que a internet é dividida em um conjunto de Sistemas Autônomos.

De acordo com Mendes (2015, p. 237), roteamento é a maneira como os pacotes de dados são entregues na internet, entre computadores e roteadores, utilizando o modo salto por salto (*hop by hop*), em que cada roteador verifica o cabeçalho e o endereço de destino, repetindo esse procedimento até que o pacote alcance seu destino.



2.1.1 Roteamento estático e roteamento dinâmico

O roteamento estático se caracteriza por uma tabela que é criada quando se inicia o sistema, e as tabelas não são mais alteradas, a não ser que isso seja feito manualmente. Ele é simples, fácil de especificar e não necessita de software adicional. É utilizado na maioria dos computadores nos casos em que há apenas uma única saída de rede e um único roteador realizando a conexão com a internet (COMER, 2016).

Já o roteamento dinâmico caracteriza uma abordagem em que um software de propagação de rotas atualiza a tabela de roteamento, buscando garantir que cada pacote busque a melhor rota. O software inicializa com uma tabela de rotas, bem como no estático, mas o software, ao se comunicar com outros sistemas e aprender outras rotas, pode mudar a tabela de roteamento (COMER, 2016).

Para Mendes (2015), os protocolos de roteamento são classificados em dois tipos: o (*Interior Gateway Protocol (IGP)* – Protocolo de Gateway Interior) e o (*Exterior Gateway Protocol (EGP)* – Protocolo de Gateway Exterior). O protocolo *IGP* atua entre os roteadores do mesmo *Autonomous System (AS)*, enquanto o *EGP* atua como protocolo de roteamento entre os *ASs*. No *EGP* até o momento há somente o protocolo que é utilizado pela internet, o *Border Gateway Protocol (BGP)*.

2.1.2 Algoritmos de roteamento

Kurose e Ross (2013) mencionam que os algoritmos que calculam os caminhos tomados pelo roteador são chamados de algoritmos de roteamento. Tanenbaum e Wetherall (2011) complementam dizendo que o algoritmo de roteamento é a parte do software da camada de rede que é responsável pela decisão da saída a ser utilizada para os pacotes que entram. Os algoritmos de roteamento são divididos em três tipos: protocolo de roteamento baseado no algoritmo de vetor de distância (*distance vector*), algoritmo estado do link (*link state*) e algoritmo de vetor de caminho (*path vector*) (MENDES, 2015).



a) Roteamento pelo vetor de distância (*distance vector*)

Um roteador operando com algoritmo de vetor de distância periodicamente propaga sua tabela de rotas conhecidas com a distância (saltos) necessária para alcançar cada rede. Esse valor de distância significa a quantidade de roteadores envolvidos entre o roteador emissor e o receptor (MENDES, 2015).

O roteamento de vetor de distância utiliza o algoritmo Bellman-Ford Distribuído (DBF). Quando um roteador recebe um quadro, ele analisa o endereço contido no pacote e envia a área lógica do destino, tomando como base o menor número de saltos. As vantagens desse algoritmo estão na simplicidade e na eficiência computacional em razão da sua característica distribuída (MENDES, 2015).

b) Roteamento pelo estado de link (*link state*)

Quando um roteador opera utilizando o protocolo por estado de link, o roteador testará se cada enlace está ativo ou não. Qualquer alteração que ocorrer na topologia, um *Link State Advertisement (LSA)* é transmitido a todos os roteadores para que eles refaçam os cálculos das distâncias. A distância utilizada é calculada utilizando o algoritmo Dijkstra's *SPF (Shortest Path First)*. Quando uma rede envolve vários roteadores, é melhor optar pelo link de estado do que pelo vetor de distância (MENDES, 2015).

Os protocolos de estado de link trabalham de forma direcionada a eventos, em vez de atualizações periódicas como no vetor de distância. Esse protocolo envia pacotes *hello* a cada

10 segundos, e se o roteador remoto não responder, ele envia somente as informações modificadas e não a tabela inteira, como faz o vetor de distância, evitando, assim, desperdiçar largura de banda, memória e recursos computacionais (MENDES, 2015).



c) Algoritmo de vetor de caminho (*path vector*)

O vetor de caminho é semelhante ao vetor de distância utilizado pelo RIP, porém, uma lista completa de saltos da origem até o destino é incluída nas rotas trocadas entre os roteadores. O principal objetivo desta lista é evitar loops; quando um roteador receber uma rota *Border Gateway Protocol (BGP)* e notar que seu *AS* já consta no vetor de caminho, o roteador irá identificar que já recebeu essa rota e a descartará (MENDES, 2015).

Quando um roteador receber duas rotas *BGP* com o mesmo destino, será escolhida a que tem o menor custo, com base nos critérios do protocolo *BGP*. A melhor rota ficará na *Forwarding Information Base (FIB)*, as demais rotas ficarão na *Router Information Base (RIB)* e serão utilizadas em caso de a rota principal ficar indisponível. O *BGP* divulga somente as rotas que estão em sua *FIB* (MENDES, 2015).

2.2 BORDER GATEWAY PROTOCOL (BGP)

O *Border Gateway Protocol (BGP)* é conhecido como protocolo de roteamento de borda, ele fornece a base para que o roteamento funcione de forma integrada na internet (COMER, 2016). Para Mendes (2015, p. 445), o *BGP* é responsável pela gestão das rotas na internet e tem as seguintes características:

- a) é baseado no vetor de caminho (*path vector*);
- b) as tabelas de roteamento são trocadas entre os pares (*peer*) assim que a sessão *BGP* é estabelecida. Estima-se que existem mais de 520 mil rotas trocadas na internet;
- c) quando uma nova rota é criada em um roteador, as atualizações são enviadas imediatamente por meio de mensagens *update*.

O *BGP* “possibilita o intercâmbio de informações de roteamento entre os diversos sistemas autônomos (ASs), que, em conjunto, formam a Internet.” (MENDES, 2015). Para Kurose e Ross (2013), o protocolo *BGP* é de altíssima complexidade e altamente crítico na internet, é ele que agrega tudo. No *BGP* pares de roteadores



trocam informações de roteamento através do protocolo TCP pela porta 179; há uma conexão *BGP* para cada enlace que liga dois roteadores de *ASs* diferentes. O *BGP* permite que cada *AS* saiba quais destinos podem ser alcançados por meio dos seus *ASs* vizinhos. Segundo Mendes (2015), o protocolo *BGP* utiliza quatro tipos de mensagens para estabelecer sessões e atualizar rotas, conhecidas como *open*, *update*, *notification* e *keepalive*.

2.3 SISTEMAS AUTÔNOMOS (*AUTONOMOUS SYSTEM (AS)*)

Conforme Mendes (2015, p. 287), um Sistema Autônomo (*AS*) é um conjunto de roteadores e de redes sob um único controle administrativo. Cada *AS* tem um código *Autonomous System Number (ASN)*. Os *ASs* trocam suas tabelas de roteamento por meio do protocolo *BGP*. Comer (2016, p. 393) complementa que um sistema autônomo pode ser um provedor de internet, uma corporação ou uma universidade.

ASN é um número de identificação único e global de um *AS*, definido na RFC1930 com um número de 16 bits, que varia entre 0 e 65535. A RFC4893 ampliou o endereçamento para 32 bits, variando, assim, de 0 a 4294967295. Há também um espaçamento de *ASNs* para uso privado e para documentação, que são de 65.512 a 65.534 para 16 bits, e, para uso de 32 bits, segue de 4.200.000.000 a 4.294.967.294 (MENDES, 2015).

Segundo Forouzan (2008, p. 676), os Sistemas Autônomos podem ser divididos em três categorias:

- a) Stub: o *AS* tem apenas uma conexão com outro *AS*, tráfego de dados não podem passar pelo *AS* Stub;
- b) Multihomed: o *AS* é apenas uma fonte, mas apresenta mais de uma conexão com outros *ASs* e pode receber e enviar tráfego por mais de um *AS*. Mas não permite tráfego transiente, ou seja, dados provenientes de um *AS* e indo para outro *AS*;
- c) Trânsito: são *ASs multihomed* que permitem tráfego transiente.



2.4 INTERNET EXCHANGE POINT (IXP)

Conforme Ascenço Reis (2010, p. 21), a definição de *Internet Exchange Point (IXP)* ou Ponto de Troca de Tráfego (PTT), como era chamado a um tempo atrás no Brasil, é “Solução de Rede com o objetivo de viabilizar a conexão direta entre as entidades que compõem a Internet, os Sistemas Autônomos.”

IX.br é o nome dado ao projeto do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) que promove e cria os *IXPs* para interconexão direta entre os Sistemas Autônomos. No manual do projeto IX.br diz que na infraestrutura do *IXP* há mais de um ponto de acesso (PIX), no qual é indiferente qual o PIX escolhido para o *AS* participante se conectar. O ambiente de interconexão é neutro em sua administração e nas políticas adotadas, e tem caráter de utilização público. Cada PIX está abrigado em um data center comercial e será responsável pela administração do espaço, energia, ambiente, ar condicionado e segurança (COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL, 2004).

2.4.1 Acordo de troca de tráfego

No Acordo de Troca de Tráfego Multilateral (ATM) os participantes estabelecem sessões com o servidor de rotas (*route server*) com o *IXP* e não com cada participante. Há a troca de tráfego entre todos participantes do ATM. No Acordo de Troca de Tráfego Bilateral (ATB) os participantes do *IXP* fecham sessões com quem desejam trocar o tráfego, podendo haver uma venda de trânsito, por exemplo (ASCENÇO REIS, 2010).

2.4.2 Route Servers

Os participantes fechavam sessões *BGP* bilaterais entre si para obter e atualizar a tabela de rotas, porém, com *IXPs* com muitos participantes isso gera um trabalho operacional grande. Um servidor de rotas tem a função de facilitador, os prefixos recebidos de cada anunciante são repassados aos demais, com exceção do



próprio que gerou o anúncio (CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM TECNOLOGIAS DE REDES E OPERAÇÕES, [201-b]).

Os servidores de rotas facilitam a implantação técnica do acordo de tráfego multilateral (ATM); nesse Acordo, cada participante concorda em trocar tráfego com todos os outros participantes. Isso é possível fechando sessões *BGP* com os servidores de rotas e participando do ATM (CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM TECNOLOGIAS DE REDES E OPERAÇÕES, [201-b]).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A área de estudo desse projeto é a de redes de computadores, mais especificamente a conexão de um Sistema Autônomo a um *IXP*, utilizando o protocolo *BGP*. Delimita-se o estudo às entidades de qualquer natureza que já possuem um *ASN*, ou seja, que já são um Sistema Autônomo, e que ainda não sejam participantes de nenhum *IXP*. Testes em ambiente real foram utilizados para validar a vantagem desse tipo de conexão.

Esta pesquisa foi desenvolvida pela acadêmica juntamente a dois professores que se revezaram durante a fase de desenvolvimento deste trabalho: Professor Luciano Carlos Frosi e Professor Jean Carlos Hennrichs.

Esta pesquisa caracteriza-se de natureza aplicada, pois será implementado um ambiente real para realizar os testes e chegar a um resultado final para análise. A pesquisa de natureza aplicada tem como objetivo gerar conhecimentos para aplicação prática, direcionados à solução de problemas específicos (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

A pesquisa tem abordagem qualitativa, pois foi efetuada a análise dos resultados obtidos em um ambiente real. Para Silva e Menezes (2005, p. 20), na pesquisa qualitativa há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito que não pode ser traduzida em números. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas.

Quanto à forma de atingir os objetivos, será exploratória, buscando resolver os problemas enfrentados por Sistemas Autônomos que não estão conectados a nenhum *IX*, mostrando as vantagens de se conectar a ele. A pesquisa exploratória objetiva proporcionar maior familiaridade com o problema, com



o propósito de torná-lo explícito ou construir hipóteses. Envolve entrevistas, levantamento bibliográfico e análises em exemplos (GIL, 1991).

Para a realização deste trabalho, no que diz respeito aos procedimentos técnicos, foi realizada pesquisa bibliográfica e experimental. Pesquisa bibliográfica, pois teve como referência livros, revistas, artigos, sites oficiais de infraestrutura da internet. Segundo Gil (2007 apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 36), a pesquisa experimental consiste em determinar um objeto de estudo e selecionar variáveis que possam ser capazes de influenciá-lo. Pesquisa experimental, porque pode ser produzida tanto em laboratório quanto em campo. Para a pesquisa experimental, foram definidas algumas métricas a fim de obter resultados para análise posterior. A pesquisa é focada no estudo de caso de conexão de Sistemas Autônomos a um *IXP*. Para Gil (2007, p. 44 apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 36), a pesquisa bibliográfica tem como característica as investigações sobre ideologias ou aquelas que se propõem à análise das diversas posições em relação a um problema.

Os participantes do presente projeto são empresas ou entidades de qualquer natureza que já são um Sistema Autônomo na internet e que ainda não estejam conectados a nenhum *IXP*.

3.1 APLICAÇÃO DA METODOLOGIA

O começo de toda pesquisa científica se baseia fundamentalmente na construção de um referencial bibliográfico. Os livros mais relevantes e utilizados neste projeto são dos autores Douglas Comer, Andrew Tanenbaum e James Kurose.

O Comitê Gestor da Internet (CGI), por ser responsável pelo projeto do *IX* no Brasil, possui os conteúdos mais específicos sobre este. Algumas informações como *IXP* atuais, participantes de cada *IX*, tráfego individual e agregado, somente podem ser coletadas com dados atualizados no site www.ix.br do *IX* do Brasil.

Com o auxílio das ferramentas de rede *ping* e *traceroute* foi possível obter os dados para análise. Com o resultado do *ping* foi possível obter os valores de RTT e latência. E com o resultado do *traceroute* foi possível obter a rota, o caminho que o pacote percorreu da origem ao destino.



Após a construção do referencial bibliográfico, partiu-se para a pesquisa experimental. Esta realizou-se exclusivamente sobre o aspecto de conexão de um sistema autônomo a um *IXP*, o que caracteriza o estudo de caso, pois um sistema autônomo pode se conectar a outro sistema autônomo por afinidade ou por troca de interesses entre ambos (parceria comercial).

Para a aplicação prática da natureza de pesquisa se fez uso do software Mikrotik RouterOS para realizar o envio de pacotes aos destinos e realizar a avaliação das métricas estipuladas.

A empresa MikroTik se localiza em Riga, capital da Letônia. Essa organização foi fundada em 1996 para a produção de hardwares e softwares para conectividade à internet. Em 1997 a empresa criou o software RouterOS, um sistema operacional baseado em Linux, que oferece estabilidade, controles e flexibilidade. Em 2002 a MikroTik criou o seu hardware dedicado para embarcar o RouterOS, denominado de RouterBOARD. Algumas das principais *features* são *firewall*, *routing*, *MPLS*, *wireless*, *VPN*, *hotspot*, *proxy*, entre outras (MIKROTIK, 2017).

Como forma de se analisar a vantagem de se conectar um sistema autônomo a um *IXP*, optou-se pelas métricas de latência dos pacotes e número de saltos dos pacotes.

A latência dos pacotes, conforme já citado no referencial, busca especificar o tempo em milissegundos que um pacote leva para chegar ao destino. Por sua vez, o número de saltos determina quantos saltos o pacote passa até chegar no destino.

Utilizando-se um equipamento MikroTik Routerboard CCR1072 com sistema operacional MikroTik RouterOS, em um ambiente real, realizou-se a captura das métricas citas, a partir de testes realizados em vários domínios públicos. Para o teste de latência, fez-se uso da ferramenta *ping*, e para o teste de saltos da ferramenta *traceroute*. Salienta-se que a ferramenta *traceroute* também oferece resultado para a determinação da latência.



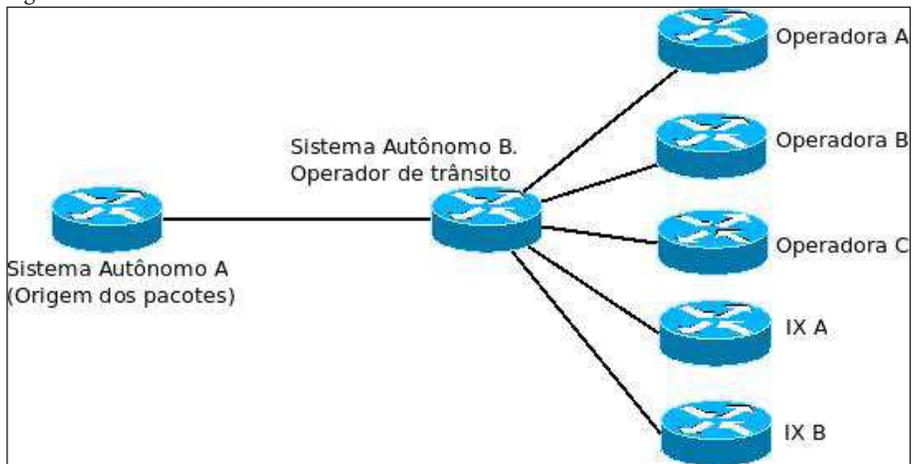
4 ANÁLISE DOS DADOS

Antes de abordar a análise dos dados obtidos das capturas dos testes, faz-se necessário situar o cenário de onde os testes foram realizados. A Figura 1 demonstra o escopo do ambiente dos testes.

Os comandos foram todos originados do Sistema Autônomo A, que contém um roteador MikroTik com as ferramentas de *ping* e *traceroute* no sistema operacional MikroTik RouterOS.

A escolha dos sites públicos para a realização dos testes ocorreu de forma aleatória. Foram eles: *hostgator.com.br*, *cloudflare.com*, *linkedin.com*, *mercadolivre.com.br*, *softlayer.com*, *twitter.com* e *whatsapp.com*.

Figura 1 – Cenário do ambiente real

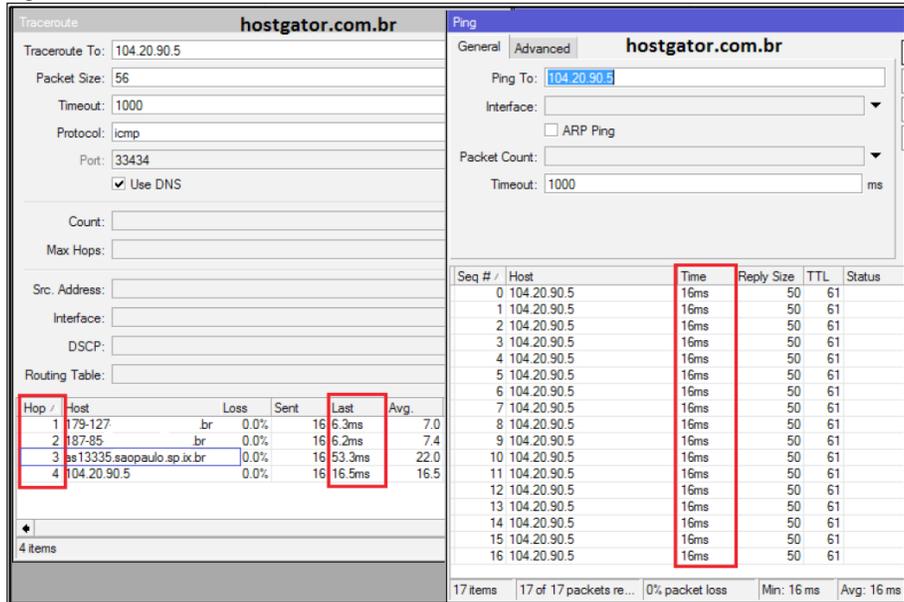


Fonte: os autores.

A Figura 2 apresenta os resultados dos testes realizados de um dos domínios que passaram por IX:



Figura 2 – Testes no domínio

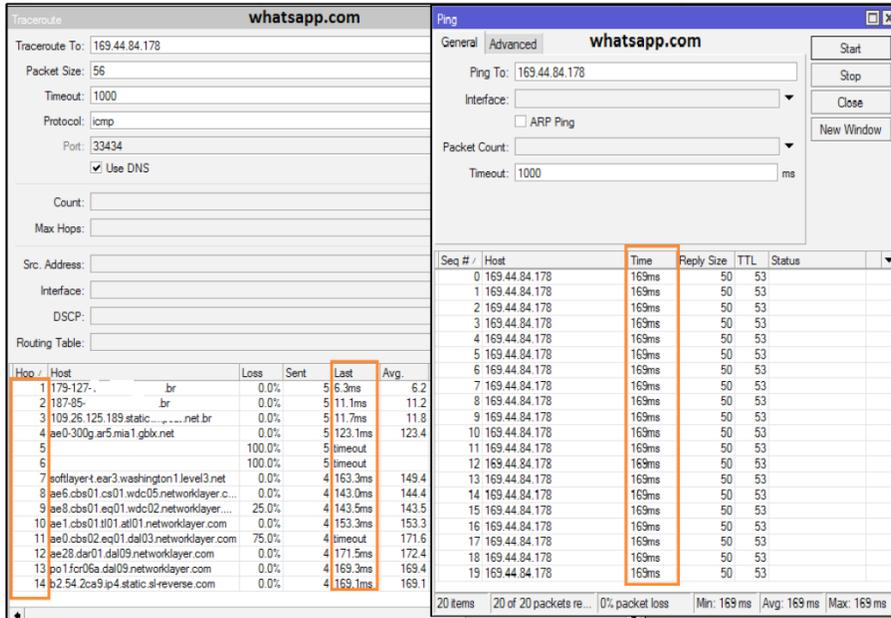


Fonte: os autores.

Como se pode observar na Figura 2, nos destaques, no salto número 3 (coluna Hop), o pacote passou no IX São Paulo, conforme indica o domínio *as13335.saopaulo.sp.ix.br*. No Brasil, padronizou-se que todo servidor de IX tenha como denominação *as+asn.cidade.uf.ix.br*. Após o pacote ter passado pelo IX, chegou ao destino. Dessa maneira, obteve-se uma latência de 16 milissegundos (ms) (coluna Last do comando *traceroute* e Time do comando *ping*) e um total de 4 saltos para se chegar ao destino desejado.



Figura 3 – Testes no domínio



Fonte: os autores.

Na Figura 3, o hop 4, representado pelo nome ae0-300g.ar5.mia1.gblx.net, indica o pacote passando por Miami, com 14 saltos, e a latência aumentando consideravelmente, de aproximadamente 12 ms para 123 ms. Para algumas aplicações como voz, por exemplo, pode ocasionar uma perda na qualidade do serviço, devido ao *Jitter*.

As Figuras 2 e 3 mostram a imagem de apenas dois dos testes realizados. A Tabela 1 mostra todos os resultados dos testes realizados no ambiente real, contendo as informações de destino em formato de domínio, latência média em milissegundos, número de saltos e se o pacote passou pelo *IX* ou não.



Tabela 1 – Resultados obtidos aos domínios

Destinos (domínio)	Latência (média)	N. de saltos	Passou por IX?	Localização do IX	Identificação do IX
cloudflare.com	16 ms	4	Sim	São Paulo	as13335.saopaulo.sp.ix.br
hostgator.com.br	16 ms	4	Sim	São Paulo	as13335.saopaulo.sp.ix.br
twitter.com	17 ms	4	Sim	São Paulo	as13414.saopaulo.sp.ix.br
mercadolivre.com.br	157 ms	8	Não		
linkedin.com	142 ms	10	Não		
softlayer.com	156 ms	13	Não		
whatsapp.com	169 ms	14	Não		

Fonte: os autores.

Pelo que se pode observar na Tabela 1, apenas 3 domínios de destinos passaram por IX e todos estavam localizados em São Paulo. Esses domínios foram cloudflare.com, hostgator.com.br e twitter.com. Os demais domínios não passaram por IX. O domínio whatsapp.com foi o mais demorado deles no teste, apresentando uma latência de 169 ms e um total de 14 saltos até o pacote chegar ao destino. Dois domínios ficaram em primeiro lugar, cloudflare.com e hostgator.com.br, apresentando uma latência média de 16 ms e um total de 4 saltos (em cada um). Pelos resultados da Tabela, observa-se que os domínios que apresentavam a passagem por IX foram os que mais rapidamente obtiveram resposta aos testes aplicados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta pesquisa foi atingido, ou seja, desenvolver um estudo de vantagens técnicas de conexão de um Sistema Autônomo a um *Internet Exchange Point (IXP)*. Para isso, uma pesquisa na área de redes de computadores, infraestrutura e componentes que constituem a internet, protocolo *BGP*, Sistemas Autônomos e formas de conexão foi realizada. Objetivos específicos foram cumpridos para atingir o objetivo geral, e estes contribuíram significativamente para a conclusão desta pesquisa. Pode-se citar aqui a realização dos testes por meio



de um roteador *BGP* de um Sistema Autônomo em um ambiente real, disparando pacotes para diferentes destinos, utilizando-se de domínios públicos como parâmetro. Se não fosse possível acessar esse ambiente real para a realização dos testes, uma simulação em laboratório seria praticamente impossível de se fazer, em razão, principalmente, da velocidade da rede local e da comparação com a rede real que foi utilizada.

As métricas utilizadas, latência e número de saltos, mostraram diferenças nos resultados em que o pacote passou pelo *IX* dos que não passaram, sendo os melhores resultados os pacotes que passaram pelo *IX*. Lembrando de outra vantagem, com apenas uma sessão *BGP* e uma ligação física ao *IXP*, é possível trocar tráfego com todos os participantes que estão no *ATM* daquele *IXP*, tornando, assim, a gerência do *BGP* mais simples e econômica.

Com esta pesquisa e as conclusões alcançadas foi possível responder à questão de estudo: “Do ponto de vista técnico, há alguma vantagem em um Sistema Autônomo conectar-se a um *Internet Exchange Point (IXP)*?”

É possível concluir que se torna vantajoso realizar a conexão de um sistema autônomo a um *IXP*, pois o torna mais próximo dos *ASs* participantes do *IX* escolhido, reduzindo, assim, o tempo de latência, o número de saltos para chegar ao destino, diminuindo a probabilidade de problemas de rotas. Este foi um estudo de vantagens técnicas de conexão de um Sistema Autônomo a um *IXP* no Brasil, perto da imensidão que é a internet e suas possibilidades de tipos de conexões, distribuição de conteúdo e demais características e tecnologias.

Para melhorar esta pesquisa, um estudo mais aprofundado deve ser feito, obtendo um maior número de amostras, e em um ambiente real, utilizar alguma ferramenta de coleta de Flows, por um determinado tempo, para saber de fato quais Sistemas Autônomos são os mais utilizados em determinada rede, sendo possível, assim, analisar em qual *IXP* do Brasil se conectar e trocar tráfego. A consulta de participantes pode ser feita no site do *IX* no Brasil: www.ix.br.



REFERÊNCIAS

- ASCENÇO REIS, E. **Interconexão de Sistemas Autônomos (AS)**. [2010]. Disponível em: <http://ix.br/doc/nic.br-ceptro.br-pttmetro.apresentacao.pdf>. Acesso em: 18 maio 2017.
- CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM TECNOLOGIAS DE REDES E OPERAÇÕES. **Formação para Sistemas Autônomos**: São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, [201-a]. Disponível em: http://moodle.saladeaula.nic.br/pluginfile.php/1355/mod_resource/content/2/fas-09-intro-BGP.pdf. Acesso em: 2 jun. 2017.
- COMER, D. E. **Interligação de Redes com TCP/IP: Princípios, protocolos e arquitetura**. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. 471 p.
- COMER, D. E. **Redes de Computadores e Internet**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2016. 543 p.
- CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM TECNOLOGIAS DE REDES E OPERAÇÕES. **Introdução**. Disponível em: <http://ix.br/intro>. Acesso em: 4 jun. 2017.
- CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM TECNOLOGIAS DE REDES E OPERAÇÕES. **Metropolitan Internet eXchange – MIX**: (em português PTTMetro). [2004]. Disponível em: <http://ix.br/mix.txt>. Acesso em: 18 jun. 2017.
- CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM TECNOLOGIAS DE REDES E OPERAÇÕES. **Serviço de Route-Server do IX.br**. São Paulo: Ceptrobr, [201-b]. Disponível em: <http://ix.br/route-server-and-communities>. Acesso em: 2 jun. 2017.
- COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **Metropolitan Internet eXchange – MIX**. [2004]. Disponível em: <http://ix.br/mix.txt>. Acesso em: 18 jun. 2017.
- FOROUZAN, Behrouz A.. **Comunicação de dados e Redes de Computadores**. 4. ed. São Paulo: Bookman, 2008. 1103 p.
- GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2018.



GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

KUROSE, J. F.; ROSS, K. W. **Redes de Computadores e a Internet: uma abordagem top-down**. 6. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013. 607 p.

MENDES, D. R. **Redes de Computadores: Teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Novatec Editora, 2015. 527 p.

MIKROTIK. **MikroTik About us**. Disponível em: www.mikrotik.com. Acesso em: 6 nov. 2017.

MOTA FILHO, J. E. **Análise de Tráfego em Redes TCP/IP: utilize tcpdump na análise de tráfegos em qualquer sistema operacional**. São Paulo: Novatec Editora, 2013. 411 p.

SILVA, L. S.; MENEZES, E. M. **Metodologia da Pesquisa e elaboração de Dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005. 139 p.

TANENBAUM, A. S.; WETHERALL, D. **Redes de Computadores**. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011. 563 p.



SOFTWARE PARA AVALIAÇÃO FÍSICA NA ACADEMIA DA UNOESC CHAPECÓ

Guilherme Henrique Schmitt Colpani¹
Jean Carlos Hennrichs²

RESUMO

Em razão do grande avanço tecnológico, torna-se importante o desenvolvimento de ferramentas que proporcionem maior produtividade e agilidade em tarefas do cotidiano. Essas ferramentas devem armazenar os dados de forma segura, possibilitar o acesso aos dados a qualquer momento e auxiliar os usuários a tornar decisões. Este artigo apresenta o sistema de informação desenvolvido para a academia da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc) de Chapecó, cujo objetivo visa atender às necessidades no processo de avaliação física de seus alunos. O sistema possibilita a realização do cadastro de alunos da academia, a realização de avaliações físicas e a emissão de relatórios com informações adquiridas por meio da análise dos dados coletados nas avaliações. A metodologia constitui-se de uma pesquisa aplicada e qualitativa. Por meio de conteúdos estudados pela Educação Física, buscou-se aplicar conceitos e formulas no sistema de avaliação para atender às necessidades de uma avaliação física. A análise dos dados coletados demonstrou que o sistema construído é eficaz e funcional para a utilização nos procedimentos realizados nas avaliações físicas em academias.

Palavras-chave: Avaliação física. Academia. Antropometria.

1 INTRODUÇÃO

Quando se opta por iniciar a prática de atividade física, pensa-se na necessidade de frequentar alguma academia ou até mesmo realizar de forma espontânea exercícios físicos sem recursos avançados, por meio de uma simples caminhada pela cidade ou até mesmo com exercícios em casa.

¹ Bacharel em Sistemas de Informação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; guilhermehscolpani@gmail.com

² Mestre em Administração pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; Especialista em Ciência da Computação pela Universidade Federal de Santa Catarina; MBA em Gerenciamento de Projetos pela Fundação Getúlio Vargas; Professor na Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; jean.hennrichs@unoesc.edu.br



Pode-se definir atividade física como qualquer movimento que o corpo produz por movimento da musculatura esquelética, que resulte em um gasto energético acima dos níveis de repouso, podendo ser citadas como exemplo as atividades do cotidiano. Essas atividades dividem-se em dois grupos: o primeiro grupo é composto por atividades não estruturadas que são relacionadas à prática de atividades diárias sem objetivo físico definido ou planejado, e o segundo grupo é composto por atividades estruturadas em um programa de exercícios planejados e sistematizados, orientados por um profissional de Educação Física.

Para profissionais da Saúde a prática de exercícios físicos constitui o desenvolvimento do organismo para a defesa contra doenças, distúrbios e indisposições. Estudos mostram que pessoas sedentárias frequentemente apresentam maior risco de desenvolver doenças crônicas como cardiopatia, diabetes, hipertensão, obesidade e distúrbios musculoesqueléticos. Contudo, se a opção for apostar nos exercícios físicos como um novo padrão de vida, devem-se ter alguns cuidados com a saúde, visto que ao dar início às atividades, antes de qualquer procedimento, torna-se necessária a verificação da aptidão física. Portanto, para que seja possível a avaliação da aptidão física, torna-se necessária a realização de alguns procedimentos preestabelecidos por profissionais da área da Saúde e da Educação Física; esses procedimentos vão auxiliar nas técnicas de medição e na coleta dos dados que se fazem necessários para a formulação do resultado desejado.

Esses procedimentos são realizados durante o período em que o indivíduo fica sob avaliação física, a qual é agendada por profissionais capacitados e com o objetivo de coletar dados para que assim sejam possíveis a análise e o desenvolvimento do resultado da aptidão física do avaliado. Entretanto, muitas vezes o armazenamento e a manipulação dos dados são feitos por meio de arquivos impressos ou em planilhas eletrônicas, podendo, assim, sofrer avarias irreversíveis por não possuir um meio correto de realizar esses procedimentos. Esses relatos também são apontados pelos professores e pesquisadoras que realizam avaliações físicas na academia da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc) Chapecó.

Dessa forma, percebe-se a necessidade do desenvolvimento de um software que auxilie esses profissionais em suas atividades, e o presente trabalho



tem como objetivo o desenvolvimento do sistema para avaliações físicas das academias, com seu foco na academia da Unoesc Chapecó.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Segundo O'Brien (2010), o conceito de sistemas de informação é entendido como um conjunto organizado de pessoas, hardware, software, redes de comunicações e recursos de dados que coleta, transforma e dissemina informações em determinada organização. Para Oliveira (2000), sistemas de informação são representados por um conjunto que visa captar o que acontece em organizações, apresentando de forma clara e sucinta, em cada nível hierárquico por meio da tecnologia, assuntos que lhe cabem, tendo como objetivo o processo decisório.

Batista (2012) cita que se pode classificar os sistemas de acordo com a sua forma de utilização, o tipo de retorno que se deseja e o número de pessoas que estejam envolvidas no processo de tomada de decisão em determinada organização. Os sistemas de informação são classificados em quatro pilares hierárquicos principais: nível estratégico com sistemas voltados a informações executivas; nível operacional tendo os sistemas de processamento de transações; nível tático com sistemas de apoio à decisão; e sistemas de informação gerencial (AUDY, 2005).

Podem-se verificar, então, os seguintes tipos de classificação:

- a) Sistemas de Processamento de Transações (SPTs);
- b) Sistemas de Informação Gerencial (SIGs);
- c) Sistemas de Apoio à Decisão (SADs);
- d) Sistemas de Informação Executiva (EIS).

2.1 AVALIAÇÃO FÍSICA

A avaliação física é um processo importante que auxilia na tomada de decisões durante a prescrição de exercícios físicos, e tem como objetivo avaliar tudo o que tem relação com as aptidões físicas de um indivíduo, como as biológicas, fisiológicas, doenças e saúde. Segundo Heyward (2013), a avaliação física ou



testes de aptidão física servem como base na geração de dados com o objetivo de encontrar pontos fortes e fracos em um determinado indivíduo a fim de propor metas realistas na prática de atividades e exercícios físicos. De acordo com Pitanga (2008), a avaliação física é composta pelos seguintes parâmetros e procedimentos:

- 1) Questionário de anamnese e prontidão para atividade física (PAR-Q);
- 2) Medidas antropométricas;
- 3) Testes de flexibilidade e resistência;
- 4) Classificação do somatotipo.

2.1.1 Questionário de anamnese e prontidão para atividade física (PAR-Q)

Segundo Pitanga (2008), o primeiro instrumento a ser obrigatório antes de iniciar a avaliação ou análise de aptidão física é a execução do questionário de anamnese, que serve para o conhecimento de diversos fatores e detalhes da vida de um indivíduo, os quais podem interferir nos testes de avaliação física. A anamnese trata-se de um questionário que vai verificar de forma detalhada sobre o passado e o presente de um indivíduo, cuja finalidade é a análise referente ao estilo de vida, acidentes, doenças familiares e doenças pessoais. Visa também ao encaminhamento para um especialista da área da Saúde, caso necessário para tratamento e acompanhamento médico.

Após a etapa do questionário de anamnese, de acordo com Pitanga (2008), deve-se realizar a utilização do questionário de prontidão para atividade física (PAR-Q), cujo objetivo é liberar ou não o indivíduo para a prática de atividades físicas. O questionário PAR-Q foi desenvolvido na década de 1970 como um método de identificar pessoas que podem apresentar algum risco durante a realização de atividade física (LUZ; FARINATTI, 2005). Para os autores, o questionário é utilizado para a avaliação prévia a programas de exercício físico. Esse questionário deve conter sete perguntas e, caso o cliente responder a alguma delas com uma afirmação positiva, deverá ser encaminhado para acompanhamento médico especializado antes mesmo de iniciar a avaliação física.



2.1.2 Medidas antropométricas

Segundo Pitanga (2008), a antropometria é o ramo das ciências biológicas que estuda de forma direcionada as características mensuráveis da morfologia humana de um indivíduo. O procedimento da avaliação antropométrica possui um referencial importante, para que os procedimentos técnicos de medida sejam executados de forma correta. Além disso, é necessário conhecer e estipular os planos e eixos antropométricos que serão utilizados durante a avaliação.

De acordo com Pitanga (2008) e Carnaval (2008), podem-se classificar as medidas antropométricas como medidas lineares longitudinais, medidas lineares transversais, medidas de circunferência, medidas de massa/ peso e medidas das dobras cutâneas.

2.1.3 Testes de flexibilidade e resistência

A flexibilidade de um indivíduo desempenha um papel importante em numerosos tipos de modalidades esportivas. Para Pitanga (2008), o teste de flexibilidade é um importante componente da aptidão física; de modo geral, a baixa flexibilidade nas regiões da cintura e abdômen é uma das principais causas pelas dores na região lombar.

Durante o processo de avaliação física são avaliadas também algumas habilidades motoras, entre elas exercícios abdominais, flexões, equilíbrio e testes de carga máxima. Segundo Carnaval (2008) existem vários testes com a finalidade de medir a habilidade motora do avaliado; durante esse processo são inseridas baterias de testes que serão aplicadas de acordo com o objetivo a ser alcançado.

2.1.4 Classificação do Somatotipo

A técnica da classificação do somatotipo consiste basicamente na definição do tipo corporal ou físico de um indivíduo, sendo que para essa análise e obtenção do resultado se torna necessária a utilização de algumas medidas. Segundo Carnaval (2008), a técnica de classificação era denominada biótipo em seus primórdios, porém



Sheldon mudou a expressão para somatotipo e descreveu seu propósito como a possibilidade de estabelecer um padrão de tipos físicos e genéticos.

Para Pitanga (2008) e Carnaval (2008), pode-se classificar um indivíduo de acordo com as seguintes características:

- a) Endomorfia: indica predominância do sistema vegetativo e tendência à obesidade, ou seja, é um indivíduo que apresenta altas concentrações de gordura no corpo;
- b) Mesomorfia: indica predominância de maior massa musculoesquelética, ou seja, é um indivíduo que possui uma musculatura firme e bem definida.
- c) Ectomorfia: indica predominância de uma estrutura corporal delicada, frágil e com braços longos e finos.

2.2 DESIGN CENTRADO NO USUÁRIO

O design centrado no usuário é uma das formas de abordagem utilizada pela área do estudo da interação humano-computador, pois o foco principal do produto prioriza as necessidades, desejos, expectativas e condicionamento dos usuários. De acordo com Barbosa e Silva (2011), o design centrado no usuário deve levar em conta os objetivos e as necessidades do usuário, a fim de guiar o processo de desenvolvimento desde o início.

Para Benyon (2011), o entendimento dos requisitos que o usuário necessita deve seguir alguns princípios. Esses requisitos e princípios devem ser levantados por meio de entrevistas com os usuários, em conversas com os desenvolvedores do projeto.

Logo, entende-se que o designer deve projetar a interação e a interface de um sistema para atender às necessidades dos usuários e ajudá-los a alcançarem seus objetivos.



2.3 TECNOLOGIAS ENVOLVIDAS

Para o desenvolvimento do software de avaliação física, tornou-se necessária a utilização de algumas tecnologias para maior agilidade no processo de desenvolvimento, as quais serão apresentadas a seguir.

2.3.1 Delphi

A ferramenta de desenvolvimento Delphi teve sua origem no ano de 1995, sendo oriunda da linguagem do Turbo Pascal e com seu foco inicial para Windows 3.1. Então o produto Delphi fabricado pela Borland constitui em sua ferramenta o conceito Rapid Application Development (RAD) (RIZZATO, 2014). De acordo com Alves (2003, p. 16), o conceito RAD ocorre pelo motivo de que a ferramenta utiliza uma linguagem de programação simples e sua interface auxilia no desenvolvimento com o auxílio de componentes visuais prontos.

Segundo Cantù (2002), a ferramenta Delphi tem como sua aliada a programação visual, em que grande parte da programação realizada ocorre por meio de componentes visuais, utilizando, assim, pouca programação em linhas de código.

A ferramenta Delphi no desenvolvimento do sistema proposto teve como seu foco o desenvolvimento das funcionalidades e comunicação com o usuário. Essas funcionalidades implementaram conceitos apresentados em capítulos anteriores para que assim fosse possível a obtenção do resultado esperado.

2.3.2 PostgreSQL

Para que os dados e informações sejam armazenados de forma correta e segura, torna-se necessária a utilização de algum meio computacional capaz de realizar as tarefas propostas. Dessa forma, pode-se citar o Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados (SGBD) PostgreSQL, capaz de gerenciar o armazenamento e a manipulação dos dados, assim como o seu acesso. Segundo Milani (2008, p. 323), SGBD é um sistema responsável pela segurança e proteção dos dados de um banco, sendo desenvolvido para separar a camada de aplicações com a camada de banco de dados.



A ferramenta PostgreSQL teve sua origem em um projeto chamado de Postgres na Universidade Berkeley na Califórnia, EUA em 1986, sendo designada para criar o modelo e as regras de um novo sistema de armazenamento de dados (MILANI, 2008). Para Pereira Neto (2003), a PostgreSQL somente obteve um interpretador SQL em 1995 pelos profissionais Andrew Yu e Jolly Chen, projeto que teve a união com Postgres, recebendo, então, o nome de Postgres95.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A área de estudo deste artigo foi a academia da Unoesc Chapecó. Por meio de reuniões com o corpo docente do Curso de Educação Física e responsáveis pelo Laboratório de Antropometria, surgiu a ideia do desenvolvimento de um sistema para auxiliar nas avaliações físicas.

Por meio da pesquisa aplicada, visou-se gerar conhecimentos sobre assuntos utilizados na Educação Física, cujo objetivo do artigo foi o desenvolvimento da solução para avaliação física, tendo sua abordagem de pesquisa de forma qualitativa, que visa aprofundar os conhecimentos, criando, assim, uma base sólida sobre o assunto escolhido, delimitando seus objetivos de forma exploratória com conceitos explicativos.

Já quanto aos procedimentos técnicos, pode-se notar uma pesquisa bibliográfica e documental, com o intuito de obter conhecimentos sobre os procedimentos utilizados nas avaliações físicas, ocorrendo em laboratório, já que os procedimentos somente acontecem em um local limitado, que no caso do presente trabalho, foram nas instalações da academia da Unoesc Chapecó, em específico no Laboratório de Antropometria.

Após o levantamento do embasamento teórico sobre a parte da avaliação física, iniciou-se o desenvolvimento do sistema com a aplicação de técnicas como levantamento de requisitos, criação de diagrama de caso de uso, diagrama de atividade, diagrama de entidade e relacionamento, e questionário responsável pela validação do software.

Para avaliar o software de avaliação física desenvolvido, elaborou-se um questionário com questões abertas e fechadas. Essas questões foram aplicadas após



a utilização do sistema pelo avaliador a fim de responder à questão de pesquisa apresentada (Quadro 1).

As questões presentes no questionário foram desenvolvidas para analisar o desempenho do sistema, a verificação da execução dos requisitos solicitados e o levantamento de possíveis melhorias.

As respostas para as questões fechadas estão presentes no Quadro 1 e possuirão os seguintes valores: Sim = 2 pontos; Em partes = 1 ponto; Não = 0 ponto.

Quadro 1 – Questões fechadas da avaliação do software para avaliação física

<p>1 – A disposição dos campos para preenchimento foram apresentados conforme discutidos em reuniões? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Em partes</p> <p>2 – O sistema de Avaliação Física apresenta interface amigável? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Em partes</p> <p>3 – Apresenta resposta rápida durante a utilização do sistema? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Em partes</p> <p>4 – Com relação ao cadastro de alunos, esse requisito foi atendido? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Em partes</p> <p>5 – Com relação à consulta de alunos cadastrados, esse requisito foi atendido? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Em partes</p> <p>6 – O Sistema permite a manipulação no cadastro de um determinado aluno (Alteração e Exclusão)? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Em partes</p> <p>7 – Com relação à avaliação antropométrica, esse requisito foi atendido conforme solicitado (medidas básicas, diâmetros, circunferências, dobras cutâneas, testes físicos e questionário de anamnese)? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Em partes</p> <p>8 – Com relação à emissão do relatório e exportação de dados, esse requisito foi atendido? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Em partes</p>
--

Fonte: os autores.

O cálculo da avaliação é dado pela seguinte fórmula matemática:

$$m\acute{e}d\acute{i}a = (\sum SIM * 2 + \sum EP * 1) * 0,7 \quad (1)$$



Em que:

$\Sigma \text{SIM} * 2$ é a quantidade de respostas Sim, multiplicado pelo peso 2 pontos.

$\Sigma \text{EP} * 1$ é a quantidade de respostas Em partes, multiplicado pelo peso 1 ponto.

* 0,7 é os 70% para aprovação.

Se aplicarmos a pontuação máxima de 8 SIM, teremos:

$$\text{média} = (8 * 2 + 0 * 1) * 0,7;$$

$$\text{média} = (16 + 0) * 0,7;$$

$$\text{média} = 11,2.$$

Logo, para aprovação do sistema, considera-se a média final sendo maior ou igual a 11 pontos.

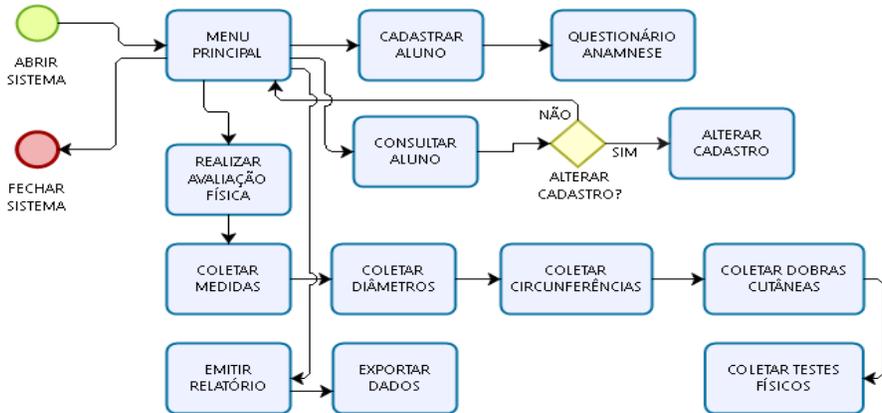
4 ANÁLISE DOS DADOS

Para o desenvolvimento do software inicialmente se realizaram a análise e o levantamento de requisitos, assim como a modelagem do sistema. Durante conversas com os profissionais responsáveis pela avaliação física na academia da Unoesc Chapecó, verificou-se a necessidade de desenvolver as funcionalidades de cadastro e consulta de alunos, realização da avaliação física por meio do sistema e emissão de relatórios.

O Diagrama 1 apresenta a atividade responsável por exemplificar como o usuário do sistema poderá realizar os procedimentos no software:



Diagrama 1 – Atividade sistema de avaliação física



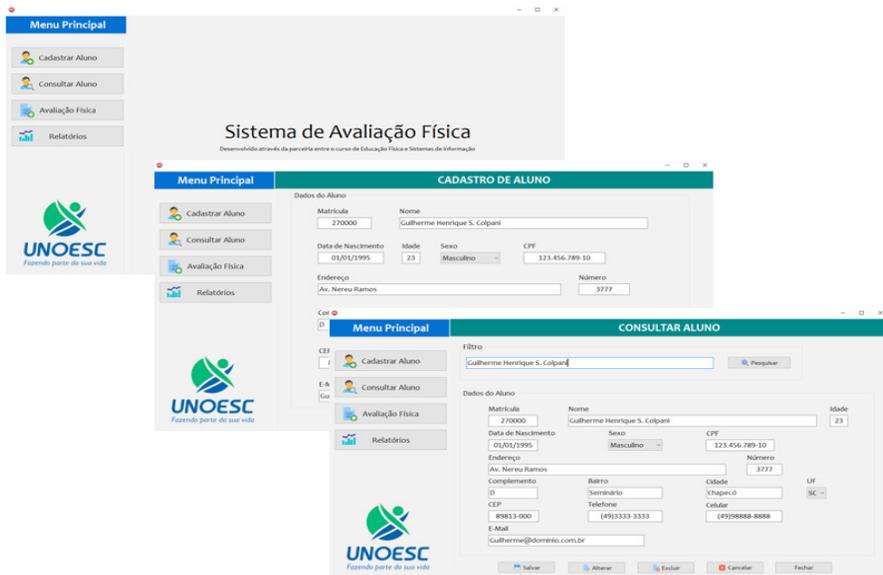
Fonte: os autores.

Com a coleta de requisitos e a modelagem finalizada, iniciou-se o desenvolvimento do sistema utilizando as tecnologias apontadas anteriormente. A Figura 1 apresenta funcionalidades de cadastro e consulta de alunos no sistema, pode-se notar que o sistema apresenta ao lado esquerdo de sua tela principal o menu principal, responsável pela manipulação das funcionalidades desenvolvidas no software.

Após o desenvolvimento das funcionalidades de cadastro e consulta de alunos, foram realizados testes para verificar se as funções que deveriam ser realizadas estavam de acordo com o planejado. Com essa etapa concluída, iniciou-se o desenvolvimento da funcionalidade de avaliação física, nessa parte, foram aplicados conceitos e fórmulas para manipulação dos dados fornecidos pelos usuários no sistema.



Figura 1 – Funcionalidades de consulta e cadastro de alunos



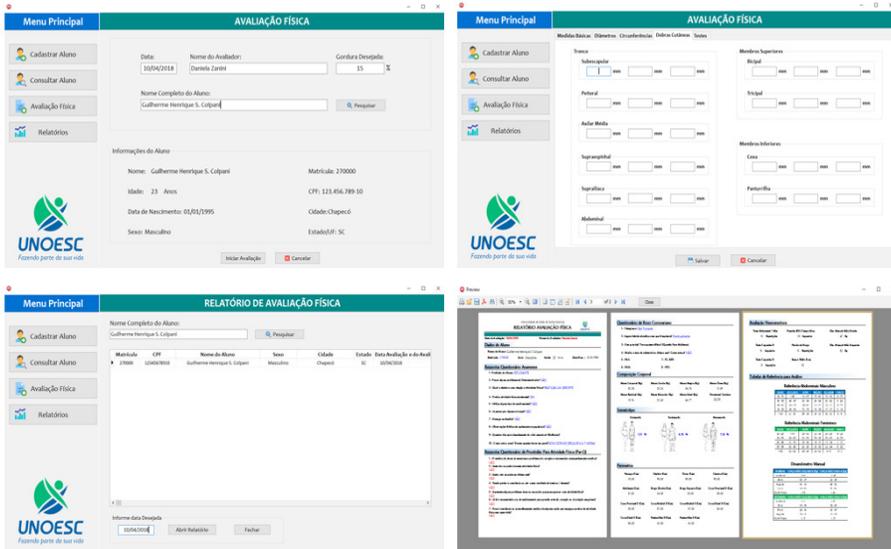
Fonte: os autores.

A Figura 2 apresenta algumas telas referentes ao processo de avaliação que pode ser realizado no sistema, assim como a emissão do relatório final. Esse relatório é possível emitir após a conclusão da avaliação física; para que seja possível a visualização, o usuário deverá pesquisar o aluno desejado e informar a data da avaliação que deseja gerar o arquivo para análise.

Com a finalização do sistema foram realizados testes e a aplicação do questionário de avaliação, conforme apresentado no Quadro 1. Esse questionário teve por finalidade verificar se o software desenvolvido atendeu aos requisitos e ao objetivo de auxiliar os profissionais no processo da avaliação física realizado na academia. O Quadro 2 apresenta o resultado da avaliação de uso do software, e foi realizado por dois profissionais do Laboratório de Antropometria da Unoesc Chapecó: um professor e um assistente.



Figura 2 – Funcionalidades da avaliação física e emissão do relatório



Fonte: os autores.

Conforme apresentado no Quadro 2, pode-se notar que a pontuação mínima de 11 pontos para aprovação do software foi ultrapassada em ambos os resultados pelos dois profissionais. Com base no resultado obtido, foi possível categorizar o software como um sistema funcional, aceito para utilização no processo de avaliação física.

Quadro 2 – Resultado do questionário de avaliação

QUESTÕES	RESPOSTA PROFESSOR	RESPOSTA ASSISTENTE
1	SIM	SIM
2	SIM	SIM
3	SIM	SIM
4	SIM	SIM
5	SIM	SIM
6	SIM	SIM
7	EM PARTES	SIM
8	SIM	SIM
TOTAL	15 PONTOS	16 PONTOS

Fonte: os autores.



Mesmo com o resultado positivo na avaliação do software, verificou-se que a questão número 7 foi avaliada pelo professor como atendendo em partes. Questionou-se qual o motivo ou ponto em que o software não conseguiu atender plenamente, e a resposta relatada verbalmente foi que o sistema poderia implementar melhor os questionários de anamnese, especificamente o PAR-Q, o qual, por sua vez, deverá ser estudado melhor e aperfeiçoado conforme padrões solicitados pelo professor.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo propôs o desenvolvimento do software para auxiliar nas avaliações físicas na academia da Unoesc Chapecó. Contudo, como a área da Educação Física é ampla, este projeto necessitou focar em alguns conceitos e autores.

Em um primeiro momento, ao iniciar o projeto, buscou-se identificar conhecimentos concretos da área da Educação Física, porém, com foco em avaliação física. Após o estudo bibliográfico e o levantamento de informações necessárias sobre a regra de negócio, iniciou-se o desenvolvimento do software por meio da modelagem e levantamento de requisitos. Finalizado o desenvolvimento do software, realizou-se a aplicação do questionário para a avaliação do sistema e validação. O questionário procurou abordar questões com a finalidade de verificar se os objetivos e as funcionalidades desejadas foram atendidos.

Por fim, com os resultados obtidos pela aplicação do questionário, foi possível observar que o sistema teve aceitação positiva. O sistema proposto possui alguns pontos a melhorar, porém, tais pontos não interferiram na obtenção do objetivo proposto. Ressalta-se, ainda, que o sistema desenvolvido possui a limitação de aplicação à academia da Unoesc Chapecó, pois todos os requisitos e testes foram realizados nesse local de estudo. A utilização desse sistema em outra academia ou para outro fim, que não seja o destacado neste artigo, poderá causar resultados adversos aos citados aqui.



REFERÊNCIAS

- ALVES, W. P. **Delphi 7: Aplicações Avançadas de Banco de Dados**. 1. ed. São Paulo: 2003. 302 p.
- AUDY, J. L. N. **Fundamentos de Sistemas de Informação**. 1. ed. Porto Alegre: 2005. 209 p.
- BARBOSA, S. D. J.; SILVA, B. S. da. **Interação Humano Computador**. 1. ed. Rio de Janeiro: 2011. 379 p.
- BATISTA, E. de O. **Sistemas de Informação: O uso consciente da tecnologia para o gerenciamento**. 2. ed. São Paulo: 2012. 269 p.
- BENYON, D. **Interação Humano Computador**. 2. ed. São Paulo: 2011. 441 p.
- CANTÙ, M. **Dominando o Delphi 6: A Bíblia**. 1. ed. São Paulo: 2002. 875 p.
- CARNAVAL, P. E. **Medidas e Avaliação em Ciências do Esporte**. 7. ed. Rio de Janeiro. 2008. 173 p.
- HEWETT, T. T. et al. **ACM SIGCHI Circula for Human Computer Interaction: ACM Special Interest Group on Computer Human Interaction Curriculum Development Group**. 1. ed. New York: 1992. 162 p.
- HEYWARD, V. H. **Avaliação Física e Prescrição de Exercício: Técnicas Avançadas**. 6. ed. Porto Alegre: 2013. 475 p.
- LEÃO, M. **Borland Delphi 7 Curso Completo**. 1. ed. Rio de Janeiro: 2003. 1.383 p.
- LUZ, L. G. de O.; FARINATTI, P. T. V. **Questionário de Prontidão para Atividade Física (PAR-Q)**. [2005]. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/270641843_Questionario_de_Prontidao_para_Atividade_Fisica_PAR-Q. Acesso em: 28 set. 2016.
- MILANI, A. **PostgreSQL: Guia do Programador**. 1. ed. São Paulo: 2008. 389 p.



O'BRIEN, J. A. **Sistemas de Informação e as Decisões Gerenciais na era da Internet**. 2. ed. São Paulo: 2010. 431 p.

OLIVEIRA, J. F. de. **Sistemas de Informação**: Um enfoque gerencial inserido no contexto empresarial e tecnológico. 1. ed. São Paulo: 2000. 320 p.

PEREIRA NETO, Á. **PostgreSQL**: Técnicas avançadas: Versões Open Source: Soluções para desenvolvedores e administradores de banco de dados. 1. ed. São Paulo: 2003. 284 p.

PITANGA, F. J. G. **Testes, Medidas e Avaliação em educação física e esportes**. 5. ed. São Paulo: 2008. 217 p.

RIZZATO, F. L. **Embarcadero**: Um pouco de história para começar nossa conversa. [2014]. Disponível em: <http://gizmodo.uol.com.br/canais/embarcadero/embarcadero-um-pouco-de-historia-para-comecar-nossa-conversa/>. Acesso em: 5 nov. 2016.



DESENVOLVIMENTO DE NOVO *DASHBOARD* PARA O ZABBIX

Leonardo Domeneghini Lauermann¹
Jean Carlos Hennrichs²

RESUMO

Atualmente o Zabbix é uma das principais ferramentas de monitoramento de ativos de rede e servidores em um ambiente empresarial. A ferramenta auxilia no gerenciamento da infraestrutura de rede das organizações, mas apesar de ter uma grande abrangência na parte de monitoramento, não se pode dizer o mesmo sobre a sua interface visual: problemas relacionados à ergonomia podem ser encontrados em sua interface. Nesse sentido, foi objetivo desta pesquisa desenvolver um novo *dashboard* para a ferramenta em que é possível visualizar as informações sobre a rede de forma mais dinâmica e funcional, o que para o usuário é imprescindível. Para criar essa interface foi necessário utilizar diversas tecnologias, desde gerenciadores de banco de dados (MySQL), *frameworks* de desenvolvimento web (Zend Framework e Doctrine), até bibliotecas de criação de gráficos (Highcharts). Foram avaliadas questões de agrupamento e densidade informacional, ambas relacionadas a critérios ergonômicos, por meio de dois questionários: um referente à interface atual e outro envolvendo a nova interface desenvolvida onde os dois foram comparados para identificar o resultado. Por meio dos resultados obtidos, foi possível afirmar que a aplicação desenvolvida se mostrou melhor ergonomicamente do que a disponibilizada pelo próprio Zabbix.

Palavras-chave: Interface do Zabbix. Geração de gráficos personalizáveis. Ergonomia de interfaces. Zend *Framework* e Doctrine.

1 INTRODUÇÃO

Uma das ferramentas pioneiras na tarefa de monitoramento de ativos de rede é o Zabbix, que, além de monitorar, possui diversas formas de informar ao

¹ Bacharel em Sistemas de Informação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; leonardolauermann@gmail.com

² Mestre em Administração pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; Especialista em Ciência da Computação pela Universidade Federal de Santa Catarina; MBA em Gerenciamento de Projetos pela Fundação Getúlio Vargas; Professor na Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; jean.hennrichs@unoesc.edu.br



usuário final o que está com problema, como via SMS, e-mail, *Jabber*, entre outros. Há ainda uma *Application Programming Interface (API)*, na qual é possível adquirir os dados gerados do monitoramento. Contudo, o Zabbix apresenta um problema: as informações que oferece em tela são de difícil visualização para usuários leigos como gerentes de unidades. Outro agravante é que mesmo usuários experientes possuem dificuldade de compreender seus gráficos e *dashboards*, por conter informações em demasia, letras pequenas e agrupamentos de informações conflitantes.

Por esses motivos, este trabalho tem como tema a área de gerenciamento de redes de computadores e delimita-se a desenvolver uma aplicação web para se comunicar com o Zabbix através de sua API, reformulando sua interface. Dessa forma, foi objetivo deste trabalho o desenvolvimento de uma aplicação web para servir de *dashboard* para o Zabbix, onde captura as informações oriundas do Zabbix, utiliza o *framework* Zend com o *Object-Relational Mapping (ORM) Doctrine*, implementa um servidor *JavaScript Object Notation (JSON)*, utiliza a biblioteca do Highcharts para gerar os diversos tipos de gráficos e modela, desenvolve, testa e avalia a aplicação web proposta por meio de dois questionários objetivos.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A seguir, serão abordados os principais recursos necessários para a conclusão do projeto proposto.

2.1 CRITÉRIOS ERGONÔMICOS

Conforme Aranha (2001), a ergonomia “é uma área de estudo que visa à adaptação do trabalho ao homem, especialmente a adaptação dos sistemas automatizados à inteligência humana e às exigências das tarefas, adequando as condições particulares da situação do trabalho.” Nesse sentido, Bastian e Scapin (apud LABIUTIL, 2017a) propuseram oito critérios ergonômicos, divididos em outros subcritérios que norteiam a avaliação e o desenvolvimento da ergonomia em sistemas computacionais.



A condução é um desses critérios e “refere-se aos meios disponíveis para aconselhar, orientar, informar e conduzir o usuário na interação com o computador.” (LABIUTIL, 2017c). Referente ao critério Carga de Trabalho, Galvan (2015), explica que “a carga de trabalho busca a melhoria dos níveis de conforto, satisfação, eficiência e segurança do trabalho, cumprindo os principais objetivos da ergonomia.” Por sua vez o critério de Controle Explícito refere-se ao processamento exposto pelo sistema quanto ao controle que o usuário tem sobre esse processamento. Referente à adaptabilidade, diz respeito à sua capacidade de agir conforme as necessidades e preferências do usuário. Gestão de erros é outro critério que faz jus a todos os mecanismos que evitam ou diminuem os erros do usuário (LABIUTIL, 2017a). Os dois critérios que serão apresentados a seguir foram os utilizados nesta pesquisa.

2.1.1 Agrupamento

Ao falar de agrupamento, existem dois tipos: agrupamento por localização e por formato. O agrupamento por localização consiste basicamente na compreensão do usuário ao visualizar em uma tela como são apresentados os objetos nela. Já o agrupamento por formato é a maneira como são apresentados esses objetos como, por exemplo, ícones ilustrados em diferentes formas para que seja possível distingui-los de uma maneira facilitada (ERGOLIST, 2017).

2.1.2 Densidade informacional

A densidade informacional refere-se à carga de trabalho do usuário, no ponto de vista perceptivo e cognitivo, com relação às informações que são apresentadas na tela em seu conjunto e não individualmente (LABIUTIL, 2017). Conforme Ergolist (2017), “na maioria das tarefas, a performance dos usuários piora quando a densidade de informação é muito alta ou muito baixa. Nesses casos, é mais provável a ocorrência de erros.” Portanto, esse critério permite a avaliação dos componentes que são mostrados ao usuário em seu todo e permitindo perceber se a quantidade de informação é o suficiente para não o induzir ao erro.



2.2 GERENCIAMENTO DE REDES E FERRAMENTAS DE MONITORAMENTO

Segundo Pinheiro (2002), a gerência de redes está associada ao controle de atividades e ao monitoramento do uso dos recursos de rede. A principal tarefa que uma gerência de rede deve executar é a obtenção de informações da rede, e tratá-las para que se possibilite um diagnóstico confiável para a resolução de problemas.

Com isso, pode-se concluir que a gerência de redes auxilia os gerentes ao trabalharem com as complexas informações da rede para garantir a máxima eficácia, eficiência e transparência para os usuários.

Atualmente no mercado existem diversas ferramentas que auxiliam no gerenciamento de redes. A ferramenta *The Dude*, desenvolvida pela empresa Mikrotik, tem como finalidade realizar uma descoberta na rede para encontrar seus ativos (TECHSPOT, 2017). Silva (2008) informa que o Cacti “pode gerar gráficos de banda usando o *Simple Network Management Protocol (SNMP)*. De fato, uma série de diferentes gráficos pode ser feita com os scripts *shell* ou *perl*.” O Nagios é uma ferramenta de código aberto que monitora redes à procura de problemas causados por alto volume de tráfego, além de roteadores, *switches*, entre outros. Possui mais de 5000 complementos para monitoramento com e sem agentes de comunicação nos equipamentos monitorados (NAGIOS, 2017). Já o Zabbix é uma das principais ferramentas de monitoramento atualmente no mercado, e esta é o foco desta pesquisa, dessa maneira, apresentam-se detalhes dela na próxima seção.

2.3 ZABBIX

Em 2001, Alexei Vladishev percebeu que todas as ferramentas comerciais possuíam um valor elevado, alto nível de conhecimento para utilizá-las e o tempo para manutenção era grande; por esse motivo, desenvolveu um sistema de monitoramento próprio e o chamou de Zabbix (VLADISHEV, 2001 apud HORST; PIRES; DÉO, 2015). Ele “é uma solução *open source* de monitoramento para empresas. É um software que monitora vários parâmetros de diversos ativos de rede de computadores.” (LIMA, 2014). Atualmente, é uma das mais populares ferramentas de monitoramento que existem (HORST; PIRES; DÉO, 2015). Ramos (2014) cita que



“além de fornecer uma reação sobre os serviços monitorados, o Zabbix também disponibiliza um mecanismo de notificação via e-mail, *Jabber*, SMS.”

Para que seja possível exportar os dados da ferramenta do Zabbix, foi desenvolvida uma *Application Programming Interface (API)* que permite realizar requisições em formato *JavaScript Object Notation (JSON)* entre os clientes e a API do Zabbix, utilizando o *JavaScript Object Notation – Remote Procedure Call (JSON-RPC)* (ZABBIX, 2017a).

2.4 TECNOLOGIAS ENVOLVIDAS NA PESQUISA

2.4.1 PHP

O *Hypertext Preprocessor (PHP)* foi desenvolvido por Rasmus Lerdorf em 1994, mas apenas em 1995 a primeira versão foi liberada gratuitamente para utilização e era bastante simples, interpretava algumas macros e utilitários que rodavam no servidor das páginas web (PHP, 2017). O motivo de essa linguagem ser bastante utilizada é em razão do fato de estar preparada para criar muitos tipos de aplicações web graças à extensa biblioteca de funções que possui, como, por exemplo, suporte a diversos bancos de dados e protocolos web.

Portanto, essa linguagem de programação é ideal para a utilização em aplicação web quando se deseja trazer informações de servidores externos ao do usuário final e que possibilita criar diversas funcionalidades para atender às necessidades do desenvolvedor da aplicação.

2.4.2 Zend Framework

O *Zend Framework* é uma coleção de pacotes profissionais de *PHP* com mais de 139 milhões de instalações. Ele pode ser utilizado para desenvolver aplicações web utilizando bibliotecas do *PHP* e fornece códigos 100% orientados a objetos (ZEND, 2017b). Para Martini (2006), “ele segue o padrão MVC (*Model View Controller*) que é um padrão de arquitetura de aplicações que visa separar a lógica da aplicação, da interface do usuário e do fluxo da aplicação.” Conforme Matheus (2010), o Zend “foi lançado



no dia 4 de março de 2006 e inclui diferentes tipos de componentes desenvolvidos em PHP 5 para prover alta qualidade no desenvolvimento de aplicações web.” O Zend possui diversos colaboradores que ajudam a aperfeiçoar ferramentas como Google, Microsoft e Strikelron, mas seus principais patrocinadores são a Zend Technologies e a Rogue Wave Company (ZEND, 2017b).

2.4.3 Bootstrap

Conforme Costa (2014) explica, o Bootstrap é um framework que facilita a criação de sites responsivos sem a necessidade de escrever diversas linhas em *Cascading Style Sheets (CSS)*. Bootstrap, conforme conceitua Zamora (2012), é uma variedade de links CSS com algumas funções *Javascript* embarcadas que permitem criar um site complexo e atual. Zamora (2012) cita que “o objetivo principal e lógico do Bootstrap é consumir o menor tempo possível no desenvolvimento de um *website*, seja ele uma página simples estática ou um grande portal dinâmico.”

2.4.4 Doctrine

Conforme Serpa (2012), o Doctrine é um *framework* de *Object-Relational Mapping (ORM)* para *PHP* em que “as tabelas do banco de dados são representadas através de classes e os registros de cada tabela são representados como instâncias das classes correspondentes.” O Doctrine possui um módulo chamado *Doctrine Database Abstraction Layer (DBAL)*, que permite a abstração de bancos de dados no *PHP*. Foi desenvolvido em 1999 com uma biblioteca chamada *Metabase*. Ao ser lançado em sua versão 2, ele foi todo reescrito em *PHP 5.3* e transformado em uma biblioteca independente (WAGE, 2012).

O Doctrine possibilita uma interação com o banco de dados facilitada e transparente, permitindo que o foco do desenvolvedor esteja na programação de objetos e não em sua persistência.



2.4.5 JSON

O JSON é formado por duas estruturas: uma coleção de pares nome/valor e uma lista ordenada dos valores. A primeira pode ser caracterizada como um objeto em diversas linguagens de programação e a segunda refere-se a um *array* (JAVASCRIPT OBJECT NOTATION, 2017).

Sua principal utilização é através de requisições *Asynchronous Javascript and XML (AJAX)*, mas por ser independente de linguagens de programação, pode ser utilizado amplamente por programadores (MACORATTI, 2017).

Portanto, o *JSON*, em sua essência, permite a transmissão de dados de uma forma leve e possui um enorme suporte a diversas linguagens de programação para a troca de mensagens, assim como XML (*Extensible Markup Language*), tanto orientadas a objetos quanto estruturadas.

2.4.6 Highcharts

O Highcharts é uma biblioteca de gráficos baseada em *Javascript* puro e destina-se a aperfeiçoar as aplicações web, adicionando gráficos interativos, os quais possuem compatibilidade com os principais navegadores de internet, inclusive para plataformas *mobile*. Possui uma configuração simplificada e permite a inclusão de dados externos por meio de requisições *JSON* (W3II, 2017). Conforme explica Highcharts (2017), a biblioteca foi desenvolvida apenas com os recursos puros dos navegadores, portanto, não necessita de plugins como Flash ou Java. Inclusive, não é necessário instalar nada no servidor da aplicação, pois necessita apenas de um arquivo Javascript para funcionar.

Além disso, a ferramenta possibilita a criação de diversos tipos de gráficos como linha, barras, pizza, *gauge*, entre outros (W3II, 2017). É uma ferramenta livre para uso não comercial, ou seja, para criação e desenvolvimento de sites pessoais ou para organizações sem fins lucrativos, o Highcharts é gratuito (HIGHCHARTS, 2017).

Com isso, pode-se perceber que o Highcharts é uma ferramenta leve, com diversas funcionalidades e que possui um suporte ao *JSON* além de não necessitar instalação adicional, tanto no lado do cliente quanto no lado do servidor.



3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como o objetivo deste trabalho é criar uma aplicação que possa identificar diversos dados, transformá-los em informações e disponibilizá-los ao usuário final, foi definido sendo de natureza aplicada, ou seja, “tem como motivação a necessidade de produzir conhecimento para aplicação de seus resultados.” (VILAÇA, 2010). Com relação à abordagem, está definida como qualitativa, que, conceitualmente, “está mais relacionada no levantamento de dados sobre as motivações de um grupo, em compreender e interpretar determinados comportamentos, a opinião e as expectativas dos indivíduos de uma população” (PHD, 2015), pois seu principal recurso é transformar os dados de uma aplicação e utilizá-los em uma nova, sem a necessidade de elaboração de dados estatísticos, mas com o objetivo de qualificar o problema e a solução.

Para que os objetivos fossem atingidos foi realizada uma pesquisa exploratória, a qual “permite uma maior familiaridade entre o pesquisador e o tema pesquisado, visto que este ainda é pouco conhecido, pouco explorado (DUARTE, 2017)”, a fim de explicitar o problema encontrado e como será a construção da aplicação proposta que é, em suma, a solução proposta. Os procedimentos técnicos utilizados são: pesquisa bibliográfica, que “é o levantamento de um determinado tema, processado em bases de dados nacionais e internacionais que contêm artigos de revistas, livros, teses e outros documentos” (NEVES; JANKOSKI; SCHNAIDER, 2013); documental, que “é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos” (PESQUISA DOCUMENTAL, 2017) para referenciar bibliograficamente a pesquisa e posteriormente desenvolver a aplicação; estudo de caso, que segundo Oliveira (2017), “consiste, geralmente, em uma forma de aprofundar uma unidade individual”, pois é uma aplicação que busca complementar a ferramenta Zabbix; e, por fim, de laboratório, onde existiram “interações constantes entre os fatores humanos, ambientais, tecnológicos, educacionais e normativos” (MOLINARO; CAPUTO; AMENDOEIRA, 2009), pois os testes foram elaborados em ambiente fechado e restrito, e a avaliação foi feita por meio de questionário a fim de atestar a sua funcionalidade e usabilidade.



Os participantes do estudo deste trabalho foram as empresas que utilizam a ferramenta de monitoramento do Zabbix em seu ambiente de trabalho ou que desejam vender o serviço de monitoramento para outras organizações, e que, além disso, necessitam utilizá-lo para mostrar os problemas em tempo real de forma visual no momento em que ocorrem. Ressalta-se que os testes não foram realizados em campo, mas em laboratório, tendo, nesse caso, como participantes do estudo, um dos autores deste trabalho e um participante externo que possui total interesse na aplicação, mas que não autorizou sua exposição. O autor do projeto, auxiliado pelo seu orientador, teve a responsabilidade de desenvolver e apresentar os resultados obtidos.

Para que o levantamento da pesquisa bibliográfica, as principais tecnologias utilizadas foram sites da internet e livros. Para citar alguns casos, os sites <https://imasters.com.br> e <http://www.labiutil.inf.ufsc.br> foram a base de informações referente ao Zend Framework e Densidade Informacional, respectivamente. Com relação aos livros, é possível citar o Gerenciamento de Redes de Computadores, de José Maurício dos Santos Pinheiro, para trazer aspectos referentes à gerência de redes. Uma das principais ferramentas utilizadas para o desenvolvimento do *dashboard* foi a utilização da *Integrated Drive Eletronics (IDE) PHPStorm* disponibilizada pela empresa JetBrains. Ela auxilia na criação de programas em *PHP* e sua integração com o Doctrine, o qual é um ORM para mapear o banco de dados que será utilizado na aplicação.

Para a modelagem do banco de dados, foi utilizado um modelo de entidade relacionamento, que na engenharia de software é **utilizado** “para descrever os objetos (entidades) envolvidos em um domínio de negócios, com suas características (atributos) e como elas se relacionam entre si (relacionamentos).” (RODRIGUES, 2017). Na criação do diagrama de caso de uso, que segundo Ventura (2016a) “serve para representar como os casos de uso interagem entre si nos sistemas e com os usuários [...], ou seja, como as funcionalidades se relacionam umas com as outras”, foi utilizada a ferramenta Bizagi Modeler para “documentar e otimizar os processos de negócio.” (BIZAGI, 2017).

Com relação ao levantamento de requisitos, estes foram obtidos por meio de conversas informais com a parte interessada no projeto, em que foram verificadas as principais funcionalidades da aplicação e, acima de tudo, quais opções



de configuração da ferramenta seriam apresentadas ao usuário. Foram definidos os requisitos funcionais, que são a “requisição de uma função que um software deverá atender/realizar” (VENTURA, 2016a), e os requisitos não funcionais, que segundo Ventura (2016a), “trata-se de algo que não é uma funcionalidade, mas que precisa ser realizado para que o software atenda seu propósito.”

Para realizar a avaliação da aplicação proposta, dois questionários foram elaborados para que fosse possível avaliar a ergonomia e a satisfação do usuário em cada interface. Nesses questionários, houve perguntas simples de múltipla escolha subdividas em critérios ergonômicos em que o usuário pôde escolher uma entre as cinco opções que foram mostradas por pergunta: muito ruim, ruim, regular, bom e muito bom. As duas primeiras opções equivalem a uma avaliação negativa; as duas últimas equivalem a uma avaliação positiva; a opção neutra (regular) equivale a uma indecisão por parte do usuário. Cada questão foi comparada entre os questionários e caso o questionário referente à nova interface possuísse uma porcentagem maior dos itens de avaliação positiva, seria adicionado 1 ponto à aplicação desenvolvida, iniciando-se em 0 e vice-versa. Para a sua avaliação, caso a aplicação permanecesse com uma quantidade de pontos abaixo do Zabbix ou abaixo de 40% da quantidade total de questões, a aplicação não cumpriria o objetivo proposto; entre 40 e 70% da quantidade total de questões, seria possível afirmar que a aplicação cumpriu parcialmente o objetivo; acima de 70% e abaixo de 90%, que a aplicação cumpriu seu objetivo com poucas ressalvas; com média acima de 90% de aprovação, seria considerado que cumpriu o objetivo plenamente.

Na interface desenvolvida, primeiramente o usuário web solicita a visualização de um gráfico, tela ou *slideshow* para que seja mostrado; em seguida o servidor *JSON* desenvolvido para a aplicação e independente da *Application Programming Interface (API)* do Zabbix verifica se o usuário possui permissões para executar o que foi solicitado, e, em caso de negativo, informá-lo da falta de privilégios para continuar. Em caso positivo, o servidor gera uma nova solicitação, também em *JSON*, mas agora para a *API* do Zabbix, seguindo as regras desta e aguardando uma resposta da plataforma externa. Assim que chega a resposta, a aplicação verifica se foi recebido algum erro e informa caso tenha ocorrido. Em caso



de sucesso, a aplicação mostra os resultados da requisição solicitada pelo usuário, finalizando o processo.

A princípio a aplicação possui três principais opções: o gráfico, onde são realizadas todas as configurações de dados que serão mostrados e como serão mostrados; o *dashboard*, onde é configurada uma tela que junta diversos gráficos; e, por último, o *slideshow*, que configura vários *dashboards*, ou em outras palavras slides, para serem trocados em tempo determinado pelo usuário.

A tabela *it_option* pode ser considerada a principal tabela do banco de dados, pois contém todas as configurações de gráfico, *dashboard* e *slideshow* do programa utilizando a opção de salvamento de um dado em formato *JSON*, ou seja, ela possui a informação de qual item deve ser gerado o gráfico, o tipo de gráfico selecionado pelo usuário e suas configurações específicas, os gráficos que foram escolhidos para serem adicionados a um *dashboard*, os slides que foram escolhidos para serem apresentados em um determinado *slideshow*, entre outros.

Os requisitos funcionais da aplicação são: a aplicação deve possibilitar a gerência de gráficos, além dos tipos de gráficos e *slideshows*; ao configurar um gráfico é necessário mostrar uma pré-visualização de como ele ficará após ser finalizado; a aplicação deve se comunicar com a *API* do Zabbix através do protocolo *JSON* e evitar utilizar requisições diretas ao banco de dados do Zabbix; e a aplicação deve possuir uma forma simplificada e uma avançada no momento da configuração dos gráficos, onde a primeira opção mostrará apenas informações básicas de criação e a segunda uma opção mais robusta. Os requisitos não funcionais da aplicação proposta são os seguintes: a aplicação deve ser web, ou seja, deve rodar através de um navegador de internet; a biblioteca Highcharts deve ser utilizada para a geração de gráficos; e a aplicação deve ser compatível com o Zabbix sem a necessidade de abranger outras ferramentas de monitoramento.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Os formulários que foram utilizados para controle e avaliação da aplicação contiveram questões sobre aspectos ergonômicos relevantes a questões de agrupamento e carga de trabalho.



Na pergunta “A disposição dos itens na interface está satisfatória?”, que deseja avaliar se a forma como os elementos na tela estão dispostos de maneira satisfatória ao usuário, a aplicação desenvolvida possui mais itens de avaliação positiva, portanto recebe 1 ponto, ficando com o total de 1 e o Zabbix com 0; na pergunta “As características gráficas dos itens possibilitou uma melhor compreensão do que cada item faz?”, que tem como objetivo avaliar se as informações gráficas facilitaram na compreensão do usuário sobre o que cada elemento mostrado tem como função, a aplicação desenvolvida possui mais itens de avaliação positiva, portanto recebe 1 ponto, ficando com o total de 2 e o Zabbix com 0; na pergunta “O agrupamento de itens por tipo evitou que ocorresse algum erro?”, que avalia se o conjunto de itens de mesmo tipo está corretamente agrupado para que fossem evitados erros, a aplicação desenvolvida possui mais itens de avaliação positiva, portanto recebe 1 ponto, ficando com o total de 3 e o Zabbix com 0.

Com relação à pergunta “A forma como os itens foram dispostos facilitou a compreensão do que era necessário ser feito?”, avaliando se os itens foram colocados de maneira intuitiva para que o usuário sempre saiba o que está acontecendo, a aplicação desenvolvida possui mais itens de avaliação positiva, portanto recebe 1 ponto, ficando com o total de 4 e o Zabbix com 0; na pergunta “A quantidade de cliques foi aceitável para realizar o cadastro ou configuração de algum item?”, que tem como objetivo analisar se a quantidade de cliques foi considerada ideal para realizar o cadastro de algum item, a aplicação desenvolvida possui mais itens de avaliação positiva, portanto recebe 1 ponto, ficando com o total de 5 e o Zabbix com 0; na pergunta “A quantidade de informação na tela está em um nível aceitável?”, que avalia a saturação dos itens em tela, a aplicação desenvolvida possui mais itens de avaliação positiva, portanto recebe 1 ponto, ficando com o total de 6 e o Zabbix com 0; e na pergunta “Houve a possibilidade de erro por falta de informação?”, avaliando se em algum momento o usuário não soube que precisava ser feito para dar continuidade em algum processo da aplicação, a aplicação desenvolvida possui mais itens de avaliação positiva, portanto recebe 1 ponto, ficando com o total de 7 e o Zabbix com 0.

Por fim, na pergunta “Qual a sua avaliação geral do *dashboard*?”, que solicita uma avaliação da aplicação como um todo, a aplicação desenvolvida possui



mais itens de avaliação positiva, portanto recebe 1 ponto, ficando com o total de 8 e o Zabbix com 0.

Portanto, na contagem final a aplicação desenvolvida apresentou um total de 8 pontos de 8 disponíveis, enquanto a aplicação do Zabbix permaneceu com 0 ponto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho abordaram-se os assuntos de monitoramento de redes e desenvolvimento de aplicação web, a ferramenta do Zabbix, e concluiu-se que a aplicação desenvolvida cumpriu o objetivo plenamente com uma média de 100%.

Todos os objetivos deste trabalho, de desenvolver uma aplicação web para servir como *dashboard* do Zabbix, capturar suas informações, utilizar bibliotecas e *frameworks* de desenvolvimento e avaliar a aplicação foram cumpridos.

Não se podem negar as diversas dificuldades encontradas, como a necessidade de aprender a utilizar um *framework* novo e fazê-lo integrar com uma biblioteca abrangente de gráficos com inúmeras possibilidades de personalização, tendo que escolher quais delas permaneceriam na versão final sem prejudicar o projeto como um todo, e o retrabalho que foi necessário em razão de algo que foi esquecido e não planejado.

No fim, após diversos meses de dedicação, foi possível visualizar o resultado por meio de uma aplicação funcional, bem avaliada ergonomicamente pelos seus interessados, mas, apesar de possuir uma boa interface, ainda precisa de melhorias.

REFERÊNCIAS

ARANHA, E. A. **A Contribuição dos critérios ergonômicos na concepção de sistemas de gerenciamento de aprendizagem virtual**. 2001. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGERP2001_TR42_0112.pdf. Acesso em: 17 mar. 2017.

BIZAGI. **Visão Geral da Plataforma Bizagi**. 2017. Disponível em: <https://www.bizagi.com/pt/produtos>. Acesso em: 10 set. 2017.



CACTI. **About Cacti**. Disponível em: <http://www.cacti.net/>. Acesso em: 14 abr. 2017.

COSTA, G. **O que é Bootstrap?** 2014. Disponível em: <http://www.tutorialwebdesign.com.br/o-que-e-bootstrap/>. Acesso em: 20 abr. 2017.

DÉO, A. **Gerenciamento de Redes com Zabbix**. 2016. Disponível em: <https://www.slideshare.net/andredeo/gerenciamento-de-redes-com-zabbix>. Acesso em: 26 out. 2017.

DUARTE, V. M. do N. **Pesquisas: Exploratória, Descritiva e Explicativa**. 2017. Disponível em: <http://monografias.brasilecola.uol.com.br/regras-abnt/pesquisas-exploratoria-descritiva-explicativa.htm>. Acesso em: 26 out. 2017.

ERGOLIST. **Menu de checklists**. 2017. Disponível em: <http://www.labiutil.inf.ufsc.br/ergolist/check.htm>. Acesso em: 20 mar. 2017.

GALVAN, T. C. **Carga de Trabalho: Definição, Fatores Influentes e Identificação de Causas Raiz**. 2015. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/118871/000968869.pdf?sequence=1>. Acesso em: 22 out. 2017.

HIGHCHARTS. **What is Highcharts?** Disponível em: <https://www.highcharts.com/products/highcharts>. Acesso em: 2 jun. 2017.

HORST, A. S.; PIRES, A. dos S.; DÉO, A. L. B. **De A Zabbix**. São Paulo: Novatec, 2015.

JAVASCRIPT OBJECT NOTATION. **Introdução ao JSON**. Disponível em: <http://www.json.org/json-pt.html>. Acesso em: 9 jun. 2017.

LABUTIL. **Adaptabilidade**. 2017a. Disponível em: http://www.labiutil.inf.ufsc.br/CriteriosErgonomicos/LabiUtil2003-Crit/400adaptb_A.html. Acesso em: 22 out. 2017.

LABUTIL. **Carga de Trabalho**. 2017b. Disponível em: <http://www.labiutil.inf.ufsc.br/CriteriosErgonomicos/LabiUtil2003-Crit/200carga.html>. Acesso em: 17 mar. 2017.

LABUTIL. **Condução**. 2017c. Disponível em: <http://www.labiutil.inf.ufsc.br/CriteriosErgonomicos/LabiUtil2003-Crit/100conduc.html>. Acesso em: 3 out. 2017.



LABUTIL. **Controle Explícito**. 2017d. Disponível em: http://www.labiutil.inf.ufsc.br/CriteriosErgonomicos/LabiUtil2003-Crit/300control_A.html. Acesso em: 22 out. 2017.

LABUTIL. **Densidade Informacional**. 2017e. Disponível em: <http://www.labiutil.inf.ufsc.br/CriteriosErgonomicos/LabiUtil2003-Crit/220densidd.html>. Acesso em: 17 mar. 2017.

LABUTIL. **Gestão de Erros**. 2017f. Disponível em: <http://www.labiutil.inf.ufsc.br/CriteriosErgonomicos/LabiUtil2003-Crit/500erros.html>. Acesso em: 22 out. 2017.

LIMA, J. dos R. **Monitoramento de redes com Zabbix**: Monitore a saúde dos servidores e equipamento de rede. Rio de Janeiro: Brasport, 2014. 172 p.

LOPES, S. **O que é PHP**. 2007. Disponível em: https://www.oficinadanet.com.br/artigo/659/o_que_e_php. Acesso em: 26 abr. 2017.

MACORATTI, J. C. **JSON – Introdução e conceitos básicos**. Disponível em: http://www.macoratti.net/13/07/net_json.htm. Acesso em: 9 jun. 2017.

MARTINI, J. C. **Zend Framework: Uma visão geral**. 2006. Disponível em: <https://imasters.com.br/artigo/4609/zend/zend-framework-uma-visao-geral/?trace=1519021197&source=single>. Acesso em: 14 abr. 2017.

MATHEUS, D. **Introdução ao Zend Framework**. 2010. Disponível em: <http://www.diogomatheus.com.br/blog/zend-framework/introducao-ao-zend-framework/>. Acesso em: 5 abr. 2017.

MOLINARO, E.; CAPUTO, L.; AMENDOEIRA, Regina. **Conceitos e Métodos para formação de profissionais de saúde**. 2009. Disponível em: <<http://www.fiocruz.br/ioc/media/Livropoli.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2017.

NEVES, Lilia Maria Bitar; JANKOSKI, D. A.; SCHNAIDER, M. J. **Tutorial de Pesquisa Bibliográfica**. 2013. Disponível em: http://www.portal.ufpr.br/pesquisa_bibliogr_bvs_sd.pdf. Acesso em: 28 out. 2017.



OLIVEIRA, E. **Estudo de Caso**. Disponível em: <https://www.infoescola.com/sociedade/estudo-de-caso/>. Acesso em: 12 out. 2017.

PESQUISA DOCUMENTAL. **O Conceito de Pesquisa Documental**. Disponível em: <http://pesquisadocumental.blogspot.com.br/p/o-conceito-de-pesquisa-documental.html>. Acesso em: 28 out. 2017.

PHD. **Pesquisa Quantitativa e Pesquisa Qualitativa: Entenda a diferença**. 2015. Disponível em: <https://www.institutophd.com.br/pesquisa-quantitativa-e-pesquisa-qualitativa-entenda-a-diferenca/>. Acesso em: 26 out. 2017.

PHP. **História do PHP**. 2017. Disponível em: https://secure.php.net/manual/pt_BR/history.php.php. Acesso em: 26 abr. 2017.

PINHEIRO, J. M. dos S. **Gerenciamento de Redes de Computadores**. [S. l.: s. n.], 2002. 104 p.

PINHEIRO, R. **Monitoramento de servidores com Zabbix**. 2012. Disponível em: <https://www.mundotibrasil.com.br/monitoramento-de-servidores-com-zabbix/>. Acesso em: 12 mar. 2017.

RAMOS, B. **O que é Zabbix – Como funciona**. 2014. Disponível em: <http://blog.infolink.com.br/zabbix-como-funciona/>. Acesso em: 17 mar. 2017.

RODRIGUES, J. **Modelo Entidade Relacionamento (MER) e Diagrama Entidade-Relacionamento (DER)**. 2017. Disponível em: <https://www.devmedia.com.br/modelo-entidade-relacionamento-mer-e-diagrama-entidade-relacionamento-der/14332>. Acesso em: 10 set. 2017.

SERPA, D. A. L. **Doctrine: Aprenda a usar esse incrível framework em PHP de abstração de banco de dados**. 2012. Disponível em: <http://www.deivison.com.br/doctrine-aprenda-a-usar-esse-incrivel-framework-em-php-de-abstracao-de-banco-de-dados/>. Acesso em: 26 maio 2017.

SILVA, A. **O que é Cacti?** 2008. Disponível em: <https://openmaniak.com/pt/cacti.php>. Acesso em: 12 abr. 2017.



SILVA, J. A. F. da. **Introdução ao PHP: Parte 1.** 2012. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/informatica/intruducacao-ao-php-parte-1/17168>. Acesso em: 26 abr. 2017.

TECHSPOT. **The Dude.** 2017. Disponível em: <http://www.techspot.com/downloads/3383-the-dude.html>. Acesso em: 13 abr. 2017.

VENTURA, P. **Entendendo definitivamente o que é um Caso de Uso.** 2016a. Disponível em: <http://www.ateomomento.com.br/o-que-e-caso-de-uso/>. Acesso em: 10 set. 2017.

VENTURA, P. **O que é Requisito Funcional.** 2016b. Disponível em: <http://www.ateomomento.com.br/o-que-e-requisito-funcional/>. Acesso em: 10 set. 2017.

VENTURA, P. **O que é um Requisito Não Funcional.** 2016c. Disponível em: <http://www.ateomomento.com.br/o-que-e-um-requisito-nao-funcional/>. Acesso em: 10 set. 2017.

VILAÇA, M. **Pesquisa Aplicada: características e objetivos.** 2010. Disponível em: <http://ensinoatual.com/blog?p=896>. Acesso em: 26 out. 2017.

WAGE, J. H. **Doctrine DBAL: PHP Database Abstraction Layer.** 2012. Disponível em: <http://jwage.com/post/31080076112/doctrine-dbal-php-database-abstraction-layer>. Acesso em: 26 maio 2017.

W3II. **Highcharts Guia rápido.** 2017. Disponível em: http://www.w3ii.com/pt/highcharts/highcharts_quick_guide.html. Acesso em: 2 jun. 2017.

ZABBIX. **API.** Disponível em: <https://www.zabbix.com/documentation/3.0/manual/api>. Acesso em: 1 maio 2017a.

ZABBIX. **Customers and Users.** Disponível em: <http://www.zabbix.com/users>. Acesso em: 1 maio 2017b.

ZABBIX. **Strategic Partners of Zabbix.** Disponível em: http://www.zabbix.com/strategic_partnership. Acesso em: 1 maio 2017c.



ZABBIX. **Zabbix Trademark and Logo Usage Policy**. Disponível em: <http://www.zabbix.com/policy>. Acesso em: 1 maio 2017d.

ZAMORA, C. **Poupe trabalho com o Bootstrap**. 2012. Disponível em: <http://blog.hostdime.com.br/materias/tecnologia/poupe-trabalho-com-o-bootstrap/>. Acesso em: 1 maio 2017.

ZEND FRAMEWORK. **About: Overview**. Disponível em: <https://framework.zend.com/about>. Acesso em: 12 out. 2017a.

ZEND FRAMEWORK. **Overview**. 2017b. Disponível em: <https://framework.zend.com/about>. Acesso em: 5 abr. 2017.

The background is a complex, abstract geometric pattern composed of numerous triangles in various shades of green, ranging from dark forest green to light lime green, with some black triangles interspersed. The triangles are of different sizes and orientations, creating a dynamic, crystalline or mosaic-like effect.

ÁREA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS



PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS EM UMA EMPRESA DE TRANSPORTE DO EXTREMO-OESTE CATARINENSE

Soriane Gass Zanchett¹
Daniela Antonieta Gallina²
Rejane Vogt³

RESUMO

A utilização de métodos que auxiliem os gestores na tomada de decisão e na gestão financeira torna-se necessária à medida que o mercado e as empresas evoluem e alteram suas necessidades informacionais. O presente estudo teve por objetivo propor a implantação dos controles internos para tomada de decisão em uma empresa de pequeno porte no setor de transportes. Quanto à metodologia, foram utilizadas abordagem qualitativa e pesquisa descritiva, e o método estudo de caso. Os resultados demonstram quais os tipos de controles internos podem ser implantados na organização para que esta tenha informações consistentes de suas operações e que esteja preparada para a tomada de decisão; também são sugeridas ferramentas de controles internos para a utilização na empresa: controle de contas a receber, controle de contas a pagar, controle de fluxo de caixa projetado, controle de fluxo de caixa realizado, controle patrimonial, controle de estoque, demonstração do resultado gerencial, controles de médias de consumo de combustível por veículo, controle de faturamento líquido por veículo, controle de custos de viagem por veículo.

Palavras-chave: Controle interno. Contabilidade gerencial. Tomada de decisão.

1 INTRODUÇÃO

As mudanças na legislação, a globalização e as alterações nas regras contábeis, têm ocasionado diversas mudanças no âmbito empresarial, e, dessa

¹ Graduanda no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; sorizanchett@gmail.com

² Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; Professora no Curso de Ciências Contábeis da Unoesc Chapecó; dagallina@yahoo.com.br

³ Pós-graduada em Gestão Tributária e Escrituração Digital; Graduada em Ciências Contábeis; Professora no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; vogtrejane@gmail.com



forma, as empresas têm necessidades de buscar melhores práticas de gestão e que garantam não apenas a obtenção de resultados econômicos positivos, mas também sua permanência no mercado. E, assim, percebe-se a necessidade de optar por alternativas mais eficazes nos resultados de modo a se atrelarem à contabilidade, uma vez que esta tem grande participação nesse processo, sendo considerada uma peça-chave (CREPALDI, 2004).

Nesse sentido, este estudo buscou abordar como a contabilidade gerencial pode auxiliar uma empresa de pequeno porte, cuja atividade principal é o transporte rodoviário de cargas. Conforme Fleury (2002), deve-se administrar esse setor, o qual requer que a tomada de decisão seja de maneira assertiva, ou seja, contribuir para o gestor tomar decisões estratégicas e operacionais.

Ainda é preciso levar em consideração que é de suma importância que o setor de transporte rodoviário de cargas possua um planejamento operacional, caso contrário, corre o risco de ocasionar a falta de controle em seus processos internos e, como consequência, pode acarretar o aumento do custo operacional da empresa (SILVA; TULLIO, 1999).

O objetivo geral deste estudo consiste em propor a implantação de controles internos para auxiliar na gestão de uma empresa de pequeno porte no setor de transportes.

O setor de transportes tem papel fundamental em todos os setores econômicos, uma vez que é responsável pelo escoamento da produção, deslocando as cargas e mercadorias para suprir todos os setores da economia, bem como o consumo das famílias (CNT, 2017).

Assim, a contabilidade gerencial, em conjunto com estratégias de controle interno, é essencial para um melhor desempenho das organizações, já que, dessa maneira, os gestores poderão ter uma visão mais concreta do desempenho da empresa. Assim, serão analisados quais tipos de controles internos podem ser implantados dentro de uma organização para que esta tenha informações consistentes de suas operações e que esteja preparada para a tomada de decisão correta, evitando perdas para a empresa. Com base no estudo serão sugeridas ferramentas de controles internos para a utilização na empresa e como isso pode auxiliar no desempenho da organização.



Com o aumento da competitividade, faz-se necessário que as empresas tenham planejamento e controles adequados, já que as mudanças de cenários são constantes. Nesse sentido, o estudo sobre a importância de implantação de ferramentas de controle interno em empresas de pequeno porte pode auxiliar os gestores no gerenciamento das informações necessárias e auxiliá-los nas decisões, facilitando a análise dos resultados da organização com mais credibilidade e confiança.

2 CONTABILIDADE GERENCIAL

A contabilidade é uma ciência antiga, há registros que foi usada desde o início da civilização, porém, somente o dono do empreendimento tinha acesso às informações contidas nos livros contábeis. Mas, o passar dos anos e o comércio em crescente desenvolvimento fizeram com que a contabilidade fosse considerada um importante instrumento de informação sobre o desenvolvimento de uma empresa, não ficando mais essa informação restrita somente ao proprietário da organização, mas também a outros usuários que tenham interesse nela (CREPALDI, 2012).

Antigamente a contabilidade exercia o papel de somente informar o lucro que a organização havia obtido, no entanto, com as constantes mudanças no cenário econômico, esse tipo de contabilidade passou a não ser o suficiente, já que as empresas precisam cada vez mais de controles eficientes e informações adequadas para que estejam preparadas para as diversas condições de mercado. Nesse âmbito, a contabilidade gerencial aparece como uma ferramenta essencial para a administração, já que por meio dela é possível usar as informações contábeis em favor da tomada de decisão (CREPALDI, 2012).

Isso fica perceptível na seguinte afirmação de Marion (2012, p. 25-26): “a Contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões.” E quando enfatiza que “A contabilidade é a linguagem dos negócios. Mede os resultados das empresas, avalia o desempenho dos negócios, dando diretrizes para tomadas de decisões.”

Nota-se que empresas, principalmente as de pequeno porte, permanecem por um período curto de tempo no mercado, e geralmente alegam que a alta carga tributária, os juros, a falta de recursos, entre outros fatores são os causadores do



encerramento de suas atividades, porém, se observado a fundo, verifica-se que esses fatores podem influenciar para que uma empresa decline, mas existe ainda um problema maior que pode causar esse dano que é a má-gestão, ou seja, a tomada de decisão sem respaldo, sem dados confiáveis. Assim, faz-se necessário uma contabilidade que passe informações concretas e não apenas feita para fins fiscais (MARION, 2012).

Assim, é fundamental que os administradores tenham informações referentes aos custos e à lucratividade de seus produtos, mas, para isso, é necessário que seja implantado um sistema de controle operacional para um melhor processamento das informações. É fundamental, segundo Padoveze (2010, p. 47), que se observe que “para que a informação contábil seja usada no processo de administração, é necessário que essa informação contábil seja desejável e útil para as pessoas responsáveis pela administração da entidade.” Partindo desse pensamento, pressupõe-se que a informação gerencial somente será desejável se ela tiver um custo que seja adequado e interessante à entidade.

Desse modo, é possível afirmar que a contabilidade gerencial tem como intuito fornecer informações aos administradores que possam contribuir em suas funções gerenciais, podendo fazer um aproveitamento efetivo dos recursos econômicos da empresa. Considerando que a contabilidade gerencial é uma ferramenta para auxiliar a tomada de decisões, é oportuno dizer, ainda, que as demais áreas da contabilidade estão diretamente ligadas a essa ferramenta.

2.1 SETOR DE TRANSPORTES NO BRASIL

O transporte no Brasil contribui significativamente para o desenvolvimento econômico do País, visto que tem influência direta, tanto com relação à produção quanto ao consumo. O transporte também pode influenciar de forma negativa a produtividade do País, quando seu custo for alto, já que esse custo passa para os produtos e, assim, reduz sua competitividade comercial, afetando o comércio externo tanto nas importações quanto nas exportações (CNT, 2017).

Conforme informações de CNT (2017), o transporte rodoviário de cargas corresponde a mais de 60% do deslocamento de cargas no Brasil, e tem a maior



participação na riqueza do setor, passando dos 35% da receita líquida do setor. Vale ressaltar que esse foi o setor que sentiu de maneira mais ampla o efeito da crise econômica.

Após o período mais acentuado da crise, o primeiro semestre de 2018, a exemplo do ano de 2017, o setor continuou sua trajetória no que diz respeito à recuperação das atividades relacionadas ao setor, apresentando um aumento significativo do seu PIB em comparação ao mesmo período de 2017 (CNT, 2018).

A CNT (2018) afirma que o crescimento do setor só não foi maior em razão da paralisação dos caminhoneiros, tendo em vista que o transporte rodoviário é responsável pela locomoção de 61,1% das cargas do País. Com a greve não foi possível fazer o transporte das mercadorias, bem como impossibilitou a contratação de novos fretes, gerando o desabastecimento em indústrias e comércio, afetando diretamente as atividades produtivas, além de prejudicar o PIB do transporte e, conseqüentemente, de outros setores. Vale ressaltar que a paralisação dos caminhoneiros, segundo a Abcam (2018), ocorreu em razão do constante reajuste de preço do óleo diesel nas refinarias, dificultando a previsão de custos do transportador, além do aumento da incidência dos impostos PIS e Cofins, o que torna impossível que se tenha um valor de frete satisfatório.

Nesse sentido, as transportadoras que não estiverem atentas às mudanças podem passar por grandes dificuldades nos seus negócios. Por esse motivo, é importante que a empresa tenha um sistema de gestão que possa auxiliar a tomada de decisão correta.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo pode ser definido como uma pesquisa descritiva que procura mostrar a proposta de implantação de controles internos em uma empresa de transportes na Cidade de São Miguel do Oeste, SC. Conforme Nardi e Santos (2003), a pesquisa com caráter descritivo tem como finalidade a descrição de fatos ou fenômenos por meio do levantamento das suas características.

Optou-se em desenvolver um estudo de caso, e assim verificar qual a causa do problema da pesquisa, já que o estudo de caso “consiste no estudo



profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, [...]” (GIL, 2010, p. 37).

O estudo foi realizado em uma empresa de transportes de cargas com sede na Cidade de São Miguel do Oeste, no Estado de Santa Catarina, escolhida por conta da acessibilidade das informações. A pesquisa surgiu com o propósito de identificar se a empresa faz uso de instrumentos de controle interno e verificar que tipo de informação de controle é fornecida pelo sistema gerencial utilizado que pode auxiliar a tomada de decisão, já que quando amparada por um sistema de gestão facilita a tomada de decisão. Destaca-se que, por questões de sigilo, a denominação social da empresa será preservada e foi adotado um nome fictício.

A presente pesquisa utilizou como fonte de coleta de dados a averiguação dos controles internos existentes, e a identificação dos controles necessários que auxiliem o processo de gestão da empresa, além de entrevista semiestruturada. A pesquisa semiestruturada, conforme Laville & Dionne (1999), pode ser desenvolvida com questões sobre as informações que se deseja obter de cada entrevistado. Geralmente, as pesquisas semiestruturadas seguem um roteiro de questões abertas. A aplicação da entrevista foi realizada com pessoas que desenvolvem funções-chave para entender a necessidade de controles internos que auxiliem a tomada de decisão.

A coleta de dados também foi feita ainda por intermédio de pesquisa documental, a qual pode ser caracterizada como a pesquisa que utiliza materiais que não sofreram nenhum tipo de análise e permite que as informações sejam estruturadas conforme a necessidade dos objetivos do estudo (BEUREN, 2006). Além da pesquisa documental, também foi utilizada a observação, cuja técnica consiste em ver, ouvir e examinar os fatos a serem investigados (BEUREN, 2006). Ainda conforme Rudio (2003, p. 40), “observar é aplicar os sentidos a fim de obter uma determinada informação sobre algum aspecto da realidade.”

A análise dos dados ocorreu de forma qualitativa, em que se procurou verificar quais são os procedimentos utilizados para a aplicação dos controles internos dentro da empresa. Foram analisados os questionamentos realizados ao administrador, o qual tem participação direta no processo de implantação dos controles internos nos setores da empresa, e, assim, verificou-se a realidade do processo.



4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

O estudo de caso foi realizado na empresa SGZ Transportes, nome fictício utilizado para preservar a entidade. O início das atividades ocorreu em 1 de maio de 2016. Seu enquadramento fiscal é de Empresa de Pequeno Porte, já que seu faturamento anual é maior que R\$ 360 mil e inferior a R\$ 4,8 milhões, optante pelo regime tributário do Lucro Real.

A empresa está localizada na Cidade de São Miguel do Oeste, SC, e sua atividade principal é o transporte rodoviário de cargas, cujo objeto é o transporte rodoviário de cargas em geral. Atualmente a empresa conta com um quadro de 17 funcionários.

Como produto principal de transporte da empresa estudada, pode-se destacar o carregamento de grãos, de modo que as suas viagens são realizadas para todos os estados brasileiros. A organização conta ainda com o setor de manutenção, com o intuito de reduzir seus custos, em que são feitos os reparos necessários conforme necessidade corretiva ou preventiva na intenção de ter custos ainda menores, e de modo a garantir que o veículo esteja em boas condições de uso. Na sua maioria as viagens são longas e para que não se tenha prejuízo são necessárias manutenções constantes em seus veículos, cuja frota conta com oito caminhões divididos entre graneleiros, câmara fria e contêiner.

4.2 PROPOSTA DE MODELOS DE CONTROLES INTERNOS

Além dos controles internos apontados pelo gestor, como essências para a gestão dos negócios, existem ainda outros controles que podem auxiliar na tomada de decisão. Ao levar em consideração que a empresa estudada é uma transportadora, a seguir serão propostos alguns controles internos importantes para esse ramo de atividade.



4.2.1 Controle de contas a receber

A empresa estudada não possui um controle referente às contas a receber, no momento, mas percebe a necessidade de informação que esse ponto detém. Sugere-se à empresa um modelo de controle de contas a receber a ser implantado no sistema gerencial, e que este seja alimentado automaticamente a partir da geração dos conhecimentos de frete, conforme demonstra o Quadro 1:

Quadro 1 – Controle de contas a receber

Empresa:					Mês:				
Controle de contas a receber					Recebimento				
Data	Cliente	Docum.	Venc.	Valor	Data	Valor	Desconto	Juros	Obs.
Soma				0,00		0,00	0,00	0,00	

Fonte: adaptado do Sebrae.

A partir desse controle, pode-se estipular junto aos seus clientes um prazo ideal para pagamento dos fretes, o que irá permitir uma avaliação dos valores estimados de recebimento para determinada data, e ainda verificar inadimplências. Possibilita que sejam tomadas medidas cautelares para evitar possíveis perdas.

4.2.2 Controle de contas a pagar

Com relação às contas a pagar, constatou-se que a empresa não possui um controle eficiente em uso, de modo que impossibilita a percepção correta do montante das contas a pagar em uma determinada data, de curto ou longo prazo. Diante dessa necessidade, propõe-se o modelo de controle de contas a pagar conforme Quadro 2:



Quadro 2 – Controle de contas a pagar

Empresa:					Mês:				
Controle de contas a pagar					Pagamento				
Data	Fornecedor	Docum.	Venc.	Valor	Data	Valor	Desconto	Juros	Obs.
Soma				0,00		0,00	0,00	0,00	

Fonte: adaptado do Sebrae.

Para dar maior confiabilidade à informação gerada, sugere-se ainda que o controle seja implantado via sistema, e interligue os diversos lançamentos do sistema, como notas fiscais de compra, despesas, provisões e demais, de modo que não seja necessário ter retrabalhos para produzir as informações. Para que o controle seja eficiente é fundamental que esse processo seja feito diariamente, a fim de que sejam feitas as baixas dos títulos pagos corretamente para que não ocorram pagamentos em duplicidade e para prevenção de que não ocorram gastos desnecessários para a empresa como desembolso de valores para pagamento de juros por atraso.

4.2.2 Controle de fluxo de caixa projetado

O planejamento das finanças em uma empresa é fundamental, para isso, é preciso ter em mãos ferramentas que auxiliem nessa etapa. O fluxo de caixa projetado é um instrumento que pode auxiliar nesse processo, em que se pode verificar o montante a receber e o montante que a empresa terá em um período de tempo, o que permite visualizar com antecedência a sobra ou falta de recursos no caixa desta. Para auxiliar no planejamento das finanças, recomendou-se que a empresa utilize o controle de fluxo de caixa projetado expresso no Quadro 3:



Quadro 3 – Fluxo de caixa projetado

Fluxo de caixa	Projetado				Total/ mês
	01 a 08/ xx/xxxx	09 a 15/ xx/xxxx	16 a 22/ xx/xxxx	23 a 30/ xx/xxxx	
Entradas					
Fretes à vista					
Duplicatas					
Aplicações financeiras					
Total dos recebimentos (A)					
Saídas					
Fornecedores					
Tributos					
Folha de pagamento					
Despesas gerais					
Total dos pagamentos (B)					
Saldo anterior					
Saldo da semana (A-B)					
Saldo anterior					
Saldo acumulado					

Fonte: os autores.

O uso dessa ferramenta possibilita que os gestores verifiquem com antecedência riscos que podem prejudicar o caixa da entidade e buscar soluções necessárias para que isso não ocorra.

4.2.3 Controle de fluxo de caixa realizado

Uma ferramenta de grande auxílio é o fluxo de caixa realizado, pois é um elo de ligação com a previsão que a empresa possui, e se propõe a dar maior êxito às operações que ocorre, visto que o caixa é uma das grandes preocupações das organizações.

A partir de então, recomenda-se que a empresa utilize o modelo de fluxo de caixa representado no Quadro 4:



Quadro 4 – Fluxo de caixa realizado

Relatório de fluxo de caixa						
Setembro/20xx	01/09/20xx		02/09/20xx		03/09/20xx	
	Previsto	Realiza- do	Previsto	Realiza- do	Previsto	Realiza- do
Saldo inicial de caixa			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Outros recebimen- tos						
Total de entradas	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Impostos						
Fornecedores						
Folha de pagamento						
Encargos						
Aluguel						
Pagamento de finan- ciamentos						
Outras despesas						
Total de saídas	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Saldo operacional	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Saldo final	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -

Fonte: os autores.

O controle de fluxo de caixa realizado permite fazer uma comparação entre o fluxo de caixa futuro, em que se tem a previsão do que vai ocorrer, e o fluxo de caixa realizado, que apresenta de fato o que ocorreu.

4.2.4 Controle patrimonial

O controle patrimonial, como se pode perceber no decorrer do estudo, é algo não utilizado pela empresa. Com a implantação desse controle, a empresa poderá, além de controlar fisicamente os bens, ter uma minimização na ocorrência de fraudes. Poderá adotar, também, um critério de verificação periódica, com a certeza do domínio dos bens de posse da empresa, que em caso de possíveis inconsistências as medidas corretivas podem ser adotadas de imediato.



O Quadro 5 apresenta uma sugestão de modelo de controle patrimonial para a organização.

Quadro 5 – Controle patrimonial

Número do bem	NFE de compra	Fornecedor	Descrição	Quantidade	Data de aquisição	Valor de aquisição	Taxa de depreciação	Depreciação mensal	Número da placa de identificação	Sector alocado

Fonte: os autores.

Esse controle tem por objetivo informar os gestores de todos os bens que a empresa possui, tangíveis ou intangíveis, e assim poder mensurar de forma exata o quanto de bens a empresa possui. É possível identificar possíveis fraudes, e também prováveis erros em cálculos de depreciação, se existem desvios de patrimônio e até desperdícios que podem ser reduzidos.

4.2.5 Controle de estoque

Durante o estudo, verificou-se que a empresa possui um pequeno estoque de peças, mas que não efetua um controle efetivo deste, nesse sentido, recomendou-se que a empresa fizesse o controle do seu estoque a fim de prevenir gastos indevidos com alocação de mercadorias que não têm necessidade de estarem armazenadas; além do mais, o controle de estoque passa a informação da quantidade de mercadoria que possui, como consequência, verifica-se o valor monetário agregado a ele.



Para que fosse possível uma gestão eficiente do estoque, elaborou-se o modelo de controle, conforme o Quadro 6, a fim de controlar a entrada e a saída de cada item e também mensurar quanto a empresa possui para manutenções futuras.

Quadro 6 – Controle de estoque

Data	Produto	Valor unitário	Entradas		Saídas		Saldo diário	
			Quantidade	Valor total	Quantidade	Valor total	Quantidade	Valor total

Fonte: adaptado do Sebrae.

Com o controle de estoque é possível que o gestor verifique junto ao setor de almoxarifado a real necessidade de compra de mercadorias, prevenindo o excesso de compras bem como evitando a falta de algum produto que seja necessário.

4.2.6 Demonstração do resultado gerencial

Um dos controles gerenciais que a empresa pode utilizar para obter uma visão detalhada da situação financeira é a demonstração do resultado gerencial, pois é possível verificar o quanto o empreendimento está sendo eficiente, ou seja, essa demonstração permite que seja analisado qual o resultado que a empresa obteve em um determinado período (ARAÚJO; ASSAF NETO, 2010).

Partindo desse princípio é possível verificar que a utilização desse controle promove uma visão estratégica dos negócios a fim de confrontar as receitas e despesas da empresa em um determinado período, e assim possibilitar uma visão concreta dos índices de lucratividade do empreendimento no período, auxiliando a tomada de decisão.

Verificando a importância gerencial desse controle, sugeriu-se que a empresa utilizasse o modelo expresso no Quadro 7:



Quadro 7 – Demonstração do resultado gerencial

Data referência			
	Entradas	Saída	Saldo 31/xx/xxx
Receita com fretes			
Total de receitas			
Compra de peças			
Compra de material de expediente			
Compra de combustíveis			
Pedágios			
Outros			
Total de custos/despesas			
Resultado			

Fonte: os autores.

4.2.7 Controles de médias de consumo de combustível por veículo

A organização não possui controle referente à parte operacional da atividade de transportes, como custos e receitas. Assim, percebe-se que existe uma lacuna de informações e se propõe o controle de médias de consumo de veículos, conforme o Quadro 8:

Quadro 8 – Controle de médias de consumo de combustível por veículo

Controle de consumo de combustível					
Motorista:					
Placa do veículo:			Período:		
Km inicial	100				
Km final	200				
Total de Km rodados	100				
Quantidade de litros	500				
Média de consumo	5				

Fonte: os autores.

Por meio desse controle é possível verificar a quantidade de combustível utilizada por veículo durante uma viagem, um mês ou outro período de tempo. Para se obterem os dados para esse controle, faz-se necessário realizar o cálculo de



total de quilômetros rodados dividido pela quantidade de combustível consumida. E, assim, fica possível verificar as médias de cada veículo, identificar as médias baixas, avaliar o que pode ter ocorrido para esse resultado e buscar soluções para o problema encontrado.

4.2.8 Controle de faturamento líquido por veículo

Atualmente, para uma boa gestão nas empresas, é necessário verificar o faturamento individual de seus produtos; no caso de uma empresa de transportes essa análise deve ser feita por cada veículo que consta na sua frota, desse modo, torna possível verificar o quanto cada um faturou por mês, ou seja, é possível ter uma visão do faturamento bruto, os custos e as despesas provenientes de cada veículo.

Verificando que a empresa não utiliza um controle que define o faturamento líquido por veículo, recomendou-se a utilização do modelo representado no Quadro 9:

Quadro 9 – Controle de faturamento líquido por veículo

Controle de Faturamento líquido por Veículo					
Motorista:					
Placa do veículo:			Período:		
Faturamento					
ICMS					
PIS					
Cofins					
Receita líquida					

Fonte: os autores.

Com o controle de faturamento líquido por veículo é possível verificar se algum veículo não está trazendo o retorno desejado pela empresa, o que, muitas vezes, pode até acarretar prejuízo para o seu resultado, além de possibilitar a realização de uma análise relativa à frota da empresa, visualizando se há necessidade de troca ou até mesmo diminuição da quantidade de veículos.



4.2.9 Controle de custos de viagem por veículo

As empresas possuem grande necessidade de controlar seus custos e suas despesas, a fim de garantir resultados positivos e manterem-se competitivas no mercado. Diante disso, as empresas de transporte possuem um diferencial para analisar seus custos, que é na forma de atrelar os custos à viagem com o intuito de verificar de modo mais efetivo se o transporte das cargas é lucrativo ou não. Nesse contexto, percebeu-se a fragilidade da empresa, uma vez que esta não tem de modo confiável essas informações. Assim, propõe-se à empresa o controle de custos por veículo, conforme o Quadro 10:

Quadro 10 – Controle de custos de viagem por veículo

Controle de custo por veículo					
Motorista:					
Placa do veículo:				Período:	
Faturamento					
Custo de aquisição					
Combustível					
Arla					
Pedágio					
Seguro de carga					
Revisões					
Pneus					
Seguro					
Folha de pagamento e encargos					

Fonte: os autores.

Entre as despesas relacionadas ao veículo no Quadro 10, é importante salientar que alguns custos podem ser inseridos e outros retirados, conforme aplicabilidade real do negócio. Tem-se, ainda, outros custos que são rateados por período aos veículos, em que podemos destacar IPVA, DPVAT, seguro do veículo, manutenções e outros.



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado buscou demonstrar como a utilização dos controles internos pode contribuir para o desenvolvimento da empresa, de modo que esta se previna de riscos futuros que possam prejudicar seu crescimento. Por meio da literatura foi possível verificar algumas formas de controles que podem ser executadas dentro dos principais setores de uma empresa, assim possibilitam que aos gestores terem conhecimentos de alguns meios de estabelecer controles dentro da entidade.

Tendo em vista a pesquisa realizada, foi possível identificar que em razão do crescimento das operações efetuadas pela empresa, notou-se a necessidade de implantação de controles para que as informações chegassem de forma confiável para a tomada de decisão correta.

Ainda é possível verificar que a empresa está em processo de implantação de um sistema gerencial que permitirá gerar relatórios com os dados necessários para auxiliar o administrador a escolher o melhor caminho para a continuidade de seu negócio.

Ao analisar os controles internos utilizados pela empresa, o estudo permitiu verificar que no momento não é feito uso efetivo deles, salvo um controle manual de estoque, porém, não há uma análise sobre este. Ainda foi possível identificar as necessidades de controles internos, já que para o bom desempenho da organização é imprescindível a implantação de tais controles para que o gestor obtenha informações corretas sobre a situação de seu negócio. Nesse sentido, foi possível propor controles internos que auxiliem a tomada de decisão de acordo com as necessidades relatadas pela empresa, o que trará benefícios futuros à entidade, prevenindo riscos e prejuízos, além de auxiliar a tomada de decisão.

Por fim, é importante salientar que independente do porte da empresa, a utilização de ferramentas de controle interno é de suma importância, já que além de auxiliar o crescimento dos negócios possibilita o monitoramento das operações executadas na organização. Nesse sentido, o estudo contribuiu para a ampliação do conhecimento com relação à importância de como as informações adquiridas pela implantação de um sistema de controle dentro de empresas de pequeno porte pode contribuir para a tomada de decisão.



REFERÊNCIAS

- ABCAM. **Nota Oficial:** Paralisação Nacional dos Caminhoneiros Autônomos. 2018. Disponível em: <http://www.abcam.org.br/index.php/pt/noticias/522-nota-oficial-paralisacao-nacional-dos-caminhoneiros-autonomos>. Acesso em: 14 nov. 2018.
- ARAÚJO, A. M. P. de; ASSAF NETO, A. **Aprendendo contabilidade:** como entender o processo contábil, como interpretar as demonstrações contábeis, como aplicar a contabilidade em negócios. Ribeirão Preto: Inside Books Editora, 2010. x, 253 p.
- BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade:** teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 195 p.
- CNT. **Conjuntura do Transporte Desempenho do Setor.** 2018. Disponível em: <http://cms.cnt.org.br/Imagens%20CNT/PDFs%20CNT/Conjuntura%20do%20transporte/conjuntura-transporte-setembro2018.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2018.
- CNT. **Transporte Rodoviário:** desempenho do setor, infraestrutura e investimentos. Brasília, DF, 2017. Disponível em: http://cms.cnt.org.br/Imagens%20CNT/PDFs%20CNT/Transporte%20em%20N%C3%BAmeros/transporte_numeros.pdf. Acesso em: 14 nov. 2018.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Contabilidade para pequenas e médias empresas:** normas brasileiras de contabilidade. Brasília, DF: CFC, 2010. 223 p.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Manual de procedimentos contábeis para micro e pequenas empresas.** 5. ed. Brasília, DF: CFC, 2002. 136 p.
- CREPALDI, S. A. **Contabilidade gerencial:** teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2004. 373 p.
- CREPALDI, S. A. **Contabilidade gerencial:** teoria e prática. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012. xiv, 426 p.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 296 p.



FLEURY, P. F. Gestão estratégica do transporte. **Revista Tecnológica**, v. 82, p. 60-67, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. xvi, 184 p.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed, 1999. 340 p.

MARION, J. C. **Contabilidade empresarial**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 531 p.

NARDI, E. L.; SANTOS, R. dos. **Pesquisa: teoria e prática**. Porto Alegre: EST, 2003. 136 p.

OLIVEIRA, L. M. de; PEREZ JUNIOR, J. H.; SILVA, C. A. dos Santos. **Controladoria estratégica**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015. x, 364 p.

OLIVEIRA, V. C. S. de. **Controle Interno para a Tomada de Decisão: um estudo voltado para as empresas de pequeno porte no município de Rolim de Moura (RO)**. 2010. 27 p. Artigo (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Rondônia, Cacoal, 2010.

PADOVEZE, C. L. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 641 p.

RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 31. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. 144 p.

SEBRAE. **Anuário do Trabalho nos Pequenos Negócios 2013**. [2013]. Disponível em: http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Anuario%20do%20Trabalho%20Na%20Micro%20e%20Pequena%20Empresa_2013.pdf. Acesso em: 20 mar. 2018.

SEBRAE. **Anuário do Trabalho nos Pequenos Negócios 2015**. [2015]. Disponível em: <https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/anu%C3%A1rio%20do%20trabalho%202015.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2018.



SEBRAE. Perfil das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. [2018].

Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RO/Anexos/Perfil%20das%20ME%20e%20EPP%20-%2004%202018.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2018.

SILVA, M. S. da; TULLIO, P. C. Proposta de normalização de uma empresa do ramo de transporte rodoviário de cargas: um estudo de caso. [S. l.: s. n.], 1999.



REFLEXOS DOS PROGRAMAS DE GESTÃO DE QUALIDADE EM ESCRITÓRIOS DE ARQUITETURA

Tháís Fernanda Basso
Márcia Regina Sartori Damo

RESUMO

A busca pela excelência nos produtos e serviços tem levado as empresas a implementarem programas de Gestão de Qualidade, visando identificar pontos fracos e fortes, falhas e oportunidades, com o objetivo de entregar maior valor aos clientes e também ao reconhecimento. Quando se trata especificamente de empresas ou escritórios de arquitetura, constata-se que a maioria ainda não possui nem busca informações a respeito desses programas. Dessa forma, é apresentada a situação atual dos escritórios a partir dos dados coletados, elucidando qual a maior dificuldade para a implantação de um sistema de qualidade, o que ocasiona a falta de interesse no setor e, principalmente, se existem métodos e de que forma os projetos são gerenciados internamente. A metodologia utilizada foi em questionário com perguntas fechadas enviado via e-mail a profissionais da área.

Palavras-chave: Gestão. Qualidade. Arquitetura. Projeto. Processo.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU/SC), em 2015 o número total de profissionais cadastrados no Estado chegava a aproximadamente 5.000, e o número de escritórios ou empresas de projeto, a 1.627. Especificamente na Cidade de Chapecó, eram cerca de 406 profissionais e 67 empresas. Demonstra-se, assim, a importância do setor de construção civil para a economia da Cidade.

Esse é um setor tão importante, mas que ainda se encontra primitivo no aspecto de gerenciamento dos processos internos, em que a obtenção e o registro de dados ainda são considerados inadequados e não se tem um padrão de qualidade interna, procrastinando a organização de possuir um melhor desempenho. A busca por sistemas de gestão de qualidade nesse setor ainda está em processo de



conscientização, levando os profissionais que o aderem a obterem maiores níveis de qualificação e competitividade.

Segundo Gasnier (2012), “Gerenciamento de projetos é a aplicação do conhecimento, habilidades, ferramentas e técnicas às atividades de projeto, de forma a atingir e exceder as expectativas dos interessados no projeto.” A forma com que os profissionais administram os projetos pode interferir nos resultados. Desse modo, busca-se entender a realidade de como os profissionais da área administram sua produção de trabalhos e geram qualidade nos produtos e serviços prestados, analisando a existência e aplicação de métodos ou ferramentas relacionadas à administração e gestão de qualidade ou se as atividades são desenvolvidas de forma empírica por meio das experiências, observações e conhecimento adquirido na prática.

O objetivo foi identificar e analisar quais os itens e diferenciais considerados como agregadores de valor que geram satisfação nos clientes com relação ao desenvolvimento dos projetos de arquitetura e serviços prestados, e se a forma com que os escritórios gerenciam seus processos de projeto internamente pode influenciar no resultado final, agregando valor ao projeto.

O processo de produção e desenvolvimento de um projeto é composto por várias etapas. Em seu desenvolvimento existem vários procedimentos essenciais que podem ser realizados por diferentes pessoas e cargos e que, como resultado final, geram documentos apresentáveis ao cliente. A organização das “partes” desse trabalho e a descrição do modo como devem ser feitas precisam estar descritas no formato de documento, passo a passo. Essa documentação faz com que qualquer pessoa do mesmo nível técnico siga a descrição recomendada e desenvolva a etapa no mesmo padrão que os demais projetos do escritório.

Para Padilha (2013), “um escritório de arquitetura é como uma usina de processamento de informações. A informação é principal matéria-prima para o profissional de arquitetura, uma vez que ela deverá ser absorvida, preparada, processada e transformada em outras informações, gerando o projeto como produto final.” Portanto, quanto mais bem-organizado for o estoque e o acesso de informações de um escritório, mais bem-qualificado estará. Para auxiliar nesse processo de gerenciamento de informações, conta-se com programas de gestão de qualidade, que



visam ordenar e controlar a organização, viabilizando melhorias no sistema, de modo a garantir aos clientes qualidade nos produtos ou serviços prestados.

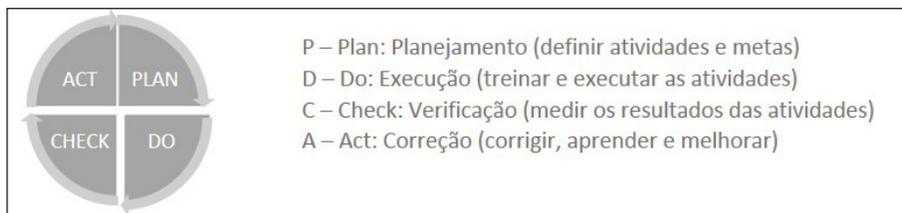
2 GESTÃO DE QUALIDADE E A ISO 9001

Uma das normas de referência que visa à busca pela eficiência nos processos e excelência na gestão é a ISO 9001. A norma considera um conjunto de elementos para estabelecer política, objetivos e formas de atingi-los, o modo de direção e o controle de uma organização. Estar em conformidade com a norma significa que a empresa estabeleceu uma abordagem sistêmica para a gestão de qualidade, demonstrando que o negócio é gerenciado adequadamente e de forma comprometida, garantindo a qualidade em todos os aspectos.

O desenvolvimento de um Sistema de Gestão de Qualidade (SQG) envolve todos os níveis e funções da organização. É necessário que todos os procedimentos e processos sejam especificados e documentados, que os documentos e registros sejam controlados, que haja treinamento contínuo, realização de auditorias, medição de satisfação com os clientes, entre tantos outros requisitos, tudo isso para que se tenha uma visão geral e integrada de como todos os processos interagem. Os benefícios de um SQG são notórios, porém o atendimento dos requisitos para a implantação é complexo. A gestão de qualidade está baseada nos esforços e tarefas diárias, buscando soluções para executar as atividades com alto nível de qualidade.

3 CONHECIMENTO TÉCNICO MULTISSETORIAL PARA PROFISSIONAIS DE ARQUITETURA

Os profissionais da área de Arquitetura vivenciam, mesmo sem ter consciência ou conhecimento técnico suficiente, atividades de administração e financeiras. É necessário administrar para obter resultados por meio das pessoas, buscando a concepção de uma solução. “Administrar consiste em planejar, organizar e controlar os recursos humanos, materiais, financeiros e informações, visando atingir objetivos determinados, quantificados quando possível, tendo em vista as necessidades atuais e futuras do cliente.” (GASNIER, 2012, p. 13).



Fonte: os autores.

Esse ciclo ilustra também quais as fases que normalmente um projeto deveria seguir: ao iniciar um novo projeto são efetuados os dois primeiros passos do ciclo (planejar e fazer), porém os dois passos seguintes geralmente não são executados (verificar e corrigir). Isso faz com que o projeto seja desenvolvido, mas o resultado final não é verificado junto ao cliente, impedindo que correções sejam feitas em projetos futuros. A verificação dos resultados não visa apenas à questão estética do projeto, mas também às questões subjetivas, como o atendimento, o bom relacionamento e, principalmente, o nível de satisfação do cliente, item fundamental para a análise positiva por parte do cliente, demonstrando a qualidade do profissional contratado.

A fase de planejamento envolve o estabelecimento de objetivos e parâmetros para o desenvolvimento do projeto e a definição de escopo, incluindo as especialidades, o planejamento de custos, o planejamento de etapas, prazos e cronogramas.

A atividade de planejamento é um esforço sistemático e formal que visa estabelecer direção para aumentar a probabilidade da ocorrência dos resultados desejados. Esforço porque implica razoável trabalho, sistemático porque exige metodologia. Formal porque pressupõe que registramos o que deverá ser realizado, de forma que haja uma referência para verificação posterior. O termo probabilidade pretende ressaltar que o empreendimento não tem sucesso com por cento garantido. De fato, o risco do fracasso é inerente, porque incertezas existem. (GASNIER, 2012, p. 6).

É fundamental para que todos os processos de uma empresa sejam eficazes o estabelecimento de uma estrutura organizacional que sirva de base para os procedimentos administrativos e técnicos. A função dessa estrutura é auxiliar



no alcance dos objetivos por meio da identificação das tarefas, da organização das funções, de responsabilidades, informações, recursos, medição de desempenho e condições de motivação.

4 GERAÇÃO DE QUALIDADE NOS PROJETOS E PRODUTOS POR MEIO DA GESTÃO

O quesito qualidade está amplamente disseminado no mercado, independentemente do setor ao qual se refere, e se revela mediante diferentes maneiras: práticas de gestão nas organizações, em forma de lei, garantias, assistências e, principalmente, exigência dos clientes. A gestão de qualidade é provida de várias ferramentas e metodologias para ser aplicada ao longo do seu ciclo. Podem ser considerados itens que fazem parte do gerenciamento de projetos: conhecimento (competências específicas), habilidades (adquiridas por experiência profissional), técnicas (métodos utilizados para atingir os objetivos) e ferramentas (para praticar com qualidade e produtividade). “O gerenciamento de projetos é a aplicação do conhecimento, habilidades, ferramentas e técnicas às atividades do projeto, de forma a atingir e exceder as expectativas dos interessados pelo projeto.” (GASNIER, 2012, p. 13).

O profissional deve buscar alcançar e ultrapassar as necessidades e expectativas, explícitas ou implícitas, dos clientes. Ultrapassar não significa fazer mais atividades que as contratadas, mas realizá-las da melhor maneira possível e com pontualidade e rigor nos custos e especificações.

O desenvolvimento do projeto arquitetônico é uma tarefa complexa, pois envolve atividades de concepção, representação e testes (ZEISEL, 1984). A concepção está no sentido de ir além das informações disponíveis, traduzindo o que foi criado de modo que fique corretamente representado para a compreensão do cliente. Essa representação geralmente é feita por meio de desenhos, maquetes ou croquis.

Para alcançar a qualidade pretendida, é necessário estabelecer procedimentos e controles internos dos serviços e produtos que o escritório oferta. A questão é que os escritórios carecem de controle de qualidade, tendo em vista



que este precisa ser aplicado de forma restrita e sistemática, com o escopo de serviço bem definido. “Os projetistas raramente estabelecem mecanismos formais de garantia de qualidade, e dentro das pressões das entregas e orçamentos, tendem a minimizar ou ignorar os procedimentos.” (BIRNBERG, 1998 apud FILIPPI *et al.*, 2003). A melhoria da qualidade dos projetos pode ser dificultada por fatores como:

A ausência de mecanismos para a captura das necessidades dos clientes, o excesso de retrabalho resultante de alterações de projeto, a falta de coordenação entre projetistas [...], a carência de procedimentos de controle de qualidade e a ausência de representante da produção durante o processo de projeto. (BAÍA, 1998 apud FILIPI *et al.*, 2003).

Podem-se citar como alguns dos benefícios dos sistemas de gestão de qualidade: diminuição de custos, redução de riscos e de incompatibilidades, ganho de tempo na produção e elaboração dos projetos, diminuição de dúvidas referentes aos procedimentos ou decisões a serem tomadas, aumento na eficiência, aumento dos lucros e melhor inserção e reconhecimento no mercado.

- a) a norma ISO 9001 define algumas ações necessárias para que ocorra uma padronização na elaboração dos projetos, como, por exemplo: desenvolvimento de procedimentos para elaboração, controle e verificação de projetos;
- b) estabelecimento de um plano de qualidade do projeto, descrevendo as atividades do projeto e definindo os responsáveis pela implantação;
- c) criação de ferramentas técnicas e organizacionais, documentando as informações que comprovem a existência dessas ferramentas;
- d) obtenção e listagem de parâmetros numéricos e requisitos em que o projeto se baseia;
- e) registros verificando a quantidade de informações e qualidade na representação gráfica, o atendimento das necessidades do cliente e o cumprimento de prazos;
- f) verificação e validação do projeto, considerando que todas as necessidades e exigências do cliente foram atendidas;



g) justificação de alterações nos projetos de forma registrada.

As ideias que levaram à determinada solução formal do projeto são realizadas de forma empírica e muitas vezes não podem ser controladas por documentos e processos pois estão relacionadas à capacidade artística, técnica e sensível do arquiteto. Isso faz com que a maioria dos escritórios deixe de implantar o sistema pelo fato de esse processo ser considerado engessador da conceituação e do desenvolvimento do projeto.

5 DIFICULDADE DOS ESCRITÓRIOS EM ADERIREM A PROGRAMAS DE GESTÃO

Sistema de gestão é tudo o que a empresa faz para gerenciar os seus processos e atividades, o modo de fazer. Para isso, é necessário que esse conhecimento que geralmente está no “imaginário” seja documentado. Um sistema documentado contribui para assegurar que as pessoas na organização não estejam apenas “fazendo o seu trabalho”, mas que estejam fazendo o trabalho do jeito que a organização deseja que seja feito (SALGADO, 2006).

Um projeto é um conjunto de informações organizadas por meio de desenhos, cálculos, gráficos, diagramas, textos, imagens, entre outros, com a finalidade de visualizar e descrever de forma prévia todo o processo de transformação de recursos do cliente. Quando um profissional de arquitetura se refere a projeto, está contemplando um conjunto de elementos e documentos em forma gráfica ou digital necessários para obter a comunicação visual das ideias concebidas por ele e serem transmitidas com clareza para o cliente. Para chegar na qualidade ideal é preciso que procedimentos e controles internos sejam estabelecidos, com base nos serviços que o escritório oferece. “Projeto é todo processo único, consistente com um conjunto coordenado e controlado de atividades com data de início e término, conduzidas para atingir um objetivo com requisitos especificados, incluindo restrições de tempo, custo e recursos.” (ISSO 10006, 1998 apud GASNIER, 2012, p. 12).

A execução do projeto é parte extremamente importante para a empresa, porém existem muitos problemas durante esse processo com origem na falta de



qualidade das informações fornecidas no projeto. Isso se deve à falta de sistematização entre as diferentes equipes de projeto, à falta de padrões e procedimentos, à falta de compatibilização no final do projeto, à falha no fluxo de informações internas, etc. Todos esses problemas acontecem durante o processo de desenvolvimento do projeto. Em escritórios de arquitetura o processo de produção de projetos é considerado o sistema mais importante da empresa, porém subsistemas como de recursos humanos, financeiro, marketing e informação também são fundamentais para a boa administração e sucesso do negócio. Oliveira (2005) ressalta que não é possível alcançar todos os benefícios no processo de projeto se o sistema de gestão for deixado em segundo plano.

Cada escritório possui processos técnicos peculiares e próprios em razão do perfil de clientes, do porte da empresa, do tipo de projeto e da especialidade que oferta. Porém, deve-se considerar uma estrutura organizacional e processos administrativos que devem seguir um modelo de gestão universal, valorizando a utilização de mecanismos simplificados e de fácil aplicação.

A implantação de um SGQ exige grande esforço para que tudo se adapte e esteja em conformidade com os requisitos exigidos. Parte desse esforço deve-se à dificuldade de especificar e documentar todos os processos do negócio, de forma que seja facilmente compreendida por todos. O sistema de gestão não garante a qualidade no projeto em si, apenas da gestão e a qualidade no processo de desenvolvimento. E, apesar do reconhecimento da importância da gestão de qualidade, os escritórios de arquitetura foram os últimos e os que menos buscam esse caminho.

A principal vantagem destacada pelas empresas é a padronização de procedimentos e consequente aumento do domínio sobre o processo da empresa. Essa percepção se justifica na medida em que as práticas tradicionais de projeto são pautadas pelo conhecimento técnico dos profissionais, com pouca sistematização formal das atividades desenvolvidas na empresa. As empresas de projeto tradicional desenvolvem seus trabalhos de forma artesanal e extremamente dependente do conhecimento individual do projetista, sendo o padrão de projeto da empresa definido pelo padrão de seus profissionais. Assim, a padronização de procedimentos de projeto contribui para a criação de um padrão próprio à



empresa, facilitando o controle de qualidade e permitindo estabelecer compromissos mais objetivos e factíveis com os clientes. (BAÍA; FABRICIO; MELHADO, 2000).

A minoria dos profissionais que visam ao crescimento do seu negócio busca por um sistema de gestão de qualidade adequado, mesmo sabendo dos benefícios que podem ser gerados após sua implantação. Um dos motivos pela baixa procura são os valores da certificação, que podem se tornar inviáveis para escritórios de pequeno porte. Muitos profissionais têm uma impressão errada a respeito dos sistemas de gestão de qualidade, acreditando que possam gerar rotinas de trabalho muito burocráticas e tornar o processo de criação engessado ou bloqueado, resistindo à implantação.

Porém, depois de implantados, a padronização dos processos de projeto se torna fácil, levando à diminuição de custos, à redução de riscos de incompatibilidade, ao ganho de tempo no processo de produção, ao aumento da eficiência, à geração de lucros e à inclusão no mercado (CORNICK, 1991; MELHADO; HENRY, 2000 apud FILIPPI *et al.*, 2003).

Em pesquisa, Melhado e Henry (2000 apud FILIPPI *et al.*, 2003) destacam algumas das motivações que levaram empresas a implantarem o sistema ISO 9001:

- a) alternativa para resolver deficiências na organização interna;
- b) redução de retrabalhos, aumentando a produtividade/qualidade dos serviços e produtos;
- c) competitividade e diferenciação no mercado mediante os concorrentes.

A busca pela qualidade deve ser um fator além e independente da possibilidade financeira de implantação de um sistema de qualidade certificado. Os escritórios dessa área carecem de controle de qualidade, pois precisam ser aplicados de forma restrita e sistemática, com a formalização de todo o escopo de serviços oferecidos e dos modelos de apresentação dos trabalhos. Esse esforço, por vezes, acaba afastando pequenas e médias empresas de implantar o sistema de gestão. As principais dificuldades encontradas são falta de tempo livre, falta de



incentivo, porte do escritório e dificuldade de integração entre os diferentes setores e funções. Porém, o medo de que a elaboração da documentação descaracterize o padrão de trabalho dos escritórios que trabalham diretamente com inovação e criatividade é o principal temor.

Segundo Magero e Capanema (2014), 94% dos critérios de compra são de cunho emocional e não racional. Dessa forma, o arquiteto precisa estar atento à linguagem que atinge o cliente diretamente, entendendo sua realidade e criando durante os atendimentos empatia a fim de abordar os benefícios do projeto e de como o resultado final vai proporcionar qualidade de vida. “No negócio, o atendimento ao cliente é um dos aspectos mais importantes, sendo que o cliente é o principal objetivo do negócio, que todo negócio deve ser voltado para o cliente, sendo que só permanecerá se o cliente estiver disposto a continuar comprando o produto/serviço.” (CHIAVENATO, 2003, p. 209).

Os problemas mais comumente encontrados que impedem a melhoria da qualidade dos projetos se referem à falta de mecanismo para entender a real necessidade do cliente, às alterações de projeto que geram excesso de retrabalho, à falta de procedimentos de controle de qualidade e comunicação entre os envolvidos no projeto, etc. No setor de serviços, mensurar o grau de satisfação dos clientes se torna mais difícil, pois o que determina a qualidade é o valor que o cliente percebe por meio de sua experiência como um ambiente confortável, atendimento com excelência, credibilidade no mercado, agilidade nos processos e etapas, etc.

Alguns setores têm grande dificuldade em conciliar o sistema de padronização dos processos com atividades que envolvem criatividade, alegando que o processo criativo pode ficar engessado. Talvez essa seja uma das principais razões da resistência por parte dos escritórios de aderirem a um sistema de gestão de qualidade. A qualidade de um projeto dependerá da quantidade e da qualidade de informações e capacidade de comunicação entre os profissionais envolvidos no processo de elaboração.



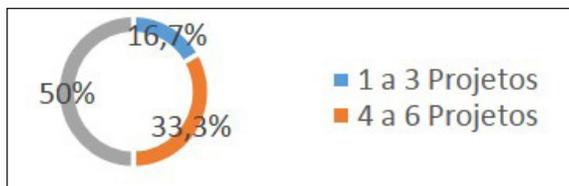
6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O método adotado para o desenvolvimento da pesquisa ocorreu mediante pesquisa bibliográfica com base em materiais já elaborados, como livros e artigos científicos. Também foi realizada pesquisa de campo, em forma de questionário com perguntas fechadas. O questionário foi encaminhado através de e-mail a profissionais da área de Arquitetura que trabalham em escritórios compostos por mais de um profissional. A Cidade de Chapecó, SC, foi a região geográfica na qual a pesquisa foi aplicada. O período de tempo para a coleta de dados foi entre 1 de fevereiro de 2018 e 15 de março de 2018. No total, seis escritórios profissionais colaboraram com a pesquisa.

7 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O objetivo com a pesquisa foi verificar como escritórios gerenciam seus processos internamente, e se a implantação de um Sistema de Gestão de Qualidade afetaria a forma de desenvolvimento dos projetos em escritórios de arquitetura.

Na caracterização dos escritórios estudados foi utilizado o número de funcionários para estabelecer o porte. Segundo dados publicados pelo Programa Setorial de Qualidade (PSQ) (1997), no segmento de projetos de arquitetura as empresas são formadas por até 15 funcionários, sendo classificadas como: microempresa – de uma a três pessoas empregadas –, pequena empresa – de quatro a 10 pessoas empregadas –, média empresa – de 10 a 15 pessoas empregadas –, e grande empresa – acima de 15 pessoas empregadas. Dos escritórios entrevistados, dois são considerados microempresa, e quatro, pequenas empresas.



Fonte: os autores.



Quando questionados sobre a média de projetos em andamento por mês, 50% responderam que têm em média mais de sete projetos simultaneamente, enquanto 33,3% disseram ter de quatro a seis projetos, e apenas 16,7% têm menos que três projetos mensais.

Tabela 1 – Cargos que o escritório possui

Cargo	Número de escritórios
Arquiteto titular	06
Gerente de projeto	02
Estagiários	04
Desenhistas	02
Administrador	02

Fonte: os autores.

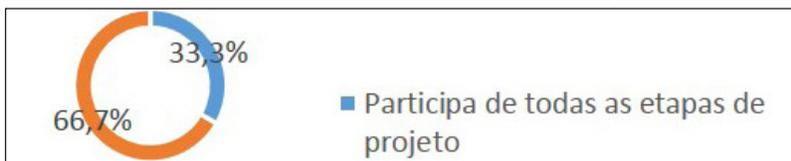
Nenhum escritório disse possuir um cargo específico responsável pelo setor financeiro na empresa, o qual poderia desempenhar atividades de desenvolvimento e formulação de preços mediante o estabelecimento de lucros e despesas, por meio da estimativa de custos. O setor de recursos humanos também é falho e poderia trabalhar com o propósito de detectar oportunidades de mercado, gerar relações entre os setores, estabelecer critérios e competências necessárias para o recrutamento de colaboradores e elaborar o planejamento para treinamento de equipes.

Gráfico 2 – Responsável pela tomada de decisões nos projetos



Fonte: os autores.

Gráfico 3 – Papel do arquiteto titular no desenvolvimento no processo de projeto



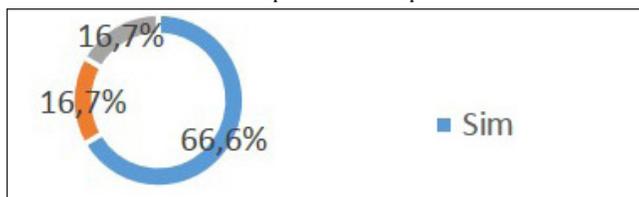
Fonte: os autores.



Outro item questionado foi sobre a definição dos papéis e funções dos envolvidos no processo de projeto. Constatou-se que em todos os escritórios o arquiteto titular é o proprietário do negócio. A maioria dos arquitetos titulares está envolvida em mais de uma etapa dos projetos, e em nenhum dos escritórios as tarefas são divididas de acordo com a função do colaborador. Isso está diretamente ligado ao porte dos escritórios, em que a definição de cargos e atribuição de atividades específicas a colaboradores específicos apenas consegue ser feita quando se atinge determinada estrutura.

Quanto à tomada de decisões, também fica a cargo do arquiteto responsável em 66,7% dos casos, enquanto em apenas 33,3% é definida para a equipe em geral. A tomada de decisões não cabe a quem está desenvolvendo a etapa determinada do projeto, e sim ao arquiteto titular ou à equipe em geral. Isso demonstra a dependência em qualquer um dos setores e o aguardo de uma certificação por parte do arquiteto titular, conforme afirmam Baía, Fabricio e Melhado (2000), quando citam que no Brasil as empresas típicas de projeto desenvolvem seus trabalhos de forma artesanal e extremamente dependente do conhecimento individual do projetista, sendo o padrão da empresa definido pelo padrão de seus proprietários.

Gráfico 4 – Escritórios que utilizam procedimentos internos



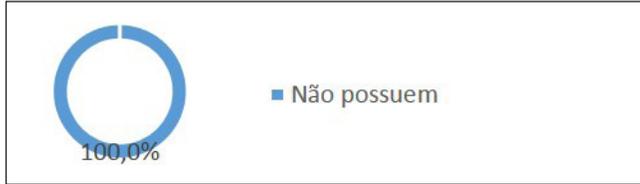
Fonte: os autores.

Com relação ao desenvolvimento de procedimentos internos relacionado a um conjunto de ações com o objetivo de garantir a qualidade em cada etapa durante o processo projetual, 66,6% dos pesquisados informaram ter alguma sistemática de procedimentos implantada. A soma entre os que não utilizam processos e os que estão em fase de desenvolvimento chega a 33,4%, um número elevado considerando que a padronização dos procedimentos pode gerar o domínio sobre a gestão do



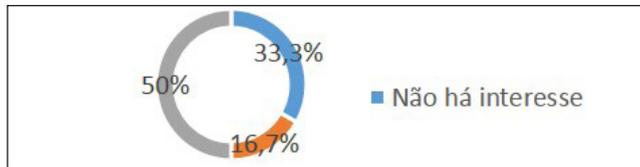
escritório, facilitando o controle de qualidade e permitindo estabelecer metas mais objetivas e eficientes.

Gráfico 5 – Escritórios que possuem ou não certificação de qualidade



Fonte: os autores.

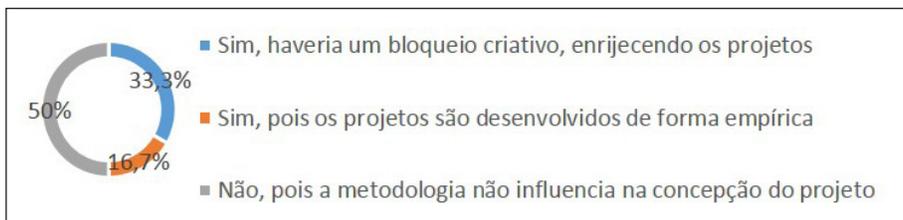
Gráfico 6 – Motivo pelo qual o escritório não aderiu a um sistema de gestão de qualidade



Fonte: os autores.

Sobre as certificações de qualidade, por unanimidade, nenhum escritório afirmou possuir um sistema de gestão. Porém, 50% deles demonstram interesse em se adequar e implantar futuramente, mas no momento não possuem recursos financeiros suficientes. Essa alta porcentagem demonstra a consciência que os escritórios vêm adquirindo sobre a importância que um sistema de gestão de qualidade pode trazer quanto aos benefícios ofertados. Os demais entrevistados demonstraram não ter interesse, e 16,7% desconhecem o que seja um sistema de gestão de qualidade.

Gráfico 7 – A elaboração de uma metodologia altera a forma de projetar?

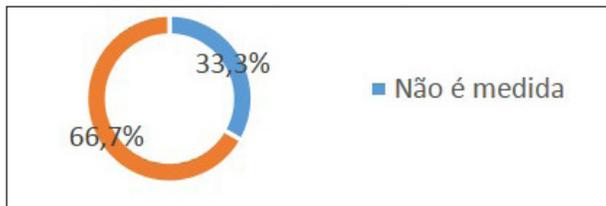


Fonte: os autores.



Quando questionados sobre a elaboração de uma metodologia para o desenvolvimento de projetos, ou seja, uma sistematização dos procedimentos internos por meio de documentos elaborados demonstrando a sequência lógica a seguir e visando garantir a qualidade de cada etapa do projeto, 50% dos escritórios concordaram que a metodologia não influencia na forma de concepção do projeto. Os outros 50% afirmaram não ter nenhuma metodologia, pois acreditam que de alguma forma poderia ser prejudicial e afetaria a parte criativa na elaboração dos projetos. Para Baía e Melhado (1998), a padronização dos procedimentos gera o aumento de domínio sobre o processo da empresa, facilitando o controle de qualidade e permitindo estabelecer metas mais objetivas e factíveis com relação aos projetos.

Gráfico 8 – Forma como é medida a satisfação dos clientes após a finalização dos serviços



Fonte: os autores.

Os escritórios em geral não possuem implantado um sistema de pesquisa de satisfação de qualidade após a finalização dos serviços. Meios eficientes para avaliação aos clientes seriam formulários e também visitas técnicas pós-obra para coletar informações e analisá-las para, posteriormente, proporcionar melhorias nos processos internos de projeto. Esse fator demonstra o quanto a empresa se importa com a opinião do cliente e tem interesse em incorporá-la nos serviços oferecidos, tornando-se também uma forte ferramenta de marketing. Outra forma de medir o nível de satisfação é mediante a indicação dos serviços a outros possíveis clientes e o retorno destes para uma posterior contratação de novos serviços.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na pesquisa desenvolvida demonstra-se a realidade profissional que se repete em todo o País. A maioria dos escritórios são de pequeno ou médio portes, e os proprietários (arquiteto titular) estão envolvidos na maior parte das etapas para o desenvolvimento dos projetos, ficando responsáveis pelas tomadas de decisões.

O processo de execução de projeto é fundamental para a obtenção do resultado desejado pelo cliente. A atividade projetual é uma busca constante por soluções em comum entre as partes envolvidas. Na visão de Melhado (2004 apud JARDIM, 2007), o projeto não pode ser entendido como entrega de desenhos e memoriais; mais do que isso, antes de tudo se espera que o projetista esteja comprometido com a busca de soluções para os problemas de seu cliente.

É visto que existe, por parte dos profissionais, percepção e reconhecimento dos benefícios que um sistema de gestão de qualidade pode gerar e os benefícios perante os negócios. Certificações como a ISO 9001 podem ter um custo elevado para escritórios de arquitetura, independentemente do porte, mas ainda assim deve ser considerado o alcance da qualidade por meio de sistematizações e padronização internamente estabelecidas, independentemente da possibilidade de implantação de um sistema certificado.

As documentações de procedimentos são uma ótima ferramenta de gerenciamento do processo de produção, sem que necessariamente seja implantado um sistema de gestão de qualidade certificado. Silva (1995) lista alguns procedimentos que devem compor um sistema de gerenciamento interno para a elaboração de projetos, como:

- a) identificar e estabelecer o fluxo das atividades durante o processo de projeto;
- b) estabelecer o fluxo geral do projeto, definindo os exatos momentos para a tomada de decisões e concepções conjuntas;
- c) desenvolver procedimentos de controle do projeto através de *checklists*;



- d) elaborar uma metodologia de acompanhamento de execução do projeto.

O estabelecimento de uma estrutura organizacional em que cada etapa de projeto fosse desenvolvida por um profissional diferente no escritório permitiria a redução de custos de produção do projeto, proporcionando maior produtividade. Para que isso ocorra todos os processos devem possuir controle de registro de dados do projeto, evitando a perda de informações na passagem do projeto de um profissional para outro. O arquiteto titular deve coordenar os profissionais que desenvolverão cada etapa, permitindo uma visão completa do processo do projeto. Se os procedimentos forem documentados, a ordem de etapas ou tomada de decisões não fica restrita apenas ao arquiteto titular, gerando um padrão (não estético e nem visual, mas de qualidade de informação e desenvolvimento) nos projetos e, conseqüentemente, na qualidade.

Ao contrário do que se acredita na maior parte dos escritórios, um sistema de gestão de qualidade não possui influência sobre os seus processos criativos. O sistema influencia apenas o processo de produção do projeto, obtendo-se melhorias no sistema de informação, no treinamento e contratação de funcionários e maior controle sobre a produção da empresa. Tudo isso em razão de um planejamento estratégico que deve ser desenvolvido, sem que as decisões sejam baseadas apenas de forma empírica.

Com o mercado em que se encontra atualmente e com o aumento da cobrança por qualidade e conseqüente satisfação por parte dos clientes, é nítido que os escritórios precisam sair da estabilidade da inércia e buscar inovações. Ao contrário disso, poderão sofrer com a estagnação de crescimento.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Sistemas de gestão de qualidade**: requisitos: NBR ISO 9001. Rio de Janeiro: ABNT, 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Sistemas de gestão de qualidade**: requisitos: NBR ISO 9001. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.



BAÍA, Josaphat L.; FABRICIO, Márcio M.; MELHADO, Silvio B. **Formalização e Implementação de procedimentos de projeto e a gestão de qualidade nos Escritórios**. São Paulo: NUTAU, 2000.

BAÍA, Josaphat L.; MELHADO, Silvio B. **Implantação de um Sistema de Gestão da Qualidade em Empresas de Arquitetura**. São Paulo: [s. n.], 1998.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO. **Censo dos Arquitetos e Urbanistas do Brasil**. 2014. Disponível em: http://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/Censo_CAUBR_06_2015_WEB.pdf. Acesso em: 5 fev 2018.

CORNICK, T. **Quality Management for Building Design**. Guildford: Butterworth Heinemann, 1991.

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo: Dando asas ao espírito empreendedor**. São Paulo, USP, 2003.

FILIPPI, Giancarlo *et al.* **Implementação da Gestão de Qualidade em Empresas de Projeto**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.

GASNIER, Daniel Georges. **Guia Prático para Gerenciamento de Projetos**. São Paulo: Imam, 2012.

JARDIM, Cibele Coelho Godinho. **Gestão de Qualidade e Prazos no Projeto**. Minas Gerais: Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

MAGERO, Dani; CAPANEMA, Bruno. **Arquitetos de sucesso**. 2014. Disponível em: <http://arquitetosdesucesso.com.br>. Acesso em: 5 mar. 2018.

OLIVEIRA, Otávio José de. **Modelo para gestão para pequenas empresas de projeto de edifícios**. 2005. 265 p. Tese (Doutorado em Engenharia Civil) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

PADILHA, Ênio. **Administração de Escritórios de Arquitetura e Engenharia**. Balneário Camboriú: 893 Editora, 2013.

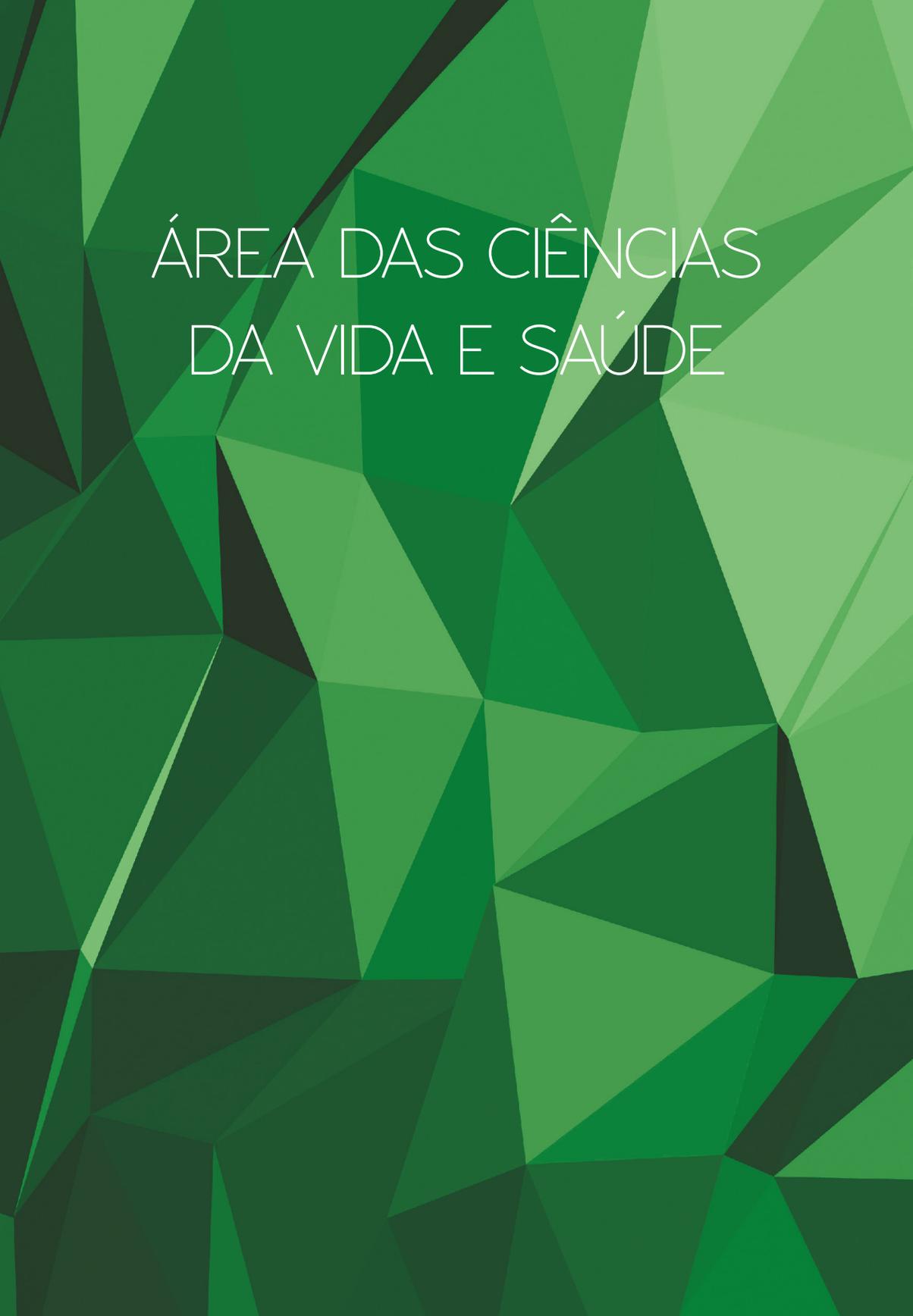


PROGRAMA SETORIAL DA QUALIDADE. Setor de projetos. São Paulo: Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU), 1997.

SALGADO, M. S. **Apostila para a disciplina – Gestão do Processo de Projeto na construção do Edifício**. Rio de Janeiro: PROARQ: FAU: UFRJ, 2006.

SILVA, M. A. C. Metodologia de gestão de qualidade no processo de elaboração de projeto de edificações. In: ENCONTRO NACIONAL DE TÉCNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 6., Rio de Janeiro, 1995. **Anais [...]** Rio de Janeiro: ANTAC, 1995. v. 1.

ZEISEL, J. **Inquiry by design: tools for environment-behavior research**. New York, USA: Harvard University: Cambridge University Press, 1984.

The background is a complex, abstract geometric pattern composed of numerous triangles in various shades of green, ranging from dark forest green to light lime green, with some black triangles interspersed. The triangles are of different sizes and orientations, creating a dynamic and textured effect.

ÁREA DAS CIÊNCIAS DA VIDA E SAÚDE



O IMPACTO DA MATERNIDADE NA VIDA PROFISSIONAL DAS MULHERES

Marivete Leonor Secco¹
Michele Gaboardi Lucas²

RESUMO

O objetivo deste artigo foi realizar uma revisão da literatura investigando como a maternidade impacta na vida profissional das mulheres. Foram analisados 28 estudos publicados entre 2006 e 2016 nas principais bases de dados nacionais (SciELO, Pepsic, Capes, Bvs-psi e Google Acadêmico) utilizando-se como descritores o termo maternidade associado aos termos trabalho e carreira. Por meio deste artigo foi possível perceber alguns pontos em comum, como o adiamento da maternidade em decorrência da busca pela estabilidade profissional e financeira; que a participação dos homens nas atividades domésticas ainda deixa a desejar e dificulta a conciliação da maternidade e do trabalho; e que o retorno ao trabalho pode ser um desafio em razão do acúmulo de atividades dentro e fora do lar, mas não retornar às atividades profissionais pode ser fonte de sofrimento para as mulheres que passaram a ter o trabalho como fonte de satisfação e realização pessoal.

Palavras-chave: Maternidade. Trabalho. Vida profissional.

1 INTRODUÇÃO

A configuração das famílias tem passado por diversas transformações. Por um longo período prevaleceu uma estrutura familiar na qual o patriarcado era predominante, com papéis bem definidos, sendo o homem responsável pelo sustento da casa e a mulher, pelo cuidado do lar e dos filhos. Esse padrão vem sofrendo gradativas transformações em virtude da entrada da mulher no mercado de trabalho, do aumento de número de divórcios e recasamentos, da constituição de famílias homoafetivas e do fato de a maternidade ter se tornado uma opção.

¹ Especialista em Terapia Familiar Sistêmica pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; marivete.secco@unoec.edu.br

² Mestre em Administração pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; Professora na Universidade do Oeste de Santa Catarina; michele.lucas@unoesc.edu.br



No entanto, apesar de todas essas mudanças e mesmo o homem estando mais atuante na educação dos filhos e no auxílio das atividades domésticas, ainda é a mulher quem geralmente assume o papel de cuidadora principal, pois fatores como gestação e amamentação são atividades exclusivamente femininas. Diante disso, muitas mulheres têm adiado a maternidade ou optado por não ter filhos.

Uma longa trajetória foi traçada pelas mulheres ao longo da história desde o momento da descoberta da participação dos homens na fecundação, do surgimento da agricultura, da propriedade privada e das relações monogâmicas. Isso tudo culminando na hegemonia da sociedade patriarcal (NARVAZ; KOLLER, 2006; LINS, 2010; ANTON, 2012).

Com a sociedade passando a ser predominantemente patriarcal, surgiram novas definições dos papéis sociais, sendo alguns considerados próprios para homens e outros para mulheres. Nessa nova reorganização social o homem foi colocado em um papel de superioridade, e a mulher, de inferioridade e submissão (FERES-CARNEIRO, 2010).

A Revolução Industrial foi um marco importante nessa trajetória, pois no momento em que ocorreu a transferência da produção para as fábricas, os homens viraram operários, enquanto as mulheres foram incentivadas a ficar em casa e dedicar-se aos cuidados do marido e dos filhos. Sobrou para a mulher o papel de mãe, esposa e dona de casa, enquanto para o homem, o papel de provedor, responsável por trazer o sustento da família (LINS, 2010).

Ao pensar no papel da mulher na sociedade ao longo da história é importante levar em consideração os estereótipos que foram criados pela sociedade, sem deixar de considerar a influência que a mentalidade patriarcal ainda gera nos pensamentos e comportamentos da sociedade atual, inclusive quando se trata de maternidade.

No século XIX, com as Guerras Mundiais, o Capitalismo e a Revolução Industrial, algumas barreiras passaram a ser transpostas, e as mulheres começaram a deixar de ser propriedade privada familiar e reprodutora e passaram a ocupar outros espaços na sociedade (PROBST, 2003; ALMEIDA; LEVANDOWSKI; PALMA, 2008; LINS, 2012).



No entanto, apesar da mulher passar a assumir o papel de trabalhadora não ocorreu mudança nos papéis assumidos dentro de casa, pois ela continuou sendo esposa, dona de casa, mãe, assumindo também o papel de profissional (JABLONSKI, 2010). O que pode causar uma sobrecarga, principalmente quando as mulheres se sentem cobradas pelo excesso de atividades realizadas dentro e fora de casa (FIORIN; OLIVEIRA; DIAS, 2014).

A própria família acaba apoiando o homem em seu papel de trabalhador, enquanto se considera que as mulheres estão privando suas famílias por trabalhar (McGOLDRICK, 1995). Dessa forma, muitas vezes, para poder consolidar sua posição no mercado, a mulher acaba adiando projetos pessoais, como a maternidade (PROBST, 2003). Pois elas continuam sendo as principais responsáveis pela educação dos filhos e pelos cuidados da casa, mesmo investindo na carreira profissional tanto quanto os homens (FERES-CARNEIRO, 2010).

Pode-se verificar que apesar das mudanças e dos avanços ocorridos com a emancipação feminina o conflito ao assumir os papéis mãe e trabalhadora ainda não foi totalmente superado. Com relação à maternidade, deve-se levar em consideração que as mulheres possuem um período fértil determinado, pois ocorre o aumento do risco de aborto e outras complicações com o passar dos anos. Ou seja, ao mesmo tempo em que as mulheres estão se preparando para o mercado de trabalho, precisam também se preocupar com o período fértil, caso desejem ter filhos.

Feres-Carneiro (2010) traz o paradoxo social de valorização da realização profissional e independência financeira da mulher em contrapartida à cobrança de cuidado e dedicação aos filhos. O trabalho externo ao lar é visto como fonte de satisfação e reconhecimento social pelas mulheres, enquanto a maternidade, embora possa oferecer realização pessoal, pode representar um empecilho para o seu crescimento profissional (FIORIN; OLIVEIRA; DIAS, 2014).

Mansur (2003) utiliza o termo “adiadoras” para referir-se a mulheres que, pela idade, estão vivenciando o conflito entre a maternidade e outras áreas de sua vida. Muitas mulheres altamente qualificadas não optam pela não maternidade, esta passa a ser uma não escolha, na medida em que postergam esse projeto, até se tornarem inférteis (BELTRAME; DONELLI, 2012).



Conforme pesquisa realizada pelas pesquisadoras deste artigo (SECCO; LUCAS, 2015) sobre a vida amorosa de mulheres financeiramente independentes, percebeu-se que a decisão de ter filhos acaba sendo bastante impactada pelo receio de não conseguir conciliar a vida profissional com a chegada do primeiro filho. Esse é um fator causador de receios, angústias e dúvidas na vida das mulheres, pois a chegada do primeiro filho exige uma adaptação familiar e uma reorganização na vida do casal.

Conforme observado, os novos papéis assumidos pelas mulheres trouxeram conflitos entre a vida familiar e a vida profissional, pois existem escolhas que precisam ser feitas: optar em ter ou não filhos, em qual momento tê-los e como organizar a vida profissional com a chegada da maternidade. Investigar qual o impacto da maternidade na vida profissional das mulheres torna-se importante para auxiliar as mulheres que enfrentam esses dilemas e conflitos.

O objetivo ao realizar esta pesquisa é identificar qual o impacto que a maternidade tem na vida profissional de mulheres de classe média, heterossexuais e ativas no mercado de trabalho, considerando que são elas que enfrentam a gestação, o parto e a amamentação e que assumem o papel de cuidadora principal após o nascimento da criança.

Considera-se relevante estudar esse assunto por se entender que é um tema presente na vida de todas as mulheres, inclusive daquelas que optam por não ser mães. Provavelmente, em algum momento da vida, as mulheres precisam avaliar questões relacionadas à maternidade e à vida profissional, e como conciliarão esses dois papéis.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objetivo deste estudo foi realizar uma revisão bibliográfica acerca do tema o impacto da maternidade na vida profissional de mulheres. Para tanto, realizou-se uma busca de publicações nas principais bases de dados nacionais (SciELO, Pepsic, Capes, Bvs-psi e Google Acadêmico), utilizando-se como descritores o termo maternidade associado aos termos trabalho e carreira. Sendo consideradas apenas publicações do período de 2006 a 2016.



Por meio do levantamento nas referidas bases de dados foram encontradas 203 publicações. Inicialmente foram excluídos os trabalhos duplicados. Em seguida, por meio da análise dos resumos, foram excluídos os estudos que não tinham relação com o objetivo deste estudo. Também foram excluídos os trabalhos que tratavam de contextos específicos, como doenças (Depressão, Autismo e HIV), gravidez na adolescência e populações em situação de vulnerabilidade social. Foram analisados apenas os artigos com acesso ao texto completo e na língua portuguesa.

Após esta análise, foram incluídos no presente estudo 28 pesquisas, sendo 26 artigos, uma tese de doutorado e uma monografia de especialização, dos quais apenas três são de áreas distintas da Psicologia (Administração e Sociologia).

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Após leitura e análise dos trabalhos selecionados, optou-se por dividir os dados encontrados em três categorias temáticas que abordam aspectos relacionados ao impacto da maternidade com a vida profissional das mulheres, sendo elas: o adiamento da maternidade, o conflito de papéis e as estratégias de conciliação.

Um dos fatores observados com relação à maternidade e à vida profissional das mulheres é justamente o fato de elas estarem adiando a chegada do primeiro filho. A partir do momento que a maternidade passa a ser vista como uma escolha, a mulher pode optar quando, como e se ela vai se tornar mãe. Bem como organizar a chegada do primeiro filho para o momento mais conveniente, conciliando com sua vida profissional.

Barbosa e Rocha-Coutinho (2007) realizaram um estudo com o objetivo de entender como as mulheres estão encarando a maternidade, bem como a opção de adiar-la e/ou não ter filhos. Eles perceberam que existe uma coincidência entre os melhores anos na vida da mulher para a construção e consolidação de uma carreira e os melhores anos para que ela tenha filhos, o que torna o adiamento da maternidade um fato comum.

Da mesma forma, Carvalho Neto, Tanure e Andrade (2010) perceberam que os primeiros anos de ascensão na carreira profissional se sobrepõem aos anos mais apropriados biologicamente para a maternidade. Isso torna a pressão do



relógio biológico grande e aumenta o conflito de papéis no trabalho e na família. Ainda nesse contexto, Travassos-Rodrigues e Féres Carneiro (2013) destacam que existe um impasse entre o tempo ideal para o desenvolvimento da carreira, em razão do mercado competitivo e da exigência de tempo de estudo e qualificações profissionais, e o tempo ideal para a mulher engravidar.

O adiamento da maternidade e a vivência da não maternidade parecem estar relacionados com a consolidação da mulher no mercado de trabalho e a construção de uma carreira como prioridade na vida da mulher pós-moderna. A construção e o desenvolvimento da carreira tende a ser priorizado, visto que ter um filho implica não apenas a modificação da rotina, mas também a possibilidade de renunciar planos pessoais e profissionais. É uma característica comum em mulheres que optaram pela não maternidade ter grande foco na carreira profissional, ambição de querer mais profissionalmente e muita satisfação com a vida profissional (BETRAMÉ; DONELLI, 2012; CISCON-EVANGELISTA *et al.*, 2012; FIORIN; OLIVEIRA; DIAS, 2014; FIDELIS; MOSMANN, 2013).

As principais justificativas para o adiamento da maternidade também estão relacionadas à busca de satisfação profissional como prioridade, à busca pela independência financeira, à busca pela constituição de uma relação estável, ao fato de terem uma rotina exacerbada e à maternidade tardia como opção. A sociedade, ao mesmo tempo em que cobra que a mulher seja uma profissional competente, parece exigir que ela somente se sinta completa ao ser mãe (LOPES; DELLAZZANA-ZANON; BOECKEL, 2014).

Já para Maluf e Kahhale (2010), não é a busca de uma realização profissional que move as mulheres em direção a adiar ou não a maternidade, mas a integração de planejamento para ter filhos. Esses autores consideram que a executiva contemporânea não adia a maternidade para garantir a realização profissional, mas tem noção de que trabalhar e buscar essa realização traz a condição financeira para ter filhos.

É importante destacar que muitas vezes o adiamento da maternidade se estende por tanto tempo que as condições apropriadas nunca chegam ou a gravidez passa a ser de risco, fazendo com que o projeto de ser mãe se torne praticamente inviável (BARBOSA; ROCHA-COUTINHO, 2007). Ou, então, pode acabar se tornando



uma fonte de sofrimento caso a mulher tenha dificuldade para engravidar (CARVALHO NETO; TANURE; ANDRADE, 2010).

Já Smeha e Calvano (2009), ao realizarem uma pesquisa buscando compreender a relação entre não maternidade e vida profissional, destacam que a falta de motivação à maternidade foi o fator mais presente e definidor para a ausência de filhos. A profissão não se mostrou como fator determinante para a maternidade não acontecer, ocupando um lugar paralelo, uma fonte de investimento e de realização para onde as mulheres canalizaram suas energias diante da falta de motivação para a maternidade.

Dessa forma, observa-se que tanto a realização profissional quanto a busca por uma estabilidade financeira são fatores que contribuem para que as mulheres adiem a maternidade. O conflito surge justamente porque existe um período fértil com tempo limitado, que coincide com os anos de preparação e ascensão no mercado de trabalho. Dessa forma, em algum momento as mulheres precisam decidir se terão filhos ou não, e se optarem em ter, como conciliarão a maternidade com a carreira.

Com a ascensão das mulheres no mercado de trabalho, elas deixaram de se dedicar exclusivamente à casa e à família, passando a ter novos interesses, o que muitas vezes passa a dificultar tanto os relacionamentos amorosos quanto a maternidade. No momento em que a mulher opta por se tornar mãe, ela deve estar preparada para conciliar a maternidade com outros papéis sociais, inclusive a vida profissional.

A questão do individualismo presente na sociedade também é apontada como um possível fator que contribui para a não maternidade: “Ter um filho em uma sociedade em que cada um é responsável por si próprio e na qual se almeja uma estabilidade inatingível é um contexto propício para a produção de inseguranças, medos e ambivalências.” (LOPES, DELLAZZANA-ZANON; BOECKEL, 2014). Colaborando essa ideia, Travassos-Rodrigues e Féres Carneiro (2013) também destacam que a tendência ao individualismo presente na sociedade contemporânea dificulta a vida a dois e, mais ainda, a três.

Barbosa e Rocha-Coutinho (2007) observam que o sucesso na carreira e a realização profissional e pessoal fazem parte hoje dos objetivos de muitas mulheres, e algumas delas abrem mão, inclusive, da maternidade para alcançar



esses objetivos. No entanto, isso não quer dizer que o investimento em um trabalho que lhe dê satisfação seja visto pela mulher atual como mais importante do que ser mãe, o ideal seria conciliar a maternidade com a realização profissional.

Maluf e Kahhale (2010) acreditam que as mulheres vivem um momento histórico complexo e contraditório, divididas entre o desejo de se afirmar como protagonistas que constroem história junto com os homens e o desejo da maternidade e seu exercício pleno em relação ao acompanhamento do desenvolvimento dos filhos.

Conforme Azevedo e Arrais (2006), a inserção da mulher no mercado de trabalho tem trazido muitas transformações nas relações conjugais, que contribuíram para o declínio do sistema patriarcal e da hegemonia masculina, com um gradativo aumento do envolvimento masculino nos trabalhos domésticos. Todavia, dados atuais têm mostrado o descompasso entre os dois fenômenos, apontando um crescimento acelerado de mulheres no mercado de trabalho, enquanto a participação masculina nos trabalhos domésticos vem crescendo lenta e gradualmente.

Apesar de as taxas de atividade econômica feminina terem crescido, as mulheres ainda permanecem como principais responsáveis pelas atividades domésticas e cuidados com os filhos e demais familiares (BRUSCHINI, 2007). O momento atual é de transição, uma vez que as mudanças que estão ocorrendo na vida das mulheres não se estenderam de forma ampla a todos os seus espaços, pois a casa ainda continua seguindo predominantemente os antigos padrões de divisão de tarefas e responsabilidades (FABBRO; HELOANI, 2010).

O ingresso da mulher no mercado de trabalho, mesmo possibilitando divisão mais igualitária de responsabilidades financeiras, não significou mudanças equivalentes nas crenças, expectativas e normas que governam a vida na família em relação aos cuidados com os filhos e à realização de tarefas (VANALLI; BARHAM, 2012). Embora o homem/companheiro esteja ajudando, o seu engajamento é maior nas atividades relativas aos cuidados com os filhos do que nos afazeres domésticos (GUIMARAES; PETEAN, 2012).

Colaboram também essa ideia Fiorin, Oliveira e Dias (2014), que observaram que as mulheres tendem a perceber a maternidade como sacrifício, considerando as renúncias que devem fazer em sua carreira profissional decorrentes dos cuidados que um filho impõe. Destacam, também, que a divisão das tarefas



domésticas entre homens e mulheres ainda não é igualitária, mesmo com maior inserção das mulheres no mercado de trabalho.

Portanto, a partir dos artigos analisados observa-se que apesar de as mulheres estarem cada vez mais ativas no mercado de trabalho, elas ainda continuam sendo as principais responsáveis pelas atividades domésticas e pelo cuidado com os filhos. Esse acúmulo de atividades dentro e fora do lar pode influenciar a visão de maternidade como sacrifício, gerador de conflitos e sofrimento. Buscar estratégias de conciliação parece fundamental para a redução do dilema entre a maternidade e a vida profissional.

Após o nascimento do filho, a nova mãe passa por um período de adaptação. A legislação brasileira prevê o período de licença-maternidade, que garante à mulher o afastamento de suas atividades por 120 dias, sem prejuízo do emprego e do salário (BRASIL, 1943). Com a criação do programa 'Empresa Cidadã', em setembro de 2008, passou a existir a possibilidade de o empregador prorrogar a licença-maternidade em 60 dias, passando de 120 dias para 180 dias. A prorrogação, contudo, é uma faculdade da empresa jurídica empregadora, pois cabe a ela decidir se adere ou não ao programa (BRASIL, 2008).

Após a licença-maternidade, chega o momento do retorno ao trabalho. E é nesse momento que o conflito entre a maternidade e o trabalho parece se tornar mais evidente, gerando dúvidas e incertezas. Mas abrir mão do trabalho para dedicar-se exclusivamente ao filho nem sempre é uma opção possível e desejável.

Almeida (2007) salienta que o maior nível de dificuldade apresentado pelas mães trabalhadoras da classe média em conciliar a maternidade com os cuidados infantis está relacionado ao significado dado ao trabalho por essas mulheres. O trabalho é visto por elas como um projeto individual que requer o dispêndio de grande quantidade de tempo fora do lar, enquanto que na camada popular se trabalha principalmente para garantir as necessidades básicas da família, e não a satisfação pessoal.

Essa diferença entre as classes sociais também foi observada por Weber *et al.* (2006), ao observarem que o sentimento de culpa por deixarem os filhos em creches aparece mais fortemente associado às mães de nível socioeconômico elevado que almejam realização profissional. Já para as mães de nível socioeconômico baixo,



trabalhar é uma questão de sobrevivência e não de escolha e, portanto, não gera tantos sentimentos de culpa.

Losada e Rocha-Coutinho (2007) consideram que assumir uma profissão se configura, para as mulheres, não apenas como fonte de sustento, mas principalmente como fonte de satisfação, algo que deveria ser assumido não apenas pelo retorno material, mas principalmente pelo prazer que proporciona. Ao incorporarem o trabalho remunerado às suas fontes de identificação, as mulheres passaram a considerar o trabalho doméstico e a vida dedicada ao lar como uma não produção e, portanto, como um desperdício de talento e uma perda de tempo.

As maiores dificuldades encontradas pelas mães profissionais, após o retorno ao trabalho, estão relacionadas ao risco do desmame pela introdução de outros alimentos, a concretizar a separação física e à preocupação com os cuidados que o filho receberia de outras pessoas. Em relação ao trabalho profissional, nota-se que as participantes enfrentaram uma série de dificuldades na própria realização do trabalho, como falta de tempo e dificuldade para participar de eventos fora do expediente de trabalho. Além da sobrecarga de tarefas de ser trabalhadora, esposa, mãe e dona de casa (LIMA; KRUEL, 2012; VANALLI; BARHAM, 2008; RAPOPORT; PICCININ, 2011).

Silva Souza, Souza e Santos Rodrigues (2013) identificaram que o maior conflito presente para a puérpera não está relacionado à perda de sua autonomia ao ter que renunciar suas atividades, mas, sim, por saber que ao fim da licença-maternidade, terá que retornar ao trabalho e deixar o filho sob os cuidados de outras pessoas. Quando questionadas sobre os sentimentos em relação a retornar ao trabalho, foram relatados os sentimentos de tristeza, insegurança, angústia e preocupação, uma vez que não gostariam de ficar longe dos filhos.

Algumas mulheres optam pelo afastamento profissional após o nascimento de um filho, porém o acelerado desenvolvimento tecnológico e econômico exige constante atualização profissional, tornando esse afastamento prolongado e a retomada ao mercado mais difícil. Dessa forma, apesar dos custos físicos e emocionais, as mulheres não querem abrir mão do que consideram uma conquista. Ter uma atividade remunerada pode significar maior autonomia e poder de decisão, o que as leva a buscar formas alternativas de conciliar a maternidade e o trabalho, como o trabalho informal, em tempo parcial, domiciliar, ou em empresas



que oferecem algum apoio a funcionárias que têm filhos pequenos, como berçários e horários flexíveis (BORSA; FEIL, 2008).

Colaborando com essa ideia, Oliveira *et al.* (2011) observaram que o regime de trabalho em tempo integral tende a dificultar a conciliação da maternidade com a vida profissional, dada a menor flexibilidade no manejo do tempo. Constatou-se uma tendência de mulheres trabalhadoras buscarem empregos em regime de trabalho parcial após a maternidade.

Beltrame e Donelli (2012) destacam que as mulheres que optam por ser mães sofrem estigma social, sobrecarga e tendem a postergar o retorno ao trabalho. Além disso, o grau de satisfação das mulheres em relação ao que fazem é uma das principais razões para a mulher retornar ao trabalho após o nascimento do filho.

Leal (2013) realizou um estudo para investigar as vivências de mulheres primíparas em relação ao ajuste entre maternidade e profissão, desde a gestação até o retorno ao trabalho. E percebeu-se que as mães se utilizaram de estratégias para conseguir lidar com a ambivalência inerente ao ajuste entre maternidade e trabalho, conseguindo adaptar-se à maternidade sem terem que abdicar completamente de suas necessidades pessoais, o que contribuiu para a manutenção de sua autoestima.

Dias Júnior e Verona (2016) realizaram um trabalho com o objetivo de examinar como mulheres em ocupação de nível superior conciliam a participação no mercado de trabalho e a maternidade ao longo de suas vidas e carreiras. Os autores destacam que quando não há grandes expectativas em relação à carreira profissional ocorre uma possibilidade maior de compatibilidade entre o trabalho e os cuidados com os filhos, pois essa falta de aspiração profissional facilita as entradas e saídas das mulheres no mercado de trabalho.

Fiorin, Oliveira e Dias (2014) salientam que as mulheres perceberam o trabalho externo ao lar como uma fonte de satisfação e reconhecimento social. Dessa forma, a ideia de que a maternidade é a única forma de as mulheres se sentirem realizadas emocionalmente está sendo desconstruída. O trabalho fora do lar adquire diversos significados e que não se resumem ao aspecto financeiro, sendo fonte de satisfação e trazendo a sensação de crescimento pessoal, além de apresentar uma importância emocional, pois contribui para que elas se sintam ativas e produtivas.



Por outro lado, o trabalho doméstico é associado ao isolamento da mulher dentro de casa, à estagnação e à doença para quem o realiza exclusivamente.

Puccini, Aron e Santiago (2015) notaram que as mulheres que se identificam mais com o seu trabalho tendem a querer retomá-lo após o período de afastamento, mesmo considerando o sofrimento causado pela separação precoce do bebê. Cria-se, assim, um cenário no qual a mulher vê parte de seus projetos de vida inconclusos ou concorrentes, sendo cruelmente julgada pela sociedade, que a recrimina por abrir mão do trabalho para cuidar dos filhos, ou por abrir mão da maternidade para se desenvolver profissionalmente, podendo ser vista como uma pessoa individualista e ambiciosa.

Andrade (2015) identificou que alguns dos fatores que contribuem para que as mulheres não interrompam sua carreira profissional após o nascimento do filho são: satisfação no trabalho, gosto pela área de atuação, maior renda da mulher e renda insuficiente do companheiro para manter despesas familiares. O autor destaca, ainda, que a flexibilidade de horários é a palavra-chave para que as colaboradoras retornem às atividades profissionais após o nascimento do filho.

Apesar da existência de conflitos entre a maternidade e a vida profissional, a possibilidade de conciliação entre os dois papéis existe, e as estratégias adotadas vão depender das possibilidades e das escolhas de cada mulher. Quando o trabalho é uma necessidade, o sentimento de culpa e de conflito no momento do retorno ao trabalho é menor, pois é uma questão de sobrevivência. Já quando o trabalho é visto como fonte de satisfação pessoal, o conflito e o sentimento de culpa estão mais presentes, pois o investimento na carreira se trata de uma opção.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A entrada das mulheres no mercado de trabalho causou um impacto na vida familiar. Os papéis até então bem-definidos pelo patriarcado passaram a sofrer alterações, exigindo uma adaptação de todos os membros da família. As mulheres começaram a abandonar a ideia de se sentirem realizadas apenas por meio da maternidade e passaram a dividir esse projeto com a busca da realização profissional e da estabilidade financeira.



Por meio deste estudo observou-se que o adiamento da maternidade tem se tornado um fator cada vez mais comum, visto que as mulheres atualmente cultivam outros interesses além das atividades domésticas e do cuidado dos filhos. A necessidade de dedicarem-se por mais tempo aos estudos e a busca de estabilidade profissional e financeira são fatores que contribuem para que a maternidade seja adiada até o momento que for mais conveniente. Além da maternidade tardia, a não maternidade também é uma realidade cada vez mais presente, tanto pelo fato de as mulheres não se sentirem motivadas a se tornarem mães, quanto por adiarem por tempo demais e depois não conseguirem engravidar. Nota-se, portanto, que apesar de a vida profissional não ser um fator determinante, é um fator que influencia muito na decisão de ter filhos ou deixar de tê-los.

Um dos fatores que contribuem para a existência de conflitos entre a maternidade e a vida profissional de mulheres é o fato de que apesar de terem assumido um lugar no mercado de trabalho, elas continuam assumindo o papel de principal cuidadora dentro do lar. Alguns autores apontam para um momento de transição, em que o crescimento da participação da mulher no mercado de trabalho está ocorrendo de forma mais acelerada do que a participação dos homens nas atividades domésticas. Dessa forma, um dos impactos da maternidade na vida profissional das mulheres é a sobrecarga de trabalho realizado dentro e fora do lar.

A maternidade pode ser encarada como um sacrifício se a mulher se sentir dividida entre o papel de mãe e trabalhadora. No entanto, esse dilema pode ser bem menor se forem adotadas estratégias de conciliação que permitam que a mulher exerça ambos os papéis, sem precisar abrir mão nem da maternidade, nem de sua vida profissional. Algumas alternativas para essa conciliação são a diminuição da carga horária de trabalho, a desidealização do papel de mãe como única e melhor cuidadora, o apoio de creches e outros cuidadores e a divisão mais igualitária das atividades domésticas entre homens e mulheres.

Um fator importante a ser destacado é que o significado do trabalho influencia muito para aumentar ou diminuir o conflito do retorno ao trabalho após o nascimento do primeiro filho. Observa-se, por exemplo, que para as mulheres de classe social mais baixa, para as quais o trabalho é visto como fonte de sustento, a existência de conflitos parece ser menor. Já para as mulheres de classe média, que



veem o trabalho como fonte de satisfação pessoal, o retorno torna-se uma opção, o que gera maiores conflitos e sentimentos de culpa.

Da mesma forma, dados apontam que quanto maior o grau de satisfação da mulher com relação ao trabalho que exerce e quanto mais horas se dedica ao trabalho antes do nascimento do filho, maiores são as chances de ela retornar após a licença-maternidade. Ao contrário, mulheres que apresentam falta de expectativa com relação à carreira tendem a abrir mão mais facilmente do retorno ao trabalho.

Muita coisa parece ter mudado desde o início da conquista do mercado de trabalho pelas mulheres. O trabalho passou a fazer parte da vida delas, deixando de ser apenas uma fonte de renda e tornando-se uma fonte de satisfação. Por esse motivo, para muitas mulheres, abrir mão da vida profissional e focar de forma exclusiva no lar pode ser encarado como um sofrimento, pois seria abrir mão de uma conquista. Apesar de ainda encontrar dificuldade para conciliar a maternidade com a vida profissional, buscar estratégias para que ambas convivam de forma harmoniosa parece essencial para o bem-estar e a qualidade de vida das mães trabalhadoras.

Espera-se que este estudo possa contribuir para um melhor entendimento de um fenômeno muito comum que impacta a vida das mulheres e das famílias: os conflitos que podem surgir na busca da conciliação da maternidade com a vida profissional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, V. F.; LEVANDOWSKI, D. C.; PALMA, Y. A. Escolhas Amorosas de Mulheres de Meia-Idade. **Pensando Famílias**, v. 12, n. 1, p. 99-117, jul. 2008.

ALMEIDA, L. S. Mãe, cuidadora e trabalhadora: as múltiplas identidades de mães que trabalham. **Rev. Dep. Psicol., UFF**, v. 19, n. 2, p. 411-422, 2007.

ANDRADE, C. C. Maternidade e trabalho na perspectiva de mulheres e seus companheiros: **um estudo empírico fenomenológico**. Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2015.

ANTON, I. L. C. **A escolha do cônjuge: um entendimento sistêmico e psicodinâmico**. 2. ed. rev. ampl. Porto Alegre: Artmed, 2012.



AZEVEDO, K. R.; ARRAIS, A. R. O mito da mãe exclusiva e seu impacto na depressão pós-parto. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 269-276, 2006.

BARBOSA, P. Z.; ROCHA-COUTINHO, M. L. Maternidade: novas possibilidades, antigas visões. **Psicol. clín.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 163-185, 2007..

BELTRAME, G. R.; DONELLI, T. M. S. Maternidade e carreira: desafios frente à conciliação de papéis. **Aletheia**, Canoas, n. 38-39, p. 206-217, dez. 2012.

BORSA, J. C.; FEIL, C. F. O papel da mulher no contexto familiar: uma breve reflexão. **Psicologia.pt**, 2008.

BRASIL. Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis Trabalhistas. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 09 ago. 1943.

BRASIL. Lei n. 11.770 de 09 de setembro de 2008, acompanhada da criação do programa empresa cidadã, destinado à prorrogação da licença maternidade mediante de incentivo fiscal, alterando a lei 8.212 de 24 de julho de 1991. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 set. 2008.

BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 537-572, dez. 2007.

CARVALHO NETO, A. M.; TANURE, B.; ANDRADE, J. Executivas: carreira, maternidade, amores e preconceitos. **RAE electron.**, São Paulo, v. 9, n. 1, jun. 2010.

CISCON-EVANGELISTA, M. R.; LEAL, L. S.; OLIVEIRA, N. K.; MENANDRO, P. R. M. Pós-Graduação, formação profissional e postergação da constituição de família própria: um estudo com estudantes de mestrado e doutorado. **Psicol. saber soc.**, v. 1, n. 2, p. 265-277, jul./dez. 2012.

DIAS JÚNIOR, C. S.; VERONA, A. P. Maternidade e trabalho: algumas reflexões sobre mulheres em ocupações de nível superior. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 4, n. 7, jan./jun. 2016.

FABBRO, M. R. C.; HELOANI, J. R. M. Mulher, maternidade e trabalho acadêmico. **Invest. educ. enferm.**, Medellín, v. 28, n. 2, p. 176-186, jul. 2010.



FERES-CARNEIRO, T. **Casal e famílias: permanências e rupturas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

FIDELIS, D. Q.; MOSMANN, C. P. A não maternidade na contemporaneidade: um estudo com mulheres sem filhos acima dos 45 anos. **Aletheia**, Canoas, n. 42, p. 122-135, dez. 2013.

FIORIN, P. C.; OLIVEIRA, C. T.; DIAS, A. C. G. Percepções de mulheres sobre a relação entre trabalho e maternidade. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 15, p. 25-35, jan./jun. 2014.

GUIMARAES, M. G. V.; PETEAN, E. B. L. Carreira e Família: Divisão de tarefas domiciliares na vida de professoras universitárias. **Rev. bras. orientac. prof.**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 103-110, jun. 2012.

JABLONSKI, B. A Divisão de Tarefas Domésticas entre Homens e Mulheres no Cotidiano do Casamento. **Psicol. cienc. prof.**, v. 30, n. 2, p. 262-275, 2010.

LEAL, C. L. **Maternidade Distanciada: Vivências de mãe sobre o ajuste entre maternidade e profissão, da gestação ao retorno ao trabalho**. Monografia – Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

LIMA, L. G.; KRUEL, C. S. A Experiência da Maternidade em Mulheres Primíparas no Retorno às Atividades Laborais. **Pensando Famílias**, v. 16, n. 1, p. 125-142, jul. 2012.

LINS, R. N. **A cama na varanda: arejando nossas idéias a respeito de amor e sexo: novas tendências**. 4. ed. Rio de Janeiro: BestSeller, 2010.

LINS, R. N. **O livro do amor**. V. 2. Rio de Janeiro: BestSeller, 2012.

LOPES, M. N.; DELLAZZANA-ZANON, L. L.; BOECKEL, M. G. A multiplicidade de papéis da mulher contemporânea e a maternidade tardia. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 22, n. 4, p. 917-928, dez. 2014.



LOSADA, B. L.; ROCHA-COUTINHO, M. L. Redefinindo o significado da atividade profissional para as mulheres: o caso das pequenas empresárias. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 12, n. 3, p. 493-502, dez. 2007.

MALUF, V. M. D.; KAHHALE, E. M. S. P. Mulher, trabalho e maternidade: uma visão contemporânea. **Polêmica**, v. 9, n. 3, p. 143-160, jul./set. 2010.

MANSUR, L. H. B. Experiências de mulheres sem filhos: a mulher singular no plural. **Psicol. cienc. prof.**, v. 23, n. 4, p. 2-11, 2003.

MCGOLDRICK, M. As Mulheres e o Ciclo de Vida Familiar. In: CARTER, Betty; MCGOLDRICK, Monica. **As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1995.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicol. Soc.** v. 18, n. 1, p. 49-55, 2006.

OLIVEIRA, S. C. *et al.* Maternidade e trabalho: Uma revisão da literatura. **Interamerican Journal of Psychology**, v. 45, maio/ago. 2011.

PROBST, E. R. **A evolução da mulher no mercado de trabalho**. [S. l.]: Instituto Catarinense de Pós- Graduação, jan./jun. 2003.

PUCCINI, B. C.; ARON, M. L.; SANTIAGO, E. B. Trabalhadora e mãe: papéis, identidade, consciência política e democracia. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo ,v. 15, n. 34, p. 587-597, dez. 2015.

RAPOPORT, A.; PICCININI, C. A. Maternidade e situações estressantes no primeiro ano de vida do bebê. **Psico-USF (Impr.)**, Itatiba , v. 16, n. 2, p. 215-225, ago. 2011.

SECCO, M. L.; LUCAS, M. G. A vida amorosa de mulheres financeiramente independentes. **Pensando fam.**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 61-76, jun. 2015 .

SMEHA, L. N.; CALVANO, L. O que completa uma mulher? Um estudo sobre a relação entre não-maternidade e vida profissional. **Psicol. Argum.**, Curitiba, v. 27, n. 58, p. 207-217, jul./set. 2009.



SILVA SOUZA, B. M.; SOUZA, S. F.; SANTOS RODRIGUES, R. T. O puerpério e a mulher contemporânea: uma investigação sobre a vivência e os impactos da perda da autonomia. **Rev. SBPH**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 166-184, jun. 2013.

TRAVASSOS-RODRIGUEZ, F.; FÉRES CARNEIRO, T. Maternidade tardia e ambivalência: algumas reflexões. **Tempo psicanal.**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, p. 111-121, jun. 2013.

VANALLI, A. C. G.; BARHAM, E. J. A demanda para políticas públicas adicionais para trabalhadores com filhos pequenos: o caso de professoras. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 16, n. 2, p. 231-241, 2008.

VANALLI, A. C. G.; BARHAM, E. J. Após a licença maternidade: a percepção de professoras sobre a divisão das demandas familiares. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 1, p. 130-138, 2012.

WEBER, L. N. D. *et al.* Filhos em creches no século XXI e os sentimentos das mães. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 24, n. 44, p. 45-54, jan./mar. 2006.



AMIZADES NA ADOLESCÊNCIA: CAMINHOS PARA A FORMAÇÃO DO SUJEITO

Milena Detofano Agazzi¹
Ingridy Thais Della Betta Bernardi²
Patrick Zawadzki³
Michele Gaboardi Lucas⁴
Sayonara Fátima Teston⁵

RESUMO

A forma como as amizades são vividas na adolescência demonstram ser significativas para a formação individual. Nesse contexto, o trabalho trouxe como objetivo compreender as formas como as características do ciclo vital podem se expressar nas relações de amizade de adolescentes. Para tal, realizaram-se observações sistemáticas durante as atividades de Estágio Básico na segunda fase do Curso de Psicologia. Os dados foram coletados em festas e em espaços públicos buscando retratar como as características dos adolescentes se expressam em diferentes ambientes cotidianos. A partir da definição de categorias de análise alinhadas aos ambientes físicos onde ocorreram as observações, foi possível identificar as influências do uso da tecnologia e o uso de artefatos, como roupas e forma de linguagem, para reforçar a identificação com grupos específicos de amizade. Concluiu-se com a pesquisa que, de fato, as amizades são importantes e podem funcionar como suporte e apoio na adolescência, bem como podem funcionar como mecanismo de encorajamento no ensaio em direção à vida adulta. Palavras-chave: Adolescência. Relações de amizade. Formação do sujeito.

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que as relações de amizade são importantes para os adolescentes. A adolescência é uma das fases do desenvolvimento humano com aspectos específicos relacionados ao desenvolvimento físico, mental, emocional, sexual e

¹ Curso de Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina; milena_agazzi@hotmail.com

² Curso de Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina; ingridy_db@hotmail.com

³ Professor da Universidade do Oeste de Santa Catarina; patrick.zawadzki@unoesc.edu.br

⁴ Professor da Universidade do Oeste de Santa Catarina; michele.lucas@unoesc.edu.br

⁵ Professor da Universidade do Oeste de Santa Catarina; sayonara.teston@unoesc.edu.br



social. E diante de diversas modificações, o relacionamento com os pares ocupa um papel central na vida do adolescente (PAPALIA; FELDMAN, 2013). Erikson (1972) considera essa etapa crucial para a construção da identidade pessoal, de modo a se definir valores, escolhas e as características do indivíduo para a transição à fase de adulto jovem. Logo, para que isso aconteça, são necessários estímulos intrapessoais denominados capacidades inatas e características adquiridas da personalidade, além de estímulos interpessoais por meio dos quais os jovens se identificam com outras pessoas, bem como estímulos culturais, que são os valores sociais aos quais os adolescentes são expostos (ERIKSON, 1972). Ou seja, os relacionamentos são fundamentais para a formação do indivíduo.

Parece que a forma como os adolescentes respondem a determinados estímulos fortalece ou enfraquece a identificação que os jovens possuem com os pares. Kimmel e Weiner (1998) afirmam que quanto mais desenvolvidos os sentimentos de identidade, mais os adolescentes valorizam suas características semelhantes e distintas em comparação aos outros e, assim, fortalecem suas escolhas pessoais. Sharabany (1994) menciona que há diversos mundos e diversas formas de ser adolescente. Entende-se que por meio dos relacionamentos, ou das amizades que são vividas nessa fase do ciclo vital, é possível expressar e fortalecer esses mundos.

Para Rodrigues, Assmar e Jablonski (2009, p. 345), “nascemos dentro de um grupo, crescemos dentro de diferentes grupos e tornamo-nos adultos participando de muitos outros grupos.” Parece que se trata de um fenômeno natural, do qual podemos não perceber a importância, haja vista que necessitamos de outras pessoas e dos grupos para sermos quem somos e para vivermos a vida cotidiana. Os relacionamentos dos adolescentes tendem a assumir uma importância maior com pares do que com outros grupos sociais.

Harris (1999) afirma que a relação dos adolescentes com seus pares explica aproximadamente 40% das variações individuais nos traços de personalidade, sendo o restante compartilhado com outros grupos, como a família e a escola. A autora menciona, ainda, que os adolescentes se preocupam mais com o que os amigos pensam, do que com o que os pais pensam, classificando essa mediação do grupo de pares no desenvolvimento como um processo de transmissão da cultura, em geral, mediada pela relação dos adolescentes com seus familiares (HARRIS, 1999).



Nesse contexto, estabeleceu-se como objetivo da pesquisa compreender as formas como as características do ciclo vital podem se expressar nas relações de amizade dos adolescentes. Para atingir esse norte, realizaram-se observações sistemáticas de jovens em atividades cotidianas, por meio das atividades de Estágio Básico realizadas durante a segunda fase do Curso de Psicologia. O estudo se justifica, pois apresenta potencial de fomentar as associações entre teoria e prática, proporcionando novas dúvidas e possibilidades de descobertas no estudo sobre as fases do desenvolvimento humano para os estudantes, bem como amplia a divulgação de estudos acerca de um dos temas que transcendem a fase adolescente: a importância de ter amigos.

A seguir, apresenta-se o referencial teórico, que focou especialmente nas características do ciclo vital adolescente e na relevância das amizades, seguido pelos procedimentos metodológicos do estudo, apresentação dos resultados, considerações finais e referências.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Ao analisar amizades na adolescência, é importante contextualizar essa fase da vida, suas implicações, mudanças, hábitos, o que a torna relevante em tempos atuais. O início da adolescência se dá ao final da puberdade, e seu ciclo final ocorre quando essa pessoa possui amadurecimento nas relações interpessoais, uma visão clara de seus valores enquanto ser social e comunitário, uma personalidade própria e maleável (NOLEN-HOEKSEMA *et al.*, 2012; SCHOEN-FERREIRA; AZNAR-FARIAS; SILVARES, 2003). Caso o jovem passe por dificuldades ou interrupções em quaisquer das etapas de sua formação de identidade, está sujeito a ter posteriormente um ou mais problemas de transtornos psicológicos (PAPALIA; FELDMAN, 2013).

Em séculos anteriores a adolescência tinha sua passagem quase que despercebida, ou interrompida pela construção cultural da época, na qual muitos jovens eram obrigados a se casar e se tornarem adultos. Somente no século XIX que a adolescência passa a ser vista e estudada com importância social, vigorando teorias como de Freud, que trouxe a compreensão de que essa etapa não está ligada diretamente à reprodução humana, mas à sua necessidade de construção



e desenvolvimento humano (SCHOEN-FERREIRA; AZNAR-FARIAS; SILVARES, 2010). Todavia foi no decorrer do século XX, com o acontecimento das guerras, que o desenvolvimento dos adolescentes passou a ser observado como um marco importante do ciclo vital (SCHOEN-FERREIRA; AZNAR-FARIAS; SILVARES, 2010).

O desenvolver da personalidade assenta-se sobre os adolescentes, os quais vivem em constante turbulência consigo e com o mundo. O brincar já não mais os atrai, é a interação e o sentir-se social que importam nessa fase do desenvolvimento. A construção da identidade como ser social e a modelagem de sua personalidade podem estar ligadas ao ambiente, à cultura e aos costumes de cada indivíduo (SCHOEN-FERREIRA; AZNAR-FARIAS; SILVARES, 2003; SCHOEN-FERREIRA; AZNAR-FARIAS; SILVARES, 2010). Schoen-Ferreira, Aznar-Farias e Silvares (2010) entendem que é nesse meio que o adolescente se sente único e começa a se identificar, começa a entender suas limitações e também descobrir suas habilidades e aptidões.

Na adolescência contemplam-se dificuldades entre os adolescentes e com outros que os rodeiam, principalmente entre seu grupo familiar. Um dos motivos, segundo Schoen-Ferreira, Aznar-Farias e Silvares (2003), ocorre pelo fato de os adultos estarem cientes que seus filhos passam a interagir com a sociedade, com pessoas desconhecidas, com possíveis situações de violência e de acessos inadequados, ou seja, esse sujeito estará, de certa forma, correndo risco de se tornar o oposto ao almejado e idealizado pela família.

Stengel (2011) comenta sobre relações de amizade e parentesco, cita sua importância e o fato de serem indissolúveis, pois, de modo oposto às amizades com pessoas fora de graus sanguíneos, não se pode escolher ou trocar ou, ainda, abandonar os pais, além de poder confiar e apoiar-se emocionalmente em quem dá o suporte mais íntimo e estável durante toda a vida e principalmente na adolescência. Fica claro o quão intrínsecas se tornam as relações de amizade entre pais e filhos, compreendendo seu elo infinito.

Percebe-se que pode haver uma visão e atitudes negativas com relação à adolescência, pois essa fase é entendida como aquela que culmina na destruição da ordem social tradicional existente, conforme lembra Campos (1986). Para Contini (2002), o verdadeiro adolescente é aquele que tem um comportamento rebelde e com revolta, apresenta crises de identidade e de rejeição de imposições sociais. Além



de uma busca pela afirmação da sua identidade, as atitudes de oposição também podem ser a expressão do pensamento abstrato. Os postulados da obra de Piaget são lembrados por Papalia e Feldman (2013), pois ele classificou os adolescentes como os indivíduos com nível de desenvolvimento cognitivo, chamado de operatório-formal, no qual se desenvolve a capacidade de pensar de forma abstrata, tornando mais flexível o ato de manipular informações, criar e interpretar símbolos, além das associações históricas e textuais.

A linguagem dos adolescentes ganha um sentido único, para Papalia e Feldman (2013); nessa fase os jovens constituem uma boa linguagem formal e são capazes de se comunicar com clareza e se expressar em público. De qualquer forma, uma característica marcante dessa fase também é a presença das gírias, das malícias verbais e do modo único dos jovens de se comunicarem (PAPALIA; FELDMAN, 2013). Certo comportamento pode ser uma maneira de demarcar o território individual e do grupo, bem como de se afastar dos demais a sua volta que não se encaixam nesse padrão. Nesse sentido, os grupos vão surgindo por meio do processo de identificação.

Os seres humanos são sociais por natureza, e é por meio da interação grupal que desde sempre a espécie humana conseguiu e consegue viver (SOUSA; CERQUEIRA-SANTOS, 2011). Além disso, Morgado, Dias e Paixão (2013) acrescentam que é por meio da mutualidade de influências advindas do contexto social que o adolescente se torna um indivíduo ativo na sociedade, pois no meio social é onde se oportunizam as trocas de emoções e afetos, que advêm das relações de base entre pais e filhos e afetam diretamente o futuro comportamento. Porém essas trocas não ocorrem somente de forma presencial. Além dos relacionamentos presenciais cotidianos, a dinâmica de relações que ocorre por meio da internet também tem se mostrado importante.

De acordo com Sant'Anna e Garcia (2010), as redes sociais on-line permitem a formação de um grupo de pessoas e, além disso, formam um conjunto específico e previamente delineado de conexões entre os integrantes, de modo a facilitar a disseminação de efeitos, de um para o outro, projetando-se além de qualquer limite geográfico ou, muitas vezes, até mesmo, de vínculo criado entre os membros. Essa disseminação pode ser comparada a um contágio social por meio do qual todos podem ser afetados. A tecnologia permite que os adolescentes



ocupem mais de um espaço ao mesmo tempo, atribuindo novas possibilidades aos adolescentes para viver relacionamentos (SANT'ANNA; GARCIA, 2010).

Apesar das mudanças facilitadas por instrumentos contemporâneos, há aspectos que continuam sendo fontes de preocupação no decorrer do tempo. Entre esses aspectos, pode-se mencionar a gravidez na adolescência. Dias e Teixeira (2010) tratam isso como um problema biopsicossocial, que restringe a formação da personalidade e acaba excluindo ou antecipando etapas importantes na vida dos adolescentes. E, além disso, a gestação na adolescência rompe com alguns projetos familiares (DIAS, 2009). Todavia, os laços estreitos de amizade criados entre pessoas de sexo oposto merecem estudo e devem ser vistos com indagações. Souza e Hutz (2007) destacam que a amizade entre os adolescentes do sexo oposto é importante, pois tem potencial para gerar sentimentos de proteção, tolerância, suporte, descobertas exclusivas, companheirismo, estímulo, abertura para expressar honestamente sobre o que sente e pensa, lealdade, além de contribuir para a formação da autoimagem e autoestima.

Os grupos de pares na adolescência são, segundo Papalia e Feldman (2013), uma fonte de afeto e um ensaio para a vida adulta, já que é na adolescência que os grupos restritos perdem ou ganham forças e se criam vínculos mais importantes e íntimos. É nas amizades que os adolescentes interagem com aqueles que lhes entendem e que estão passando pela mesma situação, encontram uma base e um suporte para suas dúvidas e novas descobertas. O significado da amizade é sentimento fiel de afeição, simpatia, estima ou ternura entre pessoas que podem não ser ligadas por laços de família ou por atração sexual (SCHOEN-FERREIRA; AZNAR-FARIAS; SILVARES, 2010). “A amizade é uma interação de dois ou mais indivíduos, recíproca e iniciada por livre escolha. É uma relação diádica bilateral, íntima, mútua e voluntária.” (LISBOA, 2012, p. 83). Sharabany (1994) afirmou que o conceito de amizade possui oito dimensões, sendo: 1) sinceridade e espontaneidade; 2) sensibilidade e conhecimento; 3) vinculação; 4) exclusividade; 5) dádiva e divisão; 6) imposição; 7) atividades comuns; 8) lealdade e confiança. E Lisboa (2012) aponta a importância do componente afetivo nas relações de amizade.

Os grupos de amizades tendem a ser formados por adolescentes que possuem os mesmos gostos e ideais, conferindo-se como cópias autenticadas e em



versos subjetivos do comportamento das pessoas que mais possuem laços (SOUSA; CERQUEIRA-SANTOS, 2011). Para Lisboa (2012, p. 86), “a experiência de amor e afeto proveniente das relações de amizade é única no ciclo vital.” Cada grupo de amigos possui características únicas e visivelmente diferentes dos demais grupos. Esses laços de amizade construídos na adolescência são chamados por Schoen-Ferreira, Aznar-Farias e Silveiras (2010) de laboratórios sociais, nos quais o indivíduo pode explorar diversos tipos de comportamentos de forma recíproca. Sousa e Cerqueira-Santos (2011) mencionam que cerca de 86% das pessoas que compõem o ciclo social do adolescente são seus amigos. As relações de amizade podem influenciar positivamente seu autoconceito e autoestima (SUSIN; LEVANDOWSKI, 2012), como também ser consideradas um fator de proteção para o desenvolvimento satisfatório dos adolescentes (LISBOA, 2012).

No decorrer do ciclo vital, as características dos relacionamentos parecem mudar, porém, especialmente para os adolescentes contemporâneos, a característica transitória dos laços afetivos pode ser potencializada pelos traços da modernidade líquida (BAUMAN, 2001). Mudanças rápidas e profundas nos aspectos sociais, econômicos e culturais têm ocorrido desde meados do século XX, e, de acordo com Bauman (2001), se trata da passagem da modernidade sólida para a modernidade líquida. A modernidade líquida se define por aspectos relacionais, físicos, materiais e situacionais não manterem sua forma e duração por longos períodos, impedindo que se construa confiança e se solidifique para que seja duradouro ou permanente (BAUMAN, 2001). Ao contrário, no período da modernidade sólida, se mantinham princípios duradouros que eram repassados e vigiados com cautela (BAUMAN, 2009). Assim, apesar de este estudo se centrar em compreender as formas como as características do ciclo vital podem se expressar nas relações de amizade de adolescentes, entende-se que essas mesmas características também poderão ser observadas em outras fases do desenvolvimento humano.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um estudo exploratório e descritivo. Para Dencker (2007, p. 151), a pesquisa exploratória serve para “aprimorar ideias ou confirmar intuições” e



caracteriza-se por ter um planejamento flexível. Já a pesquisa descritiva, de acordo com o mesmo autor, busca discorrer sobre fenômenos ou estabelecer associações entre variáveis.

Para a coleta de dados, utilizaram-se técnicas de observação (COOPER; SCHINDLER, 2016). De acordo com os autores, uma forma predominante de pesquisa de observação é a análise de registros, que podem ser históricos ou atuais, públicos ou privados. Esse tipo de coleta de dados é denominado por Cooper e Schindler (2016, p. 175) como “observação comportamental”. A observação comportamental, conforme os autores citados anteriormente, “se refere ao estudo do comportamento não verbal, que inclui movimentações corporais, expressões motoras, ou trocas de olhares.” Essas observações foram realizadas no primeiro semestre de 2018. As observações comportamentais foram registradas em um protocolo de observação, conforme orientam Danna e Matos (2006).

Com vistas a analisar os resultados, realizou-se uma análise de conteúdo centrada em nível semântico (NAVARRO; DÍAZ, 1994). Para Navarro e Díaz (1994), este é o método clássico de análise de conteúdo, que gira em torno de uma análise temática, instrumentalizada por meio do estabelecimento de categorias. E, após a elaboração das categorias, realizou-se um trabalho de cotejamento entre as informações adquiridas por meio da técnica de coleta de dados e a fundamentação teórica realizada sobre o tema. As categorias temáticas e as respectivas associações com a busca teórica são apresentadas na seção de apresentação e análise de resultados.

O estudo não foi submetido ao Comitê de Ética em pesquisa por se caracterizar como um estudo de risco mínimo (SHAUGHNESSY; ZECHMEISTER; ZECHMEISTER, 2007) já que não promove contato direto com os participantes das observações comportamentais realizadas e, portanto, não gera qualquer desconforto psicológico ou físico.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Com vistas a compreender as formas como as características do ciclo vital podem se expressar nas relações de amizade de adolescentes, são apresentados os resultados do estudo. A apresentação foi realizada por categorias de análise, sendo



que foram escolhidas aquelas relacionadas com a ocasião da coleta de dados: em uma festa e em circulação.

4.1 ADOLESCENTES NA FESTA

Em uma festa de aniversário de 14 anos, realizada no porão de uma casa no Oeste de Santa Catarina, o qual continha dois sofás, uma mesa de centro, uma estante com rádio e outros eletrônicos, equipamentos de academia, balcão, computador, mesa de jantar e um banheiro, foram observadas seis meninas, entre 14 e 16 anos. Usavam vestimentas parecidas, calção jeans curto e camiseta, e seis meninos entre 13 e 16 anos que usavam roupas jeans. O número de meninos e meninas era igual, a música estava alta com predominância do estilo funk, os copos para as bebidas eram da cor preta, os pratos de bolo prateados, todos tinham celular e em vários momentos faziam o uso dele. Havia interação entre todos, e não demonstravam inimizades.

Perceberam-se aspectos parecidos nas adolescentes, entre eles pode-se mencionar como exemplo as vestimentas, corpo físico, idade, afinidade e estilo musical. Os grupos de amizades tendem a ser formados por adolescentes que possuem os mesmos gostos e ideais, conferindo-se como cópias autenticadas e em versos subjetivos do comportamento das pessoas que mais possuem laços (SOUSA; CERQUEIRA-SANTOS, 2011).

Durante diversos momentos da festa, foi possível observar a intensidade do uso do celular pelos adolescentes. De acordo com Sant'Anna e Garcia (2010), as redes sociais on-line permitem a formação de um grupo de pessoas, e, além disso, formam um conjunto específico e previamente delineado de conexões entre os integrantes, deste modo a facilitar a disseminação de efeitos, de um para o outro, indo além de qualquer limite geográfico ou, muitas vezes, até mesmo, de vínculo criado entre os membros. Essa disseminação pode ser comparada a um contágio social por meio do qual todos podem ser afetados. A tecnologia permite que os adolescentes ocupem mais de um espaço ao mesmo tempo, atribuindo novas possibilidades aos adolescentes para viver relacionamentos (SANT'ANNA; GARCIA, 2010).



Ainda, observaram-se formas distintas na comunicação entre eles, logo, utilizavam gestos, olhares, sorrisos e expressões faciais a fim de demonstrar descontentamentos ou passar informações de modo a não verbalizar em voz alta. A linguagem dos adolescentes ganha um sentido único, já que nesta fase, para Papalia e Feldman (2013), os jovens constituem uma boa linguagem formal e são capazes de se comunicar com clareza e se expressar em público. De qualquer forma, uma característica marcante dessa fase também é a presença das gírias, as malícias verbais e o modo único dos jovens de se comunicarem (PAPALIA; FELDMAN, 2013).

De fato, os presentes na festa possuíam entre si características em comum, tornando divertido e agradável aquele momento. A construção da identidade como ser social e a modelagem de sua personalidade podem estar ligadas ao ambiente, à cultura e aos costumes de cada indivíduo (SCHOEN-FERREIRA; AZNAR-FARIAS; SILVARES, 2003; SCHOEN-FERREIRA; AZNAR-FARIAS; SILVARES, 2010). Schoen-Ferreira, Aznar-Farias e Silvares (2010) entendem, ainda, que é nesse meio que o adolescente se sente único e começa a se identificar, começa a entender suas limitações e também a descobrir suas habilidades e aptidões.

4.2 ADOLESCENTES EM CIRCULAÇÃO

No primeiro momento, foram observados adolescentes em diversas situações e locais, como terminal urbano, praça central e ruas do centro da Cidade de Chapecó. Foi possível perceber vários estilos, grupos e situações diferentes, bem como vestimentas, comportamentos e grupos de pares.

Percebeu-se que quando sozinhos, os adolescentes não sorriem com frequência e se apresentam com a cabeça levemente abaixada, olhando para o chão. Cerca de 90% dos adolescentes observados durante o período estavam com celular nas mãos, e aproximadamente 30% deles, em algum momento, levou uma das mãos à boca para roer as unhas. A respeito dessa situação, cumpre destacar o que afirma Sousa e Cerqueira-Santos (2011), o qual diz que todos os seres humanos são sociais e que por meio da interação é possível viver e sobreviver por mais tempo.

Ainda, foi evidenciado que mesmo estando em grupos de amigos, interagindo e conversando, a prática do uso do celular é constante, seja para mandar



uma mensagem, postar algo em redes sociais, registrar o momento em que se encontram ou, até mesmo, se conectar com alguém que está distante. Dessa forma, a tecnologia amplia os limites geográficos, possibilitando a criação de vínculos em diversas conexões (SOUSA; CERQUEIRA-SANTOS, 2011).

Foi possível observar que a maioria dos adolescentes carregava bolsa ou mochila de tamanho médio ou grande nas costas, enquanto um grupo maior, com uniformes escolares, comentava entre os membros assuntos relacionados a questões escolares ou que envolviam o ambiente escolar. Duas adolescentes com mais ou menos 14 anos andavam de mãos dadas, conversavam e sorriam uma para outra. Logo, os grupos de pares na adolescência são, segundo Papalia e Feldman (2013), uma fonte de afeto e um ensaio para a vida adulta, já que é na adolescência que os grupos restritos perdem ou ganham forças e se criam vínculos mais importantes e íntimos.

Nas observações a maioria das meninas estava com o cabelo solto e ocasionalmente passavam a mão nele da frente para trás com movimentos delicados. Evidenciaram-se vários estilos de roupas e acessórios, mas, entre os integrantes de um mesmo grupo, a vestimenta era parecida ou, até mesmo, igual em alguma peça. Isso reforça o fato de que os grupos de amizades tendem a ser formados por adolescentes que possuem os mesmos gostos e ideais, conferindo-se como cópias autenticadas e em versos subjetivos do comportamento das pessoas que mais possuem laços (SOUSA; CERQUEIRA-SANTOS, 2011).

Ademais, os grupos pegavam de dentro de suas bolsas moedas ou dinheiro em papel, no intuito de comprarem comida ou refrigerantes para dividirem entre si. Com o passar do tempo, criou-se um grupo numeroso com cerca de 50 adolescentes, e dentro deste se criaram subgrupos com números menores de participantes. Comentavam sobre encontros amorosos e combinavam, por intermédio de amigos do grupo, esses encontros. Sobre esse fato, vale informar que a adolescência é uma das fases do desenvolvimento humano com aspectos específicos relacionados ao desenvolvimento físico, mental, emocional, sexual e social (PAPALIA; FELDMAN, 2013). E diante de diversas modificações, o relacionamento com os pares ocupa um papel central na vida do adolescente (PAPALIA; FELDMAN, 2013).

Também havia um grupo composto por cinco integrantes, um casal com mais ou menos 40 anos, uma criança de aproximadamente 10 anos, e um casal de



adolescentes andavam de mãos dadas, aparentando que a jovem estivesse grávida. Este fato evidencia um ponto importante para se observar entre os adolescentes, isto é, a gravidez entre os jovens. Dias e Teixeira (2010) tratam o fato como um problema biopsicossocial, que restringe a formação da personalidade e acaba excluindo ou antecipando etapas de suma importante na vida da adolescente, impedindo ou dificultando a exploração de coisas novas, já que na adolescência o indivíduo dispõe de um percurso de descobertas e vai linearmente agregando para si responsabilidades, enquanto a agora mãe precisa ter estrutura psicológica suficiente para as demandas, frustrações e responsabilidades da maternidade e muitas vezes lidar com julgamentos.

Evidenciou-se em dado momento uma menina sozinha, próximo ao fim da tarde, além de outros jovens que carregavam livros e cadernos nas mãos. Ambas as situações observadas apontavam que, mesmo em tempos atuais, alguns comportamentos e vestimentas denominadas antigas ainda são vigentes.

A construção da identidade do adolescente como ser social e a modelagem de sua personalidade estão diretamente ligadas ao ambiente, à cultura e aos costumes da convivência de cada indivíduo (SCHOEN-FERREIRA; AZNAR-FARIAS; SILVARES, 2003; SCHOEN-FERREIRA, 2010; DORIN, 1978; GALLATIN, 1978), diante desse apontamento feito por esses autores, é possível perceber que os jovens são constituídos por aquilo que vivem diariamente. Assim, criam-se os grupos de amizades por questões de afinidades e por possuírem características semelhantes, visto que na maioria das situações observadas os adolescentes se vestiam de forma parecida, tinham o mesmo gosto por determinados assuntos, estilo musical ou objetos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo foi realizado durante a segunda fase do Curso de Psicologia, momento em que os estudantes precisam estudar sobre as características das fases do ciclo vital e precisam desenvolver técnicas de observação sistemática como ferramenta de coleta de dados para posterior análise e interpretação. Por meio da elaboração da fundamentação teórica e das práticas de observação realizadas para além da sala de aula, foi possível constatar que a adolescência é uma das



fases do desenvolvimento humano com aspectos específicos relacionados ao desenvolvimento físico, mental, emocional, sexual e social. Bem como que diante de um contexto de mudanças intrínsecas a essa fase do ciclo vital, as amizades ocupam um papel central na vida do adolescente.

Também foi possível perceber que, por meio de atividades cotidianas, os adolescentes se relacionam e se identificam, fazendo escolhas pessoais que, antes de serem respostas a estímulos externos, são dos próprios indivíduos. O adolescente se relaciona, se comunica e se aproxima daqueles com os quais mais se identifica. As amizades são reforçadas a partir de valores, crenças e preferências que são antes individuais do que grupais. Porém, essas trocas, amizades, acontecimentos típicos dessa fase do ciclo vital, parecem também influenciar escolhas e comportamentos que podem se tornar traços da vida adulta. Assim, os relacionamentos especialmente os de amizade, na adolescência, são fundamentais para a formação do indivíduo na fase adulto jovem e, talvez, nas fases subsequentes.

Portanto, entende-se que o objetivo de compreender as formas como as características dos adolescentes podem se expressar nas relações de amizade foi atendido por meio do estudo. O estudo fomentou associações entre teoria e prática e gerou dúvidas com relação a características das relações de amizade em outras fases do ciclo vital, já que se vive em uma era de liquidez dos vínculos afetivos. Entende-se que esta é uma oportunidade para estudos futuros.

Este estudo também apresenta limitações, entre elas pode-se mencionar o uso de somente uma técnica de coleta de dados, especialmente porque se trata de um estudo de caráter qualitativo e interpretativo. Esse aspecto também levanta possibilidades de melhorias para futuras pesquisas com essa abordagem.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BAUMAN, Z. **Arte da Vida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.

CAMPOS, D. M. S. **Psicologia da Adolescência: normalidade e psicopatologia**. 10. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.



CONTINI, M. L. J. **Adolescência e Psicologia: concepção, práticas e reflexões críticas.** Brasília, DF: Editora Conselho Federal de Psicologia, 2002.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de Pesquisa em Administração.** 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2016.

DANNA, M. F.; MATOS, M. A. **Aprendendo a Observar.** São Paulo: Edicon, 2006.

DENCKER, A. F. M. **Pesquisa em Turismo.** 9. ed. São Paulo: Futura, 2007.

DIAS, A. C. G. Análise das expectativas de jovens que vivenciaram a gravidez na juventude. *In:* LIBÓRIO, R. M. C.; KOLLER, S. H. (org.). **Adolescência e juventude: risco e proteção na realidade brasileira.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

DIAS, A. C. G.; TEIXEIRA, M. A. P. Gravidez na adolescência: um olhar sobre um fenômeno complexo. **Paidéia**, v. 20, n. 45, p. 123-131, 2010.

DORIN, L. **Psicologia da adolescência.** São Paulo: Editora Brasil, 1978.

ERIKSON, E. H. **Identidade, juventude e crise.** Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

GALATTIN, J. **Adolescência e Individualidade.** São Paulo: Editora Harbra, 1978.

HARRIS, J. R. **Diga-me com quem andas.** Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.

KIMMEL, D. C.; WEINER, I. **La adolescencia: una transición del desarrollo.** Barcelona: Ariel, 1998.

LISBOA, C. Quem tem um amigo nunca está sozinho? Ou antes só do que mal acompanhado? Relações de amizade: fatores de risco e proteção. *In:* HUTZ, S.; SOUZA, L. K. (org.). **Amizade em contexto: desenvolvimento e cultura.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.

MORGADO, A. M.; DIAS, M. L. V.; PAIXÃO, M. P. O desenvolvimento da socialização e o papel da família. **Análise Psicológica**, v. 31, n. 2, p. 129-144, 2013.



NAVARRO, P.; DÍAZ, C. Análisis de Contenido. *In*: DELGADO, J. M.; GUTIERREZ, J. **Métodos y técnicas cualitativas de investigación en ciencias sociales**. Madrid: Síntesis, 1994.

NOLEN-HOEKSEMA, S. *et al.* **Introdução à Psicologia**. 15. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento Humano**. 12. ed. Porto Alegre: AMGH Editora Ltda., 2013.

RODRIGUES, A.; ASSMAR, E. M. L.; JABLONSKI, B. **Psicologia Social**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2009.

SANT'ANNA, H. C.; GARCIA, A. Tecnologia da Comunicação e Mediação Social: O Papel da Telefonia Celular na Amizade Entre Adolescentes. **Interação Psicológica**, v. 15, n. 1, p. 37-50, 2010.

SCHOEN-FERREIRA, T. H.; AZNAR-FARIAS, M.; SILVARES, E. F. M. A construção da identidade em adolescentes: um estudo exploratório. **Estudos de Psicologia**, v. 8, n. 1, p. 107-115, 2003.

SCHOEN-FERREIRA, T. H.; AZNAR-FARIAS, M.; SILVARES, E. F. M. Adolescência através dos séculos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 26, n. 2, p. 227-234, 2010.

SHARABANY, R. Intimate Friendship Scale: Conceptual Underpinnings, Psychometric Properties and Construct Validity. *Journal of Social and Personal Relationships*, v. 11, n. 3, p. 449-469, 1994.

SHAUGHNESSY, J. J.; ZECHMEISTER, E. B.; ZECHMEISTER, J. S. **Métodos de Investigación en Psicología**. 7. ed. México: McGraw-Hill Interamericana, 2007.

SOUSA, D. A.; CERQUEIRA-SANTOS, E. Redes Sociais e Relacionamentos de amizade ao longo do ciclo vital. **Rev. Psicopedagogia**, v. 28, n. 85, p. 53-66, 2011.

SOUZA, L. K.; HUTZ, C. S. Diferenças de gênero na percepção da qualidade da amizade. **Psico**, v. 38, n. 2, p. 125-132, 2007.



STENGEL, M. Discursos de pais e mães sobre a amizade em famílias com filhos adolescentes. **Paidéia**, v. 21, n. 49, 2011.

SUSIN, V. C.; LEVANDOWSKI, D. C. As relações de amizade de futuros pais adolescentes. *In*: HUTZ, S.; SOUZA, L. K. (org.). **Amizade em contexto: desenvolvimento e cultura**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.



O FACEBOOK E AS HABILIDADES SOCIAIS: QUAL A RELAÇÃO? UM ESTUDO COM ACADÊMICOS DA ÁREA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Tauana Mohr¹
Ana Paola Grando²
Fábio Augusto Lise³
Cleocimar Aigner Paludo⁴

RESUMO

Trata-se de um artigo da linha de pesquisa de Processos Comportamentais e Desenvolvimento Humano, que procurou investigar os processos comportamentais relacionados à interface aprendizagem e saúde, uma vez que o trabalho tem como foco os comportamentos relacionados às relações interpessoais no ambiente virtual e fora dele. Esta pesquisa teve como objetivo analisar a influência que a rede social Facebook possui no desenvolvimento das habilidades sociais em acadêmicos da área da Tecnologia da Informação (TI) em uma Universidade da região Oeste do Estado de Santa Catarina, identificando, dessa forma, como se apresentam essas habilidades e os fatores que influenciam o desenvolvimento das habilidades sociais por meio do relacionamento interpessoal em acadêmicos da área da TI em uma Universidade na região Oeste do Estado de Santa Catarina. Para alcançar os objetivos foram utilizadas duas formas de coleta de dados, uma quantitativa, mediante um instrumento de testagem psicométrica; a outra qualitativa, por intermédio de técnica de grupo. Foram analisados os dados das duas coletas individualmente e, em seguida, correlacionados os dados percebendo que existem déficits em determinadas habilidades mais do que em outras na população pesquisada. Também foi possível perceber que alguns fatores das habilidades sociais parecem mais fáceis de apresentar no Facebook do que no contato pessoal, assim como o contrário também foi visto.

Palavras-chave: Habilidades sociais. Facebook. Relações interpessoais.

¹ Graduanda do Curso de Psicologia na Universidade do Oeste de Santa Catarina; tauanamohr@hotmail.com

² Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina; Professora na Universidade do Oeste de Santa Catarina; ana.grando@unoesc.edu.br

³ Mestre em Psicologia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos; Professora na Universidade do Oeste de Santa Catarina; fabio.lise@unoesc.edu.br

⁴ Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina; Professora na Universidade do Oeste de Santa Catarina; cleocimar.paludo@unoesc.edu.br



1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho está relacionado às habilidades sociais, e tem como linha de pesquisa os Processos Comportamentais e Desenvolvimento Humano, em busca de investigar os processos dos comportamentos relacionados à interface aprendizagem e saúde. Este artigo teve como objetivo analisar a influência que a rede social Facebook possui no desenvolvimento das habilidades sociais em acadêmicos da área da Tecnologia da Informação (TI) em uma Universidade na região Oeste do Estado de Santa Catarina, com intuito de investigar e descrever aspectos sobre a manifestação das habilidades sociais nos relacionamentos interpessoais dentro e fora da rede social Facebook, o que possibilitou estabelecer maior compreensão entre a ciência e a formação profissional de maneira ética e eficaz.

Para a Psicologia enquanto ciência, a presente pesquisa se torna relevante, pois o desempenho social é essencial para uma boa qualidade de vida das pessoas, principalmente da população jovem que está em processo de formação de identidade, além de construção profissional, pessoal e social.

Observando algumas salas de aula, onde a maioria da turma tem faixa etária entre 17 e 25 anos, percebe-se o aumento no uso do Facebook, tanto em celulares quanto no próprio computador, bem como o afastamento das relações interpessoais com os colegas e professores presentes naquele ambiente. Na universidade ou em outros locais, possuir um bom desenvolvimento das habilidades sociais é considerado importante para um bom desempenho acadêmico, social e profissional. Esse fator despertou a curiosidade científica na pesquisadora. Quanto ao interesse pela população a ser pesquisada, em muitas empresas da área da TI, em que a pesquisadora teve contato em um estágio na área organizacional, muito foi questionado sobre a dificuldade nas relações interpessoais de quem trabalha na área da TI e de como isso afeta a empresa em geral, o próprio colaborador, a equipe e a clientela. Essas duas questões presentes no dia a dia da pesquisadora geraram o interesse pelo tema e a criação do presente estudo.

Essa prática de investigação foi desenvolvida com acadêmicos em graduação na área da TI em uma Universidade no Estado de Santa Catarina. A aplicação da pesquisa ocorreu a partir do contato com o coordenador dos cursos de



Sistemas de Informação e Engenharia da Computação. Foi realizada uma pesquisa exploratória e de campo, com abordagem quantitativa e qualitativa, com a utilização para coleta de dados do teste psicométrico Inventário de Habilidades Sociais (IHS-Del-Prette) e de um grupo focal. Para a análise, foi corrigido o teste, levantando os escores em percentis do teste e realizada a análise do conteúdo debatido no grupo focal, correlacionando-os e gerando o resultado final da pesquisa.

O texto apresenta, após esta breve introdução, uma revisão da literatura sobre as relações interpessoais, as habilidades sociais, as redes sociais e o Facebook; os procedimentos metodológicos adotados; a análise dos dados coletados; e as considerações finais.

2 RELAÇÕES INTERPESSOAIS E HABILIDADES SOCIAIS

As pessoas estão presentes na sociedade por meio das relações que desenvolvem durante a vida; no início isso ocorre na família, depois na escola, na cidade, nos grupos que participa e no trabalho, conforme Tomaél, Alcará e Di Chiara (2005). São as relações que as pessoas desenvolvem e mantêm que fortalecem o âmbito social. No que se refere ao trabalho, as relações interpessoais são muito importantes, pois independentemente das atividades executadas pelo ser humano, exige-se dos indivíduos desempenhos sociais aceitáveis e preparados, o que faz com que as habilidades sociais sejam particularmente importantes.

Na universidade, os estudantes são uma classe que apresentam, em algumas áreas, a interação social como alicerce de sua inserção na atuação profissional, acadêmica e social, uma vez que aqueles que estão iniciando a vida acadêmica com idades entre 17 e 20 anos são novatos também quanto às habilidades para falar em público, relacionar-se com pessoas de diferentes faixas etárias e grau de conhecimento. No início da faculdade, jovens encontram diversos desafios, e um deles está relacionado às habilidades sociais. No espaço das universidades, como em outros, pode ser considerado indispensável possuir um repertório de habilidades interpessoais e bom desempenho para falar em público. Para essa classe, a necessidade de avaliação do desempenho das relações interpessoais assume inquestionável relevância social e educacional, pois o comprometimento



das relações com o social resulta em prejuízos para a qualidade de vida de tais indivíduos (ANGÉLICO, 2009 apud BOLSONI-SILVA *et al.*, 2010). Dentro do contexto universitário as habilidades sociais não estão relacionadas apenas ao desempenho profissional e à adequação do indivíduo na instituição, mas também ao bem-estar físico e psicológico dos estudantes, podendo garantir a estes um processo de socialização benéfico e satisfatório.

Podem-se definir habilidades sociais como um conjunto de comportamentos enunciados pelo indivíduo frente às demandas de situações relacionais entre duas ou mais pessoas, conforme Del Prette e Del Prette (1999). Habilidades sociais podem ainda ser classificadas como comportamentos operantes, mantidos, logo, por suas consequências (BOLSONI-SILVA, 2002).

Em uma universidade, assim como em outro ambiente, os indivíduos, ao interagirem um com o outro, vão modificando o comportamento mutuamente, trilhando um caminho conduzido pelas pessoas de cada relação. Muitas vezes se exige dos sujeitos certos níveis de habilidades sociais para que conduzam ou participem de tais interações sem causar conflitos e se posicionando de tal forma a demonstrar seu conhecimento e interação do assunto, considerando que a rede de relacionamentos construída dentro e a partir da universidade se torna fundamental para o desenvolvimento da personalidade, pois geralmente são jovens que estão transitando da adolescência para a vida adulta. Toda relação na graduação influencia na construção do sujeito tanto profissional quanto pessoal e social (MELO; BORGES, 2007).

Para ajustar as expectativas quanto às relações interpessoais e suprimir de forma adequada as demandas sociais e de relacionamentos presentes no âmbito universitário, o acadêmico necessita ter habilidades sociais (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2001). Dependendo da qualidade das interações interpessoais, pode contribuir para uma chance quanto à aquisição das metas de uma instituição, educacional ou profissional, facilitando, dessa forma, a conquista de vários objetivos sociais, profissionais e pessoais, sobretudo as habilidades de assertividade e de enfrentamento que precisam ser juntamente ampliadas no ambiente acadêmico, destacando as habilidades de liderança, convencimento, exposição de opinião, expressão de sentimentos negativos, trabalhar com as críticas, questionamento, negociação de decisões e resolução de problemas. Existem algumas habilidades



indispensáveis e que auxiliam o acadêmico durante a faculdade e depois na atuação profissional, sendo de fundamental importância na sala de aula, como, por exemplo, ficar atento, seguir instruções, realizar e responder questionamentos, dar e solicitar auxílio para outra pessoa, agradecer, colocar opiniões, discordar, controlar a raiva ou aborrecimento, além de se defender de acusações injustas (CABALLO, 2003; DEL PRETTE; DEL PRETTE, 1999, 2001).

Possuir um amplo leque de habilidades sociais, principalmente aqueles utilizados na sala de aula, pode ser de grande importância para um bom desempenho acadêmico, social e futuramente profissional. Uma pesquisa realizada por Feitosa et al. (2009), referente às habilidades sociais e performance acadêmica, mostrou que os universitários com melhor desempenho ainda são aqueles que estabelecem relações sociais sólidas, pois acreditam ser mais bem aceitos pelos colegas.

Dessa forma, os acadêmicos com amplo leque de habilidades sociais percebem-se mais amparados pelos colegas e conseqüentemente se sentem seguros em aplicar seus recursos particulares quanto ao equilíbrio das relações interpessoais que surgem no âmbito acadêmico, além de manterem uma correspondência mútua entre estudante, professor e ambiente universitário.

2.1 REDES SOCIAIS E O FACEBOOK

A organização por meio de rede é comum ao sujeito, uma vez que se une aos seus semelhantes, formando relações de interesse que crescem e se transformam de acordo com o seu curso de vida. Então, o ser humano vai moldando e desenvolvendo sua rede de acordo com a inclusão na realidade que vive socialmente. As redes sociais formam uma das maneiras implícitas empregadas pela sociedade como forma de compartilhar informações e conhecimentos, mediante as relações entre os indivíduos que delas fazem parte, de acordo com Tomaél, Alcará e Di Chiara (2005).

Redes sociais são ferramentas que contêm um local onde se partilham interesses, necessidades e objetivos comuns para a cooperação, compartilhamento de conhecimentos, comunicação e interação (PETTENATI; RANIERI, 2006). A natureza humana liga pessoas a outras pessoas e baliza a sociedade em rede. Nas



redes sociais, cada indivíduo tem sua função e identidade. A relação com outros indivíduos vai formando uma união, que representa a rede.

Nas redes sociais pessoas trocam experiências, informações formais e informais, criam discussões, expõem valores, formas de pensar e agir. De acordo com Krogh, Ichijo e Nonaka (2001, p. 159), “o intercâmbio de ideias, opiniões e crenças propiciado pelas conversas possibilita o primeiro e o mais importante passo para a criação do conhecimento: o compartilhamento do conhecimento tácito dentro da comunidade da rede.” O conhecimento, para esses autores, precisa ser transformado, desenvolvido e trabalhado dentro, caso contrário, ele será apenas um aglomerado de informações sem importância. Esse é o maior desafio da Era da Informação: criar uma organização capaz de compartilhar o conhecimento. E é nesse sentido que as redes são mais valorizadas, ao mesmo tempo que contribuem para o aprimoramento da sociedade. Redes sempre pressupõem agrupamentos, são fenômenos coletivos, sua dinâmica implica relacionamento de grupos, pessoas, organizações ou comunidades, denominados atores. Possibilitam diversos tipos de relações: de trabalho, de estudo, de amizade, entre outras, apesar de quase sempre passarem despercebidas.

Enfim, pode-se dizer que redes sociais envolvem um conjunto de pessoas que mantêm ligações entre si. A partir do desenvolvimento dos meios de comunicação, principalmente depois da internet, as relações sociais não têm a real necessidade do espaço físico e do geográfico, elas ocorrem independentes do tempo e/ou do espaço (RECUERO, 2009).

Atualmente se vive o auge das redes sociais, estimulado pela representação social e ideia de compartilhamento, atrelado à informalidade, colaborando para que cada vez mais jovens se tornem usuários das redes, principalmente da rede social Facebook. Segundo Patrício e Gonçalves (2010), o Facebook é uma das redes sociais mais usadas no mundo todo para a interação social, que acontece por meio de comentários a perfis (fotos, publicações); pela participação em grupos de discussão; ou pelo uso de aplicativos e jogos. É um lugar de encontro, compartilhamento, discussões de ideias e, possivelmente, o mais utilizado entre universitários. O Facebook proporciona uma extensa quantidade de ferramentas e aplicativos que facilita para os usuários a comunicação e o compartilhamento de informações, bem



como o controle quanto ao acesso a outros usuários de algumas informações ou à realização de determinados atos (EDUCAUSE, 2007).

É importante destacar um pouco sobre a história dessa rede social. O Facebook foi criado em 2004, como uma rede particular universitária. Em 2005 foram publicados alguns estudos pertinentes a essa rede, referindo-se para a questão da segurança e privacidade. Nessa mesma época, as universidades avaliavam a conduta dos acadêmicos com certa preocupação. No ano de 2005 era necessário ser aluno das universidades para criar perfil na rede e ampliar seu leque de amigos. A partir de 2006 o Facebook permitiu que qualquer internauta poderia ser usuário da rede, dobrando a quantidade de pessoas cadastradas, segundo Porto e Santos (2014).

O Facebook é uma rede social com objetivo de conectar pessoas em rede. Existem outros canais semelhantes, entretanto, o Facebook é a rede mais conhecida e utilizada por estudantes universitários, conforme o Educause (2007). De acordo com Panteli (2009), o Facebook é uma rede social com uma forte participação, atributo este atrelado ao alto índice de pessoas cadastradas. Como esse número é bastante alto, gerando um resultado de massa, constitui-se um grupo um tanto quanto sólido que pende a operar de uma maneira semelhante e consistente.

A partir dessa revisão teórica foi possível desenvolver essa investigação científica em busca de dados sobre a influência do Facebook no desenvolvimento das habilidades sociais. Para orientar os passos da pesquisa até chegar ao presente artigo, foram utilizados alguns procedimentos metodológicos, conforme segue no texto.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo foi realizado a partir da pesquisa exploratória e de campo, com abordagem quantitativa e qualitativa e visou analisar a influência que a rede social Facebook tem no desenvolvimento das habilidades sociais em acadêmicos da área da TI.

Os sujeitos pesquisados foram nove acadêmicos de dois cursos de graduação, ambos da área da TI, com faixa etária entre 17 e 25 anos; oito eram do sexo masculino e uma do sexo feminino, todos usuários do Facebook e apenas um diz não utilizar com muita frequência.



Foram utilizados dois instrumentos de coleta de dados, o teste psicométrico Inventário de Habilidades Sociais (IHS-Del-Prete), um instrumento de autorrelato que avalia as habilidades sociais por meio de interações sociais bem-sucedidas, no qual o sujeito é solicitado a indicar, em uma escala Likert de cinco pontos, a opção descrita em cada item. O outro instrumento foi o grupo focal, em que a pesquisadora possuía algumas perguntas predefinidas para orientar o grupo, de acordo com o objetivo da pesquisa. Segundo Perosa e Pedro (2009), grupo focal é uma forma de coleta de dados realizada inteiramente por meio da fala de um grupo, que relata suas experiências e percepções acerca de um tema.

A coleta aconteceu em uma sala de aula na universidade em que os acadêmicos pesquisados cursam seus respectivos cursos. A data e o horário para a pesquisa foram agendados previamente com o coordenador dos cursos da área da TI, bem como com os acadêmicos participantes. Então foi realizada uma breve apresentação da pesquisa, em seguida explicado sobre os termos, tanto o de consentimento livre e esclarecido, quanto o de uso de gravador, solicitando a assinatura deles. Em seguida, foi aplicado o teste psicométrico e depois realizado o grupo focal. A partir dos dados coletados foi possível realizar a análise do teste, bem como a análise de conteúdo do grupo focal, correlacionando os resultados das duas técnicas.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A partir das técnicas aplicadas, o teste Inventário de Habilidades Sociais (IHS-Del-Prete) e o grupo focal, obtiveram-se alguns resultados e com isso foi possível responder aos objetivos da presente pesquisa.

Com base nos resultados da aplicação do teste, foi possível construir as tabelas, facilitando a clareza dos dados, conforme análise por fator dos participantes e escore total. A Tabela 1 é a legenda para interpretação da Tabela 2. Na primeira, estão descritas a interpretação que se dá a cada posição nos percentis (resultado do teste). Na segunda, contém a descrição dos resultados dos participantes de acordo com seus percentis em cada fator, bem como idade e sexo.



Tabela 1 – Legenda para interpretação da Tabela 2

Interpretação	Repertório bastante elaborado HS	Bom repertório de HS (acima da mediana)	Repertório mediano	Bom repertório de HS (abaixo da mediana)	Indicação para treinamento em HS quando os déficits se tornam fonte de problemas
Posição em percentis	75 a 100	50 a 75	50	30 a 50	1 a 30

Fonte: adaptada de Del Prette e Del Prette (2009).

Tabela 2 – Resultados dos escores em percentis

Participante	Idade/Sexo	Score total	Fator 1 – Enfrentamento e autoafirmação com risco	Fator 2 – Autoafirmação na expressão de sentimento positivo	Fator 3 – Conversação e desenvoltura social	Fator 4 – Autoexposição a desconhecidos e situações novas	Fator 5 – Autocontrole da agressividade
1	17/M	85 e 90	80 e 85	65	85 e 90	85 e 90	45 e 50
2	17/M	15 e 20	30 e 35	40 e 45	20 e 25	60 e 65	20 e 25
3	18/M	10 e 15	25 e 30	55 e 60	05	85 e 90	40 e 45
4	18/M	30 e 35	05 e 10	20 e 25	80 e 85	90 e 95	65
5	18/M	70 e 75	50 e 55	55 e 60	95 e 97	85 e 90	45 e 50
6	19/M	30	35 e 40	60 e 65	15 e 20	25 e 30	55
7	20/F	55 e 60	30 e 35	25 e 30	70 e 75	50 e 55	80 e 85
8	23/M	85 e 90	65 e 70	40 e 45	97 e 99	65 e 70	35 e 40
9	25/M	60 e 65	60 e 65	30 e 35	75 e 80	25 e 30	65

Fonte: adaptada de Del Prette e Del Prette (2009).

No que se refere ao escore total de P1 e P8 (P se refere a Participante), foi possível perceber que eles apresentam alto desempenho de habilidades sociais com um repertório bastante elaborado dessas habilidades. P5, P7 e P9 demonstraram um resultado satisfatório e tiveram um percentil, classificando-os acima da média. P4 e P6 mantiveram um bom repertório das habilidades sociais, porém ficaram abaixo da média. P2 e P3 apresentaram-se abaixo da média, com déficits em habilidades sociais. No que se refere ao desempenho total no teste, cinco dos participantes demonstraram um bom resultado no que se refere ao desempenho de habilidades sociais, enquanto os outros quatro não obtiveram um resultado tão bom quanto os



outros, apesar de apenas dois estarem nesse momento com bastante dificuldades e déficit em habilidades sociais.

O primeiro fator, que é o enfrentamento e a autoafirmação com risco, relaciona-se com “[...] extroversão e abertura para novas experiências.” (BARTHOLOMEU; NUNES; MACHADO, 2008, p. 43). Nesse fator, a maioria apresentou percentis abaixo da média ou com déficit nessa habilidade. P3 e P4 demonstraram graves déficits nesse fator; P2, P6 e P7, apesar de manterem um bom repertório nessa habilidade, ficaram abaixo da média, enquanto que P1 se encontra com um repertório bastante elaborado no fator 1. Para P5, P8 e P9 as habilidades se encontram com bom repertório, mantendo-se acima da média.

Sobre o desempenho dos acadêmicos pesquisados da autoafirmação na expressão de sentimento positivo, Bartholomeu, Nunes e Machado (2008) dizem ser um fator que acena para a expressão de afetos positivos e afirmação da autoestima, não correndo muito de reação indesejável ou interpessoal. Nesse item a minoria se encontra com um bom repertório acima da média, que são P1, P3, P5 e P6. Apesar de apresentarem uma boa performance, P2, P8 e P9 estão abaixo da média. E P4 e P7 apresentam sérios agravos nesse quesito.

Quanto à conversação e desenvoltura social, Bartholomeu, Nunes e Machado (2008) dizem que envolvem bom conhecimento de princípios de relacionamentos para o desempenho de habilidades como sustentar e concluir uma conversação, terminar conversas ao telefone, reagir a elogios, recusar pedidos, entre outras. A maioria demonstrou boas habilidades, sendo que P1, P4, P5, P8 e P9 estão com ótimo desempenho e P7 está com um bom desempenho se mantendo acima da média. Já P2, P3 e P6 estão com déficits nesse quesito, necessitando de treinamento.

O fator 4, que é autoexposição a desconhecidos e a situações novas, segundo Bolsoni-Silva (2009), refere-se aos ganhos nas habilidades sociais falar a público desconhecido, fazer pergunta a desconhecido e pedir favores a desconhecido. Os participantes 6 e 9 encontram-se nesse momento com graves dificuldades ao que se refere a tal fator. Os demais apresentam habilidades nesse quesito acima da média, sendo que P1, P3, P4 e P5 estão com repertório muito elaborado no fator 4 e P2, P7 e P8 estão com um bom repertório.



Sobre o comportamento agressivo, Liu e Kaplan (2004) falam que o início da adolescência está relacionado a manifestações de agressividade em ocasiões de estresse na vida adulta, em homens. Enquanto que , para as mulheres, esse efeito foi percebido apenas naquelas que não haviam sido agressivas no início de sua adolescência. No fator que se refere ao autocontrole da agressividade, a maioria dos participantes demonstraram certa dificuldade nessa habilidade, uma vez que quatro participantes (P1, P3, P5 e P8) ficaram com o percentil abaixo da média e o participante 2 demonstrou déficit nesse fator, enquanto que P7 está com repertório muito elaborado de habilidade social; P4, P6 e P9 estão com os percentis de habilidades sociais acima da média.

Após a aplicação do teste, conforme visto no tópico anterior, foi realizado o grupo focal, no qual foram elaboradas anteriormente questões semiestruturadas que foram aplicadas e organizadas por categoria. A seguir o Quadro 1 com a numeração de título de cada categoria para facilitar a visualização de como foi categorizado:

Quadro 1 – Descrição das categorias

Categoria	Descrição da categoria
1	Importância de acessar o Facebook.
2	Tempo diário utilizando o Facebook.
3	Exposição no Facebook que não faria fora da rede.
4	Melhor forma de comunicação com as pessoas mais importantes da vida dos sujeitos.
5	Melhor forma de abordar pessoas e onde os sujeitos conseguem se comunicar de maneira mais assertiva.
6	Locais onde abordar pessoas seja mais fácil.
7	Meio onde se posicionar, dar opinião, participar de uma campanha seja facilitado.
8	Local mais fácil de lidar com críticas e/ou brincadeiras.

Fonte: os autores.

Na categoria 1, que se refere à importância de acessar o Facebook, um sujeito da pesquisa citou: “Normal, de falar com as pessoas, se comunicar com a



mãe, com a família que está longe. Conversar com amigos, colegas, falar sobre trabalhos da faculdade.” (informação verbal).

Na categoria 2 – Tempo diário utilizando o Facebook:

Depende do dia, meia hora ou mais, sempre que tem um tempo livre, ou quando dá vontade, por exemplo, se está fazendo um trabalho muito chato ou algo assim, mas depende do dia. Usamos praticamente só através do celular, então entramos mais vezes, pois é mais fácil e dá para ver de qualquer lugar. (informação verbal).

A categoria 3 – Exposição no Facebook que não faria fora da rede:

Trocar foto do perfil, compartilhar coisas que gosto, como posts, coisas interessantes, notícias, tudo o que for legal. Posto um monte de coisas, tudo o que acho interessante vou postando. Não coloco muita coisa, só entro de vez em quando, só tenho, por ter. A foto que o P1 tem no Face deve ter a mão dele ainda de tão velha, pois ele nunca entra ou utiliza o Face. (informação verbal).

A categoria 4 diz respeito à melhor forma de comunicação com as pessoas mais importantes da vida dos sujeitos e faz relação com o teste aplicado (F2 do teste: autoafirmação na expressão de sentimento positivo). “Pessoalmente ou no telefone; No churrasco”; “Meu Deus, como usamos, dá para falar com todo mundo. Através do whats se conversa mais do que pelo bate-papo do Face.” (informação verbal). Pergunta relacionada ao item do teste: F3 – Conversação e desenvoltura social e F4 – Autoexposição a desconhecidos e situações novas).

Na categoria 5 fala-se da melhor forma de abordar pessoas e onde os sujeitos conseguem se comunicar de maneira mais assertiva. “No trabalho; Só tem gordo feio lá; Desculpa, eu sou gordo; No trabalho é mais fácil, pois trabalho com atendimento.” (informações verbais).

A categoria 6 trata de quais locais onde abordar pessoas seja mais fácil, relacionada ao item F1 do teste: Enfrentamento e autoafirmação com risco. “Festas, baladas, bailão do interior”; “Ela tá gravando, cuidado com os segredos (risos). Não vale postar no Facebook (risos).” (informações verbais).



Na última categoria, a 7, que é sobre o meio onde se posicionar, dar opinião, participar de uma campanha seja facilitado: Na avaliação on-line da universidade (é uma avaliação institucional de tudo o que se refere à universidade, desde estrutura física até disciplinas. Avaliação realizada a cada semestre, em que alunos e professores preenchem questionários, nos quais não é revelada a identidade dos participantes). No trabalho; Pessoalmente: relacionando com o fator 5 do teste (Autocontrole da agressividade) – Como é ouvir críticas ou brincadeiras? Onde é mais fácil lidar com isso? “Normal, tranquilo”; “Tem que dar risada”; “Calouro não tem direito a nada”; “Mas tem que zuar um pouco também”; “No início dá uma irritadinha, mas depois se acostuma.” (informações verbais).

Um dos itens verificados na pesquisa foi o fator presente no teste que é o enfrentamento e a autoafirmação com risco, sendo que esse fator se relaciona com “[...] extroversão e abertura para novas experiências.” (BARTHOLOMEU; NUNES; MACHADO, 2008, p. 43). Nesse aspecto a maioria apresentou no texto percentis abaixo da média ou com déficit nessa habilidade. Quando questionados sobre “onde é mais fácil se posicionar, dar a opinião, participar de uma campanha”, grande parte dos participantes não responderam, apenas três fizeram algumas considerações; dois que ficaram melhor classificados responderam: “No trabalho; Pessoalmente.” (informações verbais). Entretanto, um participante que teve um percentil abaixo da média respondeu ao questionamento com a seguinte resposta: “Na avaliação on-line da universidade.” (informação verbal). (É uma avaliação institucional de tudo o que se refere à universidade, desde estrutura física até as disciplinas. Avaliação realizada a cada semestre, onde alunos e professores preenchem questionários, nos quais não é revelada a identidade dos participantes). Isso revela ao menos para o participante que respondeu dessa forma, que é mais fácil se dispor para novas experiências ou demonstrar sua extroversão, não se expondo pessoalmente. Talvez o motivo é que por meio das redes sociais “a autoexposição parece acontecer de forma planejada, afinal cada um se expõe da forma que gostaria de ser visto.” (informação verbal). (OREIRO; DE CARVALHO, 2014, p. 6).

Na categoria 4, apenas uma fala entre todos os sujeitos pesquisados: “Pessoalmente ou no telefone”; No churrasco.” (informações verbais). Grande parte dos participantes não responderam à pergunta e desfocaram um pouco o



assunto nesse momento. Nos resultados do teste a maioria demonstrou estar abaixo da média e apenas dois com déficit nesse quesito. Segundo Bartholomeu, Nunes e Machado (2008) a autoafirmação na expressão de afeto positivo acena para a expressão de afetos positivos e afirmação da autoestima, não correndo muito de reação indesejável ou interpessoal. Outras ações podem enaltecer familiares, expressar emoção positiva, defender pessoas. Aqueles participantes que responderam no grupo focal demonstraram não ter dificuldades para se expressar no ambiente presencial, porém, conforme os testes, grande parte tem dificuldade de fazer isso, ao menos no mundo fora do Facebook.

Ainda de acordo com Bartholomeu, Nunes e Machado (2008), a conversação e a desenvoltura social envolvem bom conhecimento de princípios de relacionamentos para o desempenho de habilidades, como sustentar e concluir uma conversação, terminar conversas ao telefone, reagir a elogios, recusar pedidos, entre outras. Os mesmos autores falam sobre autoexposição a desconhecidos ou a situações novas, dizem que se trata de abordar pessoas desconhecidas, realizar apresentações em público, convocar favores, bem como fazer perguntas a desconhecidos. Nesses dois fatores do teste, unindo os resultados de ambos os percentis, apenas cinco participantes demonstraram déficit. Correlacionando com as respostas da categoria 6, fica claro o bom desempenho que os participantes tiveram nesse aspecto, sendo que para a maioria a melhor forma de aplicar essas habilidades sociais é fora do mundo virtual, como é possível perceber nas seguintes respostas: “No trabalho”; No trabalho é mais fácil, pois trabalho com atendimento.” (informações verbais). Quando discutido sobre a categoria 5, algumas falas: “Festas, baladas, bailão do interior”; “P1 ela tá gravando, cuidado com os segredos (risos). Não vale postar no Facebook (risos).” (informações verbais).

Sobre o comportamento agressivo Liu e Kaplan (2004) falam que o início da adolescência está relacionado a manifestações de agressividade em ocasiões de estresse na vida adulta, em homens. Para as mulheres, esse efeito foi percebido apenas naquelas que não haviam sido agressivas no início de sua adolescência. Isso aponta uma sugestão para uma maior tendência masculina a reagir com manifestações agressivas mais acentuadas, em diferentes fases da vida, quando comparados às mulheres. Esse padrão de resultados, em que meninas (ou mulheres) evidenciaram menos expressões



da agressividade, assemelha-se ao indicado no fator 5 (autocontrole da agressividade), uma vez que o melhor percentil é do participante 7, que é a única mulher da pesquisa, considerando que a maioria dos participantes que ficaram com uma classificação inferior nessa habilidade são meninos e também mais jovens. Porém, nota-se que quando questionados sobre o autocontrole da agressividade na categoria 8, é possível perceber que os participantes lidam bem; apesar de a situação incomodar, conseguem contornar, como é possível perceber nas falas que seguem: “Normal, tranquilo”; “Tem que dar risada”; “Calouro não tem direito a nada”; “Mas tem que zuar um pouco também”; “No início dá uma irritadinha, mas depois se acostuma.” (informações verbais). Alguns participantes notoriamente precisariam de treinamento no fator 5 em específico. E quanto ao Facebook, nenhum citou a rede social como local mais fácil para lidar com isso. Dessa forma, torna-se possível dizer que esse tipo de habilidade social aparece mais fora da rede.

Ainda sobre a agressividade, foi um dos fatores em que a maior parte dos participantes demonstrou menores habilidades; existem alguns comportamentos observáveis que foram possíveis perceber durante a aplicação da pesquisa em grande parte dos momentos, conforme Loureiro (2011, p. 9): “tom de voz alto ou baixo, áspero. Risos sarcásticos. Interrompe o outro com frequência.” Nesse sentido, o Facebook é uma boa ferramenta a esconder esse tipo de comportamento, uma vez que não é possível visualizar ou perceber o comportamento do outro por meio da tela. E “ao contrário dos encontros pessoais, em que a espontaneidade conta muito, nas mensagens através da Internet as pessoas podem repensar suas palavras, utilizar citações de poesias ou elaborar melhor os textos para que possam atingir melhor o objetivo desejado.” (GRAEML, VOLPI; GRAEML, 2004, p. 4). Assim, é possível escolher o que falar, como falar, diferente das relações pessoais, em que uma palavra que é dita não tem como ser apagada e falada novamente, como se nada tivesse sido dito anteriormente.

Considerando o resultado geral da pesquisa, todos os participantes se encontram com um desempenho razoável nas habilidades sociais. Com um olhar voltado para a idade, alguns dos mais velhos estão demonstrando uma performance mais elaborada das habilidades do que os mais jovens, porém, não é regra, já que alguns dos mais velhos também demonstraram dificuldades em alguns aspectos.



Quanto ao Facebook e às habilidades sociais, preferiu-se referir a esses aspectos na próxima seção.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar a influência do Facebook no desenvolvimento das habilidades sociais em acadêmicos da área da TI. Para isso, foi possível obter em escores como estão as habilidades sociais dos acadêmicos pesquisados, notando-se que a maioria conseguiu ficar dentro da média ou acima dela; mesmo assim, deve-se dar a devida atenção para aqueles que se classificaram abaixo da média ou apresentaram graves déficits. Nesse caso, para os que apresentaram maiores dificuldades seria indicado um treinamento das habilidades sociais para melhor desenvolvê-las.

Também foi possível descrever fatores que influenciam o desenvolvimento das habilidades sociais no Facebook e nas relações presenciais, uma vez que foi possível notar que alguns participantes demonstram, através do Facebook, habilidades que muitas vezes não conseguem desenvolver tão bem no contato presencial, assim como o inverso. Na aplicação da pesquisa, ficou evidente a percepção sobre os acadêmicos com relação à maturidade, uma vez que muitos davam risadas e em algumas falas se percebia um tom irônico, além do que, em muitos momentos, teve-se que solicitar maior atenção e seriedade ao que estava ocorrendo, explicando, muitas vezes, a importância de os dados serem de fato fidedignos.

E, correlacionando os escores das habilidades sociais com os fatores que influenciam o desenvolvimento delas, pode-se dizer que seria bastante indicado um programa dentro da própria universidade para treinar e desenvolver as habilidades dos acadêmicos, não apenas dos pesquisados, mas de maneira geral. As habilidades em que os acadêmicos demonstraram maior déficit foram: enfrentamento e autoafirmação com risco; autoafirmação na expressão de sentimento positivo; e autocontrole da agressividade. Os fatores de menor dificuldade foram: conversação e desenvoltura social, bem como auto exposição a desconhecidos e situações novas.



Pode-se dizer que o Facebook não tem interferência negativa quanto ao desenvolvimento das habilidades sociais, mas que age como uma ferramenta no auxílio para o desenvolvimento social. Também é possível perceber que as dificuldades em habilidades sociais são próprias de cada um, ou seja, estão de acordo com a história de cada indivíduo, como é sua personalidade, com quem conviveu, enfim, bastante variável, assim como o uso do Facebook.

É possível dizer que uma das limitações do presente estudo foi o público-alvo. Em um próximo estudo seria importante inserir também um número maior de pessoas e acadêmicos de outros cursos, pois isso enriqueceria a pesquisa. O presente estudo é apenas o início de uma investigação, ficando aberta para futuras pesquisas, ampliando, assim, o leque de conhecimento e desenvolvendo ainda mais o tema.

REFERÊNCIAS

BARTHOLOMEU, D.; NUNES, C. H. S. da S.; MACHADO, A. A. Traços de personalidade e habilidades sociais em universitários. *PsicoUSF*, v. 13, n. 1, p. 41-50, 2008.

BOLSONI-SILVA, A. T., et al. Avaliação de um treinamento de habilidades sociais (THS) com universitários e recém-formados. *Interação em Psicologia (Qualis/ CAPES: A2)*, v. 13, n. 2, 2009.

BOLSONI-SILVA, A. T., et al. Caracterização das habilidades sociais de universitários. *Contextos Clínicos*, São Leopoldo, v. 3, n. 1, jun. 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo>. Acesso em: 1 set. 2013.

BOLSONI-SILVA, A. T. Habilidades sociais: breve análise da teoria e da prática à luz da análise do comportamento. *Interação em Psicologia*, p. 233-242, 2002.

CABALLO, V. E. *Manual de avaliação e treinamento das habilidades sociais*. São Paulo: Santos, 2003.

DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z. A. P. *Psicologia das habilidades sociais: terapia e educação*. Petrópolis: Vozes, 1999.



DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z. A. P. **Psicologia das relações interpessoais: Vivências para o trabalho em grupo**. Petrópolis: Vozes, 2001.

DEL PRETTE, Z. A. P.; DEL PRETTE, A. **Inventário de Habilidades Sociais (IHS-Del-Prette): Manual de aplicação, apuração e interpretação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

EDUCAUSE. **Things You Should Know About Facebook II**. [2007]. Disponível em: <http://net.educause.edu/ir/library/pdf/ELI7025.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2015.

FEITOSA, F. B. et al. Desempenho acadêmico e interpessoal em adolescentes portugueses. **Psicologia em Estudo**, 2009.

GRAEML, K. S.; VOLPI, J. H.; GRAEML, A. R. O impacto do uso (excessivo) da Internet no comportamento social das pessoas. **Revista Psicologia Corporal**, v. 5, p. 1-6, 2004.

KROGH, G. von; ICHIJO, K.; NONAKA, I. **Facilitando a criação de conhecimento: reinventando a empresa com o poder de inovação contínua**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

LIU, R. X.; KAPLAN, H. B. Role stress and aggression among young adults: The moderating influences of gender and adolescent aggression. **Social Psychology Quarterly**, v. 67, n. 1, p. 88-102, 2004.

LOUREIRO, C. Treino de competências sociais-uma estratégia em saúde mental: conceptualização e modelos teóricos. **Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental**, n. 6, p. 7-14, 2011.

MELO, S. L.; BORGES, L. de O. **A transição da universidade ao mercado de trabalho na ótica do jovem**. **Psicol. cienc. prof.**, v. 27, n. 3, p. 376-395, 2007.

OREIRO, I.; DE CARVALHO, A. P. Ser Visto para Lembrar que Existo: A Exposição da Vida Privada nas Redes Sociais. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 37., Foz do Iguaçu, 2014. **Anais [...]**. Foz do Iguaçu, 2004.



PANTELI, N. **Virtual Social Networks: Mediated, Massive and Multiplayer Sites.** Hampshire, UK: Palgrave-Macmillan, 2009.

PATRÍCIO, M. R.; GONÇALVES, V. Facebook: rede social educativa? *In: ENCONTRO INTERNACIONAL TIC E EDUCAÇÃO*, 1., Lisboa, Portugal, 2010. **Anais [...]**. Lisboa, Portugal: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2010.

PEROSA, C. T.; PEDRO, E. N. R. Perspectivas de jovens universitários da região Norte do Rio Grande do Sul em relação à paternidade. **Rev. Esc. Enf. USP**, v. 43, n. 2, p. 300-306, 2009.

PETTENATI, M. C.; RANIERI, M. Informal learning theories and tools to support knowledge management in distributed CoPs. *In: INNOVATIVE APPROACHES FOR LEARNING AND KNOWLEDGE SHARING, EC – TEL*, 1., 2006, Crete, Greece. Proceedings [...]. Crete, Greece, 2006.

PORTO, C.; SANTOS, E. **Facebook e educação publicar, curtir, compartilhar.** Campina Grande: EDUEPB, 2014.

RECUERO, R. Diga-me com quem falas e dir-te-ei quem és: a conversação mediada pelo computador e as redes sociais na internet. **Rev. Esc. PUCRS**, n. 38, p. 118-128, 2009.

TOMAÉL, M. I.; ALCARÁ, A. R.; DI CHIARA, I. G. Das redes sociais à inovação. **Ciência da informação**, Brasília, DF, v. 34, n. 2, p. 93-104, 2005.



O SENTIMENTO DE INEFETIVIDADE DO TRABALHO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL: CONSIDERAÇÕES ACERCA DE UMA EXPERIÊNCIA DE CREAS

João Paulo Orço¹
Fábio Augusto Lise²
Ana Paola Grandó³
Cleocimar Aigner Paludo⁴

RESUMO

Este estudo está vinculado à linha de pesquisa de Educação, Diversidade e Inclusão Social do Grupo de Estudos e Pesquisas em Patrimônio Cultural (GEPPAC) da Universidade do Oeste de Santa Catarina. A presente pesquisa pretendeu descrever mediante os resultados obtidos em prática de Análise Institucional em um Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS), um movimento relatado pelos técnicos do local como sendo um sentimento de inefetividade e/ou frustração em relação aos resultados do trabalho ali realizado. Para o desenvolvimento deste estudo, foram realizadas entrevistas abertas não gravadas durante a prática, sendo relatadas em diário de campo para posterior análise. Para além do sentimento de ineficácia, foram ali encontrados possíveis disparadores deste, bem como estratégias de enfrentamento utilizadas pelos técnicos a fim de amenizar o impacto do trabalho diário com situações de média e alta complexidade. Ao fim desse processo, observou-se que a produção científica que se refere ao trabalho com a subjetividade do trabalhador da assistência social é notadamente escassa. Assim, concluiu-se que há a necessidade de aprofundamento no campo da saúde mental do trabalhador da assistência social.

Palavras-chave: CREAS. Inefetividade. Trabalho. Assistência social. Análise institucional.

¹ Graduado em Psicologia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina de Xanxerê; joao.orco@gmail.com

² Mestre em Psicologia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos; Professor no Curso de Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó e de Xanxerê; fabio.lise@unoesc.edu.br

³ Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina; Professora no Curso de Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina; ana.grando@unoesc.edu.br

⁴ Mestre em Psicologia e em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina; Professora no Curso de Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina; cleocimar.paludo@unoesc.edu.br



1 INTRODUÇÃO

A atuação do psicólogo social é hoje encoberta por uma névoa. Ainda que seja clara a sua atribuição no que se refere à pesquisa e análise de determinados contextos e relações, a prática que ocorre no contato direto com os usuários, seja com fins terapêuticos seja socioeducativos, ainda se apresenta de forma muito embaralhada no que se refere aos caminhos que serão trilhados, e mesmo a que objetivos esses caminhos levarão.

Essa experiência de estágio, tendo pretendido compreender a atuação do psicólogo social no contexto do SUAS e, mais especificamente, no atendimento de média complexidade que é recebido por um Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS), fez clarear um aprendizado que, ao que parece, só se concretiza na vivência. Vivência essa que, mesmo que aliada ao conteúdo teórico, é constantemente influenciada por diversos fatores. Muito depende da cultura local e da demanda que é apresentada para determinada unidade de serviço. A prática, tanto do psicólogo quanto dos outros profissionais técnicos que atuam em unidades de assistência social, sempre exige certa liquidez. Não da forma que deixa escorrer pelos dedos, mas da forma que se adapta ao recipiente onde é colocada.

O preparo, dessa forma, não depende apenas das cartas na manga, mas, sim, de saber jogar com as cartas que lhe são dadas. Esse jogo de cintura é indispensável quando se pensa no trabalho com uma população que se encontra nessa situação de vulnerabilidade; e ainda considerando que estando em um serviço de média complexidade, já teve algum direito violado. É árdua, mas certamente não impossível, a tarefa de elaborar intervenções que venham ao encontro do objetivo do programa e que, ao mesmo tempo, consigam abraçar o usuário de forma que este se sinta acolhido e livre (e não simplesmente obrigado) a participar. Nesse contexto, certamente a aplicação de meras fórmulas fica fora de questão. Essa é a percepção que emergiu durante dois semestres de acompanhamento de um CREAS situado na região Oeste de Santa Catarina, servindo ao contato com a realidade profissional do profissional psicólogo atuante no âmbito da assistência social.

Tendo em consideração esses aspectos, bem como essa necessidade de liquidez no jogo com populações vulneráveis, um dos aspectos de maior



expressividade nessa experiência emergiu nas características de dificuldade no exercício da profissão. Em especial, considerou-se para a elaboração deste artigo o sentimento de inefetividade. Esse foco foi escolhido por ter sido um dos elementos mais marcantes que surgiram na realização da análise institucional no local. Permeado por circunstâncias que não dependem apenas do técnico (sem, claro, extrair a sua parcela de responsabilidade), esse sentimento de inefetividade emergiu diversas vezes nos discursos dos profissionais ali acompanhados. No trabalho em questão, objetivou-se realizar a descrição de algumas dimensões que surgiram atreladas a esse sentimento, utilizando os dados coletados por meio de relato de experiência e realizando a análise dos diários de campo do trabalho em questão.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 A EMERGÊNCIA DE UMA PSICOLOGIA SOCIAL

A Psicologia Social, conforme conceituam Rodrigues, Assmar e Jablonski (2009), realiza seus estudos partindo dos pressupostos da interação social e do pensamento social. A interação social considera a influência recíproca entre as pessoas; cada ser humano influencia em seu ambiente, ao mesmo tempo em que é influenciado por ele. Já o pensamento social se voltará para a cognição gerada em volta dessa interação. Dessa forma, a interação e as consequências na cognição e no comportamento humanos constituem o objeto de estudo da Psicologia social.

Como ciência independente e ramo da própria Psicologia, a Psicologia Social é um ambiente que já sofreu diversas e duras modificações durante todo o seu tempo de existência. Nascida da Sociologia, os primórdios da Psicologia Social foram marcados pela era do positivismo: a incansável crítica à Psicologia. As questões da subjetividade não eram interessantes à ciência positivista, e isso tornava o estudo desta particularmente desacreditado, diante de áreas que se reportavam às ciências exatas ou mesmo biológicas. Entretanto, desde a metade do século XX para a atualidade, um movimento surge, uma Psicologia crítica emerge para enfrentar a crítica à Psicologia. Nada menos que necessária, destaca-se a Psicologia Social pós-moderna. Esta possui várias correntes internas e até muitas divergências;



entretanto, a crítica diante do posicionamento positivista une as vertentes que constituem esse pós-modernismo (ÁLVARO; GARRIDO, 2007).

Até a chegada no pós-modernismo, a Psicologia Social aprendeu com suas crises. Essas crises eram geradas por meio dos paradigmas que, não atendendo às expectativas positivistas de enquadrar a Psicologia em leis universais, entravam em uma espécie de “contradição”. Exemplifica-se essa situação na América Latina, entre as décadas de 1960 e 1990; se de um lado eram apresentadas soluções comportamentais baseadas no estímulo e resposta de Skinner, por outro, cada vez mais surgiam evidências de que existiam demasiados fatores externos e internos que não permitiam nem pretendiam que a Psicologia se enquadrasse de forma limitada. Na região da América Latina em especial, ainda predominavam as situações ditatoriais, evidenciando que a Psicologia Social não mais deveria tomar um caráter meramente neutro; uma análise que manteria o status quo, subsidiando a opressão, e a manipulação política não se encaixaria sequer nos moldes éticos de uma ciência do comportamento humano. Deve-se ressaltar que o psiquismo humano se molda sempre levando em consideração a materialidade histórica de uma cultura, firmada em uma sociedade. Nesse sentido, novamente, afirma-se que a Psicologia é uma ciência que naturalmente é relativa. Sendo o ser humano um ser social, que se define e define aos seus próximos por meio da interação, não poderá ser concebida análise acerca de um sujeito ou população desconsiderando seu contexto sócio-histórico. Tudo isso, sem desconsiderar que toda essa maleabilidade não necessariamente foge de um modelo de análise, bem como da sistematização de Leontiev. Esta considera três categorias fundamentais do psiquismo: atividade, consciência e personalidade. São categorias que, de certa forma, não fogem de diversos outros modelos do estudo da Psicologia. Afinal, o agir, o pensar e o ser/estar sendo são indissociáveis do sujeito. Estar sendo, pois não podemos ignorar a existência de divergências acerca do conceito de personalidade, mais do que nos outros aspectos apresentados. Afinal, o caráter essencial (de essência) da personalidade já não serve mais para uma prática tão dinâmica; o entendimento líquido, de constantes micromudanças, serve ao estudo de forma que supre melhor a relatividade do evento (LANE; SAWAIA, 2009).



Dessa forma, traremos à reflexão uma visão de homem que influencia e é influenciado; é cultura, é história. Factualmente, é observável que reforços estimulam um comportamento e punições o extinguem. Entretanto, o questionamento da Psicologia Social não se infere mais nesses processos; inferir-se-á na razão que torna um reforço um reforço. Ou seja: por que determinado estímulo é tomado por determinado sujeito como reforço ou o que quer que seja? A base histórico-cultural que se vela por trás de um saber é posta de volta em consideração. O positivismo, dessa forma, deixa a humanidade escorrer entre seus dedos enquanto considera apenas aquilo que é objetivo e concreto. O homem é visto como produto e produtor, tanto de sua história pessoal quanto da história da sua sociedade (LANE; CODO, 1989).

2.2 A ANÁLISE INSTITUCIONAL COMO TEORIA E PRÁTICA

A prática estabelecida no estágio que originou este trabalho tomou base no conceito chamado de Análise Institucional. Guirado (2009) assinala que, concebida por Bleger como Psicologia institucional na aliança da psicanálise com o marxismo, este trabalhava com grupos, preservando os princípios clínicos básicos psicanalíticos e suas justificativas. Em um segundo momento, já com natureza imediatamente política, surge a análise institucional ou socioanálise de Lapassade; esta é proposta não mais na interpretação ou nos assinalamentos, mas na facilitação da palavra social e na instigação que se direciona à autogestão dos grupos. Lapassade invoca a força instituinte que se confronta com aquilo que já é instituído. Essa distinção entre instituinte e instituído se configura na seguinte maneira: o instituído é aquilo que se confunde com a instituição, revelando-se mediante comportamentos, normas e compreensões cristalizadas, é aquilo que se considera “normal”. Já o instituinte surge das partes da organização, e a produtividade do movimento aflora neste. Esses movimentos vêm de encontro aos muros cristalizados já instituídos e, se bem-sucedidos em sua investida, fazem com que a instituição entre em processo de mudança, renovando-se. Em segundo lugar, para a análise institucional de Lapassade, faz-se necessário desvelar a distinção entre organização e instituição. A organização propriamente dita se revela no objetivo; estará esclarecida em estatutos e regimentos que negociam as



interações que ocorrem dentro de um estabelecimento. A instituição já atua de forma que se posiciona a um nível acima de qualquer estatuto escrito. Apesar de não estar especificada em qualquer lugar, ela rege as relações humanas de forma que é propagada não apenas verbalmente ou de forma específica, mas através da repetição daquilo que é considerado “normal”. Para a construção dessa proposta de análise institucional, considerar-se-á justamente este conceito de instituição: um determinado conjunto de relações que se legitimam por meio da repetição. A legitimação provém da normatização do ato; com a repetição, o ato torna-se óbvio, tendo sido sempre assim. O agente que reproduz o instituído inevitavelmente o legitima novamente. Prevalece aquilo que é “natural e legítimo”; não há nada de estranho ou desconhecido nas repetições instituídas. Aquilo que choca e que faz emergir o estranhamento provém da análise dessas relações, das implicações que são indissociáveis delas, mas que por conta do fator da normalidade, não se permitem ser deslegitimadas com facilidade e simples lógica. No fim das contas, esses jogos institucionais sempre giram em torno da relação saber-poder. Em um contexto sócio-histórico, é preciso de considerar, portanto, o discurso como formador das regras de enunciação; este, sendo dispositivo-ato (não apenas manifesto na palavra), dita e reproduz relações de poder.

Ainda, para questões de epistemologia, L'Abbate (2003) delinea duas escolas essenciais da Análise Institucional. Ambas surgidas na França, a primeira se refere à socioanálise inaugurada por Lapassade e Lourau, já descrita anteriormente. A segunda se configura na esquizoanálise elaborada por Gilles Deleuze e Félix Guattari, baseada nos pressupostos da filosofia da diferença. A autora ainda assinala que na produção científica brasileira, por muitas vezes, esses dois campos se confundem e formam fronteiras difusas. Para tanto, assinala-se aqui que se parte primordialmente do referencial da socioanálise de Lapassade, como descrito no parágrafo anterior.

2.3 O PSICÓLOGO SOCIAL HOJE

Para o exercício da Psicologia Social (como psicólogo social), existem diretrizes que auxiliam no caminhar dessa atuação. Segundo a Resolução 5/2003 do



Conselho Federal de Psicologia, o psicólogo social pode atuar em diversos espaços comunitários e/ou institucionais, montando a compreensão do fenômeno a partir de uma dimensão subjetiva dos fenômenos coletivos ou sociais. A função pode ser exercida dentro de diversos espaços, como da saúde, da educação, do trabalho, da justiça, assistência social, entre outros. Com o objetivo de problematizar e propor ações transformadoras do âmbito social, o psicólogo trabalha com questões étnico-raciais, religiosas, de gênero, de orientação sexual, entre outras que demandam foco na manutenção do equilíbrio da relação ser humano-sociedade (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2003).

O trabalho do psicólogo dentro do campo da assistência social é relativamente recente, sendo proporcionado especialmente por conta das concepções intersetoriais que têm emergido nas últimas décadas. O trabalho realizado é sempre conjunto aos movimentos que visam à proteção social. O Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), instituição onde foi realizado este trabalho, caracteriza-se como um serviço que, atuando como unidade no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), age nos casos de média complexidade. O serviço do CREAS entra em ação quando já houve a violação de direitos; nesse sentido, pretende promover a superação de situações como a violência intrafamiliar, a exploração e o abuso sexual, a situação de rua e mendicância, o cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, entre outras diversas. Dessa forma, é necessário ressaltar que no usuário do CREAS não necessariamente predomina a dificuldade econômica. A violação de direitos muitas vezes ocorre embaixo dos tetos de famílias de considerável poder aquisitivo. O SUAS se propõe a atender àquele que da assistência social necessitar, sem considerar aspecto econômico contributivo. No CREAS, é indispensável ao funcionamento que esteja estabelecido ao menos o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). Este se propõe a oferecer atendimento especializado interdisciplinar, focando em famílias e indivíduos estabelecidos que têm seus direitos violados. Ainda, o CREAS pode oferecer, além do PAEFI, o Serviço Especializado em Abordagem Social, o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa em Liberdade Assistida (LA) e prestação de serviços à comunidade (PSC), o Serviço de Proteção Social para Pessoas com Deficiência,



Idosas e suas Famílias e o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua (CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS, 2013; SILVA; CEZAR, 2013).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho nasceu, como já citado, de uma prática de estágio supervisionado em Psicologia Social. O local foi acompanhado por cerca de nove meses. Como primeiro passo, foi realizada a análise institucional do local, resultando em um psicodiagnóstico institucional. Em seguida, os resultados do psicodiagnóstico deram subsídio ao planejamento de ações. Destas, três foram direcionadas aos grupos de usuários, e duas aos técnicos que trabalhavam no local. Houve baixa adesão dos técnicos a ambos os tipos de ações e pouco do planejado pôde ser concretizado; dessa forma, o caminho foi redirecionado para a realização de ações mais práticas e de convivência. Nesse contexto surgem as observações que estruturam este artigo. Tendo em vista as condições de possibilidade de intervenção, a escolha do sentimento de inefetividade como foco pretende denunciar um movimento que não se aproxima de uma síndrome de burnout, mas também não se enquadra como um aspecto saudável no nível psicológico.

Vale ressaltar, acerca do psicodiagnóstico institucional realizado, que foram identificados consideráveis problemas de comunicação externa (em relação aos demais setores da assistência social e da saúde). No âmbito interno do serviço essa problemática também era sentida, mas em escala muito menor. Além disso, houve significativa declaração da equipe acerca de uma dificuldade de disparar uma participação ativa nos grupos, em especial nos de adolescentes e de mulheres vitimadas.

3.1 ANÁLISE INSTITUCIONAL

3.1.1 Caracterização da instituição

A instituição acompanhada se configura como um Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS) localizado na região Oeste do Estado de



Santa Catarina. É uma instituição estatal regida pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que acolhe casos de média e alta complexidade; ou seja, onde um direito ou mais foi violado. O perfil do usuário não é necessariamente desfavorecido economicamente, sendo que a política do SUAS acolhe “aquele que dela necessita” e não há foco em classe social nesse serviço. A identificação de urgência emerge da análise acerca da gravidade do caso. O CREAS frequentado nessa ocasião conta com uma equipe formada por 13 colaboradores, sendo que há quatro psicólogas e quatro assistentes sociais que configuram, em duplas formadas por um profissional de cada área, quatro programas de assistência social oferecidos por essa unidade. São eles o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa em Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade (LA e PSC), o Serviço de Proteção Social para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias e o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. Além dos profissionais dessas áreas, ainda formam a equipe uma assistente social no cargo de coordenadora, dois educadores sociais, uma colaboradora de serviços gerais e uma colaboradora no setor de secretaria.

Quanto à estrutura física, a unidade do CREAS em questão posiciona-se, dentro da cidade, em um ponto de relativamente fácil localização. Sendo um órgão projetado para o atendimento de pessoas que tiveram seus direitos violados, em casos de média e alta complexidade, não tem um público-alvo muito bem delineado como normalmente acontece com os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), em que a maioria dos usuários faz parte de uma parcela menos abastada da população. Tendo isso em vista, o ponto da acessibilidade às populações mais carentes não se foca na localização, mas no fato de que o CREAS tem a possibilidade de disponibilizar cartões-passe de ônibus para os usuários que moram a uma distância maior do serviço. Ainda, o órgão conta com a disponibilidade de um carro, com o qual também são realizadas as visitas domiciliares.

O serviço hoje situa-se em um prédio que fora construído para seu mesmo propósito; este, visto de fora, transmite um aspecto lúdico e não ameaçador. Internamente, o espaço mantém a neutralidade de um serviço público, com um clima quebrado por pequenos adornos e decorações que suavizam o ambiente. Os



colaboradores dispõem de estrutura favorável para o trabalho (o que é explicado pela recente construção do prédio). Cada dupla possui sua própria sala para atendimento, discussão e organização. Entretanto, uma questão que emergiu durante as primeiras visitas foi quanto à acústica do lugar. Os funcionários relatam (e a informação é de fácil confirmação com a realidade apresentada) que as salas não possuem um isolamento acústico adequado. As conversas atravessam as paredes e se misturam a conversas paralelas. Em um primeiro momento, parece ser difícil perceber de fato o que é conversado em uma sala com atenção privada, e esse aspecto parece tomar pouca significância, sendo pouco discutido. Entretanto, considerando que o local recebe casos de média e alta complexidades, e levando em conta especialmente os atendimentos individualizados, percebe-se que esse fator acústico pode vir a criar barreiras no *rapport* do usuário para com o serviço, acarretando possíveis omissões de informação ou, ainda, o vazamento destas.

Quanto aos recursos, pode-se afirmar que não existem complicações quanto a necessidades corriqueiras. Os colaboradores ainda informaram que sendo o CREAS um serviço especializado, recebe muito mais verba do que atendimentos de base, como o CRAS. No município em questão, por vezes o CREAS utiliza dos próprios recursos para compras eventuais do CRAS, em decorrência da fatia orçamentária maior que recebem.

Os usuários, como citado anteriormente, não seguem um perfil distinto. As funcionárias técnicas informavam que recebem desde as populações mais carentes até as mais abastadas; isso se deve ao viés de proteção na violação de direitos que o CREAS segue. Ainda que, no período em que frequentei o serviço até então, a maioria das pessoas que compareceram durante o período em que eu estava lá demonstrava baixo grau de instrução; ainda, com frequência os colaboradores comentavam sobre usuários que questionavam sobre auxílios socioeconômicos (como o aluguel social e o Programa Bolsa-Família).

Quanto à estrutura organizacional, o que é observado é que o corpo de funcionários existe em uma estrutura bastante planejada. Apesar de a coordenadora ser a autoridade maior dentro do serviço, esta age com horizontalidade em relação aos outros técnicos e funcionários. Quando uma tomada de decisão gera dúvida, a equipe sempre discute previamente acerca das medidas que vai tomar. O ambiente



é bastante cooperativo. Existem pequenos atritos momentâneos, mas estes muitas vezes nem são expostos e acabam passando sem causar danos. Os problemas têm efetivamente acontecido em outros setores da rede socioassistencial, como já foi comentado. Existem muitas falhas de comunicação dentro da rede, especialmente no que diz respeito ao encaminhamento dos casos e à função de cada serviço. Muitos momentos de debate acerca dessas problemáticas foram proporcionados na época; entretanto, encaminhamentos errados continuaram acontecendo, resultando em uma peregrinação infundável que o usuário precisava enfrentar até conseguir chegar no setor correto.

As relações interpessoais entre os colaboradores de dentro do serviço não apresentam complicações nítidas. São bem-humoradas e não são invasivas em relação ao desempenho de papéis. Com frequência solicitam ajuda quando há necessidade; com a chegada do sistema informatizado do registro dos usuários, constantemente trocam informações sobre o funcionamento deste. Conseguem negociar horários sem grandes complicações. Por vezes acontecem falhas na comunicação; entretanto, são compreensíveis, tendo em vista que, em sua maioria, são relacionadas a horários de compromissos, e estes são marcados e remarcados com frequência por questões de disponibilidade, em especial quando o encontro envolve colaboradores de outros serviços.

A relação que ocorre entre os colaboradores e os usuários é de difícil caracterização geral. Existem usuários que respondem bem ao contato do serviço, bem como há usuários que constantemente se distanciam. Alguns entendem o propósito e a importância das intervenções e colaboram. Entretanto, o que aparenta é que a maioria dos usuários tem dificuldade em compreender a função ou o porquê de estarem frequentando o CREAS, por mais que os colaboradores constantemente tentem explicar e reforçar esses significados. Essa explanação se faz necessária frequentemente não apenas pelo significado da necessidade do CREAS, mas também porque os usuários normalmente confundem a função do CREAS com a de outros serviços que avaliam e cedem benefícios à população, como os CRAS (Centro de Atendimento de Referência em Assistência Social). Com frequência percebe-se que os usuários omitem ou distorcem informações.



Entre os colaboradores e as lideranças, as relações acontecem de forma planejada, e todas as opiniões são consideradas. Normalmente as dúvidas são sanadas com a coordenadora, e, dessa forma, ela acaba tendo a última palavra. De qualquer modo, não há um clima considerável de tensão ou nada parecido. A relação é bastante harmoniosa, e os funcionários, em geral, agem com bastante racionalidade.

3.1.2 Psicodiagnóstico Institucional

Conforme descrito na caracterização do local, é possível constatar que a Instituição não enfrenta grandes problemas na parte que se refere à estrutura física e de orçamento, contando com um ótimo espaço para desenvolver suas atividades. Os problemas, percebeu-se, começaram a surgir objetivamente nos termos da comunicação interna e externa (com os outros órgãos da rede socioassistencial). Estes se referiam em especial ao encaminhamento e atendimento de usuários; a confusão residia no fato de que era comum que usuários fossem encaminhados erroneamente sob a justificativa de que não competia ao serviço que encaminhou lidar com aquela situação.

Durante o período em que realizei meu estágio, vários encontros foram realizados com boa parte da rede para que as diretrizes de encaminhamento e o rol das competências pudessem ser revistos e lembrados. Nesse sentido, algo estava sendo feito. Sabendo, portanto, que esse problema era maior do que o setor em que eu me encontrava, decidiu-se por deixá-lo de lado para dar sequência a um problema menos evidente e mais frequente na rotina dos técnicos do serviço.

Durante conversas informais com a equipe técnica do local, era impossível não notar um contexto que se repetia: técnicos relatando que “perderam o controle” em determinados atendimentos, criando situações em que não reconheciam a si mesmos em seus comportamentos. Esse fenômeno foi relatado por vários técnicos da equipe, destacando-se e transformando o núcleo daquele estágio, com o tempo que sobrara, em uma investigação acerca desse fenômeno.



3.2 PROCEDIMENTOS

Para investigar o fenômeno relatado pelos técnicos, foram realizadas entrevistas abertas não gravadas com quatro equipes do serviço: a Coordenação, o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa em Liberdade Assistida (LA) e o Serviço de Proteção Social para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias. A partir destas, foram descritas nos diários de campo do relatório de estágio referente à atividade e foi realizada a análise desse sentimento de inefetividade a partir dos discursos apresentados no que se referia aos entraves encontrados e às defesas adotadas pelos técnicos do serviço.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O sentimento de inefetividade como foco desta análise foi caracterizado principalmente por meio de conversas informais que se realizaram com os técnicos. Era principalmente nos breves momentos de informalidade que muitos aspectos surgiam, sendo sempre relacionados à sobrecarga de trabalho que lhes era atribuída, à infundável demanda, aos psicofármacos dos quais precisavam fazer uso para suportar a rotina (comumente ansiolíticos e antidepressivos), às brincadeiras que faziam a fim de amenizar o clima, entre outros pontos. Mas, antes de mais nada, esse movimento foi percebido por meio de uma primeira constatação de um movimento de não reconhecimento das próprias atitudes diante de situações que os colocavam em xeque; normalmente essas situações envolviam prazos a serem cumpridos ou momentos de irritação com o usuário (cabe citar e irritação que normalmente decorria de diversos outros fatores do trabalho).

4.1 “EU NÃO ME RECONHECI”: A EXPRESSÃO DE UM DISPARADOR

O ponto de partida para a compreensão desse fenômeno ocorreu quando, ao relatar acerca das sobrecargas sofridas no exercício do trabalho, uma das assistentes sociais do serviço solicitava que pudesse “confessar” que já havia agido



de forma truculenta com uma criança que não se acalmava, criando um ambiente de descontrole na sala. O fato sequer havia acontecido neste serviço ou neste ano, mas a técnica solicitava sigilo total sobre essa atitude. Ao final do relato, dizia: “eu não me reconheci”. Pontuava que estava pressionada por prazos e resultados, bem como pressões da vida cotidiana; em um momento de descontrole, teria feito algo que “normalmente não faria”, como relata. Ao findar o relato, me dirijo à sala de outra equipe e, ao conversar com a psicóloga do setor sobre estas sobrecargas, esta relata o mesmo fenômeno ocorrido em outras situações parecidas: “às vezes a gente acaba agindo e nem percebe” e “nem parecia que era eu” foram frases que resumiram o fenômeno em questão.

É inegavelmente árduo o trabalho realizado dentro de uma unidade de serviço de assistência social. Segundo Almeida, Souza e Carlotto (2009), o contato direto com os usuários pode proporcionar a exposição dos técnicos a situações cansativas, como agressões, conflitos, sobrecarga de casos, entre outras. Situações que em geral exercem um grande peso sobre a saúde mental do trabalhador, exigindo que este tome rédeas curtas em seu controle emocional e no manejo de conflitos, regulando a expressão de suas emoções e mantendo a empatia; isso tudo, além de manejar as possíveis frustrações relacionadas aos resultados do seu trabalho, levando em consideração que o público do serviço é normalmente de difícil aderência e acesso. Foram encontrados nesta prática de estágio elementos que vão ao encontro das observações realizadas pelos autores no que se refere às causas relatadas para esse fenômeno supracitado como não reconhecimento. O ambiente de trabalho desse serviço apresentou ótimas condições em questão de estrutura física e no que se refere à comunicação interna dos profissionais. Entretanto, ao entrar em minúcias com estas, era clara a constatação de um *modus operandi* visivelmente cansado e sem ânimo diante dos desafios colocados pelo trabalho com populações vulneráveis.

4.2 AUTONOMIA DA MUDANÇA: PARA ALÉM DO CONTROLE SOCIAL

Aspecto que surgiu especialmente na última entrevista realizada com a equipe responsável pelos usuários adolescentes em cumprimento de medida



socioeducativa, a questão da espontaneidade da mudança demonstrava a preocupação com um movimento real do usuário, e não mero controle exercido a fim de postular uma mudança comportamental. O relato trazia casos que ora demonstravam anseio pela mudança, ora recaíam em comportamentos autodestrutivos e de “desordem”. Entretanto, ficava claro, como colocado no relato da equipe, que esse não desejo de mudança não ocorria por acaso, mas era acarretado por uma série de acontecimentos que eram desvelados após uma breve investigação em conjunto com o jovem. Não bastasse, havia de se considerar o desenvolvimento da medida socioeducativa em seu aspecto retributivista; ao adolescente, era designada uma instituição onde este deveria pagar por seus atos através de um serviço comunitário. Entretanto, como relatado pelas técnicas, constantemente esse espaço de serviço não era utilizado com cunho educativo, mas punitivo. Existem, na cidade, locais onde os adolescentes até relatam que gostaram de realizar o trabalho, considerando, inclusive, o aprendizado de uma nova atividade. Entretanto, no geral, essas atividades se configuram como serviços braçais de pouca valorização social, como serviços de limpeza. Segundo análise das técnicas, o próprio adolescente se sentia desvalorizado ao enfrentar esse processo. O trabalho delas era, então, voltado para um aspecto de valorização; relataram que buscavam não exercer mais uma figura policial (de cobrança) sobre a vida do adolescente, mas a construção de uma parceria com ele no desenvolvimento de sua ressocialização. Essa visão enaltece a participação popular, o sujeito como protagonista da própria história. Este terá a oportunidade de ter suas condições sociais, psicológicas e históricas observadas antes de ser aplicada uma medida coercitiva ou incabível a fim de manter uma ordem social homeostática (CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS, 2013).

Apesar da abordagem adequada realizada pelas técnicas, deve ser considerado que esta também foi uma característica determinante para a expressão desse sentimento de inefetividade. Diante do estresse do labor diário, dos pesos para a saúde mental do trabalhador, como citado por Almeida, Souza e Carlotto (2009), na relação com o usuário em situação de vulnerabilidade e da receptividade violenta do usuário pela sociedade em sua ressocialização, é compreensível que haja um espectro de ineficácia no que se refere ao trabalho dessas profissionais.



Quando se fala sobre a realidade dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, ficam mais expostas as razões que fazem jus à ineficácia sentida pelos técnicos. Entretanto, não foi apenas na equipe relativa a essa população que emergiram esses sentimentos, mas em todas as entrevistadas. Quando me reporto à psicóloga que trabalha com a população de idosos e pessoas com deficiência sobre essa questão da sobrecarga e do peso de se trabalhar num centro de atenção de média/alta complexidade, o primeiro aspecto que ela traz é o da frustração. Esta, além de frisar a necessidade de se criar uma vontade autônoma para a mudança no usuário (tarefa que normalmente demanda considerável atenção individual e especial ao usuário), faz relação com um aspecto quase que intrínseco da função da assistência social: os resultados ou mudanças não surgem de um momento para o outro no usuário do serviço. O processo é gradativo e caminha a passos lentos, apresentando seus avanços com sutileza e timidez. Diante do usuário que teve seus direitos violados e que normalmente se encontra em situação de vulnerabilidade, conforme o relato das técnicas, os progressos parecem ser minúsculos frente aos problemas, contribuindo para o sentimento de ineficácia que se apresenta.

Ao observar o relato de Ribeiro *et al.* (2014), que realizaram um estudo sobre os desafios da atuação dos psicólogos nos CREAS do Rio Grande do Norte, foram encontrados dados que podem ir de encontro ao sentimento de frustração que as técnicas trouxeram. Os profissionais da psicologia entrevistados pelas autoras comentam que as pessoas buscam no espaço do CREAS um centro de referência. Os temas trazidos pelos usuários são inúmeros: drogadição, abuso sexual, violência contra a mulher, entre outros. Os profissionais dizem nem sempre possuir referências em todos esses temas, em decorrência da limitação de referências teórico-metodológicas dentro da Psicologia e também de as instituições de ensino superior se debruçarem sobre o estudo das grandes escolas da Psicologia, que raramente se voltam para a realidade de trabalho desses profissionais. Além disso, a escassez de programas de capacitação promovidos pelo governo auxilia a comprometer o trabalho desses profissionais.

Ribeiro *et al.* (2014) citam que existem semelhanças entre a gradatividade do processo e caminhar a passos lentos. Em uma fala dos profissionais do CREAS,



eles pontuam sobre as políticas andarem a passos de tartaruga e faltar empenho do poder público no que diz respeito à criação de casas de apoio a crianças e adolescentes, por exemplo. Os profissionais dizem que há apoio, porém não há serviços suficientes, pois há muitos programas que já estão sem vagas, o que impede o atendimento da família como um todo. Ademais, os profissionais chamam a atenção de que nem sempre as prefeituras cumprem com suas partes para a implantação das políticas. Nem sempre há carros disponíveis para visitas e os profissionais se questionam se seria correto irem com seus carros particulares. Dizem também que suas ações são quebradas no meio do caminho, pois não conseguem estruturar as famílias de maneira real (RIBEIRO *et al.*, 2014).

4.3 ESCUDOS DO COTIDIANO: ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO ADOTADAS PELOS TÉCNICOS

Como visto nas seções anteriores, há muito a ser discutido no que se refere aos confrontos diários do profissional atuante no âmbito da assistência social. Nessa prática de estágio, além dos fatores complicadores, foram identificadas algumas respostas que os técnicos demonstravam diante das dificuldades observadas. Entre elas, destaca-se a estratégia que foi disparadora para a confecção deste trabalho, a nomeada não reconhecimento; entretanto, esta foi posicionada no início para que fosse facilitada a compreensão do movimento que ali ocorria. Mas ainda outras estratégias foram consideradas. Entre elas destaca-se o “rir para não chorar” [sic]. Esse movimento surgiu com maior especificidade em dois grupos específicos em que o tema foi tratado. Bem como colocado pela fala de uma das técnicas: “Às vezes a gente se pega rindo da desgraça entre nós, mas é que a gente tem que suportar. É rir pra não chorar, muitas vezes.” (informação verbal). Esse movimento se assemelha fortemente ao descrito por Curvo e Da Silva (2011); apesar de o descrito estar referenciado aos trabalhadores da saúde, é necessário que se faça o paralelo, uma vez que em pesquisa, poucos resultados foram encontrados de trabalhos referentes a essa sobrecarga no âmbito da assistência social. Os autores citam a existência e ação de uma espécie de piada sarcástica: o trabalhador adoecendo, se utilizando do riso para lidar com este “sofrimento adoecedor” e estando sem possibilidade à vista



de transformar a situação geradora do sofrimento, mesmo considerando que esta envolve uma rede de acontecimentos e serviços muito maior.

Fazendo quase um cruzamento sarcástico com esse “sofrimento adoecedor” citado pelos autores anteriormente, é necessário fazer ponto a um fenômeno que foi reiterado por todos os profissionais entrevistados durante a prática de estágio: a medicalização do sofrimento. Todas as técnicas relatavam que a maioria da equipe tem buscado consultas psiquiátricas e tem tomado, em sua maioria, medicamentos ansiolíticos e antidepressivos. Os discursos expostos traziam essa medicalização como uma consequência do excessivo peso que o trabalho estaria exercendo em suas vidas.

Nas observações de Curvo e Da Silva (2011), também se pode concretizar a observação acerca das falhas de comunicação ou desavenças pessoais entre os trabalhadores. Novamente, há de se transpor o contexto, considerando não apenas que o trabalho aqui realizado se foca na assistência social, mas também que no que se refere a conflitos pessoais, os relatos dos trabalhadores se firmavam em uma lógica intersetorial, em que vinham ocorrendo constantes falhas de comunicação e discordâncias acerca do fluxo. Os autores apontam a existência de um sofrimento ético-político relacionado ao modelo neoliberal atualmente imposto nas relações sociais; este desembocaria, ao encontrar entraves para a realização do cuidado para com o usuário, na promoção de explicações imediatas e moralistas entre os próprios agentes do serviço. Essas explicações não tocam os aspectos estruturais que regem esses entraves, mas faz com que os trabalhadores iniciem um círculo vicioso de ataques pessoais que no fim, não levam a soluções, mas à criação de novos entraves.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a prática de estágio que deu luz a este trabalho, foram observados diversos aspectos difíceis do trabalho na rede de assistência social. O grande sentimento de inefetividade que permeia a maioria dos profissionais ali dispostos nesse serviço foi um fenômeno considerado de grande significância, tendo em vista que normalmente a assistência social é observada predominantemente em pesquisa



a partir de uma perspectiva macroscópica, deixando de abarcar esses fenômenos que ocorrem no cotidiano, na subjetividade de seus profissionais.

O sentimento de inefetividade aqui descrito é, em análise, justificado por diversos aspectos trazidos nos discursos dos técnicos. Há de se reiterar, entretanto, que alguns movimentos mais tímidos não foram considerados, levando em conta a curta dimensão que seria abarcada com este artigo. Também, esses pontos foram minimizados na análise por conta da falta de referencial teórico no que se refere a esse sentimento de ineficácia e de sobrecarga laboral, em especial quando se refere ao profissional da assistência social. Em contraponto, muitas informações tiveram de ser baseadas em pesquisas realizadas com profissionais da saúde, realizando um paralelo. No âmbito da assistência, muito se discute acerca das políticas públicas empregadas; entretanto, pouca análise acontece na dimensão mais fina e específica desses trabalhadores, em sua subjetividade.

É preciso apontar que nesse momento, optou-se por não trabalhar com o conceito de síndrome de burnout, definida por Aceves *et al.* (2006) como uma forma inadequada de afrontar um estresse emocional crônico que resulta no esgotamento emocional, em processos de despersonalização e na diminuição do desempenho emocional. Entende-se que neste primeiro momento, por mais que algumas características fossem identificadas, os efeitos gerados por elas não alcançavam nível suficiente para patologizar esse fenômeno. Dessa forma, neste momento optou-se por trabalhar ao nível dos fenômenos que eram relatados, entendendo que muitos dos efeitos ali observados poderiam ser evitados se os profissionais estivessem em processo psicoterapêutico.

Portanto, considerando a dimensão deste trabalho, ficam em aberto aqui os fenômenos descritos para propiciar o aprofundamento da pesquisa científica acerca dos assuntos trabalhados neste artigo. O CREAS, em especial, é um ambiente de constante lide com as violências e populações vulneráveis. Bem como colocado pelos técnicos, é um ambiente onde há propensão para o desenvolvimento de sentimentos de frustração, tendo em vista que dependem de uma série de fatores que abarcam desde o próprio movimento autônomo do usuário para a mudança, até a colaboração de outros setores ali posicionados na rede de assistência social. Assim, recomendamos o estudo aprofundado e especialmente o trabalho com



os técnicos que trabalham em serviços de assistência social acerca de questões referentes às frustrações às quais estão expostos no exercício da função.

REFERÊNCIAS

ACEVES, G. A. G. et al. Síndrome de burnout. **Archivos de Neurociencias**, n. 11, v. 4, p. 305-309, 2006.

ALMEIDA, K. M.; SOUZA, L. A.; CARLOTTO, M. S. Síndrome de Burnout em funcionários de uma fundação de proteção e assistência social. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, n. 9, v. 2, p. 86-96, 2009.

ALVARO, J. L.; GARRIDO, A. **Psicologia social: perspectivas psicológicas e sociológicas**. São Paulo: McGraw-Hill, 2007.

CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS. **Referências técnicas para a prática de Psicólogos(as) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS**. Brasília: CFP, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução n°. 5/2003, de 14 de junho de 2003. **Reconhece a Psicologia Social como especialidade em Psicologia para finalidade de concessão e registro do título de Especialista**. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2003.

CURVO, D. R.; DA SILVA, M. O. O Sofrimento Ético-Político e a Reforma Sanitária Brasileira: Algumas Considerações Sobre os Trabalhadores de uma Unidade de Saúde da Família. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, n. 15, v. 3, p. 295-308, 2011.

GUIRADO, M. Psicologia Institucional: o exercício da Psicologia como instituição. **Interação em Psicologia**, n. 13, v. 2, p. 323-333, 2009.

L'ABBATE, S. A análise institucional e a saúde coletiva. **Ciência e saúde coletiva**, n. 8, v. 1, p. 265-274, 2003.

LANE, S. T. M.; CODO, W. **Psicologia social: o homem em movimento**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.



LANE, S. T. M.; SAWAIA, B. B. **Novas veredas da Psicologia social**. São Paulo: Brasiliense; EDUC, 2009.

RIBEIRO, A. B. et al. Desafios da atuação dos psicólogos nos CREAS do Rio Grande do Norte. **Fractal: Revista de Psicologia**, n. 26, v. 2, p. 461-478, 2014.

RODRIGUES, A.; ASSMAR, E. M. L; JABLONSKI, B. **Psicologia Social**. 27. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SILVA, R. B.; CEZAR, P. C. N. Atuação do psicólogo no CREAS em municípios de pequeno porte. **Estudos interdisciplinares em Psicologia**, n. 4, v. 1, p. 99-109, 2013.



A ADOÇÃO DE CRIANÇAS COM HIV/AIDS NA PERSPECTIVA DE PAIS ADOTIVOS

Bruna Ligoski¹
Rafaela Pederiva²

RESUMO

A adoção é compreendida como uma das formas de estabelecimento de relações parentais entre sujeitos que não possuem vínculos biológicos declarados. Comumente é interpretada como uma maneira de fornecer uma família para crianças que não podem ser criadas pelos pais biológicos. Muitas crianças que se encontram cadastradas para adoção apresentam deficiências, síndromes e/ou doenças, entre elas a AIDS, que dificultam, quando não impossibilitam, suas adoções. Foi constatado um aumento, nos últimos seis anos, de diagnósticos de AIDS, bem como do HIV, em bebês que os adquiriram por transmissão vertical – que é a passagem do vírus da mãe para o bebê, durante a gestação, o parto ou a amamentação. Visando compreender como pais de crianças com HIV/AIDS – cuja filiação se estabeleceu pelo Instituto da Adoção – entendem essa relação de parentalidade é que se propõe esse projeto de pesquisa qualitativa, do tipo descritivo, que busca, especificamente, analisar como os pais adotivos significam o HIV/AIDS na vida de seus filhos; identificar as motivações que esses pais compreendem serem as determinantes das adoções que fizeram; e descrever como os pais significam a percepção de suas crianças com HIV/AIDS nessa relação de parentalidade. Para tanto, serão realizadas entrevistas semiestruturadas com dois casais que se dispuserem a participar, mediante Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE); posteriormente, os dados obtidos serão reduzidos às categorias de análise que, na sequência, serão submetidos à análise de conteúdo.

Palavras-chave: Adoção. HIV/AIDS. Criança.

1 INTRODUÇÃO

Desde o início da epidemia da AIDS no Brasil, até o ano de 2015 foram registrados no País 798.366 casos de HIV positivo. Ainda, de acordo com o Boletim

¹ Professora na Universidade do Oeste de Santa Catarina; rafaela.pederiva@unoesc.edu.br

² Graduanda em Psicologia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; brunalgk@hotmail.com



Epidemiológico da AIDS e DST (2015), desse número de pessoas que foram infectadas com o vírus do HIV, 92.210 eram gestantes. Apesar da taxa geral de infecções ter decaído, o índice de detecção de gestantes com HIV vem evidenciando aumento nos últimos anos.

Com a constante prevalência de casos de gestantes com HIV relatado nas pesquisas, sucessivamente o número de crianças que não escapam da contaminação também é significativo. Há crianças com o vírus da AIDS que são encaminhadas para adoção por motivos de óbito dos pais soropositivos, e seus processos são julgados como adoções difíceis (MENDES, 2007). Diante desse tipo de situação, torna-se relevante investigar qual a percepção construída sobre essas crianças e sua condição de pessoa com HIV ou AIDS.

E diante da etapa em que os pretendentes a pais serão colocados à frente da escolha de adotar ou não uma criança soropositiva, podendo comunicar seu posicionamento referente ao vírus da AIDS, apresentou-se como problema de pesquisa: qual a percepção sobre a adoção de crianças com HIV/AIDS para pais que já realizaram a adoção de crianças soropositivas?

O objetivo geral da pesquisa que este artigo apresenta foi compreender a percepção de pais adotivos de crianças soropositivas sobre a adoção de crianças com HIV/AIDS. E como objetivos específicos, buscou-se identificar as motivações que esses pais compreendem ser as determinantes das adoções que fizeram, descrever como os pais significam a percepção de suas crianças com HIV/AIDS nessa relação de parentalidade e analisar como os pais adotivos significam o HIV/AIDS na vida de seus filhos.

A abordagem da pesquisa foi qualitativa, atribuindo grande valor à perspectiva dos participantes, pois é considerado todo e qualquer ponto de vista como relevante nessa abordagem. Além disso, este estudo de caráter descritivo buscou o entendimento do fenômeno como um todo, em sua complexidade.

2 REVISÃO TEÓRICA

Em busca de uma pesquisa bem norteada, objetiva-se construir um referencial teórico que explique sobre os assuntos de adoção e HIV. Por meio de



autores da área, o intuito é compreender como ocorre o processo de adoção, bem como conhecer aspectos relevantes dessa questão. Quanto ao HIV, é necessário levantar informações a respeito de sua ação e impacto para indivíduos soropositivos.

2.1 ADOÇÃO: PROCESSO E MOTIVAÇÕES

“As pessoas embarcam na ‘viagem’ da maternidade e da paternidade com uma bagagem repleta dos mais variados sentimentos.” (MALDONADO, 2001, p. 9). Os motivos ou argumentos que são utilizados para expressar a vontade de exercer a paternidade são vários, porém ainda muito semelhantes entre todos os pais, carregando traços de suas expectativas pessoais de futuros pais mesclados com o que esperam de seus filhos (HUBER; SIQUEIRA, 2010).

A adoção é compreendida como a formação de relações parentais entre sujeitos que não possuem vínculos biológicos declarados. É visualizada também como a chance de ter e criar filhos para pais que não puderam tê-los biologicamente ou que escolheram cuidar de uma criança com quem não têm ligação genética. Diante das diversas formas de compreensão da adoção, a ideia principal parece semelhante, evidenciando a recolocação da criança em uma nova família que possa suprir suas necessidades como ser humano e contribuir para seu desenvolvimento (LEVINZON, 2006).

Os pais biológicos e também os adotivos se veem diante da tarefa de propiciar acomodação para suas expectativas em relação àquela criança “imaginada” e à criança “real”, sendo que às vezes os futuros pais não consideram a distância que pode haver entre elas. É importante salientar que todos os tipos de pais possuem expectativas sobre seus filhos, mas no caso da adoção existem questões de dificuldades na interação com a criança e que não são cogitadas na relação com seus futuros filhos e acabam ocorrendo posteriormente durante o processo de convivência (LEVINZON, 2006).

É possível perceber nos estudos revisados a existência dos diversos fatores que constituem e influenciam o processo de adoção, o adotado e os pais adotivos, partindo de seus anseios pessoais e histórias de vida. E visando à adoção como algo que pode e deve gerar qualidade de vida a um ser negligenciado em algum outro



momento de sua história, pode-se contribuir explorando a compreensão desse processo, para que, assim, aprimoramentos que propiciem mudanças positivas para os envolvidos possam ser analisados constantemente.

2.2 CRIANÇAS COM HIV/AIDS

A Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) é uma doença que se manifesta após a infecção do organismo humano pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV). Dados do Ministério da Saúde ainda revelam que é crescente o índice de crianças que vivem com HIV, adquirido na maioria das vezes por transmissão vertical (BRASIL, 2007).

A transmissão vertical é também chamada de transmissão materno-infantil, situação que pode ocorrer por meio da passagem do vírus da mãe para o bebê, durante a gestação, o parto ou a amamentação, ou intrauterina, que é quando ocorre ainda dentro do útero. Essa forma de transmissão é considerada a principal causa de infecções pelo HIV entre crianças de até 12 anos de idade (CARVALHO, 2006).

Com o recurso da terapia antiretroviral combinada, a taxa de mortalidade por AIDS de crianças soropositivas foi amenizada, assim como também a frequência de déficits no desenvolvimento psicomotor e neurocognitivo ocasionado nos jovens em razão da ação do HIV provocada no sistema nervoso central (SEIDL *et al.*, 2005). O Ministério da Saúde calcula que anualmente mais de 12 mil gestantes brasileiras evidenciam o vírus HIV.

A média de tempo entre a infecção pelo HIV e o aparecimento dos sintomas é de oito a 10 anos. O diagnóstico já no início da infecção permite retardar ao máximo o surgimento dos sintomas da AIDS. Ao se tratar de crianças ou adolescentes, deve-se pensar que o apoio e a orientação da maneira como lidar com a doença deve partir dos adultos responsáveis por esses menores, então se torna indispensável que os pais ou cuidadores compreendam a doença para que saibam lidar de maneira adequada e passar isso às crianças, podendo perceber a questão da maneira mais desenvolvida possível (RABUSKE, 2009).

Por meio desses estudos, percebe-se o sujeito com HIV/AIDS em meio a várias influências negativas decorrentes do HIV/AIDS. Dessa forma, além de



aprender a lidar com a doença, o sujeito ainda terá que aprender a lidar com a maneira como a doença é visualizada na sociedade, e isso muitas vezes pode ser bastante complexo.

2.3 AIDS: UM ESTIGMA

Além das questões que envolvem a adesão ao tratamento, existem outros desafios relacionados à convivência com o vírus da AIDS, como a discriminação da doença, que faz com que muitas vezes o sujeito a torne um segredo. Com o receio da comunicação aberta sobre o assunto, informações equivocadas e mitos podem ganhar ainda mais força, desfavorecendo o esclarecimento do assunto e gerando interpretações exageradamente errôneas em muitos casos (GUERRA; SEIDL, 2009).

A representação do HIV na sociedade é na maioria das vezes negativa, já podendo ser considerada um estigma e gerando diversas consequências na vida dos sujeitos acometidos pelos vírus. Ato de violência, exclusão, abandono, falta de emprego e problemas com aceitação em escolas são exemplos de acontecimentos tão impactantes quanto à doença em si na vida de adultos e crianças com AIDS (GUERRA, 2008).

O estigma, de maneira geral, acarreta o desvio ou distanciamento do que seria ideal, e em relação às pessoas com HIV/AIDS, a sociedade fixou desde o início da epidemia uma interpretação de que soropositivos eram basicamente separados em dois grupos: as vítimas, que eram as pessoas que foram infectadas por meio de transfusões de sangue e hemoderivados; e os “culpados”, referidos imediatamente como os homossexuais, as prostitutas e os usuários de drogas injetáveis (GUIMARÃES; FERRAZ, 2002). Torna-se tarefa difícil esperar que uma doença considerada advinda da parte discriminada da sociedade viesse a afetar em contrapartida a parte mais inocente e segura dos riscos, que é como já foi considerada a infância (BORGES; PINTO; RICAS, 2009).

No cenário da AIDS o estigma apresenta-se claramente como símbolo daquilo que é definido como degradante, de forma que o diagnóstico vem a representar essa desonra, classificando o sujeito como um criminoso, o causador, aquele que deve ser expulso da sociedade para evitar qualquer contato. Dessa



forma, a AIDS é vista como a doença do outro, de um ser que deve ser banido do convívio social para o conforto e segurança dos demais (BORGES, 2009).

2.4 CRIANÇAS COM HIV/AIDS NA PERSPECTIVA DA PSICANÁLISE

A prática psicanalítica é considerada um dos meios possíveis de trabalhar com o sujeito com AIDS, desde o contexto hospitalar até suas várias vivências psicológicas decorrentes da doença, como a reação ao diagnóstico e o temor à reação dos outros à doença, bem como sua forma de viver daí em diante (MORENO, 2001).

Trabalhar com pacientes soropositivos da AIDS torna possível presenciar a capacidade de suportar e lidar com as frustrações e a dor que a colisão da doença causa no corpo e na mente desses pacientes. É necessário que o analista que está disposto a atender esses pacientes se disponibilize a fazer acompanhamento em toda a situação clínica que se apresenta, como no caso de uma internação hospitalar, por exemplo, a qual pode ser frequente. Dessa forma, exige certa flexibilidade de *setting* e também de adaptação às demandas do *self* do paciente (FILHO *et al.*, 2010).

A AIDS como significante será representada de alguma forma para cada sujeito, dentro de uma construção fantasmática própria constituída por ele em torno desse significante. Essa representação resulta da ocorrência do significante no inconsciente, provocando efeitos. A busca pela compreensão sobre a construção fantasmática do sujeito em torno do significante AIDS possibilita o uso da psicanálise (BORGES, 2009).

A experiência com a clínica psicanalítica evidencia como a existência da criança é significada pela relação de seus pais e também pela forma como as funções maternas e paternas são executadas no contexto familiar. Mesmo sem existir, a criança já está presente na família, já tem o seu lugar simbólico, reservado pelas fantasias de seus pais sobre o filho esperado (BORGES, 2009).

Assim, compreende-se que cada sujeito estabelece sua própria relação com a doença, e inevitavelmente entrará em conflito diante da ameaça que a AIDS representa no seu psíquico e daquilo que ela vem causando em seu corpo sem qualquer aviso prévio. Pensando na questão das crianças, espera-se de sua



significação da doença os aspectos a serem elaborados com ela, sendo que isso varia da forma e ocasião em que conheceu sua condição de saúde.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A abordagem da pesquisa que foi utilizada para este estudo é a qualitativa. Isso porque estudos qualitativos buscam apurar a análise do mundo empírico em seu mundo natural, ou seja, o pesquisador busca nessa abordagem a interação direta com o ambiente que contém a questão estudada, pois se acredita que, dessa forma, é possível compreender melhor o fenômeno, quando presenciado no contexto do qual faz parte. Outro aspecto importante da pesquisa qualitativa é a valorização da perspectiva dos participantes, pois é considerado todo e qualquer ponto de vista como relevante. Este estudo é de caráter descritivo. Uma pesquisa classificada como descritiva busca o entendimento do fenômeno como um todo, em sua complexidade, sendo a análise qualitativa a mais indicada (GODOY, 1995).

Na abordagem qualitativa, o pesquisador tem como objetivo aprofundar-se no entendimento dos fenômenos que investiga em seu ambiente ou contexto social. Dessa forma, consegue interpretar os aspectos levantados segundo a perspectiva dos próprios sujeitos que participam da situação, sem levar em conta a representatividade numérica, generalizações estatísticas ou relações lineares de causa e efeito. Essa abordagem parte da ideia de que o estudo da experiência humana deve ser feito entendendo que as pessoas interagem, interpretam e constroem sentidos (GUERRA, 2014).

Os sujeitos da pesquisa foram dois casais que constituíram laço de parentalidade, por meio da adoção, com crianças com HIV/AIDS. A escolha dos sujeitos ocorreu a partir da conveniência da pesquisadora, entre os casais indicados por conhecidos, que se enquadravam nos critérios de inclusão e concordaram em participar mediante Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e Termo de Consentimento do Uso de Gravador de Voz (TCUGV).

Como critérios de inclusão, teve-se: pais e/ou mães que constituíram relação de parentalidade com crianças com HIV/AIDS, por meio da adoção. Já



como critérios de exclusão elencou-se: pais e/ou que tenham filhos biológicos soropositivos ou com HIV/AIDS.

Como instrumento de coleta de dados foi utilizada a entrevista do tipo semiestruturada, que tem o intuito de focalizar a experiência perceptiva da amostra. A entrevista representa uma alternativa de coleta de dados sobre determinado tema, também é vista como uma técnica de interação social, em que um lado busca colher dados e o outro é o gerador de informações (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Ao se procederem as entrevistas, levou-se em consideração os procedimentos éticos conforme a Resolução n. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

Diante disso, após a apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e do Termo de Consentimento do Uso de gravador de Voz (TCUGV) aos casais participantes, conduziu-se o processo de entrevista, com duração de aproximadamente uma hora e 10 minutos para cada entrevista, com cada casal.

No tocante à análise dos dados, foi realizada a análise do conteúdo. Essa forma de análise utiliza-se de um conjunto de instrumentos metodológicos que podem ser aplicados a discursos dos mais variados tipos, alcançando o rigor da objetividade e a capacidade produtiva da subjetividade, possibilitando uma leitura dupla do conteúdo das mensagens. Além disso, a análise de conteúdo procura identificar aquilo que está na retaguarda das palavras por quais ela se decifra (BARDIN, 2011).

Inicialmente se procedeu a organização dos dados, possibilitando sistematizar as ideias para a exploração do material. Posteriormente os dados foram transformados de conteúdos em unidades, o que pode ser chamado de codificação. Em seguida, os dados foram classificados em categorias, para, assim, ocorrer a descrição e o último processo que compreendeu a interpretação dessas unidades (BARDIN, 2011).

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Como forma de trabalhar as ideias obtidas com a pesquisa, utiliza-se a categorização por meio das seguintes unidades temáticas: 1. Motivações



determinantes para adoção; 2. Percepção dos pais adotivos sobre adoção e HIV; 3. Significação atribuída pelos pais à criança nessa relação de parentalidade.

Os relatos dos entrevistados foram utilizados e aparecem como citação direta, como forma de elucidar as percepções dos pais e mães a respeito do tema abordado. Para protegê-los e manter o sigilo sobre suas identidades, passarão a ser chamados de pai 01, mãe 01; pai 02, mãe 02. Na devida ordem, seus filhos serão identificados como Criança 01 e Criança 02.

4.1 MOTIVAÇÕES DETERMINANTES PARA A ADOÇÃO

Nesta subseção encontram-se os fatores julgados como decisivos para a realização do ato de adotar de acordo com os casais entrevistados.

A mãe 01 descreve o que impulsionou a vivência da adoção, relatando que tudo iniciou a partir do conhecimento da criança em questão, sem qualquer intenção de participar de um cadastro ou fila para assumir uma criança, mas apenas de realizar uma ação solidária em uma instituição local:

Mãe 01: Bom, a gente não tinha vontade de adotar, nunca tivemos essa ideia de adoção, sabíamos que éramos saudáveis para termos filhos biológicos. A gente estava de voluntários em um abrigo de idosos, e de repente surgiu um orfanato e foi ali que fomos servir de voluntários, e já no primeiro dia que nós conhecemos todas as crianças lá, a gente pensou em tê-la na família, foi muito forte. (informação verbal).

O pai 01, além de concordar com a fala da mãe 01, cita que percebeu junto de sua esposa a grande necessidade de afeto que as crianças tinham, principalmente a criança em questão, e que somente brincados e visitas não bastariam para ela, então surgiu a ideia de adotar. Como se vê na fala dele:

Pai 01: A mesma coisa, a gente percebeu a necessidades dela, precisava de amor e carinho, ficamos apaixonados, a gente queria ajudar de alguma forma e a gente adotando uma criança iria ajudar muito mais que ir lá e levar cama elástica, brinquedo, e daí começou a surgir a vontade de adotar. A gente queria ela, então existia essa situação diferente, nós



não entramos querendo alguma criança, nós queríamos ela. (informação verbal).

A esse respeito, Levinzon (2015) destaca que uma das motivações mais comuns para a adoção é o conhecimento anterior da criança ou algum parentesco. Ainda, são vários os motivos que levam pessoas a aderirem à adoção, mas deve ser destacado que os motivos que levam crianças a ficarem sujeitas ao processo são semelhantes. Em ambos os casos pesquisados, as crianças adotadas vieram de famílias consideradas vulneráveis socialmente.

O pai 02, por sua vez, conta a história de como surgiu a possibilidade de adotar em suas vidas, situação em que a criança chega até eles justamente pelo fato de estar doente, sendo ele médico na cidade, após atender e verificar a falta de recursos da criança e sua família, acaba por se envolver com a situação, sendo que a criança de início ficou com a mãe de sua esposa, pelo fato de a mãe biológica ter se negado a ficar com ela.

Pai 02: Na verdade, a gente nunca teve a ideia de adotar, a criança 02 foi uma situação um pouco diferente [...] ela ficou doente uma vez e eu sou médico aqui da cidade e acabei atendendo ela e me envolvendo com a situação da história dela, família complicada, situação econômica e familiar bem complicada. (informação verbal).

A mãe 02 relata o quanto estavam reflexivos quanto à história da criança 02, e a complexidade do quadro de saúde da criança era decisivo para que ela pudesse ser assumida por alguém. Diz ela:

Quando veio o resultado do exame a gente sabia que ia ser muito complicado alguém querer ficar ela né, adotar ela né, só que nunca pensamos em adotar e agora vamos fazer o que? Pensamos: a gente não quer adotar, mas a gente não quer ela em um orfanato. A gente procurou a família, ela tem uns parentes assim que até teriam uma condição melhor, a gente também ofereceu ajuda financeira para a família cuidar, mas ninguém queria cuidar e aí a gente foi cuidando, levamos na infectologista, só pensando no bem-estar dela, mas aí a gente foi se apegando a ela, até que um dia a gente resolveu conversar, sentamos com nosso filho e conversamos com ele e tomamos a decisão de adotar. (informação verbal).



No caso do segundo casal, é notório que entre as motivações também está o conhecimento anterior da criança. Freire (1991) entende a adoção como uma das formas de restabelecer a dignidade dessas crianças. Tal fato é perceptível na história desse segundo casal, que relata grande envolvimento com a história familiar e social da criança que adotaram.

Ainda sobre os motivos que os levaram a adotar, o pai 02 diz:

A mãe 02 até andou visitando alguns locais onde ficam as crianças e pensamos: “Não há a menor chance de uma criança doente ficar nisso aí”. E depois a gente se apegou e ficou convivendo uma semana, duas, e ela começou dar umas risadas pra nós, a chamar “maa”, a chamar pai, daí a gente pensou “ah, não, só se não tiver a possibilidade de ficar com ela mesmo, se nos derem essa chance, a gente fica”. (informação verbal).

Levinzon (2015) cita que alguma identificação com crianças em situação de acolhimento também pode se tornar uma motivação para adoção. Isso é perceptível quando os pais adotivos conhecem instituições de acolhimento e sentem que o ambiente não vai propiciar aquilo que a criança precisa, fazendo com que se torne um motivo a mais para cuidar daquela criança.

4.2 PERCEPÇÃO DOS PAIS ADOTIVOS SOBRE ADOÇÃO E HIV

Esta subseção refere-se à forma como os pais de crianças com HIV/AIDS visualizam a adoção e o HIV/AIDS, tanto como assuntos isolados, quanto como no seu contexto de paternidade.

A Mãe 01 fala sobre a diferença que percebeu ao adotar a criança que havia escolhido, além disso, acredita que isso ocorreu pela demora para obter o direito de adotar. Com isso, conta o seguinte:

Mãe 01: Nós encontramos todas as maneiras, tanto é que eu conheci uma criança e ela chegou uma mocinha, então a criança que eu adotei não foi a criança que eu conheci, porque eu conheci uma pequeninha, e de repente ela já veio uma mocinha, e neste meio tempo nós não pudemos conviver



com ela, e isso é um absurdo por que se existem candidatos à adoção tão específica, que ninguém quer, vou falar abertamente: ninguém quer uma criança com HIV, ninguém quer, se existe um casal que quer, gente, vamos ver se eles são loucos então? (informação verbal).

Para o pai 01 houve muito preparo para lidar com a doença e não para serem pais, então acabaram sendo surpreendidos, pois a criança veio com posturas pelas quais eles não esperavam.

Pai 01: Daí a gente se preparou muito, antes da adoção, nos preparamos para a doença e não em relação à adoção, não em relação a ser o pai e mãe, a gente se preparou muito mais para ajudar na doença do que para cuidar de criança, então isso também impactou a gente, mas isso fomos aprendendo, imagina, eu nunca tinha sido pai. (informação verbal).

De acordo com Riede e Sartori (2013), as idealizações quanto ao futuro filho podem se tornar armadilhas, isso ocorre quando essas expectativas não são atendidas, causando decepções, tanto no adotado quanto no adotante. A criança pela qual os pais adotivos têm expectativas pode não apresentar as características ou comportamentos esperados por eles, sendo necessária a compreensão das possibilidades adequadas que esses pais possuem que podem diferir muito do que almejam.

O pai 02 relata como visualiza a adoção e o que ela propiciou até então, além de relembrar do risco que a doença sempre ofereceu, referindo-se à possível piora da filha:

Pai 02: Desde o início pensamos que é uma situação que está posta, não fomos nós que criamos e acho que dentro do que tem por aqui (cidade), nós somos, sem querer ser orgulhosos, mas a melhor opção. Só que assim, estamos entrando em um barco, que a gente já sabe o problema que tem, pode ser que evolua tudo muito bem e maravilhosamente bem né, graças a Deus foi assim, como pode também, essa doença é traiçoeira, pode acontecer alguma coisa, mas digo assim, o que ela vai ter a partir de agora é dignidade que precisa, vamos dar tudo que precisa e é preciso pra ela estar bem. E claro, o resultado é maravilhoso, o vínculo que se estabeleceu foi de imediato, hoje ela conosco, a gente tem um filho biológico, não muda absolutamente nada. Comigo ela é extremamente carinhosa, tem



um vínculo assim absurdo. E é muito gratificante, ela fez mais bem pra nós do que nós pra ela. (informação verbal).

A Mãe 02 lembra do período em que começaram a cuidar da filha, o quanto, junto com o marido, tinham dúvidas sobre a estabilidade da saúde da criança.

Mãe 02: A gente estava vivendo era o dia né, que como ela estava tão doente, a gente até não conseguia nem se empolgar muito, em comprar muita roupa, entende? De início a gente tinha até muito receio, que ela ia ficar com nós alguns dias. Porque de início a gente tinha muito medo, de que será que teria comprar roupas, calçados, não sabia assim se ela iria durar muito tempo. (informação verbal).

Do que se colhe na fala dos entrevistados, observa-se que o medo da morte é uma angústia natural do ser humano, sendo uma das primeiras manifestações após o diagnóstico de HIV positivo. Os pacientes soropositivos podem vir a pensar na morte associando-a às várias perdas que a AIDS gerou e ainda vai gerar, e não somente à perda da vida humana em si (MORENO, 2001).

As crianças e familiares soropositivos demandam de cuidados específicos para se permitirem crescer emocionalmente, para lidar com situações como perda dos pais, mudanças de lares, segregações e os predominantes estigmas. É apontada a importância de acompanhamentos com profissionais que possam oferecer suporte nesse processo (AGUIRRE; ARRUDA, 2006).

4.3 SIGNIFICAÇÃO ATRIBUÍDA PELOS PAIS SOBRE A CRIANÇA NESTA RELAÇÃO DE PARENTALIDADE

Na terceira categoria será abordada a forma como os pais adotivos percebem sua criança nessa relação de parentalidade, ou seja, em tudo o que a envolve, assim, conseqüentemente no tocante à adoção e ao HIV.

O Pai 01 fala sobre situações em que a criança 01 demonstrou não ter vivenciado algumas etapas naturais na vida de qualquer criança criada por pai e mãe, além do quanto essa ausência de experiências básicas refletem na filha. Diz ele:



Pai 02: Foi uma adoção tardia né, a gente sabe de todos os riscos que corre, de caráter, de personalidade. Pra mim, a minha preocupação com ela (criança 01) é muito mais em relação à adoção do que em relação à doença do HIV. Mas sim com as necessidades dela, as diferenças que ela viveu em relação à irmã. Quando chegou a irmã mais nova, ela queria mamar no peito também, mas nós não deixamos, mas a gente deu mamadeira e ela mamou. (informação verbal).

Sobre o mesmo assunto, a mãe 01 prossegue relatando:

Ela dizia que sentia saudade de mamar no meu peito, e eu dizia “Mas filha, você não mamou no meu peito” e ela me dizia que sentia saudade, acredito então que era vontade que ela queria dizer. Eu acabei fazendo uma mamadeira pra ela e ela mamou. E eu acho que ela tem mais dificuldade de lidar com a adoção, mas ela é muito feliz, superdesenvolvida, mas ela tem suas frustrações. (informação verbal).

Para Mendes (2007), nessa espera até que a criança seja disponibilizada para a adoção, pode acontecer de ela passar por diversas instituições de acolhimento e, assim, por várias experiências que podem ser determinantes no seu desenvolvimento (MENDES, 2007).

Também dentro de uma situação de amamentação, a mãe 02 relata um fato vivenciado com a criança 02:

Um dia ela chegou e disse pra mim “mãe, é nesse buraquinho aí no seu seio que eu mamei?” E eu disse pra ela “filha, a mãe já te explicou, quando você chegou não tinha leite, você nunca mamou no meu seio”. E parece que essas coisas ela foi pegando, como se eu fosse culpada de não ter amamentado. (informação verbal).

Já para o pai 02 a questão de convivência na família está dentro do esperado, suas dúvidas são quanto à maneira de lidar que a criança 02 terá quando possuir um entendimento maior da questão do HIV.

Pai 02: Essa questão de vínculo ela pegou muito bem, ela tem certeza dos nossos sentimentos por ela. Questão de vínculo



afetivo com a família, acho que está muito bem encaminhado. Só a questão do HIV que não sabemos como vai ser a evolução quando ela ter melhor noção do que se trata, mas estamos preparando ela dentro do possível e com base na orientação da psicóloga, respondemos aquilo que ela perguntar. (informação verbal).

Os pais adotivos podem se deparar com uma tarefa complexa no sentido de compreender as diferenças em relação àquilo que esperavam de seu filho, isso em razão das características diversas que permeiam a situação da adoção (LEVINZON, 2006). Nota-se que os casais entrevistados percebem em seus filhos ausências de vivências comuns, e que embora explicadas aos filhos, demandam a espera de uma maturação por parte da criança para que ela compreenda a forma como foi concebida.

Segundo Levinzon (2006), fatores como a falta de vínculo genético, a impossibilidade de ter acompanhado a criança desde o seu nascimento, as fantasias em relação às características de seus pais biológicos, as diferenças étnicas, entre outros, podem dificultar essa compreensão. Dessa forma, não é incomum presenciar situações de filhos adotivos que se mostram revoltados com seus pais adotivos, mesmo tendo recebido a atenção e os cuidados necessários.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar a pesquisa sobre a percepção de casais que adotaram crianças com HIV/AIDS sobre o assunto, foi possível confirmar a existência de questões levantadas ao se pensar em fazer a pesquisa, como a influência do estigma da AIDS sobre qualquer ser que a ela está ligado.

Um dos pontos que se objetivou descobrir nesta pesquisa foi o que motivou esses pais a decidirem por essa adoção, e foi possível identificar que a adoção não foi uma decisão planejada em ambos os casos, mas, sim, uma situação ocorrida em suas vidas que os deixou em contato com aquela criança e que os faria seus pais, pois era a sua chance de esta ganhar o que lhe era faltado até então, ou seja, o cuidado de pais conscientes, o que engloba desde o cuidado com um filho até o cuidado com a sua condição de saúde.



Entre as motivações dos pais entrevistados, é notória também a preocupação com a dignidade que as crianças institucionalizadas necessitam; ao se envolverem ou conhecerem esses tipos de instituição, os pais logo identificaram o quanto essas crianças e adolescentes precisam ter sua passagem pelo local agilizada, pois a falta de atenção e cuidados que uma família pode propiciar reflete intensamente na conduta dos futuros adotados. Com isso, possuem críticas quando à forma com que o poder judiciário lida com o assunto, pois ao conhecerem de perto os efeitos da falta de um lar adequado, consideram cruel fazer crianças esperarem tanto para ter uma família.

Ainda nessa questão da adoção, percebe-se nitidamente que todos os pais possuem expectativas quanto ao seu filho, o que é totalmente natural, visto que desejam que sua criança siga um caminho que eles julgam como a melhor opção, logo, a expectativa é que possam criar o filho da melhor maneira, deixando-o bem preparado para a vida. Porém, existe uma grande distância entre o que os pais esperam do filho e aquilo que ele pode vir a apresentar, sendo esse um fator que comumente gera decepção aos pais. Lembrando que não é somente em casos de crianças adotadas que são percebidos esses aspectos, mas em toda relação de filiação.

REFERÊNCIAS

AGUIRRE, B. S.; ARRUDA, S. L. S. Psicoterapia lúdica de uma criança com AIDS. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 23, n. 3, 2006.

BARBARÁ, A.; SACHETTI, V. A. R.; CREPALDI, M. A. Contribuições das Representações sociais ao estudo da AIDS. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v. 9, n. 2, p. 331-339, jul./dez. 2005.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Ed 70, 2011.

BORGES, C. M. J. **Infância atingida: Os efeitos do diagnóstico de HIV na subjetividade materna e suas implicações para crianças vivendo com HIV/AIDS**. 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.



BORGES, C. M. J.; PINTO, A. J.; RICAS, J. **Mães e crianças vivendo com HIV/Aids: medo, angústia e silêncio levando a infância à invisibilidade.** Belo Horizonte: [s. n.], 2009.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico AIDS e DST**, ano IV, n. 1, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolo para a Prevenção de Transmissão Vertical de HIV e Sífilis.** Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2007.

CARVALHO, D. **Adoção PositHiva.** Câmara Brasileira do Livro, Curitiba, 2006.

CEDARO, J. J. **A ferida na alma: Os doentes de AIDS sob o ponto de vista Psicanalítico.** 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Cadastro Nacional de Adoção.** Guia do Usuário. Brasília, DF: CNJ, 2009.

FREIRE, F. **Abandono e adoção: contribuição para uma cultura de adoção.** Curitiba: Terre des Hommes, 1991.

GERHARDT, E. T.; SILVEIRA, T. D. **Métodos de Pesquisa.** 1. Ed. [S. l.]: Universidade Federal do Rio Grande Do Sul, 2009.

GUERRA, A. L. E. **Manual pesquisa qualitativa.** Belo Horizonte: Anima Educação, 2014.

GUERRA, P. P. C. **Revelação do Diagnóstico, adesão e estresse em jovens soropositivos para o HIV.** 2008. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

GUERRA, P. P. C.; SEIDL, F. M. E. Crianças e adolescentes com HIV/Aids: revisão de estudos sobre revelação do diagnóstico, adesão e estigma. Brasília/DF. **Paideia**, v. 19, n. 42, p. 59-65, 2009.



GUIMARÃES, R.; FERRAZ, F. A. A interface da Aids, estigma e identidade – Algumas considerações. **Rev. Min. Enf.**, v. 6, n. 1/2, p. 77-85, 2002.

GODOY, S. A. Introdução a pesquisa qualitativa e suas possibilidades: Uma revisão histórica dos principais autores e obras que refletem essa metodologia de pesquisa em Ciências Sociais. **Rev. Adm de empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GONDIM, A. K. *et al.* Motivação dos pais para a prática da adoção. **Bol. psicol.**, São Paulo, v. 58, n. 129, dez. 2008.

HUBER, M. Z.; SIQUEIRA, A. C. Pais por adoção: a adoção na perspectiva dos casais em fila de espera. **Rev. Psicol. teor. Prat.**, São Paulo, v. 12, n. 2, 2010.

LEVINZON, G. K. A adoção na clínica psicanalítica: o trabalho com os pais adotivos. **Mudanças – Psicologia da Saúde**, 2006.

LEVINZON, G. K. A curiosidade na adoção: terreno pantanoso ou saúde psíquica? **Rev. Densidades**, n. 7, 2015.

MALDONADO, M. T. **Os caminhos do Coração**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

MELLO-FILHO, J. AIDS: O doente, o médico e o psicoterapeuta. In: MELLO-FILHO, J.; BURD, M. E. *et al.* **Psicossomática Hoje**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MENDES, C. L. P. C. **Vínculos e Rupturas na Adoção: do abrigo para a família adotiva**. 2007. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MORENO, C. F. M. D. **A saúde pública e a Psicanálise: A produção do conhecimento no Brasil acerca da Aids**. 2001. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

PÁDUA, M. M. E. **Metodologia da Pesquisa**. 13. ed. São Paulo: Papirus Editora, 2007.

PORTAL DA ADOÇÃO. **Como Adotar Crianças. Roteiro para adoção de crianças do Portal da Adoção**. Portal da Adoção: [s. n.], 1 jul. 2013.



RABUSKE, M. M. **Comunicação de diagnósticos de soropositividade para o HIV e de AIDS para adolescentes e adultos: Implicações psicológicas e repercussões nas relações familiares e sociais.** 2009. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

RIEDE, J. E.; SARTORI, G. L. Z. Adoção e os fatores de risco: Do afeto à devolução das crianças e adolescentes. **Perspectiva**, Erechim, v. 37, n. 138, p. 143-154, 2013.

SARDENBERG, T. A ética da pesquisa em seres humanos e a publicação de artigos científicos. **J. Pneumologia**, São Paulo, v. 25, n. 2, 1999.

SEIDL, F. M. E. *et al.* Crianças e Adolescentes vivendo com HIV/Aids e suas famílias: Aspectos Psicossociais e enfrentamento. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 21 n. 3, p. 279-288, Brasília, DF, 2005.

SCHETTINI, F. L. **Compreendendo o filho adotivo.** 3. ed. [S. l.]: Ed. Bagaço, 2004.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e métodos.** 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.



PSICODIAGNÓSTICO NA INFÂNCIA: CASOS DE SUSPEITA DE TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Vanessa Bodigheimer¹
Francine Cristine Garghetti²

RESUMO

O psicodiagnóstico possui lugar de destaque na psicologia por garantir o status científico dessa área do conhecimento. Pode ser descrito como uma avaliação psicológica voltada à área clínica, sendo um processo científico que faz uso de técnicas e testes psicológicos, tendo a finalidade de identificar forças e fraquezas no funcionamento psíquico, com foco na existência ou na ausência de uma psicopatologia. A avaliação psicológica diante do Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem se apresentado como um desafio aos profissionais que atuam nesse contexto, e, considerando essa demanda, o presente estudo apresenta um plano de avaliação para investigação do Transtorno do Espectro Autista e a discussão da sua efetividade em cada caso. Para a realização do estudo utilizou-se o método de pesquisa misto, o qual integrou dados quantitativos obtidos por meio dos resultados dos testes psicológicos e dados qualitativos resultantes da análise das técnicas utilizadas no processo psicodiagnóstico. O processo de avaliação psicológica foi efetuado com quatro crianças, utilizando os instrumentos e técnicas psicológicas planejadas para confirmar ou infirmar a hipótese de Transtorno de Espectro Autista. A pesquisa apresentou resultados positivos, considerando que o protocolo de avaliação proposto trouxe resultados significativos, os instrumentos utilizados mostraram-se adequados e reforçaram indicativos uns dos outros, e por meio desse processo foi possível confirmar o diagnóstico de TEA em dois dos sujeitos avaliados, além de refutar essa hipótese clínica e identificar outro transtorno nos outros dois casos analisados. Espera-se com este estudo contribuir com o processo de psicodiagnóstico de crianças com suspeita de TEA, por meio da elaboração de um plano de avaliação psicológica, voltado principalmente à investigação desse transtorno.

Palavras-chave: Psicodiagnóstico. Avaliação psicológica. Infância. Testes psicológicos. Transtorno do Espectro Autista.

¹ Graduanda de Psicologia, Universidade do Oeste de Santa Catarina; vanessabodigheimer@hotmail.com

² Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina; Professora no Curso de Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; francine.garghetti@unoesc.edu.br



1 INTRODUÇÃO

A Avaliação Psicológica é uma área da psicologia que tem representado significativa importância para diversos segmentos. O psicodiagnóstico é uma forma de avaliação psicológica voltada à área clínica e é utilizado para identificar psicopatologias como transtornos e síndromes. O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno que apresenta diagnóstico difícil, e, nesse sentido, pensar uma proposta de avaliação psicológica que possa facilitar esse diagnóstico mostra-se relevante (BOSA; TEIXEIRA, 2017). Com esse intuito o presente trabalho apresenta um plano de avaliação psicológica específico para investigação do Transtorno do Espectro Autista.

O Transtorno do Espectro Autista é um transtorno do desenvolvimento que atinge milhões de crianças no mundo todo, e verifica-se que suas características peculiares despertam o interesse dos estudiosos (CASTRO-SOUZA; PASQUALI, 2011). A realização de um diagnóstico precoce mostra-se de grande importância, no entanto as dificuldades diagnósticas e a estrutura deficitária acarretam diagnósticos tardios, o que tem prejudicado o tratamento.

A psicologia dispõe de diversos instrumentos de investigação psicológica, no entanto, apesar dos estudos que vêm sendo desenvolvidos (BOSA, 2002; ALCKMIN-CARVALHO *et al.*, 2014; BOSA; ZANON; BACKES, 2016; BOSA; TEIXEIRA, 2017), ainda não existe uma definição sobre quais instrumentos são mais indicados para a construção de um psicodiagnóstico de crianças com suspeita de autismo. Nesse sentido, visualiza-se a importância da construção de uma proposta de avaliação psicológica no intuito de contribuir com o processo de diagnóstico do transtorno. Assim, esta pesquisa inicialmente construiu um plano psicodiagnóstico para investigação do Transtorno do Espectro Autista, com a aplicação de técnicas e testes psicológicos em crianças e adolescentes com suspeita de TEA. Também analisou os resultados do plano utilizado com as crianças e adolescentes avaliados, permitindo explorar a proposta de um protocolo para o psicodiagnóstico do Transtorno do Espectro Autista.



2 TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é considerado um transtorno do neurodesenvolvimento; esse grupo inclui transtornos que iniciam no período de desenvolvimento do sujeito, manifestando-se em geral antes do ingresso escolar, sendo que possuem as características de déficits no desenvolvimento que causam prejuízos no funcionamento pessoal, social, acadêmico ou profissional (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014). Os déficits apresentados nesse tipo de transtorno variam desde prejuízos específicos até dificuldades globais (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014). É possível ocorrer a presença de mais de um transtorno do neurodesenvolvimento no mesmo indivíduo, por exemplo, um sujeito com Transtorno do Espectro Autista também pode apresentar Deficiência Intelectual. Na avaliação clínica são considerados tanto déficits quanto excessos sintomatológicos, por exemplo, o TEA só é diagnosticado se houver uma combinação de sintomas de atraso na comunicação, com comportamentos excessivamente repetitivos e restritos (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014).

Crianças com Transtorno do Espectro Autista apresentam uma ampla e complexa variação comportamental, neste sentido salienta-se que a maioria das crianças avaliadas apresentam linguagem oral muito atrasada, outras possuem, ainda, deficiência intelectual associada e/ou comorbidades como transtornos alimentares e do sono, hiperatividade, entre outras. Assim, considera-se esse aspecto um grande desafio para a avaliação psicológica, principalmente na realidade brasileira (HUTZ *et al.*, 2016; BOSA; ZANON; BACKES, 2016).

A compreensão da variabilidade clínica do Transtorno do Espectro Autista mostra-se como um grande desafio aos profissionais da área; nesse sentido, verifica-se a importância do preparo para esses atendimentos. O conceito de TEA atualizado pelo DSM-5 (2014) demanda que o psicodiagnóstico desse transtorno seja uma avaliação dimensional dos quadros clínicos, diferente da prática anterior, em que se buscavam fronteiras claramente definidas para delimitar o transtorno (BOSA; TEIXEIRA, 2017).

A avaliação dimensional permite que os indivíduos com TEA sejam avaliados em níveis de gravidade de acordo com o grau de suporte necessário, o que, ao contrário da contagem de sintomas, facilita o planejamento de estratégias



de intervenção. De qualquer forma, a avaliação de indivíduos com TEA deve basear-se nos manuais de classificação internacionais a fim de conhecer as características e sintomas apresentados pelo espectro (BOSA; TEIXEIRA, 2017).

Hutz *et al.* (2016) afirmam que os sinais de alerta para TEA são compostos por um conjunto de comportamentos que diferem do esperado para a idade da criança, tanto em frequência quanto em qualidade. Isso deve ser observado nas áreas que definem o transtorno, sendo elas comprometimento na sociabilidade e ocorrência de comportamentos repetitivos e estereotipados. Apesar de as definições serem aparentemente claras, a identificação desses sinais na prática mostra-se um grande desafio, principalmente em crianças muito pequenas.

De acordo com os critérios diagnósticos do DSM-5 (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014), os primeiros sinais do TEA se manifestam antes dos 36 meses de idade da criança. Por esse motivo estão sendo elaboradas pesquisas que investigam os critérios diagnósticos e buscam formular protocolos de avaliação que possam auxiliar no diagnóstico precoce, visto que intervenções precoces nos casos de TEA têm contribuído para um melhor prognóstico, desde que as intervenções sejam estruturadas, intensivas, individualizadas e de longo prazo (BOSA; TEIXEIRA, 2017; ALCKMIN-CARVALHO *et al.*, 2014).

Estudos apontam que a maioria dos pais percebe sinais de atraso entre os 12 e os 24 meses de idade, sendo que um dos principais indicativos de TEA são os déficits referentes à atenção compartilhada, seguidos por comprometimento na linguagem e problemas comportamentais, como agressividade e hiperatividade. Apesar dessa percepção dos pais, verifica-se um grande espaço de tempo entre suas primeiras queixas e a confirmação do diagnóstico. As razões para esse atraso diagnóstico podem ser diversas, desde a gravidade do caso, quando o diagnóstico pode não ocorrer ou ser confundido com outros problemas de saúde, até o despreparo dos profissionais que realizam esse processo, o que se torna preocupante (BOSA; TEIXEIRA, 2017; ZANON; BACKES; BOSA, 2014).

Outro fator importante com relação à percepção dos indicativos de TEA é a falta de conhecimento sobre os marcos de desenvolvimento humano e sua qualidade. Em alguns casos os sinais de alerta podem ser confundidos com timidez, jeito pessoal de agir, entre outras características comuns. E mesmo quando esses



sinais são percebidos, geralmente a busca por avaliação ocorre com a constatação do atraso na fala (HUTZ *et al.*, 2016).

Bosa e Teixeira (2017) apontam os principais sinais e sintomas do TEA por domínio do desenvolvimento, iniciando pela Comunicação Social Atípica, a qual inclui falhas no contato visual e na atenção compartilhada; baixa frequência de iniciação, engajamento e manutenção do contato social; dificuldade na expressão de afeto e suas regulações; preferência por ficar no berço sozinho do que no colo; dificuldade em se aninhar no colo no momento da amamentação; ausência ou atraso em comportamentos sociais, como resposta ao sorriso; reduzido interesse social e em jogos de compartilhamento de prazer e interesses; déficits no desenvolvimento de gesticulação, como apontar; uso inadequado da linguagem não verbal, como uso da mão do adulto como ferramenta para obter o que deseja em vez de pedir; ausência ou falhas na coordenação entre diferentes modos de comunicação: olhar, expressão facial, gesticulações e vocalização; ausência ou atraso na orientação de chamado ao nome e outras abordagens verbais.

Outro domínio explanado pelas autoras é o Modo de Brincar Incomum, em que a criança apresenta reduzidos comportamentos imitativos; movimentos repetitivos e estereotipados durante brincadeiras, principalmente em ambientes mais abertos; repertório de interesses e atividades restrito, muitas vezes na presença de manipulação excessiva; exploração não usual de brinquedos ou uso de partes dele; jogos repetitivos com brinquedos e outros objetos; atraso ou desenvolvimento atípico da linguagem e da cognição; atraso na aquisição da linguagem, ausência ou frequência rebaixada dos padrões habituais de linguagem, como balbúcio e brincadeira com sons; limitada variedade nas comunicações verbais e não verbais; déficits na compreensão da linguagem, estruturação atípica da linguagem, como as primeiras palavras faladas são peculiares e/ou linguagem excessivamente repetitiva; presença de linguagem idiossincrática e/ou com tom de voz e/ou prosódia alterados; fala prolixa, inadequada socialmente; regressão ou perda de palavras anteriormente adquiridas; déficit em Teoria da Mente, que é a capacidade de se colocar no lugar das outras pessoas e inferir o que estão sentindo e pensando. As autoras salientam a importância de investigar se a criança busca compensar suas dificuldades de outra forma ou simplesmente parece pouco interessada na comunicação social;



essa investigação é utilizada para diferenciar crianças com TEA de crianças com transtornos específicos da linguagem (BOSA; TEIXEIRA, 2017).

Por fim, Bosa e Teixeira (2017) indicam os sintomas referentes a Prejuízos Sensoriais, sendo eles: exploração não usual de objetos, fixação do olhar exagerada; reação diminuída ou exacerbada a sons ou outros estímulos sensoriais; lentidão nos níveis de atividade e atraso das funções motoras finas e grossas; movimentações motoras repetitivas e estranhas, maneirismos motores (estereotípias).

2.1 AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA DE CRIANÇAS COM TEA

A avaliação psicológica de crianças com suspeita de TEA pode compreender o uso de testes psicológicos, mas também se mostra necessário que o avaliador possa conhecer o avaliado em sua totalidade. Para a realização desse trabalho é importante que o profissional possua conhecimentos em áreas como psicologia do desenvolvimento, psicopatologia, avaliação psicológica, técnicas de entrevista, psicologia clínica, entre outros. Bem como a obtenção de experiência prática aliada à supervisão de um profissional mais experiente, além da realização de estudos sobre o transtorno (BOSA; TEIXEIRA, 2017).

Silva e Mulick (2009) trazem a importância de que a avaliação diagnóstica de TEA seja realizada por uma equipe multidisciplinar, na qual seja possível agregar olhares de diferentes aspectos. No entanto, as autoras verificam que nem sempre esse método de avaliação é viável e, por conta disso, salientam a necessidade de que o profissional que realiza a avaliação utilize no processo os seguintes componentes: entrevista clínica inicial com os pais ou responsáveis; história social e familiar da criança; história médica da criança; história do desenvolvimento da criança; instrumentos auxiliares no diagnóstico; avaliação médica; avaliação psicológica; e encaminhamento para outros profissionais e para intervenções apropriadas.

Uma das estratégias utilizadas na avaliação psicológica é a observação direta. Nos casos em que há suspeita de TEA, essa técnica mostra-se importante, considerando as dificuldades diagnósticas e a quantidade limitada de instrumentos específicos para avaliação do espectro. Bosa (2002) indica quatro aspectos a serem observados para identificar a intenção comunicativa da criança, sendo essa uma área



que apresenta déficit em crianças com TEA. Os quatro aspectos de observação nesse quesito são: 1) a existência de um contexto indicando que uma meta é desejada pela criança; 2) algum movimento ou som produzido pela criança, incluindo alternância do olhar entre o objeto e o adulto; 3) persistência do comportamento até que a meta inferida seja alcançada; 4) comportamento consumatório (confirmando a meta que a criança “tinha em mente”).

Quanto às limitações diagnósticas nos casos em que existe suspeita de TEA Zanon, Backes e Bosa (2014) expõem quatro fatores que podem influenciar no atraso na realização do diagnóstico precoce: 1) a variabilidade na expressão dos sintomas do TEA; 2) as limitações da própria avaliação de pré-escolares, uma vez que essa população demanda instrumentos específicos e sensíveis aos comportamentos sociais mais sutis e próprios dessa faixa etária; 3) a falta de profissionais treinados/habilitados para reconhecer as manifestações precoces do transtorno; e 4) a escassez de serviços especializados.

Bosa e Teixeira (2017) comentam que a deficiência intelectual frequentemente ocorre em comorbidade com o TEA. Nesse sentido, evidencia-se a importância da realização de uma avaliação de inteligência em crianças com TEA para identificar se essa comorbidade realmente acomete a criança avaliada e para balizar o planejamento das intervenções, de modo que sejam compatíveis com as dificuldades e facilidades cognitivas reveladas pela avaliação. Além de funcionar como um apoio nas decisões relacionadas à vida cotidiana da criança.

As autoras também reforçam que a mensuração da inteligência deve ser realizada por meio de testes padronizados e adaptados à cultura na qual o avaliado está inserido. O diagnóstico deve basear-se nos escores apresentados pela criança e seguir as tabelas de padronização dos instrumentos de avaliação. Para que a avaliação da inteligência seja adequada é importante incluir uma avaliação do funcionamento adaptativo da criança, pois o diagnóstico de DI deve ser composto pelo quociente de inteligência e por déficit significativo em sua funcionalidade (BOSA; TEIXEIRA, 2017; JORGE; SANTOS, 2010).



2.2 INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA PARA O TEA

Hutz *et al.* (2016) comentam sobre a realidade brasileira no aspecto instrumental da avaliação psicológica do Transtorno do Espectro Autista indicando o *Modified Checklist for Autism in Toddlers (M-CHAT)* como principal instrumento internacional adaptado e validado para a população brasileira. Esse instrumento é um questionário aplicável aos cuidadores, apresentando 23 itens que avaliam comportamentos de crianças de 18 a 24 meses nas áreas de: engajamento social, contato visual, imitação, atenção compartilhada e gestos de busca de assistência, brincadeira repetitiva e brincadeira simbólica.

Outro instrumento internacional traduzido e adaptado para a língua portuguesa, por meio de uma dissertação de mestrado, é a escala *Childhood Autism Rating Scale (CARS)* que possui 15 itens que auxiliam na identificação de crianças com autismo. Sua utilização mostra-se importante, pois diferencia níveis de autismo leve, moderado e grave. A *CARS* avalia o comportamento em 14 domínios comumente afetados no espectro autista, mais uma categoria geral de impressão de autismo (PEREIRA; WAGNER; RIESGO, 2007).

Existe, ainda, um instrumento nacional de avaliação, o Indicadores Clínicos de Alterações no Desenvolvimento (IRDI). Esse instrumento também é um questionário aplicável aos pais, contendo 31 indicadores que abordam o bom desenvolvimento do vínculo pais-bebê, os quais são subdivididos em quatro faixas etárias que vão de 0 a 18 meses, no entanto sua especificidade para TEA ainda necessita de ampliação (HUTZ *et al.*, 2016; CAMPANA; LERNER, 2014).

Nesse contexto, percebe-se a necessidade de desenvolvimento de instrumentos de observação direta da criança que sejam construídos nacionalmente com foco na avaliação psicológica, considerando os critérios diagnósticos de TEA (interação social e comunicação; comportamentos repetitivos e estereotipados) segundo o DSM-5 (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014). Verifica-se, também, certa urgência com relação ao sistema público de saúde na área do TEA, por instrumentos baseados na realidade brasileira, de baixo custo e que possibilitem identificar comportamentos característicos do TEA além de suas potencialidades e



que colabore com a formulação de um plano de intervenção considerando o perfil descritivo da criança (BOSA; ZANON; BACKES, 2016).

3 MÉTODO

Para o desenvolvimento desta pesquisa foi utilizado método misto, integrando dados quantitativos obtidos por meio dos resultados dos testes psicológicos e dados qualitativos resultantes da análise das técnicas utilizadas no processo psicodiagnóstico. Inicialmente foi organizada a proposta de psicodiagnóstico para avaliação de crianças com suspeita de TEA. Na sequência os dados decorrentes foram analisados visando explorar o uso da proposta para a realização do diagnóstico do espectro. Foram selecionadas quatro crianças da lista de espera do Serviço de Atendimento Psicológico (SAP) de uma universidade, tendo como motivo da procura do serviço a suspeita de TEA.

O protocolo adotado para a avaliação compôs-se por oito sessões, sendo que na primeira sessão foi realizada uma anamnese com os responsáveis. No segundo encontro ocorreu a aplicação dos instrumentos IRDI, *M-CHAT* e *CARS* com os responsáveis, sendo estes questionários de triagem para possíveis problemas de desenvolvimento. O terceiro encontro compôs-se de uma sessão lúdica com o avaliado. Na quarta sessão realizou-se a aplicação do teste psicológico *House-Tree-Person (H-T-P)*, mais conhecido como Casa-Árvore-Pessoa, para compreensão de aspectos da personalidade do avaliado e sua dinâmica de funcionamento. Na quinta sessão foram aplicados os instrumentos *As Pirâmides Coloridas* de Pfister, para avaliação de aspectos da personalidade, dinâmica afetiva e indicadores relativos a habilidades cognitivas do avaliado, e o *Teste de Inteligência não verbal R2*, que avalia aspectos cognitivos da criança. No sexto encontro efetuou-se aplicação da *Escala Wechsler de Inteligência para Crianças – 4ª Edição (WISC-IV)*, teste de avaliação de inteligência. No sétimo encontro ocorreu a aplicação da *Escala de Desenvolvimento Motor (EDM)*, que avalia e mensura o desenvolvimento motor da criança. Na sessão final foi realizada uma entrevista de devolutiva com os responsáveis e o avaliado, na qual foram expostos os resultados do processo avaliativo, prestados esclarecimentos e sugeridos encaminhamentos à criança e aos responsáveis.



A escolha dos instrumentos selecionados para o processo avaliativo baseou-se na importância de investigar aspectos da personalidade dos avaliados, bem como questões relacionadas à cognição, à inteligência e à psicomotricidade, considerando que esses âmbitos de funcionamento do indivíduo são afetados pelo Transtorno do Espectro Autista. As entrevistas e questionários auxiliam na composição da avaliação de outros aspectos clínicos que precisam ser observados no psicodiagnóstico.

Após a realização do processo psicodiagnóstico nos quatro casos, realizou-se uma análise comparativa dos resultados dos casos. Ressalta-se que como a presente pesquisa envolveu seres humanos, de maneira direta e indireta, para sua execução, foram seguidas todas as orientações éticas, fundamentadas, principalmente, na Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e no Código de Ética do profissional de Psicologia, para garantir os direitos do participantes.

4 CASOS ANALISADOS

Considerando as principais características do Transtorno do Espectro Autista como sendo a presença de dificuldade de comunicação, dificuldades de socialização e padrão de comportamento restrito e repetitivo (estereotipado), verifica-se que o uso do protocolo de avaliação, elaborado para esta pesquisa, possibilitou um olhar científico e padronizado com relação aos avaliados. Isso contribuiu para a confirmação ou infirmação de hipóteses clínicas de TEA, além de oportunizar a realização de outros possíveis diagnósticos.

Dessa forma, este trabalho analisou os dados obtidos na avaliação psicológica dos quatro participantes, sendo possível inferir informações significativas para o estudo. Quanto ao perfil dos participantes, no momento da pesquisa todos frequentavam o ensino regular em escolas públicas, todos do sexo masculino, com faixa etária entre seis e 14 anos.



4.1 AVALIADO 1

O avaliado 1, seis anos de idade, segundo ano escolar em escola pública, foi encaminhado pelo CAPSi ao SAP para avaliação psicológica com suspeita de TEA. Sua queixa principal voltava-se a agitação e agressividade. A avaliação foi realizada com base no protocolo de investigação elaborado para realização deste estudo. Segundo sua responsável, a criança já apresentava dificuldades comportamentais quando estava frequentando um CEIM de outra cidade, bem como na escola atual. A orientação recebida pela responsável foi de que procurasse o Serviço de Atendimento Psicológico para avaliação.

Os questionários utilizados no protocolo apresentaram os seguintes resultados: *M-CHAT* indicou fatores de risco para TEA, sendo que esse resultado indica a necessidade de uma avaliação mais ampla. O instrumento IRDI também sinalizou possíveis riscos ou tendência de problemas de desenvolvimento com expressão no aspecto relacional, no entanto sem especificidade para TEA. No questionário *CARS*, o escore total apresentado pelo avaliado 1 corresponde a 28 e indica que a criança não apresenta sintomas suficientes e compatíveis com diagnóstico de TEA.

Na sessão lúdica a criança escolheu jogar jogos de tabuleiro, no entanto mostrou-se bastante irritado ao perceber que não estava ganhando o jogo, suas reações apresentavam-se inadequadas, jogando peças no chão, chorando e deitando-se. Foi possível perceber que a criança não aceita ser contrariada e realiza apenas as atividades que deseja. Apresentou características opostas e desafiava as orientações da avaliadora em diversos momentos.

O teste de personalidade *House Tree Person (HTP)* evidenciou indicativos de obsessividade compulsiva, ansiedade, insegurança, tensão, energia e baixa tolerância à frustração, aspectos que foram observados nos atendimentos e confirmados pelo relato da mãe e da professora da criança.

As Pirâmides Coloridas de Pfister – versão para crianças e adolescentes – também foram utilizadas com intuito de obter informações sobre a dinâmica emocional da criança e como ela expressa suas emoções. O avaliado 1 apresentou os seguintes indicativos: atitude displicente ou ansiosa com possível instabilidade e insegurança; oposição, negação ou introversão; menor grau de desenvolvimento



emocional ou intelectual, mas com adaptação emocional às situações cotidianas; tendência a perturbações provenientes de dissociações no curso do pensamento; inibição e retraimento inicial nas atividades; nível não satisfatório de trato com as emoções e manejo defensivo; tendência à insensibilidade emocional, com retraimento social; dificuldades relacionadas ao controle e adaptação; exagero das manifestações afetivas, mais estilizadas e superficiais, menos espontâneas; baixa tolerância à frustração, ao egocentrismo e à irritabilidade; indicativos de excitabilidade, desejo de domínio, onipotência, redução do senso de autocrítica e arrogância; redução de elementos estabilizadores. Também se apresentaram indícios com relação a aspectos positivos ligados à perseverança, tenacidade e à determinação que conduzem à produtividade.

No teste de inteligência R2, a criança apresentou percentil 90, o que indica classificação médio superior com relação a outras crianças de mesma faixa etária e que frequentam escola pública. Os resultados do teste WISC-IV do avaliado 1 foram desconsiderados, pois a criança se recusou a realizar alguns subtestes essenciais para sua interpretação.

Com relação à Escala de Desenvolvimento Motor (EDM), os resultados indicaram desenvolvimento motor compatível com a idade cronológica da criança, obtendo classificação Normal Médio e lateralidade cruzada. Seus menores índices correspondem ao desenvolvimento do esquema corporal e equilíbrio.

Ao final do processo avaliativo foi elaborado um relatório psicológico de acordo com a Resolução do Conselho Federal de Psicologia 007/2003 e realizada uma sessão de devolutiva ao responsável. Os resultados dos instrumentos e técnicas utilizadas no protocolo descartaram a hipótese clínica de TEA e indicaram, conforme o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) e a Classificação Internacional de Doenças (CID-10), critérios diagnósticos compatíveis com Transtorno de Oposição Desafiante (F91.3).

4.2 AVALIADO 2

O avaliado 2, 11 anos, quinto ano escolar em escola pública, foi encaminhado pelo CAPSI ao SAP para avaliação psicológica com suspeita de TEA. Sua



queixa principal voltava-se a agitação, agressividade e dificuldades de aprendizagem. A avaliação foi realizada com base no protocolo de investigação elaborado para realização deste estudo. Segundo sua responsável, a criança apresenta dificuldades comportamentais e de socialização desde os cinco anos de idade.

Os questionários utilizados no protocolo apresentaram os seguintes resultados: *M-CHAT* indicou fatores de risco para TEA, resultado que indica a necessidade de uma avaliação mais ampla. O instrumento IRDI também sinalizou possíveis riscos ou tendência de problemas de desenvolvimento com expressão no aspecto relacional, no entanto, sem especificidade para TEA. No questionário *CARS* o escore total apresentado pelo avaliado 2 corresponde a 19,5 e indica que a criança não apresenta sintomas suficientes e compatíveis com diagnóstico de TEA.

Na sessão lúdica a criança escolheu jogar jogos de tabuleiro e durante os jogos mostrou-se bastante desafiante, apresentando, ainda, atitudes opositoras. A interação mostrou-se adequada, o avaliado conversou de forma apropriada, apesar de apresentar discurso desafiante, e riu com as brincadeiras feitas por ele próprio ou pela avaliadora.

O teste de personalidade *House Tree Person (HTP)* evidenciou indicativos de atitude defensiva, esforço para manter o controle do ego, tendência ao retraimento, regressão, obsessividade compulsiva e inadequação, ansiedade, rigidez e satisfação na fantasia, além de dominação social compensatória, perda de autonomia e hostilidade.

As Pirâmides Coloridas de Pfister – versão para crianças e adolescentes – também foram utilizadas com intuito de obter informações sobre a dinâmica emocional da criança e como ela expressa suas emoções. O avaliado 2 apresentou os seguintes indicativos: baixo índice de preocupação com bom trabalho; tendência à oposição, negação ou introversão; dificuldade na orientação espaço-temporal; menor grau de desenvolvimento emocional ou intelectual, mas com adaptação emocional às situações cotidianas; tendência a perturbações provenientes de dissociações no curso do pensamento; sobrecarga de estimulação, que pode gerar ansiedade e ruptura do equilíbrio interno; supressão da expressão dos sentimentos e afetos que pode ser relacionar a sentimentos de inferioridade, de incapacidade e ambivalência; excitabilidade, desejo de domínio, onipotência, redução do senso de autocrítica e arrogância; grande esforço para manter o equilíbrio, às vezes à



custa de mecanismos construtivo-inibitórios; dificuldades relacionadas à capacidade de extroversão e contato afetivo e social; redução de elementos estabilizadores; aspectos positivos ligados à perseverança, à tenacidade e à determinação que conduzem à produtividade; e capacidade de ação e realização de modo mais enérgico e mais direcionado a objetivos.

No teste de inteligência R2 a criança apresentou percentil 90, o que indica classificação médio superior com relação a outras crianças de mesma faixa etária e que frequentam escola pública. Os resultados do teste WISC-IV do avaliado 2 identificaram um Quociente de Inteligência Total (QIT) de 95, indicando classificação dentro da média esperada para sua faixa etária. A criança obteve melhor índice relacionado à Compreensão Verbal e apresentou menor índice nos subtestes que envolvem sua Memória Operacional.

Com relação à Escala de Desenvolvimento Motor (EDM), os resultados indicaram desenvolvimento motor um pouco abaixo do esperado para a idade cronológica da criança, obtendo classificação Normal Baixo e lateralidade cruzada. Seus menores índices correspondem ao desenvolvimento da organização espacial e esquema corporal.

Ao final do processo avaliativo foi elaborado um relatório psicológico de acordo com a Resolução do Conselho Federal de Psicologia 007/2003 e realizada uma sessão de devolutiva aos responsáveis. Os resultados dos instrumentos e técnicas utilizadas no protocolo descartaram a hipótese clínica de TEA e indicaram, conforme o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-5 e a Classificação Internacional de Doenças – CID-10, critérios diagnósticos compatíveis com Transtorno de Oposição Desafiante (F91.3).

4.3 AVALIADO 3

O avaliado 3, 14 anos, sétimo ano escolar em escola pública, foi encaminhado pelo SASE ao SAP para avaliação psicológica com suspeita de TEA. Sua queixa principal voltava-se à dificuldade de socialização. A avaliação foi realizada com o protocolo de investigação elaborado para realização deste estudo. Segundo sua



responsável, o avaliado possui um irmão mais velho com diagnóstico de TEA e são verificadas muitas semelhanças nos comportamentos e interesses dos dois irmãos.

Os questionários utilizados no protocolo apresentaram os seguintes resultados: *M-CHAT* indicou diversos fatores de risco para TEA, sendo que este resultado indica a necessidade de uma avaliação mais ampla. O instrumento *IRDI* também sinalizou, de modo acentuado, possíveis riscos ou tendência a problemas de desenvolvimento com expressão no aspecto relacional. No questionário *CARS* o escore total foi de 39, indicando a possibilidade de autismo grave.

Na sessão lúdica o avaliado escolheu jogar jogos de tabuleiro e durante os jogos apresentou baixa interação, causando uma impressão de apatia, além de verbalizar de modo geral a mesma resposta – “tanto faz” – para as propostas da avaliadora com relação ao jogo e outras atividades.

O teste de personalidade *House Tree Person (HTP)* evidenciou indicativos de insegurança, retraimento, descontentamento e regressão. Também indicou preocupação consigo mesmo, fixação no passado, impulsividade e necessidade de gratificação imediata. Apresentaram-se indicativos relacionados ao concretismo, inacessibilidade, hesitação, medo e ego fraco. Além de pressão do ambiente, negação e satisfação na fantasia.

As Pirâmides Coloridas de Pfister – versão para crianças e adolescentes – também foram utilizadas com intuito de obter informações sobre a dinâmica emocional da criança e como ela expressa suas emoções. O avaliado 3 apresentou os seguintes indicativos: padrão de organização mais ou menos constante, com certa flexibilidade; indicativos de oposição, negação ou fechamento em si e introversão; menor grau de desenvolvimento emocional ou intelectual, mas com adaptação emocional às situações cotidianas; tendência a perturbações provenientes de dissociações no curso do pensamento; indícios psicopatológicos; dificuldade de canalizar e expressar emoções de maneira adaptada; além de firmeza, determinação e independência; dificuldades de adaptação, insegurança, tendência a padrões fixos, respeito excessivo a normas e convenções, fanatismo; presença de mecanismos de controle, timidez, cautela e restrição nos contatos emocionais; e dificuldades relacionadas à capacidade de extroversão e contato afetivo e social.



O teste de inteligência R2 foi utilizado como técnica para verificar possíveis comprometimentos cognitivos. Os resultados não evidenciaram existência de prejuízos cognitivos. Os resultados do teste WISC-IV do avaliado 3 identificaram um Quociente de Inteligência Total (QIT) de 102, indicando classificação dentro da média esperada para sua faixa etária. Seu melhor índice está relacionado à Organização Perceptual, e seu menor índice foi verificado nos subtestes que envolvem sua Memória Operacional.

A Escala de Desenvolvimento Motor (EDM) foi utilizada como técnica para verificar possíveis comprometimentos no desenvolvimento motor. O avaliado teve bom desempenho de modo geral, no entanto apresentou atraso com relação à Organização Espacial.

Ao final do processo avaliativo foi elaborado um relatório psicológico conforme com a Resolução do Conselho Federal de Psicologia 007/2003 e realizada uma sessão de devolutiva ao responsável. Os resultados dos instrumentos e técnicas utilizadas no protocolo confirmaram a hipótese clínica de Transtorno do Espectro Autista (F84.0), de acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) e a Classificação Internacional de Doenças (CID-10).

4.4 AVALIADO 4

O avaliado 4, 13 anos, oitavo ano escolar em escola pública, foi encaminhado pelo CAPSi ao SAP para avaliação psicológica com suspeita de TEA. Sua queixa principal voltava-se a dificuldade de socialização, agressividade e comportamento atípico. A avaliação foi realizada com base no protocolo de investigação elaborado para realização deste estudo. Segundo seus responsáveis, o avaliado apresentava momentos de irritação e agressividade que estão se atenuando, além de preferência pelo isolamento social ainda frequente.

Os questionários utilizados no protocolo apresentaram os seguintes resultados: *M-CHAT* indicou fatores de risco para TEA, sendo que este resultado indica a necessidade de uma avaliação mais ampla. O instrumento IRDI também sinalizou, de modo acentuado, possíveis riscos ou tendência a problemas de



desenvolvimento com expressão no aspecto relacional. No questionário *CARS* o escore total foi de 30, indicando a possibilidade de autismo leve.

Nos momentos lúdicos o avaliado aparentou tranquilidade ao interagir com a avaliadora, no entanto demonstrou algumas estereotípias e dificuldade em olhar nos olhos. O teste de personalidade *House Tree Person (HTP)* evidenciou indicativos de insegurança, ansiedade e atitude defensiva, tendência à oposição, dependência, inadequação, rigidez, retraimento e fantasia.

As Pirâmides Coloridas de Pfister – versão para crianças e adolescentes – também foram utilizadas com intuito de obter informações sobre a dinâmica emocional da criança e como ela expressa suas emoções. O avaliado 4 apresentou os seguintes indicativos: atitude displicente ou ansiosa. Instabilidade e insegurança; dificuldade na orientação espaço-temporal, além de ser uma pessoa inteligente e criativa; apresenta um nível não satisfatório de trato com as emoções e manejo defensivo; dificuldade de adaptação ao ambiente; sobrecarga de estimulação, que pode gerar ansiedade e ruptura do equilíbrio interno; tendência a extroversão, irritabilidade, impulsividade e agressividade; negação dos impulsos e da ansiedade, repressão ou inibição; possível fragilidade na estrutura da personalidade, com grande esforço para manter o equilíbrio, às vezes à custa de mecanismos constritivo-inibitórios; indícios psicopatológicos; instabilidade e vulnerabilidade, balanceada por leve restrição à abertura aos estímulos; e moderação de atitudes e controle, com certa inconstância de reações.

O teste de inteligência R2 foi utilizado como técnica para verificar possíveis comprometimentos cognitivos. Os resultados não evidenciaram existência de prejuízos cognitivos. Os resultados do teste *WISC-IV* do avaliado 3 identificaram um Quociente de Inteligência Total (QIT) de 96, indicando classificação dentro da média esperada para sua faixa etária. Seu melhor índice está relacionado à Memória Operacional, e seu menor índice foi verificado nos subtestes que envolvem sua Organização Perceptual.

A Escala de Desenvolvimento Motor (EDM) foi utilizada como técnica para verificar possíveis comprometimentos no desenvolvimento motor. O avaliado apresentou atraso significativo com relação à Organização Espacial, além de um déficit nos domínios de Motricidade Global e Organização Temporal.



Ao final do processo avaliativo foi elaborado um relatório psicológico conforme com a Resolução do Conselho Federal de Psicologia 007/2003 e realizada uma sessão de devolutiva ao responsável. Os resultados dos instrumentos e técnicas utilizadas no protocolo confirmaram a hipótese clínica de Transtorno do Espectro Autista (F84.0), de acordo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) e a Classificação Internacional de Doenças (CID-10).

Os resultados obtidos por meio da aplicação do protocolo de avaliação psicológica contribuíram para o entendimento dos casos analisados, possibilitando a confirmação da hipótese diagnóstica de Transtorno do Espectro Autista em dois dos casos avaliados. O processo psicodiagnóstico também permitiu identificar um transtorno apresentado pelos outros dois sujeitos de pesquisa, sendo o Transtorno de Oposição Desafiante. Nesse sentido, vale ressaltar a importância de se realizar uma avaliação psicológica com instrumentos padronizados, tornando o processo avaliativo mais fidedigno. Conforme apontado por Cunha *et al.* (2000), testes e técnicas são incluídos no processo psicodiagnóstico para fornecer subsídios que permitam confirmar ou infirmar as hipóteses iniciais, atendendo ao objetivo da avaliação psicológica.

O uso dos instrumentos privativos do profissional de psicologia mostrou-se essencial para a compreensão do funcionamento psicológico dos avaliados, e a possibilidade de relacionar resultados de instrumentos diversos, somada à análise das informações coletadas com responsáveis e professores, caracterizou-se como um diferencial no processo avaliativo. Hutz *et al.* (2016) afirmam que para a realização de uma avaliação psicológica efetiva devem ser considerados os resultados obtidos pelos testes psicológicos de maneira contextualizada, engajando-os aos resultados das demais técnicas e procedimentos realizados no decorrer do processo, além de confrontar os dados obtidos pelos testes com os dados apontados por outros informantes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises realizadas foi possível concluir que os quatro avaliados apresentaram, por meio dos instrumentos psicológicos, critérios diagnósticos compatíveis com transtornos descritos pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de



Transtornos Mentais (DSM-5) (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014), sendo dois casos nos quais se confirmou a hipótese clínica de TEA e dois casos em que essa suspeita foi refutada, no entanto houve diagnóstico de outro transtorno.

Diante das informações apresentadas, considera-se relevante a construção do protocolo de avaliação psicológica para crianças e adolescentes com suspeita de TEA. O uso do protocolo elaborado para este estudo foi significativo para realização do processo de avaliação com os avaliados, considerando que os instrumentos e técnicas forneceram embasamento teórico e prático para o entendimento dos casos e realização do psicodiagnóstico.

Tanto os instrumentos avaliativos de inteligência, quanto os de análise de personalidade, os questionários de triagem e as técnicas lúdicas empregadas, mostraram-se ferramentas fundamentais para compreensão do funcionamento dos avaliados, bem como para a realização de um processo fidedigno e padronizado de avaliação psicológica de crianças e adolescentes com suspeita de transtornos mentais e comportamentais.

Dessa forma, é possível considerar que o presente estudo atingiu seu objetivo de construir um plano diagnóstico para avaliação de crianças com suspeita de transtorno do espectro autista, verificando a possibilidade de aplicação do plano elaborado e os resultados positivos obtidos por meio das avaliações realizadas nesta pesquisa. Sugere-se a continuidade dos estudos voltados a essa demanda, visto que novos instrumentos podem ser inseridos de acordo com as hipóteses clínicas apresentadas, a faixa etária indicada para a aplicação dos testes e a disponibilidade de ferramentas no mercado. Sugere-se, ainda, a realização de estudos comparativos entre os transtornos TEA e TOD, considerando os resultados desta pesquisa.

A elaboração e aplicação do protocolo de avaliação também evidenciou a relevância de aprofundar os conhecimentos sobre os instrumentos a serem utilizados e os transtornos descritos pelos manuais diagnósticos. Outro aspecto que vale ressaltar é a importância do diagnóstico para o processo de intervenção terapêutica, considerando que todos os avaliados foram encaminhados para tratamento de acordo com sua demanda. O psicodiagnóstico permite investigar não somente as dificuldades, mas também valorizar as potencialidades do avaliado; esse processo serve como balizador para a elaboração do plano terapêutico do



indivíduo que deve ser individualizado de acordo com as características da pessoa em tratamento.

REFERÊNCIAS

ALCKMIN-CARVALHO, F. *et al.* Identificação de Sinais Precoces de Autismo Segundo um Protocolo de Observação Estruturada: um Estudo de Seguimento. **Psico**, Porto Alegre, PUCRS, v. 45, n. 4, p. 502-512, out./dez. 2014. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/15873/12477>. Acesso em: 10 abr. 2018.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BOSA, C. A. Atenção Compartilhada e Identificação Precoce do Autismo. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 15, n. 1, p. 77-88, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v15n1/a10v15n1.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2018.

BOSA, C. A.; TEIXEIRA, M. C. T. V. (org.). **Autismo: Avaliação psicológica e neuropsicológica**. 1. ed. São Paulo: Hogrefe, 2017.

BOSA, C. A.; ZANON, R. B.; BACKES, B. Autismo: construção de um Protocolo de Avaliação do Comportamento da Criança – Protea-R. **Revista Psicologia Teoria e Prática**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 194-205, jan./abr. 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v18n1/15.pdf> Acesso em: 10. Abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: Seção 1, p. 44-46, Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/reso510.pdf>. Acesso em: 13 out. 2016.

BUCK, J. N. **H-T-P: casa-árvore-pessoa, técnica projetiva de desenho: manual e guia de interpretação**. 1. ed. São Paulo: Editora Vetor, 2003.

CAMPANA, N. T. C.; LERNER, R. **Uso de indicadores clínicos de risco para o desenvolvimento infantil (IRDI) na detecção de sinais de problemas de desenvolvimento associados ao autismo**. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.



CASTRO-SOUZA, R. M. de; PASQUALI, L. **Adaptação Brasileira do M-CHAT (*Modified Checklist for Autism in Toddlers*)**. 2011. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Psicologia) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP N° 007/2003**. Institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica e revoga a Resolução CFP nº 17/2002. Brasília, DF, 14 jun. 2003.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP N° 010/2005**. Código de Ética Profissional. Brasília, DF, ago. 2005.

CUNHA, Jurema Alcides *et al.* **Psicodiagnóstico V**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

HUTZ, C. S. *et al.* **Psicodiagnóstico**. Porto Alegre: Artmed, 2016.

JORGE, L. M. de; SANTOS, A. A. A. dos. Avaliação cognitiva de indivíduos autistas: inteligência, atenção e percepção. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade São Francisco, Itatiba, 2010.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **CID-10 Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde**. 10. rev. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997.

PEREIRA, A. M.; WAGNER, M. B.; RIESGO, R. dos S. **Autismo infantil: tradução e validação da CARS (*Childhood Autism Rating Scale*) para uso no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ciências Médicas – Pediatria) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

ROSA, H. R.; ALVES, I. C. B. **R-2 – Teste não-verbal de inteligência para crianças**. São Paulo: Editora Vetor, 2000.

ROSA NETO, F. **Manual de Avaliação Motora**. Porto Alegre: Artmed, 2002.



SILVA, M.; MULICK, J. A. Diagnosticando o Transtorno Autista: Aspectos Fundamentais e Considerações Práticas. **Psicologia Ciência E Profissão**, v. 29, n. 1, p. 116-131, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v29n1/v29n1a10.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2018.

VILLEMOR-AMARAL, A. E. **As pirâmides coloridas de Pfister**: versão para crianças e adolescentes. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014.

WECHSLER, D. WISC IV - Escala de inteligência Wechsler para crianças. [S. l.]: Editora Casa do Psicólogo, 2002.

ZANON, R. B.; BACKES, B.; BOSA, C. A. Identificação dos Primeiros Sintomas do Autismo pelos Pais. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 30, n. 1, p. 25-33, jan./mar. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v30n1/04.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2018.



DUPLA EXCEPCIONALIDADE: UM ESTUDO NO PERÍODO DA INFÂNCIA

Barbara Maria Silveira¹
Francine Cristine Garghetti²

RESUMO

Definida pela existência de duas condições distintas em um único sujeito, a dupla excepcionalidade é identificada por Altas Habilidades/Superdotação, em que o sujeito apresenta um potencial elevado em áreas do desenvolvimento e, simultaneamente, alguma deficiência de caráter cognitivo, neurológico, comportamental ou psíquico. Este artigo visa referenciar alguns dos principais trabalhos voltados ao assunto, levando em conta as Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD) associadas ao Transtorno do Espectro Autista (TEA). Além disso, apresenta uma avaliação psicológica de uma criança com suspeita de dupla excepcionalidade, descrevendo aspectos cognitivos, sociais e comportamentais. Para o estudo foram realizadas entrevistas semiestruturadas com a criança, com a mãe e com a professora, além da aplicação de testes psicológicos. Os dados obtidos foram avaliados, relacionados e interpretados por meio de uma análise clínica baseada em elementos fundamentais, os quais apontaram para o diagnóstico de AH/SD, sendo que os critérios para TEA não foram suficientemente significativos para a sua confirmação. Evidenciaram-se, contudo, a complexidade na identificação da dupla excepcionalidade e a importância da utilização dos instrumentos psicológicos em concordância à observação e atenção aos comportamentos e repertórios de habilidades da criança para um resultado apropriado, visto que este corresponde a um diagnóstico significativo, determinante e perpétuo.

Palavras-chave: Dupla excepcionalidade. Altas Habilidades/Superdotação. Autismo. Síndrome de Asperger. Infância.

¹ Graduanda no Curso de Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; barbaramaria.s@unoesc.edu.br

² Mestra em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina; Professora no Curso de Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; Psicóloga; francine.garghetti@unoesc.edu.br

1 INTRODUÇÃO

O estudo do ser humano em desenvolvimento é sustentado por teorias que propõem princípios gerais de desenvolvimento, procurando analisá-lo, interpretá-lo e compreendê-lo; elas são amplamente estudadas e compõem-se por meio de uma perspectiva interdisciplinar que contribui para a clareza e efetividade de seus campos teóricos. Conforme o tempo passa, os questionamentos são atendidos de maneira avançada, com novas e aperfeiçoadas metodologias de investigação, as quais atuam e influenciam no desenvolvimento da criança e do jovem nos âmbitos escolar, social e pessoal (PAPALIA; FELDMAN, 2013).

Diante de uma perspectiva de promoção à educação e à saúde durante o processo de desenvolvimento da criança e do jovem, é fundamental olhar para todos que necessitam de educação especial. Desse modo, este trabalho encarrega-se de explorar e compreender um fenômeno multidimensional chamado de dupla excepcionalidade (DE) e identificar, por meio de uma análise clínica, como esta se apresenta no período da infância.

Definida pela existência de duas condições distintas em um único sujeito, a dupla excepcionalidade é identificada pela presença de Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD), em que o sujeito apresenta um potencial elevado em áreas do desenvolvimento e, simultaneamente, alguma deficiência de caráter cognitivo, neurológico, comportamental ou psíquico, como o Transtorno do Espectro Autista de Alto Funcionamento (Síndrome de Asperger), Transtornos de Aprendizagem, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, entre outros (GUIMARÃES; ALENCAR, 2012).

A dupla excepcionalidade é considerada uma condição que demanda identificação, intervenção e suporte específicos, ainda assim, pode-se julgar que o número de produções científicas relacionadas a essa área é mínimo, como também o preparo na formação docente, resultando em um reconhecimento equivocado do profissional diante do fenômeno, normalmente em consequência de algumas manifestações similares das duas condições (ALVES; NAKANO, 2015). Assim, o presente estudo busca referenciar alguns dos principais trabalhos voltados ao assunto, levando em conta a dupla excepcionalidade no âmbito das Altas Habilidades/Superdotação associada ao Transtorno do Espectro Autista. Além disso, apresenta



uma avaliação psicológica de uma suspeita de dupla excepcionalidade, descrevendo aspectos cognitivos, sociais e comportamentais.

2 A INFÂNCIA E O DESENVOLVIMENTO

No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n. 8.069, de 1990, afirma que a infância se estende até os doze anos de idade incompletos (BRASIL, 2012). O estudo do desenvolvimento do ser humano estabelece um campo do conhecimento da Psicologia cujas teorias se reúnem no objetivo de compreender o homem em todos os seus aspectos, englobando fases desde o nascimento até o seu nível de maturação. Essas abordagens, conforme a linha evolutiva da Psicologia, são expostas a partir da elaboração de diversos conceitos que procuram esclarecer, por meio de diferentes metodologias, as condições do ser em desenvolvimento em relação ao mundo externo e suas influências nos determinados momentos da vida humana (BEE, 2011).

Entre as teorias, conta-se com a de Jean Piaget, a qual se destaca pela introdução de uma linha interacionista e uma metodologia piagetiana que tende à rigidez científica de sua produção, extensa e consistente, que nos proporciona métodos importantes e significativos (PIAGET, 1975). Piaget constatou que o desenvolvimento cognitivo da criança evolui gradativamente, capacitando-se em níveis cada vez mais complexos do conhecimento ao longo de seu desenvolvimento. À medida que se desenvolve, a criança passa por uma série de mudanças que o psicólogo chamou de períodos do desenvolvimento, caracterizando-os pelas diferentes maneiras de o sujeito interagir com a realidade; são eles: sensorio-motor, pré-operatório, operações concretas e operações formais (PIAGET, 1980).

Existe um conjunto de relações interdependentes entre o sujeito que conhece e o objeto a conhecer, esses elementos que se complementam envolvem mecanismos complexos que vinculam fatores como: o processo de maturação do organismo, a experiência com objetos, a vivência social e, especialmente, a equilíbrio do organismo ao meio. Piaget aponta que a equilíbrio representa o fundamento de todo o processo do desenvolvimento humano, ou seja, é uma passagem que possui um caráter universal, mas pode sofrer modificações mediante



culturas e o meio onde o sujeito se encontra. Assim, o trabalho de Piaget expõe dois elementos básicos no desenvolvimento humano: os fatores invariantes e os fatores variantes (BEE, 2011).

Os fatores invariantes são esclarecidos por Piaget (1980) quando ele descreve que, ao nascer, a criança recebe diversas estruturas biológicas sensoriais e neurológicas que continuam estáveis ao longo da vida, e são elas que organizam as estruturas mentais; com isso, Piaget considera que o ser humano é guiado por marcas que carrega ao longo da vida, que é a disposição natural à organização e à adaptação. Os fatores variantes são representados pelo conceito de esquema, um conjunto de processos dentro do sistema nervoso, estruturas mentais e cognitivas que se modificam e se organizam por meio da influência do meio e por meio da acomodação do sujeito à sua realidade. Com isso, a teoria psicogenética revela a inteligência como uma porta de entrada para estímulos, estabelecidos pela influência mútua entre o homem e o meio ambiente físico e social em que ele está inserido.

Outra teoria que sustenta a compreensão do desenvolvimento infantil é a bioecológica. O modelo bioecológico é uma evolução do sistema teórico para o estudo científico do desenvolvimento humano ao longo do tempo. Nessa teoria, o desenvolvimento é definido como um fenômeno de continuidade de mudanças biopsicológicas do ser humano, como sujeito e grupo. Esse fenômeno se estende ao longo do ciclo vital por meio das sucessivas gerações e ao longo do tempo histórico, tanto passado quanto presente (BRONFENBRENNER, 2012).

Segundo Bronfenbrenner (2012), no desenvolver intelectual, emocional, moral e social toda criança necessita participar de atividades complexas que ocorram em uma base regular por períodos estendidos de tempo de sua vida, com uma ou mais pessoas com quem ela desenvolva apego emocional mútuo forte, estando estas comprometidas com seu bem-estar e desenvolvimento, preferencialmente, para toda a vida.

O desenvolvimento humano é um processo extenso e constituído por uma série de momentos alternativos de crescimento e adaptação em que ocorrem constantes mudanças; algumas dessas mudanças são de significativa importância em determinados períodos, portanto, quando ocorre um desenvolvimento significativo, gera efeitos em todo o sistema, exigindo uma alteração e uma adaptação em todas



as partes em desenvolvimento. Dessa forma, a compreensão do desenvolvimento humano é tida como essencial no que diz respeito à avaliação, identificação e relação efetiva de um psicodiagnóstico (BEE, 2011).

3 ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO

O sujeito com Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD) é compreendido por manifestar um alto grau de capacidade e domínio em uma ou mais áreas do desenvolvimento, isoladas ou combinadas, apresentando comportamentos superiores ao esperado para a sua idade e necessitando, portanto, de um atendimento educacional especializado (BRASIL, 2008).

Diante disso, a Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação elaborou um documento, nomeado pela Portaria n. 948/2007, que esclarece e justifica a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, com a intenção de desenvolver políticas públicas que promovam uma educação de qualidade a todos os alunos, organizando um sistema de ensino apto a atender as necessidades educacionais especiais e defendendo o direito de todos os alunos de estarem juntos, participando e aprendendo, sem nenhum tipo de discriminação (BRASIL, 2008).

O diagnóstico, portanto, demanda grande atenção do profissional avaliador. Entre as teorias que sustentam a definição de AH/SD, destaca-se a Teoria dos Três Anéis desenvolvida por Renzulli, que define, por meio de três características principais, o sujeito superdotado. São elas: habilidade acima da média, criatividade e comprometimento com a tarefa. Para que a criança seja efetivamente diagnosticada com AH/SD, o autor diz que ela necessariamente deve apresentar essas características de modo frequente e intenso (RENZULLI, 2014).

Dadas essas três peculiaridades, é importante deixar claro os atributos que conduzem cada uma para uma eficácia na sua identificação. A habilidade acima da média pode ser considerada como geral ou específica e é identificada pelo potencial elevado em determinada área do conhecimento. A geral é reconhecida quando o sujeito é eficientemente apto a dispor do pensamento abstrato e de experiências anteriores para a elaboração de resultados e soluções pertinentes e compatíveis



a novas circunstâncias ou eventos; já a habilidade específica está associada ao desempenho e à destreza do sujeito na obtenção de novos conhecimentos, métodos e estratégias ao realizar e conduzir uma determinada atividade estabelecida. A criatividade é descrita por várias particularidades envolvendo pensamentos de produto criativo, produtivo e imaginativo, desenvolvidos para a elaboração de projetos originais. E o comprometimento com a tarefa, por sua vez, é caracterizado pelo envolvimento e intensidade que o sujeito deposita na execução de determinada atividade, tratando-se de atitudes e ações que revelem interesse, disposição e esforço na sua execução (VIRGOLIM, 2014).

Outra teoria que é eficaz e contribui no processo de identificação do sujeito com AH/SD é a Teoria das Inteligências Múltiplas, desenvolvida por Howard Gardner. Gardner (1995), insatisfeito com o conceito de quociente de inteligência (QI) e visões homogêneas de inteligência, buscou observar fontes de informações naturalistas a respeito de aspectos voltados ao desenvolvimento de capacidades importantes para o modo de viver de diversas populações e culturas diferentes e, por meio de uma observação e uma análise de fatores mais subjetiva, o autor definiu a inteligência como uma “capacidade de resolver problemas ou de elaborar produtos que sejam valorizados em um ou mais ambientes culturais ou comunitários.” (GARDNER, 1995, p. 14).

Partindo disso, Gardner (1995) e seu grupo de pesquisa entenderam que existem sete tipos de inteligências que são consideradas puras e biológicas e que as capacidades humanas estão relacionadas a uma combinação particular de todas essas inteligências, sendo que, por vezes, alguma pode predominar. Ele as nomeou como inteligência linguística, lógico-matemática, espacial, musical, corporal-cinestésica, interpessoal e intrapessoal.

As Altas Habilidades/Superdotação podem não ser identificadas quando não há um olhar e uma avaliação diligente. Cupertino (2008, p. 20) explica, por meio de alguns exemplos, a assincronia das altas habilidades:

aparece quando alguma das capacidades humanas se desenvolve mais que as outras. Está presente em crianças que não parecem brilhantes, mas se destacam jogando bola, por exemplo. Naquelas que têm um raciocínio muito rápido, mas são lentas ao expressá-lo. Em crianças que apresentam



dificuldades na alfabetização, mas são destacadamente rápidas e fluentes administrando pequenas vendas e lidando com dinheiro.

Logo, é possível que o sujeito superdotado apresente um potencial elevado em determinada área, como também um comprometimento no seu desenvolvimento emocional. Assim, a identificação das AH/SD se torna um processo que envolve o contexto em que o sujeito está inserido, permitindo uma análise ampla do desenvolvimento de sua(s) inteligência(s) e dos fatores que contribuem para as suas dificuldades (CUPERTINO, 2008).

4 SÍNDROME DE ASPERGER E TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Descrita por Hans Asperger em 1944, a Síndrome de Asperger (SA) é reconhecida como um Transtorno Global do Desenvolvimento e, levando em conta a sua complexidade a respeito do seu diagnóstico, é uma síndrome que é dificilmente identificada, podendo ser confundida com outros transtornos que possuem sintomas semelhantes. Caracterizada especialmente por uma dificuldade na interação social, no DSM-5 (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014) a Síndrome de Asperger recebe um diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista de Alto Funcionamento, sem comprometimento linguístico ou intelectual.

Comumente, os sujeitos com Síndrome de Asperger possuem habilidades cognitivas superiores, identificados com o QI normal ou elevado, apresentando comprometimento em três importantes áreas do desenvolvimento, sendo: interação social, comunicação social e algumas características repetitivas sobre interesses específicos intensos (TEIXEIRA, 2005). Diferente do Autismo, não manifestam nenhum atraso ou retardo grave no desenvolvimento cognitivo, porém, em razão do prejuízo na socialização, podem apresentar dificuldades no processo de aprendizagem (DUMAS, 2011). Segundo Brito (2013), “[...] o termo Síndrome de Asperger tende a ser reservado para as raras crianças autistas apenas ligeiramente afetadas (autismo de alto desempenho), que dão mostras mais claras de inteligência e altamente verbais.”



Na SA alguns conhecimentos são adquiridos em tempo “normal”, outros muito mais cedo e outros muito mais tarde, apresentando alguns sintomas específicos relacionados às dificuldades na linguagem, linguagem rebuscada, ecolalia ou repetição de palavras, voz sem entonação, interesses peculiares, presença de habilidades inusitadas, interpretação literal com grande dificuldade em assimilar metáforas e frases com duplo sentido, pensamento concreto, dificuldade em entender e expressar emoções, ausência de autocensura, dificuldade em adaptar-se a mudanças, atraso no desenvolvimento motor com constantes dificuldades na coordenação motora, hipersensibilidade sensorial e dificuldade na organização e planejamento de tarefas (BRITO, 2013).

Dadas essas complexidades, o sujeito com SA demanda uma atenção elevada diante do seu desenvolvimento, sobretudo à sua aprendizagem, levando em conta as suas particularidades que podem fazer com que esse processo se diferencie das outras crianças (BRITO, 2013). Ainda se buscam estudos científicos que mencionem sobre a especificidade da SA, procurando definir as fases do seu desenvolvimento de forma mais detalhada e precisa, fazendo com que o seu diagnóstico se torne mais evidente e menos tardio.

5 DUPLA EXCEPCIONALIDADE: ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO E ESPECTRO AUTISTA

Vieira e Simon (2012) realizaram um estudo acerca das diferenças e semelhanças relacionadas às características dos sujeitos com SA e AH/SD. Considerando estudos publicados entre 2000 e 2011, com base em um levantamento de livros, artigos e teses, organizaram essas características separando-as em quatro categorias: cognição, interação social, comunicação e comportamento adaptativo (restritos e estereotipados).

Com relação à semelhança no desenvolvimento cognitivo, ambos não apresentam atrasos consideráveis, podendo ser médios ou acima da média, destacando-se: ótima memória; leitura e linguagem precoce e aprimorada; interesses específicos focados em determinado tema, buscando constantemente aperfeiçoar-se com relação a ele; desenvolvimento superior nas áreas de interesse;



e, ainda assim, o quociente intelectual (QI) capaz de atingir até muito superior (VIEIRA; SIMON, 2012).

Não foi possível identificar semelhanças entre as características das outras categorias, considerando o desenvolvimento cognitivo como o critério principal dessas duas condições, explicitando, assim, a presença da dupla necessidade especial. Também está presente, na dupla excepcionalidade, a pronúncia exorbitante e precisa, a qual, no superdotado exclusivamente, não é manifestada (VIEIRA; SIMON, 2012).

No que se refere às diferenças, as principais identificadas foram relacionadas à interação social, sendo que os sujeitos com Altas Habilidades/ Superdotação não possuem dificuldades consideráveis em se relacionar, diferente dos sujeitos com a Síndrome de Asperger, os quais manifestam uma perturbação com relação a afetividade, falta de interesse nas relações e dificuldade em compreender a linguagem corporal e expressões faciais, interpretando a interação de modo literal (REZENDE; FLEITH; ALENCAR, 2016).

A SA, considerada uma patologia, e a AH/SD, considerada uma necessidade educacional especial, são conceitos que dispõem de alguns indicativos distintos e outros que se combinam, o que aumenta o risco, no momento da avaliação, de anular uma ou outra quando confluentes. Levando em conta as suas diferenças e suas semelhanças, é substancial a elaboração de um processo de avaliação efetivo com relação às questões escritas anteriormente para atendimento e intervenção especializados apropriados e fidedignos voltados a esses sujeitos (VIEIRA; SIMON, 2012).

Neihart (2000) descreve algumas recomendações aos profissionais que irão intervir com crianças/jovens Asperger Superdotados. Considerando as propriedades da DE, as práticas interventivas devem concentrar-se na informação, no apoio geral e no controle de comportamentos problemáticos peculiares. Estratégias compensatórias envolvendo as características únicas de cada condição são eficazes, como, por exemplo, a utilização de diagramas e pictogramas no processo de ensino e condução de comportamento, tendo em vista o cuidado com relação à sequência dessas orientações, para que eles possam as utilizar na hora e forma correta, considerando a sua maneira literal e concreta de pensar.

Recomendam-se, também, instruções verbais claras, já que essas crianças se focam em detalhes e compreendem a comunicação a partir da maneira como



lhes é dita. Assim, é sugerido aos professores que mantenham explicações curtas e diretas, evitando justificativas longas que podem fazer com que a criança distorça a mensagem (NEIHART, 2000).

Quanto à dificuldade social, é recomendável o treinamento de habilidades sociais, em que é sugerida a utilização de abordagens visuais estruturadas, diretivas, claras e objetivas, sem abordar sobre comportamentos adequados. Intervenções envolvendo histórias sociais, espelhos e exercícios imitativos são técnicas sugeridas para ensinar sinais de possíveis comportamentos para determinados episódios, desenvolvendo a compreensão social da criança (NEIHART, 2000).

A clareza na identificação dos critérios que compõem essa condição é fundamental para um atendimento eficaz, envolvendo estratégias de intervenção que possibilitem absolutas possibilidades para desempenhar e efetivar suas habilidades e potencialidades. É importante também que, não apenas a equipe profissional, mas os membros que participam ativamente da rede social desses sujeitos tenham consciência das suas singularidades e necessidades, contribuindo com o desenvolvimento positivo e saudável diante da condição de dupla excepcionalidade.

6 MÉTODO

A presente pesquisa, de caráter qualitativo, descritivo e exploratório, trata-se da análise clínica de um caso. O estudo de caso foi realizado com S., sexo masculino, nove anos, que, segundo a mãe e a professora, apresenta facilidade de aprendizagem, inteligência acima da média e comportamentos específicos e restritos, suscitando hipótese de AH/SD e TEA. Dessa forma, foi elaborado e aplicado um plano de investigação ao longo de cinco meses a fim de realizar-se a avaliação psicológica de S., identificar e descrever aspectos cognitivos, sociais e comportamentais diante de uma suspeita de dupla excepcionalidade.

Para investigar a condição da dupla excepcionalidade foi realizada, além da pesquisa teórica, uma análise clínica envolvendo: anamnese com a mãe; atividades lúdicas com a criança; entrevista semiestruturada com a mãe, a professora e o próprio sujeito; e aplicação de instrumentos psicológicos com o sujeito: Escala Wechsler de Inteligência para Crianças, 4ª Edição (WISC-IV); Teste Não Verbal de



Inteligência (R2); Inventário de Habilidades Sociais, Problemas de Comportamento e Competência Acadêmica para Crianças (SSRS); Teste Casa-Árvore-Pessoa (H-T-P); Escala de Desenvolvimento Motor (EDM); e As Pirâmides Coloridas de Pfister.

Todos os instrumentos psicológicos foram interpretados conforme os manuais de cada teste e os resultados foram transcritos, integrados aos dados das entrevistas e interpretados clinicamente. Observando os fatores que envolvem a descrição do delineamento, sujeitos, instrumentos, procedimentos de coleta e análise dos dados relacionados à presente pesquisa, verifica-se que esta é caracterizada como uma pesquisa que envolve seres humanos, de maneira direta e indireta, para a sua execução. Dessa forma, faz-se necessário considerar todas as implicações éticas, fundamentadas, principalmente, na Resolução n. 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

7 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Considerando a investigação do diagnóstico de dupla excepcionalidade um processo amplamente ponderado, envolvendo um conjunto de procedimentos metodológicos, nota-se que o uso de instrumentos psicológicos, em conjunto com a observação sistemática, geram uma compreensão integral do sujeito e uma comprovação mais precisa e científica, contribuindo tanto para a constatação quanto para o descarte do diagnóstico. Assim, por meio dessa análise, buscou-se examinar os dados obtidos durante a avaliação psicológica, relacionando os resultados dos testes psicológicos com as entrevistas e com a observação clínica.

Com relação ao funcionamento cognitivo do sujeito, aqui nomeado como S., foi possível identificar, mediante os resultados do teste WISC-IV, os seguintes resultados: Quociente de Inteligência (QI) Total = 121, indicando classificação Superior, apontando que a habilidade cognitiva geral da criança supera aproximadamente 87% das crianças da sua idade. Os demais índices estão descritos na Tabela 1:



Tabela 1 – Resultados WISC-IV

Índices	QI	Classificação
Compreensão Verbal	112	Média superior
Organização Perceptual	124	Superior
Memória Operacional	115	Média superior
Velocidade de Processamento	103	Média
QI Total	121	Superior

Fonte: os autores.

No Índice de Compreensão Verbal S. está acima de 70% das crianças da mesma faixa etária da população geral, indicando classificação Média superior para a sua faixa etária. No Índice de Organização Perceptual, está acima de 95% das crianças da mesma faixa etária da população geral, com classificação Superior. No Índice de Memória Operacional, S. está acima de 84% das crianças da mesma faixa etária da população geral, indicando classificação Média superior para a sua faixa etária; e no Índice de Velocidade de Processamento S. está acima de 58% das crianças da mesma faixa etária da população geral, com classificação Média para sua faixa etária.

No instrumento R2, teste de inteligência não verbal utilizado para avaliar a capacidade de desenvolver constructos de nível superior, S. obteve uma pontuação total que corresponde a um percentil 99, ou seja, está acima de aproximadamente 99% das crianças com a mesma idade, equivalente a uma classificação Muito superior.

Por meio desses dois instrumentos é possível identificar sinais cognitivos que indicam inteligência acima da média, uma das características principais da Teoria de Renzulli que sustenta a definição de AH/SD, sendo elas: habilidade acima da média, criatividade e comprometimento com a tarefa.

Ainda, segundo relatos da mãe, S. lida muito bem com situações práticas da vida diária, sendo que a única dificuldade é a demora na realização das atividades. A mãe relatou ter a impressão de que S. **não possui noção bem definida de horário e tempo**. No que diz respeito à rotina de estudos, mencionou que o menino não tem uma rotina porque não o cobra, mas determina os horários em que ele precisa estudar. Comentou que, muitas vezes S. não estuda, mas mesmo assim tem bons resultados nas avaliações escolares. Quanto à dedicação de S. nas atividades,



relatou que se for algo que não o interessa, o menino não se anima e resiste em realizar, porém, se o tema for de seu interesse, ele deposita muita dedicação. Com relação à criatividade, comentou que S. faz letras de músicas, inclui melodias e produz redações muito bem-escritas. Identificam-se, por meio do discurso da mãe, critérios essenciais da Teoria de Renzulli para o diagnóstico de AH/SD: criatividade e comprometimento com a tarefa (RENZULLI, 2014).

Na entrevista com a professora, ao questioná-la sobre o comportamento e o desempenho de S. em sala de aula, relatou que há dias em que o menino é tranquilo, e, quando quer, realiza as atividades rapidamente, porém, há dias em que ele se irrita com muita facilidade e não quer realizar nenhuma das atividades propostas. A professora expôs que nas atividades individuais e em grupo S. somente participa mediante intervenção.

Comentou que S. gosta muito de ler, sua escrita é excelente e possui muitas habilidades em todas as disciplinas, no entanto, o menino por vezes tem dificuldades e, segundo a professora, S. acredita que sabe tudo, às vezes não estuda e acha que pode fazer as regras e reinventar os conceitos. A professora relatou, ainda, que S. apresenta resistência em seguir regras. Mencionou que se percebe que S. possui possível inteligência acima da média, apresentando discurso formal e em profundidade nas temáticas de interesse e vocabulário rico. Dessa forma, identificam-se tanto indicadores de AH/SD em razão do seu desempenho reconhecidamente acima da média, quanto de Espectro Autista, sendo que sujeitos com Síndrome de Asperger podem apresentar sintomas relacionados à linguagem rebuscada, formal e vocabulário elaborado/rebuscado.

Na entrevista com o próprio sujeito, no que diz respeito aos estudos, relatou que às vezes gosta e às vezes não gosta de estudar. Comentou que gosta muito de Artes, Matemática e Ciências, mas não gosta de História, Geografia e Educação Física. Relatou que, às vezes, pergunta à mãe sobre alguns temas avançados que ainda não está aprendendo em sala de aula, como, por exemplo, Matemática avançada.

Quanto a ir para a escola e ao convívio escolar, S. comentou que gosta de ir à escola por alguns motivos, mas por outros não; relatou que gosta de estudar, aprender, ler e ver os amigos, e os motivos pelos quais não gosta é a professora e



os problemas que ocorrem durante a aula com os colegas, os quais lhe provocam, deduram ou dizem que S. não consegue fazer algo. Menciona que o que mais gosta de fazer na escola é ir à biblioteca ler.

Com relação à interação social e comunicação foi possível verificar, mediante o SSRS, o mapeamento do repertório de habilidades sociais e de indicadores de problemas de comportamento. A partir dos resultados apresentados pela aplicação do formulário para a criança, S. obteve Escore Geral 18 na escala de Habilidades Sociais, o que indica um repertório abaixo da média inferior nessa habilidade. Nos fatores 1: empatia e afetividade, 2: responsabilidade e 3: autocontrole/civilidade S. obteve classificação abaixo da média inferior, indicando ausência de comportamentos que demonstrem interesse pelos sentimentos e pontos de vistas dos outros, ausência de expressão de sentimentos positivos, ausência de comportamentos que indiquem compromisso com tarefas e regras preestabelecidas e ausência de comportamentos que atendem a normas mínimas de convívio social. Já no fator 4, relacionado à assertividade, a classificação de S. foi identificada dentro da média, sugerindo que S. possui um equilíbrio nos comportamentos que envolvem algum risco de reação indesejável do outro.

Já os resultados apresentados pela aplicação do formulário para pais do SSRS, S. obteve Escore Geral 36 na escala de Habilidades Sociais, indicando repertório altamente elaborado nos itens relacionados à responsabilidade, autocontrole, desenvoltura social e civilidade; no item relacionado à afetividade/cooperação, S. obteve um repertório dentro da média, apresentando habilidades sociais e recursos interpessoais altamente satisfatórios nesses itens.

Na escala de Problemas de Comportamento, a partir dos resultados apresentados pela aplicação do formulário para pais, S. obteve Escore Geral 22, o qual indica repertório acima da média superior para problemas de comportamento, envolvendo comportamentos indicativos de ansiedade, tristeza, solidão e baixa autoestima e comportamentos que envolvem movimentação excessiva, inquietação e reações impulsivas.

A mãe relatou que S. não possui muitos amigos, não demonstra empatia e parece ser desatento a relacionamentos; comentou que a maneira que o menino demonstra seus sentimentos é diferente, sutil. Relatou que identifica que S. se basta



sozinho, sozinho está feliz e não possui necessidade de estar com alguém. Contudo, mencionou que quando está com amigos, diverte-se e entra na brincadeira, mas fica irritado quando é contrariado, quando não consegue determinar/dominar a brincadeira ou ser o líder da situação.

No que diz respeito à autonomia envolvendo relações e/ou atividades sociais, a mãe comentou que S. sai de casa muito pouco, apenas para cumprir seus compromissos diários; prefere ficar em casa lendo ou jogando, mas, quando sai, é muito independente, vai aonde precisar ir, não tem vergonha de pedir informações e, em situações sociais, não tem dificuldade em interagir com outras pessoas, mesmo que não as conheça e inclusive se forem mais velhas.

Na entrevista com a professora, ao questioná-la sobre a interação de S. com os colegas, comentou que é bem complicada, é difícil conversar e manter uma sintonia nos momentos de realização de trabalhos em grupo, pois S. sempre sabe mais que o outro colega, então ele se sente superior e diz que é mais inteligente do que todos na turma, deixa isso muito claro e acaba afastando os colegas. Além disso, há provocações e brincadeiras desagradáveis que prejudicam a relação, fazendo com que S. permaneça a maior parte do tempo sozinho, apenas observando.

S., ao ser questionado sobre a sua interação social, comentou que prefere ficar em casa do que sair e, ao mencionar sobre lugares que têm bastante gente, S. respondeu que gosta, pois gosta de fazer amigos. Relatou que tem três amigos, estes estudam na mesma escola e tem outros que estão na outra cidade onde morava antes. Ao perguntá-lo sobre esportes, S. respondeu que não gosta muito, contou que fazia xadrez mas que ultimamente está odiando, pois precisa de estratégias demais para vencer. Algumas características de comportamentos identificadas em alunos com AH/SD, descritas na coleção *Saberes e Práticas da Inclusão*, desenvolvida pelo MEC, são representadas pelo aparecimento precoce das habilidades e pela resistência em lidar com dificuldades e contrariedades ao longo do seu desenvolvimento, característica apresentada por S. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2006).

No HTP, S. apresentou indicativos de bom contato com a realidade imediata e fácil percepção dos elementos presentes nos diversos ambientes em que se apresenta inserido. A análise desse instrumento se volta com maior ênfase aos



ambientes interpessoais íntimos e sociais, onde há indicativos estáveis; sugere-se que ambientes classificados como íntimos se apresentem como maiores reprodutores de satisfação, podendo apresentar maior necessidade de gratificação imediata. No que se refere à gratificação, indica-se que, de modo geral, a criança tende a fazer uso da racionalização/intelectualização para obtenção ou permanência no plano das ideias, no intuito de garantir gratificação de seus desejos mais imediatistas.

Quanto aos relacionamentos sociais/psicossociais é provável que adote uma postura mais voltada ao concreto/real, em que, diante de provável dificuldade na obtenção de seus desejos, pode então apresentar sentimentos mais ansiosos. A interação social ou com ambientes não íntimos o forçaria à interação com uma menor possibilidade de estruturação do ambiente/relações presentes; a criança tende a investir grande quantidade de energia espontaneamente ou por necessidade, entretanto, sugere-se que a tem feito com o objetivo de tornar conhecidos/estruturados os ambientes/relações estabelecidos.

S., com base nos critérios diagnósticos do Transtorno do Espectro Autista (TEA) do DSM-5 (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014), com relação à interação e comunicação social, não manifestou déficits persistentes e significativos, apresentando variação de comportamento social conforme o contexto e a situação em que está inserido, sendo capaz de estabelecer uma conversa normal e compartilhar interesses e emoções por meio da estruturação do ambiente; além disso, identificou-se a presença de comportamentos comunicativos não verbais mediante facilidades na linguagem corporal, gestos e expressões faciais.

Ainda, no critério diagnóstico A do TEA (DSM-5) (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014) que diz respeito à dificuldade em desenvolver, manter e compreender relacionamentos, variando em ajustar o comportamento para se adequar a contextos sociais diversos na dificuldade em compartilhar brincadeiras imaginativas ou em fazer amigos, identificou-se que S. apresenta dificuldade e/ou ausência de interesse em fazer amigos, sugerindo, conforme se revelou no HTP, uma excelente elaboração mas uma menor espontaneidade na elaboração do comportamento que também tende a se apresentar na externalização dos afetos. Assim, é provável que as menores facilidades ocorram em situações em que é necessária uma resposta simples, imediata ou espontânea. Constatou-se prejuízo



na interação social relacionada a amizades com crianças com idade correspondente à de S., no entanto, em relação a adultos, não demonstrou dificuldade.

O DSM-5 (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014) expõe critérios diagnósticos de TEA relativos a movimentos motores, uso de objetos ou fala estereotipada, insistência nas mesmas coisas, adesão inflexível a rotinas ou padrões ritualizados de comportamento verbal ou não verbal, interesses fixos e restritos anormais em intensidade ou foco e hiper ou hiporreatividade a estímulos sensoriais ou interesse incomum por aspectos sensoriais do ambiente.

O instrumento EDM, que avalia o desenvolvimento motor da criança, proporcionou uma avaliação de S. envolvendo sua motricidade fina e global, equilíbrio, esquema corporal, organização espacial/temporal e lateralidade. Aqui, a criança obteve a classificação Normal Alto, encontrando-se dentro da média para seu grupo etário, apresentando facilidade na execução dos movimentos solicitados e na compreensão das tarefas, desconsiderando, assim, um dos critérios diagnóstico de TEA presente no DSM-5 (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014) que diz respeito à estereotipia motora simples.

Ainda, em entrevista com a mãe, com relação a comportamentos restritos/estereotipados, comenta que S. não possui algo significativo, apenas algumas manias, como ficar mexendo o banco enquanto está sentado. A mãe relatou que, quando S. tinha cinco anos, mordida a língua, mas com o tempo parou. A mãe ainda relatou sobre a rotina, comentou que S. possui um porta-retratos no quarto contendo uma lista do que precisa fazer no dia e, se acaso o dia divergir muito disso, ele fica confuso e/ou esquece o que precisa fazer; no entanto, comentou que não nota tanta dificuldade e resistência quando há mudanças na rotina, mencionou que S. questiona muito, mas ela não percebe angústia ou estresse quanto a isso. Diante disso, por meio do relato da mãe, identifica-se que a criança não demonstra um sofrimento extremo com relação a mudanças na rotina.

No entanto, segundo a professora, na sala de aula, foi organizada uma lista na parede com os dias e as iniciais das matérias para S. se organizar; mencionou, ainda, que todos os dias procura realizar as mesmas atividades pois, caso contrário, S. sai da sintonia da sala, fica perdido e o dia dele já fica desorganizado e necessita de intervenção. A professora também relatou exemplos de comportamento restrito,



normalmente quando S. fica irritado ou angustiado. No que diz respeito ao barulho dentro da sala de aula, relatou que, quando tem, dificulta ainda mais, S. fica angustiado, ansioso e não consegue se concentrar. Características condizentes ao critério B do diagnóstico de TEA do DSM-5 (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014).

Na entrevista com S. foi observado que, ao longo do diálogo, o menino mexia-se com a cadeira e procurava algo para segurar; com seu vocabulário expressivo e rico, iniciou a conversa relatando que o que mais gosta de fazer é jogar videogame e também andar de bicicleta; ao perguntar se tem algo que ele evite fazer, S. demorou para responder e comentou sobre a professora, dizendo que não gosta tanto da professora pois ela é chata, porque o culpa por coisas que ele não tem culpa e também porque não o deixa ler gibi e lhe pede para fazer as atividades.

Quanto a críticas, ao perguntá-lo qual é o sentimento quando alguém lhe critica, S. respondeu raiva, relatou que, se alguém fizer algo com ele, ele irá agredir. Ao questioná-lo se acha isso correto, S. disse que não, mas que fica com vontade de agredir, porque não gosta de perder. A mãe relatou que, com relação às críticas, S. sempre quer rebatê-las e, até não convencê-lo de que está errado, ele questiona e não aceita. Já elogios, S. adora, e até os cobra da mãe caso não receba.

Foi possível identificar, mediante o teste Pfister, a dinâmica emocional da criança quanto à maneira como é estimulada em situações e como as expressa. S. apresentou indicativos de que tende a realizar atividades com ordem consideravelmente constante, mas permite-se alguma variação, denotando flexibilidade. Também foram percebidos aspectos de um comportamento organizado, metucioso ou mesmo rígido, planejando antecipadamente seu trabalho.

No que se refere a aspectos relacionados à excitabilidade e à intensidade das reações, identificou-se uma dificuldade de elaboração, porém, sugere-se também um melhor controle afetivo dos impulsos, podendo sugerir habilidade, bem como capacidade para adiar gratificações de suas necessidades. Entretanto, tende ainda a apresentar excitabilidade e reações temperamentais de caráter infantil/regressivo e menor habilidade na expressão positiva dos afetos.

Com relação à adaptação e interação, S. apresentou um esforço para manter o equilíbrio e aparentar pseudonormalidade, apresentando-se inicialmente com menor abertura aos estímulos e com o racional regendo os aspectos iniciais



diante de estímulos novos ou inserções a novos ambientes, passando a fazer uso de modo progressivo de aspectos emocionais sobre a racionalização, em que tende a assumir uma postura com maior abertura aos estímulos do meio, uma vez que tenderia a ampliar o campo de interesse.

A limitação inicial diante de diversos estímulos pode ser em decorrência de não ser tão afetado pelos diversos estímulos do meio, podendo, assim, fazer uma seleção/aproveitamento de experiências anteriores, visto que, com o passar do tempo ou depois de estruturar o ambiente para se sentir mais seguro, possa aproveitar com maior liberdade a interação com o ambiente em que se apresente inserido. Sugere-se que essa limitação seja intencional/racional e que com o tempo se expanda voluntariamente, podendo, assim, ter melhores habilidades para responder às solicitações afetiva/emocional/social.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível concluir que a criança apresentou um funcionamento cognitivo acima da média, uma das principais características semelhantes de AH/SD e TEA. Com relação à interação social e à comunicação, não foi possível identificar dificuldades consideráveis, sendo que a criança não manifestou perturbação significativa quanto à sociabilidade, característica própria de sujeitos com AH/SD.

No que se refere à manifestação de comportamentos adaptativos, S. apresentou uma capacidade de controle racional sobre os afetos que pode ser associada à sua adaptação, indicando capacidade de elaborar aspectos mais impulsivos com a emotividade regulada e controlada. Tais características podem colaborar para um número mais restrito de interação social, entretanto, aponta-se que há disponibilidade para contatos e relacionamentos afetivos e sociais, indicando disposição para relacionamentos interpessoais. No que diz respeito a comportamentos restritos e estereotipados, a criança não apresentou indicativos significativos.

Mediante o resultado do processo realizado para a investigação das manifestações características da dupla excepcionalidade em S., conclui-se que houve indicativos das duas condições, porém, não suficientes para o seu diagnóstico. Com base no DSM-5 (2 AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014), não houve



critérios suficientes para a determinação do diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista de Alto Funcionamento, visto que S. está em processo de desenvolvimento e suas particularidades envolvendo déficits nos comportamentos sociais, emocionais e práticos podem ser consideradas traços de sua personalidade, possibilitando a elaboração de intervenções à estimulação e à organização dessas dificuldades para, posteriormente, realizar uma reavaliação para examinar a persistência dessas características, sem descartar a possibilidade do diagnóstico.

Contudo, S. apresentou um potencial acima da média nos testes WISC-IV e R2, como também criatividade e maior probabilidade de envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse por meio dos testes HTP e Pfister. Além disso, identificaram-se complexidades psicossociais mediante os relatos da mãe, da professora e da própria criança, assim como no teste SSRS, inferindo que, no momento, os critérios para a classificação de AH/SD foram apresentados, havendo chances de a criança manifestar, além de seus potenciais, comportamentos relacionados à vulnerabilidade, desinteresse escolar e disfunções de conduta baseados em indisciplina, descumprimento e incompreensão de regras, características que podem ser confundidas no processo de análise da dupla excepcionalidade (HAKIM, 2016).

A elaboração do processo avaliativo, composto pelos testes psicológicos, as entrevistas e a observação sistemática do sujeito possibilitaram uma coleta de dados capaz de confirmar ou descartar, com segurança, o diagnóstico da dupla excepcionalidade. Ao longo do estudo do período da infância, desenvolvimento, dupla excepcionalidade e suas manifestações, surgem interrogações e suspeitas que interpelam o psicodiagnóstico, buscando-se contestar se as dificuldades apresentadas pelo sujeito são de origem externa, ambiental ou surgem como produto de um transtorno do neurodesenvolvimento. Assim, a partir da análise da etiologia dessas dificuldades, o diagnóstico torna-se, conseqüentemente, confiável e fidedigno.

A escassez de estudos empíricos sobre esse tema dificulta o reconhecimento da possibilidade dessa coexistência. Contudo, por meio dos dados obtidos e das interpretações sucedidas, este estudo comprovou que a investigação, análise e identificação do diagnóstico de dupla excepcionalidade é um processo que demanda extrema solicitude, responsabilidade e conhecimento do profissional



psicólogo, uma vez que as duas condições apontam para estímulos significativos aos desenvolvimentos cognitivo, psicossocial e comportamental do sujeito, sinalizando a necessidade de intervenções interdisciplinares específicas que facilitem sua relação com o mundo.

REFERÊNCIAS

ALVES, R. J. R.; NAKANO, T. C. A dupla-excepcionalidade: relações entre altas habilidades/superdotação com a síndrome de Asperger, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade e transtornos de aprendizagem. **Revista Psicopedagogia**, v. 32, n. 99, p. 346-360, 2015.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM-5. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BEE, H. **A criança em desenvolvimento**. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata. 9. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2012.

BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, DF: MEC: Secretaria de Educação Especial, 2008.

BRASIL. Resolução n. 510, de 7 de abril de 2016. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 98, seção 1, p. 44-46, 2016.

BRITO, V. M. O aluno autista e o processo de aprendizagem. *Pedagogia ao pé da letra*, 2013. Disponível em: <https://pedagogiaaopedaletra.com/o-aluno-autista-e-o-processo-de-aprendizagem>. Acesso em: 20 fev. 2019.

BRONFENBRENNER, U. **Bioecologia do desenvolvimento humano. Tornando os seres humanos mais humanos**. Rio Grande do Sul: Artmed, 2012.

CUPERTINO, C. M. B. **Um olhar para as altas habilidades: construindo caminhos**. São Paulo: CENP: CAPE, 2008.



DUMAS, J. E. **Psicopatologia da infância e da Adolescência**. 3. ed. Maringá: Artmed, 2011.

GARDNER, H. **Inteligências múltiplas, a teoria na prática**. Porto Alegre: Artmed, 1995.

GUIMARÃES, T. G.; ALENCAR, E. M. L. S. Dupla excepcionalidade, superdotação e transtorno de Asperger: contribuições teóricas. **Revista Amazônica**, v. X, n. 3, p. 95-108, jul./dez. 2012.

HAKIM, C. Superdotação e dupla excepcionalidade – contribuições da neurociência, psicologia, pedagogia e direito aplicado ao tema. Curitiba: Editora Juruá, 2016. Disponível em: <https://www.juruua.com.br/bv/conteudo.asp?id=24586&pag=2>. Acesso em: 20 fev. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Saberes e práticas da inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com Altas Habilidades/Superdotação**. 2. ed. Brasília, DF: MEC, 2006.

NEIHART, M. Gifted children with Asperger's Syndrome. **Gifted Child Quarterly**, v. 44, n. 4, p. 222-230, 2000.

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento humano**. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

PIAGET, J. **A construção do real na criança**. 2. ed. Tradução: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília, DF: INL, 1975.

PIAGET, J. **O nascimento da inteligência na criança**. 4. ed. Tradução: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: LTC, 1980.

RENZULLI, J. Modelo de enriquecimento para toda a escola: um plano abrangente para o desenvolvimento de talentos e superdotação. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 27, n. 50, p. 539-562, 2014.

REZENDE, D. V.; FLEITH, D. S.; ALENCAR, E. M. L. S. Desafios no diagnóstico de dupla excepcionalidade: um estudo de caso. **Revista de Psicologia**, Brasília, DF, v. 34, n. 1, p. 61-84, 2016.



TEIXEIRA, P. Síndrome de Asperger. **Psicologia.com.pt: o portal dos psicólogos**, Portugal, p. 1-11, 2005.

VIEIRA, N. J. W.; SIMON, K. W. Diferenças e semelhanças na dupla necessidade educacional especial: altas habilidades/superdotação x Síndrome de Asperger. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 25, n. 43, p. 319-332, 2012.

VIRGOLIM, A. M. R. A contribuição dos instrumentos de investigação de Joseph Renzulli para a identificação de estudantes com Altas Habilidades/ Superdotação. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 27, n. 50, p. 581-610, 2014.



TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE E DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM: UMA PRÁTICA DE INTERVENÇÃO

Rosa Maria de Moura Benelli¹
Francine Cristine Garghetti²
Morgana Orso Santos³

RESUMO

O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) abrange a tríade de comportamentos: desatenção, hiperatividade e impulsividade, trazendo prejuízos acadêmicos, familiares e sociais. O diagnóstico é em grande parte clínico, envolvendo a busca de informações escolares, familiares e sociais. Pesquisadores corroboram em seus estudos que o TDAH configura influência genética, ambiental e social. O artigo apresenta uma intervenção realizada com crianças com suspeita e diagnóstico de TDAH e dificuldades de aprendizagem associadas, encaminhadas para uma instituição que atende a crianças com dificuldades escolares. Tal intervenção inicialmente analisou os casos, organizou conforme a faixa etária e desenvolveu uma proposta de intervenção lúdica, envolvendo família, escola e criança. No decorrer da intervenção algumas sessões sofreram alterações, demonstrando a eficácia da proposta a partir do movimento provocado nas famílias e nas crianças. A ciência psicológica, a Teoria Cognitivo-comportamental e a Teoria Bioecológica do desenvolvimento humano fundamentaram pressupostos importantes na intervenção, como a estruturação ambiental e a psicoeducação, também contemplaram o ambiente familiar e a escola, provocando uma dinâmica positiva no comportamento, na aprendizagem e nas cognições, indicando no seu término os encaminhamentos vistos como mais adequados a cada criança.

Palavras-chave: TDAH. Dificuldades de aprendizagem. Psicologia. Intervenção.

¹ Graduada no Curso de Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; rosabenelli123@gmail.com

² Mestra em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina; Professora no Curso de Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; Psicóloga; francine.garghetti@unoesc.edu.br

³ Mestranda em Psicologia na Faculdade Meridional; Professora no Curso de Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; Psicóloga; morgana.santos@unoesc.edu.br



1 INTRODUÇÃO

O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) é um dos transtornos mais estudados na atualidade, pois segundo Barkley (2008), considera-se um dos principais motivos de encaminhamento de crianças em idade escolar ao sistema de saúde, além de que o comportamento hiperativo e desatento de crianças tem sido um grande desafio para os professores, sociedade e família.

O Programa de Progressão Continuada, proposto pela Secretaria da Educação, propõe que a aprendizagem é continuada, então, as crianças não devem reprovar, mas receber apoio extra nas disciplinas em que estão tendo dificuldades (MAZER, DAL BELLO, BAZON, 2009). Nessa perspectiva, torna-se fundamental incluir os pais como parte do processo desta aprendizagem, pois escola e família configuram ambientes importantes de desenvolvimento da criança.

O TDAH é caracterizado como um transtorno do neurodesenvolvimento, por ir se apresentando desde a infância, provocando prejuízos no funcionamento e desenvolvimento da criança; os sinais e sintomas podem ser reunidos em três dimensões do comportamento, envolvendo o déficit de atenção, o excesso de atividade motora (hiperatividade) e a impulsividade, conforme o DSM-5 (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014), classificado em três tipos: TDAH com hiperatividade, configurando o predominantemente hiperativo; TDAH com déficit de atenção, classificado como predominantemente desatento; e TDAH combinado, o qual reúne a tríade falta de atenção, hiperatividade e impulsividade.

Conforme Hutz *et al.* (2016), o TDAH não está sozinho, traz consigo comorbidades, sendo que na infância as comorbidades que mais se apresentam são: Transtorno Opositor Desafiante (TOD) em aproximadamente 60% dos casos; Transtorno de Conduta (TC) em 15% dos casos; Transtorno do humor em 25% dos casos; Transtorno de ansiedade em 30% dos casos; e Transtorno de aprendizagem em 25% dos casos.

Quanto à epidemiologia, quando as pesquisas utilizam os critérios do DSM-IVTR, encontram-se taxas de 3-6% de prevalência em crianças em idade escolar. No entanto, Barkley (2008) traz em suas pesquisas uma prevalência na população americana de 3-7%. Segundo Rohde e Halpern (2004), estudos epidemiológicos



nacionais e internacionais realizados em crianças em idade escolar trazem uma prevalência do TDAH em cerca de 3 a 6%.

A pesquisa propõe uma prática de intervenção da Psicologia, iniciando pela identificação e passando pelo planejamento e execução de uma intervenção multimodal, envolvendo a família, a escola e a terapia com a criança.

Nesse contexto, apresenta-se uma intervenção realizada com crianças com suspeita e diagnóstico de TDAH, encaminhadas para uma instituição que atende a crianças com dificuldades escolares. Tal intervenção inicialmente analisou os casos, organizou conforme a faixa etária e desenvolveu uma proposta de intervenção lúdica baseada na Teoria Cognitivo- comportamental multimodal, envolvendo família, escola e criança. Ao final da intervenção foi realizada a avaliação e análise dos resultados. Tal estudo pretende oferecer compreensão referente à atuação e contribuição da Psicologia em intervenções voltadas ao TDAH.

2 TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE (TDAH) E DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM ASSOCIADAS

Conforme o Manual Diagnóstico de Transtornos Mentais (DSM-5), a sigla TDAH é utilizada para o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, sendo classificada como um transtorno do neurodesenvolvimento, pelo fato de ir se apresentando desde a infância por no mínimo seis meses, prejudicando nas suas tarefas do dia a dia, comprometendo seu funcionamento e suas relações sociais (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014).

De acordo com diversos estudos, não existe uma única explicação, uma causa específica para o TDAH. Barkley (2008) contribui com amplos estudos sobre os fatores genéticos, Rohde e Mattos (2003), Ciasca, Rodrigues e Salgado (2010), trazem o conjunto de influências, genéticas, ambientais e psicossociais. Até o momento não existem testes psicológicos ou de imagem que possam por si só detectar o transtorno, assim, o diagnóstico é em grande parte clínico, baseado nos critérios operacionais definidos de acordo com o DSM-5 (HUTZ *et al.*, KR2016).

Com base no Manual Diagnóstico de Transtornos Mentais (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014), o diagnóstico do TDAH é feito quando estiverem



presentes seis ou mais sintomas de desatenção e/ou hiperatividade-impulsividade por seis meses ou mais. No Déficit de Atenção observa-se que a criança não se atém a detalhes, erra constantemente, o pai chama e essa criança não atende; não finaliza tarefas; perde o foco; perde e esquece coisas constantemente; é desorganizada, distrai-se com facilidade; esquiva-se em tarefas que exigem esforço cognitivo. Na hiperatividade/impulsividade verifica-se que a criança é agitada, corre em lugares que não deve, é incapaz de brincar calmamente; fala demais; mete-se em conversas dos outros; não sabe esperar sua vez; responde antes de a pergunta ter sido terminada. Esses sintomas geralmente estão presentes antes dos 12 anos e aparecem em dois ou mais ambientes; o diagnóstico existe quando esses comportamentos estão provocando prejuízos no funcionamento da criança, no ambiente escolar, familiar e social.

As dificuldades relacionadas à aprendizagem têm sido um grande desafio e as tentativas de se definir se é um distúrbio de aprendizagem ou uma dificuldade de aprendizagem são inúmeras, haja vista os diferentes olhares das diferentes áreas como Psicologia, Pedagogia, Neurologia, Assistência Social, entre outras (LIMA; PESSOA, 2007).

Segundo o DSM-5 (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014), os distúrbios de aprendizagem, classificados como perturbações do neurodesenvolvimento, foram reunidos em uma única categoria, “Perturbação da Aprendizagem Específica”, com três especificações: déficit na leitura (Dislexia – F81.0), déficit na escrita (F81.81), déficit na matemática (Discalculia – F81.2). Para Lima e Pessoa (2007), alguns autores defendem as dificuldades de aprendizagem pelo fator orgânico, outros defendem a causa por inúmeros problemas psicossociais, entretanto, a maioria concorda que nem todas as crianças que possuem dificuldades para aprender possuem lesão orgânica, ou seja, possuem um distúrbio, todavia, com frequência, apresentam problemas emocionais e comportamentais.

3 PSICOLOGIA: AVALIAÇÃO E INTERVENÇÃO NO TDAH

No TDAH não há testes de imagem para o diagnóstico, assim, um conjunto de profissionais se faz importante tanto para a avaliação quanto para a intervenção. O psicólogo vai estudar o comportamento, o emocional e o ambiente;



o psicopedagogo vai revisar a questão acadêmica; o médico, diante da confirmação das questões neurológicas, fará a prescrição do medicamento. Segundo Stallard (2009), nos seus estudos com crianças com TDAH e com dificuldades interpessoais, identificou alguns comportamentos muito expressivos, como inabilidade de planejamento e resolução de problemas, agressividade, capacidade limitada de resolver problemas com menos soluções verbais, fobia, déficit nas habilidades sociais e percepções sociais negativas de si.

Dentro dessas dificuldades, a Terapia Cognitivo-comportamental (TCC) atua no comportamento inibitório, fazendo com que a criança trabalhe o pensar antes de agir, avaliando possibilidades de comportamentos, seguindo passos de instrução, identificando o problema, gerando alternativas, analisando consequências, avaliando os resultados. Atua com a reestruturação cognitiva, o treino de competências, tornando-se efetiva no desenvolvimento do comportamento assertivo e da autoeficácia (FIGUEIREDO, 2011). A TCC foi criada nos Estados Unidos na década de 1960, recebeu uma fundamentação empírica por meio dos pressupostos de seu fundador Aaron Beck, compreende uma terapia estruturada, orientada para o presente, modificando pensamentos e comportamentos disfuncionais (STALLARD, 2009).

Assim, utilizando as estratégias baseadas na Terapia Cognitivo-comportamental (TCC), criou-se para essa intervenção um material lúdico, para ser trabalhado com as crianças nas sessões propostas na intervenção, que conforme Rohde e Mattos (2003), seguiu os seguintes passos: a autoinstrução, que é uma estratégia na qual a criança conversa consigo mesma, por orientação inicial de um adulto; a resolução de problemas, em que se busca trabalhar sobre o comportamento inibitório, incentivando a criança a pensar antes de agir, reconhecer o problema, gerar alternativas possíveis, examinar as consequências, escolher uma alternativa e avaliar os resultados; o automonitoramento, utilizando os combinados com a criança, com a técnica de reforço positivo, utilizando a lista de recompensas, este podendo ser utilizado pelos pais e premiações por meio de fichas, utilizada pelo terapeuta; o planejamento e o cronograma com o desenvolvimento de um calendário; o sistema de fichas para recompensas como ativante do comportamento reforçador positivo; o custo de resposta, deixando a criança ciente das consequências diante de um comportamento não assertivo. Foram incluídas também tarefas de casa, já



estabelecidas no contrato e reforçadas com recompensa, como o certificado no encerramento da terapia, conforme atuação.

Nesta pesquisa a intervenção foi desenvolvida com a criança e seus principais contextos: a família e a escola. Tal proposta contemplou o olhar proposto pela teoria Bioecológica do Desenvolvimento de Bronfenbrenner (2011), que tem como princípio o homem e sua interação com o ambiente, no qual ele irá se adaptando e se desenvolvendo por meio do tempo. Trata do homem interagindo com o meio e sendo estimulado por ele. Nesse contexto, a psicologia é uma ciência que tem muito a contribuir, principalmente no ambiente de aprendizagem.

O ambiente escolar passa por grandes desafios, levando em consideração as dificuldades de aprendizagem estarem muito presentes nas salas de aula, configurando um desafio no contexto atual educacional. O comportamento está diretamente relacionado à comunicação da criança, ocorrendo de diversas formas, tanto no aspecto oral quanto no corporal, sendo que o desenvolvimento de habilidades comunicativas e comportamentais são elementos organizadores da subjetividade, ajudando a criança a se organizar no tempo e espaço e conferir sentido ao seu mundo (ROHDE; MATTOS, 2003). Assim, a Psicologia pode fazer a diferença no ambiente escolar, uma vez que esta ciência busca a compreensão do comportamento, das emoções e do ambiente em que a criança está inserida.

4 MÉTODO

A pesquisa teve delineamento qualitativo e quantitativo, exploratório, de campo e ação participante, de um estudo de caso que conforme Yin (2015), é uma das várias maneiras de realizar pesquisas na área social, em que o pesquisador tem pouco ou nenhum controle sobre os eventos, tendo como foco um fenômeno contemporâneo, dentro de um contexto real e relevante. Trata-se de uma pesquisa de intervenção, abrangendo cinco casos selecionados a partir de uma instituição pública de atendimento a crianças com dificuldades e transtornos de aprendizagem entre 4 e 17 anos. Para este estudo, foram reunidas cinco crianças (C, J, R, T, V), conforme o Quadro 1:



Quadro 1 – Perfil das crianças

Criança	Descrição
C	Nove anos, entrada no serviço em 12/04/2017, estuda no terceiro ano, sabe ler, mas faz poucos registros, copia pouca coisa do quadro, muita falta de atenção e concentração, possui diagnóstico de TDAH Cid F.90.0 e Transtorno da Linguagem Cid. F.81.
J	Nove anos, entrada no serviço em 05/10/2017, estuda no terceiro ano, copia do quadro, mas ainda não adquiriu a leitura, dificuldades de atenção e concentração, possui diagnóstico de TDAH Cid F.90.0.
R	Oito anos, entrada no serviço em 06/11/2017, estuda no terceiro ano, copia pouca coisa do quadro, tem dificuldades de atenção e concentração, possui ansiedade, possui diagnóstico de TDAH Cid F.90.0 e Transtorno da Linguagem Cid F.81.
T	Sete anos, entrada no serviço em 23/08/2017, estuda no primeiro ano, precisa de monitoramento constante, muito agitado, inquieto, fala o tempo todo. Apesar da agitação, acompanha a turma. Sem Cid até o momento, apresenta suspeita de TDAH.
V	Nove anos, entrada no serviço em 08/02/2018, estuda no terceiro ano, reprovou no ano passado, agitado, disperso, copia pouca coisa do quadro, letra ilegível, pouca compressão na leitura e na escrita. Tem diagnóstico de Transtorno da Linguagem Cid F.81 e suspeita de TDAH.

Fonte: os autores.

Inicialmente os casos foram analisados e organizados conforme a faixa etária, e, na sequência, foi desenvolvida uma proposta de intervenção lúdica multimodal baseada na Teoria Cognitivo-comportamental, envolvendo família, escola e criança. Ao final da intervenção foi realizada a avaliação e a análise dos resultados por meio da análise de conteúdo, conforme Bardin (2011).

As informações trazidas pelos pais e professores de cada criança nas entrevistas foram cruzadas com as informações das observações dos comportamentos e engajamentos apresentados pelas crianças nas sessões e interações realizadas com elas. Como instrumentos de pesquisa foram utilizados: o Inventário de Habilidades Sociais, Problemas de Comportamento e Competência Acadêmica para Crianças (SSRS), que busca avaliar a frequência com que o aluno apresenta certas habilidades sociais e a importância dessas habilidades em sala de aula; e a Bateria Psicológica para Avaliação da Atenção (BPA), que investiga as atenções concentrada, dividida, alternada e geral da criança.



Foram realizadas no total 11 sessões de intervenção com as crianças na instituição, com duração de 60 minutos cada. Também foi realizada uma sessão com as crianças e os pais na instituição, com duração de 60 minutos, uma sessão com as crianças ao ar livre, quatro sessões domiciliares envolvendo as crianças e os pais para cada criança, duas visitas à escola de cada criança envolvendo os professores de sala e de Atendimento Educacional Especializado e uma sessão de devolutiva com os pais na presença da coordenadora da instituição. Totalizando, foram 43 sessões. As sessões com as crianças foram registradas por meio de filmagens e diário de campo. As sessões com os pais e as visitas à escola foram registradas somente em diário de campo. Os resultados das testagens psicológicas foram registrados nos respectivos protocolos. Nesta pesquisa foram adotados todos os procedimentos éticos preconizados pela Resolução n. 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e pelo Código de Ética do profissional de Psicologia.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os dados obtidos por meio das entrevistas com os pais e professores, os dados das observações dos comportamentos apresentados pelas crianças nas sessões e interações realizadas com elas e os resultados dos instrumentos psicológicos aplicados foram divididos e organizados em cinco categorias, que descreveram e discutiram: as percepções relativas às crianças antes da realização da intervenção; os resultados das testagens psicológicas; os resultados das intervenções realizadas; as percepções relativas às crianças depois da realização da intervenção; e, por fim, a avaliação da intervenção realizada.

5.1 PERCEPÇÕES SOBRE A CRIANÇA E OS SINTOMAS NA PRÉ-INTERVENÇÃO

Segundo a Associação Brasileira do Déficit de Atenção (2017), pessoas com TDAH têm alterações na região frontal do cérebro, que é a região responsável pela inibição do comportamento, pela capacidade de prestar atenção, memória, autocontrole, organização; região responsável pelas funções executivas de base e



pelas aprendizagens feitas pela evocação de conhecimentos semânticos, aprendidos anteriormente. Assim, a criança não faz uma atividade não por não saber fazer, mas por não conseguir evocá-la, seja por agitação, seja por falta de atenção.

Conforme os dados coletados com os pais, eles percebem suas crianças agitadas, desatentas, precisando de seguidas orientações para desenvolver uma atividade, são desorganizadas, não possuem rotina de estudos, perdem constantemente materiais escolares como lápis, borracha e até mesmo casacos. Conforme relato da professora com relação ao aluno J, o que é ensinado hoje, amanhã a criança já não lembra mais, parece estar sempre longe, precisando de monitoramento constante para terminar a atividade. Outra professora se queixou da criança T por ser desafiante trabalhar com a criança em razão da sua agitação, sendo que é preciso ficar chamando sua atenção constantemente para que pare de falar e volte a focar na atividade. Segundo a professora do aluno R, “muitas vezes surge dúvidas de manejo com a criança.” (informação verbal). A professora do aluno T diz que “é cansativo e desafiante lidar com a criança com TDAH.” (informação verbal).

Segundo Rohde e Mattos (2003), os sintomas do TDAH possuem uma forte relação com as dificuldades de aprendizagem. As crianças geralmente apresentam problemas de leitura, inabilidade de comunicação e linguagem, deparando-se muito cedo com problemas nos relacionamentos interpessoais. Essas dificuldades foram muito presentes nas falas dos pais da pesquisa, que relataram que desde cedo os filhos apresentaram dificuldades na leitura e na escrita, e que constantemente chegam em casa com o caderno incompleto. Com relação aos relacionamentos sociais, uma mãe relatou que seu filho está sempre envolvido em conflitos, reclamando muito da professora, chora com facilidade, demonstrando momentos de agressividade quando é confrontado. Nas sessões, duas das crianças constantemente relataram conflitos na escola, na maioria dos casos sempre em contextos de vitimização. As professoras comentaram também que as crianças estão sempre atrasadas nas atividades, são desorganizadas, esquecem materiais básicos, estão sempre na defensiva, envolvendo-se em conflitos e queixando-se das outras crianças.

Segundo Barkley (2008), as crianças com TDAH têm déficits na memória e atraso na internalização da fala, comprometendo o autocontrole, o senso de tempo e previsão da capacidade de representação interna, diminuindo a capacidade do



livre arbítrio, da persistência, da motivação e da volição, por isso, a avaliação da linguagem no TDAH é essencial. Nesse contexto, a maioria dos pais da pesquisa queixaram-se que as crianças são preguiçosas, não fazem as coisas porque não querem, as crianças são resistentes, cooperam com as atividades em casa apenas quando é da sua vontade, tanto para iniciar quanto para terminar uma tarefa, sendo que os pais precisam insistir várias vezes. Segundo os professores, as crianças estão sempre atrasadas, não acompanham a turma, esquivam-se quando a tarefa exige mais tempo e maior empenho cognitivo e precisam de monitoramento constante para terminar a tarefa.

Nas sessões foram observadas dificuldades das crianças em declarar fatos do cotidiano, de forma clara e objetiva, sendo que muitas vezes precisavam repetir o acontecimento para que os outros alunos pudessem entender, sentindo constrangimento por ter que repetir, até mesmo apresentando gagueira. Também constantemente traziam assuntos fora do contexto, precisando ser chamadas para que voltassem ao foco sobre aquilo que estava sendo trabalhado no momento. Com relação ao autocontrole, duas das crianças seguidamente precisaram serem orientadas para que se organizassem na cadeira; nas reflexões respondiam às perguntas de forma precipitada, decorrendo constantes erros nas respostas por esse motivo.

Ainda segundo Rohde e Mattos (2003), muitas vezes as crianças são rejeitadas pelos colegas por serem inconvenientes, falarem demais, não sabem esperar sua vez, estão sempre com pressa, em casa os pais precisam chamar a atenção da criança várias vezes, ficando mais vulneráveis às dificuldades escolares, às repetências e suspensões, afetando gravemente o aspecto emocional. Segundo os pais, seus filhos são ansiosos, tímidos, sentimentais, tristes, chorosos quando algo não dá certo, com autoestima baixa, muitas vezes aparentam estar abalados. Os professores também relataram baixa autoestima dos alunos, aparentam estar sempre na defensiva. Nas sessões também foi possível observar a baixa autoestima, sendo que uma das crianças se declarava “burro”, sempre com a ideia de que não conseguiria fazer, também reclamava que não tinha amigos, que na escola as crianças não gostavam dele. Em outra criança se observou inquietude e timidez, falava pouco, mexia-se constantemente, contribuía nas sessões somente quando solicitado.



Os pais declararam sentimentos de impotência, insegurança. Todas as mães relataram remanejamentos em suas vidas profissionais para poder atender às necessidades da criança, entretanto, relataram não saber de que forma ajudar. Os professores relataram preocupação com a agitação e desatenção das crianças, com as dificuldades pedagógicas e, em alguns casos, com a falta de envolvimento da família. Segundo os professores, ter um aluno com TDAH é, muitas vezes, desafiador e cansativo, exige muita paciência. Entretanto, acreditam que se o aluno frequentar atendimentos com equipe multidisciplinar poderá evoluir, porém, a realidade e o número de alunos em sala de aula faz disso um desafio. Conforme os professores, muitas vezes aparecem dúvidas referentes à conduta, de como trabalhar com a criança com TDAH.

Segundo Piaget (apud KAUARK; SILVA, 2008), as aprendizagens ocorrem pelo processo de assimilação, acomodação e equilíbrio da mensagem, de um estado de menos equilíbrio para um estado de equilíbrio superior, tudo isso influenciado pelo meio. Kauark e Silva (2008) trazem as contribuições de Vygotsky que postulou que o conhecimento ocorre pelos níveis de desenvolvimento real e potencial, em que o real é o presente e o potencial é o que pode ser alcançado pelo meio. Apesar de Piaget trazer a necessidade de um tempo de maturação para as possíveis aprendizagens, tanto Vygotsky quanto Piaget defendiam que o meio influencia significativamente no processo da aprendizagem.

Entretanto, em algumas falas os professores, ao mesmo tempo que demonstraram preocupação com relação às dificuldades das crianças, mostraram-se positivos, fundamentando que a criança deverá aprender no seu tempo. Essa percepção é inquietante, pois neste estudo de caso identificou-se mais de um aluno no terceiro ano do ensino fundamental que ainda não se apropriou da leitura, além de suas outras dificuldades.

Assim, nesta pesquisa identificam-se: pais preocupados, angustiados e sem orientação, e professores também preocupados, entretanto, com necessidade de capacitação com relação a crianças com TDAH e dificuldades associadas. Também há a necessidade de assistência e acompanhamento psicológico, pois conforme Furtado (2010), a concepção das disposições para o aprender está relacionada ao estado emocional em que se encontra a criança diante de uma situação de aprendizagem. Para o autor, no momento da aprendizagem deve-se levar em conta

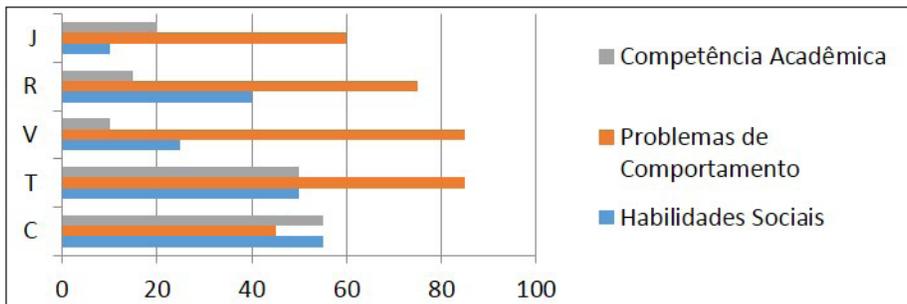


o momento emocional do aluno, de que forma foram suas aprendizagens anteriores e qual é o contexto da realidade desse aluno, imbuído nesses fatores afetivos, cognitivos e psicossociais.

5.2 RESULTADOS DAS TESTAGENS PSICOLÓGICAS

Com relação ao resultado do teste psicológico SSRS – Inventário de Habilidades Sociais, Problemas de Comportamento e Competência Acadêmica para Crianças, no Gráfico 1 visualizam-se os resultados do teste psicológico SSRS na percepção dos professores sobre as crianças. Visualiza-se que C se apresenta dentro da média em todos os itens; T apresenta competência acadêmica e habilidades sociais dentro da média, com percentil alto para os problemas de comportamento; V apresenta competência acadêmica e habilidades sociais abaixo da média inferior, com percentil alto para os problemas de comportamento; R apresenta competência acadêmica e habilidades sociais dentro da média, com percentil alto para os problemas de comportamento; e J apresenta competência acadêmica abaixo da média inferior, habilidades sociais dentro da média e percentil alto para os problemas de comportamento.

Gráfico 1 – Resultados do SSRS (percepção dos professores)



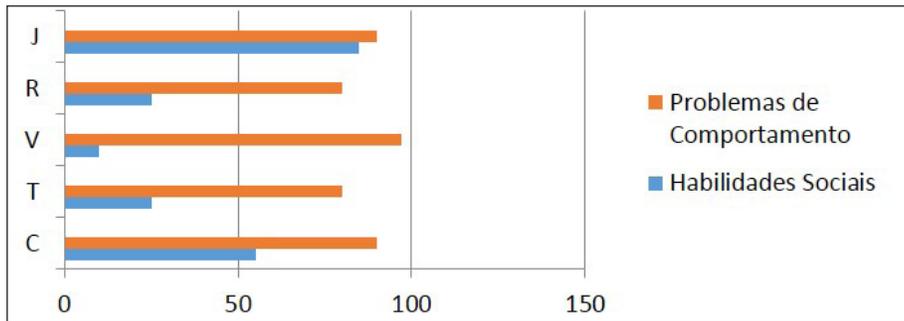
Fonte: os autores.

No Gráfico 2 visualizam-se os resultados do teste psicológico SSRS na percepção dos pais. Visualiza-se que C apresenta percentil alto para problemas de comportamento e dentro da média para habilidades sociais; T é percebido como



abaixo da média inferior nas habilidades sociais e percentil alto para problemas de comportamento; V é percebido como abaixo da média inferior nas habilidades sociais e percentil alto para problemas de comportamento; R é percebido abaixo da média inferior nas habilidades sociais e percentil alto para problemas de comportamento; e J é percebido com repertório acima da média nas habilidades sociais e percentil alto para problemas de comportamento.

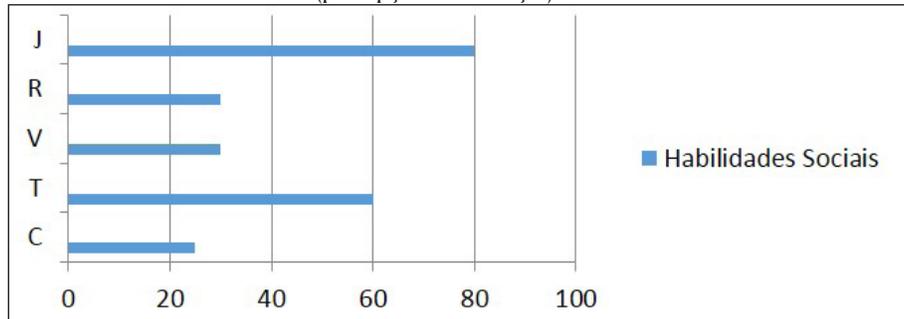
Gráfico 2 – Resultados do SSRS (percepção dos pais)



Fonte: os autores.

Já no Gráfico 3, visualizam-se as percepções das próprias crianças sobre seus comportamentos e habilidades. É possível identificar que C se percebe abaixo da média inferior; T percebe-se dentro da média; V percebe-se abaixo da média; R percebe-se abaixo da média; e J percebe-se acima da média.

Gráfico 3 – Resultados do SSRS (percepção das crianças)



Fonte: os autores.



Dessa forma, diante dos dados apresentados, infere-se que: C apresenta competência acadêmica dentro da média, necessidade de treinamento nas habilidades sociais somente na percepção da criança, necessidade de ajustamento social somente na percepção dos pais, e para o professor todos os índices estariam dentro da média. Entretanto, esta foi uma das crianças que mais apresentou problemas de comportamento e indicativos de baixa autoestima durante as sessões; T apresenta competência acadêmica dentro da média, necessidade de treinamento nas habilidades sociais apenas na percepção dos pais, necessidade de ajustamento social na percepção do professor e dos pais. Esta foi uma das crianças que não apresentou problemas de aprendizagem significativos, entretanto apresentou um alto nível de dificuldades no comportamento; V apresenta indicativos de necessidade de ajustes tanto no contexto acadêmico quanto nas habilidades sociais e de comportamento, nas sessões perceberam-se déficits tanto de aprendizagem quanto de comportamento; R apresenta indicativos de ajustes no contexto acadêmico, necessidade de treinamento nas habilidades sociais na percepção dos pais e da criança, e necessidade de ajustes sociais na percepção dos pais e dos professores. Também nas sessões foi possível perceber essas necessidades; J apresenta necessidade de intervenção no contexto acadêmico, necessidade de treinamento nas habilidades sociais somente na percepção do professor, e necessidade de ajustes sociais somente na percepção dos pais. Nesta criança foi possível observar nas sessões necessidade de intervenção no contexto acadêmico e nos ajustes sociais. Identificou-se necessidade de intervenção no desempenho acadêmico e nas condições que favoreçam os alunos V, J e R, e necessidade de intervenção nas habilidades sociais, especialmente aos itens de ajustamento social, com todas as crianças.

Quadro 2 – Resultados do BPA

Crianças	Classificação geral
J	Médio inferior
R	Inferior
V	Médio inferior
T	Inferior
C	Médio inferior

Fonte: os autores.



Os resultados do teste psicológico BPA, que avalia os índices de atenção geral, concentrada, dividida e alternada estão descritos no Quadro 2. Identificaram-se quanto à classificação geral da atenção desempenhos médio inferior e inferior, apontando déficits mais significativos na atenção alternada e concentrada. Tais resultados indicaram, em todas as crianças, dificuldades em sustentar e focar a atenção, com necessidade de maior tempo de execução e mais frequência de instruções na realização de tarefas. Sugere-se, diante de tais resultados, a necessidade do desenvolvimento de atividades relacionadas a estímulos cognitivos, direcionados aos aspectos e ao desenvolvimento da atenção.

5.3 A PSICOLOGIA E AS INTERVENÇÕES NO TDAH

Segundo Hutz *et al.* (2016), é comum no TDAH a presença de comorbidades. Na presente pesquisa, das cinco crianças, quatro apresentavam transtornos de aprendizagem e indícios de fragilidade emocional. Percebe-se a estreita relação entre dificuldades de aprendizagem e disfunções emocionais.

Assim, utilizou-se para a prática de intervenção fundamentos da Teoria Cognitivo-comportamental (TCC), relacionados à psicoeducação, psicoterapia, avaliação das comorbidades e intervenção ambiental. Foram realizadas sessões nas residências das crianças, onde foram passadas informações sobre o TDAH, causas, contextos, informações sobre os comportamentos e estratégias de manejo com a criança.

Também foram realizadas visitas à escola, sendo que no primeiro momento houve a escuta relacionada ao comportamento da criança e na sequência conversado sobre possibilidades de trabalho com a criança em sala de aula. Ao final, foi entregue um material impresso com dicas de como lidar com a criança diante das diversas demandas. Em uma das escolas, a professora do aluno R ressaltou a importância da união entre escola e família, sugerindo a necessidade dessa intervenção como um trabalho contínuo. Sobre as dificuldades com os alunos, a professora do aluno T relatou que teve crises de ansiedade pela excessiva hiperatividade de uma das crianças. A professora do aluno J relatou ter tentado várias estratégias de ensino com a criança, sem sucesso, desconfiando até mesmo



de uma condição de deficiência intelectual, já que a criança já estava no terceiro ano e ainda não havia se apropriado da leitura. A professora do aluno C relatou que a criança copia pouco do quadro, entretanto, consegue ir bem nas provas orais. Ainda conforme a professora do aluno R, a criança é capaz, entretanto, demonstra estar sempre longe, dispersa, precisando de monitoramento constante para evoluir na atividade. Também há queixa da falta de envolvimento dos pais. A professora do aluno (V), diz que o aluno constantemente se mete em conflitos, sempre se queixando das outras crianças, a professora até usa o termo “fofoqueiro” para designar o aluno.

Foram realizadas 13 sessões com as crianças, em grupo. Tais momentos contaram com a participação de uma psicopedagoga. Como tarefa de casa, as crianças sempre levavam atividades pedagógicas e tinham que fazer registros sobre o que aprenderam na sessão e como se sentiram com o que aprenderam. A cada sessão era revisada a sessão anterior, fazendo uma ponte com o conteúdo aprendido anteriormente.

Nas duas primeiras sessões foi realizada uma psicoeducação sobre o TDAH. A intervenção foi desenvolvida com figuras, falas, questionamentos e reflexões. Ao final das duas primeiras sessões, percebeu-se que as crianças não tinham nenhum entendimento sobre o Transtorno e suas dificuldades, com a intervenção, declararam-se mais tranquilas ao aprender sobre o TDAH, podendo significar o porquê dos comportamentos e com quais estratégias poderiam melhorar, proporcionando sua autonomia e reflexão das ações.

Na sequência foi trabalhada a organização no contexto da aprendizagem, dicas de como se organizar e solicitado para as crianças quais estratégias elas teriam para melhorar a sua organização. Como tarefa de casa foi pedido para relatarem o que aprenderam na sessão e como se sentiram: “fiquei animado, pois aprendi como me organizar como alarme no celular, usar relógio, olhar o calendário, cronometrar o tempo da tarefa (Sic).” (informação verbal). Também foi trabalhada a organização na prática, quando ganharam um quadro branco, canetão e apagador para elaborar o calendário e registrar todas as atividades da vida diária. Como tarefa, pediu-se para usar assiduamente o quadro.



Na sessão seguinte trabalhou-se o comportamento assertivo, ou seja, quando faço algo e me sinto bem como isso. Foi aplicada a técnica da autoinstrução: 1. Situação; 2. Geração de alternativas; 3. Escolha de uma alternativa; 4. Consequências; 5. Que nota eu dou para este comportamento. Também foram trabalhadas dicas para melhorar o comportamento assertivo e receberam um caderno intitulado “Monitorando meus comportamentos.” Como tarefa, pediu-se para que registrassem os comportamentos que precisavam melhorar. Na prática, os pais falaram que as crianças estavam resistentes em seguir o calendário, os pais também não compreenderam como usar o caderno. Diante dessas demandas, foi organizada uma sessão na instituição com os pais e com as crianças, e agendaram-se visitas domiciliares para orientar os pais sobre o calendário.

Na sessão realizada com os pais na instituição foram levantadas as questões positivas e as que ainda necessitavam avançar, sendo ao final recontratados os objetivos e as responsabilidades de cada um e agendadas as visitas domiciliares. Estas foram realizadas na casa de cada família; pais, criança e pesquisadora organizaram o calendário, com horários definidos nos períodos da manhã até a noite. Entre as atividades, constavam hora do lazer, hora do estudo e hora em que iriam colaborar com uma atividade de casa. O combinado foi que, a cada dia de cumprimento das tarefas, a criança ganharia um ponto, podendo totalizar cinco pontos na semana, que resultariam na escolha de um item da lista de recompensas. Essa lista de recompensas foi construída com os pais, pesquisadora e a própria criança, como uma técnica de reforço positivo. Também foi organizado um calendário dos dias da semana anexo ao calendário das rotinas de atividades diárias, no qual as crianças deveriam, a cada dia assim que acordassem, sinalizar com um círculo o dia da semana e passar pela organização mental de que dia da semana era aquele. Também foi orientado que as crianças comesçassem a usar um relógio de pulso, o qual deveria ser usado diariamente para a criança associar os compromissos do calendário com a hora do relógio, reforçando sua organização espaço-temporal. Todas essas orientações foram elaboradas com o objetivo de trabalhar as funções executivas de base, como controle inibitório, memória do trabalhado, flexibilidade cognitiva e planejamento. Os pais ficaram responsáveis em passar para a pesquisadora os registros dos pontos.



Após uma semana a pesquisadora retornou às residências para verificar o funcionamento dos combinados. Com relação ao resultado, os alunos conseguiram atingir entre 3 e 5 pontos, o que foi considerado muito bom em razão do desafio proposto. As mães relataram que o calendário ajudou a organizar toda a casa e que as crianças estavam se esforçando. O quadro de pontos funcionou bem pelo reforço positivo relacionado ao prêmio da lista de recompensas e pelo desafio que representou para as crianças.

Na sessão seguinte as crianças receberam um caderno intitulado “Monitorando minhas sessões”, para que registrassem tudo o que estava sendo trabalhado, com o objetivo de firmar cognitivamente o conteúdo. Na sessão posterior foi utilizada a técnica da “Cápsula do tempo”, em que as crianças tinham que escrever um comportamento ou uma dificuldade que precisavam melhorar e colocar na cápsula. O objetivo era tentar superar essa dificuldade, com o combinado de abrir a cápsula na última sessão para fazer a comparação. A cada sessão o desafio da cápsula era lembrado.

Dando continuidade às sessões foi trabalhado o tema “Construindo habilidades”, momento no qual as crianças listaram duas atividades que faziam com facilidade e duas que faziam com dificuldade, para depois discutir estratégias para ter sucesso nas quatro atividades. Perceberam-se dificuldades em todas as crianças na identificação de suas habilidades, entretanto, suas dificuldades foram facilmente identificadas, como: “não consigo copiar do quadro.” Na sessão seguinte foi realizada a Oficina de Cubo Mágico em parceria com um especialista para trabalhar com as crianças. Os pais foram convidados a participar com as crianças, as quais se mostraram desafiadas e se envolveram significativamente na tarefa.

A sessão seguinte foi feita a “céu aberto”, com o objetivo de trabalhar as emoções. A ideia de levar as crianças para atividades ao ar livre se fundamentou na possibilidade de mais tempo para as reflexões. Primeiramente, foi feito um passeio até um parque florestal, após, visita a um museu, e, por fim, uma sessão de cinema com o filme infantil *Divertida Mente*. Trabalharam-se os tipos de emoções e a necessidade do controle destas. Foi utilizada a “bolinha do estresse”, e cada vez que a criança sentisse raiva, a bolinha poderia ser utilizada. Depois, receberam o “Diário das emoções” para registrar suas emoções diárias. Ao final, relataram que



gostaram das atividades, que aprenderam sobre as emoções e a importância de respeitar o outro.

De volta à instituição, na sessão seguinte foi aberta a “Cápsula do tempo” e realizadas reflexões sobre os propósitos colocados nela e a necessidade de persistência. A maioria das crianças havia colocado como desafio copiar as atividades do quadro e conseguir ficar quieto na carteira em sala de aula, além de falar menos e escutar mais. Todos relataram dificuldades, mas disseram estar se esforçando e felizes por estarem conseguindo, aos poucos, evoluir em seus objetivos.

Na última sessão, realizou-se a escuta dos pais sobre as experiências, na presença da coordenadora do serviço de atendimento. Segundo eles, a experiência teve dois pontos fortes: as crianças entenderam o TDAH, as dificuldades e os desafios, e a cada superação aumentava a autoconfiança, o que refletia positivamente na aprendizagem. Os pais relataram, ainda, que passaram a entender melhor os comportamentos dos filhos e sentiram-se mais seguros e felizes. A intervenção foi encerrada com a entrega dos certificados, confirmando o empenho das crianças, após dados os encaminhamentos para cada caso.

5.4 PERCEPÇÕES SOBRE A CRIANÇA E OS SINTOMAS NA PÓS-INTERVENÇÃO

Considerando as possibilidades de atuação da Psicologia, uma das estratégias de intervenção percebidas como eficazes para o TDAH é fundamentada na Teoria Cognitivo- comportamental (TCC), considerada efetiva por trabalhar em quatro etapas: psicoeducação, psicoterapia, avaliação das comorbidades e intervenção ambiental. Tais etapas da TCC foram aplicadas nessa intervenção, sendo que ao final foram coletados os *feedbacks* com os pais de cada criança por meio de entrevistas. Conforme os pais, a mudança foi visível, sendo que após a intervenção as crianças conseguiram entender que o TDAH não é uma doença e que podem melhorar, ficaram mais atentas, menos resistentes, pensam antes de fazer as coisas, demonstram-se mais interessadas, mais conscientes dos atos. Para os pais, a organização da rotina, o calendário e as orientações dadas foram



positivas. Identificaram o potencial das crianças e o que precisam, e apontaram que a intervenção contribuiu significativamente para o desenvolvimento delas.

Assim, a TCC trouxe pressupostos importantes para atuar no desenvolvimento de habilidades cognitivas observadas na criança com TDAH e outros transtornos. Conforme Stallard (2009), os programas da TCC envolvem resolução de problemas sociais, desenvolvimento de novas estratégias, treinamento, autoinstrução, autorreforço, bem como preocupação em entender como as crianças percebem e sentem os eventos. Os pais declararam que as crianças estão mais organizadas, mais empenhadas, com a autoestima melhor. Relataram que a participação dos pais na intervenção foi essencial para o desenvolvimento da criança “por serem espelhos, tudo o que fizerem reflete na criança (Sic).” (informação verbal). Relataram, ainda, que a intervenção não organizou apenas a criança, mas a família toda. Uma das mães relatou que antes seu filho tinha extrema dificuldade na leitura, e, após 40 dias de intervenção, começou a ler, sendo que aconteceram mudanças em todos os contextos da criança.

Os professores observaram mudança nos alunos, apontaram que aumentou o envolvimento nas atividades e houve significativa melhora na organização e na aprendizagem. Relataram que estão mais calmos, percebem que amadureceram, mas a concentração precisa evoluir um pouco mais. Apontaram, ainda, que as crianças mudaram o discurso que antes era de vítima e hoje já se colocam como responsáveis. Observaram também evolução nas crianças de forma geral, na organização ambiental, nos aspectos comportamentais e cognitivos, e aumento da autoestima.

5.5 AVALIAÇÃO DA INTERVENÇÃO

Após aplicação dos testes, entrevista com os pais e com os professores, observações das sessões, visitas às escolas e aos contextos familiares, foram obtidos indicativos de que das cinco crianças que participaram da intervenção, as crianças C e T não apresentaram mais dificuldades de aprendizagem significativas, mas dificuldades de comportamento. Assim, receberam alta da Instituição e foram



encaminhadas ao Serviço de Atendimento Psicológico (SAP) da Universidade do Oeste de Santa Catarina.

Das três crianças restantes, a criança J continuou a ser atendida pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE) de sua escola em razão de ainda estar apresentando dificuldades pedagógicas e também foi encaminhada ao Serviço de Atendimento Psicológico (SAP) da Universidade do Oeste de Santa Catarina da Cidade de Chapecó, para atendimento individual em decorrência de demandas emocionais associadas. Ainda com relação a essa criança, durante a visita à escola a professora levantou desconfiança de condição de deficiência intelectual, quando então foi aplicado o teste de inteligência WISC-IV para investigação intelectual. O resultado do teste apontou maior dificuldade na memória operacional, sendo o resultado geral dentro da média esperada para a idade da criança, sugerindo a necessidade de adequação pedagógica com relação às necessidades da criança. Essa criança foi a que mais apresentou evolução ao longo das sessões, trazendo nestas a importância da parceria entre Psicologia e Pedagogia.

A criança R passou a frequentar o sistema de reforço de sua escola e receber atividades extras para fazer em casa, com a mãe. Conforme esta, tais atividades seriam importantes, haja vista que o cronograma previamente estruturado nas sessões demandava material para trabalhar com a criança em casa nos horários de estudo estipulados. Essa criança também foi encaminhada ao SAP da Universidade para atendimento relacionado a questões emocionais em razão de problemas familiares.

A criança V foi a única que continuou na instituição de atendimento a dificuldades de aprendizagem, entretanto, além disso também continuou no sistema de reforço de sua escola, recebendo atividades extras para fazer em casa, com a mãe. Também foi encaminhada para o SAP para intervenção individual por questões comportamentais.

Assim, das cinco crianças que participaram da intervenção, quatro apresentaram indicativos de alta e foram direcionadas para outros atendimentos, sob uma ótica interdisciplinar, com encaminhamentos mais específicos. Com relação às dificuldades encontradas durante a intervenção, a primeira foi a questão



do tempo. Na intervenção surgiu a necessidade de um trabalho mais intenso com os professores e com a figura paterna, no entanto, o tempo limitou essa atuação.

Apesar dessas dificuldades, de maneira geral a intervenção foi significativa e apontou resultados importantes relacionados às possibilidades de uma otimização do tempo e evolução das crianças a partir de uma proposta mais focada em objetivos previamente delineados. Sugere-se a necessidade de mais pesquisas nesse olhar multidisciplinar, sendo que nesta pesquisa já foi possível identificar movimentos importantes na vida das crianças e das famílias.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização da pesquisa foi possível identificar a importância da atuação da Psicologia, tanto no contexto escolar quanto no familiar, e as possibilidades de atuação diante das dificuldades de aprendizagem e habilidades no comportamento associadas ao TDAH. Identificou-se que entre as habilidades e estratégias a serem trabalhadas estão a paciência, a dedicação, o condicionamento, a disciplina e a organização. Crianças com transtornos e dificuldades de aprendizagem associadas necessitam de assistência e monitoramento, o que sugere um esforço ainda mais intenso e direcionado para um objetivo.

Também se identificou a eficácia da proposta no modelo Cognitivo-comportamental (BECK, 2007), sendo que ao seguir os princípios intervenção educativa, estruturada, foco no presente, aliança terapêutica, participação ativa dos pais e criança, prazo, orientada para uma meta, trabalhando crenças disfuncionais, exigindo a capacidade de identificar o problema e se desafiar, trabalhando com reforços positivos constatou-se sua importância e efetividade no trabalho com crianças com TDAH e dificuldades de aprendizagem associadas. Ao final da intervenção, quatro das cinco crianças tiveram alta da instituição e foram direcionadas a outros atendimentos específicos.

O foco principal da pesquisa foi a estruturação ambiental, a informação e a criança na sua potencialidade. A participação das famílias foi fundamental para o funcionamento da proposta bem como dos quatro instrumentos utilizados: o calendário, que exigia disciplina, o qual alocava as rotinas de estudo; o relógio



de pulso, que permitia às crianças monitorar o tempo e suas responsabilidades alocadas no calendário; a lista de recompensas, a qual as crianças significavam o esforço; e o caderno monitorando minhas emoções, em que as crianças trabalharam os comportamentos assertivos e podiam refletir sobre suas ações. Pode-se observar que cada desafio proposto e alcançado aumentava a autoestima das crianças e conseqüentemente suas cognições positivas.

Assim, segundo a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento, de Bronfenbrenner (2011), o homem se transforma e se desenvolve em uma constante interação com o meio mediante o tempo, dando a compreender que a organização e a estruturação ambiental influenciam no comportamento, na autoestima e conseqüentemente nas emoções. Percebeu-se também a eficácia da intervenção por se trabalhar nas residências, proporcionando sentimentos de acolhimento e empoderamento nos pais, crianças e famílias. As dificuldades de aprendizagem não podem ser vistas como problemas de difícil solução, mas como desafio do próprio processo de aprendizagem, sendo necessário identificar e intervir.

Por fim, a pesquisa confirmou a importância do trabalho em conjunto com os professores, favorecendo sua compressão sobre o TDAH, na construção de espaço de diálogos e superação de dificuldades; demonstrou também que acreditar nos pais e no que eles podem fazer por seus filhos, e colocar esses pais como atores do desenvolvimento é fundamental para o processo, trabalhando com a criança dentro da sua realidade. Conforme Guzzo *et al.* (2010), ocorre um chamamento à construção de uma psicologia crítica e reflexiva, começando pela inserção do graduando no campo, aprendendo pelas próprias vivências e experiências, além dos espaços universitários. Apesar das limitações e dificuldades, comprovou-se como tal a sua importância, sugerindo-se mais estudos e pesquisas dentro dessa proposta.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM-5. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais.** Porto Alegre: Artmed, 2014.



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO DÉFICIT DE ATENÇÃO. **TDAH. Cartilha de Inclusão Escolar. Uma conversa com Educadores.** 2017. Disponível em: abda@tdah.org.br. Acesso em: 20 fev. 2019.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** São Paulo: Almedina, 2011.

BARKLEY, R. A. **Transtorno De Déficit de Atenção e Hiperatividade: Manual para Diagnóstico e Tratamento.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BECK, S. J. **Terapia Cognitiva Teoria e Prática.** Porto Alegre: Artmed, 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE; CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução n. 510/2016.** Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017.

BRONFENBRENNER, U. **Bioecologia do desenvolvimento Humano: Tornando os Seres Humanos mais Humanos.** Porto Alegre: Artmed, 2011.

CIASCA, S. M.; RODRIGUES, S. das D.; SALGADO, C. A. **TDAH-Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade.** Rio de Janeiro: Reviter, 2010.

FIGUEIREDO, B. **Psicopatologia e Psicoterapia do Desenvolvimento da criança e do adolescente.** Lisboa: Placebo, 2011. v. 1.

FURTADO, J. C. **Entender como se Aprende para Aprender como se ensina.** Curitiba: Melo, 2010.

GUZZO, R. S. L. *et al.* **Psicologia e educação no Brasil: Uma Visão Da História e Possibilidades nessa relação. Psicologia: Teoria e Pesquisa,** 2010.

HUTZ, C. S. *et al.* **Psicodiagnóstico: Avaliação Psicológica.** Porto Alegre: Artmed, 2016.

KAUARK, F. da S.; SILVA, V. A. dos S. **Dificuldades de Aprendizagem nas séries iniciais do ensino fundamental e ações psico & pedagógicas. Rev. Psicopedag.,** São Paulo, v. 25, n. 78, 2008.



LIMA, T. C. F. de; PESSOA, A. C. R. G. Dificuldades de aprendizagem: principais abordagens terapêuticas discutidas em artigos publicados nas principais revistas indexadas no LILACS de fonoaudiologia no período de 2001 a 2005. **Rev.CEFAC**, São Paulo, v. 9. n. 4. out./dez. 2007.

MAZER, S. M.; DAL BELLO, A. C.; BAZON, M. R. **Dificuldades de aprendizagem: revisão de literatura sobre os fatores de risco associados.** **Psico. Educ.**, São Paulo, n. 28, jun. 2009.

ROHDE, L. A.; HALPERN, R. Transtorno de déficit de atenção/Hiperatividade: atualização. **Jornal de Pediatria**, v. 80, n, 2, 2004.

ROHDE, L. A.; MATTOS, P. **Princípios e Prática em TDAH: Transtornos de Déficit de Atenção/Hiperatividade.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

STALLARD, P. **Bons Pensamentos Bons Sentimentos.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 5. ed. Tradução: Crísthian Matheus Herrera. Porto Alegre: Bookman, 2015.



A INFLUÊNCIA DO SISTEMA FAMILIAR NO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DA CRIANÇA

Emanuele Bispo Ribeiro¹
Francine Cristine Garghetti²

RESUMO

A família é a base da sociedade, na qual se formam os valores, a moral e a ética. A pesquisa analisou a influência do sistema familiar no desenvolvimento cognitivo da criança por meio da compreensão do contexto familiar e de como sua influência pode ou não contribuir para a aprendizagem da criança. Foram investigados sete casos de crianças atendidas no Serviço de Atendimento Psicológico de uma universidade do Oeste de Santa Catarina. Foram analisados os resultados dos testes psicológicos e os conteúdos das entrevistas realizadas com as famílias e as crianças. Por se tratar de metodologia mista, fez-se necessária a observação subjetiva sem a interferência de resultados, que está presente no método qualitativo e consta também no método quantitativo, pois há resultados numéricos referentes aos testes padronizados. A pesquisa constatou que há significativa influência do sistema familiar no desenvolvimento cognitivo da criança, que o brincar é o método mais eficaz para aprender e que as relações interpessoais que se desenvolvem no meio familiar podem contribuir para interações mais adaptadas em diversos contextos sociais. Por fim, a análise dos casos das crianças da amostra sinalizou que a busca pela psicoterapia vai além do problema de aprendizagem.

Palavras-chave: Desenvolvimento infantil. Família. Aprendizagem. Cognição.

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa analisou a influência do sistema familiar no desenvolvimento da criança ao descrever o papel da família no desenvolvimento cognitivo infantil. Inicialmente abordou-se o conceito histórico da família, que remete ao funcionamento das famílias no passado, trazendo uma concepção sociológica de

¹ Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; emanuelebispo@gmail.com

² Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina; Docente no Curso de Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; Psicóloga; francine.garghetti@unoesc.edu.br



como as crianças eram vistas e como as famílias se portavam diante das mudanças ocorridas na sociedade até chegar ao funcionamento atual.

Sabe-se que a família é a base que promove a educação e os valores morais e éticos, por meio de uma conduta condizente com o estilo de vida de cada sistema familiar. Dessa forma, Gomide (2011, p. 9) relata que “quando a família deixa de transmitir esses valores adequadamente, os demais vínculos formativos ocupam seu papel.” Com isso, o que era para ser função secundária acaba se tornando primordial na formação dos valores da criança.

Um ponto importante a ser estudado é o desenvolvimento infantil no ambiente familiar e a sua influência nas interações sociais e na aprendizagem da criança em outros contextos, como, por exemplo, a escola. Diante dessas percepções se faz necessário investigar o funcionamento da família moderna, e se esta tem acompanhado suas crianças de forma coletiva, como no passado, de forma mais individualizada e/ou, até mesmo, se a criança recebe incentivos e estímulos para o seu desenvolvimento.

Para obter um melhor esclarecimento sobre a aprendizagem, foi utilizada a teoria de Gardner sobre as inteligências múltiplas, em que cada indivíduo pode apresentar formas diferentes de aprender em áreas específicas. Para que a aprendizagem seja efetiva, deve-se lembrar que o aprender está diretamente interligado ao contexto no qual o indivíduo está inserido. Como afirma Vygotsky (2007, p. 102), “o aprendizado é um aspecto necessário e universal do processo de desenvolvimento das funções psicológicas culturalmente organizadas e especificamente humanas.” Tais apontamentos consolidam a ideia da família como a primeira mediadora entre o indivíduo e a cultura, sendo ela a matriz do aprendizado.

Diante dos pontos levantados, a investigação analisou a influência do sistema familiar no desenvolvimento cognitivo infantil, levando em conta o funcionamento familiar, o qual é de significativa importância para o surgimento do afeto, segurança e amor (NEUFELD; MATÉ, 2013, tradução nossa). Foi possível descrever a influência da família, sendo esta, a primeira experiência social da criança. Observou-se as aptidões que cada criança carrega em si, e que, por meio dos estímulos tanto externos quanto internos, podem contribuir para um bom desenvolvimento, além disso foi necessário consultar os resultados dos testes



psicológicos padronizados para indicar se há ou não problemas de ordem cognitiva que estejam afetando o aprendizado.

2 O ANTIGO E O NOVO CONTEXTO FAMILIAR

Conceituar família tem sido uma tarefa que remete à história, pois ela tem sofrido alterações significativas. Como garante a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), ela é a base da sociedade, e sua organização perpetua os valores, regras e crenças de cada sujeito que a compõe. Desse modo, faz-se necessário voltar ao passado e descobrir o papel e a importância da família ao longo dos séculos.

Do século XVII ao século XX, percebem-se grandes transformações no que diz respeito ao núcleo familiar, sendo que no século XVII o que prevalecia eram o patriarcalismo, os casamentos arranjados e a importância do primogênito, sendo este um menino, que no futuro herdaria o lugar de seu pai nas tomadas decisões. Entrando no século XVIII, a privacidade, ainda que escassa, começa a se instalar, e os núcleos familiares se tornam mais íntimos e sentimentais. Nesse período se formam as burguesias, trazendo junto, segundo Muller (2009), problemas relativos à sexualidade que não estavam diretamente ligados ao ato sexual em si, porém traziam o poder em forma de influências. O século XIX é marcado pelo isolamento e amparo familiar, e o saneamento básico passa a existir fortemente. As casas se tornam um ambiente mais fechado e não mais público como era no passado, assim, inicia-se a vida social em ambientes como bares e restaurantes.

Já o século XX é marcado pelo pós II Guerra Mundial. Com isso, homens e mulheres ganham igualdade e ambos saem para o trabalho, e o número de filhos diminui em razão da liberação da pílula anticoncepcional e dos novos papéis adquiridos no pós-Guerra. Conforme Muller (2009), a família em seu âmbito individual não é mais um núcleo fechado em seus lares, mas se encontra no lado de fora, pois homens e mulheres saem para seus respectivos trabalhos. Apesar de tantas transformações e redefinições de papéis, a história mostra que a família é parte da sociedade, assim como salientam Capitão e Romaro (2012), que apesar de todas essas mudanças, das redefinições de papéis encontrados no atual momento



histórico da família e da sociedade, algumas características permanecem como regra geral e universal em todas as famílias e em todas as condições sociais.

A dinâmica familiar é um espaço que gera alicerces, relacionamentos e socializações, e, segundo Capitão e Romaro (2012, p. 27), a família pode ser entendida como “uma instância mediadora entre a pessoa e a sociedade, ou como a primeira referência pra a criança.” Desse modo, a família tem um papel fundamental no desenvolvimento cognitivo de suas crianças, pois é ela que, desde o nascimento, fornece os alicerces necessários para o seu crescimento. Sousa (2012, p. 5) aponta que é na família que “se encontram os primeiros professores e ensinamentos, os quais refletirão e perdurarão por toda vida adulta.” Nessa afirmação fica claro que a família é de grande importância e pode ser a base mais forte da sociedade.

A família moderna é vista como solitária, apesar de tantos recursos de comunicação existentes. Diante deste fato nota-se que o racionalismo adoeceu o coletivo e que os relacionamentos familiares são influenciados pelas mudanças ocorridas na sociedade ao longo dos séculos (OLIVEIRA, 2009).

Não é de se esperar que a pós-modernidade trouxe junto consigo problemas relacionados à família. Os integrantes desse núcleo familiar confrontam-se todos os dias com seus dilemas pessoais. Dessa forma, o que acontece é tempo perdido e papéis confusos. Se faz necessário averiguar o que de fato está ocorrendo no dia a dia das famílias modernas. Como aponta Campos (2012), cotidianamente as famílias compostas por pais ausentes, por mães ausentes demais ou presentes demais, julgando-se negligentes para com a educação de seus filhos, por pais e mães cegos aos seus filhos e aos perigos que podem sobrepujá-los, perdidos no como educar, ou seja, observa-se que muitos pais simplesmente se recusam a ser pais, uma vez que, para o exercício da maternidade e da paternidade, exige-se que homens e mulheres sejam adultos, e ser adulto é muito chato. É chato ter de dizer não, proibir, frustrar, decepcionar, negar e colocar limites.

Como a família passou por vários processos de adaptação ao longo dos tempos, a observação feita por Campos, mostrou que a repressão passada já perdeu lugar à liberdade exagerada. No passado os métodos para educar eram mais rigorosos; no presente, o diálogo é a melhor forma de resolver conflitos, porém os pais de hoje acabam abrindo mão de seus papéis de educadores para alcançar



um novo tipo de relacionamento com seus filhos, e isso gera cada vez mais o individualismo. Oliveira (2009, p. 26) aponta que “a família pode reproduzir, em seu interior, o individualismo e a competição, frutos da modernização da sociedade, podendo, neste contexto, haver o predomínio do interesse individual sobre o coletivo.” A família deveria ser o local de amparo e coletividade, porém o que se vê é a deformidade do entendimento coletivo e indivíduos cada vez mais inseguros.

A sociedade cobra pais, mães e filhos perfeitos, entretanto não dá uma pausa para que estes se reconheçam nesses papéis de profunda relevância para a própria sociedade. Além desses papéis, o que está em predominância é o amor, pois é preciso amar não somente as conquistas e os afazeres, mas uns aos outros. Campos (2012) afirma que amar é hoje muito mais difícil do que outrora, não porque o amor tenha mudado, mas talvez porque as pessoas que amam passaram a amar outras importâncias, têm outros querereres – e os filhos são exigentes, uma exigência que me solicita, pede, depende.

Em decorrência das obrigações ou das importâncias dos pais e das mães em seus afazeres diários, há uma ausência paterna e materna na educação de seus filhos, fazendo com que as influências externas, como babás, TV, tablets, entre outros, assumam esse papel. Contudo, segundo Winnicott (1971 apud CAMPOS, 2012, p. 77), “é inegável que a influência da presença paterna e materna é de fundamental importância para a formação da personalidade e do caráter de uma criança.” A criança em desenvolvimento precisa de um pai presente e não de um amigo, quando os pais conseguem desenvolver suas paternidades e maternidades, nasce um relacionamento saudável, e o descobrimento do pai como pai e o reconhecimento do filho como filho geram um exercício, no qual pode haver erros e frustrações, porém com limites e com os papéis voltando a ser notados dentro dos núcleos familiares.

Definir a família moderna é uma tarefa difícil, pois ela passou e passa por constantes transformações. De fato, o que se percebeu, segundo Campos (2012, p. 80), é que “vivemos o tempo presente desejosos dos tempos passados... daí a afirmação de que vivemos em crise.” A família vem sendo construída em vários momentos históricos e está sempre em movimento. O que não se deve negar é que



a família do futuro será cada vez menor, em virtude do individualismo tão marcante na era moderna.

3 O DESENVOLVIMENTO INFANTIL E A INFLUÊNCIA FAMILIAR

O desenvolvimento humano vem sendo estudado desde meados do século XX, sendo algo inerente ao ser humano. Ferrari (2014, p. 8) define o desenvolvimento como algo que “direciona seus esforços em compreender o homem em todos os seus aspectos.” Dentro do desenvolvimento se encontra como uma das áreas de estudo a cognição, que é entendida como pensar e compreender sobre algo. Por isso, está diretamente relacionada à aprendizagem, e essa aprendizagem ocorre através das interações sociais, como afirma Piaget (1985 apud SILVA, 2015, p. 2), “educar é adaptar o indivíduo ao meio social ambiente.” Dessa forma percebe-se que o ciclo do desenvolvimento inicia-se na infância e percorre toda a vida do ser humano, encerrando apenas na morte.

A infância é uma parte fundamental nos estudos sobre desenvolvimento humano, sendo que ela interfere na vida adulta, pois é mediante o seu bom desempenho que as vivências futuras serão efetivadas. Dessa maneira, Souza e Veríssimo (2015, p. 1101) enfatizam que “o cuidado voltado às necessidades de desenvolvimento possibilita à criança alcançar todo o seu potencial em cada fase do seu desenvolvimento, com repercussões positivas em sua vida adulta.” Portanto, o desenvolvimento humano tem sido estudado com afinco, possibilitando o entendimento que o desenvolver pode ser influenciado por eventos e condições do meio.

Entende-se por desenvolvimento infantil, segundo Papalia, Olds e Feldman (2006), o período pré-natal (da concepção ao nascimento); os três primeiros anos; a segunda infância (3 aos 6 anos de idade); terceira infância (6 aos 11 anos de idade) e adolescência (entre 12 a 18 anos de idade). Cada etapa contém três aspectos importantes, sendo eles o aspecto físico, o cognitivo e o psicossocial (PAPALIA; OLDS; FELDMAN, 2006), que sempre estarão interligados e durante toda a vida estarão influenciando o desenvolvimento. Nesse sentido, pode-se dizer que desde a gestação a família interfere no feto, depois no bebê e assim por diante, até que se torne um adulto, como afirma Bronfenbrenner (2011, p. 24): “todos os níveis de



organização envolvidos na vida humana são integralmente ligados à constituição do trajeto da ontogenia individual.”

Um ponto fundamental para que a criança se desenvolva é o brincar. Essa vivência lúdica faz com que a criança crie um melhor conhecimento de si própria e tenha noções grupais. Nesse contexto, Vygotsky afirma que o brincar é fonte de desenvolvimento e de aprendizagem, constituindo uma atividade que impulsiona o desenvolvimento, pois a criança se comporta de forma mais avançada do que na vida cotidiana, exercendo papéis e desenvolvendo ações que mobilizam novos conhecimentos, habilidades e processos de desenvolvimento e de aprendizagem (VYGOTSKY, 1998).

O brincar faz parte da construção, e o imaginário se torna concreto na visão da criança. Os pais, nesse sentido, tem uma grande missão que é entrar no universo infantil e proporcionar essa interação que molda e recria novas experiências. Além disso, o brincar é “fazer que se constitui de experiências culturais, que são universais.” (SILVA, 2015, p. 3). Dessa forma, quando se brinca, Zanluchi (2005) aponta que a criança está se preparando para a vida, em razão de que a sua atividade lúdica faz contato com o mundo real e social no qual ela está inserida.

Outro ponto a ser levado em consideração com relação ao desenvolvimento infantil é a presença do pai, pois na sociedade contemporânea está cada vez mais comum o pai ou alguém que represente a figura paterna não estar presente no dia a dia da criança, criando um vínculo não só afetivo, mas também de cumplicidade, para que esta se desenvolva em suas atividades. Benczik (2011, p. 73) diz que “a presença paterna na família é diferente e complementar à materna. A falta de um modelo na educação, masculino ou feminino, implica quase sempre um desequilíbrio naquele que é educado [no filho].” Na atualidade se busca, de alguma forma, suprir a ausência de um dos progenitores, para que haja crianças com o emocional, o cognitivo e o social bem fortalecidos na sociedade; contudo, nem sempre se alcançam bons resultados.

Ensinar pode ser a tarefa mais brilhante e difícil deixada para os seres humanos, e, se tratando da influência vinda do núcleo de origem, torna-se tarefa um tanto quanto peculiar, pois esse desafio é de ordem cultural e social. Bronfenbrenner



(2011) pauta que o desenvolvimento social não faz parte apenas do indivíduo, porém engloba toda a organização social da qual ele faz parte.

Com a globalização, a vida tornou-se dinâmica, sem espaços para trabalhar as emoções e as dificuldades geradas no dia a dia. Dessa forma, como aponta Sousa (2012, p. 8), as “dificuldades e crises familiares são inevitáveis.” Nesse novo contexto, surge uma criança precisando de seus familiares para poder se desenvolver adequadamente, pois Marturano (2000) afirma que é no ambiente familiar que existe a influência para que o aprendizado reflita na escola de forma efetiva. Não se pode separar a família da escola, ambas devem estar unidas, transmitindo para as crianças a melhor qualidade de ensino. No próprio Estatuto da Criança e do Adolescente, no capítulo IV, parágrafo único, diz que “é direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.” (BRASIL, 2002, p. 26).

O interesse dos pais pelo processo de desenvolvimento dos filhos gera segurança por parte das crianças, fazendo com que elas consigam lidar melhor com suas frustrações e suas dificuldades. Diante desse aspecto, o aprender fica mais leve e divertido, e o educador ou os pais se tornam pacificadores da mente das crianças. Criar um ambiente em casa que seja propício para o estudo e se dedicar a fazer atividades com os filhos, encorajá-los em suas metas escolares, proporciona uma rotina prazerosa e, não somente isso, mostra o quanto as crianças são importantes. Por meio desse envolvimento, “os pais fornecem recursos emocionais essenciais ao desenvolvimento de um senso de competência, tanto quanto recursos mais concretos, que contribuem para um melhor desempenho na escola.” (FUNAYAMA, 2000, p. 97). Além disso, as memórias afetivas ficam registradas através de lembranças que o prazer e a cultura trazem desses momentos únicos entre pais e filhos ao aumentar a cumplicidade familiar.

A família é o elo principal para formar a criança em todos os aspectos. É através desse elo que a criança reproduz em seu ambiente social o que ela tem em seu ambiente familiar. Conforme esse contexto, Silveira (2007, p. 20) afirma que “as crianças buscam possuir permanentemente esses registros agradáveis, transportando os valores / ideias sociais dos pais e do mundo externo.” Dessa forma, a criança carrega consigo mesma os valores que passarão adiante. Como



afirma Charlot (2000), a relação do saber está ligada ao ambiente social; assim, o saber se constrói por meio do mundo no qual a criança vive, do próprio eu, e o que predomina é um aluno com sua história, e o outro que é caracterizado pelos pais, professores e outros do ciclo vivencial da criança.

A influência da família é fundamental e deve estar sempre em concordância com a escola e diante de novos conceitos familiares, não se pode esquecer de olhar a criança em diferentes contextos, como os das famílias nucleares, monoparentais, com seus pais separados, em famílias recasadas e também sendo filho de casais homoafetivos. Desse modo, Silveira (2007, p. 24) define que “as relações entre a família e os demais sistemas, como a escola, são interdependentes no que se refere à educação de crianças.” Ambas devem pensar no melhor para a criança, tentando sempre suprir as suas necessidades, garantindo o direito à educação e preparando para o exercício da cidadania.

4 APRENDIZAGEM E AS MÚLTIPLAS INTELIGÊNCIAS

Uma das definições para entender o que é aprendizagem vem de Jacob (2014, p. 50), que aponta a aprendizagem como “um processo magnífico que ativa e fortalece sinapses, deixando-as cada vez mais intensas, a cada estímulo novo, a cada repetição de algo que queremos consolidar.” Ao estudar aprendizagem, busque um aprofundamento em Neuroanatomia, pois, como afirma Riesgo (2006, p. 21), “o processo de aprendizagem se dá no sistema nervoso central (SNC), que é uma estrutura complexa”, onde o cérebro é moldado de uma forma diferente, e os neurônios processam coisas específicas em cada área cerebral.

A aprendizagem está interligada aos vários contextos que cada indivíduo está inserido, como aponta Oliveira (1993, p. 57): aprender é um “processo pelo qual o sujeito adquire informações, habilidades, atitudes, valores e etc. a partir do seu contato com a realidade, o meio ambiente e as outras pessoas.” Percebe-se que não basta apenas o bom funcionamento cognitivo, mas também os vínculos formados e as relações estabelecidas.

No fim do século XIX principiou uma atenção sobre a necessidade que cada um tinha de aprender e, conseqüentemente, de assumir seu espaço



na sociedade. Rotta (2006, p. 113) explana que “aprender se tornou não só um diferencial, como uma necessidade.” Assim, originou-se um olhar mais específico para a aprendizagem.

Anos após anos pensadores e educadores vêm refletindo e modificando a educação. Montessori (1971) defendia que o papel do professor era estimular o esforço do aluno dando-lhe ampla liberdade de ação. Claparède (1934) falava sobre a importância da educação funcional da criança por meio de uma escola sob medida. Ferrière (1934) ousava dizer que a criança tinha a necessidade de ser estimulada em sua criatividade. Dewey defende o papel da educação como formação social e, segundo Rotta (2006, p. 115), “do professor como responsável pela integração da criança na comunidade.” Mesmo em um cenário de tantos pensadores sobre o aprender e ensinar, ainda é visto um modelo tradicional, no qual predominam conceitos básicos que, muitas vezes, ou quase sempre, não estimulam a criança a ter prazer pelo aprender.

Vários componentes curriculares possuem princípios comuns sem que os alunos e, algumas vezes, os próprios professores analisem tal fato, tornando o ensino uma repetição sem sentido, como afirma Gardner (2009), a essência da educação é a certeza de que cada indivíduo deve ser tratado da mesma forma: estudar as mesmas matérias, do mesmo modo, e ser avaliado da mesma maneira. A princípio isso parece justo: ninguém tem vantagens especiais. No entanto, um pouco de reflexão revela a desigualdade essencial da educação. A escola parte da premissa de que todos os indivíduos são iguais e, portanto, que a educação atinge todos eles de forma igualitária. Cada indivíduo é um, dotado de personalidade, gosto, vontades diferentes dos demais que o cercam (GARDNER, 2009).

As experiências e vivências que o aluno traz consigo favorecem novas aprendizagens. Para Gardner (2009), as crianças de diferentes faixas etárias poderiam estar em níveis de desenvolvimento e áreas de conhecimento diferente umas das outras. Isso ocorre conforme os estímulos internos vinculados aos estímulos culturais e através das experiências infantis capazes de estimular e potencializar uma das inteligências proposta por ele.

Gardner (2009) afirma que existe no mínimo sete inteligências nas quais cada indivíduo pode ser bom em uma ou em várias delas. A primeira inteligência a



ser comentada é a Linguística, uso eloquente das palavras, que é uma característica dos poetas, por exemplo; a inteligência Lógico-Matemática, contém ordem e sistematização; a Espacial é pensar de maneira tridimensional, criar, transformar e modificar imagens, se localizar e localizar objetos no espaço; a Musical habilidade de compor, reproduzir, tocar; a Corporal Cinestésica controle do corpo de forma fina, com coordenação e precisão; a Interpessoal capacidade de compreender outras pessoas; e a Intrapessoal capacidade de entender a si mesmo, lidar com seus desejos e sonhos, direcionar a própria vida de forma efetiva. Com essas inteligências, percebe-se que cada um é único e dotado de uma cognição diferente.

O que se espera das crianças de hoje é que elas sejam boas em todas as áreas que as escolas oferecem, pois um bom desempenho escolar gera excelentes profissionais quando chegam na fase adulta. Dessa forma os pais cobram de seus filhos excelência, e em razão disso Moojen e Costa (2006, p. 1004) relatam que aumentou a busca por “diferentes especialistas, como pediatras, neurologistas, psiquiatras e/ou psicólogos”, para gerarem uma avaliação mais ampla e rápida com o objetivo de melhorar a atuação escolar.

Com a competitividade acirrada as crianças, muitas vezes, acabam frustradas e apresentam dificuldades no aprender. Para que um bom diagnóstico seja feito, é necessário levar em conta os múltiplos fatores que estão relacionados: a escola, na qual o profissional deve avaliar as condições físicas da sala de aula e as condições do corpo acadêmico; a família, na qual é avaliado se os pais estão atentos à rotina de estudo, à alimentação, lazer e sono da criança; e relacionado com a criança, em que se avalia se ela tem problemas físicos em geral ou alguma patologia que esteja influenciando sua forma de aprender (ROTTA, 2006).

Quando uma criança apresenta dificuldades ao aprender, deve-se cuidar para não rotulá-la e precipitadamente diagnosticá-la com algum transtorno de aprendizagem, como afirma Rotta (2006, p. 117), apenas pelo fato de “não estar tão interessada na aula como a professora gostaria, ou nas tarefas escolares como a família espera.” Não significa que a criança apresente problemas sérios relacionados a sua cognição. Às vezes falta estímulos ou até mesmo aptidão para aquilo que está aprendendo no momento.



Boa parte dos pais não tiveram uma educação com qualidade no passado; por este motivo e pela vontade de seu filho ter melhores condições do que eles, há cada vez mais uma exigência para que os filhos se tornem melhores e que dominem todas as áreas do conhecimento. Com isso, Groisman (2015, p. 151) aponta que a busca por um desenrolar clínico, tendo a sintomatologia da criança como o foco, faz com que “o olhar simplificado e individual, não leva em consideração – o que é fundamental – a influência da dinâmica familiar.” Desse modo, Neufeld e Maté (2013, tradução nossa) comentam que os adultos não percebem que é o relacionamento da criança com os pais (cuidadores) o fator mais significativo para o desenvolvimento do potencial humano.

5 MÉTODO

A pesquisa apresenta cunho metodológico misto, ou seja, utiliza-se tanto da abordagem quantitativa quanto da qualitativa, para analisar múltiplos estudos de casos de crianças de 4 a 13 anos atendidas em um Serviço de Atendimento Psicológico (SAP) de uma universidade da região Oeste de Santa Catarina, em razão de múltiplas queixas. Foram investigados ao todo sete casos, sendo que inicialmente foram coletados os resultados dos testes psicológicos aplicados às crianças por meio da consulta aos seus prontuários clínicos, caracterizando-se essa primeira etapa como uma investigação documental.

Na sequência foi realizada a etapa da pesquisa de campo, quando no SAP foram entrevistados os responsáveis das crianças, momento em que também foi utilizado o instrumento de pesquisa Mapa dos cinco campos. O Mapa trata-se de um instrumento que permite avaliar a estrutura e a função da rede de apoio de crianças, adolescentes e adultos. Para sua realização é solicitado que se coloque no diagrama pessoas que fazem parte da vida, ou seja, as quais estão inseridas na escola ou no trabalho, familiares, amigos, entre outros. Desse modo, a criança ou o adulto sinaliza em cada um dos campos do Mapa, obedecendo a satisfação no relacionamento, de forma que as pessoas que despertam afeto positivo são colocadas mais próximas ao centro e as que despertam afeto negativo são localizadas mais afastadas do centro. É investigada a presença de conflitos e rompimentos em



cada um desses relacionamentos com as pessoas representadas em cada campo (SAMUELSSON; THERNLUND; RINGSTROM, 1996, tradução nossa). Ao todo foram acessadas sete famílias por meio de 14 entrevistas, sendo sete entrevistas realizadas com as crianças no setting terapêutico, e as outras sete entrevistas realizadas com um dos responsáveis na sala de espera da clínica escola.

Os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo proposta por Bardin (2009) e permitiram as categorias propostas pela pesquisa. Ressalta-se que foram consideradas todas as implicações éticas necessárias, fundamentadas, principalmente, na Resolução n. 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e no Código de Ética do profissional de Psicologia. Dessa maneira, os sujeitos foram respeitados e assegurados de todos os seus direitos como participantes mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise dos resultados teve como foco identificar se a família tem influenciado no desenvolvimento cognitivo da criança e descrever tal processo. Desse modo, os dados foram organizados, integrados e analisados suscitando oito subcategorias que foram agrupadas em quatro categorias. Por se tratar de metodologia mista, fez-se necessária a observação subjetiva sem a interferência de resultados que está presente no método qualitativo e consta também o método quantitativo, pois há resultados numéricos referentes aos testes padronizados.

Primeiramente foi levantado o perfil dos entrevistados, sendo eles divididos em responsáveis e crianças. Entende-se por responsáveis, nesta pesquisa, a pessoa que mora e cuida da criança da amostra, sendo que apenas um responsável de cada criança foi abordado e solicitado a ele responder às entrevistas semiestruturadas. Dessa maneira classificou-se o sexo, idade e escolaridade dos participantes.

Na Tabela 1 trata-se dos *Dados dos responsáveis*. Percebeu-se que de sete entrevistados apenas um é do sexo masculino, os demais são do sexo feminino. A idade variou entre 20 e 43 anos, e na escolaridade apenas um entrevistado tinha o Ensino Superior Completo, um com Nível Técnico Completo, dois obtiveram Ensino Médio Completo e três dos entrevistados estão com o Ensino Superior Incompleto.



O interessante nesse perfil foi a presença de apenas um do sexo masculino como responsável, sabe-se que é de grande importância a figura paterna para o desenvolvimento cognitivo e social da criança. Assim como afirma Trapp e Andrade (2017, p. 46), “a presença paterna é um dos fatores decisivos para o desenvolvimento cognitivo social, facilitando a capacidade de aprendizagem e a integração da criança na sociedade.” Diante desse fato e dos dados levantados, não se sabe se a presença feminina foi maior em decorrência dos horários das entrevistas, e assim o responsável não estava presente, ou se de fato o sexo masculino tem deixado a desejar na educação de suas crianças.

Tabela 1 – Dados dos Responsáveis

Sexo	Idade	Escolaridade
F	23	Ensino Médio Completo
F	20	Ensino Superior Incompleto
F	41	Ensino Superior Incompleto
F	34	Nível Técnico Completo
F	25	Ensino Superior Completo
M	43	Ensino Médio Completo
F	36	Ensino Superior Incompleto

Fonte: os autores.

A Tabela 2 trata dos *Dados das crianças*. Nesse quesito, o que ficou claro foi o significativo número de meninos em relação às meninas, pois de sete crianças, apenas uma é do sexo feminino. Segundo Scortegagna e Levandowski (2004, p. 139), “nos encaminhamentos para atendimento psicológico a predominância é para o sexo masculino.” As autoras, ainda, salientam que isso ocorre pelo fato de os meninos sinalizarem mais, no ambiente escolar, seus problemas comportamentais ou, até mesmo, demonstrarem maior dificuldades no aprendizado. A idade das crianças ficou entre 4 e 13 anos, e a escolaridade apresentou-se compatível com as idades.



Tabela 2 – Dados das Crianças

Sexo	Idade	Escolaridade
M	5	Pré II
M	4	Pré I
M	13	7º ano
M	12	7º ano
M	7	1º ano
F	10	5º ano
M	9	9º ano

Fonte: os autores.

A primeira categoria surgiu mediante as respostas obtidas nas entrevistas semiestruturadas, denominando-se *Percepção dos Responsáveis*. Com isso, originaram-se três subcategorias, sendo a primeira *Educação/Escola*. Ao se indagar sobre a importância da educação na vida das crianças, os responsáveis, aqui denominados como R, responderam com poucas palavras. Os responsáveis R1 e R4 afirmaram que é fundamental, porém R1 continua sua fala dizendo que é fundamental pelo menos até o Ensino Médio; R3 e R6 disseram que é muito importante, R2 afirmou que é necessário para ter conhecimento, R5 acredita que é importante para o desenvolvimento pessoal e R7 disse que a importância é gigantesca, e todos os responsáveis avaliaram a escola na qual suas crianças estudam como boa. Diante das respostas, observou-se que os responsáveis acreditam que a educação está intrínseca na escola, como afirma Dourado e Oliveira (2009, p. 203), “para alguns, ela se restringe às diferentes etapas de escolarização que se apresentam de modo sistemático por meio do sistema escolar.” O que vale ressaltar é que a educação é um processo que vai além da escola, como relatam Dourado e Oliveira (2009), a educação é representada nas relações sociais mais amplas.

A segunda subcategoria foi classificada como *Influência da família nos estudos*. Conforme alguns autores defendem, é na família que se cria a junção do ser humano com a cultura, e, dessa forma, o que se obtém é a relação interpessoal, como apontam Dessen e Polonia (2007), como primeira mediadora entre o ser humano e a cultura. A família se constitui na unidade dinâmica das relações de cunho afetivo, social e cognitivo que estão imersas nas condições materiais, históricas e culturais



de um dado grupo social. Ela é a matriz da aprendizagem humana, com significados e práticas culturais próprias que geram modelos de relação interpessoal e de construção individual e coletiva.

É nessa construção individual e coletiva que o contexto familiar é determinante. Com isso, as perguntas aos responsáveis foram direcionadas sobre o tema de casa, rotina da criança e sobre a importância da família no aprendizado. Todos os responsáveis, exceto R2, relataram que verificam se há temas de casa e acham de grande importância a família ajudar a criança no que elas necessitarem, como afirma R6: “Acho importante o envolvimento da família porque gera conhecimento.” (informação verbal). Com relação à rotina, todos os responsáveis relataram que seguem uma com suas crianças, apesar de muitas vezes ser difícil manter uma constância. Desse modo R2 relata: “que tento ter rotina, mas é difícil.” (informação verbal).

A última subcategoria desta seção foi denominada *Aprendizagem*, e mediante as respostas dos responsáveis, percebeu-se que a família pode contribuir no desenvolvimento cognitivo da criança, e que o brincar proporciona esse aprendizado. Segundo Kishimoto (2001, p. 67), “toda experiência resgatada através das brincadeiras contribuirá para o crescimento da criança no seu modo de ver e atuar no mundo.” Nesse sentido, os responsáveis afirmaram que é na brincadeira que as crianças se desenvolvem melhor, pois há um interesse maior do que apenas aprender, como afirma R3: “é no brincar que o aprender se torna mais prazeroso.” (informação verbal).

A segunda categoria desta pesquisa denominou-se *Percepção da Criança* e emergiu das respostas dadas pelas próprias crianças nas entrevistas semiestruturadas. Da mesma forma que na categoria anterior, originaram-se três subcategorias para analisar as percepções das crianças sobre a escola, o ambiente familiar e a aprendizagem. Para não expor a identidade dos entrevistados, aqui serão identificados pela letra C nos diálogos transcritos.

A primeira subcategoria denominada *Escola* apresenta a visão da criança sobre o gostar de ir para a escola e do que ela mais gosta e menos gosta de fazer quando está no ambiente escolar. C1 respondeu que gosta de ir à escola porque brincar é legal, gosta de brincar no parque com os amigos, e não soube falar sobre o



que menos gosta. C2 respondeu que gosta de ir à escola desenhar, o que mais gosta lá é pular na cama elástica, e o que menos gosta é nadar na piscina de bolinhas. C3 respondeu que não gosta de ir à escola por causa dos colegas e da Matemática. C4 contou que gosta de ir à escola conversar com os amigos, o que mais gosta de fazer é brincar, e não gosta de Língua Portuguesa. C5 relatou que gosta e não gosta de ir para a escola, por causa do horário e porque às vezes não pode brincar, gosta de ir na sala de informática, e não gosta da aula de Inglês. C6 contou que gosta de ir à escola porque os professores são legais e também tem festa todo ano; o que mais gosta de fazer é conversar e o que eu menos gosta é de fazer contas. C7 também disse que gosta de ir para a escola, lá é sempre chato, mas quando vai gosta de copiar e conversar (informações verbais).

Conforme as falas, muitas crianças não gostam de ir para o ambiente escolar, pois ele não proporciona a motivação necessária. Vygotsky (2003) afirma que é no procedimento pedagógico que a vida social se torna ativa. Desse modo o trabalho educativo do professor precisa estar entrelaçado entre o social, o criativo e as demais áreas do cotidiano da criança. Assim, a criança sentirá prazer em se deslocar da sua casa até a escola.

A segunda subcategoria proposta é *Casa*, sendo que Sigolo (2004, p. 189) comenta que a casa é o ambiente familiar e o “espaço de socialização infantil”, e é nesse ambiente que os “padrões de comportamentos, hábitos, atitudes e linguagens, usos, valores e costumes são transmitidos.” Assim, nessa classificação se obteve a fala sobre do que a criança brinca, com quem brinca, o que mais e menos gosta de fazer quando estão em suas casas. O mais interessante nas falas é que nenhuma criança sinalizou que brinca com seus responsáveis, e, da mesma forma, nenhum responsável indagou que brincava com suas crianças, apenas comentaram que o brincar é importante.

A última subcategoria denominada *Aprendizado*, analisou por meio das respostas dadas, as tarefas/temas de casa, se procuram ajuda e o que fazem para melhor aprender. C1: “eu não tenho tarefas, acho que brincar me ajuda a aprender.” C2: “não tenho tarefas, quem me ajuda a aprender é a T., minha mãe.” C3: “meu tema faço sozinho, ninguém me ajuda e o que me ajuda a aprender é fazer os temas.” C4: “minhas tarefas de casa é lavar louça, passar aspirador de pó, dobrar



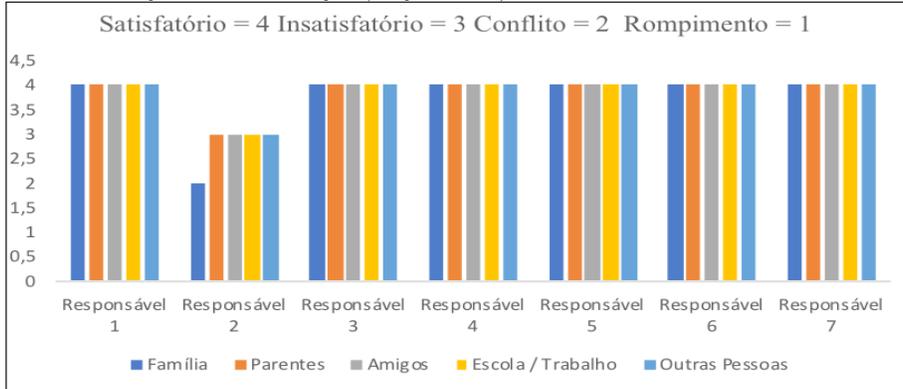
roupa e minha mãe me ajuda. Acredito que estudar, jogar e fazer atividades de perguntas me ajuda a aprender.” C5: “algumas são difíceis, aí não gosto, meu pai e minha mãe me ajudam. Aprendo lendo um pouco.” C6: “minhas tarefas são difíceis, meu pai, minha mãe e às vezes os dois me ajudam, aprendo lendo.” C7: “quase não tenho tema e quando preciso meu pai ajuda, não faço nada para me ajudar a aprender.” (informações verbais).

Cabe ressaltar que a brincadeira deveria aparecer como um recurso da ludicidade. Winnicott (1971, p. 63) afirma essa questão dizendo que “é no brincar, e talvez apenas no brincar, que a criança ou o adulto fruem sua liberdade de criação.” Conforme as respostas das crianças, o que se percebeu foi que apenas C1 e C4 consideram o brincar e o jogo como forma de aprender.

A terceira categoria, *Nível de Relacionamento*, identificou principalmente por meio do Mapa dos Cinco Campos a presença de satisfação, insatisfação, conflito ou rompimento nas relações interpessoais, e dessa forma se originaram duas subcategorias. Na primeira subcategoria, *Relação Interpessoal – Responsáveis*, representada pelo Gráfico 1, todos os responsáveis, exceto R2, responderam que têm relações satisfatórias tanto com os familiares, parentes, amigos e no trabalho quanto com demais pessoas. Alegaram que normalmente preferem não entrar em conflitos e julgam que as amizades devem ser bem escolhidas para que tenham bons relacionamentos. Já R2 disse que é inevitável não ter nenhum conflito com as pessoas, ainda mais quando não se está em um dia bom... com a família foi difícil, mas precisei ter rompimento (informação verbal). Segundo Bronfenbrenner (2011), ao longo da vida, o desenvolvimento humano acontece por meio das relações interpessoais. Dessa forma, por mais complexas que sejam essas relações, geram uma evolução biopsicossocial no ser humano, tornando as relações proximais duradouras ou não.



Gráfico 1 – Mapa dos Cinco Campos (Responsáveis)



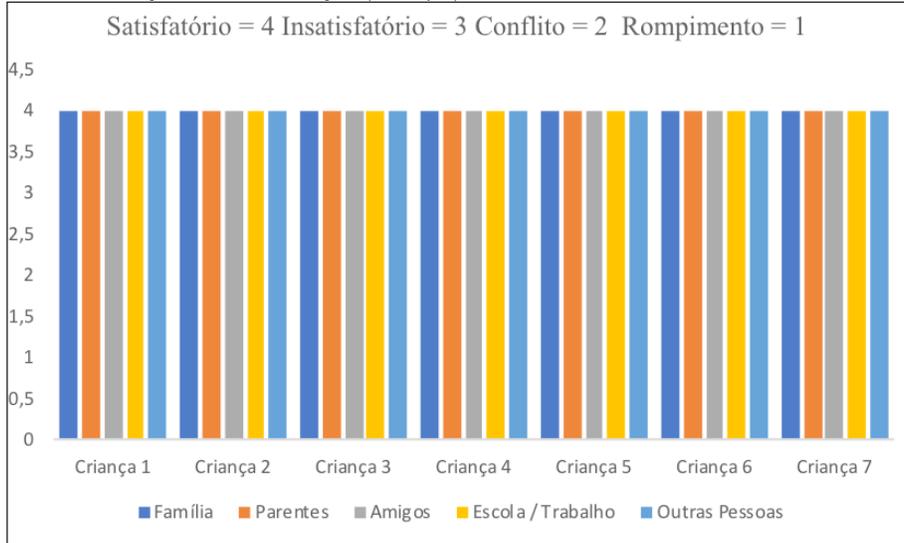
Fonte: os autores.

Na segunda subcategoria *Relação Interpessoal – Crianças*, representada pelo Gráfico 2, todas as crianças responderam que suas relações interpessoais são satisfatórias, porém ao consultar seus prontuários clínicos, C1, em uma sessão de psicoterapia, compartilhou que, apesar de ter relações satisfatórias, visita sua mãe escondido de seu pai. C2 também em uma sessão de psicoterapia comentou que tem conflito com sua avó materna. Silva e Dessen (2003, p. 503) comentam que as interações da criança em diversos sistemas, como, por exemplo, na escola, são eficazes em decorrência das “interações estabelecidas no microsistema família, são as que trazem implicações mais significativas para o desenvolvimento da criança.”

O Mapa dos Cinco Campos, por sua vez, não foi efetivo nessa subcategoria, pois não sinalizou quaisquer problemas enfrentados pelas crianças em seus níveis de relacionamento. Uma hipótese para a aplicação não efetiva dessa técnica foi a questão de a criança não se sentir à vontade em responder sobre problemas relacionados aos seus níveis de relacionamento; porém diante da consulta aos prontuários clínicos, ficou claro que há, sim, dificuldades que interferem nos convívios sociais.



Gráfico 2 – Mapa dos Cinco Campos (Crianças)



Fonte: os autores.

A última categoria da pesquisa, denominada *Desempenho Cognitivo*, não originou subcategorias em razão do fato de se tratar apenas da análise dos testes psicológicos, os quais foram coletados diretamente nos prontuários clínicos das crianças da amostra. Diante dos resultados, obtiveram-se quatro crianças, sendo elas C1, C3, C5 e C7, que passaram pelo teste não verbal de inteligência R2. Entre elas, duas crianças apresentaram desempenho dentro da média esperada e duas acima da média, ou seja, essas quatro crianças não apresentaram problemas relacionados à cognição. Outra criança da amostra, C2, também foi avaliada com o teste Colúmbia, que é um teste não verbal que analisa o raciocínio lógico. O resultado foi um desempenho médio superior; com isso, essa criança também não apresenta indicativo de problemas cognitivos. As crianças C4 e C6 foram avaliadas também por uma bateria de testes de atenção, na qual obtiveram os resultados médios superiores, porém visualizou-se que C4 veio encaminhada com queixa de dificuldade de aprendizagem.

Por fim, percebeu-se que as crianças têm sido encaminhadas com queixas de dificuldades escolares, de aprendizagem, porém, ao chegarem ao atendimento e serem avaliadas, passam a ser atendidas em razão de outro tipo de sofrer. Como



afirmam Gadelha e Menezes (2004, p. 60), “as crianças dificilmente relatam seus sentimentos e comportamentos da forma como o fazem os adultos.” Assim, esses sentimentos podem estar relacionados a um sofrer no ambiente familiar ou mesmo no ambiente escolar.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa possibilitou analisar a influência do sistema familiar no desenvolvimento cognitivo da criança por meio do funcionamento familiar que vem sendo modificado ao longo dos anos. O que ficou claro é que o brincar gera uma forma de aprender, pois sua ludicidade é pautada como estratégia de criatividade mediante as inteligências múltiplas de cada indivíduo, sendo a família o elo principal do desenvolvimento social da criança.

A investigação permitiu verificar que entre as famílias entrevistadas apenas um responsável era do sexo masculino, e entre as crianças atendidas apenas uma era do sexo feminino. Esse foi um dado que gerou duas indagações, sendo a primeira o porquê de os meninos serem grande maioria na busca pelo atendimento, e a segunda relacionou-se ao papel da figura masculina no sistema familiar, pois se sabe da importância desse referencial na construção da personalidade da criança.

Nas entrevistas percebeu-se que existe um interesse da família em buscar formas de ajudar suas crianças, fato este indicado nas respostas sobre rotina, brincar, estimular e, até mesmo, ajudar nos temas e tarefas que vêm da escola para casa. As crianças, por sua vez, também demonstraram segurança ao responderem as perguntas referentes ao seu lar e não sinalizaram agressões ou negligência por parte de seus responsáveis.

Com relação ao nível de relacionamento interpessoal tanto dos responsáveis quanto das crianças, não houve problemas significativos. O que ficou em evidência foram as relações satisfatórias que a grande maioria demonstrou, além disso as crianças sinalizaram, através dos testes de desempenho cognitivo, que a busca da psicoterapia pode até ser indicativo de problemas de aprendizado, porém há outros motivos latentes no sofrer psíquico que podem estar atrapalhando o desenvolvimento cognitivo.



Os objetivos desta pesquisa foram alcançados, comprovando que há influência do sistema familiar no desenvolvimento cognitivo das crianças através do bom funcionamento da dinâmica familiar, que desse modo tem papéis definidos e comunicação adequada. Em um ambiente seguro as crianças conseguem desempenhar o seu próprio papel em diferentes contextos, sem prejuízos e sofrimento para elas.

Conclui-se que a pesquisa serve de orientação para que as famílias olhem com mais atenção o desenvolvimento de suas crianças, pois elas serão os adultos mais adaptados de amanhã, em razão do amparo que eles vivenciam na sua infância. Além desse fato, a família pode ter passado por transformações e obtido novos arranjos, mas a necessidade de sua funcionalidade continua e precisa ser vista cada vez mais como a parte motora da sociedade.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BENCZIK, E. B. P. A importância da figura paterna para o desenvolvimento infantil. *Rev. psicopedagogia*, São Paulo, v. 28, n. 85, p. 67-75, 2011.

BRASIL. **Constituição**. República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

BRONFENBRENNER, U. **Bioecologia do desenvolvimento humano**: tornando os seres humanos mais humanos. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CAMPOS, D. C. Saudade da família no futuro ou o futuro sem família? *In*: BAPTISTA, M. N.; TEODORO, M. L. M. **Psicologia de Família**: teoria, avaliação e intervenção. Porto Alegre: Artmed, 2012.

CAPITÃO, C. G.; ROMARO, R. A. (org.). **Concepção psicanalítica da família**. *In*: BAPTISTA, M. N.; TEODORO, M. L. M. **Psicologia de Família**: teoria, avaliação e intervenção. Porto Alegre: Artmed, 2012.



CHARLOT, B. **A relação com o saber: elementos para uma teoria.** Porto Alegre: Artmed, 2000.

CLAPARÈDE, E. **Psicologia da Criança e Pedagogia Experimental.** Tradução: Turiano Pereira e Aires da Mata Machado. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1934.

DESSEN, M. A.; POLONIA, A. da C. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 17, n. 36, p. 21-32, abr. 2007.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. de. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 29, n. 78, p. 201-215, ago. 2009.

FERRARI, D. F. M. **Desenvolvimento Cognitivo: As implicações das teorias de Vygotsky e Piaget no processo de ensino e aprendizagem.** 2014. 37 f. Monografia (Especialização em Educação) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2014.

FERRIÈRE, A. **A escola Activa.** Tradução: Domingos Evangelista. Porto: Educação Nacional, 1934.

FUNAYAMA, C. A. R. (org.). **Problemas de Aprendizagem: enfoque multidisciplinar.** Campinas: Alílea, 2000.

GOMIDE, P. I. C. **Pais presentes, pais ausentes: regras e limites.** 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

GADELHA, Y. A.; MENEZES, I. N. de. Estratégias lúdicas na relação terapêutica com crianças na terapia comportamental. **Univ. Ci. Saúde**, Brasília, DF, v. 2, n. 1, p. 1-151, jan. 2004.

GARDNER, H. *et al.* **Inteligências múltiplas ao redor do mundo.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

GROISMAN, M. **Terapia familiar breve na infância e na adolescência: sem (100?) remédios, sem (100?) terapia individual.** Rio de Janeiro: Núcleo de Pesquisa, 2015.



JACOB, W. **Neuropsicopedagogia: estrutura neurológica e aprendizagem.** Maringá: UniCesumar, 2014.

KISHIMOTO, T. M. (org). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MARTURANO, E. M. Ambiente Familiar e Aprendizagem Escolar. *In:* FUNAYAMA, C. A. R. (org.). **Problemas de Aprendizagem: enfoque multidisciplinar.** Campinas: Alínea, 2000.

MOOJEN, S.; COSTA, A. C. Semiologia Psicopedagógica. *In:* ROTTA, N. T. *et al.* **Transtornos da Aprendizagem: Abordagem Neurobiológica e Multidisciplinar.** Porto Alegre: Artmed, 2006.

MONTESSORI, M. **A mente da criança.** Tradução: Pedro da Silveira. Lisboa: Portugalíia, 1971.

MÜLLER, A. W. **Da velha à nova família.** Florianópolis: [s. n.], 2009. Disponível em: <http://awmueller.com/psicologia/velha-nova-familia.htm>. Acesso em: 14 ago. 2018.

NEUFELD, G.; MATÉ, G. **Hold on to your kids: Why parentes need to matter more than peers.** Toronto: Vintage Canada, 2013.

OLIVEIRA, M. K. de. **Vygotsky.** São Paulo: Scipione, 1993.

OLIVEIRA, N.; H. D. **Recomeçar: família, filhos e desafios.** São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento Humano.** 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

RIESGO, R. dos S. Anatomia da Aprendizagem. *In:* ROTTA, N. T. *et al.* **Transtornos da Aprendizagem: Abordagem Neurobiológica e Multidisciplinar.** Porto Alegre: Artmed, 2006.

ROTTA, N. T. **Transtornos da Aprendizagem: Abordagem Neurobiológica e Multidisciplinar.** Porto Alegre: Artmed, 2006.



SAMUELSSON, M.; THERNLUND, G.; RINGSTROM, J. Using the Five Field Map to Describe the Social Network of Children: A Methodological Study. **International Journal of Behavioral Development**, 1996.

SCORTEGAGNA, P.; LEVANDOWSKI, D. C. Análise dos Encaminhamentos de Crianças com Queixa Escolar da Rede Municipal de Ensino de Caxias do Sul. **Interações**, Caxias do Sul, v. 18, n. 3, p. 127-152, dez. 2004.

SILVA, I. M. da. **O lúdico na Educação Infantil**. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO, CIDADANIA E EXCLUSÃO, 4., 2015, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Realize, 2015.

SIGOLO, S. R. R. L. Favorecendo o desenvolvimento infantil: ênfase nas trocas interativas no contexto familiar. In: MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A.; WILLIAMS, L. C. A. (org.). **Temas em Educação Especial: avanços recentes**. São Carlos: Edufscar, 2004. p. 189-195.

SILVA, N. L. P.; DESSEN, M. A. Crianças com Síndrome de Down e suas Interações Familiares. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Brasília, DF, v. 16, n. 3, p. 503-514, mar. 2003.

SILVEIRA, L. M. O. B.; WAGNER, A. **A interação família-escola frente aos problemas de comportamento da criança: uma parceria possível?** 2005. 109 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/4981/1/000392660-Texto%2BCompleto-0.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2018.

SOUSA, J. P. de. **A importância da família no processo de desenvolvimento da aprendizagem da criança**. 2012. 20 f. Monografia (Especialização em Psicopedagogia Clínica) – Universidade Estadual do Acre, Fortaleza, 2012.

SOUZA, J. M. de; VERÍSSIMO, M. de L. Ó. R. Child development: analysis of a new concept. **Revista Latino-americana de Enfermagem**, [s.l.], v. 23, n. 6, p. 1097-1104, dez. 2015.

TRAPP, E. H. H.; ANDRADE, R. de S. As consequências da ausência paterna na vida emocional dos filhos. **Revista Ciência Contemporânea**, Guaratinguetá, v. 2, n. 1, p. 45-53, dez. 2017.



VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VYGOTSKY, L. S. **Formação Social da Mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VYGOTSKY, L. S. **Psicologia pedagógica**. Tradução: Schilling C. Porto Alegre: Artmed, 2003.

WINNICOTT, D. W. **O Brincar & a Realidade**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1971.

ZANLUCHI, F. B. **O brincar e o criar: as relações entre atividade lúdica, desenvolvimento da criatividade e Educação**. Londrina: O Autor, 2005.



EFEITOS DO TREINAMENTO RESISTIDO UNILATERAL E BILATERAL NA FORÇA MUSCULAR MÁXIMA DE INDIVÍDUOS MASCULINOS

André Cesar Vial¹
Mariluce Poerschke Vieira²

RESUMO

O presente estudo teve por objetivo verificar os efeitos de treinamento resistido executado de forma unilateral e bilateral na força máxima em indivíduos masculinos. Caracteriza-se por ser uma pesquisa experimental, na qual os participantes foram indivíduos masculinos frequentadores de uma academia de Chapecó e que atenderam aos seguintes critérios: praticar treinamento resistido há pelo menos seis meses e treinar de forma sistematizada na frequência de três vezes semanais por um período de oito semanas. Como instrumento foi utilizada a predição de 1-RM e a zona-alvo por meio da tabela de percentual de 1-RM e número de repetições de Baechle e Groves (1992), e os exercícios determinados foram: supino reto (articulado), leg press (45º) e rosca bíceps (polia). Em relação à metodologia de treino, foi adotado método multiséries ou séries múltiplas, mesclando exercícios uniarticulares e multiarticulares, utilizando quatro séries por exercício, repetições entre uma e seis, intervalos entre séries de dois a três minutos e cargas entre 80 e 100% de 1 RM, sendo que ambos os grupos treinaram de forma unilateral e bilateral em delineamento crossover. Os dados foram analisados descritivamente e, a partir disso, constatou-se que em todos os testes a somatória das cargas utilizadas unilateralmente foram superiores à carga utilizada bilateralmente; entretanto, ambos os programas de treinamento foram eficazes no incremento de força máxima, sendo que os maiores ganhos foram percebidos nas quatro primeiras semanas, atingindo os patamares entre 30 e 33% de incrementos.

Palavras-chave: Força. Treinamento resistido. Unilateral. Bilateral.

¹ Graduado em Educação Física pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; andre.vial@hotmail.com

² Mestre em Ciência do Movimento Humano pela Universidade do Estado de Santa Catarina; Pós-graduada em Psicologia do Esporte pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Professora no Curso de Educação Física da Universidade do Oeste de Santa Catarina; mariluce.vieira@unoesc.edu.br



1 INTRODUÇÃO

O treinamento de força, além de ser recomendado por organizações nacionais de saúde, é uma das práticas de exercícios físicos mais utilizadas e tem se tornado cada vez mais popular nas últimas décadas, sendo praticado por adolescentes, idosos, adultos saudáveis e populações especiais, como indivíduos com problemas cardiovasculares e neuromusculares (AMERICAN COLLEGE OF SPORTS MEDICINE, 2009).

Geralmente os praticantes do treinamento de força buscam benefícios como aumento da força e alterações na composição corporal. Esses benefícios são gerados em razão de a musculatura se movimentar, ou tentar se mover, contra a resistência gerada por algum tipo de equipamento (FLECK; KRAEMER, 2006). A exposição crônica a esse tipo de treinamento produz aumento na força muscular, e esses incrementos são atribuídos a um conjunto de adaptações neuromusculares (FOLLAND; WILLIAMS, 2007).

Os exercícios de força devem ser determinados pela instrução correta dos objetivos, dos métodos de avaliação e da prescrição correta de exercícios com correção progressiva das cargas, por meio da supervisão de um profissional qualificado para a prevenção de lesões, para que a conquista dos benefícios no rendimento e/ou na saúde dos praticantes seja evidenciada (SIMÃO; WALACE; ARAÚJO, 2001; FLECK; KRAEMER, 2006).

Entretanto, para que haja uma correta prescrição em qualquer exercício, esta deve estar baseada em fundamentos científicos que ajudarão no desenvolvimento de melhores programas e no desenvolvimento lógico do treinamento de força; inclusive, diversos métodos de treinamento foram criados com o objetivo de atender às necessidades de grupos específicos (FLECK; KRAEMER, 2006).

Quanto à lateralidade, os exercícios podem ser realizados de forma unilateral ou bilateral (BOTTON; PINTO, 2012), e já foi observado que o uso das duas formas de execução no treinamento causa incrementos de força, considerando que o treinamento de força é capaz de promover alteração da massa muscular (FLECK; KRAEMER, 2006) e aumento na força muscular (FOLLAND; WILLIAMS, 2007). No entanto, não se sabe ao certo se a forma de execução dos exercícios, unilateral ou



bilateral, pode ser uma influência positiva em relação aos ganhos da força muscular máxima, que se refere à quantidade máxima de tensão que um músculo ou grupo muscular pode gerar em um padrão específico de movimento e em uma velocidade determinada (KNUTTGEN; KRAEMER, 1987).

Em relação a comparações entre a forma de execução do treinamento de força, de acordo com métodos de execução unilateral e bilateral, a literatura apresenta alguns estudos (HENRY; SMITH, 1961; HOWARD; ENOKA, 1987; SIMÃO; WALACE; ARAÚJO, 2001; BOTTON; PINTO, 2012), os quais mostram que a preocupação em aplicar o melhor treinamento já vem sendo estudado há muitas décadas.

Embora se perceba que há estudos relacionados a esse tema, a literatura, principalmente no Brasil, ainda é escassa, o que torna imprescindível a busca de dados mais recentes sobre essas metodologias (unilateral e bilateral) no incremento de força máxima, além de ser de extrema relevância para os profissionais que atuam na área de saúde, principalmente os profissionais de Educação Física.

Diante das considerações abordadas, foram elaborados dois programas de treinamento seguindo a metodologia compartilhada pelos autores Kraemer e Ratamess (2004) para o incremento de força máxima. A partir disso, o principal objetivo deste estudo é verificar os efeitos de treinamento resistido executado de forma unilateral e bilateral na força máxima em indivíduos masculinos.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo caracteriza-se por ser uma pesquisa experimental (GIL, 2010) com delineamento crossover; de acordo com Guimarães *et al.* (2013), nesse tipo de estudo cada voluntário recebe todos os tratamentos (sendo aleatória a ordem dos tratamentos recebidos), neste caso, o participante é seu próprio controle. Assim, considerando que se tenham dois tratamentos, “A” e “B”, as unidades experimentais são divididas aleatoriamente em dois grupos, que iniciam o experimento em um dos dois tratamentos. Após um período de intervalo, conhecido como *wash-out*, o outro tratamento é aplicado àquelas unidades experimentais. Neste caso, têm-se duas sequências de tratamentos, “A” para “B” e “B” para “A”.



Os participantes foram selecionados de forma intencional e por conveniência, os quais praticavam atividade física em uma academia no Município de Chapecó, SC. Para participar, os alunos foram informados sobre os objetivos do estudo, seus riscos e benefícios via Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Documento esse assinado pelos alunos que aceitaram participar do estudo.

Além de os participantes frequentarem a mesma academia, eles deveriam atender aos seguintes critérios: praticar o treinamento resistido há pelo menos seis meses antes de iniciar a coleta e treinar de forma sistematizada na frequência de três vezes semanais por oito semanas, sem interrupção, durante a coleta.

Iniciaram no estudo 12 indivíduos masculinos, entretanto, houve desistências e outros foram eliminados por não se adequarem aos termos propostos na pesquisa (frequência de treino de três vezes semanais), assim, ao final, restaram quatro participantes.

Em relação à determinação da carga de trabalho, foi utilizada a forma mais popular e simples, o teste de uma repetição máxima (1-RM), ou teste de carga máxima (COSGROVE; MAYHEW, 1997; MANSO, 1999). Apesar de a predição de 1-RM ser realizada basicamente em todos os exercícios propostos nos treinamentos, é importante ressaltar que foram utilizados para este estudo os dados dos exercícios: supino reto (articulado), leg press (45º) e rosca bíceps (polia), seguindo a forma de execução descrita por Uchida *et al.* (2010).

O protocolo do treinamento seguiu-se da seguinte forma: os treinamentos iniciaram em julho de 2017 e foram realizados três vezes semanais no horário final da tarde (a partir das 17h). Segundo Bacurau *et al.* (2001), o treino de musculação deve ser praticado no fim da tarde, porque o pico do hormônio do crescimento e da testosterona são mais altos e proporcionam aumento de força mais significativo.

Em relação à metodologia de treino foi adotado o método multiséries, ou séries múltiplas, considerando que Uchida *et al.* (2010) ressaltam que o método séries múltiplas é o mais difundido entre os praticantes do treinamento de força, podendo ser utilizado pelo indivíduo sedentário ou pelo atleta de alto nível, para qualquer objetivo, desde que se ajuste o número de séries e repetições. Esse método se caracteriza pela realização de mais de uma série por exercício.



No que diz respeito à intensidade da carga, foi determinada por meio da zona-alvo de RM. Os participantes foram orientados para utilizarem a carga que possibilitasse apenas a realização do número de repetições estabelecidos, de acordo com o que orientam Bird, Tarpennig e Marino (2005).

Quanto ao número de séries, repetições e intervalos, foram realizadas quatro séries por exercício, repetições entre uma e seis, intervalos entre séries de dois a três minutos e cargas entre 80 e 100% de RM. Sessões de musculação de força máxima possuem uma a seis repetições (BRANDENBURG; DOCHERTY, 2002), com velocidade lenta e carga entre 85 e 100% (MARQUES JUNIOR, 2001). A força predominante é a neural (HÄKKINEN, 1989; DOAN *et al.*, 2002). O objetivo dessa sessão é maximizar a força máxima (MCDUGALL, 1986), com a necessidade de uma pausa entre as séries mais duradouras.

Referindo-se aos exercícios, foram utilizados uniarticulares e multiarticulares, considerando que ambos se mostraram eficazes para aumentar a força nos grupos musculares a serem trabalhados (KRAEMER *et al.*, 2002). No treinamento de força, os exercícios podem ser classificados em três categorias: isométricos ou estáticos, dinâmicos ou isotônicos e isocinéticos (POWERS; HOWLEY, 2005). Porém, neste estudo se privilegiarão os isocinéticos e isotônicos, pois, embora o exercício isométrico aumente a força, os exercícios isotônicos e isocinéticos são preferencialmente empregados nos treinamentos de força, pois o exercício isométrico não aumenta a força em toda a amplitude do movimento, somente em determinado ângulo articular mantido durante o treinamento (POWERS; HOWLEY, 2005).

Todos os testes e treinos foram realizados na academia (local de treinamento) para que não houvesse alterações na execução dos movimentos em decorrência das diferenças nos aparelhos utilizados. A distribuição dos participantes foi feita da seguinte forma:

- a) Grupo “A”: composto por dois indivíduos que treinaram inicialmente durante quatro semanas a uma intensidade entre 80 e 100% (1RM) com exercícios propostos de forma bilateral (membros simultaneamente) e, posteriormente, quatro semanas com o mesmo



protocolo para exercícios propostos de forma unilateral (ambos os membros separadamente);

- b) Grupo “B”: composto por dois indivíduos que treinaram inicialmente durante quatro semanas a uma intensidade entre 80 e 100% (1RM) com exercícios propostos de forma unilateral (ambos os membros separadamente) e, posteriormente, quatro semanas com o mesmo protocolo para exercícios propostos de forma bilateral (membros simultaneamente);

Foi verificada a carga máxima de 1-RM por meio da equação para predição de RM, sendo que o teste foi realizado antes dos programas de treinamento e reaplicado após quatro semanas e ao término do treinamento, após oito semanas.

Em relação à análise dos dados, em razão do número reduzido de participantes, eles foram analisados descritivamente e, a partir disso, foram realizadas comparações entre os grupos, verificando as alterações entre eles, bem como alterações pré e pós período de treinamento.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nos resultados apresentados pelos indivíduos do grupo “A” (Tabela 1), observa-se que as maiores variações de força máxima ocorreram após as quatro primeiras semanas em todos os exercícios e em ambos os treinamentos, porém, no unilateral, os ganhos de força foram menores que no bilateral.

Tabela 1 – Resultados do Grupo “A” antes e após o treinamento de carga máxima unilateral e bilateral

Grupo A	Execução bilateral			Execução unilateral		
	Data de avaliação e variação →	30/08/16	30/09/16	Variação (%)	01/10/16	01/11/16
Exercício ↓	Carga utilizada/kg			Carga utilizada/kg		
Supino reto articulado						
Indivíduo 1	60	90	(33,33)	35	45	(22,22)
Indivíduo 2	60	90	(33,33)	35	45	(22,22)



Grupo A	Execução bilateral			Execução unilateral		
	Data de avaliação e variação →	30/08/16	30/09/16	Variação (%)	01/10/16	01/11/16
Exercício ↓	Carga utilizada/kg			Carga utilizada/kg		
Leg press						
Indivíduo 1	205	250	(18)	120	135	(11,11)
Indivíduo 2	205	250	(18)	120	135	(11,11)
Rosca na polia						
Indivíduo 1	30	38	(21,05)	30	35	(14,28)
Indivíduo 2	30	40	(25)	30	36	(16,66)

Fonte: autores.

Nota: Kg = Kilograma. % = Porcentagem.

Nos resultados apresentados pelos indivíduos do grupo “B” (Tabela 2), observa-se que as maiores variações de força máxima se apresentaram após as quatro primeiras semanas em ambos treinamentos, porém, no treinamento unilateral, percebe-se um aumento maior em relação ao treinamento bilateral.

Analisando os dois grupos, percebe-se que o “A” executou primeiramente o treinamento bilateral, e o “B”, o unilateral. Em ambos os treinamentos, os indivíduos apresentaram maior variação de força máxima após as quatro semanas, o que significa que tanto o treinamento unilateral quanto o bilateral foram eficientes para o ganho de força nesses indivíduos.

Tabela 2 – Resultados do Grupo “B” antes e após o treinamento de carga máxima unilateral e bilateral

Grupo B	Execução unilateral			Execução bilateral		
	Data de avaliação e variação	30/08/16	30/09/16	Variação (%)	01/10/16	01/11/16
Exercício ↓	Carga utilizada/kg			Carga utilizada/kg		
Supino reto articulado						
Indivíduo 1	35	50	30	80	90	11,11
Indivíduo 2	35	50	30	80	90	11,11
Leg press						
Indivíduo 1	115	145	20,68	225	268	16,04
Indivíduo 2	115	145	20,68	225	268	16,04
Rosca na polia						
Indivíduo 1	25	35	28,57	30	40	25
Indivíduo 2	30	40	25	32	42	23,80

Fonte: autores.

Nota: Kg = Kilograma. % = Porcentagem.



O objetivo do presente estudo foi verificar os efeitos sobre a força muscular máxima por meio do treinamento resistido executado de forma unilateral e bilateral.

Em um protocolo de treinamento resistido com duração de oito semanas, Dias *et al.* (2005) encontraram aumento significativo de força máxima nos exercícios supino, agachamento e rosca direta em homens e mulheres moderadamente ativos. Esses dados corroboram em partes os obtidos neste estudo, em que durante oito semanas ambos os grupos, nos programas de treinamento aplicado, apresentaram ganhos de força variando entre 11,11 e 33,33% de incremento.

Quando comparados o Grupo “A” e o Grupo “B”, é possível observar que, em relação ao percentual de ganho de força máxima, os maiores picos se apresentam nas quatro primeiras semanas de treinamento, tanto para o grupo “A” – exposto primeiro ao treinamento bilateral –, quanto para o grupo “B” – exposto primeiro ao treinamento unilateral. Incrementos no aumento da carga e da força em um curto período de tempo são encontrados na literatura (WILMORE, 1974; HUNTER, 1985; STARON *et al.*, 1994; LEMMER *et al.*, 2000).

Alguns autores como Hickson *et al.* (1994), O’Byrant *et al.* (1988), Bacurau *et al.* (2001) e o American College of Sports Medicine (2002) ressaltam que na fase inicial do treinamento, o ganho de força é predominantemente neural; após esse período, nas fases intermediárias e avançadas, os fatores hipertróficos são os responsáveis pela maximização da força.

Por outro lado, Barbanti (2000) acredita que a força máxima esteja relacionada com a área transversal da fibra, com o número de fibras ativadas, com a estrutura do músculo, com a coordenação neuromuscular e com fatores psicológicos.

No que diz respeito à variação de cargas utilizadas unilateralmente e bilateralmente, observa-se que em ambos os grupos e, em todos os exercícios analisados, o somatório das cargas utilizadas para os testes unilaterais é superior às cargas máximas utilizadas bilateralmente. Esses resultados corroboram o estudo de Janzen, Chilibeck e Davison (2006), os quais observaram que a somatória das cargas levantadas pelo grupo que realizou os exercícios de forma unilateral foi maior que



a total no grupo bilateral. Simão *et al.* (2003) avaliaram 32 mulheres entre 18 e 35 anos treinadas, as quais foram submetidas à aplicação de teste de 1-RM (repetição máxima), para determinar a carga máxima na extensão de joelhos uni e bilateral. Eles também concluíram que por meio da determinação das cargas máximas, os somatórios das unidades unilaterais foram superiores às bilaterais. Resultados também encontrados no estudo de Simão, Wallace e Araújo (2001), que avaliaram a carga máxima na flexão de cotovelo uni e bilateral em 14 homens e 10 mulheres destreinados.

Estudos prévios, desde 1961, vêm demonstrando diferenças entre a produção de força máxima durante ações bilaterais quando comparadas às ações unilaterais, nas quais o somatório da produção de força dos membros contralaterais é superior à força produzida bilateralmente (HENRY; SMITH, 1961).

Segundo Carroll *et al.* (2006), uma vez que o treino de força determina adaptações do sistema nervoso, é possível que o treinamento unilateral possa afetar os músculos contralaterais, porque a adaptação no sistema neuromuscular também pode ser acessada ao lado da musculatura não treinada. Esse processo é denominado transferência de força, também chamado de “educação cruzada”, “transferência cruzada” ou “efeito do treinamento de força contralateral”.

A magnitude da educação cruzada após um regime de treinamento pode alcançar altos percentuais, que variam entre, aproximadamente, 25 e 30% da força máxima obtida no membro homólogo treinado (HORTOBÁGYI, 2005), corroborando os resultados observados neste estudo.

Alguns estudos (HÄKKINEN *et al.*, 1996; JANZEN; CHILIBECK; DAVISON, 2006) mostram que as duas formas de executar o treino de força, unilateral e bilateral, são eficientes para obter ganhos de força, mas que os incrementos são maiores na mesma condição em que o treinamento foi realizado (quem treinou de forma unilateral ganha mais força unilateralmente, e quem treinou de forma bilateral ganha mais força bilateralmente).

No entanto, não foi possível observar, no estudo realizado, modificações significativas no ganho de força quando comparadas as duas formas de execução de treinamento – unilateral ou bilateral –, ambos apresentaram percentual de incremento muito próximos, com variação máxima de apenas 3%.



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que independentemente de um programa de treinamento ser baseado em exercícios unilaterais ou bilaterais, estando este estruturado de maneira fundamentada e coerente, ambos apresentam efeitos positivos em relação à força máxima, com ganhos principalmente nas primeiras semanas de treinamento, considerando-se que as duas metodologias (unilateral/bilateral) são eficientes.

Sugerem-se novos estudos com essa temática, pois esse assunto pode contribuir para o profissional de educação física elaborar programas de treinamentos de força máxima com maior segurança. Além disso, em termos de pesquisa, percebe-se que a literatura encontrada é escassa, principalmente no Brasil, e que novos estudos, com dados recentes, podem contribuir para o enriquecimento literário.

REFERÊNCIAS

AMERICAN COLLEGE OF SPORTS MEDICINE. Progression Models in Resistance Training for Healthy Adults. **Medicine and Science in Sports and Exercise**, Indianapolis, v. 34, n. 2, p. 364-380, 2002.

AMERICAN COLLEGE OF SPORTS MEDICINE. Progression Models in Resistance Training for Healthy Adults. **Medicine & Science in Sports & Exercise**, Indianapolis, v. 41, n. 3, p. 687-708, 2009.

BACURAU, R. F. *et al.* **Hipertrofia-hiperplasia**. São Paulo: Phorte, 2001.

BARBANTI, V. J. **Teoria e prática do treinamento esportivo**. São Paulo: Edgard Blucher, 2000.

BIRD, S. P.; TARPENNING, K. M.; MARINO, F.E. Designing resistance training programmes to enhance muscular fitness a review of the acute programmes variables. **Sports Medicine**, v. 35, n. 10, p. 841-851, 2005.

BOTTON, C. E.; PINTO, R. S. Déficit Bilateral: origem, mecanismos e implicações para o treino de força. **Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho**



Humano, v. 14, n. 6, p. 749-761, 2012.

BRANDENBURG, J. P.; DOCHERTY, D. The effects of accentuated eccentric loading on strength, muscle hypertrophy, and neural adaptations in trained individuals. **Journal of Strength and Conditioning Research**, v. 16, n. 1, p. 25-32, 2002.

CARROLL, T. J. *et al.* Contralateral effects of unilateral strength training: evidence and possible mechanisms. **J Appl Physiol, Bethesda**, v. 101, n. 5, p. 1514-1522, 2006.

COSGROVE, L.; MAYHEW, J. A modified YMCA bench press test to predict strength in adult women. **IAHPERD Journal**, 1997.

DIAS, R. M. R. *et al.* Impacto de Oito Semanas de Treinamento com Pesos sobre a Força Muscular de Homens e Mulheres. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 11, n. 4, p. 224-228, 2005.

DOAN, B. K. *et al.* Effects on increased loading on bench press 1RM. **Journal of Strength and Conditioning Research**, v. 16, n. 1, p. 9-13, 2002.

FLECK, S. J.; KRAEMER, W. J. **Fundamentos do Treinamento de Força Muscular: Princípios Básicos do Treinamento de Força Muscular**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FOLLAND, J. P.; WILLIAMS, A.G. The adaptations to strength training, morphological and neurological contributions to increased strength. **Sports Medicine**, v. 37, n. 2, p. 145-168, 2007.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUIMARÃES, L. S. P. *et al.* Os principais delineamentos na Epidemiologia Ensaios Clínicos (Parte II). **Rev HCPA, Porto Alegre**, v. 33, n. 3-4, p. 295-302, 2013.

HÄKKINEN, K. Maximal force, explosive strength and speed in female volleyball and basketball players. **Journal of Human Movement Studies**, v. 16, n. 1, p. 291-303, 1989.



HÄKKINEN, K. *et al.* Neuromuscular adaptations during bilateral versus unilateral strength training in middle-aged and elderly men and women. **Acta Physiol Scand.**, v. 158, n. 1, p. 77-88, 1996.

HENRY, F. M.; SMITH, L. E. Simultaneous vs. separate bilateral muscular contractions in relation to neural overflow theory and neuromotor specificity. **Research Quarterly for Exercise and Sport**, v. 32, p. 42-47, 1961.

HICKSON, R. C.; HIDAKA, K.; FOSTER, C. Skeletal muscle fiber type, resistance training and strength related performance. **Medicine and Science in Sports and Exercise**, Indianapolis, n. 26, p. 593-598, 1994.

HORTOBÁGYI, T. Cross Education and the human central nervous system. **Engineering in Medicine and Biology Magazine**, v. 24, n. 1, p. 22-28, 2005.

HOWARD, J. D.; ENOKA, R. M. Interlimb interactions during maximal efforts. **Medicine and Science in Sports and Exercise**, Indianapolis, n. 19, p. 53-61, 1987.

HUNTER, G. Changes in body composition, body build and performance associated with different weight training frequencies in males and females. **NSCA J.**, v. 4, p. 26-28, 1985.

JANZEN, C. L.; CHILIBECK, P. D.; DAVISON, K.S. The effect of unilateral and bilateral strength training on the bilateral deficit and lean tissue mass in postmenopausal women. **European Journal of Applied Physiology**, v. 97, n. 3, p. 253-260, 2006.

KNUTTGEN, H. G.; KRAEMER, W. J. Terminology and measurement in exercise performance. **Journal of Applied Sport Science Research**, v. 1, n. 1, p. 1-10, 1987.

KRAEMER, W. J. *et al.* American College of Sports Medicine position stand. Progression models in resistance training for healthy adults. **Medicine and science in sports and exercise**, v. 34, n. 2, p. 364-380, 2002.

KRAEMER, W. J.; RATAMESS, N. A. Fundamentals of resistance Training: Progression and Exercise Prescription. **Medicine and Science in Sports Exercise**, v. 36, n. 4, p. 674-688, 2004.



LEMMER, J. T. *et al.* Age and gender responses to strength training and detraining. **Med. Sci. Sports Exerc.**, v. 32, n. 8, p. 1505-1512, 2000.

MCDUGALL, J. D. Adaptability of muscle to strength training: cellular approach. *In: SALTIN, B. (ed.). Biochemistry of exercise VI.* Champaign: Human Kinetics. [S. l.: s. n.], 1986. p. 501-511.

MANSO, J. M. G. **La fuerza:** Fundamentación, valoración y entrenamiento. España: Gymnos, 1999.

MARQUES JUNIOR, N. K. **Voleibol:** biomecânica e musculação aplicadas. Rio de Janeiro: Grupo Palestra Sport, 2001.

O'BRYANT, H. S.; BYRD, R.; STONE, M. H. Cycle ergometer performance and maximum leg and hip strength adaptations to two different methods of weight – training. **Journal of Applied Science Research**, Columbia, v. 2, n. 2, p. 27- 30, 1988.

POWERS, S. K.; HOWLEY, E. T. **Fisiologia do Exercício:** Teoria e aplicação ao condicionamento e ao desempenho. 3. ed. Barueri: Manole, 2005.

SIMÃO, R. *et al.* Força muscular máxima na extensão de perna uni e bilateral. **Revista Brasileira Fisiologia do Exercício**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 47-57, 2003.

SIMÃO, R.; WALACE, D. M.; ARAÚJO, C. G. S. Fidedignidade Inter e Intra dias de um Teste de Potência Muscular. **Rev Bras Med Esportiva**, v. 7, n. 4, p. 118-24, 2001.

STARON, R. S. *et al.* Skeletal muscle adaptations during early phase of heavy-resistance training in men and women. **J Appl Physiol.**, v. 76, n. 3, p. 1247-55, 1994.

UCHIDA, M. C. *et al.* **Manual de musculação:** Uma abordagem teórico-prática do treinamento de força. 6. ed. São Paulo: Phorte, 2010.

WILMORE, J. H. Alterations in strength, body composition and anthropometric measurements consequent to a 10-week weight training program. **Med Sci Sports**, v. 6, n. 2, p. 133-138, 1974.



USO TECNOLÓGICO E O IMC EM ADOLESCENTES NA IDADE ESCOLAR

Felipe do Nascimento¹
Fernando dos Santos²
Mariluce P. Vieira³

RESUMO

O objetivo do presente estudo é verificar o tempo gasto com a tecnologia e o índice de massa corporal (IMC) de adolescentes em idade escolar, averiguando se há uma associação entre essas variáveis. Este estudo caracterizou-se por ser descritivo e quantitativo. Os participantes foram estudantes de ambos os sexos, com média de idade de 15 anos para as meninas e de 16 anos para os meninos, que frequentam o 9º ano do Ensino Fundamental II e as séries do Ensino Médio, no turno matutino de uma escola estadual do Município de Chapecó. Como instrumento para coleta de dados foi utilizado o questionário de hábitos de uso da internet, bem como o índice de massa corporal. Para analisar os dados foram utilizadas análises descritivas, frequências, média e desvio padrão e os testes U de Mann-Whitney e quiquadrado. Os resultados mostram que tanto os meninos quanto as meninas se conectam diariamente e permanecem mais de cinco horas na internet, sendo que o dispositivo móvel mais utilizado é o celular. No que diz respeito ao IMC, nota-se que a maioria dos adolescentes está em uma zona saudável, porém se percebe que 20,9% dos meninos e 36,4% das meninas estão em uma zona de risco à saúde. Sugerem-se novos estudos com crianças e adolescentes sobre este tema, pois é uma forma de acompanhar essa faixa etária, evitando, assim, futuras doenças crônicas não transmissíveis, entre elas a obesidade.

Palavras-chave: Índice de Massa Corporal. Obesidade. Internet. Tecnologia. Adolescentes.

¹ Graduado em Educação Física Licenciatura pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; felipen606@gmail.com

² Graduando em Educação Física Licenciatura pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; fernandosantos662373@gmail.com

³ Professora no Curso e Educação Física Licenciatura e Bacharelado da Universidade do Oeste de Santa Catarina; mariluce.vieira@unoesc.edu.br



1 INTRODUÇÃO

O que se percebe nas escolas e no dia a dia dos adolescentes é que eles estão deixando de lado a prática de exercícios físicos para ficarem conectados a celulares, tablets, videogames e outros meios tecnológicos, descuidando-se da alimentação, com a ingestão de salgadinhos e lanches industrializados.

Esses comportamentos percebidos nos adolescentes vêm gerando um aumento no IMC, provocando a obesidade em muitos jovens adolescentes. Com isso, aumenta a preocupação em relação ao uso abusivo da tecnologia por adolescentes, o que gera um questionamento importante sobre o tempo que eles ficam conectados. Quanto mais elevado for o IMC, maior o risco de saúde, pois o indivíduo fica suscetível a determinadas doenças crônicas não transmissíveis, entre elas a obesidade.

Tendo em vista tais especificidades, este estudo justifica-se por buscar informações a respeito dos hábitos relacionados ao uso da tecnologia e do IMC dos alunos do 9º ano e do Ensino Médio de uma Escola Estadual, localizada na zona leste do Município de Chapecó, SC, para que esta, dentro da sua grade curricular, possa criar ações de prevenção à saúde dos seus educandos. Diante disso, o estudo apresenta como objetivo verificar o tempo gasto com as tecnologias e o IMC dos adolescentes na idade escolar, averiguando se há uma associação entre essas variáveis.

Para averiguar essas informações foi aplicado um questionário de hábitos de uso da internet e verificadas a estatura e a massa corporal dos adolescentes para, após, calcular o IMC e classificar os adolescentes em uma zona saudável ou de risco à saúde.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 O USO DA TECNOLOGIA E OBESIDADE

Uma parcela significativa das crianças brasileiras apresenta sobrepeso e um estilo de vida sedentário. E, para agravar mais essa situação, além de fazerem uso de uma dieta rica em calorias e açúcares, elas estão cada vez mais sedentárias em decorrência do aumento do tempo gasto com o uso da tecnologia, o que está



destruindo a vida ativa dos adolescentes e deixando os professores preocupados, pois estes não conseguem fazer com que os adolescentes se desliguem do mundo virtual (MACHADO, 2011).

Esta é uma preocupação que vai além do ambiente escolar, pois é notório que os jovens também preferem ficar em casa assistindo filmes, jogando vídeo game, comendo lanches, do que sair e brincar na rua com os amigos (PAIVA; COSTA, 2015).

Segundo Abreu *et al.* (2008), nas últimas décadas as novas tecnologias como a internet, celulares, jogos eletrônicos, tablets e outros tornaram-se ferramentas de uso amplo e irrestrito, configurando um dos maiores fenômenos mundiais dos últimos tempos. No entanto, o uso sadio progressivamente deu lugar ao abuso e à falta de controle, gerando severos impactos no cotidiano da vida de milhões de usuários todos os dias.

A tecnologia foi criada para facilitar a vida do homem, sendo uma importante ferramenta no uso cotidiano; em contrapartida, crianças e jovens do mundo moderno se isolam em seus domicílios já que a tecnologia satisfaz todas as suas necessidades; por consequência, não expressam publicamente seus sentimentos, aflições e desejos por meio do mundo real, destruindo o vínculo afetivo entre membros da família e gerando um desequilíbrio entre os aspectos físico, cognitivo, social e afetivo (PAIVA; COSTA, 2015; GUEDES, 2015).

Inicialmente acreditava-se que o uso abusivo das tecnologias e da internet era um problema de estudantes universitários, no entanto esse problema pode ser encontrado em qualquer faixa etária, nível de escolaridade e estrato social, à medida que a tecnologia invade progressivamente as rotinas da vida da população e aumenta de maneira significativa o tempo gasto diariamente usando a internet e outras tecnologias (ABREU *et al.*, 2008).

As novas gerações têm certa vantagem sobre as gerações passadas em razão do maior conhecimento e da facilidade em obterem informações, porém, mesmo com toda essa informação, as pessoas não se preocupam com a saúde. Segundo a Organização Mundial da Saúde, a principal causa de mortalidade e incapacidade são doenças que poderiam ser evitadas com um estilo de vida saudável e ativo (GUEDES, 2015).



Paiva e Costa (2015) destacam que o fato de as crianças substituírem as brincadeiras clássicas, que envolvem movimento físico, pelo uso da internet ou outras tecnologias pode comprometer sua saúde física e psicológica, provocando seu isolamento social e, em razão disso, a obesidade e o sedentarismo causado pelo uso indiscriminado de equipamentos eletrônicos.

As brincadeiras de rua já não são mais frequentes nos dias de hoje, visto que crianças e adolescentes deixaram de brincar, correr e pular, pois preferem ficar horas em frente à televisão, jogando videogame ou navegando na internet, um comportamento que leva a doenças relacionadas com o sedentarismo e aparecerem em pessoas cada vez mais jovens (MACHADO, 2011).

Segundo Guedes (2015), os avanços tecnológicos do mundo moderno e a busca pela praticidade estão provocando mudanças comportamentais na sociedade, aumentando, assim, o sedentarismo nas crianças e adolescentes.

Por outro lado, as tecnologias de informação, quando usadas da forma correta, podem ser uma importante ferramenta para ajudar os alunos de forma intensa, trazendo benefícios para crianças e adolescentes. Quando estes estiverem usando esses recursos tecnológicos, podem se sentir estimulados a ler e a descobrir o mundo através das redes, desenvolvendo o prazer de aprender dentro e fora das escolas. Isso porque a tecnologia aplicada de forma correta trará imensa ajuda tanto para alunos quanto para professores, em trabalhos e pesquisas, como já está sendo muito utilizado, e no cotidiano das escolas, para sair da monotonia dos livros e apostilas (ABREU *et al.*, 2008).

Em crianças e adolescentes, percebe-se que o sobrepeso e a obesidade estão associados ao hábito de assistir televisão, o qual promove o sedentarismo, além de os anúncios alimentícios influenciarem diretamente os hábitos alimentares desses indivíduos (FIATES; AMBONI; TEIXEIRA, 2008).

Essas práticas sedentárias, aliadas à omissão de refeições e dietas inadequadas, tendem a aumentar a massa corporal, provocando diversos riscos à saúde (LEAL *et al.*, 2012; PREVITALE, 2006), inclusive a obesidade. Tal constatação vem ao encontro da pesquisa realizada pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), a qual mostra que a obesidade infantil atinge 16% das crianças (GIUGLIANO; MELO, 2004).



Outro detalhe importante a respeito da obesidade é que ela pode ocorrer em decorrência fatores genéticos, fisiológicos ou metabólicos e, estudos comprovam que o consumo de alimentos ricos em açúcares e gordura, com alta densidade energética, além da falta de exercícios físicos, são os principais fatores relacionados ao ganho de peso (OLIVEIRA; FISBERG, 2003). Tanto que, na infância e adolescência, a obesidade constitui em fator de risco para morbidades e mortalidade do adulto, como doença cardiovascular, câncer, gota e artrite, complicações respiratórias, ortopédicas, dermatológicas, imunológicas e os distúrbios hormonais (STELLA *et al.*, 2003).

O aumento da prevalência da obesidade em crianças é preocupante pelo risco maior de se tornarem adultos obesos, apresentando maior risco de adquirir patologias associadas à obesidade. Esse risco é duas vezes maior em relação a crianças não obesas, e como consequência disso, os efeitos da obesidade infantil podem ser notados em curto e longo prazos.

Na infância e na adolescência a obesidade tem se tornado um problema grave com a influência da tecnologia. Na última década houve um aumento de 20% nos casos de obesidade em crianças e adolescentes nos Estados Unidos; isso implica dizer que quase um quarto das crianças americanas está obesa por influência da tecnologia, videogames, celulares e televisores, deixando de lado a prática de exercícios físicos que seria imprescindível para manter a saúde em dia e sem riscos (MACHADO, 2011).

No Brasil a obesidade infantil está presente nas diferentes faixas econômicas, principalmente nas faixas das classes mais altas. A classe socioeconômica influencia a obesidade por meio da educação e do acesso à informação e a determinados tipos de alimentos, resultando em padrões de comportamentos alimentares com base em uma ingestão elevada de calorias. Tem-se observado que a obesidade está diretamente relacionada com a renda familiar e com as mudanças no estilo de vida das pessoas, que estão cada vez mais sedentárias e consumindo mais alimentos ricos em calorias e gorduras em geral (MELLO; LUFT; MEYER 2004).

Estudos realizados em algumas cidades brasileiras mostram que o sobrepeso e a obesidade já atingem 30% ou mais das crianças e adolescentes; diversos fatores contribuem para o aumento da obesidade infantil, como os



genéticos, os fisiológicos, os metabólicos e, principalmente, os ambientais – entre os ambientais o principal é a falta de atividade física (OLIVEIRA; FISBERG, 2003).

O padrão de alimentação envolve a participação efetiva dos pais como educadores nutricionais, por meio das interações familiares que afetam o comportamento alimentar das crianças. Em especial, as estratégias que os pais utilizam na hora da refeição para ensinar as crianças sobre o que e o quanto comer desempenha papel preponderante no desenvolvimento do comportamento alimentar infantil. O ganho de peso na criança e no adolescente é acompanhado por aumento de estatura e aceleração da idade óssea. No entanto, depois, o ganho de peso continua, e a estatura e a idade óssea se mantêm constantes (RAMOS; STEIN, 2000).

Em se tratando de obesidade, ela é definida como excesso de gordura corporal em relação à massa magra, e o sobrepeso, como um peso maior que o desejável para altura, cujo desenvolvimento sofre a influência de vários fatores biológicos, psicológicos e socioeconômicos (OLIVEIRA *et al.*, 2003). E, segundo Cardoso *et al.* (2010), seu diagnóstico pode ser feito pelo cálculo do IMC (peso em kg/estatura em m²), que tem validade clínica porque se correlaciona com a adiposidade e com os fatores de risco cardiovasculares.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo caracteriza-se por ser descritivo e quantitativo (GIL, 2010) e foi aprovado pelo comitê de ética da Universidade do Oeste de Santa Catarina sob o Processo n. 75107517.5.0000.5367/2017.

Os participantes deste estudo são adolescentes dos sexos masculino e feminino, com idade média de 16 e 15 anos, respectivamente. Eles frequentam o 9º ano do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio no turno matutino de uma escola da rede estadual do Município de Chapecó, SC. Estes foram escolhidos de maneira aleatória pela facilidade de compreensão do instrumento de pesquisa.

Primeiramente foram solicitadas as assinaturas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelos responsáveis e, após, a do Termo de Assentimento. A coleta de dados foi realizada no período de outubro de 2017 a junho de 2018. Iniciou-se com a aplicação do questionário seguida da verificação da



estatura e da massa corporal. Os adolescentes autorizados a participar do estudo realizaram todas as etapas da coleta e não houve constrangimento por parte deles durante esse processo.

A aplicação do questionário foi realizada em uma sala de aula, ao mesmo tempo, com todos os alunos autorizados para participar do estudo, porém cada aluno leu e respondeu ao questionário individualmente. O avaliador permaneceu no local para sanar as dúvidas dos participantes.

O Questionário de Hábitos de Uso da Internet utilizado como instrumento foi validado por Zampronha (2012). A amostra final da validação desse instrumento foi composta por 72 sujeitos, alunos do Curso de Graduação em Psicologia de uma faculdade privada da Cidade de São Paulo, do 1º, 3º e 5º semestres. Ele contém sete questões objetivas referentes ao uso de tecnologia/internet, bem como quatro questões relacionadas às características pessoais dos participantes.

Para verificar a estatura foi utilizado um estadiômetro portátil, sendo que os participantes foram colocados de costas para uma parede sem rodapé, descalços, com os braços estendidos ao longo do corpo, calcanhares juntos e sem adornos ou acessórios na cabeça. A haste do estadiômetro era baixada até o ponto mais alto da cabeça para verificar a estatura.

De outro modo, a massa corporal foi verificada por meio de uma balança digital, em cima da qual os participantes se posicionaram, de maneira ereta, com os braços ao longo do corpo e os pés unidos, usando o mínimo de roupa possível e descalços.

Ressalta-se que a verificação da estatura e da massa corporal foi realizada individualmente em um ambiente calmo e tranquilo onde ficou somente o pesquisador e o avaliado para que não houvesse constrangimento.

O IMC foi calculado pela fórmula $\text{Massa}/\text{Estatura}^2$, e classificado de acordo com Gaya (2016) em que os adolescentes são classificados categoricamente em dois graus: Zona de risco à saúde (valores acima dos pontos de corte) e Zona saudável (abaixo dos pontos de corte) de acordo com a saúde cardiovascular. A Tabela 1 apresenta os pontos de corte, por sexo, do IMC para a saúde.



Tabela 1 – Valores críticos de IMC para a saúde

Idade	Rapazes	Moças
06	17,7	17,0
07	17,8	17,1
08	19,2	18,2
09	19,3	19,1
10	20,7	20,9
11	22,1	22,3
12	22,2	22,6
13	22,0	22,0
14	22,2	22,0
15	23,0	22,4
16	24,0	24,0
17	25,4	24,0

Fonte: Gaya (2016).

A análise dos dados foi realizada por meio das seguintes análises: descritivas, frequência absoluta e relativa, média e desvio padrão. Além destas, foi aplicado o teste U de Mann Whitney e o teste quiquadrado, sendo que para todos os testes adotou-se o nível de significância de 5%.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O objetivo do presente estudo foi verificar o tempo gasto com as tecnologias e o IMC dos adolescentes na idade escolar, averiguando se há uma associação entre essas variáveis.

Participaram deste estudo 43 (39,4%) meninos e 66 (60,6%) meninas, matriculados em uma Escola Estadual, na zona leste do Município de Chapecó, que frequentam o 9º ano e o Ensino Médio no período matutino. Em relação à idade, os meninos são mais velhos que as meninas, apresentando média de 16,47 (dp= 1,38) anos, e as meninas de 15,67 (dp= 1,48) anos.

Observando a Tabela 2, percebe-se que os participantes deste estudo, tanto do sexo masculino quanto do feminino, conectam-se à internet mais em suas casas e na casa dos amigos ou parentes e utilizam as redes wi-fi. Nota-se nesta Tabela



que esses participantes não frequentam muito as Lan houses para se conectarem à internet.

No que tange ao dispositivo móvel mais utilizado pelos participantes, percebe-se que o celular se destaca, o que condiz com a realidade atual, em que a maioria dos jovens porta um celular, indiferente da sua classe social.

Tabela 2 – Hábitos de uso da internet dos participantes deste estudo

Hábitos	Meninos		Meninas		P
	n	%	n	%	
Você costuma acessar a internet?					
Sim	43	100	66	100	-----
Local(is) onde você costuma acessar a internet					
Casa	42	97,7	66	100	0,394
Trabalho	12	27,9	23	34,8	0,448
Escola	06	14,0	07	10,6	0,598
Redes wi-fi	22	51,2	27	40,9	0,293
Lan house	03	7,0	01	1,5	0,138
Casa dos amigos ou parentes	27	62,8	34	51,5	0,246
Você acessa a internet em dispositivos móveis?					
Sim	41	95,3	65	98,5	0,561
No celular	41	95,3	65	98,5	0,561
No tablet	03	7,0	01	1,5	0,298
Na internet móvel banda larga	09	20,9	10	15,2	0,437

Fonte: os autores.

Nota: n= Freq. absoluta, % = Freq. relativa. Teste Quiquadrado. * Nível de significância $p < 0,05$.

A Tabela 3 indica a frequência semanal, quantas vezes e quanto tempo por dia os participantes acessam e ficam conectados à internet. Percebe-se que a maioria dos participantes, de ambos os sexos, sempre acessam a internet, inclusive diariamente e por mais de cinco horas por dia. Esses dados corroboram com o estudo de Zamprónha (2012) com estudantes universitários.



Tabela 3 – Frequência e tempo que os participantes deste estudo acessam a internet

Variáveis	Meninos		Meninas		P
	n	%	n	%	
Frequência semanal					
Sempre	39	90,7	60	90,9	0,489
Em média 5 vezes por semana	01	2,3	03	4,5	
Em média 3 vezes por semana	01	2,3	03	4,5	
Em média 1 vez por semana	01	2,3	--	----	
Raramente, 1 vez por mês	01	2,3	--	----	
Quantas vezes por dia acessa a internet					
1 vez	02	4,7	-	-	0,191
2 vezes	01	2,3	01	1,5	
3 vezes	02	4,7	03	4,5	
4 vezes	-	-	04	6,1	
+ de 5 vezes	38	88,4	58	87,9	
Quanto tempo por dia permanece conectado					
Até 1 hora	06	14,0	01	1,5	0,054
De 1 a 3 horas	08	18,6	10	15,2	
De 3 a 5 horas	08	18,6	18	27,3	
+ de 5 horas	21	48,8	37	56,1	

Fonte: os autores.

Nota: n= Freq. absoluta, %= Freq. relativa. Teste Quiquadrado. * Nível de significância $p < 0,05$.

Esse resultado é preocupante, pois o tempo de uso da internet pode desencadear o sedentarismo e, futuramente, levar esses adolescentes às doenças crônicas não transmissíveis, como a obesidade, corroborando Fiates, Amboni e Teixeira (2008), Machado (2011) e Guedes (2015).

A respeito do tempo que os adolescentes ficam conectados à internet, cabe destacar que o mau uso da tecnologia consegue afastar os vínculos familiares dentro de casa, pois muitos jovens e crianças preferem estar trancados em seus quartos mexendo no celular ou jogando jogos em rede do que estar socializando com seus familiares (PAIVA; COSTA, 2015). Também provoca frustrações, como intolerância e ansiedade, por ter acessibilidade de adquirir informações 24 horas por dia, tornando o ser humano refém de seus smartphones e redes sociais, videogames, entre outros, além de menos participativos e excluídos socialmente (ABREU *et al.*, 2008).



Em 2007 o número de atividades mediadas pela internet já apresentava um aumento significativo, bem como o número de acessos e tempo medido na população brasileira (IBOPE, 2007). E, em relação a esses dados, Abreu *et al.* (2008) já alertavam que o Brasil ocupava o primeiro lugar no mundo em termos de conexão doméstica (à frente dos americanos e japoneses).

Mas a que se considerar que a tecnologia é de extrema importância, e os seus avanços para a vida moderna dos jovens é simples, rápido e prático e contribui para novos avanços em uma produção mais ágil e qualificada (JOHNSON, 2005).

A tecnologia aplicada de forma correta trará imensa ajuda tanto para alunos quanto para professores, em trabalhos e pesquisas, como já está sendo muito utilizado, e no cotidiano das escolas, para sair da monotonia dos livros e apostilas.

No que tange à massa corporal e estatura, os resultados apontam que os meninos são mais pesados e mais altos que as meninas, percebendo-se uma diferença significativa, como mostra a Tabela 4. No que diz respeito ao IMC, nota-se que, de acordo com a média de idade das meninas (15 anos), elas se encontram em uma zona de risco à saúde, já os meninos estão em uma zona saudável. Porém, ambos estão na fase da adolescência em que ocorrem muitas transformações em razão dos hormônios, mas ressalta-se a importância de estar atento para que não ocorra nenhum distúrbio que gere qualquer doença crônica não transmissível, entre elas a obesidade.

Tabela 4 – Dados pessoais dos participantes deste estudo

Dados	Meninos		Meninas		P
	X	DP	X	DP	
Massa corporal	65,53	11,52	60,11	14,74	<0,01*
Estatura	1,73	,056	1,61	,070	<0,01*
IMC	21,72	3,28	23,03	5,10	0,387

Fonte: os autores.

Nota: * valor de significância $p < 0,05$. X= Média, DP= Desvio Padrão, IMC= Índice de Massa Corporal. Teste U de Mann Whitney.

Por outro lado, a Tabela 5 mostra a classificação do IMC de acordo com Gaya (2016), a qual foi aplicada para os participantes deste estudo. Nota-se que a maioria dos adolescentes estão em uma zona saudável, porém se percebe que



20,9% dos meninos e 36,4% das meninas estão em uma zona de risco à saúde, a qual pode ser considerada um alerta para esses adolescentes e para os profissionais e familiares que estão diretamente ligados a eles.

Tabela 5 – Classificação do IMC de acordo com Gaya (2016)

Dados	Meninos		Meninas		P
	n	%	N	5	
Zona saudável	34	79,1	42	63,6	0,087
Zona de risco à saúde	09	20,9	24	36,4	

Fonte: os autores.

Nota: n= Freq. absoluta, %= Freq. relativa. Teste Quiquadrado. * Nível de significância $p < 0,05$.

Como mostra a Tabela 6, nesse grupo avaliado não houve nenhuma associação entre o uso da tecnologia e o IMC; porém, ressalta-se que o estudo foi realizado somente com os alunos do turno matutino de apenas uma escola da rede estadual de ensino do Município de Chapecó, SC.

Tabela 6 – Associação do IMC com o tempo de uso da tecnologia

IMC X Frequência que utiliza a internet	IMC X Número de vezes por dia que acessa a internet	IMC X Horas por dia que permanece na internet
p 0,519	0,187	0,191

Fonte: os autores.

Nota: * valor de significância $p < 0,05$.

Analisando esses resultados a respeito da estatura, massa corporal e IMC, o estudo revelou alguns dados significativos: os meninos são mais altos que as meninas, o que se considera normal para essa idade em razão do estirão da adolescência que, segundo Coutinho (2011), é um período em que se ganha 20% da estatura final, e o início e a velocidade das mudanças variam entre os indivíduos, porém, nas meninas, ocorre no início da puberdade e, nos meninos, na fase intermediária.

Geralmente, por volta dos 11 anos de idade, os meninos alcançam a velocidade de pico de altura que vai até os 13 anos, estabilizando aos 15, enquanto



as meninas iniciam seu surto aos nove anos, atingindo a velocidade de pico aos 11, estabilizando aos 13 anos (GALLAHUE; OZMUN, 2005).

Ressalta-se, também, que os meninos apresentam massa corporal maior que as meninas. Estudos relacionados a essa diferença referente à massa corporal apontam que os meninos são mais pesados que as meninas (BRASIL, 2010; BARROS, CHISSINI, GIANNINI, 2010; FACINA, BRAGA, 2013), no entanto, Siervogel *et al.* (2000) destacam que no sexo masculino esse aumento ocorre de maneira mais lenta e é superado pelo ganho de massa magra.

Quando analisado o IMC dos adolescentes participantes deste estudo, percebe-se que muitas meninas estão na zona de risco à saúde, apresentando um índice mais alto que os meninos. Ricciardelli e McCabe (2001) explicam que as meninas, durante o processo de maturação sexual, tendem a acumular maior quantidade de gordura corporal e, muitas vezes, percebem-se mais distantes do padrão considerado ideal.

No entanto, cabe destacar que nos últimos anos houve um aumento significativo de crianças e adolescentes com excesso de peso (WANG; MONTEIRO; POPKIN, 2002); em 2006 foi feita uma pesquisa nacional sobre demografia e saúde, e os resultados apontaram que 21,6% dos adolescentes entre 15 e 19 anos estavam com excesso de peso, sendo que 4,4% deles se encontravam obesos, e apenas 2,2% estavam com déficit de peso (BRASIL, 2009).

Neste estudo não se verificou nenhuma associação do índice de obesidade com o uso da tecnologia. No entanto, os professores precisam encontrar alternativas para se ajustar às tecnologias existentes, devem levar jogos digitais para a escola para seduzir os alunos, para usar a seu favor essas tecnologias, mas não podem esquecer as realidades virtuais antigas em que a criança produzia seu próprio mundo virtual (JOHNSON, 2005) e devem, sim, continuar estimulando a prática de atividade física, pois a obesidade está mais relacionada à inatividade física (OLIVEIRA *et al.*, 2003).

Segundo Silva *et al.* (2010), a prática de exercícios físicos envolve muito mais que estética e, sim, qualidade de vida, uma vez que são inúmeros os benefícios proporcionados a quem pratica algum tipo de atividade.



Ressalta-se que uma das limitações deste estudo foi sua realização apenas uma escola estadual, localizada na zona leste do Município de Chapecó, SC, com 109 participantes, e a outra foi a pouca literatura encontrada associando essas variáveis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo verificar o tempo gasto com as tecnologias e o IMC, averiguando se há uma associação entre essas variáveis.

A partir dos resultados foi possível perceber que nesta amostra, tanto os meninos quanto as meninas, conectam-se diariamente e permanecem mais de cinco horas na internet, sendo que o dispositivo móvel mais utilizado é o celular. No que diz respeito ao IMC, nota-se que a maioria dos adolescentes está em uma zona saudável, porém, percebe-se que 20,9% dos meninos e 36,4% das meninas estão em uma zona de risco à saúde, o que é um alerta para familiares, professores e demais profissionais ligados a esses adolescentes.

No entanto, não foi encontrada nenhuma associação entre o uso da tecnologia e o IMC. Acredita-se que foi em razão de o grupo avaliado ter um número pequeno de adolescentes acima do índice de massa corporal normal para a idade.

Por isso, sugerem-se novos estudos com essa temática nas demais escolas da rede de ensino estadual no Município de Chapecó, SC, pois se percebe que é um estudo relevante, mas é necessário obter resultados mais consistentes para criar ações que previnam doenças crônicas não transmissíveis, entre elas a obesidade.

REFERÊNCIAS

ABREU, C. N. de *et al.* Dependência de Internet e de jogos eletrônicos: uma revisão. *Rev. Bras. Psiquiatr.*, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 156-167, 2008.

BARROS, R.; CHISSINI, C.; GIANNINI, D. T. Frequência de fatores de risco para doença cardiovascular em adolescentes com sobrepeso e obesidade atendidos no Programa Hiperpapo/NESA/HUPE. *Adolescência & Saúde*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 14-21, 2010.



BRASIL. Ministério da Saúde. Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher 2006: dimensões do processo reprodutivo e de saúde da criança, Estatística e Informação em Saúde. Brasília, DF: MS; 2009.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009: antropometria e estado nutricional de crianças, adolescentes e adultos no Brasil.** Rio de Janeiro, 2010.

CARDOSO, C. B. M. A. *et al.* Obesidade na adolescência: reflexões e abordagem. *Adolesc Saúde*, v. 7, n. 1, p. 12-18, 2010.

COUTINHO, M. de F. G. Crescimento e desenvolvimento na adolescência. *Rev. de Pediatria SOPERG*, n. 12, 2011.

FACINA, V. B.; BRAGA, J. G. L. Perfil antropométrico de adolescentes do Recôncavo da Bahia. *Rev. Ciênc. Ext.*, v. 9, n. 3, p. 21-33, , 2013.

FIATES, G. M. R.; AMBONI, R. D. M. C.; TEIXEIRA, E. Comportamento consumidor, hábitos alimentares e consumo de televisão por escolares de Florianópolis. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 21, n. 1, p. 105-114, 2008.

GALLAHUE, E.; OZMUN, J. C. **Compreendendo o Desenvolvimento Motor: Bebês, Crianças, Adolescentes e Adultos.** 3. ed. São Paulo: Phorte Editora, 2005.

GAYA, A.C. A. **Projeto esporte Brasil: manual de testes e avaliação.** Porto Alegre: UFRGS, 2016.

GIUGLIANO, R.; MELO, A. L. P. Diagnóstico de sobrepeso e obesidade em escolares: utilização do índice de massa corporal segundo padrão internacional. *J Pediatr*, Rio de Janeiro, v. 80, n. 2, p. 129-134. 2004.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUEDES, N. P. **A influência da tecnologia para o sedentarismo de estudantes no ensino fundamental.** 2015. Trabalho de conclusão de curso – Centro Universitário de Brasília, Brasília, DF, 2015.



IBOPE. Número de internautas ativos cresce 47% em um ano. 2007. Disponível em: <http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=5&proj=PortalIBOPE&pub=T&db=caldb&comp=IBOPE//NetRatings&docid=CF0A1AA3E7BF DCC98325738600664769>. Acesso em: 24 mar. 2019.

JOHNSON, S. **Surpreendente!**: A televisão e o videogame nos tornam mais inteligentes. Rio de Janeiro: Campus 2005.

LEAL, V. S. *et al.* Desnutrição e excesso de peso em crianças e adolescentes: umarevisão de estudos brasileiros. **Revista Paulo Pediatra**, v. 30, p. 415-422, 2012.

MACHADO, L. Y. **Instituto Federal De Educação Ciências e Tecnologia Sul de Minas – Campus Muzambinho.** 04 jul. 2011. Disponível em: http://www.muz.ifsuldeminas.edu.br/attachments/1681_17.pdf.

MELLO, E. D; LUFT, V. C. C.; MEYER F. Childhood obesity: towards effectiveness. **J. Pediatr.**, Rio de Janeiro, v. 80, n. 3, p. 173-182, 2004.

OLIVEIRA, C. L.; FISBERG, M. Obesidade na infância e adolescência – uma verdadeira epidemia. **Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia**, São Paulo, v. 47, n. 2, p. 107-108, 2003.

OLIVEIRA, A. M. A. *et al.* Sobrepeso e obesidade infantil: influência de fatores biológicos e ambientais em Feira de Santana, BA. **Arq Bras Endocr Metab.**, v. 47, n. 2, p. 144-150, 2003.

RAMOS, M.; STEIN, L. M. Desenvolvimento do comportamento alimentar infantil. **Jornal de Pediatria**, v. 76, n. 3, p. 229-237, 2000.

RICCIARDELLI, L. A.; MCCABE, M. Children's body image concerns and eating disturbance: a review of literature. **Rev. Psicologia Clínica**, v. 21, n. 3, p. 325-344, 2001.

PAIVA, N. M. N. de; COSTA, J. da S. A influência da tecnologia na infância: desenvolvimento ou ameaça. **Psicologia.pt: portal dos psicólogos**, 2 jan. 2015.



PREVITALE, A. P. **A importância do brincar**. Campinas: UNICAMP, 2006. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/documento/?code=2049>. Acesso em: 22 set. 2016.

SIERVOGEL, R. M. *et al.* Annual changes in total body fat (TBF) and fat free mass (FFM) in children from 8 to 18 years in relation to changes in body mass index (BMI). The fels longitudinal study. **Ann NY Acad Sci.**, v. 904. n. 1, 2000.

SILVA, R. S. *et al.* Atividade física e qualidade de vida. **Cienc Saude Coletiva**, v. 15, n. 1, p. 115-120, 2010.

STELLA, S. G. *et al.* Estudo comparativo das capacidades aeróbica e anaeróbica de adolescentes com obesidade severa da cidade de São Paulo. **Revista Brasileira Ciência e Movimento**, Brasília, DF, v. 11, n. 1, p. 23-28, jan. 2003.

WANG, Y.; MONTEIRO, C.; POPKIN, B. M. Trends of obesity and underweight in older children and adolescents in the United States, Brazil, China, and Russia. **Am J Clin Nutr.**, v. 75, n. 6, p. 971-977, 2002.

ZAMPRONHA, M. A. G. **A experiência de relação com o outro de alunos de graduação em Psicologia e o uso da Internet**. 2012. 103 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.



PERFIL MOTOR DE ESCOLARES PRATICANTES DE FUTSAL NO MUNICÍPIO DE QUILOMBO, SC

Eduan Siega¹
Matheus Comunello²
Mariluce P. Vieira³

RESUMO

O objetivo deste estudo foi identificar o perfil motor de crianças com faixa etária entre sete e 10 anos de idade do sexo masculino, escolares praticantes de futsal do Município de Quilombo, SC. Este estudo tem como característica principal a pesquisa descritiva quantitativa, em que a amostra foi composta por 60 crianças, que participam das escolinhas de iniciação esportiva do futsal no ginásio municipal de esportes de Quilombo, SC, e frequentam regularmente o ensino regular do Município. Como instrumento avaliativo foi utilizada a Escala de Desenvolvimento Motor. Os resultados apontam que a maioria dos alunos ficou classificada em um nível de desenvolvimento motor normal, tendo em vista que as habilidades motoras que mais se sobressaíram foram a motricidade ampla e o equilíbrio.

Palavras-chave: Desenvolvimento motor. Futsal. Perfil motor.

1 INTRODUÇÃO

Acompanhar o desenvolvimento motor das crianças torna-se uma tarefa imprescindível nos dias atuais, pois muitas crianças preferem ficar em frente à TV ou usando outras tecnologias do que brincar e praticar esportes.

Em cada fase do ciclo vital a criança deve apresentar determinados domínios motores para que possa ter um desenvolvimento adequado perante os desafios impostos pela sociedade, sejam eles nos aspectos físicos, motores, sociais, cognitivos ou afetivos. Esses domínios estão diretamente ligados a um conjunto

¹ Graduado em Educação Física Licenciatura pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; edu-siega@hotmail.com

² Graduado em Educação Física Licenciatura pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; matheus.comunello@hotmail.com

³ Professora no Curso de Educação Física Licenciatura e Bacharelado da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; mariluce.vieira@unoesc.edu.br



de habilidades motoras, como a motricidade fina, a ampla, o equilíbrio, o esquema corporal e o espaço-temporal, que estão presentes nos movimentos de locomoção, estabilização e manipulação.

Movimentos esses que são muito utilizados na iniciação esportiva, independente do esporte. No caso deste estudo, destaca-se o futsal, pois seus participantes são crianças que praticam esse esporte.

O futsal é um esporte de quadra que vem atraindo muitas crianças de várias faixas etárias. Ainda se percebe um número maior de praticantes do sexo masculino, porém já é notável a presença do sexo feminino em quadra, inclusive participando de competições de esferas municipais, estaduais, nacionais e internacionais.

No entanto, o futsal é um esporte que requer um domínio motor complexo, pois além de o atleta precisar ser rápido, deve aprender a dominar a bola, ter equilíbrio, localizar-se na quadra, visualizar os companheiros e adversários e conhecer seus limites corporais para driblar, fintar e dominar a bola.

Com intuito de melhorar o desenvolvimento motor das crianças praticantes de futsal do Município de Quilombo, SC, para futuras intervenções técnicas e táticas nesse esporte, este estudo apresenta como principal objetivo identificar o perfil motor dos escolares praticantes de futsal com idade entre sete e 10 anos do Município de Quilombo, SC. Para atingir esse objetivo foi aplicada a avaliação motora proposta por Rosa Neto (2002), a qual avalia seis habilidades motoras: a motricidade fina, a ampla, o equilíbrio, o esquema corporal, a organização espacial e a temporal.

A partir dos resultados deste estudo acredita-se ser possível criar novos métodos de treinamentos para crianças iniciantes no futsal, pensando nelas como um todo, para que, além de aprenderem a técnica do esporte, aprimorem seu desenvolvimento motor.



2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 FUTSAL E DESENVOLVIMENTO MOTOR

As habilidades motoras fundamentais, além de serem de suma importância para o desenvolvimento motor global da criança, servem como embasamento para a aprendizagem dos esportes (GALLAHUE; OZMUN, 2005). Dessa forma, o profissional deve demonstrar habilidades ao trabalhar com a criança, principalmente na iniciação esportiva, não valorizando o esporte apenas pela prática em busca da formação de atletas, mas considerando o fator educacional e social, sendo este primordial no estímulo do desenvolvimento humano (GREGÓRIO; SILVA, 2014). É imprescindível que os profissionais tenham um ajustamento adequado, sendo fundamental o respeito ao grau de desenvolvimento de cada aluno, além de contentar seus interesses e necessidades (GOMES; MACHADO, 2001).

Por outro lado, a prática do futsal também pode acontecer em diferentes locais, tais como clubes, associações, escolas e organizações congêneres, significando que muitos dos praticantes iniciam a prática dessa modalidade antes mesmo da idade escolar (VOSEER, 2004). O futsal é um esporte mundialmente conhecido e, segundo Baseggio (2011), acredita-se que nasceu das peladas de várzea que começaram a ser adaptadas às quadras de basquete e pequenos salões na década de 1930 no Uruguai.

No que diz respeito ao futsal, este é um esporte que vem sendo exercitado por diversas faixas etárias, e o aumento da procura por essa modalidade acontece principalmente pelas crianças, que muitas vezes são levadas por seus pais a centros esportivos para a primeira relação com essa modalidade (OLIVEIRA *et al.*, 2015). Porém, como o futsal é considerado um esporte, ressalta-se que não é saudável desenvolvê-lo com uma criança apenas com o referencial de competição e resultado, pois ela conserva uma relação com o esporte muito mais carinhosa e prazerosa do que eficiente e utilitária (VOSEER, 2004).

Por outro lado, como item integrante das aulas de Educação Física, o futsal beneficia diversas esferas na vida de cada aluno. Todavia, é formidável afirmar que o indivíduo plenamente desenvolvido a partir do movimento alcança estabelecer



uma vida ativa, saudável e produtiva, criando uma integração segura e adequada e de desenvolvimento harmônico entre corpo, mente e espírito (SERAFIM *et al.*, 2008).

As atividades físico-desportivas, compreendidas como atividades naturais de movimento, jogo e confraternização, são subsídios básicos para a educação das pessoas e têm funções altamente pedagógicas que podem ocorrer no desenvolvimento equilibrado e harmônico do ser humano (BASEGGIO, 2011).

Sobretudo, na iniciação desportiva há a presença de técnica de exercícios desportivos e corporais que incitam de maneira direta os aspectos cognitivo, afetivo e psicomotor da criança, e como é admitido, criança é “movimento” (PASSARO, 2005).

Ainda se referindo ao movimento, as atividades voltadas ao futsal contribuem para que se tenha maior desenvoltura de ares que conseguem ir mais distante de seus embasamentos como a percepção do desenho corporal, equilíbrio, lateralidade, sociabilidade e coordenação geral, aptidões físicas e motoras almejavéis que individualizam costumes benéficos que devem ser carregados para a vida toda (MELO, 2007).

O futsal consegue ficar em uma colocação interessante na ciência da aprendizagem e do incremento por conseguir utilizar uma proposta rica de maneiras de jogos e emprego de habilidades. A execução frequente de habilidades permite resultados motores expressivos, induzindo performances bem-sucedidas para as referentes faixas etárias e dando espaço ao desenvolvimento da tática (VALENTINI; TOIGO, 2006).

Entretanto, não se pode deixar de notar que é necessário respeitar as faixas etárias dos alunos, pois cada idade tem seu desenvolvimento, e deve-se procurar gerar nesses alunos o interesse em pensar antes de agir, sempre respeitando as características oportunas de sua idade (SANTANA, 2002).

Em relação ao desenvolvimento motor, ele é visto como as alterações progressivas do desempenho motor, no decorrer do ciclo da vida, realizadas pela interação entre a tarefa, a biologia do indivíduo e o ambiente (GALLAHUE; OZMUN, 2005). É por meio das diferentes posturas e formas que a criança adquire o comando de seu corpo e aprende a se locomover pelo ambiente e a manipular objetos, conquistando um repertório motor que servirá de base para outras fases (SANTOS, 2008).

No que se refere às habilidades motoras, ressalta-se que a capacidade motora fina, como abotoar camisas e delinear figuras, abrange a capacidade



coordenativa de músculos pequenos e trabalho simultâneo entre olhos e mãos. Habilidades como essa concedem às crianças um vasto senso de encargo e cuidado pessoal (PAPALIA; OLDS, 2000).

Já a motricidade global é um movimento sinestésico, tátil, labiríntico, visual, espacial, temporal e desempenha um importante papel na melhora dos comandos nervosos e no afinamento das sensações e das percepções (ROSA NETO, 2002).

O Equilíbrio é elucidado por Santos (2008) de forma que a circunstância de um corpo depende de forças diversas e tem como atuação a finalidade de equilibrar-se e, do ponto de vista biológico, é avaliado quando uma pessoa consegue sustentar posturas, posições e atitudes.

Em se tratando do Esquema Corporal, Ferreira (2007) ressalta que concebe uma configuração de estabilização em que o miolo central é a própria individualidade, estando constituído pelo meio de semelhança recíprocas do organismo com o meio. É a coordenação das percepções referentes ao seu próprio corpo em agregação com os subsídios do mundo exterior.

Por outro lado, a Organização Espacial pode ser compreendida pela declaração que diz respeito à competência de situar-se a si próprio, encontrar outros componentes em um determinado espaço e orientar-se diante do meio (SANTOS, 2008). Nessa habilidade percebe-se que as capacidades sensoriais (a visão, a audição, o tato e o olfato) participam em certa medida para coletar conhecimentos e aferir a relação física entre o corpo e o lugar.

No entanto, a Organização Temporal é explicada por Almeida (2007) como a habilidade de abalizar a resolução e a constância dos eventos, como horas, dias, semanas, meses, anos e a noção de descendência das ocorrências, e isso está claro quando se canta uma música.

Porém, segundo Oliveira *et al.* (2015), toda série básica do desenvolvimento motor está amparada no conjunto de desenvolvimento do cérebro, sendo que a variação progressiva na aptidão motora de um sujeito é desencadeada pela interação desse indivíduo com seu espaço e com a tarefa que ele seja encorajado a executar. Assim, as particularidades hereditárias de uma pessoa, combinadas com qualidades ambientais específicas e os próprios agenciamentos da tarefa que o sujeito exerce,



definem a quantidade e a extensão da obtenção de agilidades motoras e a melhora da aptidão (GALLAHUE; OZMUN, 2005).

Em se tratando de infância, Gallahue e Ozmun (2005) destacam que os movimentos nessa fase podem ser analisados em três etapas: rudimentares, fundamentais e especializados. Os movimentos rudimentares são as formas iniciais de movimentos voluntários e acontecem do nascimento aos dois anos. Os movimentos fundamentais são consequências dos rudimentares, porém para a criança atingir o estágio maduro vai depender da idade cronológica, crescimento, maturação e vivência/estimulação. Por último, os movimentos especializados, que tratam do refinamento e conexão dos movimentos fundamentais derivando o nascimento de novos padrões motores divididos em estágios: estágio de transição (7-10 anos), estágio de aplicação (11-13 anos) e estágio de utilização durável ao longo da vida.

O estágio de transição é qualificado pelas primeiras experiências do sujeito de apurar e agregar habilidades de movimento qualificado; nesse estágio é que se tem maior aprendizado por parte dos atletas de como treinar para alcançar melhor habilidade e desempenho. Para a maior parte das crianças de oito a 12 anos, esse estágio é decisivo, durante o qual as habilidades de movimento principal qualificado são apuradas e aperfeiçoadas aos esportes e jogos da cultura.

No estágio de aplicação o sujeito tende a ser mais racional de acordo com as suas habilidades, conduzindo seu interesse a determinados tipos de esportes, tanto em espaços competitivos quanto recreacionais. Esse estágio se destaca por aperfeiçoar a proficiência, sendo que os sujeitos na maioria das vezes atenuam a aquisição de suas procuras atléticas pela opção de outras atividades para que consigam se encaixar regularmente em circunstâncias competitivas, recreativas ou do dia a dia. Por último, Gallahue e Ozmun (2005) apresentam o estágio permanente em que o padrão de movimento segue para a vida toda. Quando a criança alcança a fase dos movimentos especializados, ela está suscetível a começar o aprendizado em qualquer esporte.

O futsal, na compreensão de Mutti (2003), implica compreender as diferentes condições que se relacionam com sua execução, bem como as respostas indispensáveis que as situações do jogo solicitam. Nesse feito, a aprendizagem deve ser norteadada no sentido de ocorrer uma adequação funcional em detrimento



das condições e características da modalidade que implicam habilidades motoras e colaboram para a sua manutenção e desenvolvimento, o que reflete na saúde de todo o organismo.

Conforme Cyrino *et al.* (2002), nas partidas de futsal há uma grande intensidade de movimentação que envolve os participantes de forma geral e leva a um grande gasto de energia, implicando uma solicitação metabólica e neuromuscular elevada, o que comprova as contribuições de esporte para o desenvolvimento motor.

Contudo, o professor de Educação Física, conscientemente, deve adotar e representar o papel de orientador no incremento de costumes, servindo como exemplo e como referência para que a criança se desenvolva como um todo (GUIMARÃES, 2013).

Ainda sobre as habilidades particularizadas, a prática desportiva aumenta uma série de aptidões motoras e psicossociais, como estilos de resolução, vontade, paciência, disciplina, coragem, flexibilidade e respeito. Os aprendizes aperfeiçoam seu desenvolvimento para uma resposta motora efetiva e recursos rápidos a circunstâncias cotidianas (GALLAHUE; OZMUN, 2005).

Nesse contexto, segundo Valentini e Toigo (2006), o jogo ligado com o aprendizado das habilidades motoras fundamentais induz a edificação de padrões de movimento mais progredidos em que a habilidade motora avaliza a atuação ativa nos jogos, e como consequência, ocorre a compreensão das táticas utilizadas pelos praticantes na decisão dos problemas motores.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo tem como principal característica a pesquisa descritiva quantitativa (DIEHL; TATIM, 2004), e foi realizado com 60 crianças do sexo masculino com idade entre sete e 10 anos, participantes da escolinha de futsal no Município de Quilombo, SC, no turno vespertino e que frequentam a Educação Básica do Ensino Regular.

Foram incluídos na pesquisa os sujeitos que atenderam aos seguintes critérios: Estar matriculado e frequentando as aulas na escolinha de futsal do Município de Quilombo, SC, no mínimo duas vezes por semana e não apresentar



nenhuma deficiência física, bem como estar frequentando o Ensino Regular em uma escola do mesmo município.

Como instrumento para coleta de dados utilizou-se a Escala de Desenvolvimento Motor (EDM) legitimada por Rosa Neto (2002). Ela tem como alvo medir o nível de desenvolvimento motor por meio dos êxitos e fracassos em face das normas constituídas pelo autor, as quais ponderam a idade cronológica, esboçando um perfil da idade e quociente motores da criança avaliada.

Essa escala abarca um conjunto de provas muito diversificadas e de dificuldade nivelada, acarretando uma exploração meticulosa de diferentes campos do desenvolvimento. Ela mede seis habilidades motoras, entre elas a motricidade fina (óculo manual); a motricidade global (coordenação); o equilíbrio (postura estática); o esquema corporal (imitação de postura, rapidez); a organização espacial (percepção do espaço); e a organização temporal (linguagem, estruturas temporais).

Para iniciar a coleta foi necessário entrar em contato com a Secretaria de Esportes do Município expondo o objetivo da pesquisa e solicitando uma autorização para coletar os dados. Após isso, o objetivo da pesquisa foi apresentado ao professor responsável pelas crianças e solicitado aos pais que assinassem o termo de consentimento livre e esclarecido autorizando-as a participar do estudo, caso concordassem.

A coleta de dados foi realizada pelos próprios pesquisadores os quais desempenharam as mesmas funções durante todo o processo nos meses finais de 2017 e iniciais de 2018. A bateria motora foi aplicada individualmente em um local calmo e tranquilo; as crianças permaneceram com sua roupa normal, tirando apenas aquelas vestimentas que iriam dificultar os movimentos. Nas provas de equilíbrio foi solicitado que a criança tirasse os calçados para não deslizar e também para permitir uma correta observação nas provas. No ambiente foi permitida somente a presença da criança e do avaliador.

O tempo para cada aplicação da bateria motora chegou a ser de aproximadamente 20 a 30 minutos, e o início do exame motor foi de acordo com a seguinte sequência de provas: motricidade fina, motricidade ampla, equilíbrio, esquema corporal/rapidez, organização espacial e organização temporal.



Cada habilidade foi testada primeiramente de acordo com a idade cronológica da criança. Se ela atingisse o teste referente a sua idade cronológica, dava-se continuidade aos testes com idades superiores. Caso ela não atingisse o teste referente à sua idade eram aplicados os testes inferiores à sua idade cronológica. Os testes só eram interrompidos quando o aluno não obtivesse mais êxito na execução, e os resultados eram anotados em fichas pré-determinadas.

A idade cronológica foi calculada em meses, e a idade motora e o quociente motor de cada habilidade foram de acordo com a idade atingida nos testes. A partir do resultado do quociente motor geral as crianças foram classificadas de acordo com seu nível de desenvolvimento motor sugerido por Rosa Neto (2002).

Para o cálculo da idade motora e do quociente motor utilizou-se o programa Microsoft Office Excel 2007, e após foi realizada a análise estatística, frequência absoluta e relativa, média e desvio padrão no mesmo programa.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O presente estudo identificou o perfil motor de crianças com faixa etária entre sete e 10 anos de idade do sexo masculino, escolares praticantes de futsal do Município de Quilombo, SC.

Com base nesse objetivo, observa-se na Tabela 1 que a média da idade cronológica (IC) foi de 108,27 (dp= 14,60) meses e a da idade motora geral (IMG), de 104,60 (dp= 14,80) meses, o que acarreta um atraso motor de aproximadamente quatro meses. No entanto, percebe-se que as crianças tiveram mais dificuldades em realizar os testes de motricidade fina e maior facilidade na motricidade ampla.

No que se diz respeito à motricidade fina, ela, concebe a atividade mais corriqueira exercida pelo homem, pois age em incontáveis atividades, como pegar ou lançar objetos, escrever, desenhar, pintar, etc. (ROSA NETO, 2002). Lorenzetti e Bonardiman (2008), em referência ao nível de desenvolvimento motor nessa habilidade, direcionaram seus testes para crianças de nove, 10 e 11 anos, e também constataram uma idade motora mais baixa que a idade cronológica, porém um quociente motor mais elevado (QM= 96,6) que o encontrado neste estudo.



Dentro das habilidades motoras nota-se na Tabela 1 que apenas a idade motora ampla ficou acima da idade cronológica, alcançando uma média de 111,60 (dp= 17,61) meses e um quociente motor de 103,28. Resultados esses que não corroboram Lorenzetti e Bonadiman (2008) e Konishi e Vieira (2016), os quais encontraram resultados inferiores a este estudo.

Nas demais habilidades motoras as crianças apresentaram uma idade motora inferior à cronológica, ficando com uma idade negativa de 6,05 meses. Porém, nota-se na Tabela 1 que nas habilidades de motricidade ampla e equilíbrio as crianças atingiram um quociente motor maior que o geral, e nas demais habilidades atingiram um quociente menor, o que difere do estudo de Batistella (2001), que encontrou maiores quocientes na organização espacial e na organização temporal.

Tabela 1 – Média da idade motora e quociente motor geral e das habilidades específicas avaliadas neste estudo

Variáveis	X	DP
Idade Cronológica	108,27	14,60
Idade Motora Fina	101,40	18,77
Idade Motora Ampla	111,60	17,61
Idade Motora Equilíbrio	105,40	16,98
Idade Motora Esquema Corporal	103,70	16,23
Idade Motora Organização Espacial	103,00	16,86
Idade Motora Estrutura Temporal	102,70	16,38
Idade Motora Geral	104,60	14,80
Quociente Motor Fino	93,71	12,81
Quociente Motor Amplo	103,28	11,82
Quociente Motor Equilíbrio	97,60	13,28
Quociente Motor Esquema Corporal	96,01	11,32
Quociente Motor Organização Espacial	95,32	12,65
Quociente Motor Estrutura Temporal	94,50	14,42
Quociente Motor Geral	96,84	9,43
Idade Positiva	2,20	5,81
Idade Negativa	6,05	6,46

Fonte: os autores.

X= Média; DP= Desvio Padrão.



A partir dos resultados apontados na Tabela 1 foi realizada a classificação do perfil motor, como mostra a Tabela 2. No que diz respeito ao perfil motor, percebe-se que a maioria das crianças avaliadas apresentou um perfil motor normal médio, o que corrobora os estudos de Batistella (2001) e Konishi e Vieira (2016).

Tabela 2 – Perfil motor dos participantes deste estudo

Perfil Motor	N	%
Inferior	01	1,7
Normal Baixo	11	18,3
Normal Médio	44	73,3
Normal Alto	02	3,3
Superior	01	1,7
Muito Superior	01	1,7

Fonte: os autores.

n= frequência absoluta; %= frequência relativa.

Justificam-se os resultados encontrados neste estudo pois, quando a criança atinge a etapa dos movimentos especializados, ela está apta a iniciar o aprendizado em qualquer esporte. Ela já passou por outras etapas, como a dos movimentos rudimentares e fundamentais (GALLAHUE; OZMUN, 2005).

E, segundo Mutti (2003), a aprendizagem do futsal deve ser orientada no sentido de ocorrer uma adaptação funcional em detrimento das condições e características da modalidade que pressupõem habilidades motoras e contribuem para a sua manutenção e desenvolvimento, o que reflete na saúde de todo o organismo.

De modo geral, a literatura apresenta poucos estudos que avaliam o desenvolvimento motor em população de escolares praticantes de futsal, o que dificultou uma maior discussão a respeito do tema.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no objetivo deste estudo, o qual foi identificar o perfil motor de escolares praticantes de futsal do Município de Quilombo, SC, chega-se à conclusão de que a maioria das crianças se encontram em um perfil motor normal médio. E a



habilidade que eles mais apresentaram dificuldade foi a motricidade fina, sendo que na motricidade ampla eles se sobressaíram.

É indispensável que ocorra um maior número de estudos voltados a essa temática para que se obtenha maior quantidade de detalhes do desenvolvimento motor de crianças que praticam futsal, obtendo, assim, um delineamento do perfil dessas crianças, para que se possa auxiliar e direcionar de forma mais precisa o trabalho dos profissionais dessa área.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, G. M. F. D. **Deficiência Mental: Avaliação e classificação do desenvolvimento motor.** 2007. 144 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.
- BATISTELLA, P. A. **Estudo de Parâmetros Motores em Escolares com Idade de 6 a 10 anos da Cidade de Cruz Alta – RS.** 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Centro de Ciências da Saúde e do Esporte da Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2001.
- BASEGGIO, T. S. **Oficinas sócio-educativas de futsal como ações complementares no processo educacional.** [S. l.]: Ebookbrowse, 2011.
- CYRINO, E. S. *et al.* Efeitos do treinamento de futsal sobre a composição corporal e o desempenho motor de jovens atletas. **Rev. Bras. Ciên. Mov.**, v. 10, p. 41-46, 2002.
- DIEHL, A. TATIM, D. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.
- FERREIRA, J. R. P. **Saúde Escolar: Aspectos Biopsicossociais de Crianças com dificuldades de Aprendizagem.** 2007. 114 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Do Estado De Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2007.
- GALLAHUE, D. L.; OZMUN, J. C. **Compreendendo o desenvolvimento motor: Bebês, Crianças, Adolescentes e Adultos.** 3. ed. São Paulo: Phorte Editora, 2005.



GOMES, A. C.; MACHADO, J. de A. **Futsal, metodologia e planejamento na infância e adolescência**. Londrina: Midiograf, 2001.

GREGÓRIO, K. M.; SILVA, T. da. Iniciação esportiva x especialização esportiva precoce: quando iniciar estas práticas|? **Horizontes, Revista de Educação**, Dourados, MS, v. 2, n. 3, 2014.

GUIMARÃES, M. P. **A importância da Ed. Física no desenvolvimento motor no ensino fundamental das escolas municipais do pov. de Umbuzeiro**. 2013. 35 f. Monografia (Licenciatura em Educação Física) – Universidade de Brasília, Universidade Aberta do Brasil, Piritiba, BA, 2013.

KONISHI, C. F.; VIEIRA, M. P. Perfil motor das crianças praticantes da modalidade de judô no município de Chapecó, SC. **Coletânea de Artigos Conhecimento em Pauta**, Joaçaba, v. 3, p. 365-378, 2016.

LORENZETTI, V.; BONARDIMAN, Z. B. **Estudo do perfil motor de alunos da 5ª série**. Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) do Estado do Paraná. [S. l.: s. n.], 2008.

MELO, V. A. Por uma história comparada do esporte: possibilidades, potencialidades e limites. In: MELO, V. A. (org.). **História comparada do esporte**. Rio de Janeiro: Shape, 2007. p. 13-32.

MUTTI, D. **Futsal: da Iniciação ao alto nível**. 2. ed. São Paulo: Phorte, 2003.

OLIVEIRA, P. H. B. de *et al.* **A Importância Do Futsal Para O Desenvolvimento Motor Das Crianças**. [S. l.: s. n.], 2015. Disponível em: openrit.grupotiradentes.com/xmlui/handle/set/785. Acesso em: 10 out. 2017.

PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W. **Desenvolvimento humano**. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PASSARO, E. S. **Desenvolvimento das capacidades coordenativas como base do aprendizado da técnica em iniciantes em futsal**. Monografia – Batatais, 2005.

ROSA NETO, F. **Manual de Avaliação Motora**. São Paulo: Artmed Editora, 2002.



SANTANA, W. C. de. Iniciação esportiva e algumas evidências de complexidade. *In: Simpósio de Educação Física e Desportos do Sul do Brasil, 14., 2002. Anais [...]* Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2002. p. 176-180.

SANTOS, R. **Psicomotricidade**. São Paulo: Scribd, 2008.

SERAFIM, P. A. *et al.* **Educação Física e psicomotricidade: uma relação fundamental no desenvolvimento humano**. Laboratório de Atividades Lúdico-Recreativas (LAR) da UNESP/Presidente Prudente, 2008.

VALENTINI, N. C. Percepções de Competência e Desenvolvimento Motor de meninos e meninas: um estudo transversal. **Movimento**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 51-62, 2002.

VALENTINI, N. C.; TOIGO, A. M. **Ensinando educação física nas séries iniciais: desafios e estratégias**. 2. ed. Canoas: Salles, 2006

VOSER, R. C. **Iniciação ao futsal. Abordagem recreativa**. 3. ed. Canoas: ULBRA, 2004.



ANÁLISE DA APTIDÃO FÍSICA RELACIONADA AO DESEMPENHO ESPORTIVO DE ATLETAS DE FUTSAL FEMININO

Ana Karoline Cunha¹
Júlia de Gois Quevedo²
Indianara Somensi³
Daniela Zanini⁴

RESUMO

O futebol de salão é um esporte praticado no mundo todo, e, entre seus praticantes registrados na Federação Internacional de Futebol (FIFA), 175 mil são mulheres. É compreendido como um esporte marcado pela popularidade e vem atraindo cada vez mais um maior número de adeptos. Mediante tal aumento expressivo, a necessidade de estudos analisando a aptidão física e o desempenho esportivo de atletas surgiu. O objetivo do presente estudo foi analisar a aptidão física relacionada ao desempenho esportivo de atletas praticantes de futsal feminino de Chapecó, SC. O grupo de estudo foi constituído por 11 atletas de futsal feminino da categoria de base de um clube da cidade, com idades entre 15 e 16 anos. Verificou-se que a média do IMC foi classificada como boa, de acordo com os valores preestabelecidos pelo PROESP-Brasil, e os resultados obtidos para os testes de aptidão física foram satisfatórios para a faixa etária. As atletas deste estudo apresentaram médias superiores nos valores das variáveis de resistência muscular localizada, força explosiva de membros superiores e inferiores quando comparadas a atletas de outros estudos. Palavras-chave: Futsal feminino. Aptidão física. Desempenho esportivo.

1 INTRODUÇÃO

¹ Graduanda do Curso de Educação Física da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; naah_cunha@hotmail.com

² Graduanda do Curso de Educação Física da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; juliagoisquevedo@gmail.com

³ Graduanda do Curso de Educação Física da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; inndi_somensi@hotmail.com

⁴ Mestre em Avaliação e Prescrição de Atividades Físicas – Portugal; Professora no Curso de Educação Física da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; daniela.zanini@unoesc.edu.br



O futsal é uma modalidade que exige de seus atletas inteligência aliada a uma movimentação tática ágil. Pode ser caracterizado pela sua velocidade e intensidade de disputa de bola. O jogador de futsal contemporâneo necessita ser versátil e atuante em todos os setores da quadra, desempenhando as diferentes funções táticas de defesa e ataque com a mesma qualidade.

Em razão da popularidade e do crescimento do número de participantes a cada ano, fazem-se necessárias qualificações e aumento do nível de rendimento físico das atletas. Entretanto, os conhecimentos sobre características fisiológicas, físicas e de desempenho motor de atletas envolvidas em competições de alto nível são escassos. Ainda que seja um esporte popular atualmente praticado por mulheres do mundo todo, há uma carência, principalmente de informações científicas confiáveis relacionadas a características físicas e desempenho do futsal feminino.

Compreendendo a importância das capacidades físicas para o desempenho esportivo é necessário avaliar o nível de aptidão física relacionada ao desempenho esportivo das atletas. A partir da descrição dos resultados encontrados, considera-se que a caracterização do perfil de aptidão física de atletas representa um importante instrumento para planejar, acompanhar e avaliar o processo de treinamento e o estabelecimento de estratégias para a melhoria do desempenho coletivo.

Tendo em vista tal justificativa, o objetivo deste estudo foi analisar a aptidão física relacionada ao desempenho esportivo de atletas praticantes de futsal feminino de Chapecó, SC. Foram pesquisadas por meio da bateria de testes relacionada à aptidão física do Projeto Esporte-Brasil 11 atletas com idades entre 15 e 16 anos, praticantes da modalidade de forma sistematizada e com frequência semanal de três vezes.

Por meio da análise e discussão dos resultados com relação aos testes de desempenho físico, foi possível verificar a importância das capacidades físicas para um atleta de futsal. Pôde-se observar que as participantes demonstraram resultados satisfatórios nos testes aplicados, de acordo com a faixa etária.

Ainda que os achados da literatura para o futsal feminino sejam escassos, o presente estudo demonstrou que as atletas pesquisadas apresentam médias superiores, principalmente nas variáveis de resistência muscular localizada, força explosiva de membros superiores e inferiores, em relação às atletas da mesma



modalidade pesquisadas por outros autores, enquanto as médias para flexibilidade, agilidade e velocidade mostraram-se inferiores ou semelhantes.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 FUTSAL FEMININO

O futsal é popularmente visto como uma reprodução do futebol de campo em dimensões reduzidas, pois é regido pelas mesmas regras, apresentando algumas particularidades. Entre elas destacam-se menor quantidade de jogadores, menor tamanho e peso da bola e tamanho do gol, número livre de substituições, cobrança de lateral com os pés, ausência do “impedimento”, bem como menor dimensão do espaço de jogo (40 m x 20 m) e piso rígido da quadra. É um esporte praticado por cinco jogadores titulares, sendo um deles o goleiro e tendo nove reservas. As partidas da categoria sub 15 tem a duração de dois tempos de 15 minutos (SANTOS; RÉ, 2014).

Uma forte característica do esporte é o envolvimento de esforços intensos e de curta duração apresentados em um caráter intermitente. Os jogadores realizam ações de alta intensidade, como chutes, saltos, dribles, deslocamentos e mudanças de direção em velocidade, com o intuito de obter vantagens em relação aos adversários (ROCHA; WALTRICK; VENERA, 2013).

Em razão das constantes evoluções nas regras, da evolução nos esquemas táticos e do preparo físico superior apresentado, o futsal moderno torna-se cada vez mais dinâmico e rápido, solicitando de seus jogadores o desempenho de múltiplas funções e a movimentação em todas as posições. Ainda, exige mais a participação dos goleiros nas ações ofensivas, colocando a força explosiva como uma qualidade física muito solicitada (ROCHA; WALTRICK; VENERA, 2013).

Em pesquisa realizada pela FIFA (2007) identificou-se que existem 175 mil mulheres registradas oficialmente em todo o mundo como participantes regulares de competições de futsal. Dados fornecidos por Altmann e Baldy dos Reis (2013) são de que a maioria dessas jogadoras iniciou com idades entre três e 11 anos, na rua de casa, na companhia de irmãos, amigos e vizinhos do sexo masculino. No decorrer dos



anos a popularidade e o crescimento desse número gerou a necessidade do aumento do nível de rendimento físico das atletas (ROCHA; WALTRICK; VENERA, 2013).

Ainda que seja um esporte popular praticado por mulheres do mundo todo, há uma carência de informações científicas confiáveis relacionadas às características físicas, à performance e ao desempenho motor de atletas de futsal feminino envolvidas em competições de alto nível. Dessa forma, para melhor compreender e estruturar programas de treinamento físico, a realização de estudos mais completos sobre o tema torna-se essencial (ROCHA; WALTRICK; VENERA, 2013).

Queiroga *et al.* (2008) explicam que a identificação de variáveis capazes de influenciar em resultados positivos é importante em atividades físicas competitivas. Algumas das formas de reduzir a distância entre a vitória e a derrota para muitos atletas é estabelecer parâmetros específicos no campo da psicologia, genética, dieta, do ambiente e das características físicas e funcionais que se associam ao desempenho esportivo. O somatório, por exemplo, é um requisito importante para atingir valores mais elevados de desempenho atlético.

2.2 CAPACIDADES FÍSICAS

O conhecimento das características de atletas de futsal é importante tanto para a obtenção do nível máximo de desempenho quanto para a escolha das estratégias de preparação física a serem aplicadas. A observação e a determinação de parâmetros neuromotores, fisiológicos e antropométricos são pressupostos para as exigências de cada esporte e suas particularidades. Para o futsal, consideram-se importantes diversas valências físicas, entre elas a força, a flexibilidade, a agilidade e a velocidade, bem como a composição corporal (PETREÇA; RUSKE NETO, 2000; ROCHA; WALTRICK; VENERA, 2013).

A força é a capacidade de vencer uma determinada resistência por meio de uma contração muscular. Pode ser definida como a capacidade de o músculo gerar tensão (DANTAS, 2003; REBELATTO *et al.*, 2006).

Conforme Saldanha e Souza (2012), a flexibilidade é a capacidade física que permitirá aos praticantes de futsal uma maior amplitude possível de um movimento articular. Para os jogadores de futsal, os deslocamentos, saltos e chutes



são realizados por movimentos com muita potência muscular. Compreende-se que a flexibilidade é essencial na execução dos exercícios na maior amplitude de movimento, maior força, maior rapidez, facilidade e fluência, de modo mais eficaz. A deficiência dos atletas no desenvolvimento a manutenção dessa capacidade é um fator limitante no desempenho no futsal, sendo um fator facilitador de lesões musculares (BERTOLLA *et al.*, 2007).

A agilidade é definida como a capacidade de se deslocar em direções diversas rapidamente, sendo dependente da velocidade e da força. A velocidade é a capacidade de realizar as ações vigorosas em um curto espaço de tempo, sendo utilizada, comumente, em atividades nas quais há um intervalo entre a requisição da mesma ação (DANTAS, 2003).

A coordenação, por sua vez, permite mais consciência na execução do movimento, colaborando, dessa forma, para um melhor desenvolvimento da velocidade e da agilidade. Ela é fundamental para o praticante de futsal, em decorrência das constantes mudanças de posição impostas ao seu corpo durante o jogo (SALDANHA; SOUZA, 2012).

A combinação das capacidades de força e resistência cria o que se denomina de resistência muscular localizada, compreendida como a capacidade de suportar e se recuperar da fadiga, realizando várias repetições, ou seja, a capacidade de manter o esforço físico em um maior espaço de tempo (BOMPA, 2001).

2.3 APTIDÃO FÍSICA RELACIONADA AO DESEMPENHO NO FUTSAL

A aptidão física pode ser compreendida como a capacidade de participar de diversas atividades físicas, mantendo o funcionamento eficaz dos sistemas do organismo e tendo o mínimo de fadiga, resistindo a doenças (ROBERGS; ROBERTS, 2002).

Ainda que sejam escassas as informações na literatura concernente às características antropométricas ideais para o futsal feminino, pode-se afirmar que valores menores de gordura corporal podem favorecer o rendimento máximo, em razão da alta exigência energética e intensa movimentação das partidas. O maior acúmulo de tecido adiposo dificulta o processo de recuperação pós-esforço, acarretando em maior dispêndio energético (GIUSTI *et al.*, 2012).



O futsal é uma modalidade que envolve a execução de deslocamentos rápidos, saltos e mudanças de direção, sendo que o excesso de peso corporal sob a forma de gordura pode causar um prejuízo no rendimento (DIAS *et al.*, 2007).

Ré *et al.* (2008) explanam com relação às capacidades físicas requisitadas durante uma partida de futsal, tendo em vista os diferentes tipos de deslocamentos, seguidos por grandes acelerações e mudanças de direção, favorecendo indivíduos com maior agilidade e potência muscular. Conseqüentemente, é coerente afirmar que os melhores jogadores apresentarão uma predominância nos testes de força, agilidade, resistência e velocidade.

Em decorrência do pequeno espaço de jogo, a capacidade física de agilidade pode ser considerada decisiva para o resultado de uma partida, observando os diferentes tipos de deslocamento, grandes acelerações e desacelerações, mudanças de direção, chutes, passes, fintas, desarmes e saltos recorrentes na modalidade.

Compreende-se que são necessários muitos anos para desenvolver e aperfeiçoar habilidades até que o nível requisitado em competições internacionais seja atingido. Dessa forma, torna-se de grande importância o conhecimento precoce do maior número dessas condições e capacidades que, inter-relacionadas, vão compor o desempenho do atleta (SANTOS; RÉ, 2013).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa de campo de abordagem descritiva, tendo o intuito de analisar e registrar fenômenos, sem influenciar ou interferir nas atividades dos atletas. A pesquisa propôs descrever as características do grupo de estudo, estabelecendo relações entre as variáveis (GIL, 2008). O grupo foi composto por 11 atletas de futsal feminino da categoria de base de um clube da cidade de Chapecó, SC, com idades entre 15 e 16 anos.

Foram incluídas as atletas que concordaram em participar do estudo, mediante assinatura pelos pais do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que treinavam de forma sistematizada em uma frequência mínima de três vezes por semana e que possuíam no mínimo um ano de treinamento na modalidade especificada.



O contato com o técnico da equipe para esclarecimento sobre a pesquisa e o agendamento das avaliações ocorreu após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unoesc Chapecó, sob o Parecer n. CAAE 71079317.1.0000.5367. Com a autorização do técnico, as atletas receberam explicações quanto aos objetivos e procedimentos da pesquisa e foram convidadas a participar. Estava garantido o direito de participarem do estudo ou se recusarem.

As coletas foram realizadas no local de treinamento das atletas, e os riscos para participação na pesquisa foram mínimos. Nos testes físicos as participantes ficaram sujeitas a sentir cansaço físico ou tropeçar, bem como na avaliação antropométrica poderiam sentir leve desconforto.

Os instrumentos de coleta de dados foram uma anamnese, composta por perguntas para descrever as características dos participantes, como idade, tempo de prática na modalidade, frequência de treinamento e perna dominante, a mensuração das medidas antropométricas e a bateria de testes do Manual de Teste de Avaliação do Projeto Esporte Brasil-PROESP Brasil (GAYA *et al.*, 2016). Com a utilização dos dados de estatura (ES) e massa corporal (MC), o Índice de Massa Corporal (IMC) das atletas foi calculado.

Para a mensuração dos dados antropométricos foram adotadas as medidas de massa corporal (MC), em quilogramas, estatura (ES), em centímetros, e envergadura em centímetros. Os equipamentos utilizados foram, respectivamente, uma balança Filizola® com resolução digital, um estadiômetro Cescorf® com resolução de 0,1 cm e uma escala de medidas antropométricas. Todas as medidas foram mensuradas de acordo com o protocolo da *International Society for the Advancement of Kinanthropometry (ISAK)* (STEWART *et al.*, 2011).

Os testes utilizados para avaliar o desempenho esportivo das atletas foram os de aptidão física relacionada ao desempenho esportivo da bateria do Manual PROESP-Brasil (GAYA *et al.*, 2016).

Para o tratamento dos dados, foi utilizada a estatística descritiva (média e desvio padrão). Todas as análises foram feitas com o programa estatístico SPSS (versão 20.0 para Windows). Os dados foram utilizados somente para a pesquisa, sendo que a identificação não foi divulgada.



4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Foram investigadas 11 atletas da categoria de base sub 15 de um clube de futsal feminino de Chapecó, com idade média de 15,1 anos \pm 0,31, cuja frequência de treino é de cinco vezes por semana, durante um período de três horas. Na Tabela 1 estão expostas as médias \pm dp de idade e características antropométricas das atletas. A média do IMC calculado para o grupo foi classificada como boa de acordo com o ponto de corte do PROESP-Brasil (GAYA *et al.*, 2016), estando apenas uma das atletas acima do peso ideal correspondente à idade.

Tabela 1 – Caracterização antropométrica das atletas de futsal (n=11)

Variáveis	Média	Desvio Padrão
Idade (anos)	15,1	0,31
Massa corporal (kg)	59,41	4,94
Estatutura (cm)	1,64	0,07
Envergadura (cm)	1,67	0,09
IMC (Kg/m ²)	22,11	1,64

Fonte: os autores.

Na Tabela 2 apresentam-se as variáveis relacionadas às capacidades físicas das atletas, expondo-se a classificação das médias destas por meio dos pontos de corte do PROESP-Brasil (GAYA *et al.*, 2016).

Tabela 2 – Caracterização das capacidades físicas das atletas e classificação segundo o PROESP-Brasil (2016)

Variáveis	Média (n=11)	Desvio Padrão (n=11)	Classificação (n=11)
Flexibilidade (cm)	42,10	12,31	Acima do ponto de corte
Resistência (rep/min)	31,50	5,60	Acima do ponto de corte
Velocidade (seg.)	3,93	0,30	Bom
Membros superiores (cm)	3,42	0,35	Bom
Membros inferiores (cm)	1,66	0,16	Muito bom
Agilidade (seg.)	6,47	0,57	Bom

Fonte: os autores.



Tendo em vista o objetivo deste estudo em analisar a aptidão física relacionada ao desempenho esportivo de atletas praticantes de futsal feminino de Chapecó, SC, a fim de obter a caracterização do grupo com relação às variáveis antropométricas, pôde-se verificar que as médias para massa corporal e estatura foram semelhantes às encontradas no estudo de Levandoski *et al.* (2007) com atletas da categoria sub 15, no qual os valores de massa corporal foram $62 \pm 8,38$ kg e para estatura $1,65 \pm 0,07$ m.

Os achados do estudo de Giusti *et al.* (2012), realizado com 16 atletas de futsal feminino com idade média de $22,56 \pm 3,77$ anos, demonstram que tais características foram comuns, pois os valores encontrados foram de $61,98 \pm 11,41$ kg para massa corporal e $1,64 \pm 7,2$ m para estatura, enquanto os valores para o IMC foram de $22,77 \pm 3,43$ kg/m.

Concernentes aos valores para os testes de aptidão física da bateria, os principais resultados demonstram que as médias de força explosiva de membros superiores, velocidade e agilidade foram classificadas em um nível “bom”, a média de força explosiva de membros inferiores como “muito boa”, enquanto as médias de flexibilidade e resistência muscular para o grupo se situam acima do ponto de corte do PROESP-Brasil (GAYA *et al.*, 2016).

Comparando as variáveis da presente pesquisa com as do estudo de Levandoski *et al.* (2007), verifica-se que as médias de resistência muscular localizada ($37,53 \pm 5,39$ rep./min.) e força explosiva de membros inferiores ($1,71 \pm 0,18$ m) para os atletas pesquisados pelos autores foram superiores. A flexibilidade ($26,53 \pm 5,02$ cm) apresentou valores inferiores, enquanto a agilidade ($6,47 \pm 0,39$ seg.) foi semelhante. No estudo de Goulart (2016) a média para a variável da flexibilidade resultou em $32,89 \pm 3,14$ cm, valor inferior ao resultado obtido no presente estudo.

Ao estudar por meio do PROESP-Brasil 10 adolescentes praticantes de futsal com idades entre 14 e 16 anos, treinando há seis meses em aulas de uma hora em uma frequência semanal de duas vezes, Vicente *et al.* (2015) encontraram para a mesma faixa etária do presente estudo valores de média próximos. A média obtida para o teste de flexibilidade ($30,00 \pm 3,00$ cm) foi inferior à apresentada pelas atletas desta pesquisa.



Com relação à resistência muscular localizada ($28,00 \pm 8,00$ rep./min.), à força explosiva de membros superiores ($2,97 \pm 8,77$ m) e de membros inferiores ($1,56 \pm 10,34$ m), os resultados obtidos no presente estudo demonstraram-se superiores, enquanto a média para os resultados da avaliação da agilidade ($5,09 \pm 0,50$ seg.) foram inferiores e para velocidade ($3,85 \pm 0,29$ seg.) semelhantes (VICENTE *et al.*, 2015).

5 CONCLUSÃO

O presente estudo buscou analisar a aptidão física relacionada ao desempenho esportivo de atletas praticantes de futsal feminino de Chapecó, SC. Pôde-se observar que as participantes demonstraram resultados satisfatórios nos testes de aptidão física aplicados, para a faixa etária.

Os achados na literatura para o desempenho físico no futsal feminino são escassos, o que se tornou uma limitação para a discussão dos resultados. Em comparação com os artigos analisados, o presente estudo demonstrou que as atletas pesquisadas apresentam médias superiores às de atletas da mesma modalidade pesquisadas por outros autores, principalmente nas variáveis de resistência muscular localizada, força explosiva de membros superiores e inferiores, enquanto as médias para flexibilidade, agilidade e velocidade mostraram-se inferiores ou semelhantes.

Sugere-se a realização de mais estudos visando investigar o futsal feminino dentro da dimensão do desempenho. Ainda, considera-se interessante a realização de estudo na mesma abordagem com as atletas participantes da presente pesquisa em alguns anos, a fim de realizar um comparativo do desempenho.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, H.; REIS, H. H. B. dos. Futsal feminino na América do Sul: trajetórias de enfrentamentos e de conquistas. **Movimento**, v. 19, n. 3, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1153/115328026015.pdf>. Acesso em: 15 out. 2017.



- BERTOLLA, F. *et al.* Efeito de um programa de treinamento utilizando o método Pilates® na flexibilidade de atletas juvenis de futsal. **Rev. Bras. Med. Esporte**, v. 13, n. 4, p. 222-226, 2007. Disponível em: <http://files.carellipilates.webnode.com.br/200000323-d0be7d1543/pilates2.pdf>. Acesso em: 31 out. 2018.
- BOMPA, T. O. **A periodização no treinamento esportivo**. 1. ed. Barueri: Manole, 2001.
- DANTAS, E. H. M. **A prática da preparação física**. 5. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Shape, 2003.
- DIAS, R. M. R. *et al.* Características antropométricas e de desempenho motor de atletas de futsal em diferentes categorias. **Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano**, v. 9, n. 3, p. 297-302, 2007.
- GAYA, A. *et al.* **Projeto esporte Brasil: manual de testes e avaliação**. Porto Alegre: UFRGS, 2016. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/proesp/arquivos/manual-proesp-br-2016.pdf>. Acesso em: 7 out. 2017.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas SA, 2008.
- GIUSTI, M. L. *et al.* Perfil antropométrico da equipe de futsal feminino da Universidade Católica de Pelotas. **RBFF - Revista Brasileira de Futsal e Futebol**, v. 4, n. 11, 2012. Disponível em: <http://www.rbff.com.br/index.php/rbff/article/download/123/120>. Acesso em: 08 out. 2017.
- GOULART, D. F. **Caracterização da composição corporal e níveis de flexibilidade de atletas universitários de futsal**. 2016. 21 f. Monografia (Graduação) – Faculdade de Ciências da Educação e Saúde, Centro Universitário de Brasília, Brasília, DF, 2016. Disponível em: http://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/CEUB_f6c68fe49b4fa12e7656a635354bc352. Acesso em: 30 out. 2018.
- LEVANDOSKI, G. *et al.* Perfil somatótipo, variáveis antropométricas, aptidão física e desempenho motor de atletas juvenis de futsal feminino da cidade de Ponta Grossa/PR-Brasil. **Fitness & Performance Journal**, v. 6, n. 3, 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/html/751/75117201006/>. Acesso em: 30 out. 2018.



MINISTÉRIO DA SAÚDE. **IMC em crianças e adolescentes, 2017**. Disponível em: <http://portalms.saude.gov.br/artigos/804-imc/40510-imc-em-criancas-e-adolescentes>. Acesso em: 17 out. 2018.

PETREÇA, D. R.; RUSKE NETO, H. A. Perfil de composição corporal em atletas de base das modalidades de futsal e futebol de campo. **Saúde e Pesquisa**, v. 9, n. 1, p. 127-135, 2016. Disponível em: <http://docs.bvsalud.org/biblioref/2017/02/832002/14.pdf>. Acesso em: 17 out. 2017.

QUEIROGA, M. R. *et al.* Somatótipo como indicador de desempenho em atletas de futsal feminino. **Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano**, v. 10, n. 1, p. 56-61, 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Marcos_Queiroga/publication/26497504_Somatotype_and_performance_in_female_futsal_players/links/02e7e517fee68f2c83000000/Somatotype-and-performance-in-female-futsal-players.pdf. Acesso em: 14 out. 2017.

QUEIROGA, M. R.; FERREIRA, S. A.; ROMANZINI, M. Perfil antropométrico de atletas de futsal feminino de alto nível competitivo conforme a função tática desempenhada no jogo. **Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano**, v. 1415, p. 8426, 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Marcelo_Romanzini/publication/239601842_Anthropometric_profile_of_elite_athletes_of_women's_futsal_according_to_tactical_function_in_the_game/links/00b7d51c44ff847eb3000000.pdf. Acesso em: 14 out. 2017.

RÉ, A. H. N. *et al.* Interferência de características antropométricas e de aptidão física na identificação de talentos no futsal. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 11, n. 4, p. 51-56, 2008. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/download/526/550>. Acesso em: 10 out. 2017.

REBELATTO, J. R. *et al.* Influência de um programa de atividade física de longa duração sobre a força muscular manual e a flexibilidade corporal de mulheres idosas. **Rev. Bras. Fisioter**, v. 10, n. 1, p. 127-132, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbfis/v10n1/v10n1a17>. Acesso em: 10 out. 2017.

ROBERGS, A. R.; ROBERTS, S. O. **Princípios fundamentais de fisiologia do exercício**: Para aptidão, desempenho e saúde. São Paulo: Phorte Editora, 2002.



ROCHA, R. E. R.; WALTRICK, T.; VENERA, G. Composição corporal, qualidade física e características dermatológicas das atletas da seleção brasileira de futsal feminino por posição de jogo. **RBFF-Revista Brasileira de Futsal e Futebol**, v. 5, n. 17, p. 9, 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4901958.pdf>. Acesso em: 18 out. 2017.

SALDANHA, G. D.; SOUZA, J. A. de. As capacidades físicas na prática do futsal. **Revista de Iniciação Científica da Universidade Vale do Rio Verde**, v. 1, n. 2, 2012. Disponível em: <http://periodicos.unincor.br/index.php/iniciacaocientifica/article/download/426/345>. Acesso: 15 out. 2017.

SANTOS, F. M. da C.; RÉ, A. H. N. Características do futsal e o processo de formação de jogadores. **RBFF-Revista Brasileira de Futsal e Futebol**, v. 6, n. 19, 2013. Disponível em: <http://www.rbff.com.br/index.php/rbff/article/view/243/216>. Acesso em: 17 out. 2017.

STEWART, A. *et al.* **Padrões internacionais para avaliação antropométrica**. Murcia: ISAK, 2011.

VICENTE, R. de M. *et al.* Nível de aptidão física de adolescentes praticantes do futsal. **Coleção pesquisa em educação física**, Várzea Paulista, v. 14, n. 3, p. 107-114, 2015. Disponível em: encurtador.com.br/isvDW. Acesso em: 24 mar. 2019.



A CONTRIBUIÇÃO DA ARTETERAPIA COMO FERRAMENTA DO PSICÓLOGO CLÍNICO

Fernanda Spolti¹
Ajauna Piccoli Brizolla Ferreira²
Edson Pilger Dias Sbeghen³

RESUMO

O objetivo deste estudo foi analisar a contribuição da Arteterapia como ferramenta auxiliar no trabalho do Psicólogo Clínico. Este estudo se constitui em uma pesquisa qualitativa, descritiva, com três psicólogas que trabalham com a Arteterapia. Os dados foram coletados por meio de uma entrevista semiestruturada individual, via e-mail, e analisados por meio da Análise de Conteúdo de Bardin. A partir dos resultados obtidos neste trabalho, observou-se que a Arteterapia auxilia significativamente no processo de individuação do ser humano, sendo relevante para sua integração com o universo interno e externo, possibilitando ressignificar ou dar novos sentidos a aspectos já existentes. Identificaram-se na Arteterapia as vantagens da comunicação não verbal, sendo que por meio desta o indivíduo mostra na íntegra o que está sentindo e vivenciando, desviando-se de bloqueios, medos e inseguranças presentes na comunicação verbal. Essa terapia abrange todas as idades, sexos e, sem discriminação, almeja a melhora de todos os que procuram uma terapia diferenciada.

Palavras-chave: Arteterapia. Comunicação não verbal. Individuação.

1 INTRODUÇÃO

A Arteterapia é um recurso que pode ser utilizado pelo Psicólogo Clínico e por outras pessoas que fazem especialização em Arteterapia e tem interesse de oferecer subsídios pertinentes a quem busca uma terapia diferenciada das convencionais. Essa modalidade de terapia diferencia-se das demais por permitir

¹ Graduada em Psicologia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina de Xanxerê; fernandaspolti@gmail.com

² Psicóloga; Mestre em Filosofia; Docente na Universidade do Oeste de Santa Catarina; ajauna@hotmail.com

³ Psicólogo; Mestre em Psicologia; Docente na Universidade do Oeste de Santa Catarina; edson.dias@unoesc.edu.br



ao paciente expressar-se por meio de linguagem não verbal, de forma eficaz, pelo fato de que no desenho ou em outras formas de expressão artística o paciente pode expressar-se com maior liberdade.

Objetivou-se evidenciar a importância da Arteterapia como atenuante no processo de individuação, pois esse processo se dá multidisciplinarmente com música, dança e teatro, além da própria arte plástica, desbloqueando a criatividade para a sobrevivência do ser humano. Embasou-se na Teoria de Carl Gustav Jung (1875-1961), psicólogo, psiquiatra e fundador da Psicologia Analítica, o qual fundamenta suas teorias no processo da busca pelo maior conhecimento de si, em sua essência e individualidade, chamado de processo de individuação (JUNG, 1964).

A prática arteterapêutica abrange vários profissionais de diversas áreas e pode ser ministrada por profissionais da saúde, como médicos, enfermeiros, técnicos em enfermagem, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, psicólogos, psiquiatras, bem como no campo da educação por professores, pedagogos e no campo da arte por artistas plásticos, designers, entre outros. Abrange as áreas de atuação do profissional da Psicologia, como, por exemplo, hospitalar, social, organizacional, escolar e clínica. Nessa terapia, utiliza-se a expressão não verbal e criativa do paciente; o trabalho e a comunicação do terapeuta melhora, pois os sentimentos deste podem vir à tona mais facilmente, auxiliando no autoconhecimento, na ampliação da consciência e no bem-estar pessoal (ASSOCIAÇÃO BRASIL CENTRAL DE ARTETERAPIA, 2017).

Segundo Vasques (2009), a Arteterapia é uma ciência que tem sua base na Medicina e na Arte em geral e por meio de sua fundamentação teórica, proporciona uma melhora dos indivíduos com sua expressão artística, dando enfoque à criatividade pessoal. A Arteterapia como ferramenta terapêutica do psicólogo tem o intuito de promover a saúde biopsicossocial, e a compreensão das inter-relações entre terapeuta e paciente é facilitada por meio de recursos e expressões artísticas, o que facilita a integração interna e externa do indivíduo nas mais variadas situações.

Na Arteterapia a intervenção do terapeuta visa à melhora da qualidade de vida e promoção da saúde do paciente, podendo utilizar para isso as mais diferentes linguagens, como dramática, literária, sonora, plástica, corporal, com desenhos, pinturas, músicas, poesias, dança, modelagem e dramatização. A aplicação da



Arteterapia é vasta e tem se ampliado cada vez mais, abrangendo não só o ambiente clínico, mas também o educacional, o organizacional e o comunitário, visto que o tratamento se baseia na reabilitação voltada à saúde (REIS, 2014).

A arte, pode-se dizer, é a atuação do inconsciente coletivo no ser humano, pois a pessoa que se expressa por meio de material artístico expõe o seu ser inconsciente e, ao mesmo tempo, ativa o da humanidade (MARONI, 2005).

Existem inúmeros materiais artísticos disponíveis para os arteterapeutas usarem com seus pacientes. Esses materiais poderão gerar possibilidades mais criativas e facilitadoras que expressam símbolos importantes para que o ser humano possa entrar em contato com suas particularidades a serem compreendidas e transformadas (PHILIPPINI, 1995).

2 POTENCIALIDADE: A CRIATIVIDADE DO SER HUMANO E O PROCESSO DE INDIVIDUAÇÃO

A criatividade pode vir de sentimentos e emoções quando são expressadas de forma livre. A criação artística pode ser decorrente da autenticidade do indivíduo, pois essa característica é importante para conhecer a sua própria realidade, expressando, assim, a sua arte. O autor, ainda, ressalta que uma pessoa autêntica é ela mesma, não precisando se esconder de si ou colocar máscara para subliminar algo (BRITO, 1995). Quando o indivíduo tem conhecimento profundo sobre si mesmo, ele pode ter coragem de expressar-se de forma artística, ou seja, de criar. A criação consciente dá-se desde o início da concepção do indivíduo, em que ele se insere no mais profundo do inconsciente coletivo. Esse processo possibilita fornecer o formato e a tradução da linguagem no seu andamento e as percepções, tornando-se, então, mais acessível para o indivíduo (SILVEIRA, 1981).

O ser humano está em uma busca constante por equilíbrio mental para, conseqüentemente, obter qualidade de vida e poder usufruir dela. A arte tem uma função muito importante simbólica, pois permite que o indivíduo se expresse de forma artística e, ao término da obra, possa observar e analisar os significados existentes, podendo encontrar-se com o “eu” que é inteiramente dele, mas também permite que conheça e usufrua da cultura e das experiências sociais (ANDRADE,



2000). O autoconhecimento é viabilizado pela transição pessoal, tendo em vista o grau de profundidade em que o indivíduo se permite se descobrir. Para um maior conhecimento de si mesmo, é necessário equilibrar-se nos aspectos do corpo, mente, ética, emocional e espiritual.

3 MÉTODO

O desenho dessa pesquisa foi qualitativo, pois o objetivo era de compreensão, explanação e especificação do fenômeno social (NARDI; SANTOS, 2003). O desenho conforme os objetivos da pesquisa realizada foi descritiva, pois buscou descrever os fatos e fenômenos responsáveis por fazer um levantamento das características do fenômeno pesquisado, através de observação sistemática ou sob a forma de levantamento (SANTOS, 1999 apud NARDI; SANTOS, 2003). A metodologia de coleta de dados foi de estudo de caso a fim de se obter maior conhecimento dos aspectos característicos do objetivo pesquisado (NARDI; SANTOS, 2003). A ferramenta de coleta de dados foi uma entrevista que, segundo Rosa e Arnoldi (2006) e Luna (1988, p. 71 apud JUNIOR; JUNIOR, 2011), é “uma atividade de investigação capaz de oferecer e, portanto, produzir um conhecimento novo a respeito de uma área, sistematizando-o em relação ao que já se sabe.” A entrevista realizada foi semiestruturada, na qual se usa parte da resposta do entrevistado, quando se deseja que ele explique mais e melhor (WERLANG; BOTEGA, 2003). A análise dos dados ocorreu conforme a Análise de Conteúdo de Bardin (MORAES, 1999). Foram definidas temáticas conforme as respostas descritas no questionário, estas são: público-alvo, a importância dos materiais artísticos, dificuldade e bloqueio criativo e processo de individuação: autoconhecimento e ressignificação. Os três sujeitos entrevistados eram do sexo feminino. Na abordagem a pesquisadora perguntou para as entrevistadas algo que não estava descrito na entrevista, sendo a sua profissão e local de trabalho. As entrevistadas eram psicólogas formadas e tinham especialização em Arteterapia. As entrevistadas A e C trabalhavam em consultórios particulares, e a entrevistada B trabalhava em consultório público.



4 ANÁLISE DOS DADOS

4.1 TEMÁTICA I: PÚBLICO-ALVO

As três participantes trabalhavam a Arteterapia com crianças, a participante A usa também com adultos, a B também com adolescentes e a C usa com todos. Vasques (2009) aponta que a Arteterapia propicia potencialidades de aplicação em inúmeros tratamentos que afetam o ser humano, abrangendo crianças, jovens ou adultos e pode ser incluída em equipes multidisciplinares, especialmente na área da Saúde Mental. Vasques (2009) complementa também em seus estudos baseados no Dicionário de Medicina Alternativa que a Arteterapia abrange qualquer problema seja emocional ou psicológico ou mesmo se o indivíduo deseja se conhecer melhor, ou apenas se expressar melhor com palavras.

O processo arteterapêutico pode beneficiar qualquer pessoa, seja ela criança, adolescente ou jovem, seja adulto ou idoso, doentes ou saudáveis, com alguma deficiência ou não, trabalhando de forma individual ou grupal, em instituições de ensino, de saúde, consultórios particulares, hospitais e outros (VALLADARES, 2003). A Arteterapia é uma configuração de linguagem que possibilita ao indivíduo se comunicar com as demais pessoas.

A criança no processo terapêutico, além de ter a oportunidade da liberdade de expressão, também recebe subsídios que facilitam sua autonomia artística e criativa, possibilitando um maior desenvolvimento emocional e social. Principalmente para crianças, auxilia no seu descobrimento e exploração de sentimentos, ideias, o que favorece sua autoestima e pode diminuir alguns sentimentos ruins que as incomodam, melhorando sua saúde e possibilitando que elas tenham uma vida com mais qualidade. Essa terapia contribui para que a criança obtenha um autoconhecimento e que encontre estratégias e soluções para seus conflitos internos e de cunho emocional, atingindo um equilíbrio harmonioso em seu desenvolvimento (VALLADARES, 2003).

Todas as participantes percebem a necessidade de utilizar a Arteterapia com crianças, pois a fase de desenvolvimento em que elas estão é uma fase de novas descobertas, de aprendizado e crescimento. Então, essa terapia é importante



para auxiliar em novas possibilidades e oportunidades de vivências do seu dia a dia. Também interfere positivamente no seu autoconhecimento e em sua comunicação não verbal, pois muitas vezes a criança tem dificuldade nesse processo.

As atividades artísticas podem possibilitar a aceitação de forma mais natural de situações e vivências tristes e/ou desfavoráveis que a criança pode estar passando, pois podem ajudá-la a se adaptar às mudanças de sua vida, diminuindo sofrimento, estresse e dor, e reestabelecendo o equilíbrio emocional (VALLADARES, 2003). Entre muitos benefícios que a Arteterapia proporciona, pode-se observar a continuidade ao período de desenvolvimento da criança, seja ele físico, social, seja emocional e sensorial. Facilita no processo de exteriorização de emoções e sentimentos, pois a Arteterapia oportuniza o trabalho da reorganização interna da criança. Por meio dos subsídios artísticos, promove a socialização e integração ao meio social, possibilitando-lhe autonomia e, ainda, ajuda em seu desenvolvimento motor. Além desses benefícios, tem-se a estimulação da criatividade e também da imaginação da criança (VALLADARES, 2003).

A expressão não verbal das crianças é o meio em que muitas obtêm mais facilidade de comunicação. Já os adultos preferem a comunicação verbal para suprir suas necessidades. Muitas vezes a criança tem dificuldade de se comunicar claramente com o meio social, então, a Arteterapia favorece que ela exprima o que sente e espontaneamente se comunique sempre que sentir a necessidade, sem receio ou dificuldade (LINDQUIST, 1993).

Percebe-se a importância da Arteterapia com crianças, pois são inúmeros os benefícios, desde o auxílio a sua comunicação até as demais circunstâncias de enfrentamento de sua vida e de certos sofrimentos, que podem ser amenizados, ou tendo como auxílio essa terapia diferenciada, que o psicólogo pode ministrar.

4.2 TEMÁTICA II: A IMPORTÂNCIA DOS MATERIAIS ARTÍSTICOS

As participantes A e C usam uma gama de materiais para os determinados fins artísticos terapêuticos, como, por exemplo: papel canson, papel A4 colorido, office, camurça, manteiga, vegetal, cola branca de bico fino, tintas, pastel a óleo, pastel a seco, fússain/carvão vegetal, rolinho, tela, miçangas grandes, ventosa,



franjinha, argila, sabão em pedra, terrário: vaso, suculentas, terra, pedras, areia, miniaturas, casca de coco, ataduras, engessada, lubrificante, bastidor, fios, agulhas, entretela, botões, cola de decoupage, tinta acrílica, feltro, fitilhos finos, fios de telefone, canetinhas ponta fina, argila natural, bolinhas, imagens, lápis preto, lápis de cor, giz de cera, canetinhas, lixa, massas de modelar, biscoit, velas brancas e coloridas, sucatas, lãs, linhas, barbantes, miçangas, contas, nylon, tecidos, tintas guaches, aquarela, nanquim, acrílica, pastel seco e oleoso, bonecos, miniaturas, músicas e outros elementos com os quais possa haver criação.

Já para a participante B, seus materiais estão mais restritos, pois relata que os materiais são cedidos pela saúde pública, e muitas vezes é precária essa distribuição. Percebe-se que a precariedade de materiais artísticos comercializados pode gerar substituição por materiais obtidos na natureza, sem que a agrida, como, por exemplo, folhas secas e sementes.

Todas as participantes percebem a importância de obter e trabalhar com diversos materiais artísticos ou outros materiais não artísticos, que podem ser utilizados e reaproveitados para os devidos fins psicoterapêuticos. Nota-se, a importância de obter uma gama desses materiais, visto que eles viabilizam mais oportunidades de expressão da comunicação e da criatividade em si.

A Arteterapia pode ser compreendida como um caminho acessível e concreto às vicissitudes que muitas vezes são inatingíveis. Por isso é de extrema importância dar subsídios e materiais diversos ao paciente, pois este terá múltiplas escolhas individuais, que poderão ser facilitadoras do processo criativo (PHILIPPINI, 2004). Na Arteterapia o profissional pode utilizar as mais diferentes linguagens, como dramática, literária, sonora, plástica, corporal, com desenhos, pinturas, músicas, poesias, dança, modelagem e dramatização (REIS, 2014).

Para obter um bom êxito no trabalho Arteterapêutico, os materiais devem ser muito diferenciados, pois, assim, facilitarão a adequação de cada indivíduo na sua utilização, respeitando sua maturidade e desempenho físico e global (VALLADARES, 2003).

Os materiais artísticos são indispensáveis no processo terapêutico, pois as criações simbólicas realizadas com a Arteterapia, através das atividades e do uso de materiais artísticos, expressam e representam níveis profundos e inconscientes



da psique, realizando um documentário, no qual se consente o confronto, no nível da consciência, dessas informações, propiciando insights e posteriormente a transformação e a expansão da estrutura psíquica (PHILIPPINI, 1995). Segundo Philippini (1995), a Arteterapia tem como principal tarefa ser um simplificador, trazendo para as terapias vários materiais, de modo que consigam corresponder à produção individualizada de cada pessoa.

Os materiais expressivos englobam diversas possibilidades, procurando valorizar a individualidade do criador e funcionam como método para despertar a criatividade e consequentemente liberar e fazer vir à tona para a consciência informações até então “escondidas” (inconscientes). Essas informações significam o lado escuro da mente humana e, quando levadas para a consciência por meio do processo terapêutico da Arteterapia, contribuem para o aumento do suporte da psique. Existem muitos aspectos que não são compreendidos pelo ser humano, pois estão fora do alcance do seu entendimento; por sua vez, utilizam-se termos simbólicos como representações para certos conceitos que gostaríamos de compreender e/ou expor (JUNG, 1964). Os materiais que são usados no processo criativo podem ser entendidos como oportunidades e caminhos para que o paciente se sinta bem com eles, podendo ter o poder de escolha, optando pelos que tenha mais afinidade, para obter um bom êxito nessa terapia. Percebe-se que a produção artística é individualizada e única, respeitando a subjetividade do paciente, e esse fator é muito importante no processo terapêutico.

A arte, a expressão artística e a pintura em si, com seus materiais artísticos adequados, podem ser entendidas como subsídios, ou seja, oportunidades que o indivíduo tem de expor suas vivências anímicas advindas do mais profundo inconsciente.

Por meio das respostas das entrevistadas, observa-se a importância da diversidade de materiais artísticos, pois estes podem ser subsídios importantes, que facilitam, de forma criativa, o processo terapêutico. Nesse procedimento, o contato do indivíduo com suas particularidades propõe a compreensão e transformação de aspectos desejados, permitindo-se “conhecer, compreender, refazer, recuperar, lembrar, reparar e transcender.” (PHILIPPINI, 1995).



4.3 TEMÁTICA III: DIFICULDADE E BLOQUEIO CRIATIVO

As participantes A e C relataram que percebem que alguns de seus clientes apresentam alguma resistência, principalmente no início do processo terapêutico. Expuseram que os clientes dizem “não sei desenhar”, “não sei usar esse material”, e isso pode ser um bloqueio, por medo de julgamentos, ou de querer fazer o “belo” ou algo artisticamente perfeito. Logo a participante B relatou que seus clientes não apresentam resistências.

Quando o ser humano tem conhecimento profundo sobre si mesmo, conseqüentemente, ele pode ter coragem de expressar-se de forma artística, ou seja, de criar. A criatividade que vem livre e sem bloqueios, quando a pessoa vai desenhar ou expressar algo de cunho artístico, pode ser entendida como um potencial que o próprio ser humano tem em dimensão inconsciente (MAY, 1975).

A arte pode ser entendida como uma expressão livre do indivíduo, pois por meio desse processo ocorre a linguagem simbólica, facilitadora da melhora no ato terapêutico. Vincular a arte com a terapia oportuniza enriquecer e complementar a dinâmica do processo terapêutico, possibilitando um acesso mais profundo à psique humana (CARVALHO, 2000).

Para Jung (1964), os fundamentos da criatividade baseiam-se na relação da psique e da criação artística, o que permite que a pessoa em sua criação artística atue no âmbito do inconsciente coletivo, pessoal e também do consciente. O referido autor ressalta que a arte juntamente com o processo psicoterapêutico ajuda nos bloqueios e na explanação da criatividade, e sabe-se que a arte proporciona esse processo (PHILIPPINI, 2004).

A representação pictórica é o objetivo central da Arteterapia, pois o psicoterapeuta não observará o trabalho artístico e suas características em si, mas dará subsídios ao paciente para que ele observe sua obra e ache significados para sua vida (ZAGO, 2007). Um dos interesses dessa prática são a prevenção, a promoção e a extensão da saúde, possibilitando o desbloquear e o fortalecimento dos potenciais criativos, através das diversas expressões propostas, facilitando ao paciente que encontre seu direcionamento criativo e único, contribuindo para sua expressão, adotando conhecimentos de si (PHILIPPINI, 2000).



Evidencia-se que o bloqueio ou a dificuldade criativa pode prejudicar o próprio indivíduo ao melhor êxito proposto pela Arteterapia, visto que isto pode dificultar ao que ela tem como principal objetivo.

4.4 TEMÁTICA IV: PROCESSO DE INDIVIDUAÇÃO: AUTOCONHECIMENTO E RESSIGNIFICAÇÃO

Desde o nascimento até sua morte, o ser humano vem tentando buscar sua própria identidade para ser um ser único em sua essência. A autorrealização influencia as pessoas em sua escolha e nas consequências dela, pois na maioria das vezes é buscada a inteira realização possível (RAMOS; MACHADO, 2005). Para Jung (1964), o termo individuação é a grande busca pela realização completa das potencialidades inatas do ser humano, ou seja, de encontrar-se em si mesmo (SILVEIRA, 1981). Com base na fala de Jung, reflete-se na ligação que a Arteterapia tem com o processo de individuação, pois o grande desafio que é levado ao terapeuta se torna a incessante busca para descobrir quem realmente somos, para então, a partir desse conhecimento, o paciente conhecendo-se e tomando consciência de si conseguir com mais assertividade resolver seus problemas e, conseqüentemente, chegar mais próximo do que almeja. A Arteterapia pode ser uma intervenção psicológica para a descoberta da verdadeira essência e identidade do ser humano, visando sempre suas potencialidades e competências (VARGAS, 2005).

O processo de individuação acontece desde o nascimento do ser humano, e com base nos símbolos, esse trabalho exige um olhar mais analítico (FADIMAN; FRAGER, 1980). O estudo sobre o autoconhecimento tem por objetivo o conhecimento da natureza ética, sobre a investigação de como os seres humanos conhecem as coisas e a formação desse processo. O conhecimento de si mesmo é de extrema relevância para que o próprio homem seja sujeito de sua história, tendo como objetivo de vida, ser um ser humano melhor a cada dia (JOPLING, 2000 apud FILHO, 2006).

O processo de conhecimento do “eu” pode ser realizado a partir da compreensão e do autoconhecimento, ou seja, o ser humano pode entender seu mundo externo a partir da informação e exploração do seu mundo interior, pois cada ser humano é sustentáculo do seu próprio mundo (ZAGO, 2007). Esse processo



pode possibilitar descobertas muito favoráveis de si mesmo; em contrapartida, esse descortinar-se pode muitas vezes ser desagradável ou desfavorável. No decorrer da terapia, ou da busca pelo autoconhecimento, a pessoa precisa estar preparada para conhecer o desconhecido que há em si e defrontar-se com aspectos que talvez ignora, repudia ou tem medo (BACELAR, 1999).

Nessa temática, as três entrevistadas relatam que a Arteterapia é uma ferramenta terapêutica que possibilita e facilita o processo de ressignificação, transformação e reestruturação do seu eu (interno). As três entrevistadas relataram que o autoconhecimento pode ser propiciado pelos diferentes materiais artísticos que é possível utilizar na Arteterapia. O autoconhecimento está viabilizado pela transformação pessoal e tem em vista a profundidade de saber o que cada pessoa consegue atingir. Para um maior conhecimento de si mesmo, é necessário equilibrar os aspectos do corpo, mente, ética, emocional e espiritual. Obter-se conhecimento e possíveis mudanças, que sejam positivas, nesses cinco viés que estão interligados, o resultado pode ser muito satisfatório, visto que o indivíduo perceberá seus desejos e limitações, obtendo a capacidade de aprovar-se e, conseqüentemente, amar-se, respeitando sua individualidade (ZAGO, 2007).

Nota-se que, por meio desse viés, é muito importante o autoconhecimento, pois esse caminho pode auxiliar no processo da criatividade e na autoestima, tão almejados na Arteterapia, gerando a total liberdade de expressão (PHILIPPINI, 2004). O processo criativo pode ser atuante do processo de individuação, que ocorre no âmbito da afetividade e na criatividade do ser humano, desenvolvendo-se no campo social, visto que ele é um ser que progride seu aclaramento aos moldes do contexto cultural e social. O processo antes dito é considerado em dois níveis da vivência do ser humano, que ocorre no campo individual, no qual o ser humano é o próprio ser de sua criação, único, e no nível cultural, que é considerado o local onde realizará suas potencialidades (OSTROWER, 1987). Dessa forma, o conhecimento que o indivíduo tem sobre si se torna indispensável para sua obtenção de saúde psicossocial.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a Arteterapia é um recurso que oferece subsídios pertinentes ao trabalho psicoterapêutico. Almeja-se a oportunidade do paciente de se expressar mediante a criação de modalidades benéficas ao processo terapêutico, evidenciando o procedimento da comunicação não verbal, visto que essa pode demonstrar na íntegra os sentimentos. No trabalho arteterapêutico, a diversidade de materiais artísticos pode facilitar o procedimento criativo, sendo este uma ferramenta que auxilia no processo de individuação, ou seja, na busca da realização total e completa das potencialidades, em que o indivíduo tem a oportunidade de se conhecer. A Arteterapia pode propiciar melhora na qualidade de vida, visto que se evidencia a promoção da saúde do paciente e utiliza as mais diferentes formas de linguagem.

Ao findar este trabalho, fica evidente que o processo de individuação é formidável para que o ser humano se integre na sociedade, ou seja, em seu mundo exterior. Sendo esse processo também responsável pelo conhecimento interno de si, relevante para que ele efetive suas atividades com maior assertividade e possível realização. O processo criativo envolvido no processo arteterapêutico pode facilitar a transformação pessoal, tendo em vista a dedicação, abertura e individualidade de cada paciente, bem como a profundidade de seu conhecimento. Para obter mais abrangência no conhecimento de si mesmo, torna-se necessário equilibrar os processos do corpo, da mente, ético, emocional e espiritual.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, L. Q. **Terapias expressivas: arte-terapia – arte-educação – terapia-artística.** São Paulo: Vector, 2000.

ASSOCIAÇÃO BRASIL CENTRAL DE ARTETERAPIA. **Arteterapia.** Goiânia: ABCA, 2017.

BACELAR, W. O autoconhecimento e a qualidade de vida. **Vermundo**, 1999.

BRITO, L. **O texto e seu contexto: técnica de redação.** Belo Horizonte, 1995. 113 f. Mimeografado.



CARVALHO, M. M. J. D. Prefácio. In: ANDRADE, L. Q. de. **Terapias expressivas: arte-terapia – arte-educação – terapia-artística**. São Paulo: Vector, 2000.

DE BRITTO J. F.; JÚNIOR, N. F. A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos. **Revista Evidência**, Minas Gerais: Araxá, v. 7, n. 7, 2012.

FADIMAN, J.; FRAGER, R. **Teorias da personalidade**. São Paulo: Harbra, 1980.

FILHO, V. L. A. A Arteterapia como facilitadora do processo de individuação. Monografia (Especialização em Arteterapia) – Instituto Superior de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, 2006.

HEIDE, P. V. D. Introdução aos fundamentos da pintura terapêutica. Tradução: Liselotte Sobotta. **Terapia artística**. São Paulo: Antroposófica, 1987.

JOPLING, D. A. **Self-knowledge and the self**. Routledge: London & New York, 2000.

JUNG, C. G. **O homem e seus símbolos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1964.

LINDQUIST, I. **A criança no hospital: terapia pelo brinquedo**. São Paulo. 1993.

MARONI, A. **Jung na “era das catástrofes”**. São Paulo: Memória da Psicanálise, 2005.

MAY, R. **A coragem de criar**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

MORAES, R. **Análise de conteúdo**. Porto Alegre: Revista Educação, 1999.

NARDI, E. L.; SANTOS, R. **Pesquisa teórica e prática**. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

OLIVEIRA, M. A. E.; OLIVEIRA R. F. T. A arteterapia no tratamento do transtorno do espectro autista. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FEPI, 7., 2016, Itajubá. **Anais [...]**. Itajubá, 2016.

OSTROWER, F. **Criatividade e processos de criação**. Petrópolis: Vozes, 1987.



PHILIPPINI, A. **Cartografias da coragem**: para entender arteterapia. Rio de Janeiro: Wak, 2004.

PHILIPPINI, A. **Universo Junguiano e Arteterapia**. Rio de Janeiro: Pomar, 1995.

RAMOS, D. G.; MACHADO, P. P. **Consciência em evolução**. São Paulo: Viver, 2005.

REIS, A. C. Arteterapia: a arte como instrumento no trabalho do Psicólogo. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, DF, v. 34, n. 1, p. 142-157, mar. 2014 .

SILVEIRA, N. **Jung**: vida e obra. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

VALLADARES, A. C. A. **Arteterapia com Crianças Hospitalizadas**. São Paulo: Ribeirão Preto, 2003.

VALLADARES, A. C. A. Manejo arteterapêutico no pré-operatório em pediatria. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 6, n. 1, 2004.

VARGAS, N. S. **Tornar-se si mesmo**. São Paulo: Viver, 2005.

VASQUES, M. C. P. C. F. **A Arteterapia como instrumento de Promoção Humana na Saúde Mental**. 2009. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Faculdade de Medicina de Botucatu, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2009.

WAHBA, L. L. **Criatividade**: inspiração, possessão e arte. São Paulo: Viver, 2005.

WERLANG, B. G.; BOTEGA, N. J. A semi-structured interview for psychological autopsy in suicide cases. **Rev. Bras. Psiquiatr.**, São Paulo, v. 25, n. 4, p. 212-219, out. 2003.

ZAGO, R. Importância do autoconhecimento: abordagem junguiana. **Corpo e Mente** (Psicologia), 2007.



ÁREA DA CIÊNCIA
JURÍDICA



NICOLAU MAQUIAVEL ENTRE A VIRTÚ E A FORTUNA: CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS, FILOSÓFICAS E POLÍTICAS

Leonardo Dlugokenski¹

RESUMO

Nicoló Di Bernardi Dei Machiavelli, ou Nicolau Maquiavel, foi um estadista florentino do século XVI, que cresceu em meio aos livros em razão da devoção que seu pai possuía pelo conhecimento científico, algo próprio dos poucos homens letrados que viviam em meio ao berço do renascimento cultural. Machiavelli, em sua maturidade, foi o segundo chanceler de Florença, cargo político que lhe possibilitou acesso aos grandes estadistas da época e ao clero da Igreja Católica que dominava politicamente boa parte do território europeu. Utilizou seus conhecimentos filosóficos e práticos para intermediar acordos com nobres e príncipes. Maquiavel foi destituído do cargo e expulso de Florença quando da retomada do poder pela família Médici. No exílio escreveu sua principal obra, *O Príncipe*.

Palavras-chave: Política. Estado. Poder. *Virtú*. Fortuna.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo foi escrito com o objetivo principal de clarear conceitualmente o termo política, além de proporcionar uma maior compreensão sobre a teoria filosófica e política do pensador florentino Nicolau Maquiavel. Ademais este possui como objetivos específicos demonstrar como o contexto histórico influenciou a vida desse filósofo e as diferenças entre os conceitos clássicos de política (idealismo político) e os conceitos cunhados por Maquiavel (realismo político). O método utilizado para a pesquisa foi o indutivo, visando partir de premissas consideradas verdadeiras para uma resposta razoável ao que se pergunta. A pesquisa se deu a partir da análise de vastas fontes bibliográficas, que incluíram além do estudo político-filosófico o estudo histórico-conceitual no qual se

¹ Professor do componente curricular História das Instituições Jurídicas na Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; leonardo.dlugokenski@unoesc.edu.br



utilizaram teóricos das diversas áreas das ciências humanas e sociais, possibilitando um olhar multidisciplinar sobre o tema, tornando o exame mais extenso.

2 O PODER E A POLÍTICA: UMA ANÁLISE CONCEITUAL

Para Maquiavel (2002), a política é luta pelo poder e principalmente a sua posse e manutenção, e é isso que o príncipe virtuoso almeja, e este é o centro de sua teoria. Revel (2005) entende que o poder é a legitimidade de moldar as ações dos outros mesmo que contra a vontade popular.

2.1 A POLÍTICA: DA CONCEITUAÇÃO CLÁSSICA À CONTEMPORÂNEA

O termo política, para Bobbio (1998), em seu glossário denominado Dicionário de Política, é derivado da língua grega, mais especificamente do adjetivo *polis* (*politikós*), que significa tudo que se refere à cidade e, conseqüentemente, é público.

O filósofo Aristóteles de Estagira (384-322 a.C.), pertencente ao panteão de filósofos clássicos da antiguidade entendia que a política seria a forma de os modelos estatais (Monarquia, Aristocracia e Democracia) garantirem a felicidade da população, ou seja, que todos vivam de forma ética conforme as leis preestabelecidas pelo estado e principalmente segundo a lei moral (ARISTÓTELES, 2000).

Na Idade Média, com a ascensão da Igreja Católica, foi necessário separar a política da religião, dada a tentativa de influenciar os governos temporais de alguns papas católicos. Coube a Aurélio Agostinho de Hipona (354-430 d.C.) este trabalho árduo, segundo Wolkmer (2001, p. 5):

A reflexão proposta pelo bispo de Hipona em sua mais significativa obra é a de que a história humana tem percorrido um eterno dualismo entre a cidade de Deus (*Civitas Dei*, *Civitas Coelesti*), fundada por Abel e integrada por estes libertos do pecado, em peregrinação ao céu e muito próximos do ser divino, e a cidade terrena (por vezes chamada de *Civitas Diaboli*), formada por homens descendentes de Caim, marcados pelo pecado, que não vivem na fé, comungam com as exigências do mundo pagão. Assim, está presente no pensamento agostiniano o dualismo maniqueísta da cidade celestial que, corporificada pela Igreja, se ocupará dos interesses espirituais



e reinará soberana sobre os seus inimigos, e da cidade civil identificada com o Estado temporal que se encarregará das coisas materiais.

No renascimento, os contratualistas nas figuras de Hobbes, Locke e Rousseau entendem a política enquanto gestão do estado, vislumbrando a garantia de alguns direitos naturais do ser humano como no caso do direito à vida, à propriedade e à igualdade (WEFFORT, 2000).

O principal teórico político do renascimento, Nicolau Maquiavel (1469-1527) entendia a política como a expressão do poder, e no seu livro *O Príncipe* ele descreve as formas de disseminar esse poder.

2.2 O PODER COMO FERRAMENTA DA AÇÃO POLÍTICA

Segundo Bobbio (1998), o poder está ligado aos meios adequados à obtenção de qualquer vantagem. Assim para esse autor há duas tipologias: a clássica, que nos remete ao filósofo grego Aristóteles de Estagira (384-322 a.C.), e a moderna, de Nicolau Maquiavel (1469-1527). Segundo a tipologia clássica as principais formas de poder exercidas eram: o poder paterno, o poder despótico e o poder político.

Para Aristóteles (2000), o poder paterno era exercido pelo patriarca da família por este ser fundamentado pela natureza em interesse dos filhos. O poder despótico era exercido pelo senhor, que atuava somente em seu favor diante da submissão do próximo em razão de um castigo fruto de um delito cometido. O poder político é exercido pelo governante que atua em favor de seus interesses e dos de seus governados, o que legitima esse modelo é o consentimento dos governados.

Diferentemente de Aristóteles, Maquiavel entende que o poder se divide em: poder econômico, poder ideológico e poder político.

Para Maquiavel (2002), o poder econômico se obtém por meio da posse de bens e dos meios de produção, estes que, por sua vez, são necessários em uma situação de escassez, o poder é exercido pelo proprietário dos bens que induz os que não os possuem e deles necessitam a manter um certo comportamento ou a realizar um certo tipo de trabalho. O poder ideológico é baseado na influência das



ideias formuladas de um certo modo e em um certo contexto por uma pessoa que goza de reputação e autoridade condicionando a conduta dos demais. O poder político se baseia na posse de instrumentos (armas) para a coação no sentido mais estrito da palavra. Este poder deve manter uma sociedade unida mesmo que a partir da coação. “[...] o poder coativo é, de fato, aquele a que recorrem todos os grupos sociais em última instância, ou como *extrema ratio*, para se defenderem dos ataques externos, ou para impedirem, com a desagregação do grupo de serem eliminados.” (BOBBIO, 1998, p. 956).

Logo, finalizando, para Revel (2005), o poder é a autoridade que o indivíduo possui para moldar a ação do outro sem o consentimento do ator envolvido. O poder pode ser adquirido de forma histórica ou atribuído dentro de um determinado contexto social.

2 A PENÍNSULA ITALIANA NA ÉPOCA DE MAQUIAVEL: FATOS HISTÓRICOS E SOCIAIS

Segundo Larivaile (1998), a península italiana em meio à Renascença (século XV e XVI) era somente um amontoado de cidades-estados onde as *polis* majoritárias eram: República de Florença, Reino de Nápoles, Estados Pontifícios, Ducado de Milão e República de Veneza. As demais cidades-estados eram dominadas por uma potência estrangeira (França e Espanha) ou por uma dessas *polis*.

Florença, terra de Maquiavel, foi governada por muito tempo e em períodos específicos por membros da Família Médici. Tudo começou no outono de 1434, quando Cosme Médici (1389-1464) assumiu o governo de Florença, este que era um homem sagaz e de inteligência impar ficou no poder por longos 30 anos, saindo por volta de 1464, quando assumiu seu filho Lourenço de Médici (1449-1492), que, com o passar dos anos, mostrou possuir as qualidades do pai e levou Florença ao apogeu econômico e à prosperidade. Porém ele faleceu de causas desconhecidas 28 anos após ter adentrado ao poder e ficou conhecido como Lourenço, o Magnífico (WINSPEARE, 2001).

Para Larivaille (1998), com a morte repentina de Lourenço, a população de Florença ficou desassistida, dado que assumiu o posto majoritário o seu irmão,



Piero de Cosimo de Médici (1472-1503), que não possuía habilidade para o cargo, demonstrava-se pouco diplomático e teimoso, cometendo diversos erros e onerando o estado florentino.

Piero de Médici não tendo a habilidade nem o senso político de seu irmão, dá, com efeito, demonstrações de um autoritarismo desastrado, que, somando-se a vida notoriamente dissoluta que leva não tarda a subtrair dele tanto o favor popular que Lourenço se esforçara sempre por conservar quanto o segmento da oligarquia que ainda permanecia fiel aos Médici. (LARIVAILE, 1998, p. 28).

Em 1497, Piero de Médici é destituído do poder em razão da sua baixa popularidade e em seu lugar é colocado o monge Girolamo Savonarola (1452-1498), que objetivando salvar o estado taxou os grandes comerciantes causando a revolta do povo. Os comerciantes atingidos pela medida do monge conseguiram um acordo com a Igreja Católica Apostólica Romana e o excomungaram. Não gozando mais da proteção da Santa Sé, Savonarola é destituído do governo e queimado na Piazza della Signoria (RIDOLFI, 1957).

Em 1498 o republicano Piero Soderini chegou ao poder e governou por quase 10 anos, tendo como seu segundo chanceler o jovem Nicolau Maquiavel.

2.1 UM HOMEM VIRTUOSO, PORÉM NÃO AFORTUNADO: A VIDA DE NICOLAU MAQUIAVEL

Segundo o historiador Roberto Ridolfi (2003), Maquiavel nasceu em Florença no dia três de maio de 1469 sob o nome de Niccolò di Bernardo dei Machiavelli, filho do advogado Bernardo di Niccolò di Buoninsegna dei Machiavelli e de Batolomea de Nelli.

Bernardo era advogado e por isso recebia o título de *Messer*. Mas naquela época passava por dificuldades financeiras e mal conseguia sustentar a sua família, porém era um bibliófilo apaixonado e sempre encontrava um jeito para adquirir novas obras para a sua biblioteca particular.



Nicolau Maquiavel apareceu para o mundo quando entrou para a vida pública ao assumir no dia 19 de junho de 1498 o cargo de segundo Chancellor² de Florença no governo de Piero Soderini (1452-1522). Maquiavel realizou diversas viagens e agiu diplomaticamente inúmeras vezes.

Em 1513 faleceu o Papa Julio II e em seu lugar foi eleito João de Médici, que, ao assumir o pontificado, arquitetou o retorno de sua família ao poder político em Florença no mesmo ano primeiramente na figura de Giuliano de Médici e depois na figura de Lourenço de Médici (o magnífico). Maquiavel foi retirado do cargo em que trabalhou por quase 10 anos, foi aprisionado sob a acusação de tramar contra o novo governo e depois exilado na Cidade de Santa Helena.

Retornou ao cargo em 1525, a partir da influência de seus amigos e do livro *O Príncipe*, que ofereceu a Lourenço de Médici em 1515, porém foi deposto novamente em 1527 por uma insurreição popular. Morreu no mesmo ano exilado e pobre.

3 A FILOSOFIA POLÍTICA MAQUIAVÉLICA: A OBRA *O PRÍNCIPE*

A obra máxima de Nicolau Maquiavel (1469-1527) foi concebida em meio ao exílio em sua casa de campo no vilarejo de Santa Helena que ficava a 13 quilômetros de Florença. Maquiavel visava aconselhar o novo governante de Florença, Lourenço de Médici, com seus escritos que eram um misto de filosofia e história pessoal. Ademais esse teórico objetivava também o perdão por parte da família Médici e a retomada da sua carreira política (PINZANI, 2004).

O Príncipe inicia uma linha dentro da ciência política denominada “realismo” político dado o desejo maquiavélico de descrever a política como era e não como deveria ser; isso fica claro em alguns trechos da sua obra (ADVERSE, 2007).

² A segunda Chancery era o órgão da República Florentina que tratava das missões diplomáticas e também era um misto de Ministério da Guerra e de Ministério de Assuntos sobre o Exterior, tudo o que dizia respeito às outras Repúblicas, Reinados e Ducados pertencia a essa pasta.



3.1 AS MONARQUIAS MISTAS, O GOVERNO CIVIL E DAS FORÇAS AUXILIARES, MISTAS E NACIONAIS: O REALISMO POLÍTICO MAQUIAVÉLICO

Maquiavel, no início da sua obra máxima denominada *O Príncipe*, no capítulo terceiro, expôs sobre a dificuldade de gerir as monarquias mistas, ou seja, as monarquias que tiveram anexadas a si outros estados. Para Maquiavel (2002), os principados que proporcionavam menor grau de risco para a anexação eram os que possuíam a cultura semelhante a do seu colonizador e que estavam habituados a viver sob o regime de escravidão.

Digo, portanto, que esses estados incorporados pela conquista de um estado mais antigo pertence à mesma nação tendo a mesma língua ou não. Em caso afirmativo, é muito mais fácil conservá-los, principalmente se não estiverem habituados a viverem em liberdade [...] O conquistador deste tipo de estado se desejar conservá-lo deve considerar dois pontos: primeiro que a raça do seu antigo príncipe desapareça e segundo, que em pouquíssimo tempo o estado conquistador forme com o seu antigo principado um único corpo. (MAQUIAVEL, 2002, p. 50-51).

No capítulo em que fala do governo civil, o pensador florentino fala aos governantes que chegaram ao poder de forma legítima, afirmando que duas forças levam o indivíduo ao poder, uma é a aristocracia e a outra é o povo (BIGNOTO, 1991).

Quando Maquiavel fala no capítulo XIII da sua obra *O Príncipe* sobre as forças auxiliares, mistas e nacionais, expõe a ideia pela qual lutou a vida inteira, ou seja, as tropas militares nacionais. Para ele essas tropas têm mais amor pela terra e pelo povo que defendem, defendendo-os com a sua própria vida, enquanto os mercenários, vislumbrando a derrota, abandonam o campo de batalha; os nacionalistas não se acovardam (SINGER, 2006).



4 VIRTÚ E FORTUNA OU DA ESPERTEZA E DA SORTE: A ESSÊNCIA DE NICOLAU MAQUIAVEL

Segundo Maquiavel (2002), o bom governante deve possuir muita *virtú* e boa *fortuna* para ser um governante efetivo e bem querido pelo povo que governa.

Para Marcondes e Japiassú (2006), por fortuna entende-se sorte, porém para o autor florentino quem faz a sorte é o próprio indivíduo envolvido na ação saindo do modo metafísico consagrado pela tradição medieval.³

A *virtú*, segundo Sadek (1998), só era possível por meio da prática constante e da reflexão; não era algo orgânico e possibilitava ao indivíduo transformar a ruína em fortuna.

A força explica o fundamento do poder, porém é a posse da *virtú* a chave por excelência do sucesso do Príncipe. Sucesso este que tem uma medida política: a manutenção da conquista. O governante tem que se mostrar capaz de resistir aos inimigos e aos golpes da sorte [...] O homem de *virtú* deve atrair os favores da cornucópia, conseguindo, assim, fama, honra, glória e a segurança para os seus governados. (SADEK, 1998, p. 23).

Em Maquiavel (2002) o príncipe deveria possuir a *virtú* para atrair a *fortuna*, porém o contrário era impossível, dado que a sorte até poderia levar o indivíduo ao poder, porém não o manteria.

No que se pode tratar do modelo de governo preferido de Nicolau Maquiavel, Bignotto (1991) entendia que este era um republicano nato, tanto na forma de pensar a política quanto na forma de agir. Para esse autor o republicanismo maquiavélico tem como ponto de partida o elogio da participação dos cidadãos na arena pública. “Num mundo no qual nenhuma receita quanto ao que fazer para criar um futuro melhor tem validade universal, os homens não podem deixar de agir, se não quiserem ser tragados pelo conjunto caótico de forças que intervêm na história.” (BIGNOTTO, 2003, p. 51).

³ Os teóricos medievais entendiam que a sorte era distribuída aos justos por Deus.



Outro aspecto decisivo para pensar o republicanismo de Maquiavel é o papel atribuído aos conflitos e às divisões do corpo político. Indo na contra mão do pensamento político ocidental, Maquiavel não via na unidade o objetivo maior da vida dos homens, pois o alcance dessa unidade poderia levar à destruição da liberdade.

5 CONCLUSÃO

Ao cruzar a biografia do homem Nicolau Maquiavel (1469-1527), cidadão florentino, filho de uma união estável típica da península itálica que também contraiu matrimônio ainda jovem e pai devotado aos filhos, com a história da cidade-estado Florença, local impar na Itália ainda não unificada, que se alternava entre a tirania da família Médici e o republicanismo, fica compreensível a interpretação das linhas da grande obra *O Príncipe*, pois a obra assim como seu escritor são resultados do seu tempo.

Maquiavel, ainda muito jovem, acompanhou as intermináveis lutas pelo controle do governo da cidade, viu decapitações e pessoas indo à fogueira em praça pública e quando na maioria participou desses conchavos, utilizando como arma as suas leituras dos filósofos clássicos proporcionadas pela vasta biblioteca de seu pai Bernardo e da sua aguçada observação dos fatos.

A partir do casamento dos fatores mencionados no parágrafo anterior foi possível em 1515 surgir uma obra robusta e ampla, que inspira e orienta estadistas até os dias de hoje, dado que, por mais que os sistemas de governo tenham mudado, a luta pelo poder permanece a mesma.

Logo, fico claro que o pensamento maquiavélico só foi possível em virtude da união da teoria filosófica, do contexto histórico e social e da observação aguçada de seu narrador.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. *A política*. São Paulo: Martin Claret, 2000.

ADVERSE, H. Maquiavel, the republic and the desire of freedom. *Trans/Form/Ação*, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 33-52, 2007.



BIGNOTO, N. **Maquiavel Republicano**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

BOBBIO, N.; MATEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília, DF: Editora UNB, 1998.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. **Dicionário Básico de Filosofia**. São Paulo: Editora Jorge Zahar, 2006.

LARIVAILE, P. **A Itália no tempo de Maquiavel**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MAQUIAVEL, N. **O príncipe**. Curitiba: Hemus Editor, 2002.

PINZANI, A. **Maquiavel e o príncipe**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

RIDOLFI, R. **Biografia de Nicolau Maquiavel**. São Paulo: Musa Editora, 2002.

RIDOLFI, R. **La Vita de Girolamo Savonarola**. Roma: La vie de la Historia, 1957.

SINGER, A. **Maquiavel e o liberalismo: a necessidade da República**. En publicacion: Filosofia política moderna. De Hobbes a Marx Boron, Atilio A. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales; DCP-FFLCH, Departamento de Ciências Políticas, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP, Universidade de São Paulo, 2006.

REVEL, J. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. Tradução: Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlo Piovesani. São Carlos: Claraluz, 2005.

SADEK, M. T. "Maquiavel: cidadão sem fortuna, intelectual de virtù". In: WEFFORT, F. (org.). **Os Clássicos da Política**. São Paulo: Ática, 1998. p. 11-24.

WEFFORT, Francisco. **Os Clássicos da Política**. São Paulo: Ática, 2000.

WINSPEARE, M. **The Medici: the golden age of collecting**. Livorno: Sillabe, 2001.

WOLKMER, A. C. O pensamento político medieval. **Revista Crítica Jurídica**, n. 19, Florianópolis, 2001.



IMPEACHMENT: A LEI N. 1.079/50 E A RECEPÇÃO PELA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Rafaela Rebelatto¹

RESUMO

Visa-se com o presente artigo contribuir para a resolução dos questionamentos quanto à “constitucionalidade” do processo de impeachment, tema muito abordado em razão do histórico da política brasileira, que traz consigo dois desses processos após a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. O estudo foi realizado com base no histórico do processo desde sua primeira aparição no ordenamento jurídico mundial, na análise da legislação, doutrinas, artigos e jurisprudências acerca do tema, permitindo a visualização do contexto geral do impeachment. Com isso, propõe-se a possibilidade de compreender vários aspectos do assunto que justificam a forma organizacional do processo. O trabalho inicia-se com a explanação do que é o impeachment e do porquê de a sua “constitucionalidade” ser tema de tanto questionamento, sendo esse o principal enfoque. Tratando também do conceito de crimes de responsabilidade, do processo, de um breve histórico do assunto principal, da análise da legislação e jurisprudências, de como se dá o controle da constitucionalidade na situação em questão e do que é possível concluir quanto ao tema. Abordam-se inúmeros fatos sobre o núcleo para permitir ao leitor a compreensão do impeachment como um todo, podendo concluir o que pensa sobre o tema a partir de embasamento teórico. Palavras-chave: Impeachment. Constitucionalidade. Crimes de responsabilidade. Processo.

1 INTRODUÇÃO

Ao se instaurar um regime democrático é necessário preservá-lo, e para isso é importante que as pessoas com a competência de administrar, fiscalizar e criar a vontade nacional do País ajam com coerência e responsabilidade. Para

¹ Graduanda do Curso de Direito na Universidade do Oeste de Santa Catarina; rafaelaarebelatto@gmail.com.



garantir que isso de fato seja cumprido, a Constituição de 1988 traz o conceito, que veio das Constituições anteriores, dos crimes de responsabilidade. A constituinte concedeu ao poder legislativo a capacidade de legislar e regulamentar sobre o tema, instituindo a Lei n. 1.079/50.

Nota-se que a Lei que regulamenta o tema foi criada anteriormente à Constituição, gerando dúvidas quanto a sua recepção, sendo esse o objeto de estudo do presente artigo, com enfoque no processo de julgamento de crime de responsabilidade do Presidente da República.

O assunto se tornou um tema de discussões frequentes principalmente após a reeleição de Dilma Rousseff como Presidente da República em 2014. Além de ser abordado no universo jurídico, o tópico veio para o senso comum, ganhando discursos parciais e sem embasamento teórico. Os debates continuam frequentes mesmo após o processo de impeachment ter finalizado, portanto o presente assunto continua relevante ao cotidiano do brasileiro. O excesso de informação que veio com a situação foi, e ainda é, motivo de muitos desentendimentos e falsas percepções quanto ao assunto, sendo importante tratar sobre o processo utilizado em crimes de responsabilidade, o que são tais crimes e como é possível realizar o controle da constitucionalidade para o esclarecimento de inúmeras dúvidas, principalmente por ser um tema que interfere no País não somente na política.

O processo de impeachment, todos os aspectos relacionados e sua legislação devem ser analisados com cautela, em razão do grande número de minúcias que a matéria traz, para chegar a uma conclusão quanto à recepção da Lei n. 1.079, de 10 de abril de 1950, que define os crimes de responsabilidade e o devido processo que deve ser aplicado para julgá-los. E isso só será possível após o estudo de normas, doutrinas, jurisprudências e outras obras que permitam a contextualização do cenário.

O presente artigo tem como intuito colaborar na compreensão de como o processo do impeachment do Presidente da República ocorre, seu histórico, o que é um crime de responsabilidade, sua natureza e como o controle de constitucionalidade pode ser feito, já que a Lei que regulamenta tal processo foi promulgada anteriormente à Constituição, além de trazer uma análise da jurisprudência já criada sobre o tema. Para a construção do entendimento,



apresenta-se o contexto geral do processo, possibilitando chegar a uma conclusão coerente ao ordenamento jurídico e à percepção de cada um.

O tema tratado está inserido na Linha de Pesquisa *Direito Constitucional: Crimes de Responsabilidade*, tendo a intenção de analisar a teoria do assunto de maneira geral. Lembrando que a bibliografia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho é formada por matérias internacionais e nacionais, incluído o uso de jurisprudências e artigos científicos.

2 O CONCEITO DE IMPEACHMENT E O QUESTIONAMENTO DE SUA CONSTITUCIONALIDADE

Considera-se que o impeachment é a medida adotada para controlar o Poder Executivo e garantir a democracia prometida pela Constituição, conforme Pinto (1992, p. 4-5). O processo visa assegurar que as autoridades no governo sejam responsabilizadas pelos seus atos quando não corresponderem ao interesse público, possuindo natureza política. No Brasil, os crimes que podem ser submetidos a esse processo estão limitados no art. 85 da Constituição Federal e descritos na Lei n. 1.079, assim como os passos a serem cumpridos no processo, os quais são relatados no presente texto.

O impeachment é um tema controverso desde sua origem, sendo o tópico de várias discussões, principalmente no Brasil, que teve dois de seus Presidentes destituídos do cargo. No senso comum, a constitucionalidade do tema ganhou maior relevância em decorrência da opinião individual de cada um. Porém, o processo em si não foi alvo de análise, e sim se havia cabimento sua aplicação, tornando um debate com um viés muito mais partidário do que jurídico.

Deve-se considerar que a lei brasileira que regulamenta esse processo foi promulgada em 1950, ou seja, antes da Constituição Federal atual, sendo cabível analisar a recepção que ela teve perante a Carta Magna vigente, o que será posteriormente realizado. Ressalta-se que na Constituição em vigor no presente momento, o País já submeteu dois de seus presidentes ao processo: Fernando Collor de Mello, tendo a duração de seu mandato presidencial de 15 de março de 1990 a 29 de dezembro de 1992, e Dilma Rousseff, que foi impedida de exercer a função

presidencialista em seu segundo mandato, ficando no governo de 1 de janeiro de 2011 a 31 de agosto de 2016.

3 BREVE HISTÓRICO DO IMPEACHMENT E SUA INTRODUÇÃO NO BRASIL

O impeachment teve sua primeira aparição no cenário mundial no final do século XIV na Inglaterra, onde era considerado a ferramenta para a conservação do governo (BERGER, 1973, p. 1). Surgiu no período histórico quando a Câmara dos Comuns, que representava o povo, se sobressaiu à Câmara dos Lordes. Porém com o aumento do poder monárquico e, conseqüentemente, a limitação do parlamento na Dinastia Tudor, o termo entrou em desuso por um longo tempo, até que o parlamento trouxe novamente o instrumento para evitar a permanência de ministros corruptos e opressivos no governo (BERGER, 1973, p. 1-2).

Em seu país de origem, o impeachment foi pouco utilizado e deixou de ser aplicado novamente, mas não se extinguiu totalmente da esfera mundial, sendo incorporado ao cenário dos Estados Unidos da América (EUA). Conforme Barros (2018), essa inclusão fez com que o processo perdesse a natureza penal e tornou-o inteiramente político. O autor, ainda, diz que o país foi o pioneiro na limitação do poder público por meio da Constituição, sendo a primeira editada a do Estado da Virgínia, em 1776, e logo em seguida a nacional, em 1787. E para aumentar o controle do poder federal desenvolveram a técnica, já esboçada por Motesquieu, *checks and balances* (em português: freios e contrapesos), introduzindo nela as ferramentas do veto e impeachment. Apesar de ser um procedimento muito criticado nos EUA, não se pode afirmar que está em total desuso, considerando os casos dos Presidentes Nixon, em 1974, que renunciou ao cargo antes de o tópico ser votado, e Clinton, em 1998, que foi absolvido de perjúrio e obstrução da justiça (ROBERTS, 2018, p. 23).

No Brasil, assim como nos EUA, o processo atua como um instrumento político, diferenciando-se no conceito de crimes de responsabilidade (LIMA, 2005, p. 3), que será posteriormente abordado. Sua primeira aparição no sistema jurídico brasileiro ocorreu mediante a Lei de 15 de outubro de 1827, criada respeitando a Constituição de 1824, permitindo a aplicação do processo de natureza penal, ainda



não denominado impeachment, para alguns crimes praticados pelos ministros e secretários de Estado e Conselheiros do Estado (PINTO, 1992, p. 39).

De acordo com Barros (2018), com o fim da Monarquia e a instauração da República, o impeachment ganhou natureza política, e na Constituição de 1891, a primeira criada na nova forma de governo, era reservado ao Presidente e Ministros de Estados em crimes conexos a ele, em que caberia à Câmara dos Deputados decidir se o processo procederia ou não, e ao Senado julgar, sendo presidida pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF). A Constituição promulgada em 1934 trouxe como mudança a forma de julgamento do processo, substituindo o Senado por um Tribunal Especial, formado por nove juízes (três senadores, três deputados e três ministros da Suprema Corte) (PINTO, 1992, p. 5).

Na Constituição de 1937, o Tribunal Especial foi substituído por um Conselho Federal; assim, o Senado só recupera a função de julgar crimes de responsabilidade na Constituição de 1946. Em razão da situação política em que o País se encontrava quando essa Constituição foi outorgada, a lista de crimes de responsabilidade foi reduzida, sendo considerados apenas os atos que iam contra a existência da União (PINTO, 1992, p. 5).

Em 1950, entrou em vigor a lei que dispõe sobre os crimes de responsabilidade e como serão julgados. Essa lei permanece em vigência até o presente momento, sendo recepcionada pela Constituição de 1967, pela emenda de 1969 e pela Constituição de 1988. O processo definido por essa Lei é explanado posteriormente, porém deve-se ressaltar que os crimes de responsabilidade voltaram a sua normalidade com a Constituição de 1946.

4 CRIMES QUE SÃO SUBMETIDOS AO PROCESSO DE IMPEACHMENT E SUA NATUREZA

O processo de impeachment, como já mencionado, não possui natureza penal, mas política. Assim, não é qualquer situação que pode ser submetida a esse tipo de julgamento, portanto só é aplicável aos chamados crimes de responsabilidade. Tais crimes, na realidade, são considerados infrações político-administrativas, por não haver tipicidade penal, apenas existência de um juízo de

conveniência e oportunidade para o interesse público (JORGE; NETO, 2013), sendo delimitado pelo art. 85 da Constituição Federal de 1988.

Art. 85. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:

I - a existência da União;

II - o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação;

III - o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;

IV - a segurança interna do País;

V - a probidade na administração;

VI - a lei orçamentária;

VII - o cumprimento das leis e das decisões judiciais.

Parágrafo único. Esses crimes serão definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento. (BRASIL, 1988).

E como dito no Parágrafo Único do art. 85, uma lei complementar define que crimes são esses e como ocorrerá o processo, sendo essa lei a n. 1.079/50.

Os crimes de responsabilidade e os comuns não são obrigatoriamente relacionados, ou seja, nem sempre que alguma autoridade praticar crimes de responsabilidade será submetida ao processo de condenação penal (PINTO, 1992, p. 74). Entretanto se a lei penal também considerar tal ato como crime, o agente será submetido a dois processos: o de impeachment e a ação penal correspondente, mas caso seja apenas crime de responsabilidade, o julgamento cessa no legislativo. Também, deve-se analisar o agente do crime, afinal, para ser considerado de responsabilidade, o praticante deve ser uma autoridade política, e a infração deve ter sido cometida em razão e em exercício do cargo que ocupa, conforme o glossário do Senado.

Como sua natureza é política, o quesito analisado para julgar o processo de impeachment é o juízo de conveniência e oportunidade, ou seja, nem sempre que o ato for praticado o agente será impedido de desempenhar sua função, apenas quando for considerado pelo Senado que o que está sendo realizado vai contra o benefício do interesse público.

Como será explicado a seguir, o processo de impeachment é julgado pelo Senado, que foi qualificado a praticar esse ato pelo inciso I do art. 52 da Constituição.



Como apontado por Lima (2005, p. 13-14), ao exercer tal competência, o membro do Congresso Nacional também adquire a função de resguardar a Constituição Federal.

5 COMO OCORRE O PROCESSO DE IMPEACHMENT

No Brasil, o processo de impeachment é regulamentado pela Lei n. 1.079/50. A Lei especifica na primeira parte quais são os crimes, dentro das áreas preestabelecidas pela Carta Magna brasileira, em que é cabível a aplicação do procedimento. Já na parte segunda, a Lei relata como deverá ocorrer o processo e o julgamento.

O primeiro fator a ser analisado é como se dará a denúncia, já que sem ela é impossível iniciar o processo. Nos casos de crimes de responsabilidade do Presidente da República e Ministros de Estado todo cidadão pode denunciar, e, nesses casos, deve ser feita perante a Câmara dos Deputados. Também se considera que para a denúncia ser realizada é necessário que o acusado não tenha deixado o cargo de forma definitiva e também que acompanhe os documentos que comprovem (ou uma declaração alegando que não é possível apresentá-los, indicando onde podem ser encontrados) e se houver testemunhas, o rol deve ser apresentado contendo ao menos cinco.

Após ser recebida, a denúncia será lida na sessão seguinte e enviada para uma comissão onde haverá, proporcionalmente, participantes de todos os partidos para dar seu parecer, em até 10 dias, se deve ou não ser julgada. O parecer será discutido na Câmara dos Deputados uma única vez, na qual cinco representantes de cada partido poderão falar por uma hora, e o relator terá o direito de responder a cada um. Ao fim da discussão, será votado se o processo deve ou não continuar.

Se for considerada objeto de deliberação, o denunciado receberá uma cópia e terá prazo de 20 dias para contestar, apresentando as provas. Todas as testemunhas serão ouvidas, se houver ou não contestação, e, após as diligências, a comissão especial prestará outro parecer, dentro de 10 dias, abordando se a denúncia deve proceder. Encerradas as discussões, a denúncia será submetida novamente à votação, quando deve ser aprovada por dois terços da Câmara dos Deputados para ter continuidade. Ao ser admitida, a Câmara dos Deputados decreta



a acusação e elege três membros para constituir uma comissão que acompanhará o julgamento, que se dará no Senado Federal. Também se lembra que, ao ser acusado, o exercício do cargo do Presidente da República é suspenso por 180 dias.

Quando o Senado receber o processo, será enviada uma cópia para o acusado e agendar-se-á uma data para comparecer ao Senado, onde será julgado. Na sessão do julgamento, os membros da comissão acusadora do Senado, o acusado e seus advogados poderão, a qualquer momento, perguntar às testemunhas o que for necessário. A comissão acusadora e os advogados do acusado debaterão verbalmente e depois de terminadas as discussões as partes se retiram para dar início ao diálogo sobre o objeto da denúncia. Após o Presidente do julgamento realizar o resumo de todo o processo, a votação nominal no Senado Federal se inicia, e deve-se obter mais de dois terços dos votos para ser condenado.

Se houver condenação, o Senado estabelecerá um prazo para o condenado deixar o cargo público e, se houver crime comum, definirá se há a necessidade de enfrentar a justiça ordinária. Além disso, o condenado fica impossibilitado de exercer função pública por oito anos. A sentença será lavrada pelo Presidente do STF e assinada pelos senadores que atuaram como juízes.

6 AÇÃO APLICÁVEL PARA QUESTIONAR A CONSTITUCIONALIDADE DA NORMA EM QUESTÃO E AS CARACTERÍSTICAS NA SITUAÇÃO DISCUTIDA

Antes de analisar a constitucionalidade do impeachment é importante entender como a Constituição em vigor permite questioná-la, considerando que a lei que regulamenta esse processo foi promulgada antes da Carta Magna. Como mencionado, a lei abordada é a n. 1.079 de 10 de abril de 1950, com isso, conclui-se que entrou em vigência 38 anos antes da Constituição atual, e que já houve a aplicação do processo em dois Presidentes da República.

A Constituição traz várias formas para o controle da constitucionalidade, cada uma aplicável a alguma situação específica, podendo ser de controle difuso, em que a inconstitucionalidade é a “causa de pedir”, qualquer juízo ou tribunal pode decidir e a sentença é aplicada somente no caso concreto, ou por controle concentrado,



que tem a decisão centralizada em um único tribunal (LENZA, 2017, p. 274, 305). Para dar início à discussão, deve-se reconhecer que não se “questiona a constitucionalidade” quando se trata de norma anterior à Carta Magna, o que pode ser feito é examinar a recepção pelo novo ordenamento jurídico, e o que permite essa discussão é a arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF), garantida no art. 102, § 1º, da Constituição, e regulamentada pela Lei n. 9.882/99 (LENZA, 2017, p. 314).

Na ADPF 127, na qual a Associação Brasileira de Criadores de Camarão (ABCC) questiona algumas resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), o Ministro Teori Zavascki, relator da arguição, a define como:

[...] instrumento de integração entre os modelos difuso e concentrado de controle de constitucionalidade, viabilizando que atos estatais antes insuscetíveis de apreciação direta pelo Supremo Tribunal Federal, tais como normas pré-constitucionais ou mesmo decisões judiciais atentatórias a cláusulas fundamentais da ordem constitucional, viessem a figurar como objeto de controle em processo objetivo.

Para compreendê-la melhor, deve-se analisar no que consiste um preceito fundamental; porém a Constituição não o definiu, nem a lei infraconstitucional, deixando a tarefa para as doutrinas e jurisprudências. Portanto, segundo Bulos, pode-se concluir que preceitos fundamentais são os comandos que são essenciais para assegurar que a base da constituinte em vigor continuará seguindo os principais elementos estabelecidos originariamente (LENZA, 2017, p. 403).

Também é relevante mencionar que existem dois tipos de ADPF, a autônoma, quando a lesão resulta de ato do Poder Público, e a incidental, que corresponde à aplicada em violações causadas por leis ou atos normativos federais, municipais e estaduais, inclusive os criados anteriormente à Constituição (SAUT, 2017). A decisão tomada pelo STF possuirá efeito *erga omnes* e vinculante a todos os órgãos do Poder Público, logo ao ser julgada a sentença será informada às autoridades/órgãos responsáveis, e, no prazo de 10 dias, publicar-se-á no Diário Oficial da União e no Diário da Justiça. Deve-se lembrar que a deliberação é irrecurável, mas se pode reclamar da forma com que o STF procedeu conforme o seu Regimento Interno.

Conforme o art. 2º da lei que regulamenta o processo de arguição, os legitimados a propor tal ação são os mesmos que são capacitados a mover a ação direta de inconstitucionalidade (ADIN), como dispõe a lei que regulamenta essa ação (Lei n. 9.868/99). Os habilitados a propor a ADPF são: o Presidente da República; as mesas pertencentes ao Congresso Nacional; Governos estaduais ou distritais; Procurador-Geral da República; Conselho Federal da OAB; partidos políticos com representação no Congresso Nacional; a Mesa de Assembleia Legislativa ou a Mesa da Câmara Legislativa do Distrito Federal; confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional (BRASIL, 1999).

A Lei também estabelece alguns requisitos necessários para tornar a petição inicial válida, sendo eles a indicação do preceito fundamental violado, do ato/lei questionado, a prova da violação, o pedido com suas especificações e, se necessário, a comprovação da controvérsia judicial sobre o preceito que se diz violado. Ressalta-se que o relator poderá indeferir a ação quando os requisitos anteriormente mencionados não estiverem presentes na petição, não for cabível a aplicação da ADPF ou for inepta.

Se o pedido for apreciado, o relator pedirá às autoridades responsáveis as informações do ato ou lei questionada e, se considerar necessário, poderá ouvir partes, pedir mais informações, designar peritos, e algumas outras possibilidades delimitadas em lei. Após cessar o prazo de 10 dias para a informação, o relator lançará o relatório e pedirá um dia para o julgamento, em que é necessária a presença de dois terços dos Ministros para tomar a decisão. A decisão, como já explanado, possui efeitos para todos (*erga omnes*), mas acrescenta-se que seus efeitos são *ex tunc*, ou seja, retroagem, e é imediatamente aplicada, sendo possível lavrar o acórdão posteriormente (LENZA, 2017, p. 405-406).

Vale destacar que, como relatado no art. 11 da Lei n. 9.882/99, quando se tratar de interesse social ou motivo de segurança jurídica, o STF poderá, pela maioria qualificada de dois terços de seus Ministros, alterar a forma como a sanção agirá. Com essa permissão, o tribunal pode restringir os efeitos da decisão ou declarar que seus efeitos só poderão ser gerados após o trânsito em julgado ou em outra data estabelecida (BRASIL, 1990).



Ao analisar a situação da Lei n. 1.079/50, é possível concluir que a ADPF cabível é a incidental, pois se refere a uma violação causada por lei promulgada anteriormente à Constituição. Conforme Lenza (2017, p. 401), essa hipótese de aplicação da ADPF possui caráter repressivo, afinal sua função é reparar um dano já causado pela lei. O autor também ressalta que nesse caso é necessário apresentar, na petição inicial, a controvérsia judicial sobre a aplicação do preceito fundamental, como mencionado no inciso V do art. 3º da Lei n. 9.882/90, que regulamenta o processo da ADPF. Além disso, nessa situação, é possível, para o STF, alterar os efeitos da decisão do processo, já que a anulação da lei pode afetar o interesse público, por interferir na vontade nacional, e é questão de segurança jurídica.

7 A ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL N. 378

A norma em questão já foi submetida a uma ADPF, apresentando como identificação o número 378, relatada pelo Ministro Edson Fachin, datada do dia 17 de dezembro de 2015. Nesse processo, o STF declarou que esse formato de controle de constitucionalidade é cabível nessa situação. É importante destacar que a cautelar incidental requerida trata-se a votação deverá ser realizada de forma secreta e de como os membros da Comissão Especial na Câmara dos Deputados poderão ser indicados.

O STF afirma a competência da Câmara dos Deputados de autorizar a instauração do processo em casos de denúncia contra o Presidente da República, a partir de um juízo político, e do Senado, de processar e julgar, incluindo o julgamento inicial, que trata-se o processo será ou não instaurado, após a aprovação da denúncia, na Câmara. Essa abordagem é sustentada por qualquer forma de interpretação da Constituição Federal, segundo o STF, tendo precedente com o caso de Fernando Collor de Mello, em 1992.

A presente ação altera parcialmente a forma como a Lei referida é interpretada, como exemplo se tem os artigos 19, 20 e 21 da Lei n. 1.079/50, que o STF considerou como recepcionados pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, estes abordam a fase inicial das discussões sobre a denúncia. Os Ministros declararam que



as discussões, estabelecidas nos presentes artigos da Lei n. 1.070/1950 servem para esclarecer a denúncia e não para provar a inconsistência da acusação.

Já o artigo 23, § 1º, 4º e 5º da Lei n. 1.079/50 não foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988, por ser incompatível com o art. 51, I, que dá a competência de autorizar a instauração do processo contra o Presidente da República à Câmara dos Deputados, quando a votação nominal atingir dois terços dos votos, e com o art. 86, § 1º, II, que declara que o Presidente só pode ser afastado após a instauração do processo pelo Senado Federal. Assim como a parte do art. 80, que estabelece a Câmara como tribunal de pronúncia, e o art. 81, que também vão de encontro aos artigos da Carta Magna já citados e também com o art. 52, I.

Art. 23. Encerrada a discussão do parecer, será o mesmo submetido a votação nominal, não sendo permitidas, então, questões de ordem, nem encaminhamento de votação.

§ 1º Se da aprovação do parecer resultar a procedência da denúncia, considerar-se-á decretada a acusação pela Câmara dos Deputados.

[...]

§ 4º A Câmara dos Deputados elegerá uma comissão de três membros para acompanhar o julgamento do acusado.

§ 5º São efeitos imediatos ao decreto da acusação do Presidente da República, ou de Ministro de Estado, a suspensão do exercício das funções do acusado e da metade do subsídio ou do vencimento, até sentença final. (BRASIL, 1950).

Na ementa da ADPF, o STF lembra que, na Constituição de 1946, cabia à Câmara dos Deputados se pronunciar quanto ao mérito da acusação, porém com a Constituição de 1988, isso foi alterado. Além disso, se incorporou, ao Senado, a etapa de decisão se o processo deve ou não proceder, porém não há normas regulamentando essa parte do impeachment, portanto se segue o que é determinado em processos contra Ministros do STF e Procurador-Geral da República, como realizado no caso Collor.

Outro ponto importante de ser analisado é a forma como as votações no processo são realizadas. Conforme a Lei que regulamenta como se dará o impeachment, as votações devem ser realizadas de forma nominal, ou seja, de forma que se possa verificar quem está votando e o conteúdo do voto. Na ADPF



378, o STF frisa a importância de o voto ser aberto nesse processo, por se tratar de interesse público, e extremamente necessário para garantir a segurança jurídica. Em virtude da gravidade do processo, a transparência deve ser preservada.

Além desses fatores, o STF analisa outro, como o direito à defesa prévia, declarando que o processo já apresenta diversas oportunidades de defesa, não violando o princípio da ampla defesa. Assim como a aplicação dos regimentos internos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, que poderá ocorrer quando não for incompatível com as normas que já regulamentam o processo e quando se tratar de matéria interna. Definiu também que o interrogatório ao acusado deve ser ato final na parte de instrução do processo.

E, por fim, quanto à escolha de parlamentares para pertencer à Comissão Especial, o art. 58, § 1º, da Constituição Federal de 1988 garante a proporcionalidade de representação dos partidos e blocos parlamentares nas comissões. Com isso, se veda a possibilidade de os membros serem escolhidos pelo Plenário, porém se considera válida a sua votação para retificar as escolhas dos partidos.

8 O IMPEACHMENT PERANTE A CF/88

Como já mencionado anteriormente, o impeachment é um processo importante para garantir a democracia e para que a pessoa em cargo de extrema responsabilidade para o bom funcionamento e prosperidade do País cumpra com sua função de forma coerente e que permita a constante evolução do Brasil. Pode-se dizer que a receptividade da Lei n. 1.079/50 pela Constituição em vigor já foi analisada pela ADPF 378, sendo apenas plausível a análise em cada caso concreto, sempre lembrando a natureza política do processo no sistema jurídico brasileiro, portanto nem sempre o que está sendo analisado é considerado crime, porém será, invariavelmente, ato inconveniente para o Poder Público e para o interesse público.

Ao se admitir a natureza política do processo, se admite também que o impeachment não está sujeito ao controle do Poder Judiciário, para permitir maior liberdade na análise da situação e garantir que o que está sendo realizado é efetivamente o melhor para o bem nacional (PELINGEIRO, 2018, p. 163). Apesar disso, a ação não está completamente livre de fiscalização e necessita de uma



motivação, para não submeter o País a um cenário delicado, prejudicando-o. Afinal, tal processo é uma indicação de insegurança política, o que afeta a forma como o País é visto, provocando mudanças não somente no âmbito político, mas também no econômico. Portanto, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 traz o impeachment como forma de garantir o bem nacional, e não como forma de punir a autoridade acusada.

Atualmente, já ocorreram dois casos na Carta Magna vigente. O primeiro, sendo o impeachment de Fernando Collor De Mello, em 1992, gerou precedentes para a forma de atuação do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, preenchendo as lacunas deixadas pela legislação. Tais precedentes contribuíram para determinar a forma como o processo de Dilma Rousseff ocorreu, em 2016. Analisar a constitucionalidade desses processos no presente momento poderia prejudicar a segurança jurídica nacional, porém relembra-se que o que poderia ser avaliado é a forma como o processo ocorreu, e não o mérito da acusação.

O mérito consiste no juízo de conveniência e oportunidade, porém não é em qualquer situação que o Presidente da República pode ser acusado de crime de responsabilidade, requisito para o processo de impeachment; tais condutas estão expressamente determinadas pela legislação brasileira. Com isso, pode-se concluir que a existência do processo de impeachment foi recepcionada pela Constituição atual, porém a constitucionalidade pode ser questionada em cada processo, dependendo da forma em que a legislação foi aplicada.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objeto de estudo do presente artigo, apesar de ter sido analisado pela óptica brasileira teve sua origem no exterior, sendo desenvolvido previamente na Inglaterra e Estados Unidos da América para chegar ao Brasil e passar por um longo percurso até se tornar o processo conhecido atualmente, tendo aparecido primeiramente em 1827. Deve-se considerar que esta medida é uma forma de garantir a democracia estabelecida nacionalmente, já que, como apresentado no decorrer deste texto, é uma forma de garantir que os políticos escolhidos para representar os interesses da população e do Estado agirão para atingir os interesses destes.



Os atos praticados por políticos que são contrários ao interesse público são denominados crimes de responsabilidade e estão previstos no art. 85 da Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988. A instauração do processo decorre unicamente do juízo de conveniência e oportunidade, não sendo obrigatório que o agente seja processado por ação descrita no art. 85 da CF.

Com a finalidade de julgar exclusivamente os crimes de responsabilidade, o impeachment tem um viés exclusivamente político, o que não necessariamente significa que o agente será punido penalmente ou que o ato constitua tipo penal, embora não exclua a possibilidade. Importante lembrar que, por se tratar de julgamento político, o caso não é analisado por juiz de carreira, e sim pelo Congresso Nacional, por serem os representantes designados pela população para defender seus interesses.

É inquestionável que a constitucionalidade do impeachment é assunto frequentemente debatido, principalmente em razão de a legislação que regulamenta o processo ter sido criada anteriormente à Constituição vigente. Ressalta-se que já ocorreram dois processos desse gênero seguindo a regulamentação da Lei n. 1.079/50.

A análise quanto ao processo de impeachment, voltado principalmente a sua recepção pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, por meio de não somente do estudo da história, mas também da legislação, doutrinas e jurisprudências, permitiu concluir que a melhor forma de questionar a constitucionalidade é analisar o caso concreto, já que a Lei que regulamenta tal processo foi recepcionada pela Constituição, apenas com algumas alterações realizadas após uma arguição de descumprimento de preceito fundamental.

Salienta-se que a lei que regulamenta o processo de impeachment e os crimes que permitem sua aplicação foi criada antes da Constituição atual, sendo possível realizar o controle da constitucionalidade por meio da ação de arguição de descumprimento de preceito fundamental. Porém, questionar a constitucionalidade dos casos de impeachment realizados pode não ser eficaz, afinal, se trata de um julgamento político, não exigindo, necessariamente, embasamento jurídico para destituir o Presidente do cargo, por exemplo.

Contudo, apesar de ser um tema controverso, se trata de uma ferramenta fundamental para garantir o bom funcionamento do governo e a proteção da



democracia, conseqüentemente, trazer ao País prosperidade, não somente econômica, mas como também nos valores. Mas também a utilização do processo pode demonstrar instabilidade jurídica, trazendo conseqüências negativas ao País; por isso só é realmente utilizado quando necessário para o melhor interesse público.

REFERÊNCIAS

BARROS, S. R. de. **Estudo sobre o “impeachment”**. Disponível em: <http://www.srbarros.com.br/pt/estudo-sobre-o-impeachment.cont>. Acesso em: 12 maio 2018.

BERGER, R. **Impeachment: the constitutional problems**. Cambridge: Harvard University Press, 1973. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=UTO_MCzwRW4C&oi=fnd&pg=PR8&dq=impeachment+&ots=hkX-bIMdhf&sig=9-vOHIPUR4QpvrymZauprK1ngyc#v=onepage&q=impeachment&f=false. Acesso em: 12 maio 2018.

BRASIL. **Constituição**. República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei n. 1.079, de 10 de abril de 1950. Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 10 abr. 1950.

BRASIL. Lei n. 9.868, de 10 de novembro de 1999. Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 nov. 1999.

BRASIL. Lei n. 9.882, de 3 de dezembro de 1999. Dispõe sobre o processo e julgamento da argüição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1º do art. 102 da Constituição Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 dez. 1999.



BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADPF 378**. Direito Constitucional. Medida cautelar na arguição de descumprimento de preceito fundamental. Processo de Impeachment. Definição de legitimidade constitucional do rito previsto na lei nº 1.079/1950. Cabimento da ação e concessão de medidas cautelares. Relator: Luis Edson Fachin, 17 de dezembro de 2015. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10444582>. Acesso em: 4 jun. 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Lei n. 9.882**, de 3 de dezembro de 1999. Dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1º do art. 102 da Constituição Federal. Brasília, DF, 3 dez. 1999. Disponível em: http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/publicacaoPublicacaoTematica/anexo/Lei_9882.pdf. Acesso em: 1 jun. 2018.

CRIME de Responsabilidade. **Senado Federal**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/crime-de-responsabilidade>. Acesso em: 29 maio 2018.

JORGE, M.; NETO, S. **Curso de direito constitucional**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. Disponível em: <https://app.saraivadigital.com.br/leitor/ebook:581524>. Acesso em: 28 maio 2018.

LENZA, P. **Direito constitucional esquematizado**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

LIMA, I. V. M. **O crime de responsabilidade do Presidente da República e o Senado enquanto tribunal**. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Direito Legislativo) – Universidade do Legislativo Brasileiro e Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Brasília, DF, 2005. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/50/Ivanedna_Velloso.pdf?sequence=4. Acesso em: 7 maio 2018.

MINISTRO rejeita ADPF que questionava normas sobre cultivo de camarões. **Supremo Tribunal Federal**, 05 mar. 2014. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=261650>. Acesso em: 2 jun. 2018.

PELINGEIRO, R. Impeachment e devido processo legal. **Revista de investigações constitucionais**, v. 5, n. 1, p. 163, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://heinonline.org/HOL/Page?collection=journals&handle=hein.journals/reinvco5&id=163>. Acesso em: 5 jun. 2018.



PINTO, P. B. de S. **O impeachment: aspectos da responsabilidade política do Presidente da República**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1992.

ROBERTS, D. Impeachment. **The Advocate**, Vancouver, v. 76, n. 1, p. 21-24, 2018. Disponível em: <https://heinonline.org/HOL/Page?collection=journals&handle=hein.barjournals/advvba0076&id=25>. Acesso em: 22 maio 2018.

SAUT, J. A. **Arguição de descumprimento de preceito fundamental: destaques sobre o cabimento da ADPF no âmbito dos tribunais de justiça**. 2017. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/60536/arguicao-de-descumprimento-de-preceito-fundamental>. Acesso em: 1 jun. 2018.



PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: ENTRE O MERCADO DE TRABALHO E O BENEFÍCIO ASSISTENCIAL

Darléa Carine Palma Mattiello¹
Kellen Machado Becker²

RESUMO

Esta pesquisa insere-se no estudo sobre os direitos das pessoas com deficiência, delimitando-se em aspectos vinculados ao trabalho digno a ser garantido a essas pessoas e sua possibilidade de perceber benefícios previdenciários. Apresenta-se como objetivo geral pesquisar o paradigma existente entre a inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho e o recebimento do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Foi realizada pesquisa bibliográfica, com aplicação do método dedutivo. De todo o exposto, conclui-se que, para além da legislação, é necessária a conscientização das próprias pessoas com deficiência para ingressarem no mercado de trabalho, trazendo para suas vidas uma amplitude de oportunidades tanto sociais quanto profissionais, agindo de forma que suas limitações não sejam um empecilho para trabalhar.

Palavras-chave: Direito ao trabalho digno. Pessoa com deficiência. Assistência Social. LOAS. BPC.

1 INTRODUÇÃO

Muitas pessoas com deficiência têm condições de conduzir sua vida de uma forma tida como “normal” e digna, interagindo dentro da sociedade e preparando-se para uma melhor evolução tanto na saúde quanto na vida social. Porém, mesmo em tais condições, algumas dessas pessoas optam por não trabalhar e receber o benefício previdenciário denominado Benefício de Prestação Continuada (BPC), previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), por meio do qual é garantido o recebimento de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência

¹ Mestre em Direito pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; Especialista em Direito Constitucional pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; Professora no Curso de Direito da Universidade do Oeste de Santa Catarina; darlea.palma@unoesc.edu.br

² Graduanda em Direito pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; becker_kellen@yahoo.com



que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.

O problema que instiga é que muitos beneficiários do LOAS possuem capacitação para exercer atividades laborais, pelo fato de suas deficiências não restringirem ou limitarem o desempenho de atividades laborais. Ou seja, grande parte das pessoas com deficiência possuem condições de inserção no mundo profissional, no mercado de trabalho formal, não necessitando receber o benefício assistencial.

Nesse contexto, o presente estudo investiga a inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho e a sua independência em face do benefício previdenciário, objetivando esclarecer a celeuma estabelecida entre a importância da inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho em contraponto ao fato de não trabalhar para ficar recebendo o benefício previdenciário.

A pesquisa em desenvolvimento busca equiparar e destacar que as pessoas com deficiência também podem ter uma vida normal, e suas limitações não podem ser consideradas um motivo para sua inaptidão ou não aceitação no mercado de trabalho.

O objetivo geral é pesquisar a importância da inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Os objetivos específicos estão resumidos em: identificar de que forma a inserção no mercado de trabalho é essencial para a vida digna das pessoas com deficiência, e estudar o paradigma existente entre o mercado de trabalho e o Benefício de Prestação Continuada.

Por meio desta pesquisa, abordam-se os problemas e as possibilidades para a inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, considerando-se os cargos a serem preenchidos por pessoas com deficiência. Aborda-se a falta de interesse e/ou a insegurança de sair da dependência do benefício auferido e a falta de entusiasmo para com os programas de reabilitação e habilitação, que ajudam e adaptam as pessoas com deficiência, sendo um incentivo para qualificação na busca por trabalho e por um futuro melhor.

A metodologia utilizada nesta pesquisa ocorreu por meio da técnica bibliográfica, com aplicação do método dedutivo, permitindo-se que as argumentações fossem adequadas e com informações suficientes para se chegar aos objetivos pretendidos. Tudo para que, ao fim, a pesquisa possibilitasse desvendar



os critérios para incentivo à pessoa com deficiência integrar-se no mercado de trabalho e não mais depender de auxílio assistencial, possibilitando-lhes interagir com a sociedade, agregar conhecimento e tornar-se um profissional de qualidade, independentemente de suas limitações.

2 PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O TRABALHO DIGNO

A dignidade da pessoa humana é um tema relevante no atual cenário jurídico. Importante mencionar que surgiu com forte influência na Carta Magna de 1215, passou também pelo *Bill of Rights* da Revolução Inglesa (1689), pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), pelo Tratado de Versalhes, o qual vinculou a Organização Internacional do Trabalho (OIT) (1948), além das inúmeras disposições constitucionais, com o objetivo de resguardar o direito à dignidade da pessoa humana, englobando todos os direitos dos indivíduos, inclusive de ter um trabalho digno e que este permita uma vida com o mínimo para sobreviver.

Tais direitos surgiram por intermédio da evolução histórica, com passar do tempo, tornando-se algo essencial para a vida humana; conforme Comparato (2003, p. 40), “[...] os direitos fundamentais apenas foi possível através da evolução histórica, ou seja, tais direitos não surgiram todos de uma vez, mas foram sendo descobertos, declarados conforme as próprias transformações da civilização humana.”

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 traz como princípio fundamental a dignidade da pessoa humana, ou seja, o Estado tem por objetivo a garantia e promoção desse direito aos indivíduos na normativa constitucional vigente do País (BRASIL, 1988). Trata-se de um marco norteando as políticas instituídas no Brasil para promoção do trabalho em condições de dignidade.

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007, foi ratificada pelo Brasil por meio do Decreto n. 6.949/2009, trazendo um novo conceito de “pessoa com deficiência”, ou seja, entendendo-se antes de tudo que são pessoas como quaisquer outras, com protagonismos, peculiaridades, contradições e singularidades. Isso reforça o entendimento de que lutem por seus direitos que valorizam o respeito pela dignidade e a autonomia individual (BRASIL, 2009).



Nesse sentido, importa destacar que o art. 1º do Decreto n. 6.949/2009 especifica que o propósito da Convenção foi “promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente.” Da mesma forma, em termos conceituais, prega o decreto que as pessoas com deficiência são aquelas que possuem “impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.” (BRASIL, 2009).

A partir dessa previsão, a nomenclatura correta a ser utilizada é “Pessoa com Deficiência”, evidenciando, portanto, que a deficiência é apenas uma característica da condição humana, já que a deficiência não pode ser vista como um acessório que se tem opção de portar ou não, tornando-se inadequada e desrespeitosa a nomenclatura “Portador de Deficiência”.

Sobre o tema, Fávero (2004, p.22) assevera que “os movimentos sociais identificaram que a expressão ‘portador’ cai muito bem para coisas que as pessoas carregam e/ ou pode deixar de lado, não para características físicas, sensoriais ou mentais do ser humano.” No mesmo sentido, conforme Madruga (2016, p. 19-20), “a deficiência é inerente à pessoa que a possui. Não se carrega não se porta não se leva consigo como se fosse algo sobressalente ou um objeto [...]”

Assim, a deficiência deve ser vista e pensada como o resultado da interação entre pessoas e seu meio ambiente e não como algo que esteja preso dentro do indivíduo. Ser “pessoa com deficiência” é, antes de tudo, ser pessoa humana, titular de dignidade a ser exercida por meio do trabalho.

2.1 A PROTEÇÃO NORMATIVA AO TRABALHO DIGNO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Os direitos e garantias fundamentais estão estabelecidos na Constituição Federal e dispõem expressamente sobre direitos e deveres a serem cumpridos, buscando trazer o direito a uma vida digna para o ser humano. No seu artigo 1º, inciso III estabelece que a República Federativa do Brasil é formada pela união



indissolúvel dos estados e municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como um dos fundamentos a dignidade da pessoa humana (BRASIL, 1988).

No ordenamento jurídico a dignidade da pessoa humana é um princípio absoluto, o qual não pode ser tratado como um simples objeto, visto como uma engrenagem apenas para fluir a economia. Segundo a Constituição Federal (BRASIL, 1988), os direitos fundamentais passaram a ser tratados como a proteção à pessoa humana, a qual deve ser praticada e vista como um bem a todos, não apenas estabelecido em uma lei. Dentro do direito da pessoa com deficiência vincula-se o princípio da igualdade (BOBBIO, 2000, p. 30-31).

A dignidade da pessoa humana está vinculada ao ser bom, justo, virtuoso, além de estar situada nos valores centrais dentro do direito, como justiça, segurança e solidariedade, tornando-se para o ser humano um direito fundamental. Segundo Barroso (2010, p. 11), “A dignidade humana, então, é um valor fundamental que se viu convertido em princípio jurídico de estatura constitucional, seja por sua positivação em norma expressa seja por sua aceitação como um mandamento jurídico extraído do sistema.”

Ainda, a dignidade humana vem do simples fato de “ser humano”, o qual se torna merecedor de respeito e proteção, não importando sua origem, raça, sexo e idade. É um princípio fundamental que atribui o direito da pessoa humana a ter uma vida digna, tendo também garantidos os direitos a saúde, moradia, bem-estar e trabalho digno. Assim, é possível dizer que o ser humano está em constante evolução, buscando melhoria para sua vida e para seu bem-estar.

Nesse sentido, afirma Kant (2000, p. 77) que “todo ser humano, sendo pessoa, ser racional, e sendo fim em si mesmo, é possuidor de dignidade. Quando uma coisa está acima de todo o preço e, portanto, não permite equivalente, então tem ela dignidade.” Assim, não pode ser desconsiderada a dignidade da pessoa humana, esta sendo de valor intrínseco e não admitindo-se substituição.

Um dos direitos estabelecidos pela Constituição Federal é o direito que cada ser humano possui de ter um trabalho digno; para Marques (2007, p. 111), “[...] o trabalho a que se refere à Carta de 1988 não é apenas aquele fruto da relação de emprego, senão toda forma de trabalho, que gere riqueza não só para quem



o presta, mas para a sociedade em geral.” Assim, pois, entende-se que o trabalho digno deve ser buscado pela pessoa com deficiência ou por qualquer indivíduo.

Além disso, importante frisar que o Brasil incorporou a Convenção Internacional das Pessoas com Deficiência com o Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009, com o objetivo de proteger os direitos e a dignidade das pessoas com deficiência. Em seu artigo 27, tal texto dispõe o reconhecimento, pelos Estados-partes, do “direito das pessoas com deficiência ao trabalho, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas”, o qual abrangeria “o direito à oportunidade de se manter com um trabalho de sua livre escolha ou aceitação no mercado laboral, em ambiente de trabalho que seja aberto, inclusivo e acessível a pessoas com deficiência.” (BRASIL, 2009). Em tal dispositivo, assumiu-se, ainda, pelos Estados-partes, a salvaguarda e promoção do direito ao trabalho, inclusive daqueles que tiverem adquirido uma deficiência no emprego, adotando medidas apropriadas, incluídas na legislação.

Conforme preceitua o artigo 203, inciso V, da Constituição Federal de 1988, “[...] a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.” (BRASIL, 1988).

Dessa forma, a Constituição Federal assegura às pessoas com deficiência o direito à inserção no mercado de trabalho e também o direito ao benefício assistencial, basta que estas se conscientizem de que a inserção ao mercado de trabalho abrirá vários caminhos para se ter uma vida mais próspera e saudável, mas é claro que a iniciativa precisa vir de da consciência delas. Inclusive, no artigo 5º da Constituição Federal tem-se que todos os seres humanos nascem livres, iguais e com dignidade, ainda, os direitos e liberdades de cada pessoa devem ser respeitados sem qualquer distinção, buscando construir uma sociedade justa (BRASIL, 1988). Reforça-se, assim, que a deficiência não torna a pessoa incapaz, sendo possível sua admissibilidade no mercado de trabalho, contribuindo para o indivíduo ter uma vida digna e normal perante os demais.

Se interagirem e entrarem no mundo profissional, terão uma gama de oportunidades, e, ainda, seus gestores e colaboradores, terão a oportunidade de tomar conhecimento sobre as suas necessidades. Segundo Donato (2010, p. 6), “A



deficiência é a condição que lhe deu acesso ao emprego e, portanto, é vista como positiva para a sua vida.”

Na sociedade em geral, devem prevalecer princípios para que os direitos e garantias dos cidadãos sejam cumpridos e respeitados. Nesse sentido, Canotilho (2002, p. 430) afirma que “o princípio da igualdade não é apenas um princípio de Estado de Direito, mas, também, um princípio de Estado Social.” Assim, tem-se um princípio de justiça social, agregando o princípio de igualdade e de condições reais de vida.

O trabalho é direito de qualquer cidadão, inclusive das pessoas com deficiência. Nesse viés, Pereira e Tuponi Junior (2004, p. 21) mencionam que o trabalho é tido como “a modificação da natureza pelo homem; com vista à criação de valor de troca para o mercado, a apropriação da categoria pela sociedade estruturada em uma ordem capitalista reduz indevidamente, o trabalho-ação em trabalho-produção.”

Trata-se de uma força motriz que impulsiona a vida de todos os indivíduos, pois é a partir do trabalho que se inicia a garantia do próprio sustento, a constituição de uma família, a qual requer um esforço maior para sempre buscar por mais qualificação profissional e manter-se no competitivo mercado de trabalho, a partir das previsões normativas que lhe asseguram o exercício em condições de dignidade.

Com o direito de um trabalho a pessoa com deficiência pode ter um trabalho produtivo, segurança, proteção social para a família, melhores expectativas, desenvolvimento pessoal e integração social, além da liberdade de expressar-se; com essa participação no mercado de trabalho terá melhor organização em suas decisões, tornando sua vida mais digna e duradoura.

Com o passar dos anos foram surgindo novas concepções, condições sociais e direitos sociais em relação às pessoas com deficiência, bem como às responsabilidades do poder público e da sociedade. Ainda, essa evolução vem sendo acompanhada por mudanças na terminologia se adequando a novas descobertas e conquistas sociais.

O artigo 194 da Constituição Federal determina que a seguridade social é composta pela previdência social, assistência social e saúde pública. A assistência vem do latim *adsistentia* e significa o ato ou efeito de assistir, de amparar quem precise, quem está necessitado. Não faz parte do Direito Social ou do Direito do



Trabalho, mas é uma das espécies do Direito da Seguridade Social. A assistência social encontra suporte legal na Constituição Federal de 1988, no seu art. 203, que diz que: “[...] a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social.” (BRASIL, 1988).

A assistência social é definida como atividade complementar ao seguro social, já que não compete à previdência social prover as pessoas carentes, tendo como alvo aquelas pessoas que não exercem atividades remuneradas e, portanto não têm condições de custear a proteção previdenciária. Para Kertzman (2011, p. 27), “A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social. O requisito básico é a necessidade do assistido.”

No rol dos direitos e garantias estabelecidos para a sociedade independentemente das limitações existentes, busca-se que as pessoas vivam e sejam inseridas no meio social. Dentro desse rol de direitos, surgiu uma lei específica para defender os direitos das pessoas com deficiência, a qual busca garantir o mínimo necessário para que essas pessoas possam conquistar um lugar na sociedade, ou seja, para viverem socialmente.

Com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), instituída pela Lei n. 8.742 de 1993, tem-se como objetivo inserir na sociedade aquele que esta afastou do seu núcleo produtivo e para o qual trouxe a figura de um benefício ainda pouco conhecido pela população brasileira, mas que visa resgatar naquele ser desestimulado a vontade de viver, trazendo-lhe a dignidade. Trata-se da previsão do artigo 20 dessa Lei, segundo o qual o benefício assistencial é concedido à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, buscando a manutenção de um mínimo necessário para que vivam de forma digna e possam garantir o atendimento às suas necessidades básicas (BRASIL, 1993).

Assim, grande número de pessoas com deficiência almeja a busca pelo benefício da Lei Orgânica da Assistência Social, o qual julgam mais propício em detrimento do trabalho, tornando suas limitações um meio para ser um beneficiário da previdência social e perceber um salário mínimo de benefício mensal.



2.2 PARADIGMA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO OU BENEFÍCIO ASSISTENCIAL

O direito e inserção ao mercado de trabalho foi uma construção relacionada com luta, a partir de movimentos sociais, para comprovar que as pessoas com deficiência são capazes de contribuir para o sistema produtivo, permitindo, assim, que todos possam exercer seus direitos e deveres com a maior autonomia possível, transformando a vida dessas pessoas e aumentando suas possibilidades.

Segundo Sasaki (1997, p. 41), “a inclusão social é definida como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade.” Em complementação, Bahia (2006, p. 76) aduz que as pessoas com deficiências não são mais tidas como peso morto para a sociedade ou, na melhor das hipóteses, uma mão de obra barata, pois hoje representam um impacto considerável na economia de qualquer país quando estão trabalhando formalmente.

As pessoas com deficiência inseridas no mercado de trabalho passam a ter uma vida digna no sentido de poder interagir e desenvolver suas habilidades independentemente de suas limitações. Segundo o Instituto Ethos (2002, p. 12), “[...] as pessoas com deficiência passam a ter, além das suas necessidades especiais, desejos, vontades, necessidades de consumo que, quando confinadas em casa não existiam.”

Uma vez inseridas no mercado de trabalho, as pessoas com deficiência passam a fazer parte da sociedade. Conforme o Instituto Ethos (2002, p. 12), “[...] Mais do que isso, descubrem que muitas atividades que realizavam isoladamente podem ser feitas em grupo.” Ainda, amplia a sua noção de mundo que ultrapassa os limites de sua casa, até mesmo criando vínculos e vivendo de forma independente, aumentando sua confiança e também sua autoestima.

Segundo Brasil (2009, p. 27), “deficiência nunca será o oposto de eficiência. O oposto de eficiência é ineficiência. A ideia da falta de algo não impede o indivíduo de estar inserido na sociedade e no mercado de trabalho. Ter uma deficiência não significa ser menos capaz do que qualquer outra pessoa.”



Assim, ser diferente em um mundo onde todos buscam a mesma coisa é algo intrínseco à natureza humana, cada qual em busca de seu objetivo; para aqueles que se adequam ao ciclo que a sociedade tem como o necessário à essência humana, a ordem natural é nascer, evoluir, constituir família, trabalhar para construir um patrimônio e morrer. Para Ibrahim (2015, p. 15), deve-se incentivar pessoas a assumirem suas vidas com independência, em busca de seu bem próprio.

Não se pode olvidar que o Brasil acolheu os direitos humanos, de modo que a Constituição Federal protege os direitos inerentes às pessoas com deficiência em vários dispositivos. A Constituição Federal de 1988 considera a valorização do trabalho humano, considerando a condição de Direito fundamental e que a inserção das pessoas com deficiência tem base no princípio da dignidade humana, o qual dá direito à pessoa com deficiência a ter um trabalho digno e também estabelece o direito do princípio da igualdade.

Ressalta-se a importância da pessoa com deficiência no mercado de trabalho e de esclarecer que independentemente das limitações dessas pessoas elas podem, sim, inserir-se no mercado de trabalho, deixando de lado a dependência do benefício assistencial. Nas palavras de Antunes (2006, p. 125), “o trabalho mostrou-se como fundante de realização do ser social, condição para sua subsistência; é o ponto de partida para a humanização do ser social, é o motor decisivo no processo de humanização do homem.”

Não obstante, o mercado de trabalho traz para o ser humano uma vida digna, inserindo na vida da pessoa com deficiência uma série de benefícios, e um deles é que a sua deficiência pode não ser mais uma limitação para entrar no mercado de trabalho, que isso pode ser superado, mas para que isso possa se tornar realidade essas pessoas devem se conscientizar que o trabalho abre portas para se ter uma vida normal.

Conforme Telles (1999, p. 173), “[...] direito ao trabalho, ao salário igual por trabalho igual, direito à previdência social em caso de doença, velhice, morte do arrimo de família e desemprego involuntário, direito a uma renda condizente a uma vida digna, direito ao repouso e lazer e direito à educação.” Assim, o que deve ser questionado é que a maioria das pessoas com deficiência busca apenas a concessão



do benefício assistencial, não tendo interesse de entrar no mercado de trabalho nem buscando crescer profissionalmente.

Fagundes (2008) relata a questão que não estimula as pessoas com deficiências a se inserirem no mercado de trabalho: o recebimento do benefício concedido pela Previdência Social por meio da Lei n. 8.742/93. Isso se torna um obstáculo, pois muito deles não querem abrir mão do benefício. A maioria das pessoas com deficiência se acomoda com o benefício assistencial, não buscando se inserir no mercado de trabalho pelo fato de já terem uma garantia, e, assim, essas pessoas perdem a chance de crescer profissionalmente, ter uma vida igual aos demais e ainda poder receber mais do que o benefício assistencial que já recebem.

Porém, quando a pessoa com deficiência se propõe ao desafio de se inserir no mercado de trabalho, ela vai se adaptar ao meio que melhor lhe convém, dependendo de sua limitação, mas isso não quer dizer que ela não poderá se inserir no mercado. Para Schwarz e Harber (2009, p. 166), “ao detectar quais as limitações e as necessidades de apoio que a deficiência acarreta, em conjunto com os talentos e as competências do profissional, o gestor proporcionará uma atividade compatível àquela pessoa [...]”

Fonseca (2006, p. 279) afirma que “as pessoas com deficiência no Brasil sempre tiveram atendimento assistencial, e por isso a sociedade desconhece o potencial produtivo que essas pessoas têm a oferecer, [...]” Nesse aspecto, percebe-se que se as pessoas com deficiência tiverem consciência, entusiasmo e tentarem entrar no mercado de trabalho, vão perceber a importância que têm dentro do mundo profissional, não apenas no sentido de terem uma expectativa de vida maior.

A maioria das pessoas com deficiência, por ausência de informações ou por mero desconhecimento da lei, caso comecem a trabalhar, podem perder o direito de receber o benefício, visto que a legislação previdenciária estabelece que o recebimento do benefício está condicionado à incapacidade para o trabalho. Para Maciel (2000, p. 52), “a falta de conhecimento da sociedade, em geral, faz com que a deficiência seja considerada uma doença crônica, um peso ou um problema [...]”

É bom ressaltar que a inserção dessas pessoas vai muito além de um preenchimento de vagas, mas também há sua inserção no meio social. Afirma Pastore (2000, p. 13) que “a pessoa deixa de ser deficiente no momento que a sociedade proporciona condições adequadas”, ou seja, sem trabalho, as pessoas não



conseguem se adaptar ao mundo profissional e social, e as pessoas com deficiência precisam parar de ser alienadas e buscar algo para sua evolução, saúde e bem-estar.

O trabalho, como função do indivíduo na sociedade, é a contribuição que ele dá e dará para o desenvolvimento comunitário do meio em que vive, a fim de obter a valorização por parte da sociedade tanto econômica como pessoalmente. Equivale a dizer, segundo Marques (2007, p. 111), que o trabalho “não é apenas um elemento de produção [sendo] algo que valoriza o ser humano e lhe traz dignidade, além, é claro, do sustento. É por isso que deve ser visto, antes de tudo, como um elemento ligado de forma umbilical à dignidade da pessoa humana.”

O trabalho como um direito fundamental integrante do rol dos direitos sociais permite ao cidadão ter uma vida digna e também saudável, pois o trabalho é um caminho para a vida, além de ser um meio de atingir seus objetivos e construir uma vida sustentável, fazendo de seu trabalho uma motivação para ser uma pessoa melhor, além de proporcionar grandes caminhos para o futuro. Assim, esclarece Pardim (2014, p. 10) que “o trabalho é atividade pela qual se exerce a cidadania, fazemos cumprir nossos direitos, ganhamos nosso sustento para podermos constituir uma nova família.”

Em relação aos valores sociais do trabalho, Cretella (1994, p. 139) manifesta-se da seguinte forma: “[...] dignificando a pessoa humana, o trabalho tem valor social dos mais relevantes, pelo que a atual Constituição o coloca como um dos pilares da democracia.” É com base nesse tratamento igualitário que as pessoas com deficiência podem ter assegurados seus direitos, gozando da proteção necessária do Estado para garantirem sua subsistência, por meio da obtenção de um trabalho digno e respeitado.

Ao realizar um trabalho digno de forma correta, as pessoas passam a ter direito a um trabalho produtivo com uma remuneração equitativa, um local seguro de trabalho, uma proteção social para as suas famílias, melhores perspectivas de desenvolvimento pessoal e integração social, liberdade para expressar as suas preocupações, organização e participação nas decisões que afetam as suas vidas, e igualdade de oportunidades e de tratamento para todos.

Para Somavia (2008), normativas trabalhistas buscam “promover oportunidades para que mulheres e homens para que possam ter acesso a um



trabalho digno e produtivo, em condições de liberdade, equidade e dignidade.” Dessa forma, independentemente da deficiência, as pessoas podem interagir no mundo profissional e social, basta visualizarem que, em algum momento da vida, todas as pessoas, com deficiência ou não, terão motivos para sorrir ou chorar.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os princípios são os alicerces do sistema jurídico e condicionam todos os direitos e deveres a serem cumpridos. Nesse contexto, a dignidade da pessoa humana é um pilar constitucional fundamental e tem relação com a inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. Considera-se direito das pessoas com deficiência o trabalho digno, por meio da sua inserção no mercado de trabalho e do desenvolvimento de atividades laborais em um ambiente saudável, com a preservação de sua personalidade e de seu bem-estar, como aplicação do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana.

Equivale a dizer que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos que todos os demais cidadãos, proporcionando uma vida cada vez mais independente, mediante o exercício do trabalho digno e desenvolvido em condições de igualdade de oportunidade para com os demais. Assim, ao analisar a previsão da dignidade da pessoa humana constante da Constituição Federal brasileira de 1988, verifica-se que a dignidade da pessoa humana é um alicerce fundamental sobre o qual se desenvolvem os direitos fundamentais relacionados a inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho.

O direito ao trabalho é vital para o ser humano; sem o trabalho as pessoas perdem sua referência social, pois o trabalho dignifica a vida. Dessa forma, a atividade laborativa remunerada para a pessoa com deficiência vai muito além do que apenas receber uma contraprestação pelo seu trabalho: é crescer e evoluir enquanto ser humano. Assim, conceder o Benefício Assistencial não pode ser empecilho para as pessoas com deficiência entrarem no mercado de trabalho, uma vez que o benefício só pode ser concedido para as pessoas que possuem invalidez em longo prazo.

As pessoas com deficiência não podem tornar o benefício recebido uma garantia absoluta inerente às suas vidas, devendo pensar que, estando inseridas



no mercado de trabalho, terão várias outras garantias, além de uma evolução e desenvolvimento para sua deficiência. A deficiência não deve ser vista como sinônimo de doença e incapacidade. Haverá sempre uma atividade compatível e possível para as pessoas com deficiência desenvolverem de acordo com suas limitações e necessidades, de forma que podem ser inseridas no mercado de trabalho de forma saudável, na medida de sua capacidade.

Assim, para avançar na questão da inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, é necessário que não somente as leis, ou seja, direitos e deveres, tenham cumprimento, deve haver a conscientização das pessoas com deficiência para que se sintam inseridas na sociedade e que sejam integradas no mercado de trabalho de acordo com suas habilidades, bem como deve haver uma contrapartida da sociedade como um todo, cabendo uma reflexão sobre o ser humano para deixar de lado os preconceitos. Ademais, as pessoas com deficiência estão, a cada dia, mais próximas da igualdade em termos de capacitação e competência, mas precisam de incentivo para a ampla inserção na sociedade, a partir de um reconhecimento no papel de auxiliar na economia, geração de empregos e inserção social.

Nesse contexto, a concessão do benefício assistencial não é suficiente para impulsionar a pessoa com deficiência a alcançar sua independência pessoal e econômica. É fundamental que ela tenha motivação e seja independente, sem o “temor” de perder o benefício o qual garante a sua remuneração mínima, visto que com a inserção no mercado de trabalho poderá a ter a garantia de remuneração máxima.

Assim, é necessário abandonar a postura de “superproteção” e compreender que a pessoa com deficiência é capaz de desenvolver suas habilidades com o auxílio de um trabalho adequado, destacando-se em suas funções, estando bem colocado e capacitado para determinada função. Isso porque pessoas com deficiência são capacitadas para o trabalho desde que motivadas para tanto e desde que sejam criadas oportunidades de trabalho, além da oportunização de uma profissão, o que aumentará a sua autoestima e a confiança, desenvolvendo suas habilidades e permitindo a interação no meio social.

Pessoas com deficiência tem muita capacidade de realizar trabalho desde que motivadas e conscientes de que inseridas no mercado terão oportunidades e uma educação voltada a suas capacidades. Além de conseguirem uma profissão,



contribuindo para aumentar a autoestima e a confiança em si mesmo, poderá adquirir certa independência, o que ajudará também a desenvolver suas habilidades e a interagir no meio social.

A conscientização das pessoas com deficiência pode trazer benefícios, apesar das limitações, trazendo bons resultados e produtividade para as empresas, pois possuem um papel fundamental na organização. Isso só ocorre com a inserção dessas pessoas no mercado de trabalho e com a sua compreensão de que o trabalho é essencial nas suas vidas.

Feitas essas considerações, verifica-se que a pessoa com deficiência ainda está fora do mercado formal de trabalho não por ausência de um tratamento legal, mas sim pela inexistência de ações concretas de incentivo e de estímulos, os quais facilitariam a contratação pelas empresas, promovendo, assim, a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, de forma a proporcionar-lhes uma vida mais justa e digna.

Desse modo, não se pode confundir deficiência com incapacidade laborativa, exigindo, para a configuração do direito ao recebimento do BPC, a demonstração da “invalidez de longo prazo”, para que não se permita às pessoas com deficiência viverem em penúria e segregação social, comprometendo as condições de sustento e até mesmo o desenvolvimento social.

Tem-se, assim, que as pessoas com deficiência deveriam se inserir no mercado de trabalho para ter desenvolvimento social e produtivo, saindo da zona de conforto e buscando evolução pessoal e profissional, tudo dentro dos limites de suas capacidades e desenvolvimentos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BAHIA, M. S. **Responsabilidade social e diversidade nas organizações: contratando pessoas com deficiências.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.



BARROSO, R. L. **A dignidade da pessoa humana no direito constitucional contemporâneo**: natureza jurídica, conteúdos mínimos e critérios de aplicação. Versão provisória para debate pública. Rio de Janeiro: [s. n.], 2010.

BOBBIO, N. **Igualdade e Liberdade**. 4. ed. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, 2000.

BRASIL. **Constituição do Brasil**: declaração dos direitos do homem. Rio de Janeiro: Ed. Esplanada, 1988.

BRASIL. Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 agosto 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 20 out. 2018.

BRASIL. Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 dez. 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l8742.htm. Acesso em: 7 jun. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Avaliação das pessoas com deficiência para acesso ao Benefício de Prestação Continuada da assistência social**: um novo instrumento baseado na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. Brasília, DF: Ministério da Previdência Social, 2007.

CANOTILHO, J. J. G. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 6. ed. Coimbra, 2002.

COMPARATO, F. K. **A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

CRETELLA, J. J. **Comentários à Constituição de 1988**. 3. ed. Rio de Janeiro, 1994. v. I.

DONATO, F. V. O trabalhador com deficiência e as práticas de inclusão no mercado de trabalho de Salvador, Bahia. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 35, n. 121, 2010.



INSTITUTO ETHOS. **O que as empresas podem fazer pela inclusão das pessoas com deficiência.** São Paulo: [s. n.], 2002.

FAGUNDES, P. S. *et al.* **A inclusão da pessoa deficiente no mercado de trabalho.** 2008. 24 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Administração) – Faculdade Novos Horizontes, 2008.

FÁVERO, E. A. G. **Direitos das pessoas com deficiência: garantia da igualdade na diversidade.** Rio de Janeiro, WVA, 2004.

FONSECA, R. T. M. da. **O trabalho da pessoa com deficiência e a lapidação dos direitos humanos: o direito do trabalho, uma ação afirmativa.** São Paulo: LTr, 2006.

IBRAHIM, F. Z. **Curso de Direito Previdenciário.** 20. ed. 2015.

KANT, I. **Fundamentação da metafísica dos costumes.** Tradução: Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2000.

KERTZMAN, Ivan. **Curso Prático de Direito Previdenciário.** 8. ed. [S. l.: s. n.], 2011.

MACIEL, M. R. C. Portadores de deficiência: a questão da inclusão. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n. 2, abr./jun. 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9788.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2018.

MADRUGA, S. **Pessoas com Deficiência e Direitos Humanos.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MARQUES, R. S. **Valor Social do Trabalho na Ordem Econômica, na Constituição Brasileira de 1988.** São Paulo: LTR, 2007.

PASTORE, J. **Oportunidades de trabalho para pessoas de deficiência.** São Paulo: LTr, 2000.

PARDIM, C. C. **O processo de inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho: Desafios e Reflexões.** [S. l.: s. n.], 2014. Disponível em: http://www.pedagogia.com.br/artigos/processo_inclusao_pessoa_deficiencia. Acesso em: 31 mar. 2018.



PEREIRA, S. D. P. G.; TUPONI JUNIOR. B. A. Trabalho Artístico Infantil na Televisão. **Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional**, Curitiba, 2004.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SCHWARZ, A.; HARBER, J. **Cotas: como vencer os desafios da contratação de pessoas com deficiência**. São Paulo: i.Social, 2009.

SOMAVIA, J. **Trabalho digno – a chave do progresso social**. Lisboa: [s. n.], 2008. Disponível em: http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/html/portugal_visita_guiada_02_pt.htm. Acesso em: 24 maio 2018.

TELLES, V. da S. **Direitos sociais: afinal do que se trata?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.



A AUTONOMIA DE DECIDIR PELA VIDA OU MORTE DE FILHOS PORTADORES DE DOENÇAS DEGENERATIVAS

Janaína Reckziegel¹
Ana Paula Damin²
Cláudia Cinara Locateli³

RESUMO

O presente artigo tem o objetivo de analisar os limites da autonomia dos genitores na escolha de manter ou não a vida dos filhos portadores de doenças degenerativas graves, com fundamento na dignidade humana. O estudo adentra em diferentes ramos do direito, como o Direito Constitucional, que sustenta a temática dos direitos fundamentais, e o Direito Civil, que rege as responsabilidades dos genitores com relação aos seus filhos, bem como insere-se no campo da Bioética e Biodireito quando se discute autonomia e direito à vida e à morte digna, denotando a relevância da temática em diversas áreas do conhecimento jurídico. O direito de escolha dos genitores com relação à vida ou morte digna de seus filhos portadores de doenças degenerativas graves centra-se na investigação da autonomia dos representantes legais ou dever do Estado no sentido de priorizar o melhor interesse da criança. A análise casuística é fundamental, uma vez que existem dois direitos fundamentais colidentes, o direito à vida e o direito à morte sustentado pela ponderação ou proporcionalidade do princípio da dignidade da pessoa humana.

Palavras-chave: Deveres paternofiliais. Doenças degenerativas. Autonomia de vida e morte.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo estudar os limites da autonomia dos genitores na escolha de manter ou não a vida dos filhos portadores de doenças

¹ Doutora em Direitos Fundamentais e Novos Direitos pela Universidade Estácio de Sá; Pós-Doutoranda na Universidade Federal de Santa Catarina; Membro do Núcleo Docente Estruturante da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; janaina.reck@gmail.com

² Graduanda no Curso de Direito da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; anapdamini@hotmail.com

³ Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina; Pós-graduada em Direito Civil-Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Docente da Universidade Comunitária da Região de Chapecó e da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; claudia.locateli@unoesc.edu.br



degenerativas graves, uma vez que o tema repercute em áreas distintas do Direito, como Civil e Constitucional, bem como envolve a Bioética e o Biodireito.

O propósito que justifica este trabalho é analisar a colisão de direitos fundamentais, no sentido de compreender a possibilidade de relativização do direito à vida, pela autonomia dos genitores, de modo a garantir a morte digna dos filhos portadores de doenças degenerativas graves que não se coadunam com a manutenção de uma vida porque seria indigna.

Há casos em que os pais precisam decidir sobre manter ou não a vida dos filhos acometidos de doenças, em que a decisão deverá ser ponderada de acordo com o interesse superior da criança. Os genitores, detendo o poder familiar, são os responsáveis pelas decisões dos filhos, representando-os, sendo a escolha um ato que não pode ser abusivo ou ferir os preceitos da lei. A dificuldade centra-se na colisão dos direitos fundamentais envolvidos, entre eles o direito à vida, dever do Estado, e a possibilidade de relativizá-lo permitindo a morte digna, se esta for indicada pela ponderação e levando em conta a efetivação da dignidade humana.

Esta pesquisa foi desenvolvida por meio do método bibliográfico e do dedutivo, em que as informações e dados presentes foram coletados em doutrinas, legislações, artigos científicos, em um *hard case* recente – o caso do bebê britânico Charlie Gard – e na observância do direito comparado.

Além desta seção introdutória, esta pesquisa possui seções sequenciais que abordam o direito fundamental à vida, à dignidade humana e a relativização do direito à vida; a responsabilidade da parentalidade no resguardo do melhor interesse e dos direitos fundamentais dos filhos; o *hard case* Charlie Gard e a decisão da Corte Europeia de direitos humanos; a colisão de direitos fundamentais: a ponderação e a autonomia dos genitores pela vida ou morte dos filhos portadores de doenças degenerativas, todas acompanhadas das referências.

Trata-se de caso conflitivo de direitos fundamentais, e, quando não houver possibilidade de efetivação desses direitos na sua totalidade, deverá ser aplicado o princípio da proporcionalidade ao caso concreto. Esses direitos portam a titularidade de princípios, e o embate entre eles não pode ser resolvido da mesma maneira que se resolve um conflito normativo. Assim, a proporcionalidade atua



como um norteador de um justo meio para que nenhum direito seja afastado totalmente sem fundamento.

2 DIREITO FUNDAMENTAL À VIDA, À DIGNIDADE HUMANA E A RELATIVIZAÇÃO DO DIREITO À VIDA

A existência humana é o pressuposto fundamental de todos os demais direitos dispostos na Constituição Federal, afinal não teria sentido garantir uma série de direitos se antes não fosse assegurado o direito de estar vivo para usufruir de todos os demais.

É clara a norma constitucional com relação ao dever do Estado de proteger e assegurar o direito à vida. O artigo 5º, em diversos dos seus incisos, traz expressamente esse compromisso do Estado, a exemplo da proteção quanto aos crimes dolosos contra a vida, que são julgados pelo tribunal do júri, também sobre o dever estatal de controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem em risco para a vida, entre muitos outros espalhados pelo Texto Constitucional. Tratados internacionais, a exemplo da Convenção Americana de Direitos Humanos, e o Pacto de San José, assim como a Convenção sobre os Direitos das Crianças também evidenciam a importância dessa proteção.

Moraes (2016) explica que o direito à vida é o mais fundamental de todos os direitos, já que se constitui em pré-requisito à existência de todos os demais direitos. A norma constitucional preconiza o direito à vida, cabendo ao Estado assegurá-lo em seu duplo alcance, sendo o primeiro o direito de continuar vivo e o segundo de se ter uma vida digna, ou seja, que seja garantido o mínimo necessário a uma existência digna. A esse respeito, Mendes e Branco (2015) declaram que se trata de um direito resultante da compreensão generalizada, que inspira os ordenamentos jurídicos atuais, de que todo o ser humano precisa ser tratado com igual respeito à sua dignidade, e esta, por sua vez, se expressa, em primeiro lugar, pelo respeito a sua existência.

Dessa forma, diretamente ligado ao direito à vida está o princípio da dignidade da pessoa humana. Conforme Barroso (2015), o constitucionalismo democrático tem por fundamento e objetivo a dignidade da pessoa humana, e após



a Segunda Guerra Mundial, diante das atrocidades cometidas, a dignidade tornou-se um dos mais importantes consentimentos éticos do mundo ocidental, efetivando-se por meio de declarações de direitos, convenções internacionais e constituições.

O direito constitucional brasileiro traz como princípio jurídico fundamental do Estado Democrático de Direito a dignidade da pessoa humana, ou seja, é um princípio jurídico de status constitucional e se encontra legitimado no primeiro artigo da Carta Magna, o que sustenta a sua real importância para o direito brasileiro e faz dele um fundamento normativo para os direitos fundamentais. Nesse sentido, Sarlet, Marinoni e Mitidiero (2016) acrescentam que, no que diz respeito ao status jurídico normativo, no âmbito da ordem constitucional, a dignidade humana assume simultaneamente a condição de valor, princípio e/ou regra.

Na concepção de Barroso (2015), são três os elementos que compõem a dignidade humana: o valor intrínseco da pessoa humana, a autonomia individual e o valor comunitário. Conforme Kant (2003, p. 82), “[...] as coisas têm preço, mas as pessoas têm dignidade, um valor que não tem preço.” No plano jurídico, o valor intrínseco origina vários outros direitos fundamentais, como o direito à vida, à igualdade e à integridade física, moral ou psíquica.

O direito à vida é essencial ao ser humano, não obstante seja necessário para a conquista dos demais, por vezes há de ser relativizado. Não há como ser mantido a todo custo, uma vez que, ocasionalmente, a manutenção desse direito pode ferir o princípio da dignidade humana.

Consagrado como direito inviolável, de acordo com o artigo 5º da Constituição Federal, não se pode considerá-lo como um direito absoluto, uma vez que não é imune a intervenções legítimas sob o ponto de vista jurídico-constitucional. É possível visualizar a legitimidade dessas intervenções quando a própria Carta Constitucional prevê exceção em caso de guerra declarada, em casos regulamentados sendo possível a aplicação da pena de morte (SARLET; MARINONI; MITIDIERO, 2016).

Sarlet, Marinoni e Mitidiero (2016) demonstram que a ordem jurídica reconhece situações nas quais a supressão da vida de um ser humano é tolerada no sentido da não aplicação de sanções. O mesmo ocorre nos casos de legítima defesa



ou exercício regular de um direito, casos em que se afasta a ilicitude do ato que atenta contra a vida.

Nesse sentido também aponta para a possibilidade de relativização desse direito fundamental nas hipóteses legais que admitem a interrupção da gravidez, como em caso de estupro, quando a gestante corre risco de morte e anencefalia fetal. Assim, o direito à vida como não absoluto se consagra, sempre legitimadas as hipóteses de relativizações como exceções, inclusive, sob o ponto de vista jurídico-constitucional. Os casos de anencefalia fetal analisados pelo Supremo Tribunal Federal foram capazes de justificar a interrupção da gravidez por entender que essa anomalia é incompatível com a vida digna. Dessa forma, a Suprema Corte acabou não dando prevalência ao direito à vida do nascituro, mas optou por proteger a decisão da mãe em favor da interrupção da gravidez, atendendo o argumento de que em causa estaria protegendo a dignidade da mãe, ou dos pais, e sua autonomia de decidir sobre essa questão, priorizando uma morte digna (SARLET, 2015).

Ainda com relação às discussões entre vida e morte, assim como a dignidade, se encontra a problemática questão em torno da eutanásia, que, de acordo com Sarlet, Marinoni e Mitidiero (2016), são situações que abarcam condutas omissivas ou comissivas em que se recorre ao auxílio médico para o término da vida de um paciente que se encontra em estado terminal. Essas pessoas, em estado terminal, encontram-se na sua grande maioria em profundo sofrimento, situação incompatível com a manutenção da vida porque indigna e com ajuda médica teriam resguardado o seu direito à morte digna, autorizando a prática da eutanásia.

Embora não permitida no Brasil, a eutanásia pode ser considerada um abreviamento do direito à vida e um acesso ao direito à morte digna, uma vez que manter uma pessoa com sinais vitais a qualquer custo, em situações de terminalidade, dor e sofrimento, agonizando, fere a integridade psicofísica e a dignidade.

Conforme mencionado por Reckziegel (2016), temáticas sobre a vida humana envolvem uma reflexão filosófica que está no pilar da história da humanidade. Dessa forma a busca pela sua conservação é objetivo principal da medicina e da biologia, e a sua proteção é um objetivo jurídico. Porém não é somente a vida que requer a aplicação dos pressupostos bioéticos e biojurídicos, mas também a morte. Nesse sentido conceitos e ponderações éticas e biológicas



são imprescindíveis para o desenvolvimento de normas, de opiniões doutrinárias e posições jurisprudenciais que servirão como fundamento para a resolução de conflitos éticos e morais envolvendo esse tema de tamanha complexidade.

Diniz (2014) explica que a manutenção da vida a todo custo pode caracterizar a distanásia, que seria a ampliação da vida de um paciente terminal mesmo que essa ampliação lhe traga sofrimento. Também ressalta que o ato de desligar os aparelhos que sustentam a vida de pacientes terminais configura má prática médica, uma vez que o direito fundamental do paciente é o direito à vida, e não o direito de ser morto, mesmo estando em fase terminal. Assim, na visão da autora, não se poderia admitir a licitude do desligamento de aparelhos que mantenham a vida de pacientes terminais, diante da consagração do direito à vida, constitucionalmente previsto.

O artigo 41 do Código de Ética Médica (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, 2010) dispõe sobre a vedação ao médico de abreviar a vida do paciente, mesmo que a pedido dele ou de seu representante legal, o que demonstra a não aceitação pela legislação brasileira de condutas coniventes com a abreviação da vida. Entretanto, de acordo com Reckziegel (2016), embora não haja no ordenamento jurídico brasileiro referências legais sobre o processo de morrer com dignidade, a doutrina pátria e alguns dispositivos do Conselho Federal de Medicina (CFM) se manifestam a favor de mecanismos que vão ao encontro da ideia de morte digna, a exemplo dos cuidados paliativos e pelas diretivas antecipadas de vontade do paciente.

A respeito do embate envolvendo a vida e a morte e a dignidade, Sarlet, Marinoni e Mitidiero (2016) justificam que a Constituição Federal com relação às práticas que findam a vida de pacientes terminais, a seu pedido ou de seu representante legal, não estabelece qualquer parâmetro direto quanto a tais aspectos, mas, em virtude do princípio da dignidade humana e da liberdade individual, o reconhecimento do direito de morrer com dignidade não pode ser puramente desconsiderado, pois, se assim for, o direito à vida é transformado em um dever de viver, sob qualquer circunstância.

Em síntese, pode-se afirmar que, nesses casos difíceis, há direitos fundamentais constitucionalmente previstos em colisão, e não há como simplesmente afastar ou suprimir um para aplicar o outro, uma vez que ambos



precisam ser atendidos. É necessário ponderar para que a supressão de um para garantir o outro não enseje lacerar o direito teoricamente suprimido, mas, sim, que a decisão de priorizar um, em detrimento do outro, seja resultante da análise do caso concreto e atenda à finalidade almejada no momento da ponderação. Em se tratando do direito à vida e do direito à morte digna, há uma necessidade de análise do caso concreto, para que ponderando se possa chegar a um justo meio, para que o direito fundamental preponderante no caso concreto seja efetivamente garantido.

Nos casos que envolvem conflitos de direitos fundamentais, após a análise do caso concreto, a decisão precisa ser sustentada com a manifestação da vontade da pessoa envolvida. Porém, chega-se a outro embate, quando a pessoa envolvida for uma criança e não tiver capacidade para decidir e manifestar sua vontade: a decisão cabe unicamente aos pais, que legalmente são detentores do poder familiar e devem decidir com relação à vida do filho, ou essa decisão compete ao Estado, tendo este o dever de garantir que seja sempre decidido em favor do melhor interesse da criança?

2.1 A RESPONSABILIDADE DA PARENTALIDADE NO RESGUARDO DO MELHOR INTERESSE E DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS FILHOS

O direito atribui aos pais a responsabilidade com relação às decisões que envolvem os filhos enquanto crianças e adolescentes. Os deveres decorrentes da parentalidade estão insculpidos no poder familiar, que pode ser considerado como uma função exercida pelos pais sempre com prioridade e no melhor interesse dos filhos.

Dias (2016) explica que o poder familiar é considerado um poder-função, pois é exercido pelos genitores, mas serve ao interesse dos filhos, podendo ser considerado o veículo instrumentalizador de direitos fundamentais da criança, sendo ele irrenunciável, intransferível, inalienável e imprescritível, e as obrigações que dele decorrem são personalíssimas. A proteção das crianças e adolescentes está resguardada por normas constitucionais e infraconstitucionais desde a concepção, enquanto nascituro, que tem seus direitos resguardados e protegidos. Os incumbidos desse resguardo são seus representantes legais, seus genitores que



são incumbidos da responsabilidade concernente aos direitos de seus filhos até que estes sejam considerados capazes.

Gonçalves (2016, p. 408), ainda, explica que o poder familiar é o conjunto de direitos e deveres atribuídos aos pais no tocante à pessoa e aos bens dos filhos. Desse entendimento resulta que o ente humano necessita, durante a infância, de quem os crie, eduque, ampare e defenda, tendo a regência de sua pessoa e de seus bens, sendo essa responsabilidade, naturalmente, atribuída aos pais. Aos pais é delegado um conjunto de direitos e deveres que tem como finalidade a proteção da pessoa dos filhos e também a sua representação. Essa atribuição é uma necessidade natural, posto que o ser humano durante considerável período de tempo após seu nascimento necessita de cuidado e amparo na fase especial de desenvolvimento, e também de alguém que defenda seus interesses, e essa incumbência é dada aos pais e submetida à tutela do Estado, pois é *múnus público*, é irrenunciável, indisponível e imprescritível.

Essa tutela, por sua vez, não deve ser confundida com um poder de fiscalização e controle de forma que atinja a autonomia privada da família, mas como um amparo, que resguarde os direitos vinculados à dignidade humana, de forma que não seja um limitador da liberdade e da vontade dos indivíduos no âmbito familiar. De toda forma, o poder familiar não é absoluto, neste sentido explica Fachin (2004) que não pode esse poder ser irrestrito, pois, mesmo sendo exercido na seara privada, está eivado de interesse público, daí a necessidade de estar ordenado na regulamentação específica e sua finalidade ser a proteção da pessoa do filho.

O poder familiar, dessa forma, não é absoluto e deve ser exercido com responsabilidade, e, quando as decisões pautadas nele não forem a melhor escolha, o Estado deve intervir, há casos em que podem, inclusive, ser destituídos das responsabilidades parentais. Sobre o assunto, Fachin (2004) ressalta que a proteção do filho menor fica a cargo dos pais, porém é limitada pela atuação estatal, que vislumbra relação de mais profundo interesse social. Assim, é natural que o Estado possa intervir suspendendo ou suprimindo esse poder por meio do Poder Judiciário quando ficarem caracterizadas as hipóteses previstas no ordenamento jurídico, a exemplo de quando houver abuso de poder por parte de um ou ambos genitores ou quando faltarem aos deveres paternos.



Dessa forma o Estado tem o dever de atuar como garantidor da efetivação dos direitos da criança, juntamente com seus genitores, por ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem com absoluta prioridade o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, além de atribuir-se também a responsabilidade de os colocar a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Desse modo, apesar de garantir aos pais autonomia nas decisões concernentes à família, essa autonomia não é absoluta, pois o Estado tem um papel fundamental de assegurar que as decisões tomadas por eles sejam coerentes com o melhor interesse da criança; assim, quando não forem, é dever do Estado intervir para que assim sejam.

Nesse sentido, Dias (2016) disserta que a autonomia da família não é absoluta; assim, é cabível, e às vezes salutar, a intervenção subsidiária do Estado. Porém o grande desafio consiste em encontrar o ponto de equilíbrio entre a supremacia do Estado no domínio da família e a onipotência daqueles que assumem o poder de direção familiar. Essa situação é aplicável também em casos de crianças que adoecem, ou mesmo que nascem com alguma doença incurável, sobre as decisões envolvendo o tratamento dessas doenças, se cabe aos pais decidirem a respeito, e quando o Estado pode intervir a ponto de modificar a decisão paternal.

Albuquerque e Garrafa (2016), a respeito do assunto, citam o artigo sexto da Declaração Universal de Bioética e Direitos Humanos, que qualquer intervenção médica preventiva, diagnóstica e terapêutica só deve ser realizada com o consentimento prévio, livre e esclarecido do indivíduo envolvido. Porém, no caso de indivíduos com autonomia reduzida ou incapazes de consentir, transfere-se a responsabilidade. Nessas situações específicas, o consentimento para a realização de tratamento deve vir dos pais ou responsáveis pela criança, o que gera um embate, pois, embora tenham eles legalmente a autonomia necessária a fim de autorizar ou não o ato médico, não há como garantir que a decisão realmente seja a melhor para a criança.

É clara a disposição constitucional no sentido de unir a liberdade do indivíduo à importância que a família representa para o Estado e para a sociedade, assegurando-lhes autonomia e respeito e consagrando-lhes como célula mantenedora de uma sociedade democrática, e isso é de suma importância para o Estado, de tal forma que por vezes este tem o dever de intervir em decisões mesmo



que estas importem em restringir o direito de escolha dos genitores, sempre em prol do melhor interesse da criança.

2.2 O *HARD CASE* CHARLIE GARD E A DECISÃO DA CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS

O bebê britânico Charlie Gard nasceu no dia 4 de agosto de 2016, aparentemente uma criança normal e saudável. Porém, com apenas algumas semanas de idade, seus pais perceberam alguns sinais de que o pequeno apresentava fraqueza muscular. Com apenas dois meses de idade Charlie foi internado em Londres, no hospital Great Ormond Street, além da fraqueza muscular notada, tinha dificuldade para se alimentar, hipoatividade e insuficiência respiratória. A partir da primeira internação iniciou-se uma maratona de exames e cuidados, que levaram ao diagnóstico de uma síndrome mitocondrial rara, síndrome de depleção de DNA mitocondrial. Conforme Rosenvald (2017), Charlie é uma das 16 crianças no mundo com uma síndrome mitocondrial genética que provoca progressiva fragilidade muscular e danos cerebrais.

Dadalto e Affonseca (2018) fazem considerações sobre a síndrome rara, que Charlie era portador; esta causa o mau funcionamento das mitocôndrias, que são organelas presentes no citoplasma de todas as células do corpo humano e têm um papel fundamental na produção de energia celular, fundamental para a execução dos processos biológicos celulares. As mitocôndrias estão presentes em todos os tecidos do corpo, e, por esse motivo, as síndromes mitocondriais apresentam caráter multissistêmico, prejudicando e comprometendo vários órgãos e tecidos conjuntamente. Os sintomas variam de acordo com a fase e o comprometimento dos órgãos afetados, porém tendem a ser mais evidentes em órgãos e tecidos que requerem maior demanda energética como cérebro, músculos, rins, fígado e coração, e as principais manifestações clínicas consistem em encefalopatia, fraqueza muscular, convulsões de difícil controle, insuficiência hepática, entre outros sintomas de natureza grave.

Segundo Dalalto e Affonseca (2018), no início de 2017 surgiu um tratamento experimental para essa síndrome, o qual, teoricamente, substituíria



a função do DNA danificado, diminuindo os efeitos da doença. O tratamento em questão nunca havia sido utilizado em pacientes com o subtipo da mutação genética que ocasionava a doença de Charlie, porém, inicialmente, os médicos consideraram a possibilidade de utilizá-lo, como uma alternativa para barrar a doença. Entretanto, Charlie diariamente demonstrava evidências de deterioração da função encefálica e crises convulsivas graves. Assim, os médicos que cuidavam do caso convenceram-se de que o tratamento seria inútil para o bebê.

Um médico norte-americano que pesquisava sobre essa terapia inovadora que substituíria a função do DNA danificado ofereceu-se para tratar Charlie, e desde então iniciou-se uma luta dos pais para arrecadar recursos e para obter a autorização para transportá-lo aos Estados Unidos (EUA). Dadalto e Affonseca (2018) explicam que os médicos que já cuidavam de Charlie consideravam que submetê-lo ao transporte e mesmo ao tratamento era contrário ao melhor interesse da criança, uma vez que a doença não teria cura e estava em um estágio muito avançado, porém foi travada uma batalha judicial para resolver o caso.

Os médicos solicitaram ao Tribunal Superior de Justiça de Londres a permissão para retirar o suporte artificial de vida e prestar cuidados paliativos a Charlie, o que foi contestado pelos pais do menino. O Tribunal decidiu a favor do hospital, os pais apelaram, porém a decisão foi acompanhada pela Corte de Apelação e pela Suprema Corte, por último, pela Corte Europeia de Direitos Humanos, que no dia 20 de junho de 2017 também assim deliberou sobre o caso. Com todas as esferas legais esgotadas, conforme recomendação médica, foi feito o planejamento para a retirada do suporte artificial de vida de Charlie. O bebê Charlie Gard morreu no dia 28 de julho de 2017.

O caso traz relevante questionamento: de um lado os pais, que tentaram de toda forma manter a vida do filho e exaurir todas as possibilidades para que isso se concretizasse; de outro, decisões de todas as esferas judiciais que consideraram ser desumano a manutenção de uma vida com tanto sofrimento, pois o bebê não podia mais ver, ouvir, mover-se ou emitir qualquer ruído.

Rosenvald (2017) relata que a Suprema Corte observou que o Estado não deve interferir na privacidade da família, contudo é exceção à regra quando a criança está sofrendo, pois o resultado do cuidado a ela conferido pelos pais não é



o esperado para a situação específica. Quanto à decisão tomada pela Corte, ainda Rosenvald (2017) explica que há uma ponderação complexa de bens jurídicos, que, além de acomodar princípios éticos, como autonomia, dignidade e preservação da vida, fez-se necessário um esforço para auferir a necessidade da interferência nas escolhas familiares com o propósito de tutelar os melhores interesses daqueles que não são capazes de opinar sobre o seu próprio destino. Estando em conflito direitos de natureza fundamental, há de ser feita uma análise do caso concreto. Essa análise deve compreender os direitos conflitivos e quais desses direitos merecem especial atenção e devem se sobressair, bem como a maneira mais adequada de se chegar à decisão sobre qual direito precisa ser resguardado. No caso supracitado, a vontade dos genitores não foi ao encontro do melhor interesse da criança. Nesse caso, o Estado, por meio do Poder Judiciário, precisou intervir para garantir que o direito preponderante, no caso em questão, que a dignidade de Charlie fosse efetivada.

2.3 A COLISÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS: A PONDERAÇÃO E A AUTONOMIA DOS GENITORES PELA VIDA OU MORTE DOS FILHOS PORTADORES DE DOENÇAS DEGENERATIVAS

Após longo processo evolutivo, houve uma consolidação na teoria do direito sobre a diferenciação entre regras e princípios. Essa diferenciação é relevante para todas as áreas do direito, todavia, no tocante às normas constitucionais, tem especial relevância, visto que essa distinção é essencial para o entendimento constitucional contemporâneo.

Há uma ampla variedade de critérios para fazer a diferenciação entre normas e princípios, entre os quais são três os mais relevantes: o conteúdo, a estrutura normativa e o modo de aplicação. Quanto ao conteúdo, os princípios carregam valores que devem ser observados em razão de sua dimensão ética, como dignidade humana e razoabilidade; já as normas são comandos objetivos e expressam uma permissão ou uma proibição.

A diferença crucial entre normas e princípios está no modo de aplicação. Regras devem ser aplicadas na sua totalidade, conforme Barroso (2015), na modalidade tudo ou nada. Se ocorrer o fato que descreve o seu texto, ela obrigatoriamente deve



incidir e produzir os efeitos previstos, caso contrário, estará sendo invalidada. Uma regra somente não será aplicada se outra regra a excepcionar ou tratar do mesmo assunto de forma especial, ou mesmo revogar uma antiga lei existente. Destacam-se tais critérios como resolutivos de antinomias legais; existindo normas conflitantes, estes são os critérios utilizados para encontrar qual será utilizada, especialidade, hierarquia e temporalidade.

Com os princípios, por sua vez, não há de se falar em critérios para verificar o que deve ser aplicado ou não, pois todo princípio tem o mesmo valor jurídico e o mesmo status de hierarquia, é o que ocorre quando há colisão de direitos fundamentais. A prevalência de um sobre o outro não pode ser analisada teoricamente, pois apenas analisando-se o caso concreto será possível conferir maior importância a um do que a outro, por meio da aplicação do princípio da proporcionalidade e ponderação. A solução não pode ser simplesmente a invalidação de um direito fundamental, mas o afastamento de um para a incidência do outro, como nos casos em que há conflitos entre vida e dignidade.

O princípio da proporcionalidade é composto por três elementos, adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito, os quais também são chamados de subprincípios da proporcionalidade. Para sua correta utilização cada elemento deve ser apreciado individualmente, de acordo com cada caso. Adequação é a análise do meio; se o meio proposto está apto para a produção do fim pretendido, a necessidade diz respeito à exigibilidade da decisão, sempre escolhendo o meio menos gravoso para se chegar ao resultado. E a proporcionalidade em sentido estrito é a implicação da justa medida, sem excessos, porém, nem muitas limitações (ALEXY, 1993).

Segundo Alexy (1993), a fórmula mais simples para definir tal postulado se resume na ideia de quanto mais intensa é a intervenção de um direito fundamental, maiores são os fundamentos justificadores dessa intervenção. Toda intervenção deve ser legítima para que efetivamente se justifique, pois simplesmente afastar um direito fundamental para a aplicação de outro seria suprimir a ideia real de justiça, o que invalidaria o propósito do princípio da proporcionalidade.

Com relação ao *hard case* em que se baseia este estudo, é claro o conflito de direitos fundamentais, o direito à vida de Charlie e o direito à morte digna em



respeito à sua dignidade. Com que propósito seria válido manter Charlie vivo para assegurar esse direito fundamental se não havia como prover condições para que ele vivesse com o mínimo de dignidade, uma vez que não poderia respirar sozinho, não poderia se alimentar, nem mover qualquer parte do seu corpo? Com a análise do caso concreto e ponderando com relação ao conflito desses direitos fundamentais, afastou-se um em favor do outro que se evidenciou preponderante, no caso de Charlie, sua dignidade.

A dignidade atua, então, como fator de ponderação, principalmente nos casos em que a vida a qualquer custo se torna inviável, a exemplo do caso Charlie Gard. Poles e Bouso (2009) ressaltam que na atualidade um número crescente de mortes que acontecem nas Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) é resultado da limitação ou suspensão de tratamentos considerados inúteis, cujos potenciais benefícios para os pacientes são nulos, e suas condições são irrecuperáveis. Essas decisões são pautadas no direito à morte digna ou boa morte, que também, em certos casos, pode ser considerado um direito fundamental. Um direito fundamental, uma vez que permitir o prolongamento da vida a qualquer custo, causando dor e sofrimento, por vezes agonizante, mais fere o direito à vida do que o garante, ou seja, fere gravemente a dignidade.

Sobre as decisões relativas aos conflitos de direitos fundamentais, a exemplo dos tratados no presente trabalho, o direito à vida e à dignidade e à morte digna, quando envolvem crianças que não tenham capacidade para decidir a respeito de si, os genitores, detentores do poder familiar, têm autonomia para decidir, sempre objetivando o melhor interesse da criança, pois esse poder não é absoluto, e se a decisão dos pais não alcançar o melhor interesse, o Estado pode intervir para garantir que seja alcançado. De acordo com Lôbo (2009), os pais são os defensores legais e os protetores naturais dos filhos; são titulares e depositários dessa autoridade específica, delegada pela sociedade e pelo Estado. Porém não é absoluto e nem discricionário, uma vez que o Estado se reserva o controle sobre ele, de tal fato decorre a máxima de que o poder familiar deve ser exercido com responsabilidade, priorizando o melhor interesse e respeitando os direitos fundamentais dos filhos, que, acima de tudo, merecem dignidade.



3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A autonomia dos genitores na decisão sobre a vida e morte dos filhos portadores de doenças degenerativas graves é um assunto que tem grande relevância social jurídica, pois aborda questões relacionadas aos direitos fundamentais à vida e à dignidade, que são direitos basilares amparados pelo Texto Constitucional e com ampla proteção no ordenamento jurídico. É imprescindível a análise da colisão desses direitos/princípios fundamentais e a compreensão da relativização do direito à vida, quando esta não é mais viável, tornando-se indigna. Trazendo para essa discussão especialmente os casos envolvendo crianças portadoras de doenças degenerativas graves, que não detêm capacidade para decidir sobre si, responsabilidade esta que cabe aos seus genitores, todavia, quando a escolha dos pais não atender ao melhor interesse da criança, essa autonomia pode ser relativizada, e cabe ao Estado intervir em favor do interesse superior do menor.

Os genitores detentores do poder familiar são os responsáveis pelas decisões dos filhos, representando-os, sendo essa escolha um ato que importa responsabilidade, que não pode ser abusivo ou ferir os preceitos legais. A dificuldade centra-se na colisão de direitos fundamentais envolvidos, entre eles o direito à vida, dever do Estado, e a possibilidade de relativizá-la permitindo a morte digna, se esta for indicada pela ponderação e levando em conta a efetivação da dignidade humana.

O direito à vida é pressuposto fundamental para a aquisição de uma série de outros direitos; entretanto, não é absoluto e há situações em que se permite a sua relativização, amparada sob o ponto de vista jurídico-constitucional, a exemplo da previsão acerca da admissão de pena de morte em caso de guerra declarada. Outro exemplo da possibilidade da relativização desse direito fundamental é a aceitação de aborto em casos de fetos anencefálicos, em prol da dignidade de escolha dos pais. A dignidade humana é considerada princípio jurídico fundamental do Estado Democrático de Direito, e se encontra legitimada no primeiro artigo da Constituição, o que traduz seu significado para o ordenamento jurídico de tal forma que é considerada um valor supremo que norteia todos os demais direitos fundamentais, e isso a torna um fator que por vezes justifica a relativização do direito à vida.



Em conflito de direitos fundamentais da vida e da dignidade, quando não houver possibilidade de efetivação desses direitos na sua totalidade, deverá ser aplicado o princípio da proporcionalidade/ponderação, sempre analisando o caso concreto. Esses direitos portam a titularidade de princípios, e o embate entre eles não pode ser resolvido da mesma maneira que se resolve um conflito normativo. Assim, a proporcionalidade atua como um norteador de um justo meio para que nenhum direito seja afastado totalmente sem fundamento, sempre analisando o caso concreto.

Com relação à titularidade da decisão entre a vida e a morte digna quando envolver criança que não tenha capacidade para colocar em prática sua autonomia, cabe aos seus genitores, detentores do poder familiar, decidirem. Embora a Constituição Federal e as demais legislações que tratam do direito de família apontem para a autonomia e coloquem os genitores no centro da responsabilidade quanto à proteção e às decisões acerca de seus filhos, responsabilidade que se fundamenta no poder familiar, este não é absoluto, e há situações em que o Estado deve exercer seu papel e intervir, assegurando que seja tomada a decisão que vise ao melhor interesse da criança quando a decisão tomada pelos genitores não atender a esse preceito. Isso aconteceu no *hard case* tratado neste trabalho, o caso do menino britânico Charlie Gard, que era portador de uma síndrome mitocondrial degenerativa grave, e os sintomas graves provocados pela doença o deixaram em estado de sofrimento que não era mais compatível com a vida. Os pais de Charlie lutaram pela sua vida a todo custo, porém a decisão deles ia contra o melhor interesse da criança, de tal forma que a intervenção do Estado permitiu a sua morte digna.

Em casos complexos envolvendo crianças e direitos fundamentais não há simplesmente uma solução aplicável a todos os casos, ou uma resposta que possa ser tida como uma verdade absoluta, especialmente quando envolver vida e dignidade. Cada caso precisa ser tratado de acordo com as suas especificidades, para chegar a uma decisão sobre qual é o caminho certo para que os melhores interesses da criança sejam atendidos, seja mediante decisão parental, quando for a mais adequada, seja por meio da intervenção estatal quando necessária, como aconteceu no desfecho do caso Charlie Gard, em que a decisão dos pais não ia ao encontro do melhor interesse de Charlie. Isso porque mantê-lo vivo a qualquer custo não era viável e feriria sua dignidade; o Estado precisou intervir para garantir



que o melhor interesse fosse atendido, pois é de extrema importância entendermos que a proteção ao direito à vida não é meramente a vida biológica, mas a vida digna, uma vez que não há que se falar em vida se não houver o mínimo de dignidade nela.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, R.; GARRAFA, V. Autonomia e indivíduos sem a capacidade para consentir: o caso dos menores de idade. *Revista Bioética*, Brasília, DF, v. 24, n. 3, p. 452-458, 2016.

ALEXY, R. *Tratado de los derechos fundamentales*. Tradução: Ernesto Garzón Vladés. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1993.

BARROSO, L. R. *Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

BRASIL. *Código Civil*. 46. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

BRASIL. *Constituição do Brasil*: declaração universal dos direitos do homem. Rio de Janeiro: Esplanada, 1997.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. *Código de Ética Médica*. Brasília, DF: CFM, 2010. Disponível em: <http://www.rcem.cfm.org.br/index.php/cem-actual>. Acesso em: 10 out. 2018.

DADALTO, L.; AFFONSECA, C. Considerações médicas, éticas e jurídicas sobre decisões de fim de vida em pacientes pediátricos. *Revista Bioética*, Brasília, DF, v. 26, n. 1, p. 12-21, jan./abr. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-80422018000100012&lang=pt. Acesso em: 2 set. 2018.

DIAS, M. B. *Manual de direito das famílias*. 11. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

DINIZ, M. H. *O Estado atual do Biodireito*. 9. ed. rev. aum. e atual. de acordo com o Código de Ética Médica. São Paulo: Saraiva, 2014.



FACHIN, L. E. **Comentários ao novo Código Civil**: v. 18 – do direito de família, do direito pessoal, das relações de parentesco. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

GONÇALVES, C. R. **Direito Civil Brasileiro**: direito de família. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

KANT, I. **A metafísica dos costumes**. Tradução: Edson Bini. São Paulo: EDIPRO, 2003.

LÔBO, P. **Famílias**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MENDES, G. F.; BRANCO, P. G. G. **Curso de Direito Constitucional**. 10. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2015.

MORAES, A. de. **Direito Constitucional**. 32. ed. rev. e atual. até a EC 91, de 18 de fevereiro de 2016. São Paulo: Atlas, 2016.

POLES, K.; BOUSSO, R. S. Morte digna da criança: análise de conceito. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 215-222, 2009. Disponível em: http://www.producao.usp.br/bitstream/handle/BDPI/3902/art_Po_Morte_digna_da_crianca_analise_de_conceito_2009.pdf?sequence=1. Acesso em: 10 set. 2018.

RECKZIEGEL, J. Cuidados paliativos e o direito à morte digna. **Revista Direito Público**, Porto Alegre, v. 13, n. 72, p. 91-114, 2016. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/2574/pdf>. Acesso em: 18 nov. 2018.

ROSENVALD, N. **A terminalidade da vida de um bebê**. 2017. Disponível em: <https://www.nelsonrosenvald.info/single-post/2017/07/04/A-terminalidade-da-vida-de-um-beb%C3%AA>. Acesso em: 20 maio 2018.

SARLET, I. W. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição de 1988**. 10. ed. rev., atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

SARLET, I. W.; MARINONI, L. G.; MITIDIERO, D. **Curso de direito constitucional**. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2016.



COMPARTILHAMENTO DE MÍDIAS COM CONTEÚDO SEXUAL SEM O CONSENTIMENTO DA VÍTIMA

Shélly Vila Nova Bastezini¹
Julivan Negrini²

RESUMO

O direito deve seguir as transformações cotidianas, e com o advento da internet e do *sexting* foi promulgada a Lei n. 13.718, de 24 de setembro de 2018, que, por meio do artigo 218-C, tipifica, entre outros, o compartilhamento de mídias íntimas sem o consentimento da vítima. Além disso, aborda a aplicação do artigo 216-C do Código Penal, que também incrimina a conduta de produzir conteúdo íntimo sem o consentimento dos envolvidos. Em paralelo, interpela a aplicação dos artigos 240 a 241-E do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Lei n. 8.069/1990), a respeito de práticas com conteúdo pornográfico envolvendo menores e possíveis aplicações de normas previstas na Lei Carolina Dieckmann (Lei n. 12.737/2012) e no Marco Civil da Internet (Lei n. 12.965/2014). A metodologia empregada foi a bibliográfica. Palavras-chave: *Sexting*. Compartilhamento de imagens íntimas. Lei n. 13.718/2018.

1 INTRODUÇÃO

A internet mudou a forma de as pessoas se relacionarem, uma vez que traz uma forma rápida, instantânea e efetiva de comunicação. De acordo com um estudo feito em 2018 pela Hootsuite, sistema norte-americano especializado na gestão de marcas, e pela We Are Social, rede de agência de *social media*, mais de 4 bilhões de pessoas estão conectadas à rede mundial de computadores, sendo que a estimativa da população global é de 7,6 bilhões de indivíduos. A pesquisa também apontou que as redes sociais são o serviço mais acessado.

No Brasil, conforme estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2017, 70,5% dos lares possuíam acesso à internet. Já a Pesquisa

¹ Graduanda do Curso de bacharelado em Direito da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; shelly.vilanovab@gmail.com

² Mestre em Direitos Fundamentais; Professor na Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; julivan.negrini@unoesc.edu.br



Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, feita pelo mesmo instituto em 2016, revelou que 90% dos usuários utiliza a internet para trocar mensagens.

Com a troca de mensagens, popularizou-se o *sexting*, junção da palavra *sex* (sexo) e *texting* (torpedo). A palavra tem origem inglesa e consiste no uso das redes sociais e de dispositivos móveis para produzir e compartilhar imagens de nudez e sexo. No Brasil a prática se popularizou como “mandar nudes”. A ação é lícita, todavia o compartilhamento das mídias sem o consentimento de quem a enviou é crime, conforme artigo 218-C do Código Penal. A redação se deu por meio da Lei n. 13.718, de 24 de setembro de 2018, sendo que a conduta antes era tipificada como injúria ou difamação, conforme o caso. Todavia, quando o compartilhamento é de sexo explícito e envolve menores, o Estatuto da Criança da Criança e do Adolescente (ECA) criminaliza a conduta por meio dos artigos 240 a 241-E da referida Lei.

Este artigo tem como objetivo dissertar sobre o compartilhamento de conteúdos de nudez ou de sexo, sem o consentimento dos envolvidos, na internet, o qual causa uma falsa sensação de anonimato nos usuários, que compartilham o material sem se preocupar com uma possível punição ou com as consequências de um clique na vida das vítimas.

2 O DIREITO DE IMAGEM E A VULGARIZAÇÃO DO NU

O direito de imagem está elencado no direito da personalidade do indivíduo, os quais são reconhecidos como características que nos distinguem como seres humanos e são concernentes à proteção, à integridade física e moral, conforme o Código Civil. Entre suas características, são intransmissíveis, irrenunciáveis, absolutos e imprescritíveis (MONTEIRO; FRANÇA PINTO, 2016).

Franciulli Netto (2014) definiu o direito de imagem como todas as formas de exteriorização do ser humano, tal qual seus traços de personalidade, partes do corpo, assim como sua representação por qualquer modo (desenho, escultura, pintura...). Essa prerrogativa está prevista na Constituição Federal, incisos V e X do artigo 5º, e no artigo 20 do Código Civil, o qual dispõe sobre a necessidade de autorização para o uso de imagem, salvo para situações de interesse público.



Com isso, o direito de imagem está intimamente ligado à dignidade do ser humano, que por meio dela é lembrada na sociedade. Assim, o indivíduo tem liberdade para decidir onde e como sua imagem estará.

Todavia, se ocorrer a violação do direito de imagem, a vítima poderá ser indenizada. Quando o conteúdo contiver cenas de estupro, sexo, nudez ou pornografia, o agente poderá ser punido criminalmente, uma vez que há mais reprovação social.

Conforme matéria do Jornal O Globo, o nu nem sempre foi censurado, como na Grécia Antiga, que é representado como o belo, a representação do corpo ideal, e as personificações femininas estavam ligadas às divindades. A censura da exibição do corpo veio na Idade Média (séculos V a XV) com o catolicismo (REPRESENTAÇÃO..., 2015).

De acordo com a reportagem, após o Renascimento, no século XV, a representação do corpo volta a ser difundida, mas voltada à representação da mulher. Já com métodos mais modernos, como a fotografia, deixou a reprodução das imagens mais rápida e fácil, e o grande público teve acesso à pornografia por meio de periódicos. Todavia, a nudez ainda é sinônimo de vergonha, a qual censura a vítima na sociedade (REPRESENTAÇÃO..., 2015).

Com a facilidade de compartilhar mídias por meio da internet, cada vez é mais frequente o “vazamento de nudes”, ou seja, a difusão de imagem sem o consentimento da vítima que está parcial ou totalmente nua na rede mundial de computadores. A prática causa escândalos e, até mesmo, foi motivo de suicídio de algumas vítimas. Desse modo, com a crítica social do ato, tornou-se matéria de direito penal.

2.1 DIVULGAÇÃO DE CENA DE ESTUPRO OU DE CENA DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL, DE CENA DE SEXO OU DE PORNOGRAFIA

O artigo 218-C da Lei n. 13.718, de 24 de setembro de 2018, trouxe a seguinte redação:

Divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia



Art. 218-C. Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, vender ou expor à venda, distribuir, publicar ou divulgar, por qualquer meio - inclusive por meio de comunicação de massa ou sistema de informática ou telemática -, fotografia, vídeo ou outro registro audiovisual que contenha cena de estupro ou de estupro de vulnerável ou que faça apologia ou induza a sua prática, ou, sem o consentimento da vítima, cena de sexo, nudez ou pornografia:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, se o fato não constitui crime mais grave.

Aumento de pena

§ 1º A pena é aumentada de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços) se o crime é praticado por agente que mantém ou tenha mantido relação íntima de afeto com a vítima ou com o fim de vingança ou humilhação.

Exclusão de ilicitude

§ 2º Não há crime quando o agente pratica as condutas descritas no caput deste artigo em publicação de natureza jornalística, científica, cultural ou acadêmica com a adoção de recurso que impossibilite a identificação da vítima, ressalvada sua prévia autorização, caso seja maior de 18 (dezoito) anos. (BRASIL, 2018).

O artigo foi inserido no capítulo II do Código Penal, e, por força do artigo 225 do mesmo regulamento, trata-se de ação pública incondicionada. No artigo 218-C, há diversas condutas que poderão incriminar o agente, desde que não haja o consentimento da vítima. “Oferecer” está posto no sentido de exibir, fazer a exposição, já “trocar” faz menção entre dar e receber reciprocamente ou trocar por outra coisa. A conduta de transmitir pode ser empregada no sentido de comunicar e noticiar, ao contraponto que “vender” é entregar a outrem mediante remuneração, e “expor à venda” é deter à vista dos consumidores.

As condutas de publicar e divulgar estão empregadas para caracterizar o compartilhamento de cena de sexo, nudez ou pornografia na internet, conforme o artigo, “inclusive por meio de comunicação de massa ou sistema de informática ou telemática.” (Art. 218-C/CP) (BRASIL, 1940). Publicar está relacionado a levar a conhecimento do público, como em publicações abertas no Facebook, Twittter, entre outros, já o divulgar pode ser empregado na prática de compartilhar em grupos ou em conversas particulares, como no WhatsApp. Deve ser sem o consentimento da vítima, sendo que quando ela envia de livre vontade para o agente, estabelece um



contrato de confiança entre os dois, como reforçou a juíza Ana Graziela Vaz de Campos Alves Corrêa, titular da 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar de Cuiabá em uma matéria publicada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 3 de julho de 2018.

Antes da vigência da Lei n. 13.718/2018 a prática era tipificada como calúnia (art. 138/CP) ou difamação (art. 139/CP), as quais eram precedidas mediante queixa. As condenações, conforme matéria divulgada pelo CNJ, variavam entre 75 mil a 100 mil reais. A mesma reportagem teve a declaração de Rose Leonel, de 47 anos, na qual a vítima relata que teve conteúdo pornográfico compartilhado por um ex-namorado sem seu consentimento e afirma que foi demitida do seu emprego e seu filho foi morar com o pai no exterior, em virtude de humilhações decorrentes do material. Assim, demonstra-se a culpabilidade do ato, uma vez que acarreta diversas consequências para a vida da vítima causada pela censura social de conteúdos de nudez e pornografia.

A vítima deve registrar um boletim de ocorrência para que o procedimento criminal seja instaurado. Caso tenha sido difundido anonimamente, a autoridade policial poderá reconhecer o autor por meio do endereço IP (Internet Protocol), o qual é disponibilizado pelo provedor de internet.

O aumento de pena previsto no § 1º do artigo 218-C ocorre quando a vítima tinha uma relação íntima de afeto com o agente, trazendo a reprovabilidade da conduta em virtude da confiança e da intimidade dos envolvidos, ou quando ocorre o *revenge porn*, podendo ser traduzido como pornografia da vingança. Nesse caso, deve ter o dolo específico de se vingar da vítima ou humilhá-la, querendo rebaixar moralmente ou querendo lhe causar um prejuízo. Vários casos reúnem os dois tipos, no qual o ex-companheiro da vítima divulga fotos ou vídeos íntimos da vítima após o término da relação, sendo nesse caso cabíveis também medidas protetivas de urgência, trazidas na Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/06).

A exclusão de ilicitude do § 2º do artigo anteriormente citado ressalta a possibilidade de repercussão jornalística, científica, cultural ou acadêmica dos conteúdos que tenham como conteúdo cena de estupro, estupro de vulnerável, sexo, nudez ou pornografia, desde que a vítima não possa ser identificada, tenha mais de 18 anos e haja a autorização dela. A importância da repercussão está



atrelada à divulgação da punibilidade do agente, com o intuito de diminuir o caso e desmentir a falsa sensação de anonimato.

O artigo 218-C também prevê a incriminação de quem realizar as condutas do caput com conteúdo de estupro ou estupro de vulnerável, uma vez que são crimes hediondos. Em 2016 um vídeo de estupro coletivo cometido por mais de 30 homens contra uma adolescente no Rio de Janeiro foi amplamente compartilhado por meio de redes sociais, o que trouxe ainda mais constrangimento para a menor, conforme portal de notícias G1 mantida pelo grupo Globo (POLÍCIA..., 2016).

A prática do tipo penal pode ser denunciada na SaferNet, uma associação civil de direito privado sem fins lucrativos que foi criada para desenvolver pesquisas e projetos sociais para combater crimes na internet. Há também uma Organização Não Governamental (ONG), *Maria da Internet* (<http://www.mariasdainternet.com.br/>), que dispõe orientação jurídica e psicológica para vítimas de disseminação sem consentimento de material íntimo.

A Lei n. 13.718/2018 também inseriu o artigo 216-B no Código Penal, o qual prevê:

Registro não autorizado da intimidade sexual

Art. 216-B. Produzir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, conteúdo com cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo e privado sem autorização dos participantes:

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e multa.

Parágrafo único. Na mesma pena incorre quem realiza montagem em fotografia, vídeo, áudio ou qualquer outro registro com o fim de incluir pessoa em cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo [...] (BRASIL, 2018).

Logo, também se incrimina quando o conteúdo de caráter íntimo é produzido, fotografado, filmado ou registrado sem autorização dos participantes ou quando ocorre uma montagem com alguém, assim, sendo a cena ou áudio real ou não. Se, além disso, ocorrerem as condutas previstas no artigo 218-C do mesmo regulamento, poderá haver concurso de crimes.



2.2 CENA DE SEXO EXPLÍCITO OU CENA PORNOGRÁFICA ENVOLVENDO CRIANÇA OU ADOLESCENTE

O Estatuto da Criança e Adolescente, Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre cenas de sexo explícito ou pornografia envolvendo crianças (até 12 anos) ou adolescentes (de 12 a 18 anos). Os dispositivos compreendem do artigo 240 a 241-E, os quais foram modificados e inseridos pela Lei n. 11.829, de 25 de novembro de 2008, promulgada pelo Presidente da República no III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, realizado no Rio de Janeiro, RJ, promovido pela Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

Conforme Maciel (2015) conceitua, “por cena pornográfica entenda-se aquela que tenha cunho libidinoso, voltada à satisfação da lascívia, ainda que não diga respeito propriamente à conjunção carnal, anal ou oral”, em conformidade com o artigo 241-E do ECA, o qual também define sexo explícito como aquele em que houver conjunção carnal e também incrimina cenas que tenham “exibição dos órgãos genitais de uma criança ou adolescente para fins primordialmente sexuais”, sejam reais, sejam simuladas.

O artigo 241-A do ECA tipifica a conduta do compartilhar, por qualquer meio, sexo explícito ou pornografia envolvendo criança ou adolescente, além de também incriminar as condutas de “oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar”, tendo pena de 3 a 6 anos de reclusão e multa. Pelo mesmo dispositivo, incisos I e II, responsabiliza também quem assegura os meios ou serviços para armazenar ou para acessar tal conteúdo, punidos quando não desabilitam o conteúdo depois de notificados, conforme o § 2º. Maciel (2015) relata que é um tipo misto alternativo, logo a prática de mais de uma modalidade não implica concurso de crime, e que a consumação do crime depende do meio em que o material foi difundido (impresso ou pela internet, por exemplo), mas deve chegar ao conhecimento de terceiros, uma vez que exige a veiculação.

Já o artigo 240 pune, pelo caput, quem “produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar” ou, pelo § 1º, “agencia, facilita, recruta, coage, ou de qualquer modo intermedeia a participação de criança ou adolescente” em cenas de



sexo explícito ou pornografia envolvendo crianças e adolescentes, sendo um fato anterior do referido artigo, como, por exemplo, a mãe que produz o material. Se houver a simulação ou montagem do conteúdo, o responsável também será punido, conforme artigo 241-C (MACIEL, 2015).

O artigo 241 tipifica a conduta de “vender ou expor à venda” registros que tenham cenas de sexo explícito ou pornografia envolvendo crianças e adolescentes, assim como quem “adquirir, possuir ou armazenar” o material, seja por qualquer meio, conforme artigo 241-B do ECA (BARROS, 2015, p. 357-360).

A Seção V-A do ECA, incluída pela Lei n. 13.441 de 2017, dispõe sobre a investigação de crimes contra a dignidade sexual da criança e do adolescente e define que deverá haver autorização judicial, a qual ocorrerá mediante requerimento do Ministério Público ou de representação do delegado de polícia. As informações deverão ser encaminhadas para o juiz, o qual zelará pelo sigilo das investigações.

Na infância e na adolescência é quando formamos nossa identidade, sendo que, segundo Costa (2000), a família e os grupos cotidianos interferem no contexto dessa formação, assim como a sociedade como um todo. Se nesse processo houver rótulos negativos, será prejudicial ao indivíduo, afetando sua autoimagem e sua autoestima (ERICKSON apud ALVES, 2008, p. 28-30). Com o medo de julgamentos depois de ter fotos seminuas compartilhadas no Twitter e no Facebook pelo ex-namorado, uma adolescente de 16 anos na Cidade de Veranópolis, RS, em 2013, se suicidou. Assim como, no mesmo ano, Júlia Rebeca de 17 anos, em Parnaíba, PI, também se suicidou após um vídeo de sexo seu com mais uma garota e um rapaz ser compartilhados em redes sociais. Com esses acontecimentos, é possível mensurar a culpabilidade do artigo 241-A, o qual tem uma pena maior do que a do artigo 218-C do Código Penal.

2.3 LEI CAROLINA DIECKMANN E MARCO CIVIL DA INTERNET

A Lei n. 12.737, de 30 de novembro de 2012, que dispõe sobre delitos informáticos, é popularmente conhecida como Lei Carolina Dieckmann, uma vez que foi criada após a atriz ter 36 fotos suas publicadas na internet, em 2012, entre elas fotografias em que aparece nua, conforme portal de notícias G1. Ainda conforme



a matéria, a vítima recebeu um spam de rede e, por meio dele, os autores tiveram acesso ao e-mail da vítima sem seu conhecimento (SUSPEITOS..., 2012).

Com a referida Lei, foram acrescentados ao Código Penal os artigos 154-A e 154-B. O artigo 154-A traz a punição a quem invade um dispositivo informático alheio com o fim de obter, adulterar ou destruir dados ou informações sem informação do titular. Conforme Greco (2017, p. 764-769), os dispositivos informáticos são todos aqueles capazes de receber dados e transmitir, como computadores e tablets, e para haver o delito deve haver violação indevida do mecanismo de segurança, sendo que quem o faz recebe o nome de hacker.

Assim, se as fotos, vídeos ou áudios que tenham conteúdo íntimo, sexual ou pornográfico da vítima forem resultado de uma invasão de seu dispositivo informático, haverá concurso de crimes, com o artigo 218-C do Código Penal ou 241 do ECA, conforme o caso, uma vez que essa prática também é ilegal. A Lei Carolina Dieckmann veio para trazer mais segurança aos dados pessoais que inserimos na rede mundial de computadores (GRECO, 2017, p. 161-162).

Outra medida tomada para aumentar a segurança na rede mundial de computadores foi a Lei n. 12.965, de 23 de abril de 2014, conhecida como Marco Civil da Internet. A respeito dos conteúdos de cunho íntimo, sexual ou pornográfico, o artigo 21 da referida norma dispõe que:

Art. 21. O provedor de aplicações de internet que disponibilize conteúdo gerado por terceiros será responsabilizado subsidiariamente pela violação da intimidade decorrente da divulgação, sem autorização de seus participantes, de imagens, de vídeos ou de outros materiais contendo cenas de nudez ou de atos sexuais de caráter privado quando, após o recebimento de notificação pelo participante ou seu representante legal, deixar de promover, de forma diligente, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço, a indisponibilização desse conteúdo.

Parágrafo único. A notificação prevista no caput deverá conter, sob pena de nulidade, elementos que permitam a identificação específica do material apontado como violador da intimidade do participante e a verificação da legitimidade para apresentação do pedido. (BRASIL, 2014).



Conforme Pereira Gonçalves (2017, p. 104-106), o artigo 20 do Marco Civil da Internet dispõe que a retirada de conteúdo é possível apenas com ordem judicial. Todavia o artigo 21 impõe uma exceção caso tenha conteúdo pornográfico, uma vez que diz que “deverá”, ficando sob a pena de ser responsabilizado pela divulgação. Dessa forma, antes da notificação o provedor não será responsável pelo conteúdo, e, conforme o parágrafo único, a solicitação deverá conter especificação do endereço que contém as imagens violadoras, além de justificar seu interesse na retirada do material, provando que está envolvido. Todavia, o autor critica tal medida, defendendo que o “ente não tem como função a atividade jurisdicional”, salientando a dificuldade de sites que tenham como conteúdo a pornografia, uma vez que recebem diversas denúncias.

O Marco Civil da Internet também dispõe que o provedor é responsável por armazenar registros de conexão e de acesso, como local, data, hora e dados pessoais, conforme o seu artigo 11. E, conforme artigo 10 da referida legislação, tais dados deverão ser disponibilizados mediante ordem judicial. Assim, se alguém postar algum conteúdo anonimamente, poderá ser rastreado e penalizado da mesma forma. Todavia, conforme a I Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Crimes Cibernéticos, feita em 2015, delegados federais apontaram morosidade no fornecimento de dados, sendo que algumas empresas resistem no fornecimento e há demora em obter as respostas, fatores que atrapalham as investigações.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso da internet é fundamental atualmente, e todos os crimes que nela acontecem devem ser punidos. Nota-se que as legislações são relativamente novas, porém devem ser difundidas para que acabe o sentimento de impunidade na rede mundial de computadores.

Denota-se também que a devida identificação do usuário é um processo burocrático e que demanda outros tipos de tecnologia, pelos quais muitas vezes a polícia não os detém e não há um treinamento específico para realizar a varredura. Assim, além de sancionar leis para proteção e tipificar delitos, o governo também deve se preocupar com investimento nas investigações e criar mecanismos para que



a polícia tenha acesso aos dados mediante a solicitação do delegado, trazendo mais agilidade ao procedimento.

O compartilhamento de um conteúdo atinge um número elevado de pessoas em poucos segundos e, com a censura do conteúdo sexual, pode trazer danos irreversíveis para a vítima, a qual terá sua imagem perante a sociedade marcada pelo conteúdo. O *sexting* continuará acontecendo, de forma que não se pode e nem se deve proibi-lo. Todavia a proteção de quem tem sua sexualidade revelada deve ser efetiva ao contraponto que a punibilidade dos agentes também deve ser mais noticiada.

Infelizmente, ainda, a culpa do vazamento de conteúdos íntimos recai sobre a vítima. Sendo uma construção social, não há um caminho específico e claro para proteger e não incriminar quem sofreu a violação, mas é importante ser construída uma nova visão sobre o assunto, apontando que todos podem ser vítimas, seja de um conteúdo real, seja fictício, e que as consequências da falta de apoio podem acabar com vidas, como o caso das jovens que se suicidaram.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. M. **A construção da identidade do adolescente e a influência dos rótulos na mesma**. 2008. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Psicologia) – UNESC, Criciúma, 2008. Disponível em: <http://newpsi.bvs-psi.org.br/tcc/GabrielaMacileAlves.pdf?fbclid=IwAR3wLeB7YaAy49aLjtpGArkQrQeoZy-n9fMZI0yTPXV5wboOmw2Y1mY-gDQ>. Acesso em: 24 jan. 2018.

BANDEIRA, R. Justiça enquadra autores de exposição íntima na web na Lei Maria da Penha. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/87097-justica-enquadra-autores-de-exposicao-intima-na-web-na-lei-maria-da-penha>. Acesso em: 20 jan. 2019.

BARROS, L. de M. G. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 3. ed. atual. Salvador: Editora JusPodivm, 2015.

BORGES, D. V. L. de M. B. Direito à imagem. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI4883,11049-Direito+a+imagem>. Acesso em: 20 jan. 2019.



BRASIL. Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Brasília, DF, dez. 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De12848compilado.htm. Acesso em: 21 jan. 2019.

BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Código Civil. Brasília, DF, jan. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm. Acesso em: 20 jan. 2019.

BRASIL. Lei n. 12.737, de 30 de novembro de 2012. Brasília, DF, nov. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12737.htm. Acesso em: 23 jan. 2019.

BRASIL. Lei n. 23, de abril de 2014. Marco Civil da Internet. Brasília, DF, abr. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 23 jan. 2019.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF, jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em: 21 jan. 2019.

BRASIL. Lei n. 13.718, de 24 de setembro de 2018. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, [...] e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais). Brasília, DF, 24 set. 2018.

CANUTO, L. C. **CPI constata dificuldade em rastrear e punir crimes de internet**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/SEGURANCA/494363-CPI-CONSTATA-DIFICULDADE-EM-RASTREAR-E-PUNIR-CRIMES-DE-INTERNET.html>. Acesso em: 29 jan. 2019.

DICIONÁRIO MICHAELIS. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/>. Acesso em: 21 jan. 2019.

III Congresso mundial de enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/pt/activities_13277.html. Acesso em: 22 jan. 2019.



MACIEL, K. R. F. L. A. **Curso de direito da criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos**. 8. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2015.

MANDAR nudes é crime? Disponível em: <https://iphotochannel.com.br/colunistas-de-fotografia/mandar-nudes-e-crime>. Acesso em: 19 jan. 2019.

MONTEIRO, W. de B. M.; FRANÇA PINTO, A. C. de B. M=. **Direito Civil: Parte Geral**. 45. ed. São Paulo: Saraiva 2016.

PEREIRA GONÇALVES, Victor Hugo. **Marco civil da internet comentado**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

POLÍCIA identifica um dos suspeitos de participar de estupro coletivo no Rio. **Globo.com**, 27 maio 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/policia-identifica-um-dos-suspeitos-de-participar-de-estupro-coletivo-no-rio.html>. Acesso em: 23 jan. 2019.

QUEM SOMOS. Disponível em: <https://www.safernet.org.br/site/institucional>. Acesso em: 21 jan. 2019.

REPRESENTAÇÃO do nu já passou por várias fases e vive uma nova. **O Globo**, 17 out. 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/historia/representacao-do-nu-ja-passou-por-varias-fases-vive-uma-nova-17801997>. Acesso em: 20 jan. 2019.

SEXTING é uma expressão da sexualidade na adolescência. Disponível em: <https://new.safernet.org.br/content/sexting-%C3%A9-uma-express%C3%A3o-da-sexualidade-na-adolesc%C3%Aancia#mobile>. Acesso em: 19 jan. 2019.

SUSPEITOS de roubo das fotos de Carolina Dieckmann são descobertos. **Globo.com**, 15 maio 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2012/05/suspeitos-do-roubo-das-fotos-de-carolina-dieckmann-sao-descobertos.html>. Acesso em: 23 jan. 2019.

WE ARE social, maior agência especializada em social media do mundo une-se à Bluefocus. Disponível em: <http://www.temposemovimentos.com.br/noticia/we-are-social-maior-agencia-especializada-em-social-media-do-mundo-une-se-a-bluefocus-3399>. Acesso em: 21 jan. 2019.



PROIBIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO NO ESPAÇO CIBERNÉTICO: MEDIDA CABÍVEL ANTE A COLISÃO ENTRE O DIREITO FUNDAMENTAL À LIBERDADE DE EXPRESSÃO E A INVIOLABILIDADE DA HONRA E IMAGEM?

Jeferson Osvaldo Vieira¹

RESUMO

O escopo deste artigo é examinar o âmbito de incidência do direito fundamental à liberdade de expressão e verificar se estão estabelecidos limites ao seu exercício, no plano constitucional interno e no âmbito das convenções internacionais. Apresentar as principais teorias que abordam as restrições a direitos fundamentais e debater como se deve resolver sua colisão com o preceito constitucional que assegura a inviolabilidade da honra e da imagem da pessoa. Discutir em que consiste a censura, enquanto prática constitucionalmente vedada, e se ela impede de forma absoluta qualquer embaraço à liberdade de expressão. Por fim, perquirir se, à luz da teoria dos princípios de Robert Alexy e mediante o emprego da regra da proporcionalidade, é possível restringir temporariamente a manifestação no espaço cibernético de alguém que esteja reiteradamente promovendo ataques à honra e à imagem de outrem.

Palavras-chave: Liberdade de expressão. Restrição. Inviolabilidade da honra e imagem.

1 INTRODUÇÃO

O direito à liberdade de expressão ou livre manifestação do pensamento é da essência de qualquer regime democrático; é invariavelmente uma das primeiras premissas que vêm à mente quando se busca uma definição para o termo democracia. A história demonstra que os regimes totalitários sempre tiveram como uma de suas pilastras de sustentação a restrição dessa liberdade, pois toda mobilização

¹ Mestrando e membro do grupo de pesquisa em Direitos Fundamentais Civis do Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade do Oeste de Santa Catarina; Docente no Curso de graduação em Direito da Universidade do Oeste de Santa Catarina; Magistrado do Tribunal de Justiça de Santa Catarina; jefejuiz@yahoo.com.br



de resistência popular depende sobremaneira da divulgação de críticas a ações abusivas e da conscientização coletiva acerca da necessidade de seu enfrentamento, o que não se alcança sem a difusão de ideias. Bem por isso que geralmente desperta sobressalto e aversão a pronúncia de qualquer argumento que cogite a restrição desse direito. Censura é o vocábulo que logo se interpõe com matiz pejorativo.

É axioma, por outro lado, que na sociedade informacional em que vivemos hoje há uma maximização do alcance de qualquer manifestação do pensamento, bastando que seja feita por meio da rede mundial de computadores. Qualquer articulado lançado em um blog pessoal ou postagem realizada em rede social podem instantaneamente ser lidos por milhões de pessoas, e geralmente a amplitude da repercussão aumenta na proporção de quão polêmico é o conteúdo.

A imediatização das comunicações despertou outro fenômeno bastante típico da era atual, as *fake news*, cuja propagação desenfreada é impulsionada pelo sentimento de urgência em repassar o conteúdo bombástico, independentemente da certificação de sua veracidade, já que isso demandaria tempo e algum esforço.

Não se pode olvidar, porém, que os benefícios que a cibercultura propiciou à humanidade podem também trazer resultados devastadores à vida das pessoas, bastando que haja o mau uso ou uso abusivo do direito de manifestação do pensamento por pessoas imbuídas de sentimentos menos nobres ou interesses inconfessáveis.

Partindo da premissa de que nenhum direito fundamental tem caráter absoluto e de que a proteção da honra e da imagem das pessoas constitui preceito de envergadura constitucional, a exigir a adoção de técnicas efetivas para sua salvaguarda, este artigo buscou discutir se é possível restringir previamente, e em que condições, o direito de manifestação no espaço cibernético de alguém que esteja reiteradamente promovendo lesões a esses direitos da personalidade de outrem.

Nesse mister, será abordada a dogmática pertinente aos direitos fundamentais enfocados e será examinada a legitimidade da medida sob o prisma da teoria dos princípios desenvolvida por Robert Alexy e sua proposta para equacionamento da colisão de direitos fundamentais.



2 O STATUS JURÍDICO DO DIREITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Conforme percutiente abordagem de Farias (2004), o direito de expressão remonta à cultura grega, marcada pelo regozijo dos filósofos atenienses com relação à ampla liberdade de seu exercício. Mas foi em período histórico relativamente recente que esse direito ganhou os contornos que ostenta atualmente. A Inglaterra foi palco de disputas ao longo do século XVII pela sua afirmação, até que em 1695 o Parlamento revogou ato anterior que previa a censura prévia como regra. A enunciação mais expressa, no entanto, coube às Revoluções Americana e Francesa. Nos Estados Unidos da América, o *Virginia Bill of Rights* de 1776 apregou que “a liberdade de imprensa é um dos grandes baluartes da liberdade e jamais poderá ser restringida, senão por um governo despótico”, seguindo-se à até hoje invocada Primeira Emenda à Constituição, de 1791, que vedou ao congresso legislar no sentido de restringir a “liberdade de palavra e de imprensa.” (FARIAS, 2004). Na mesma vertente, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão emanada da Revolução Francesa preconizou, em 1789, que “a livre manifestação do pensamento e das opiniões é um dos direitos mais preciosos do homem.” (FARIAS, 2004).

No pós-guerra, esse direito passou a ser consagrado em diversos tratados internacionais, nomeadamente na Declaração Universal dos Direitos Humanos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948), que dispõe em seu artigo 19 que: “Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.”

O Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, aprovado por assembleia geral da ONU em 1966, do qual o Brasil é signatário, assegurou que

Toda pessoa terá direito à liberdade de expressão; esse direito incluirá a liberdade de procurar, receber e difundir informações e ideias de qualquer natureza, independentemente de considerações de fronteiras, verbalmente ou por escrito, em forma impressa ou artística, ou por qualquer outro meio de sua escolha. (art. 19). (BRASIL, 1992a).



A Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica – OEA, 1969), incorporada ao direito interno pelo Decreto n. 678/1992, ao seu turno, estatui que

Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento e de expressão. Esse direito compreende a liberdade de buscar, receber e difundir informações e ideias de toda natureza, sem consideração de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa ou artística, ou por qualquer outro processo de sua escolha. (art. 13). (BRASIL, 1992b).

A conformação que o direito de expressão recebe nesses diversos catálogos internacionais lhe inscreve inexoravelmente no rol dos **direitos humanos**, categoria conceituada por Pérez-Luño como *“un conjunto de facultades e instituciones que, en cada momento histórico, concretan las exigencias de la dignidad, la libertad y la igualdad humanas, las cuales deben ser reconocidas positivamente por los ordenamientos jurídicos a nivel nacional e internacional.”* (PÉREZ-LUÑO, 1986, p. 50).

Não obstante a polêmica que gravita em torno da distinção entre direitos humanos e direitos fundamentais, tem prevalecido no âmbito doutrinário a concepção de que os direitos fundamentais são aqueles reconhecidos no âmbito interno de um Estado, em contraposição ao termo “direitos humanos”, atribuído aos direitos de caráter universal e preconizados em documentos internacionais, como se nota na diferenciação feita por Sarlet (2016, p. 301):

De acordo com o critério aqui adotado, o termo “direitos fundamentais” se aplica àqueles direitos (em geral atribuídos à pessoa humana) reconhecidos e positivados na esfera do direito constitucional positivo de determinado Estado, ao passo que a expressão “direitos humanos” guarda relação com os documentos de direito internacional, por referir-se àquelas posições jurídicas que se reconhecem ao ser humano como tal, independentemente de sua vinculação com determinada ordem constitucional, e que, portanto, aspiram à validade universal, para todos os povos e em todos os lugares, de tal sorte que revelam um caráter supranacional (internacional e universal).

De fato, é amplamente aceita a ideia de que os direitos fundamentais têm como nota distintiva a positivação no âmbito interno de um Estado, o que é



endossado pela doutrina de Canotilho (2003, p. 393, grifo nosso), como se nota da diferenciação que faz deles em relação aos direitos humanos:

As expressões “direitos do homem” e “direitos fundamentais” são frequentemente utilizadas como sinónimas. Segundo a sua origem e significado poderíamos distingui-las da seguinte maneira: **direitos do homem** são direitos válidos para todos os povos e em todos os tempos (dimensão jusnaturalista-universalista); **direitos fundamentais** são os direitos do homem, jurídico-institucionalmente garantidos e limitados espacio-temporalmente. Os direitos do homem arrancariam da própria natureza humana e daí o seu caráter inviolável, intemporal e universal; os direitos fundamentais seriam os direitos objetivamente vigentes numa ordem jurídica concreta.

Com essa orientação concorda Bernardo Gonçalves Fernandes, que também aduz uma diferenciação entre “direitos do homem” e “direitos humanos”:

Porém, certo é que, na doutrina à qual nos filiamos, a leitura mais **recorrente** e **atual** sobre o tema, é aquela que afirma que os “**direitos fundamentais**” e os “**direitos humanos**” se separariam apenas **pelo plano de sua positivação**, sendo, portanto, normas jurídicas exigíveis, os primeiros no **plano interno** do Estado, e os segundos no **plano do Direito Internacional**, e, por isso, positivados nos instrumentos de normatividade internacionais como os Tratados e Convenções Internacionais, por exemplo. Com isso, adotamos aqui (ainda que para *fins didáticos*) o posicionamento de que teríamos os “**direitos do homem**” (no sentido de direitos naturais, não positivados ou ainda não positivados); os “**direitos humanos**” (reconhecidos e positivados na esfera do direito internacional); e os “**direitos fundamentais**” (direitos positivados e protegidos pelo direito constitucional interno de cada Estado). (FERNANDES, 2016, p. 317, grifo nosso).

Em sintonia com essa evolução histórica dos direitos humanos, desde sua emancipação política, o Brasil tem, em alguma medida, buscado reconhecer em seu espaço de soberania o direito à liberdade de expressão. Conforme assinala Sarlet (2016), todas as Constituições, desde a outorgada no período imperial, expressaram a existência dessa prerrogativa, traçando-lhe restrições, ora mais, ora menos acentuadas, em correlação à inspiração mais ou menos libertária de cada governo, tal qual ocorreu com a Emenda n. 1/69, que a despeito de prever que a publicação



de livros, jornais e periódicos não dependia de licença da autoridade, ressaltou a proibição de propaganda para “subversão da ordem” e “publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes” (art. 153, § 8º), abrindo azo à política de Estado que representava, em verdade, a própria negação daquele direito.

Chegada a redemocratização do País, como não poderia deixar de ser, a República Federativa do Brasil, que se autoproclama um Estado Democrático de Direito, instituiu a liberdade de expressão no seu elenco de direitos fundamentais, na medida em que o demarcou na Carta Constitucional em diversos momentos. No catálogo de direito e garantias individuais, está consignado que “é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato” (art. 5º, inciso IV), bem como que “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.” (art. 5º, inciso IX). No capítulo dedicado à comunicação social, a Constituição Federal reforçou aqueles preceitos, ao estabelecer que “a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição” (art. 220, caput), e que “é vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.” (art. 220, § 2º) (BRASIL, 1988).

Nota-se que a Carta Política brasileira adota denominações diversas nos preceitos em que garante essa posição jusfundamental. Não há consenso doutrinário no que tange à terminologia mais adequada. Sarlet (2016) utiliza o termo “liberdade de expressão”, enquanto Farias (2004) prefere a locução “liberdade de expressão e comunicação”, justificando que sinaliza a abrangência das liberdades de imprensa e informação. Marmelstein (2016), embora sem justificar a opção, organiza suas ideias a propósito do tema no tópico epigrafiado “liberdade de expressão”, o que também sucede na obra de Mendes e Branco (2016). Ante o tema central deste articulado, que é discutir a legitimidade de restrição à manifestação de pessoa determinada no espaço cibernético, reputa-se suficiente e didático o emprego do termo “liberdade de expressão” para referir essa posição jusfundamental.

Não há dúvidas, porém, que a liberdade de expressão implica não só a divulgação de ideias, mas também a comunicação “não verbal”, como a realizada por meio de comportamento, música, imagem, etc. (MENDES; BRANCO, 2016), ou,



como preferem Rothenburg e Stroppa (2015, p. 3), “compreende a possibilidade de exteriorização de crenças, convicções, ideias, ideologias, opiniões, sentimentos e emoções, pelas mais diversificadas plataformas informativas hoje existentes.”

3 RESTRIÇÕES A DIREITOS FUNDAMENTAIS – AS TEORIAS INTERNA E EXTERNA

Nenhum direito fundamental é absoluto! Essa premissa se afigura inquestionável nos dias de hoje ante a necessidade de compatibilização entre as posições jusfundamentais, que frequentemente colocam em rota de colisão os interesses de pessoas diversas, que devem ser harmonizados. Essa noção remonta à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, que assinalou em seu artigo 4º que “a liberdade consiste em poder fazer tudo aquilo que não prejudique outrem: assim, o exercício dos direitos naturais de cada homem não tem por limites senão os que asseguram aos outros membros da sociedade o gozo dos mesmos direitos.” (FRANÇA, 1789).

Esse entendimento é amplamente consagrado na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o que pode ser percebido do julgamento proferido no Mandado de Segurança n. 23.452-1/RJ, Rel. Min. Celso de Mello, quando integrou sua ementa:

OS DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS NÃO TÊM CARÁTER ABSOLUTO

Não há, no sistema constitucional brasileiro, direitos ou garantias que se revistam de **caráter absoluto**, mesmo porque razões de **relevante** interesse público ou exigências derivadas do princípio de convivência das liberdades **legitimam**, ainda que **excepcionalmente**, a adoção, por parte dos órgãos estatais, de medidas restritivas das prerrogativas individuais ou coletivas, **desde que respeitados os termos estabelecidos pela própria Constituição**.

O estatuto constitucional das liberdades públicas, ao delinear o regime jurídico a que estas estão sujeitas – e considerado o **substrato ético** que as informa – **permite** que sobre elas **incidam** limitações de ordem jurídica, **destinadas**, de um lado, a **proteger** a integridade do interesse social e, de outro, a **assegurar** a coexistência harmoniosa das liberdades, pois **nenhum** direito ou garantia pode ser exercido **em detrimento**

da ordem pública ou **com desrespeito** aos direitos e garantias de terceiros. (BRASIL, 1999, grifo do autor).

No plano dogmático, duas principais teorias disputam a preferência de marco teórico para orientar como devem se operar as restrições a direitos fundamentais – as denominadas teoria interna e externa. Ambas trabalham com a classificação das normas em regras e princípios, teoria muito difundida atualmente e que tem em Robert Alexy um de seus expoentes. Segundo o jurista alemão:

O ponto decisivo na distinção entre regras e princípios é que princípios são normas que ordenam que algo seja realizado na maior medida possível dentro das possibilidades jurídicas e fáticas existentes. Princípios são, por conseguinte, mandamentos de otimização, que são caracterizados por poderem ser satisfeitos em graus variados e pelo fato de que a medida devida de sua satisfação não depende somente das possibilidades fáticas, mas também das possibilidades jurídicas. O âmbito das possibilidades jurídicas é determinado pelos princípios e regras colidentes.

Já as regras são normas que são sempre ou satisfeitas ou não satisfeitas. Se uma regra vale, então, deve se fazer exatamente aquilo que ela exige; nem mais, nem menos. Regras contêm, portanto, determinações no âmbito daquilo que é fática e juridicamente possível. Isso significa que a distinção entre regras e princípios é uma distinção qualitativa, e não uma distinção de grau. Toda norma é ou uma regra ou um princípio. (ALEXY, 2012, p. 90).

Importa chamar a atenção ao fato de que o termo “princípio”, no prisma dessa teoria, não tem a conotação que muito corriqueiramente lhe atribui a doutrina de teoria geral do direito, que o qualifica como preceito de maior abstração ou de maior importância que a lei posta, que é estrutural do ordenamento jurídico ou que lhe serve de guia interpretativo. A teoria dos princípios desenvolvida por Robert Alexy, conforme explicam Dantas e Dantas (2013), toma por base a classificação do filósofo americano Ronald Dworkin de princípios e regras como espécies do gênero norma, levada por um critério “lógico-qualitativo” e axiologicamente neutra. Afaste-se, pois, a ideia de que princípio é algo superior à regra.

Silva (2014) explica que para a **teoria interna**, o âmbito de incidência de cada direito é definido intrinsecamente, independentemente do exame de



colidência com outros direitos. Cada direito traz consigo seus **limites imanes**, definidos explícita ou implicitamente na própria Constituição, e tem sempre a estrutura de **regra**, de modo que deve ser totalmente aplicado, salvo quando encontre exceções, ao largo de qualquer sopesamento com direitos de terceiros (daí o nome “teoria interna”). Não há falar, para a teoria interna, em direito *prima facie* e direito definitivo, mas em direitos que se aplicam no sistema “tudo ou nada” e que, em caso de colisão, devem ter a aplicabilidade resolvida no âmbito da validade da norma, mediante regras como *lex specialis derogat legi generali*, *lex posterior derogat legi priori* e *lex superior derogat legi inferior*, as quais permitirão afastar a incidência de um deles. O processo de interpretação constitucional não **constitui** restrições ao direito fundamental a partir da análise do caso concreto, mas simplesmente **declara** limites previamente estabelecidos. O ponto nevrálgico da teoria interna é definir o que é e o que não é abrangido no âmbito de proteção do direito.

Ainda segundo Silva (2014), a **teoria externa** trabalha com a concepção de que o direito e suas restrições são coisas diversas. Cada direito tem, *prima facie*, um âmbito de proteção amplo – na maior extensão possível – isento de intervenções interpretativas, e ostenta a estrutura de **princípio**, isto é, mandamento de otimização que deve ser realizado na maior medida possível, ante as possibilidades fáticas e jurídicas existentes. As restrições ao direito somente se tornam necessárias quando identificada colisão, em dado caso concreto, com outra posição jusfundamental. Estabelece-se, então, sem invalidação de qualquer direito, a precedência de um deles pela técnica da ponderação (ou sopesamento) e suas três subregras, a saber: a) adequação; b) necessidade; c) proporcionalidade em sentido estrito.

É necessário destacar que as restrições a direitos fundamentais, no espectro da teoria externa, podem ocorrer tanto por meio de regras quanto por meio de princípios. Como observa Silva (2014), especialmente a legislação infraconstitucional pode legitimamente estabelecer proibição de condutas que são, *prima facie*, amparadas em algum direito fundamental, tal qual ocorre quando determinada lei proíbe veiculação de algum conteúdo em horário recomendado para o público infante-juvenil, limitando, assim, a liberdade de imprensa, ou quando a Lei de Arbitragem restringe a garantia de amplo acesso ao Judiciário. Tais situações não traduzem colisão entre princípio e regra, como por vezes se supõe, mas,



sim, restrição a direito fundamental expressada por meio de regra, decorrente do sopesamento feito pelo Legislador entre os princípios envolvidos. Entretanto, em determinados casos concretos, não incidem restrições decorrentes de sopesamento feito pelo legislador, mas há a necessidade de restrição para compatibilização com direito fundamental colidente. Nessas situações, a restrição será decorrente do princípio oposto, cuja prevalência seja definida pelo Judiciário.

O emprego da técnica do sopesamento para definir restrições a direitos fundamentais não é imune a críticas, fundadas especialmente no argumento de que permite uma larga margem de discricionariedade ao intérprete, pela liberdade que tem para decidir em que medida a intervenção no direito fundamental seja adequada, necessária e estritamente proporcional. E, de fato, é inegável a existência de algum grau de subjetivismo. Isso pode ser muito bem percebido no voto proferido pelo Ministro Luis Roberto Barroso no Habeas Corpus n. 124.306/RJ (BRASIL, 2016a), em que fundamentou ser proporcional a intervenção no direito à vida do nascituro, até o 3º mês de gestação, por entender que a criminalização do aborto nessa fase não é adequada a proteger a vida do feto, já que estudos da Organização Mundial de Saúde apontam que a taxa de abortamento nos países em que a prática é permitida é de 1/34, enquanto nos países em que é proibida, sobe para 1/37. Ora, por esse raciocínio utilitarista, também se pode defender ser desnecessário criminalizar o homicídio no Brasil, já que a medida não se mostraria adequada para proteger a vida, já que ocorrem mais de 65.000 casos no País a cada ano. O mais grave, porém, é que o voto desconsidera que essas taxas sofrem influxo de fatores os mais diversos, como o nível cultural da população, educação para e acesso a métodos contraceptivos e até influências religiosas, optando por realizar a ponderação mediante uma leitura estatística simplista. Não é, logicamente, somente o fato de a prática ser legalmente admitida ou proibida que direciona sua incidência. Não se quer aqui discutir o mérito do posicionamento adotado pelo insigne jurista, até porque é embasado em diversos outros argumentos muito consistentes, mas destacar que a técnica do sopesamento não assegura neutralidade axiológica do intérprete e enseja conclusões decorrentes de valorações subjetivas.

Nada obstante, nos parece correto dizer que dogmaticamente a teoria externa é um marco teórico importante, pois, como assinalou o Min. Barroso (Habeas Corpus



n. 124.306/RJ), “a proporcionalidade, irmanada com a ideia de ponderação [...] ajudam a estruturar a argumentação de uma maneira racional, permitindo a compreensão do itinerário lógico percorrido e, conseqüentemente, o controle intersubjetivo das decisões.” (BRASIL, 2016). Seria ingenuidade, conforme pontua Silva (2014), acreditar na existência de algum processo metodológico de aplicação do direito completamente isento de qualquer subjetivismo do intérprete, pois até o método da subsunção, que se afigura o mais simples do ponto de vista lógico-formal, exige fixação de premissas e interpretação de seus termos que requererem alguma valoração.

De todo modo, é estreme de dúvidas que o sopesamento não pode resultar na total supressão de um direito fundamental como consequência da concretização de outro. É necessário reconhecer uma medida de intangibilidade, um suporte fático mínimo de cada direito fundamental, para se garantir que o processo de sua harmonização com outros direitos não acabe por lhe dissolver totalmente o conteúdo. Conforme Sarlet (2016), “a garantia de proteção do núcleo essencial dos direitos fundamentais aponta para a parcela do conteúdo de um direito sem a qual ele perde a sua mínima eficácia, deixando, com isso, de ser reconhecível como um direito fundamental.”

Para Silva (2014), necessariamente o conteúdo essencial de cada direito é preservado quando há o pleno respeito à regra da proporcionalidade, pois nesse teste só passariam as restrições que são constitucionais e que, em consequência, não afetam o núcleo essencial do direito. O conteúdo essencial de um direito fundamental assume valor relativo, pode variar conforme a situação, dependendo dos valores envolvidos. A restrição que for devidamente fundamentada, mesmo quando intensa, pode ser reputada constitucional, e, até mesmo, a dignidade humana deteria um conteúdo relativo, exceto quando a própria Constituição, em normas com estrutura de regras, venha a proibir condutas absolutamente vedadas em seu âmbito, tal qual ocorre quando proíbe a tortura e o tratamento degradante.

Existem teorias, contudo, no sentido de que cada direito fundamental contém um núcleo essencial absoluto, que não pode ser afetado em circunstância alguma, podendo ser estático, isto é, imutável ao longo do tempo, ou dinâmico, por admitir variações necessárias para conformação à realidade fática. O grande desafio para essas teorias é criar uma resposta adequada à indagação sobre o que



representa esse conteúdo essencial absoluto ou ao menos quais parâmetros devem balizá-lo. Andrade (2016, p. 284-285) apresenta uma proposta que é amplamente aceita, no sentido de que o elemento identificador desse conteúdo essencial é a dignidade da pessoa:

A dignidade do homem livre constitui para nós a base dos direitos fundamentais e o princípio de sua unidade material. Se a existência de outros princípios ou valores (inegável numa constituição particularmente marcada por preocupações de carácter social) justifica que os direitos possam ser restringidos (ou os limita logo no plano constitucional), a ideia do homem como ser digno e livre, que está na base dos direitos e que constitui, muito especialmente, a essência dos direitos, liberdades e garantias, tem de ser vista como um limite absoluto a esse poder de restrição.

À luz do que foi exposto, evidencia-se que conquanto a liberdade de expressão ostente o carácter de direito fundamental, não é um valor absoluto, mas passível de restrição em razão da necessidade de compatibilização com outras posições jurídicas constitucionalmente protegidas, seja na ótica de conter limites imanentes (teoria interna), seja porque tais restrições decorrem do sopesamento com outros direitos fundamentais em colisão. Possuem, não obstante, um núcleo essencial que deve ser preservado, conformado pela dignidade da pessoa humana ou pela escorreita aplicação da técnica da proporcionalidade.

4 A COLISÃO ENTRE O DIREITO FUNDAMENTAL À LIBERDADE DE EXPRESSÃO E A GARANTIA DE PROTEÇÃO À HONRA E IMAGEM

O mesmo status jurídico que a Constituição outorga à liberdade de expressão ela confere à honra e à imagem, ao estabelecer no inciso X do artigo 5º que “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.” (BRASIL, 1988).

Não destoa, nesse particular, dos tratados internacionais sobre direitos humanos, já que também a Declaração Universal dos Direitos Humanos (art. 12)



(ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948), o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (art. 17) (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1966) e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (art. 11) (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1969) preveem de forma idêntica a necessidade de tutela a tais direitos.

Alguns autores, como Fernandes (2016), sustentam que a imagem protegida constitucionalmente abrange tanto a chamada “imagem-retrato”, compreendida como a reprodução gráfica do sujeito, quanto a “imagem-atributo”, que alcança também o conceito que lhe é reconhecido no meio social. Outros, como Sarlet (2016), entendem que a reputação do indivíduo está inserida exclusivamente na proteção à honra, ao passo que o conceito de imagem seria dedicado somente à proteção de sua imagem física.

É certo, de todo modo, que, seja sob o título de honra, seja de imagem, a reputação da pessoa constitui um direito de personalidade que merece proteção perante ataques promovidos no exercício da liberdade de expressão, a fim de que seu conteúdo não seja completamente esvaziado pelo exercício do direito oposto.

Tal necessidade de tutela ganha importância à medida que se tem a noção que o direito de expressão não encontra limite na verdade, ou seja, não corresponde exclusivamente à liberdade de afirmar aquilo que seja verdadeiro. Nisso se distingue, na opinião de Sarmento (2016, p. 195), do direito de informar, que “pressuporia o cumprimento do requisito da veracidade, absolutamente impertinente no campo da liberdade de expressão *stricto sensu*.” É exatamente essa a compreensão da liberdade de expressão pelo Supremo Tribunal Federal, que embora não lhe reconheça caráter absoluto, entende que concede a possibilidade de manifestar qualquer pensamento, conforme muito bem definiu o Ministro Luiz Fux (Medida Cautelar na Reclamação n. 25.075):

Apesar de não se tratar de direito absoluto, a liberdade de expressão possui alcance amplo, abrangendo todo tipo de opinião, convicção, comentário, avaliação sobre qualquer tema ou sobre qualquer indivíduo, envolvendo tema de interesse público ou não, não cabendo ao Estado a realização de crivo de quais dessas manifestações devem ser tidas ou não como permitidas, sob pena de caracterização de censura. (BRASIL, 2016b).



Um dos limites que é sempre lembrado quando se discute a liberdade de expressão é a proibição do discurso de ódio (*hate speech*), que é definido por Rothenburg e Stroppa (2015, p. 4) como a “divulgação de mensagens que difundem e estimulam o ódio racional, a xenofobia, a homofobia e outras formas de ódio baseadas na intolerância e que confrontam os limites éticos de convivência com o objetivo de justificar a privação de direitos.” Pronunciamentos dessa espécie já mereceram censura do Supremo Tribunal Federal, como no caso do célebre Caso Elwanger (Habeas Corpus n. 82.424), em que se refutou estar amparada na liberdade de expressão a edição de publicação que negava o holocausto judeu e também se reconheceu que a ofensa à honra alheia é um limite à manifestação do pensamento, como se pode verificar no seguinte excerto do julgado:

As liberdades públicas não são incondicionais, por isso devem ser exercidas de maneira harmônica, observados os limites definidos na própria Constituição Federal (CF, artigo 5º, § 2º, primeira parte). O preceito fundamental de liberdade de expressão não consagra o “direito à incitação ao racismo”, dado que um direito individual não pode constituir-se em salvaguarda de condutas ilícitas, como sucede com os delitos contra a honra. Prevalência dos princípios da dignidade da pessoa humana e da igualdade jurídica. (BRASIL, 2003).

Outra importante restrição à liberdade de expressão é estabelecida pela própria Constituição, em prol da proteção à honra e à imagem das pessoas, na medida em que no mesmo dispositivo que assegurou aquele direito foi proibido de forma taxativa o anonimato (art. 5º, inciso IV), com o que visa nitidamente salvaguardar os direitos de terceiros e lhes assegurar a efetividade da reparação por danos materiais e morais. Com efeito, o anonimato encoraja o discurso de ódio e os ataques ignóbeis e gratuitos à honra alheia, pois outorga ao agressor a garantia de sua impunidade.

No âmbito das convenções internacionais sobre direitos humanos, são previstas outras restrições à liberdade de expressão. O Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos dispõe que seu exercício

implicará deveres e responsabilidades especiais. Conseqüentemente, poderá estar sujeito a certas restrições,



que devem, entretanto, ser expressamente previstas em lei e que se façam necessárias para: a) assegurar o respeito dos direitos e da reputação das demais pessoas; b) proteger a segurança nacional, a ordem, a saúde ou a moral públicas. (art. 19.3). (BRASIL, 1992a).

Na mesma esteira, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos giza que o direito à liberdade de expressão

não pode estar sujeito a censura prévia, mas a responsabilidades ulteriores, que devem ser expressamente fixadas pela lei e ser necessárias para assegurar: a. o respeito aos direitos ou a reputação das demais pessoas; ou b. a proteção da segurança nacional, da ordem pública, ou da saúde ou da moral públicas. (art. 13.2). (BRASIL, 1992b).

Denota-se que as convenções internacionais de direitos humanos das quais o Brasil é signatário preveem de modo mais amplo e direto que o respeito aos direitos e à reputação das demais pessoas são limites à liberdade de expressão. O fato de a Constituição brasileira não ter expressamente estabelecido tais restrições não impede, todavia, que sejam reconhecidas como limites iminentes ao exercício da liberdade de expressão, na ótica da teoria interna antes analisada, ou como resultado da ponderação com outros direitos fundamentais, nos moldes preconizados pela teoria externa. Mendes e Branco (2016) demonstra isso de forma muito clara, ao exemplificar que a necessidade de assegurar a plena proteção da criança e do adolescente contra discriminação, violência e exploração impede a veiculação de conteúdo que contenha exploração sexual infanto-juvenil.

Cumprir perquirir, porque necessário ao debate sobre a proposta formulada neste artigo, se essas restrições podem ser impostas previamente à manifestação do pensamento, ou se tal proceder caracterizaria censura, que é vedada pela Constituição no preceito que assegura a liberdade de atividade intelectual, artística, científica e de comunicação (art. 5º, inciso IX), bem como no capítulo que trata da comunicação social (art. 220) (BRASIL, 1988).

A conceituação da censura é tema controverso. Mathiesen (2016, p. 10) professa que “censurar é restringir ou limitar o acesso a uma expressão, parte



de uma expressão, ou categoria de expressão, que foi tornada pública pelo seu autor, baseada (a censura) na convicção de que será uma coisa ruim se as pessoas acessarem o conteúdo daquela expressão.” Reconhece, porém, que autores de peso, como LaRue (2016), a vinculam ao controle de publicações por ação governamental, definição que refuta por considerá-la arbitrariamente estreita.

Canotilho, Machado e Gaio Júnior (2017, p. 27), adotando a conceituação alargada, expõem que “inerente ao direito à liberdade de expressão encontra-se uma presunção de inconstitucionalidade de todas as formas de censura, particularmente de censura prévia, seja ela pública ou privada.” Em contraponto, Fernandes (2016, p. 409) objeta que “o conceito jurídico de censura tem o significado de ação governamental de caráter prévio e vinculante sobre o conteúdo de uma determinada mensagem (artística, jornalística e etc).”

Sarlet (2016) argumenta que, apesar do acirrado debate entre as duas posições, a tendência tem sido o reconhecimento de que não só a típica censura administrativa é proibida, mas também aquela emanada da proteção de outros direitos fundamentais. Porém, alerta que ao se atribuir uma definição tão ampla à censura, o que acaba ocorrendo é a transformação da liberdade de expressão em um direito absoluto, o que se mostra insustentável diante da paridade entre esse direito e outros bens fundamentais, como a dignidade da pessoa humana e os direitos da personalidade.

Em uma das decisões de maior repercussão da história recente do Supremo Tribunal Federal, que envolveu o conflito entre liberdade de expressão versus honra, imagem e vida privada, relativa à ADI n. 4815, cognominada “ADI das Biografias Não Autorizadas”, a relatora, Ministra Carmen Lúcia, encampou a noção de que também caracteriza censura a proibição de circulação de conteúdo promovida por intervenção particular. Extraí-se de seu voto:

A censura é frequentemente relacionada ao ilegítimo e perverso atuar do Estado. Prática comum em regimes autoritários ou totalitários, não é, contudo, exclusividade do Estado. A censura permeia as relações sociais, propaga-se nas circunstâncias da vida, recorta a história, reinventa o experimentado, pessoal ou coletivamente, omite fatos que poderiam explicitar a vida de pessoa ou de povo em diferentes momentos e locais. Censura é repressão e opressão. Restringe



a informação, limita o acesso ao conhecimento, obstrui o livre expressar o pensado e o sentido. (BRASIL, 2015).

Com o devido respeito a tais posicionamentos, não nos parece ser correto dizer que toda e qualquer limitação à liberdade de expressão, buscada junto ao Poder Judiciário por iniciativa de particular cuja honra e imagem estejam na iminência de lesão, possa ser entendida como censura, na forma abolida pelo Texto Constitucional.

Pensar assim equivale a subalternizar o preceito constitucional que assegura a inviolabilidade da honra e da imagem perante a liberdade de expressão, conferindo a este uma posição hierarquicamente superior, absolutista, que não lhe é conferida na Magna Carta e muito menos pela dogmática constitucional, que, ao contrário, apregoa a relatividade de todos os direitos fundamentais, inclusive a vida, que, indiscutivelmente, é um bem axiologicamente superior.

Assegurar a liberdade de manifestação de toda e qualquer expressão, verbal, escrita, publicada em plataforma impressa ou cibernética ou, ainda, por meio de imagem ou comportamento, em termos irrestritos e independentemente das consequências que lhe advenham, significa, em termos práticos, negar proteção a uma gama de outras posições jusfundamentais. Quem apregoa solenemente que a liberdade de expressão é algo intangível, sagrado, e imune a qualquer restrição prévia, esquece que esse discurso autoriza o direito de difundir vídeos com abuso sexual de crianças, falas que incitem a violência contra minorias, a homofobia, a misoginia, a xenofobia e outras formas de preconceito que são amplamente confrontadas constitucionalmente (art. 3º, inciso IV). Afinal, é preciso coerência dogmática. Se não cabe censura privada para proteção à honra e imagem, também não cabe nas situações ilustradas. Deve ser assumida a consequência de reservar aos prejudicados a busca posterior da reparação dos danos que lhes forem causados.

Não nos parece que tenha sido vontade do legislador constituinte obrigar aquele que esteja na iminência de ter sua honra e imagem violadas, em extensão que possa se mostrar irreversível, a assistir resignado ao ataque e ficar na expectativa de obter futura reparação dos danos, sendo que, mesmo quando isso é possível, geralmente não é feita na proporção da lesão e demanda anos de espera e dispêndio



de elevados recursos econômicos. Fosse assim, também o direito fundamental ao amplo acesso ao Judiciário para apreciação de lesão ou ameaça a direito estaria prejudicado (art. 5º, inciso XXXV, da CF) (BRASIL, 1988).

5 A RESTRIÇÃO TEMPORÁRIA DE MANIFESTAÇÃO NO ESPAÇO CIBERNÉTICO COMO MECANISMO DE EFETIVA PROTEÇÃO À HONRA E À IMAGEM DA PESSOA LESADA.

Ante o que foi até aqui anotado, temos que o direito fundamental à liberdade de expressão é um direito relativo, que encontra limite na vedação do anonimato, estabelecida no Texto Constitucional, e também em outros direitos fundamentais eventualmente colidentes, especialmente o preceito que garante a proteção à honra e à imagem da pessoa, ao qual deve ser harmonizado, já que sobre ele não goza de prevalência.

Impõe-se, então, trazer a debate a proposta principal deste artigo, que é discutir a possibilidade de se restringir a liberdade de expressão de alguém que esteja reiteradamente promovendo lesões à honra de outrem no espaço cibernético.

Não há no plano da legislação infraconstitucional qualquer norma com estrutura de regra que impeça o exercício da liberdade de expressão para promoção da defesa da honra e da imagem de outrem, o que permite concluir que somente por meio de intervenção judicial alguma restrição desse gênero pode ser imposta. O artigo 12 do Código Civil, que prevê que “pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei”, é uma cláusula aberta que viabiliza essa atuação do Poder Judiciário, mas não autoriza diretamente a interdição prévia da comunicação do lesante, ao menos não sem um juízo de ponderação aplicado ao caso concreto. O mesmo sucede com a legislação atinente à propaganda eleitoral, que autoriza à Justiça Eleitoral determinar, “por solicitação do ofendido, a retirada de publicações que contenham agressões ou ataques a candidatos em sítios da internet, inclusive redes sociais (art. 57-D, § 3º, da Lei n. 9.504/97, com a redação dada pela Lei n. 12.891/2013) (BRASIL, 1997).



Ademais, é preciso não confundir a criminalização das lesões à honra objetiva e subjetiva da pessoa, levada a cabo pelo Código Penal por meio dos crimes de calúnia, difamação e injúria (artigos 138, 139 e 140), com medidas de restrição à liberdade de expressão, uma vez que não interpodem limitação prévia ao exercício daquele direito. Autorizam, é certo, a repressão estatal ao seu exercício abusivo, a incidir posteriormente e desestimular por meio da sanção a reiteração da ofensa. Nessa ordem de ideias, a previsão constitucional que assegura a reparação material e moral para a violação da honra e da imagem também não consubstancia propriamente restrição à liberdade de expressão, já que tais medidas sempre dependerão de se verificar em que termos aquele direito foi exercido, para então se concluir se houve ou não lesão que deve ser reparada. Ou seja, não representam limitação, mas, sim, responsabilização posterior.

Tanto a repressão no âmbito penal quanto a garantia da reparação civil são medidas que não operam limitação à manifestação do pensamento, diferentemente do que sucede com a vedação do anonimato, que restringe aquele direito já no seu exercício. Restrição ao direito fundamental de manifestação do pensamento equivalente à vedação do anonimato é, como se cogita, a intervenção judicial que tolha de determinada pessoa a possibilidade, ainda que temporária, de promover manifestações no espaço cibernético.

O que se propõe é que, caso se identifique que pessoa determinada esteja reiteradamente promovendo ataques à honra e à imagem de outrem, de forma sistemática e gratuita, o lesado possa obter do Poder Judiciário tutela que constitua obrigação de não fazer, consubstanciada em impedir qualquer manifestação futura do lesante no espaço cibernético, além de medidas que assegurem a eficácia desse provimento, como a determinação para que provedores de conteúdo impeçam a veiculação dessas manifestações. Temos que, em situações desse gênero, o histórico de condutas do lesante permite constatar o risco concreto de renitência nos ataques, a ensejar ao lesado a possibilidade de fazer valer o mandamento constitucional de inviolabilidade à sua honra e imagem.

O que há, nesse caso, é a colisão entre dois direitos fundamentais, ambos com estrutura de princípio: a liberdade de expressão e a inviolabilidade da honra e imagem, e, a partir do caso concreto apontado, cumpre utilizar o método



proposto pela teoria dos princípios para resolver essa colisão, isto é, a regra da proporcionalidade, e suas três subregras, a recordar, adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito.

Para uma correta aplicação dessa metodologia, é importante observar a existência de uma relação de subsidiariedade, conforme orienta Silva (2002, p. 34), isto é, deve-se inicialmente examinar a adequação, para, na sequência, perquirir-se a necessidade e só ao final proceder-se à análise da proporcionalidade em sentido estrito. Ao tratar da primeira subregra, explica que no Brasil é difundida a ideia de que o meio é “adequado” quando apto a “alcançar” o fim pretendido. Porém, objeta que para o Tribunal Constitucional Alemão, a análise mais correta é “fomentar”, de modo que uma medida somente pode ser considerada inadequada quando sua utilização não contribuir para fomentar o objetivo pretendido (SILVA, 2002, p. 36).

Nesse enfoque, cabe admitir que a restrição ao exercício do direito de expressão pelo lesante é um meio idôneo para assegurar a inviolabilidade da honra e da imagem do lesado, que é o fim pretendido. Atende, portanto, ao requisito da adequação, primeiro passo no procedimento racional metodológico de aplicação da regra da proporcionalidade.

A propósito da subregra da “necessidade”, Steinmetz (2010, p. 40) orienta que “ordena que se examine se, entre os meios de restrição disponíveis e igualmente eficazes para atingir o fim pretendido, o escolhido é o menos restritivo – isto é, menos prejudicial ou gravoso – ao(s) direito(s) fundamental(is) em questão.”

Nesse particular, nos parece claro que não há outro meio menos invasivo à liberdade de expressão que permita assegurar com eficácia a inviolabilidade da honra, que não a restrição temporária daquele direito. Com efeito, nesses casos, a ameaça abstrata de responsabilização civil e criminal não se mostraram suficientes para dissuadir os ataques sistemáticos, quiçá pela própria dificuldade que envolve sua concretização, conforme já exposto.

A terceira etapa do exame da proporcionalidade consiste na aplicação da proporcionalidade em sentido estrito ou “mandamento da ponderação”. Aqui incide a “lei da ponderação” de Alexy (2012, p. 169), segundo a qual “quanto maior é o grau da não satisfação ou de afetação de um princípio, tanto maior deve ser a importância do outro.” Steinmetz (2010, p. 42) ressalta que sua aplicação passa



por três etapas, a saber: mensuração do grau de não satisfação de um princípio; avaliação da importância (peso) da realização do princípio oposto; demonstração de que o peso do princípio oposto justifica a não realização do princípio restringido.

Nessa linha de raciocínio, é inexorável que não havendo a restrição à liberdade de expressão, o preceito fundamental que garante a inviolabilidade à honra e à imagem do lesado resulta totalmente insatisfeito, ante a ineficácia dos demais meios de dissuasão. Outrossim, há importância na realização do princípio oposto – liberdade de expressão – mas esse peso é relativo, pois constatado no caso concreto o exercício abusivo desse direito. Por fim, quer nos crer que se pode afirmar que a importância da proteção efetiva à honra e à imagem do lesado justificam a não realização da liberdade de expressão, já que os ataques a tais bens jurídicos podem trazer consequências irreparáveis ao lesado, nomeadamente no que atine à sua reputação pessoal e profissional.

Assim, temos que não se afigura uma medida inconstitucional restringir temporariamente a liberdade de expressão no espaço cibernético de alguém que esteja sistematicamente agredindo a honra e a imagem de outrem. A definição dessa temporariedade deve ser feita pelo Poder Judiciário, mediante critérios como a gravidade das lesões anteriormente provocadas e a frequência dos ataques perpetrados, podendo ser ampliada no caso de ulterior reiteração.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da dogmática que envolve a teoria dos direitos fundamentais, a denotar especialmente a relatividade desses direitos e a necessidade de harmonização no caso de conflito entre posições jusfundamentais em um caso concreto, induz à conclusão no sentido da possibilidade de se restringir determinado direito fundamental, reconhecendo-se-lhe limites iminentes ou reduzindo-se-lhe o âmbito de incidência definitivo, mediante sopesamento com princípio colidente.

A garantia constitucional de inviolabilidade da honra e da imagem da pessoa é um preceito com status idêntico ao direito à liberdade de expressão e não lhe é *prima facie* hierarquicamente subordinado, especialmente porque limites a este são reconhecidos no plano interno e também em âmbito internacional.



Autorizada que está a incidência de restrição à liberdade de expressão no caso de colisão, em determinado caso concreto, com a inviolabilidade à honra e à imagem de alguém, emerge possível a interdição temporária do direito de expressão do agressor no espaço cibernético, no caso de estar constatada intensa e sistemática prática de ataques aos direitos da personalidade do lesado, a demonstrar concretamente o risco de reiteração.

Tal intervenção judicial não caracteriza censura nos termos em que abolida constitucionalmente, senão a adequada concordância prática de princípios constitucionais, pois não se pode impor a alguém que esteja a sofrer frequentes ataques à sua honra e reputação que assista passivamente novas investidas e se resigne a demandar esforços em busca de uma custosa e dificilmente satisfatória reparação posterior.

REFERÊNCIAS

ALEXY, R. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. 2. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2012.

ANDRADE, J. C. V. de. **Os direitos fundamentais na constituição portuguesa de 1976**. 5. ed. Coimbra: Edições Almedina, 2016.

BRASIL. **Constituição**. República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 ago. 2018.

BRASIL. **Decreto n. 592**, de 6 de julho de 1992. Brasília, DF, 1992a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm. Acesso em: 27 fev. 2019.

BRASIL. **Decreto n. 678**, de 6 de novembro de 1992. Brasília, DF, 1992b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D0678.htm. Acesso em: 27 fev. 2019.

BRASIL. **Decreto-lei n. 2.848**, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm. Acesso em: 25 ago. 2018.



BRASIL. **Lei n. 9.504**, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504.htm. Acesso em: 25 ago. 2018.

BRASIL. **Lei n. 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm. Acesso em: 25 ago. 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADIN n. 4.815**. Relatora: Ministra Cármen Lúcia. Brasília, DF, 10 de junho de 2015. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4271057>. Acesso em: 30 ago. 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Habeas Corpus n. 82.424**. Relator: Ministro Moreira Alves. Brasília, DF, 17 set. 2003. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2052452>. Acesso em: 26 ago. 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Habeas Corpus n. 124.306**. Relator: Ministro Roberto Barroso. Brasília, DF, 29 nov. 2016a. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4637878>. Acesso em: 27 ago. 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Mandado de Segurança n. 23.452**. Relator: Ministro Celso de Mello. Brasília, DF, 16 set. 1999. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=1763585>. Acesso em: 19 fev. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Medida Cautelar na Reclamação n. 25.075**. Relator: Ministro Luiz Fux. Brasília, DF, 21 nov. 2016b. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5042330>. Acesso em: 25 ago. 2018.

CANOTILHO, J. J. G. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 7. ed. Coimbra: Edições Almedina, 2003.

CANOTILHO, J. J. G.; MACHADO, J. E. M.; GAIO JÚNIOR, A. P. **Biografia não autorizada versus liberdade de expressão**. 3. ed. rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2017.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO E CONTEMPORANEIDADE, 2015, Santa Maria. Anais do 3º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade.



DANTAS, R. L.; DANTAS, D. C. L. Teoria dos princípios e ponderação em Robert Alexy: posicionamentos na doutrina brasileira. **Direito Público**, Porto Alegre, v. 9, n. 51, p. 108-130, jun. 2013.

DIMOULIS, D.; MARTINS, L. **Teoria Geral dos Direitos Fundamentais**. 5. ed. rev., atual. ampl. São Paulo: Atlas, 2014.

FARIAS, E. **Liberdade de expressão e comunicação: teoria e proteção constitucional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

FERNANDES, B. G. **Curso de Direito Constitucional**. 8. ed. rev. ampl. e atual. Salvador: JusPODIVM, 2016.

FRANÇA. **Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão**. [Versalhes], 2 out. 1789. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html>. Acesso em: 28 maio 2019.

MARMELSTEIN, G. **Curso de Direitos Fundamentais**. 6. ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Atlas, 2016.

MENDES, G. F.; BRANCO, P. G. G. **Curso de Direito Constitucional**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MIRANDA, J. **Manual de Direito Constitucional**. 6. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2015

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração dos Direitos Humanos 1948**. 1948. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2019.

PÉREZ LUÑO, A. E. **Derechos humanos, estado de derecho y constitución**. 10. ed. Madrid: Tecnos, 1986.

ROTHENBURG, W. C.; STROPPIA, T. **Liberdade de expressão e discurso de ódio: o conflito discursivo nas redes sociais**. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/19463/pdf>. Acesso em: 28 maio 2019.



SAMPAIO, J. A. L. (coord.). **Liberdade de expressão no Século XXI**. Belo Horizonte: Del Rey, 2016.

SARLET, I. W. **Curso de Direito Constitucional**. 5. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2016.

SARMENTO, D. Liberdades Comunicativas e “Direito ao Esquecimento” na Ordem Constitucional Brasileira. **Revista Brasileira de Direito Civil**, São Paulo, v. 7, p. 190-198, mar. 2016.

SILVA, V. A. da. **Direitos Fundamentais: conteúdo essencial, restrições e eficácia**. 2. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2017.

SILVA, V. A. da. O proporcional e o razoável. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 798, p. 23-50, abr. 2002.

STEINMETZ, W. “Princípio da proporcionalidade e atos de autonomia privada restritivos de direitos fundamentais”. *In*: SILVA, V. A. da (org.). **Interpretação Constitucional**. 1. ed. 3. tir. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

